

MARIA GONÇALVES CONCEIÇÃO SANTOS

UM CONTRIBUTO PARA PENSAR A GEOGRAFIA DAS MIGRAÇÕES

A comunidade brasileira na Região Centro de Portugal

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS

2008

MARIA GONÇALVES CONCEIÇÃO SANTOS

O CONTRIBUTO PARA PENSAR A GEOGRAFIA DAS MIGRAÇÕES

A comunidade brasileira na Região Centro de Portugal

Dissertação de doutoramento na área de Geografia,
especialidade de Geografia, apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
sob a orientação da Profa. Doutora Fernanda Maria
da Silva Dias Delgado Cravidão.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS

2008

Tudo Outra Vez

Belchior e João Pedro

Há muito tempo que eu estou longe de casa
E nessas idas cheia de distância
O meu blusão de couro se estragou

Ouvi dizer no papo da rapaziada
E aquele que embarcou comigo
Cheio de esperança e fé já se mandou

Sentado a beira do caminho a pedir carona
Tenho falado a mulher companheira
Quem sabe lá no trópico a vida esteja a mil

E o cara que translava a noite no Danúbio Azul
Me disse que faz sol na América do Sul
E nossos irmãos os esperam no coração do Brasil

Minha rede branca meu cachorro ligeiro
Sertão olha o concorde
Que veio vindo do estrangeiro
O fim do termo saudade
Com o meu charme brasileiro
De alguém sozinho a cismar

Gente de minha rua como eu andei distante
E quando eu desapareci ela arranhou um amante
Minha normalista linda ainda sou estudante
Na vida que eu quero dar

Até parece que foi ontem a minhas mocidade
Com o diploma de sofrer de outra universidade
Minha fala nordestina
Quero esquecer o francês

E vou viver as coisas novas que também são boas
O amor numa das praças cheias de pessoas
Agora quero tudo, tudo outra vez

Minha rede branca meu cachorro ligeiro
Sertão olha o concorde
Que veio do estrangeiro
É o fim do termo saudade
Com o meu charme brasileiro
De alguém sozinho a cismar

Índice Geral

Agradecimentos	ix
Resumo	xiii
Résumé	xv
Abstract	xvii
Índice de figuras	xix
Índice de tabelas	xxiii
Índice de quadros	xxiii
Introdução	25
Capítulo I - Conceção Metodológica da Investigação.....	35
1 - Conceção metodológica	37
2 - Objetivos	40
3 - Sujeitos da investigação	43
4 - Delimitação da área de estudo	46
5 - Problematização do tema	48
6 - Hipóteses	50
7 - Caminhos percorridos na investigação	52
7.1 - Procedimentos metodológicos	54
7.2 - Pesquisa de campo	60
Observação direta, participante e continuada	61
Os inquéritos	64
As entrevistas	66
Capítulo II – Conceção teórico-metodológica	69
1 – Geografia e as migrações: tempo e espaço	71
2 – Migrações internacionais e concepções teóricas	78
3 – Sistemas migratórios	88
4 – Migrações: tipologias e variáveis	94
Outros conceitos	97
5 - Mundo do trabalho e globalização	100

Capítulo III – O Brasil e a Economia Mundial	105
1 - O Brasil e o Mundo	107
2 -. Emigração brasileira: variáveis propulsoras	109
2.1 – O acesso a terra	110
As capitâneas hereditárias: bases para a formação dos latifúndios	113
Reestruturação do território	115
Organização da produção e da força de trabalho: sustentáculos da formação dos latifúndios	117
Oficialização do latifúndio e a luta pela socialização da terra no Brasil	120
2.2 – Gestão dos recursos e a dívida externa	128
Percurso do endividamento brasileiro.....	131
3 – O papel da educação	135
 Capítulo IV – Brasil e Portugal: novas configurações territoriais ..	143
1 - Brasil: de imigração à emigração	145
1.1 – Periodização do Sistema Migratório Brasileiro	147
De 1500 a 1959	147
De 1960 a 1990	151
A partir de 1990	156
1.2 – Caminhos percorridos por brasileiros	160
1.3 - Trabalhadores brasileiros na semiperiferia do capitalismo internacional: o caso de Portugal	171
2 - Portugal: país de imigração e emigração	176
2.1 - Portugal e as mudanças demográficas	177
2.2 - Portugal e o sistema migratório internacional	185
2.3 - Imigração em Portugal	190

Capítulo V – A Região Centro e os trabalhadores brasileiros	197
1 – A Região no contexto da economia nacional e da União	
Européia	199
2- A estrutura da população: pontos e contrapontos	203
3 – Cartografia da imigração brasileira na Região Centro	207
4 – Os trabalhadores brasileiros nos distritos analisados	212
Distrito de Coimbra	213
Distrito de Leiria	216
Distrito de Aveiro	220
5 – Perfil socioeconômico da comunidade brasileira nos distritos analisados	222
De onde vêm?	223
Anos de chegada	227
Motivações para a saída do Brasil	232
Situação perante o trabalho	235
Percepção dos sujeitos	238
 Capítulo VI - Trabalhadores brasileiros e o mundo do trabalho na Região Centro	 243
1. As nuances do mundo do trabalho e a comunidade brasileira	245
Trabalhador nacional e trabalhador imigrante	249
O salário do trabalhador brasileiro	254
Convivências e sociabilidades	258
Situações constrangedoras no ambiente de trabalho	266
O tratamento dos patrões	271
Direitos do trabalhador brasileiro	273
Mobilidades profissionais e escolarização	275
A qualidade de vida: tradução do sonho do imigrante	282
2 - Redes sociais e organizações de solidariedade	285
Fixação de residência	287
Primeiro emprego	293
3 - Expectativas e itinerários futuros	298

Experiências migratórias	298
Criação de laços no território	301
Futuros percursos do trabalhador brasileiro	308
Satisfação e insatisfação da comunidade inquirida	310
Capítulo VII – Política de imigração	313
1- Política de imigração em Portugal e os trabalhadores brasileiros ..	315
2 – Bases para a consolidação da Comunidade Européia	318
3 – A entrada de Portugal na União Européia e a política de imigração	320
4 - Acordos e tratados na regulação da imigração no espaço europeu	323
5 – Portugal no contexto da política migratória da União Européia	326
Política imigratória portuguesa	335
Primeira regularização extraordinária	337
Segunda regularização extraordinária	337
Terceira regularização extraordinária	340
Acordo Lula	343
6 – Percursos de cidadania de trabalhadores brasileiros	347
Estada em Portugal	348
Processo de transição migratória	351
Aquisição de nacionalidade	353
7 – Trabalhadores brasileiros e o conhecimento da legislação portuguesa	355
8 – Portugal e Brasil: tratados e acordos	358
9 – Estatuto de igualdade	364
Conclusão	367
Bibliografia	371
Anexos	389

Agradecimentos

O ato de decidir realizar uma migração de estudo, no intento de ampliar os conhecimentos e contribuir para uma transformação pessoal e coletiva constituiu um caminho para a materialização deste sonho. Para isso, o suporte institucional, financeiro, a coragem e o apoio da família e dos amigos foram importantes para que esta idéia se tornasse realidade. A vontade em querer conhecer, muitas vezes, o desconhecido guiou-me na ultrapassagem das diversas fronteiras, sejam elas, físicas ou imateriais. A determinação, a força de vontade e o compromisso iluminaram-me o caminho, o que contribuiu para o alcance da concretização deste trabalho. No primeiro momento, agradeço a Deus pela energia positiva que me inspirou nesta trajetória, a ponte de superação das despedidas e das ausências. Aos ensinamentos de coragem e perseverança dos meus pais, Acrísio e Afôncia (*in memoriam*), alicerces da minha existência, incentivadores de que nunca devemos desistir dos sonhos por mais impossíveis que pareçam.

Uma tese que revela os anseios e as perspectivas de trabalhadores brasileiros que aventuram um futuro longe de casa, nos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, foi tecida com a participação de vários atores sociais. Não só os autores e pesquisadores em que o diálogo foi estabelecido, mas, sobretudo, os trabalhadores brasileiros inquiridos que possibilitaram a conexão teoria e prática, a estes os eternos agradecimentos. Inúmeras pessoas contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta investigação, a todos os profundos agradecimentos. Como todo o processo, houve como ponte o lugar de saída e o de chegada, algumas pessoas serão relatadas. No plano institucional, ainda no Brasil, a aprovação da liberação do Departamento de Ciências Humanas, Campus V, UNEB, para a realização do curso e a bolsa do Programa de Apoio à Capacitação Docente (PAC) foram indispensáveis para atravessar o Oceano Atlântico e permanecer, por quatro anos, em Portugal. À Dra. Ivete Sacramento, ao Dr. Lourivaldo Valentim e à Dra. Sônia Coutinho agradeço pelo apoio institucional. No plano familiar e de amizades, convém destacar os recursos da família, a colaboração da minha irmã Verônica Gonçalves, dos amigos Maria Sacramento, Moisés e família, Rafael Rodas e Siméia Simões pelo apoio durante a minha ausência da Bahia, Brasil, como também no acompanhamento de questões burocráticas que subsidiaram a minha permanência em Portugal.

À Profa. Doutora Fernanda Maria Delgado Cravidão, orientadora da tese, os profundos agradecimentos pelo companheirismo, competência, paciência e o compromisso com a geografia social, desnudada de arestas. Certamente esta confiança e questionamentos durante toda a trajetória foram importantes para o desenvolvimento da investigação. Os diálogos estabelecidos no seminário organizado pela Doutora Fernanda a envolver os estudantes de doutoramento, no período de 2003 a 2006, ajudou-me a pensar criticamente sobre a questão e aprender uns com os outros. A vocês, a imensa gratidão.

Na busca de entender a relação dos processos globais com as teorias das migrações internacionais, a participação nos seminários do curso de mestrado e doutoramento do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, orientados pelo Prof. Doutor Boaventura Santos e pela Profa. Doutora Maria Baganha foi de grande relevância para o amadurecimento da temática em estudo. A esses professores, os cordiais agradecimentos. No transcurso deste caminho, a leitura atenciosa e as críticas ao texto da tese foram imprescindíveis, agradeço às Doutoradas Nilma Gomes, Ely Estrela, Nancy Sento Sé e à Dra. Maria José Lordelo pelo apoio e contribuições dadas à tese. Aos Doutores Daniel Francisco e Wilson de Mattos externo profunda gratidão pelos incentivos à trajetória académica. Às Dras. Irailda D’Ameida, Paulina Teixeira, Abgail Alcântara e Élide Santos agradeço pelos incentivos. Ao Dr. Miguel Cerqueira tenho imensa gratidão pelo companheirismo, paciência e críticas às discussões do texto.

Foram muitos os gestos de carinho dispensados pelos co-irmãos(ãs) portugueses(as) no sentido de tentar supera as distâncias e as ausências. O acolhimento de profissionais no Instituto de Estudos Geográficos foi algo importante para que a “casa” não ficasse tão distante, o que possibilitou ampliar os laços académicos e de amizade, destacam-se os nomes da Profa. Doutora Lucília Caetano, Doutora Ana Paula, os Doutores Manuel Pereira (*in memoriam*), Lúcio Cunha, Fernando Rebelo, Noberto Santos, Paulo Carvalho, João Luís, Rui Gama, António Campar, António Rochette e as Dras. Claudete Moreira e Fátima Velez. Agradeço também a D. Isabel, da biblioteca do Instituto, pela gentileza e empenho no momento em que precisava dos empréstimos de livros, e ao senhor José de Almeida, secretário do mestrado da Faculdade de Economia, sempre tão atenciosos.

Parafrazeando Milton Nascimento “ amigo é coisa pra se guardar.... no fundo do peito...”, agradeço a amizade do Prof. Doutor José Pires Laranjeiras e da Profa. Doutora Cristina Mello, do Instituto de Letras, pelo apoio durante toda a trajetória em Portugal. Às Dras. Maria Negreiro, Kachia Téchio, Márcia Oliveira e Maria Peixoto pelos longos encontros de diálogos, companheirismo e solidariedade durante todo o tempo em Portugal, vocês estarão sempre presentes no fundo do coração. Na Universidade Nova de Lisboa, agradeço à Dra. Kachia Téchio e ao Doutor José Bastos pelo apoio e convite para participação, na condição de colaboradora, do Centro de Estudos das Migrações e das Minorias Étnicas, (CEMME).

Nas leituras sobre o território português, sou grata pela acolhida dos amigos portugueses, luso-brasileiro, guineenses e angolanos, destacam-se as famílias Silva e Gonçalves, representada por Fátima, José, Felipa, Tiago, Ana, Sr. Manuel, Dona Laurinda, Cristina e Jorge. Aos diálogos interculturais com os irmãos(ãs) guineenses e angolanos, Alberto, Fernanda com suas lindas filhas Ercília, Cenira e Dulce, e Rosa Mayunga e seu filho João pelos momentos de descontração e de aprendizado sobre a cultura dos nossos países, as lembranças de sempre e os eternos agradecimentos.

As dificuldades de integração no espaço acadêmico motivaram-me a participar juntamente com outros colegas da fundação de espaços de solidariedades, o que resultou na criação da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra, APEBCoimbra, e do Fórum de Estudantes e Pesquisadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Aos colegas brasileiros, angolanos, caboverdianos, moçambicanos, guineenses, santomenses, portugueses e timorenses os agradecimentos pela convivência e aprendizado.

Na aplicação dos inquéritos no distrito de Leiria agradeço à colaboração de Felipa Silva, a quem lembrarei sempre. Não posso deixar de registrar o apoio dos colegas Edgar Lima, Nélia Salles e Ângela Araújo da PPG/UNEB, Reginaldo Almeida e Inês Santana da UNEB/Campus V, pelo empenho e compreensão sempre que necessitava. Na tradução para a língua inglesa e francesa, agradeço à colaboração de Cintia Aquino e Rozenn Guérois.

Por fim, a cada dia uma nova realidade era apresentada, externo os profundos agradecimentos às filhas, Thaíse e Thainara, que embarcaram nesta viagem e compartilharam do meu sonho, com compreensão e paciência.

Resumo

A investigação sobre a inserção de brasileiros no mundo do trabalho, na Região Centro de Portugal, constitui um contributo para se pensar a geografia das migrações internacionais neste país. Investigar as causas da emigração brasileira, as razões da escolha da Região Centro e como o(a) trabalhador(a) brasileiro(a) tem-se incluído no mundo do trabalho são os objetivos principais desta pesquisa. Adotou-se como área geográfica de estudos os distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria. A compreensão dessa mobilidade territorial tem um componente no lugar e outro no mundo. As questões globais interferem incisivamente no lugar e este por sua vez se reflete no mundo. As trajetórias geográficas desses trabalhadores, quem são, como chegaram, qual a escolaridade, como se inserem no mundo do trabalho nos distritos analisados, como percebem o Brasil e a escolha da região Centro de Portugal para morar e trabalhar, foram pontos destacados na investigação.

Ao desenvolver os conceitos de migração, globalização e mundo do trabalho, buscou-se elementos de suporte para analisar a geografia das migrações no campo específico da geografia social. Assim, foi necessária a correlação com as teorias das migrações internacionais, sobretudo com maior atenção para as teorias da Nova Divisão Internacional do Trabalho e dos Sistemas Migratórios. Os resultados dos inquéritos e os depoimentos de brasileiros foram analisados e diluídos no transcorrer do texto. Através da pesquisa empírica, foi possível identificar que a origem geográfica da maioria dos inquiridos está relacionada com o Centro-Sul do Brasil. A pesquisa identificou que a motivação principal para se submeter a uma migração internacional em direção a Portugal não foi apenas econômica, mas também constituída de elementos subjetivos, ou seja, a vontade de querer conhecer e experienciar outras realidades.

A maioria dos trabalhadores brasileiros inquiridos tem consciência da origem dos problemas sociais do país, da exploração da mão-de-obra imigrante em Portugal, do ritmo de trabalho que é muito pesado e do salário baixo; mas mesmo assim enfatizaram ser melhor do que ficar no Brasil. Tem aumentado

significativamente o número de mulheres brasileiras que submete-se a uma migração internacional com destino a Portugal. As redes sociais a envolver parentes e amigos existentes no lugar de acolhimento, a falta de perspectiva no Brasil, o mapa mental de Portugal e da Europa e as representações sociais sobre a migração internacional constituíram um vetor de mobilidade de trabalhadores brasileiros em direção à Região Centro de Portugal.

Résumé

La recherche sur l'insertion des brésiliens dans le monde du travail, en particulier dans la région centrale du Portugal, est une contribution pour la géographie des migrations internationales à l'intérieur de ce pays. Rechercher les causes de l'émigration brésilienne, les raisons du choix de la région centrale, comment l'ouvrier brésilien ou l'ouvrière brésilienne se sont insérés dans le monde du travail, voilà l'objectif principal de cette recherche. Les districts d'Aveiro, de Coimbra et de Leiria ont été les zones géographiques soumises à cette étude. La perception de cette mobilité territoriale a un facteur localisé dans le lieu où l'ouvrier habite et un autre facteur situé en dehors de ce lieu. Les questions globales et la mondialisation jouent un rôle décisif dans le lieu d'origine des ouvriers. Ce lieu, à son tour, se reflète dans le monde. Les trajectoires spatiales des travailleurs brésiliens en question, qui sont-ils, comme sont-ils arrivés, quel est leur niveau de scolarisation, comment se sont-ils insérés et intégrés dans le monde du travail des districts sélectionnés, comment ces travailleurs perçoivent-ils le Brésil et comment interprètent-ils cette décision d'habiter et de travailler dans cette région centrale du Portugal. Toutes ces questions ont été des points centraux de la présente recherche.

À partir de l'étude des concepts de migration, de globalisation et de monde du travail, nous avons recherché des éléments d'appui afin d'analyser la géographie des migrations dans le cadre de la géographie sociale. Dans cette démarche, nous avons pu noter à quel point le recours aux théories des migrations internationales a ouvert des portes à notre investigation, et particulièrement les théories concernant la Nouvelle Division Internationale du Travail et des Systèmes Migratoires. Les résultats des enquêtes, des questionnaires témoignages présentés par les brésiliens sont analysés et exposés tout au long du texte. En s'appuyant sur la recherche scientifique / empirique, nous avons constaté que l'origine géographique de la majorité des répondants de l'enquête est relationnée à la région centrale et méridionale du Brésil. Nous avons vérifié, à travers cette recherche, que la motivation principale pour entreprendre ces migrations internationales en direction du Portugal n'est pas seulement

économique, mais est également justifiée par des éléments subjectifs tels que la volonté de connaître et de vivre d'autres réalités.

La plupart des ouvriers brésiliens soumis à l'enquête ont conscience de l'origine des problèmes sociaux au Brésil, de l'exploration de la main d'œuvre des émigrés au Portugal, du rythme effréné du travail et des rémunérations inférieures. Mais malgré ces dures conditions, les travailleurs brésiliens ont déclaré avec conviction et emphase que les conditions de travail du Portugal sont préférables à celles du Brésil, leur pays d'origine. Une autre donnée intéressante est l'augmentation significative du nombre de femmes brésiliennes qui se soumettent à la migration internationale vers le Portugal. La formation de réseaux sociaux sous l'initiative des familles et amis afin d'accueillir les nouveaux arrivants; la manque de perspective et d'initiative de la part du Brésil; les représentations mentales du Portugal et de l'Europe aussi bien que les représentations sociales de l'immigration internationale, tous ces facteurs constituent un vecteur de mobilité pour les travailleurs brésiliens en direction de la région centrale du Portugal.

Abstract

The investigation on the insertion of brazilians into the labour market, within the Central Region of Portugal, is a benefit in the way of thinking about the international migration geography of this country. The principal objective of this research is to investigate the causes of the brazilian emigration; the reason of the Central Region of Portugal being chosen and how the brazilian workers have been inserted into the labour market. The counties of Aveiro, Coimbra and Leiria were adopted as a geographic area of study. The comprehension of this territorial mobility has one component in the place itself and another in the world. The global issues interfere directly in the local region that, by its turn, reflects itself in the world. The highlights of this investigation were: the geographic journeys of the brazilian workers; who they are; how they arrived; what is their academic degree; how they insert themselves into the labour market within the analyzed counties; how they notice Brazil and the choice of the Central Region of Portugal as a place of working and living.

Meanwhile the concepts of migration, globalization and labour market were developed; supportive elements were searched to analyze the migration geography into the specific field of social geography. Therefore, it was necessary a connection with the international migration theories overall focusing on the New International Division of Labour and the Migratory Systems. The inquiry results and the Brazilian statements were analyzed and dissolved along the text. Through the empiric research, it was possible to identify that the Central-South Brazilian region is the geographic origin of the majority of the inquired people. The research identified that the main motivation to undertake an international migration heading towards Portugal was not only an economic one, but it also contains subjective elements, which means, the willingness to know and experiment other realities.

The majority of the inquired brazilian workers is aware of: the origin of the social problems inside the country, of the immigrant labor force exploitation in Portugal and also of the intense work rhythm associated to low payments; even though they emphasize their choice rather to Portugal than Brazil. The number of Brazilian women that undertakes the international migration heading towards

Portugal has increased significantly. The social network involving relatives and friends in the welcoming place; the lack of perspective in Brazil; the mind map of Portugal and Europe and also the social icons about the international migration represent a mobility force of the Brazilian workers heading towards Central Region of Portugal.

Índice de figuras

1	Concepção da investigação.....	38
2	População brasileira em Portugal.....	45
3	Local de aplicação dos inquéritos.....	46
4	Empreendimento usando a logomarca brasileira.....	56
5	Níveis de desenvolvimento de países.....	86
6	Níveis de desenvolvimento de países na Europa.....	90
7	Manifestação organizada pela Casa do Brasil de Lisboa.....	98
8	Manifestação dos trabalhadores em Lisboa.....	103
9	Opinião dos inquiridos sobre a distribuição da terra.....	111
10	Formas de regionalização do Brasil.....	113
11	Território dos quilombolas.....	116
12	Endividamento externo.....	129
13	Percentual de crescimento da dívida externa brasileira.....	130
14	Ano de chegada de brasileiros na Região Centro de Portugal	130
15	Anos de estudos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, Brasil e regiões.....	137
16	Escolaridade e faixa etária de brasileiros na Região Centro....	138
17	Escolaridade e faixa etária de brasileiros inquiridos em Lisboa e Setúbal.....	139
18	Distribuição da densidade demográfica brasileira.....	153
19	Distribuição da população brasileira por sexo e idade.....	154
20	A presença de estrangeiros e naturalizados brasileiros.....	155
21	Diáspora brasileira.....	157
22	Países de acolhimento de brasileiros.....	158
23	Principais destinos de trabalhadores brasileiros.....	161
24	Pretensão em ficar e futuros destinos.....	163
25	Conhecimento de outros idiomas.....	165
26	Posição e itinerários de brasileiros no mundo	167
27	Distribuição dos imigrantes brasileiros segundo o sexo.....	171

28	Brasileiros indocumentados por distrito.....	172
29	Brasileiros documentados por distrito.....	174
30	Crescimento efetivo da população, por NUTS II.....	180
31	Índice de envelhecimento da população portuguesa por NUTS II ..	182
32	União Européia.....	187
33	Interações espaciais.....	189
34	Autorização de Permanência (AP) e Autorização de Residência (AR), em Portugal.....	192
35	Origem dos imigrantes em Portugal.....	192
36	Posição das principais comunidades imigrantes em Portugal.....	195
37	Portugal: Comunidades estrangeiras com estatuto de residente..	196
38	Envelhecimento da população da Região Centro.....	205
39	Região Centro: faixa etária da população.....	206
40	População e faixa etária nas sub-regiões geográficas (2002).....	207
41	Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra.....	210
42	Região Centro: principais comunidades estrangeiras.....	211
43	Região Centro: principais comunidades estrangeiras que solicitaram o estatuto de residente – 2004.....	212
44	Área de aplicação dos inquéritos no Distrito de Coimbra.....	215
45	Distrito de Coimbra: Principais comunidades estrangeiras.....	215
46	Distrito de Leiria – Portugal	217
47	Distrito de Leiria: principais comunidades estrangeiras.....	218
48	População do distrito de Leiria por faixa etária.....	220
49	Distrito de Aveiro.....	221
50	Distrito de Aveiro: principais comunidades estrangeiras residentes.....	222
51	Caminhos percorridos antes de emigrar para a Região Centro..	224
52	Regiões de origem dos brasileiros, por distritos analisados.....	225
53	Estado de origem dos trabalhadores brasileiros em Coimbra.....	226
54	Ano de chegada de brasileiros na Região Centro	228
55	Período de chegada de brasileiros nos distritos analisados.....	229
56	As causas da emigração brasileira.....	233
57	Olhares sobre as variáveis motivadoras da emigração brasileira...	234
58	Situação funcional dos inquiridos no Brasil.....	236

59	Origem dos principais problemas sociais no Brasil.....	239
60	Ano de chegada e regime de trabalho.....	252
61	Regime de trabalho e horas trabalhadas.....	252
62	Jornada de trabalho diária e período de chegada.....	253
63	Manifestação dos trabalhadores portugueses.....	254
64	A faixa salarial de brasileiros inquiridos (Euros).....	256
65	Distribuição dos ocupados, por níveis de rendimento, Brasil e regiões, 2003.....	256
66	Redes de solidariedades.....	259
67	Convivências no ambiente de trabalho.....	260
68	Culto evangélico em celebração de casamento.....	261
69	Situação conjugal de brasileiros.....	262
70	Ceia de natal com família lusobrasileira.....	265
71	Manifestação em Coimbra pelo direito à diferença.....	270
72	A relação de trabalho com o patrão.....	271
73	Cumprimento das leis trabalhistas.....	273
74	Mobilidades profissionais de brasileiros.....	278
75	A escolha do lugar para morar e trabalhar.....	286
76	Primeira residência de brasileiros em Portugal.....	288
77	Região de origem de brasileiros inquiridos.....	289
78	Situação funcional antes de sair do Brasil.....	291
79	Redes de contato para a aquisição do primeiro emprego.....	293
80	Reunião evangélica e os brasileiros.....	296
81	Os imigrantes brasileiros no mundo.....	299
82	O retorno ao Brasil.....	302
83	A pretensão de continuar em Portugal segundo ano de chegada	305
84	A pretensão de continuar em Portugal segundo a faixa etária.....	306
85	Intenção em ficar e escolaridades.....	307
86	Futuros itinerários de brasileiros.....	309
87	Níveis de satisfação e insatisfação de brasileiros (%)......	311
88	Percentual da população ativa estrangeira por total da população ativa nacional.....	317
89	Bases para a política imigratória no espaço europeu.....	324
90	Política comunitária de imigração.....	326

91	Faixa salarial dos inquiridos.....	329
92	Pretende ficar em Portugal?.....	330
93	Evolução da população imigrante brasileira.....	341
94	Distribuição geográfica de brasileiros que entraram com pedido de regularização, decorrente do Acordo Lula.....	344
95	Posicionamento de brasileiros sobre o Acordo Lula.....	347
96	Situação de trabalhadores brasileiros.....	350
97	Nacionalidade dos pais de trabalhadores brasileiros.....	354
98	Direitos e deveres entre trabalhadores brasileiros e nacionais...	356
99	Trabalhadores brasileiros têm menos direitos que os nacionais..	356
100	Situação geográfica de Maringá e Vila de Rei.....	363
101	Conhecimento das leis em Portugal.....	366

Índice de tabela

1	Imigrantes no Brasil, por nacionalidade, 1884 a 1933.....	149
2	Imigrantes no Brasil, por nacionalidade, 1945 a 1959.....	150
3	Brasil: população residente por nacionalidade.....	154
4	Proporção da população brasileira em relação à população portuguesa.....	175
5	Evolução da população segundo o sexo, na faixa etária de 0 a 14 anos.....	184
6	Distribuição da população por NUTS III.....	203
7	Distrito de Leiria: área de aplicação dos inquéritos.....	216
8	Componentes territoriais do distrito de Leiria e do concelho de Ourém.....	219

Índice de quadros

1	O que mais conta na decisão de emigrar.....	41
2	Motivação e idade na decisão de emigrar.....	42
3	Variáveis que influenciam na ato de migrar.....	95
4	Estrutura fundiária do Brasil, 1998.....	121
5	Gastos com política fundiária.....	125
6	Evolução da estrutura agrária no Brasil.....	126
7	Frequência escolar dos inquiridos.....	139
8	Brasileiros residentes no exterior, por regiões	162
9	Lugares mais procurados por brasileiros no exterior.....	166
10	Principais comunidades estrangeiras no Japão.....	169
11	Distribuição da população mundial.....	178

12	Elementos da dinâmica populacional.....	179
13	Percentual de estrangeiros na população residente em países da OCDE.....	191
14	Principais comunidades estrangeiras em Portugal.....	193
15	Crescimento da população.....	204
16	Custo de mão-de-obra na produção da indústria (em US\$)....	257
17	Situações constrangedoras no ambiente de trabalho... ..	267
18	Tratamento do patrão.....	272
19	Os patrões não cumprem as leis trabalhistas.....	274
20	Escolaridade e o tipo de ocupação desempenhada por brasileiros.....	281
21	Origem geográfica dos fluxos.....	290
22	Predominância dos níveis de satisfação.....	312
23	Cidadãos estrangeiros em Portugal.....	317
24	Pedidos de regularização de brasileiros por distrito, decorrentes do Acordo Lula.....	345
25	Brasileiros que entraram com o pedido de regularização...	346

Introdução

Os movimentos migratórios são antigos e constituídos de interesse não só individual, como também coletivo. No caso específico do Brasil, desde o século XVI, o país vem sendo construído a partir da contribuição de vários povos: indígenas, portugueses, angolanos, caboverdianos, guineenses, espanhóis, holandeses, entre outros. A atual base étnica da população brasileira é resultado direto da participação desses povos. A interação de variadas culturas continua presente na paisagem, na gastronomia, nos ritmos e nas danças deste imenso país. Até a metade da década de 1950, o Brasil se caracterizava como um país anfitrião de indivíduos oriundos da Europa, África e da Ásia. Foi a partir de 1980 que os brasileiros se engajaram no movimento internacional de trabalhadores (SALES, 2005).

A crise estabelecida no Brasil, sobretudo na década de 1980, estimulou brasileiras e brasileiros a uma dispersão pelo mundo, num ritmo acelerado. O final da década de 1990 marca o crescimento da imigração brasileira em Portugal. À medida que os grandes conglomerados econômicos ampliam o seu poder de controlo sob o território, globalizando-se cada vez mais, através da aquisição das pequenas e médias empresas, presencia-se o desaparecimento gradativo dos armazéns, açougues, lojas, tabernas, restaurantes tradicionais, das feiras, da cultura popular, dentre outros, para dar lugar aos fast foods, como comida a quilo, os trustes, cartéis, enfim às empresas globais.

Em consonância, observa-se por um lado um Estado fraco que não consegue reverter a questão ética, educacional, financeira e social. Por outro lado, existe uma certa imobilidade da população com fraca participação de cidadania. Convive-se com um desnível econômico, social e cultural muito grande que, de uma certa maneira, tem impedido que haja um desenvolvimento. Paralelamente aos altos salários e comissões nos escalões mais elevados da administração privada e pública dos diversos segmentos, sejam eles de ordem estadual, municipal ou federal, ampliam-se os baixos salários, a precariedade dos serviços de saúde e educação, a insegurança social, o que tem motivado um movimento contínuo, de idas e vindas, de trabalhadores que partem, de diferentes Estados do Brasil para vários lugares do mundo em busca de melhores condições

de vida, as quais nem sempre são conseguidas. Os movimentos migratórios trazem modificações acentuadas tanto no lugar de saída quanto no de chegada.

Assim, o presente estudo tem como propósito apresentar os resultados da investigação desenvolvida no âmbito do programa de doutoramento em Geografia, na Universidade de Coimbra. A relevância e a atualidade deste trabalho proporcionaram analisar quem são os brasileiros e as brasileiras que arriscam o “futuro longe de casa” numa migração internacional, com destino à Região Centro de Portugal.

É interessante perceber também como se dá a inclusão desses indivíduos no mundo do trabalho, num outro país. A problemática estudada induz a se pensar o que leva as pessoas a romperem com os medos e atravessarem o Oceano Atlântico para conhecer, muitas vezes, o desconhecido. É o que acontece com muitos brasileiros inquiridos nesta região, embora para uns, esta significou a primeira experiência migratória e, para outros, constituiu mais um itinerário migratório.

A decisão de emigrar constitui uma ruptura que marca a fronteira entre o mundo vivido e o não vivido. Com o passar dos tempos, o trabalhador brasileiro demonstra coragem, ultrapassa a grande “ponte” e ao chegar do outro lado do Atlântico supera os medos de “estar” em outro lugar/país, tendo em vista a perspectiva de realização do sonho. As variáveis psicológicas e econômicas são importantes nesse processo. Como salientou Baganha (2001:135), as migrações internacionais são determinadas pelas desigualdades geo-econômicas entre os países e auto-sustentadas por redes migratórias formais ou informais, mas sobretudo pelo sancionamento político dos Estados envolvidos.

A identificação das causas, da magnitude, da duração e as características foram imprescindíveis para o entendimento da migração internacional de trabalhadores brasileiros. Como ficam os lugares de saída e de chegada dos imigrantes? Certamente as consequências desta ruptura induziram o imigrante a pensar criticamente sobre os dois países: de onde saiu e o que o acolheu. Isso poderá trazer contribuições significativas para a organização de políticas públicas de migração.

A atualidade da temática imigração brasileira tem conduzido cientistas sociais de diversas áreas do conhecimento a se debruçarem sobre as aproximações e os distanciamentos que envolvem pessoas dos dois países,

Portugal e Brasil: Cravidão (1992); Malheiros (1996, 2000); Machado (2003); Fonseca (1996, 2002, 2003); Baganha (2001, 2005); Patarra (2006); Téchio (2006) e Vitorio (2007), entre outros. O que faz um país como Portugal, historicamente de emigração, tornar-se também de imigração, e como o Brasil, rico do ponto de vista ambiental e cultural, insere-se no contexto das migrações internacionais como exportador de mão-de-obra para o “mercado secundário segmentado”, constituíram questionamentos básicos para a compreensão desta realidade e delineadores desta investigação.

O interesse pelo estudo deste tema surgiu na conclusão da dissertação de mestrado, na qual se abordou sobre Modernidade, Educação e Mundo do Trabalho. Durante essa investigação, analisou-se o desemprego em Santo Antônio de Jesus, uma cidade média da Bahia, Brasil. Nesse percurso, identificaram-se alguns entrevistados que estavam migrando para Portugal, perspectivando um emprego que lhes garantisse uma melhor qualidade de vida. Com esse fato, aguçou-se a curiosidade para se entender como os brasileiros iriam inserir-se no mercado de trabalho, em um país do Sul da Europa. Essas inquietações estimularam o aprofundamento deste estudo, cuja abrangência da questão propiciou a identificação de uma área geográfica fora do eixo metropolitano de Portugal. Para isso, ao escolher a Região Centro desse país, adotou-se como base os distritos de Leiria, Coimbra e Aveiro. Pode-se salientar dois motivos, identificados como principais, na escolha da área de investigação.

1) Os estudos sobre a imigração brasileira em Portugal são poucos. Alguns referem-se ao país como um todo e outros estão centralizados nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. Com isso, destacaram-se os trabalhos de Machado (2003), Casa do Brasil de Lisboa (2004), Patarra (2006), Téchio (2006) e Vitorio (2007).

2) Os distritos escolhidos para o desenvolvimento da investigação constituíram, no século XX, áreas de saída de portugueses para o Brasil e, atualmente, áreas de acolhimento de muitos brasileiros. A pesquisa identificou alguns filhos de emigrantes portugueses oriundos do distrito de Coimbra e Leiria, com o destino ao Brasil, em épocas passadas. Isso reforça a escolha da Região Centro visto que é carente de pesquisas sobre a inclusão de brasileiros no mundo do trabalho. O entendimento das motivações que influenciaram na decisão de sair do Brasil e da escolha de Portugal para morar e trabalhar, sobretudo como esses

trabalhadores se inserem no mundo do trabalho português, constituiu o objetivo delineador deste estudo.

As proposições teóricas que buscam a inter-relação das variáveis macro e microeconômicas estão na base de entendimento dos movimentos internacionais de trabalhadores, conforme discutido por Castles, S. *et al.* (1973); Cohen (1995); Massey *et al.* (1998); Malheiros (2000); Fonseca (2003 e 2005). A emigração brasileira pode ser analisada sobre vários prismas. Nesta tese, a diáspora brasileira é entendida como consequência dos processos econômicos, sociais e psicológicos construídos historicamente, resultado do processo de globalização e delineadores da Nova Divisão Internacional do Trabalho e dos Sistemas Migratórios.

A análise desse fenômeno requer uma abordagem transdisciplinar, com um olhar no mundo e outro no lugar, a envolver diferentes áreas do conhecimento. Os elementos propulsores da emigração e a forma de integração na sociedade de acolhimento constituem variáveis importantes para compreensão das dinâmicas territoriais tanto no Brasil, caracterizado, no momento atual, como um país dispensor de mão-de-obra, como em Portugal, repulsor de trabalhadores nacionais e receptor de trabalhadores estrangeiros.

Os movimentos migratórios envolvendo os dois países remetem a se pensar por um lado, o que faz um país passar de receptor para repulsor de mão-de-obra e, por outro lado, o que faz um país continuar sendo dispensor de mão-de-obra nacional porém, também, receptor de trabalhadores estrangeiros. O Brasil, historicamente, teve destaque como um país receptor de mão-de-obra estrangeira. Para este lugar, vieram não somente trabalhadores escravizados, como também trabalhadores livres e/ou presidiários portugueses a fim de cumprirem sentença penal.

Ao analisar as causas da emigração brasileira em direção a Portugal e ao tentar compreender como os inquiridos percebem esta questão, três pontos despertaram a atenção:

1) a maioria dos trabalhadores brasileiros investigados tem consciência de que o Brasil é um país rico e que tem condições de resolver a questão social;

2) o contributo dos imigrantes, tanto no país de origem, através das remessas e/ou compras de imóveis, investimentos bancários, como no país de recepção, é reconhecido pelos trabalhadores brasileiros;

3) o trabalho é muito pesado e o salário é baixo, mas enfatizaram ser melhor do que ficar no Brasil.

Os pontos elencados pelos inquiridos são complexos e foram desenvolvidos no transcorrer da tese. Ao longo da pesquisa de campo, apontaram também a vastidão do território, com solos agricultáveis, onde poderiam plantar e desenvolver as atividades no campo, como uma característica importante ao desenvolvimento social. Durante a investigação, identificaram-se também alguns trabalhadores brasileiros que têm uma relação mais estreita com a propriedade rural. São filhos(as) de ex-proprietários de terra que, na década de 1970, por circunstância da ausência de estímulo à média e à pequena propriedade rural, tiveram que vender o imóvel e migrar para os grandes centros urbanos, a exemplo de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Esta é uma questão muito presente na história agrária brasileira, já discutida por vários autores¹ que investigaram sobre a pobreza rural e o processo de latifundialização do Brasil, o que será aprofundado no capítulo III.

A proximidade da língua, o processo histórico de colonização vivido pelos dois países e a possibilidade de emigrar para os Estados Unidos, ou um outro país da Europa, constituem elementos delineadores da nova vaga da imigração brasileira. Com o desejo de conquistar as condições objetivas para a continuidade da vida e a necessidade de conhecer novas experiências, fazem brasileiros e brasileiras chegarem ao aeroporto de Lisboa, ou ao Porto com muita vontade de trabalhar, carregando na “bagagem” esperanças e expectativas.

Essa mobilidade territorial decorre da desestruturação interna do capitalismo e da imposição das regras da globalização que têm proporcionado um clima de instabilidade política, social e econômica, criando rupturas e novos “muros invisíveis”, através da nova escravidão, da prostituição, do tráfico de pessoas e de órgãos, do desemprego, subemprego, dificuldade de acesso ao visto de trabalho, dentre outros.

As primeiras correntes migratórias de brasileiros para Portugal aconteceram a partir de 1980 quando o país acolhedor saiu do regime salazarista. As migrações internacionais de trabalhadores brasileiros evidenciam as fragilidades do território demarcadas por uma crescente concentração de renda tanto no

¹ Furtado (1972); Martins (1973, 1980, 1988); Vianna (1994); Silva (1982); Andrade (1994); Stédile (1997) e Silva (2004).

campo como na cidade. A globalização, ao demandar um processo de tecnificação do território, produz efeitos antagônicos: facilidade e dificuldade de acesso à comunicação e às dinâmicas territoriais.

É nesse sentido que a tese procura analisar: o porquê da diáspora brasileira em direção a um país do Sul da Europa e como os trabalhadores se inserem no mundo do trabalho na Região Centro de Portugal. Para isso, estabeleceu-se um nexo temporal para entender o que leva um país como o Brasil, rico do ponto de vista ambiental e cultural, mas também portador de tamanha desigualdade social, a motivar brasileiros e brasileiras a realizarem uma migração internacional de trabalho. Entender como os imigrantes brasileiros inserem-se no mundo do trabalho na Região Centro de Portugal, de onde vieram, a escolaridade, habilidades profissionais, a relação que têm com o povo português, como constroem as relações territoriais e por que migraram, constituem questionamentos delineadores desta pesquisa.

Com o intuito de melhor aproximação com os sujeitos da pesquisa e a compreensão da realidade estudada, foi importante a aplicação dos inquéritos e, sobretudo, os depoimentos de trabalhadores brasileiros entrevistados, explicado no capítulo I. Nesta dissertação, apresentaram-se os resultados da pesquisa de campo sobre os brasileiros que estão a trabalhar na Região Centro de Portugal, nomeadamente nos distritos de Aveiro, Leiria e Coimbra. Os dados resultantes da pesquisa empírica foram tratados na planilha estatística do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e as informações para a constituição da base cartográfica foram processadas no *Arc View*, no *Excel* e *PowerPoint*, objetivando explicar a realidade, conforme capítulo I.

O plano da investigação foi pensado de modo a não separar o quadro empírico do teórico. Os resultados das entrevistas e dos inquéritos aplicados à comunidade brasileira nos distritos analisados foram incluídos no transcorrer da tese, porém com maior ênfase nos três últimos capítulos. Para melhor desenvolvimento dos objetivos propostos, das hipóteses e dos questionamentos básicos da investigação, a tese foi estruturada em sete capítulos, seguida de conclusão, bibliografia e anexos. Cada capítulo encontra-se interligado ao todo da realidade estudada. Partiu-se da compreensão mais ampla das realidades estudadas até o particular, os trabalhadores brasileiros na Região Centro de Portugal.

No primeiro capítulo, foi definido o estado da arte relativamente ao tema da pesquisa. As bases teóricas norteadoras da investigação seguem a partir da definição dos objetivos, da identificação dos sujeitos da pesquisa, dos problemas abordados e das hipóteses de trabalho. Os procedimentos metodológicos serviram de base para a compreensão da inter-relação do trabalho empírico com o teórico.

No segundo capítulo, aproximou-se dos conceitos que envolvem a migração e as teorias que explicam os contornos das migrações internacionais. No âmbito da Geografia, o entendimento das mobilidades territoriais no contexto da globalização e do mundo do trabalho tornou-se um caminho importante para a compreensão da imigração brasileira na Região Centro de Portugal. As teorias que discorrem sobre o movimento internacional de trabalhadores abrem uma perspectiva para entender que esta temática tem uma componente explicativa no lugar e outra no mundo. Esse entendimento passa pela forma com o país foi construído historicamente, caracterizado por uma concentração da riqueza em mãos de poucos, pela baixa ação do Estado e pelos preceitos da globalização.

A inserção de trabalhadores brasileiros no mundo do trabalho na Região Centro de Portugal passa pelo entendimento de duas bases geográficas: lugar de saída e o lugar de chegada. Por que saíram? Quais os instrumentos que lhes darão maior mobilidade profissional? Como a população autóctone olha para seus conterrâneos? Nesse sentido, os questionamentos básicos da investigação sobre as variáveis propulsoras da emigração, como o acesso aos meios de produção (terra, capital e trabalho), a formação dos latifúndios, a reestruturação, a gestão do território e o papel da educação constituíram pontos de aprofundamento no **capítulo terceiro**. As causas explicativas dos desníveis sociais e econômicos que impulsionam mais da metade da população brasileira para os bolsões de pobreza e para a emigração forçada (de uma certa forma) estão relacionadas com a estrutura fundiária concentrada (não somente no campo como na cidade), com a interferência do capital estrangeiro e a gestão do território. Assim, nesta pesquisa, estas variáveis foram priorizadas no entendimento da diáspora brasileira como também indica **um contributo para pensar a Geografia da migração brasileira em direção à Região Centro de Portugal**.

Após entendimento das causas que norteiam o processo emigratório brasileiro, analisou-se o tema à luz da teoria dos Sistemas Migratórios. Isso

porque a adequação da teoria para a realidade do Brasil e a de Portugal constituiu um aporte relevante para a compreensão das novas configurações territoriais, constituindo o campo de abordagem do **capítulo quatro**. A fim de deixar mais claro possível, o Brasil foi inserido em três sistemas migratórios. Cada um apresenta característica própria e está interligado entre si.

Para efeito didático, foram estabelecidos três períodos, desde a colônia, passando pela industrialização até o atual momento. Em seguida, elaborou-se a cartografia da i(e)migração brasileira destacando os caminhos percorridos por brasileiros com destino à semi-periferia do capitalismo internacional. Por conseguinte, analisou-se a reestruturação do território português para o recebimento de novos imigrantes. Os elementos propulsores que fazem o país passar da fase da emigração para imigração também foram estudados.

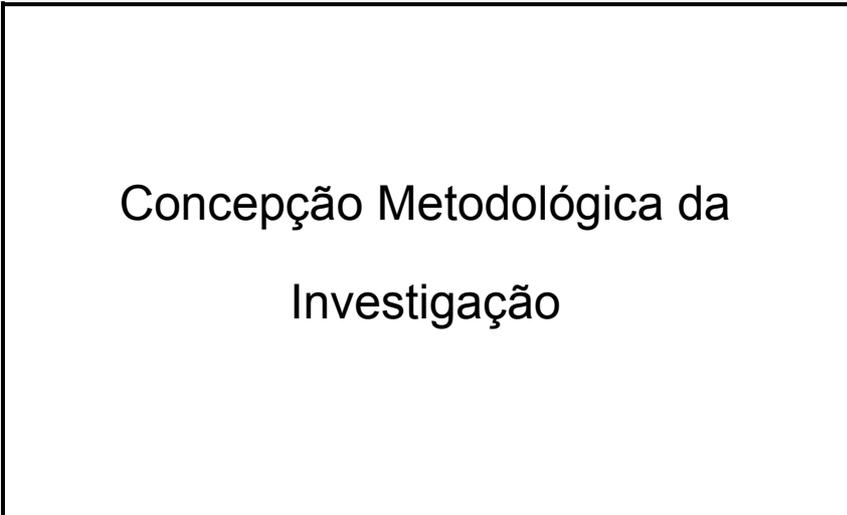
Após a análise desta base conceitual, procurou-se conhecer a geografia da imigração brasileira na Região Centro, assim como os distritos escolhidos para o trabalho de campo. Desse modo, no **quinto capítulo**, procurou-se situar a área em estudo no contexto da economia nacional e europeia. A distribuição da população, a faixa etária, o grau de instrução e como a Região Centro se insere no processo de reestruturação econômica também foram objeto deste capítulo. Salienta-se que no transcorrer da investigação buscou-se sempre fazer uma correlação com a pesquisa de campo. No entanto, a análise mais específica de como os trabalhadores brasileiros se incluem nesta Região foi estudada a partir desse capítulo. Neste, a temática foi enquadrada dando evidência à cartografia da imigração brasileira, na Região Centro. Em seguida foi analisada a inserção dos trabalhadores inquiridos nos distritos de Coimbra, Leiria e Aveiro.

Foi desenvolvida no **sexto capítulo** a forma de interação dos inquiridos ao mundo do trabalho, assim como a interlocução com a população autóctone e outros trabalhadores imigrantes. A inserção no ambiente de trabalho, as relações e convivências, as mobilidades profissionais, a escolarização, as redes sociais, as organizações de solidariedade, os futuros percursos migratórios e o nível de satisfação e insatisfação dos trabalhadores brasileiros foram abordados neste capítulo.

A política de imigração em Portugal e como o governo brasileiro tem olhado para os seus emigrantes foram desenvolvidos no **capítulo sétimo**. Procurou-se entender as bases para a inserção de Portugal na União Europeia, os acordos e

tratados de regulação no espaço europeu, as políticas migratórias, os percursos de cidadania, a aquisição da nacionalidade, o conhecimento das leis trabalhistas em Portugal, os acordos e os tratados entre os dois países. Para finalizar, foram feitas as conclusões sobre o tema, a indicação da bibliografia e os anexos.

Capítulo I



Concepção Metodológica da Investigação

1 - Conceção metodológica

O estudo da Geografia das Migrações envolve o conhecimento de uma pluralidade de concepções teórico-metodológicas. No âmbito desta área, partilha-se com as experiências das diversas correntes no intuito de entender o movimento internacional de trabalhadores brasileiros face às mudanças do mundo do trabalho. A Geografia das Migrações, derivada da Geografia Social, tem sua base filosófica na escola francesa, entre os anos 1960 e 1970 ao surgir como subdisciplina da Geografia Humana. Isto porque no final do século XX, a Europa estava passando por uma série de conflitos sociais, marcados por protestos de diversos segmentos em defesa dos direitos civis, do direito dos imigrantes, dos movimentos feministas, dentre outros, reforçando assim as bases para a compreensão de uma geografia em mudança.

A cartografia, a utilização de métodos quantitativos e a descrição da paisagem são indispensáveis no dimensionamento dos movimentos sócio-espaciais. No entanto, no final do século XX, verificou-se a necessidade de inserir outros elementos na leitura do espaço, uma vez que esta forma de analisar precisava de maior aproximação com a realidade. Era importante ir além da imagem e dos números, buscar novos signos e significados. O estudo da paisagem estava além do aparente, o visível e o não visível também eram importantes. Diante disso, a partir de 1980, a Geografia das Migrações é influenciada pela Geografia Cultural e Humanista, em que os signos, as experiências, as representações e os propósitos das ações humanas ganharam relevância no entendimento das dinâmicas sociais. Dessa forma, as leituras do mundo passam a contemplar temas variados como: desigualdade, identidade, migração, significado e representações. “Aumentam as dificuldades para distinguir a Geografia Social da Geografia Cultural” (VALENTINE, 2001:1). As transformações evidenciadas no presente reafirmam a necessidade de entender os movimentos migratórios em uma perspectiva em que os elementos espaciais estão interagindo entre si. Por conseguinte, eles são interdependentes.

No movimento internacional de trabalhadores, a investigação perpassa por várias correntes metodológicas, desde as empiristas até as economicistas.

Concorda-se com os autores que afirmam a não existência de uma única teoria geral das migrações internacionais a qual dê conta da bagagem emanada pelo campo empírico, conforme Baganha (2001) e Fonseca (2005). Salienta-se que, para o enquadramento da tese, foi necessário estabelecer uma ponte que ligasse diversas teorias, por entender que possibilitam maior sustentação na compreensão do tema em estudo. Isso em razão das estruturas sociais serem direcionadas pelas elites, que de uma certa forma, limitam as liberdades individuais. Assim, o estudo das migrações no âmbito da Geografia possibilita a articulação das diferentes correntes epistemológicas, o que contribui para uma aproximação com a realidade. A figura 1 mostra a forma como a concepção da investigação foi desenvolvida.

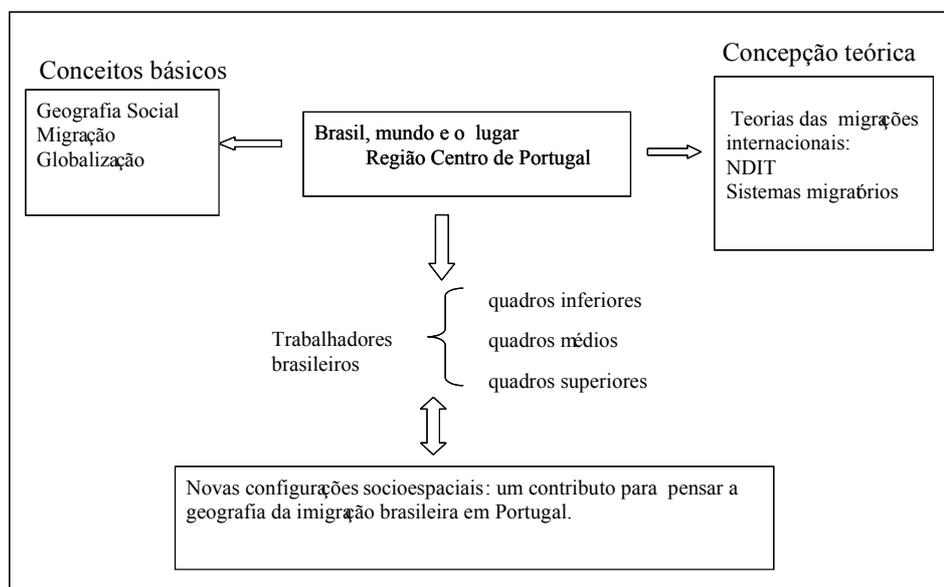


Figura 1 – Concepção da investigação.

Fonte: Elaboração própria, 2004.

A concepção da investigação demonstrada na figura acima tem ajudado a entender que nenhuma teoria, por si só, consegue consubstanciar, suficientemente, as questões básicas da investigação. A Pluralidade de concepções teóricas e de métodos científicos faz-se indispensável para a compreensão da realidade estudada. Este constitui o fio condutor da pesquisa. Nesta perspectiva, o entendimento dos elementos impulsionadores da migração internacional de brasileiros, ou seja, a economia, a intersubjetividade e a cultura migratória são importantes para o conhecimento desta realidade. A abordagem

quantitativa e qualitativa tem sido fundamentais para o entendimento dos elementos de repulsão e de atração da dinâmica migratória. Sabe-se que esta linha de raciocínio tem limitações e poderá não responder plenamente aos objetivos propostos, mas em função da necessidade de interagir o econômico com o cultural, é que se optou por este caminho teórico-metodológico.

Esta reflexão tem como base evidenciar a forma como o tema em estudo foi desenvolvido. A propósito, este baseia-se no entrelaçamento das concepções teóricas e empíricas, culminando num contributo para se pensar a Geografia das Migrações, enquanto ciência social, na explicação da nova ordem territorial e mundial. Isso porque as mudanças que estão a ocorrer no mundo do trabalho têm como componentes uma ação no lugar e outra no mundo.

Ao compreender a geografia enquanto disciplina básica para perceber a interconexão dos “objetos materiais e não materiais” presentes na construção do território, surgem algumas reflexões. Será que a motivação da emigração brasileira é apenas econômica, ou será que os elementos subjetivos também contam na decisão de emigrar? Este questionamento baseia-se na assertiva de que se a motivação fosse apenas econômica por que menos de 1% da população brasileira submete-se a uma migração internacional? Até que ponto existe uma relação entre a globalização e a imigração brasileira nos finais dos anos de 1990? Será que a intensificação da imigração no final do século XX, em direção a um país semiperiférico como Portugal irá impulsionar uma territorialização multicultural ou será que se caminha para um mundo multicultural desterritorializado?

Pensa-se que a geografia das migrações poderá contribuir para esta nova leitura do mundo e dos lugares, ao demonstrar como o território vem sendo (re/des)construído ao longo dos anos. Entender as territorialidades, desterritorialidades e reterritorializações passa pela busca do sentir e compreender o movimento e a mutação da paisagem, assim como o papel das técnicas e dos meios de comunicação na produção de saberes. Nessa direção, a definição dos objetivos e dos sujeitos da investigação tornam-se indispensáveis.

2 – Objetivos

O conhecimento dos processos que envolvem a imigração brasileira constitui uma forma de saber, o que poderá ser usado nas políticas públicas de Portugal e do Brasil. Constitui também uma fonte de poder que poderá ser utilizada a depender dos objetivos a que se destina. Em decorrência de posições que algumas vezes possam despertar conflitos no entendimento do tema, a investigação terá o cuidado necessário em relação ao sentido e a função deste saber. Alguns autores estabelecem uma crítica sobre o uso, a função social e a quem interessa a produção dos saberes.

Ao analisar a ética e a responsabilidade do cientista na produção de conhecimento, Morin salienta que “ o saber já não é para ser pensado, refletido, meditado, discutido por seres humanos para esclarecer sua visão do mundo e sua ação no mundo, mas é produzido para ser armazenado em bancos de dados e manipulados por poderes anônimos” (MORIN, 2000:120). A atualidade desta avaliação crítica, de certa forma muito incisiva para a responsabilização ética, induz a pensar a sociedade contemporânea, ocidentalizada, marcada por um fundamentalismo de mercado que permeia e desvirtua, por vezes, o sentido da produção de conhecimento. Ao reconhecer a responsabilidade social com a produção dos saberes, cabe ao investigador ter consciência das interações solidárias e complexas entre as esferas científicas, econômicas, técnicas, sociológicas e políticas.

Nesse sentido, mesmo tendo a consciência das limitações desta investigação em não possuir uma “solução mágica” para a questão da imigração brasileira, a tese tem como objetivo primeiro investigar as causas da emigração brasileira, as razões da escolha do lugar e como o(a) trabalhador(a) brasileiro(a) têm-se inserido no mundo do trabalho na Região Centro de Portugal. No atual contexto da geografia das migrações, as variáveis econômicas estão na origem dos movimentos migratórios contemporâneos. Entretanto, em atenção a esta questão, no caso da realidade estudada, as variáveis psicológicas e culturais também atuaram no momento da decisão de emigrar. Isso porque ao perguntar aos trabalhadores brasileiros sobre os fatores que mais contavam na hora da decisão de emigrar, alegaram que, além dos fatores econômicos, a exemplo da condição financeira, desemprego e os baixos salários, como também a coragem,

a força de vontade e a aquisição de novas experiências, conforme retratado no quadro 1.

Respostas / Variáveis	Coragem e força de vontade. (%)	Condição financeira (%)	Desemprego (%)	Baixos salários (%)	Adquirir novas experiências (%)
Concordo muito	73,5	57,8	26,4	47,8	56,2
Concordo	15,2	22,5	8,4	16,8	21,9
Concordo pouco	5,1	8,4	10,1	3,4	7,9
Não Concordo	2,8	6,2	50,6	29,2	10,1
Não respondeu	3,4	5,1	4,5	2,8	3,9
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 1– O que mais conta na decisão de emigrar.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A primeira variável constante no quadro 1 despertou a atenção em querer identificar a faixa etária dos inquiridos. Assim, foi realizado o cruzamento de dados envolvendo faixa etária e as variáveis coragem e força de vontade dos inquiridos que salientaram, significativamente, como importantes na hora da decisão de emigrar, (quadro 2). De acordo com este indicador, obteve-se, para a resposta concordo muito, 73,5%. Desses 32,6% estão na faixa etária de 26 a 34 anos, 19,1% têm idades entre 17 e 25 anos e 15,7 % estão na faixa etária de 35 a 43 anos. Esta correlação fornece elementos para identificar que as respostas estão concentradas nos dois primeiros grupos etários. Apenas 2,8% dos inquiridos não concordam com que estas variáveis desempenham um peso significativo na hora da decisão de emigrar.

Idades (anos)	Força de vontade e coragem (%)					Total
	Concordo muito	Concordo	Concordo pouco	Não concordo	Não respondeu	
17 – 25	19,1	3,4	2,2	1,1	1,7	27,5
26 – 34	32,6	7,3	1,7	0,6	1,7	43,8
35 – 43	15,7	3,9	1,1	1,1	-	21,9
44 – 52	3,9	0,6	-	-	-	4,5
> 53	2,2	-	-	-	-	2,2
Total	73,5	15,2	5,1	2,8	3,4	100,00

Quadro 2 – Motivação e idade na decisão de migrar.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Os principais aspectos e as motivações da emigração brasileira com destino à Região Centro de Portugal constitui um contributo significativo para compreender como ambos os países passaram a ser emissor e receptor de mão-de-obra. Nessa direção, a presente investigação debruça-se sobre elementos que possam subsidiar as políticas migratórias tanto no Brasil como em Portugal, caracterizando as ações do governo português e brasileiro no tocante às leis, à política de integração dos imigrantes brasileiros e de distribuição de renda.

A partir do final da década de 1990, ampliam-se as discussões sobre o papel da mão-de-obra imigrante na sociedade portuguesa. Esta questão apresenta muitas controvérsias. Um segmento da sociedade portuguesa pensa que não existe a necessidade de trabalhadores imigrantes, alegando que o desemprego está aumentando em Portugal. Outro segmento defende a necessidade de trabalhadores imigrantes, uma vez que a população portuguesa está envelhecida e para manter o crescimento da população e a segurança social faz-se necessária a existência destes trabalhadores. Essa dualidade de opinião está muito presente nos meios de comunicação de massa e no senso comum, expressa um pensamento exagerado de que os imigrantes estão ocupando os postos de

trabalho dos nacionais. Trata-se de uma percepção com excesso, uma vez que os trabalhadores imigrantes têm ocupado atualmente os postos de trabalho do mercado segmentado secundário, ou seja, trabalho mal pago e, em alguns casos, com certo perigo. Várias pesquisas vêm sendo realizadas com intuito de esclarecer tal situação. Alguns estudos patrocinados pela União Europeia, através do Alto Comissariado para a Imigração e Comunidades Étnicas, os quais têm discorrido sobre a contribuição destes trabalhadores para a manutenção da economia portuguesa e a segurança social: Carvalho (2004); Ferreira *et al.* (2004).

Os estudos sobre a imigração em Portugal têm aumentado e diversificado nas últimas décadas. Entretanto, constitui um campo aberto para o aprofundamento da investigação sobre a inserção das comunidades imigrantes e o papel do poder executivo na integração destas comunidades. A necessidade de conhecer mais profundamente a inclusão dos imigrantes brasileiros no mundo do trabalho português tem despertado a atenção de alguns estudiosos, a exemplo de Machado (Op. cit.), Téchio (Op. cit.), Santos (2006), Vitorio (Op. cit.) e outros. É dessa forma que a presente investigação teve como proposta conhecer melhor os sujeitos, identificar a escolaridade, o lugar de origem, as funções ocupadas, as razões pelas quais migraram e como se estão inserindo no mundo do trabalho, na Região Centro de Portugal.

3 - Sujeitos da investigação

Os movimentos populacionais entre o Portugal e Brasil são antigos, datados desde o século XVI. Desde a colonização, guardadas as devidas proporções históricas, econômicas e de poder, as relações têm sido intensas, os brasileiros sempre receberam seus conterrâneos portugueses. Com o passar dos anos, o agravamento dos problemas sociais, demarcado pelo aumento do desemprego, empobrecimento de parcela significativa da população e concentração de riqueza em mãos de poucos têm levado brasileiros e brasileiras a atravessarem o Oceano Atlântico, em busca de alternativas para o sustento pessoal e da família, em direção a Portugal.

Os trabalhadores brasileiros carregam consigo suas histórias, experiências e promovem transformações tanto no país de origem como no de chegada. Estes,

ao chegarem em Portugal, são considerados imigrantes. Para permitir maior visibilidade da problemática estudada, nesta pesquisa, procurou-se definir melhor quem são os sujeitos da investigação. Para tanto, o universo de estudo é composto de:

1. trabalhadores brasileiros que estão a desenvolver uma atividade econômica na Região Centro de Portugal;
2. cônjuge brasileiro(a) de português ou portuguesa;
3. brasileiros nacionalizados portugueses;
4. os que adotaram o Brasil como pátria afetiva².

A delimitação temporal estabelecida não foi rígida, definiu-se que os inquiridos são os que entraram no país até 2005, sobretudo a partir da década de 1990. Isso porque a pesquisa aponta que, a partir desta década, com o fracasso dos diversos planejamentos, aumentaram os problemas sociais no Brasil, o que estimulou a emigração brasileira em direção a vários países, inclusive Portugal.

A escolha dos inquiridos foi aleatória, logo não se estabeleceu prioridades em relação à faixa etária. Na composição deste universo (maiores de 17 anos), adotaram-se os seguintes critérios:

- a) grupo etário de 17 – 25
- b) grupo etário de 26 - 34
- c) grupo etário de 35 - 43
- d) grupo etário de 44 - 52
- e) grupo etário de > 52

Inicialmente, a amostra foi dimensionada para a aplicação de 400 inquéritos. Entretanto, face ao ritmo de ocupação dos trabalhadores brasileiros, teve-se que redimensionar para uma amostragem de 190 inquéritos aplicados diretamente e 25 entrevistas, conforme maior aprofundamento da pesquisa de campo. O universo de análise compreendeu trabalhadores brasileiros portadores de visto de trabalho, com dupla nacionalidade e um número significativo de imigrantes sem nenhum pedido de documentação para a permanência em Portugal.

Os brasileiros não estão concentrados geograficamente em Portugal, mas pulverizados em todas as regiões do país, sobretudo nas áreas litorâneas onde há uma maior oferta de serviços, nomeadamente para atender a indústria turística.

² Não foram muitos, tiveram dois casos. São filhos de portugueses, nasceram em Portugal e migraram para o Brasil ainda bebê, acompanhando os pais. Eles se identificaram como brasileiros.

No tempo presente, não se sabe ao certo o quantitativo de brasileiros em território português. Segundo o SEF (2005), a população brasileira é de 31.353, sendo 16.731 mulheres e 14.622 homens. Para o Ministério das Relações Exteriores (2004), os dados cedidos pela Diretoria-Geral de Assuntos Consulares informaram que há 78.697 brasileiros morando em Portugal. Esclarece-se que estes dados apresentam limitações quanto ao valor exato do número de brasileiros em Portugal, o que certamente não reflete a realidade. Para efeito desta pesquisa, utilizaram-se os dados do Serviço de Estrangeiro e Fronteiras de Portugal, do Instituto Nacional de Estatísticas e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. A figura 2 evidencia a distribuição da população brasileira por distritos³.

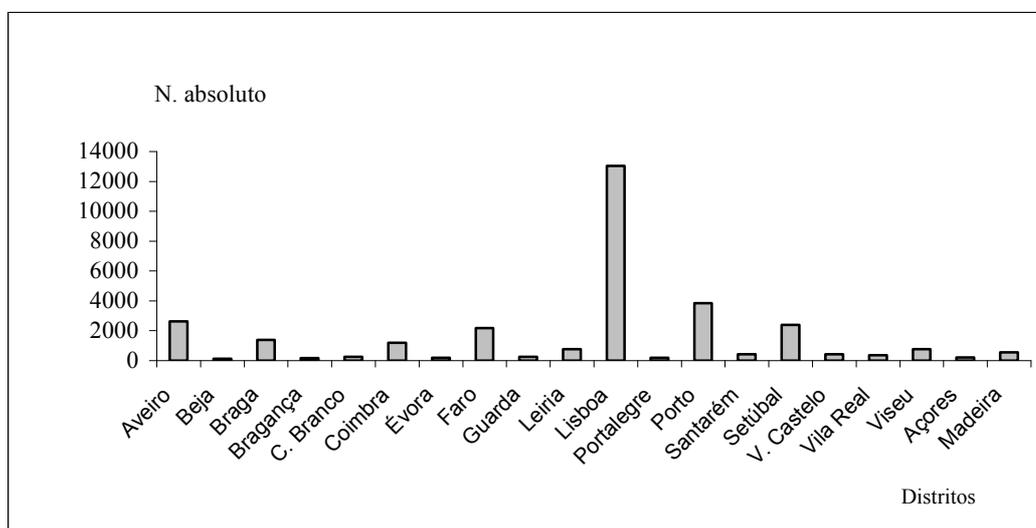


Figura 2 – População brasileira em Portugal.

Fonte: Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, 2005.

A análise da figura 2 demonstra a concentração geográfica da comunidade brasileira nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, porém com uma grande tendência à dispersão territorial. Esta concentração pode ser justificada em função da maior oferta de empregos como também Lisboa e o Porto serem a porta de entrada para os imigrantes sobretudo para aqueles que não possuem parentes e/ou amigos em Portugal.

³ Existem várias divisões regionais em Portugal. Distrito constitui uma denominação. O país foi dividido em 20 distritos, sendo 18 situados no continente e 2 situados nas Ilhas. O S.E.F. tomou como base esta divisão regional.

A desterritorialização dos investimentos econômicos, antes centrados nas regiões metropolitanas, e das estratégias territoriais do governo português/União Europeia tem implicado profundas modificações inter-regionais. A existência de redes sociais de parentesco e de amizade têm contribuído também para a dispersão regional da população imigrante brasileira. É nesse quadro que os distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria foram delimitados com área de estudo.

4 - Delimitação da área de estudo

As regiões de Lisboa, Norte e Centro apresentam um maior quantitativo de brasileiros/as. Quanto à distribuição da população brasileira em Portugal, os distritos de Aveiro, Setúbal, Faro, Braga, Leiria e Coimbra têm destaque. Como o processo de emigração brasileira em direção a este país é relativamente novo, data de 1980, e em função dos trabalhos desta investigação darem maior ênfase às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, adotou-se a Região Centro para o estudo da imigração brasileira, (figura 3).

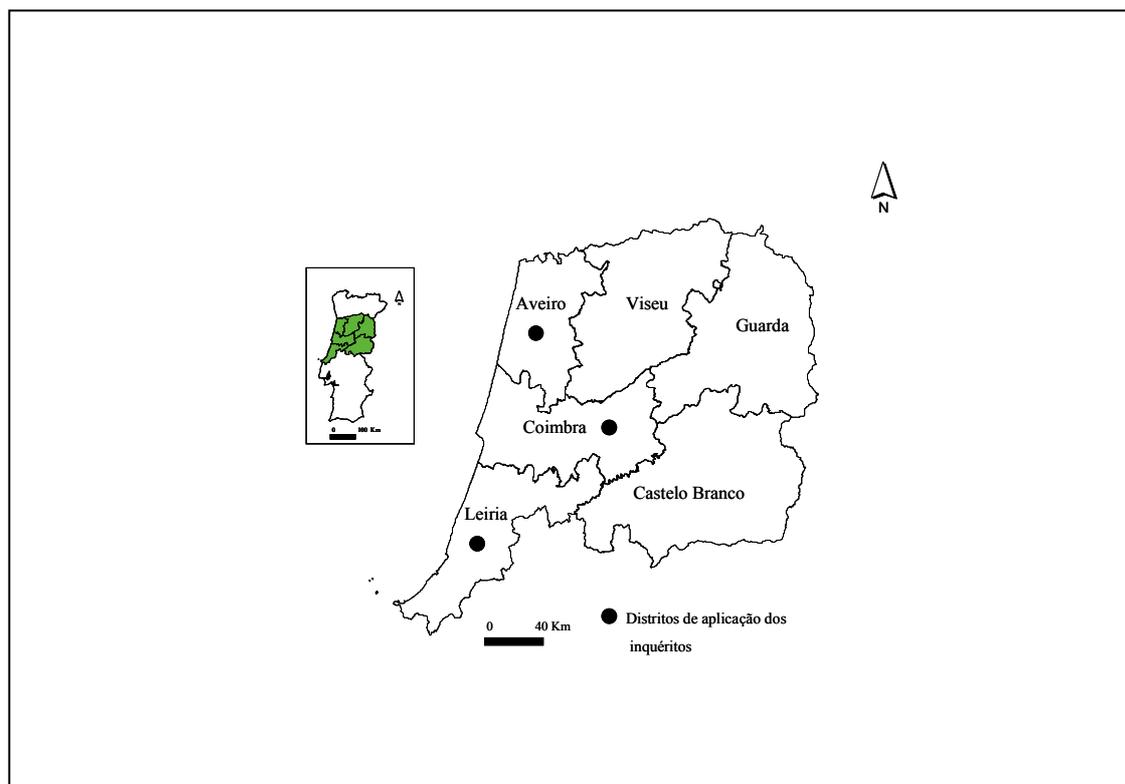


Figura 3 – Local de aplicação dos inquéritos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Nesta, os distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria foram definidos como área geográfica da pesquisa. Estes distritos, localizados na Região Centro, além de apresentarem uma relação histórica muito forte, uma vez que muitos portugueses, oriundos desta região, emigraram para o Brasil em épocas passadas, a Região tem potencializado vários investimentos, o que tem atraído os trabalhadores imigrantes. Em decorrência da forma de distribuição espacial da comunidade brasileira nessa região, escolheram-se os concelhos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Mira, Espinho e Vila Nova de Poiares como fonte da pesquisa empírica. É interessante salientar alguns pontos que favoreceram à definição da Região Centro como área de estudo para esta investigação.

As relações históricas entre os dois países evidenciam não só uma relação de parentesco como também econômica, sobretudo nos períodos de crise social em Portugal. Assim, do século XVI à metade do XX, muitos portugueses, para fugirem da pobreza em que viviam, emigraram desta Região para o Brasil, conforme salienta Cravidão (Op.cit.). Durante o transcorrer da pesquisa de campo, identificou-se que 7,69 % dos inquiridos no Concelho de Coimbra, os pais nasceram em Concelhos da área em estudo. Atualmente, alguns deles/as ou os seus descendentes diretos estão num movimento contrário em direção à região.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2003), esta Região apresenta a segunda menor taxa de desemprego do país atingindo um total de 4,2 %. Quanto à dinâmica da população, a Região Centro constitui a segunda mais envelhecida do país, o que demonstra a oferta de uma série de serviços de cuidados com idosos, restaurantes e restauração, dentre outros, o que tem ocupado também a mão-de-obra brasileira.

Ao visar reduzir as disparidades regionais e a deslocação dos investimentos públicos com os fundos estruturais da União Europeia, antes centralizado nas duas áreas metropolitanas, sobretudo na região de Lisboa e Vale do Tejo, foi criado o II Quadro de Apoio Comunitário, QCA⁴, em 1993. O Programa de Desenvolvimento da Região Centro, PROCENTRO, tem estimulado o desenvolvimento de várias atividades e contribuiu para aumentar o Produto

⁴ O II QCA desenvolvido no período de 1994 a 1999 constitui um programa que apoiou 78 Municípios na Região Centro. Este foi financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que teve como objetivo reduzir os atrasos estruturais da Regiões mais desfavorecidas, intensificando a solidariedade dos Estados-Membros e aumentando a coesão econômica e social (PROCENTRO, 2000). No caso da Região Centro o principal objetivo foi reduzir a assimetria entre o litoral, mais desenvolvido, e o interior, menos desenvolvido.

Interno Bruto (PIB) regional, ao criar novas oportunidades de emprego e renda. Os investimentos na área da construção civil, hotelaria, restaurante, restauração têm criado ofertas de emprego para a população. No geral, como a maioria dos postos de trabalho é do tipo sazonal, de pouco interesse para a população autóctone, sobretudo em função dos baixos salários e periculosidade, estes postos de trabalho têm atraído o olhar do imigrante brasileiro, nomeadamente no ramo da hotelaria, restaurante e restauração, assim como de outros grupos étnicos.

Outro aspecto que justificou a escolha da área de estudo deveu-se ao fato de a Região Centro, composta de cidades médias e pequenas, localizar-se entre as duas regiões metropolitana (Lisboa e Porto), onde a competitividade é mais reduzida, há maior tranquilidade para viver e trabalhar, aumenta as possibilidades de emprego, minimizando assim o risco da imigração. As áreas metropolitanas têm apresentado uma competitividade muito elevada e custo de moradia muito alto. Como a Região Centro dispõe do terceiro mais importante eixo econômico e financeiro do país, localizando-se numa área não metropolitana onde os Concelhos de Aveiro, Leiria e Coimbra apresentam uma dinâmica na oferta de serviços, isto tem despertado o interesse e a dispersão da população imigrante brasileira. Com base nas assertivas elencadas anteriormente, justifica-se o desenvolvimento deste estudo e a escolha dos sujeitos da pesquisa.

5 - Problematização do tema

Para entender a dinâmica migratória, adotar-se-á como marco temporal o período compreendido de 1990 a 2005. Este período é caracterizado pelos baixos investimentos e o crescente aumento da dívida externa brasileira, uma vez que cerca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) destina-se ao pagamento dos juros da dívida externa. Conseqüentemente, a intensificação dos processos de globalização com a tecnificação dos espaços não tem melhorado os salários e nem ampliado os postos de trabalho, estimulando o consumo e os deslocamentos de pessoas. É nesse sentido que se fez a análise e o cruzamento dos dados objetivando identificar a relação entre os pontos levantados anteriormente com o

aumento da emigração brasileira em direção a um país do Sul da Europa, no caso de Portugal.

O imigrante brasileiro, geralmente na faixa etária de 20 aos 40 anos de idade, percebe o país de acolhimento como possibilidade de melhorar as condições de vida e dialogar com outras culturas. Na península ibérica, este país consegue reunir povos de diversas nacionalidades⁵. A partir de 1990, o desemprego, os baixos salários, as dificuldades em adquirir a casa própria e consolidar a educação dos filhos têm ampliado a dimensão da crise social desencadeada no Brasil. As variáveis já elencadas têm influenciado as migrações internacionais de trabalhadores brasileiros. Ao considerar o imigrante brasileiro enquanto sujeito ativo e reflexivo, foram investigados os problemas relacionados abaixo, conforme analisados nos capítulos posteriores.

1 – Em que nível acontece a relação entre a globalização e a emigração brasileira, ou seja, será que a emigração brasileira decorre dos processos de globalização?

2 - Por que o Brasil, um país de grande extensão territorial, parque industrial avançado, possuidor de minerais estratégicos, solos férteis, água abundante, diversidade cultural dentre outros, não consegue deter a emigração por motivos econômicos?

3 – Será que existe alguma relação da emigração com a concentração da estrutura fundiária no Brasil, ou será que constitui uma contra-corrente migratória?

4 - Como Portugal, país historicamente de emigração, tem organizado o território mediante o recente fenômeno da imigração?

5 - Como o imigrante brasileiro se insere no novo território?

6 - Qual o nível de conhecimento dos brasileiros sobre as leis de imigração em Portugal?

7 – O que motivou a saída do Brasil e a escolher a Região Centro de Portugal para imigrar?

8 - Será que o imigrante brasileiro já tinha conhecimento do mundo do trabalho em Portugal?

9 – Pretende ficar em Portugal ou ir para outro país?

10 – Quais as experiências migratórias de trabalhadores brasileiros?

⁵ Angolanos, caboverdianos, guineenses, moçambicanos, ucranianos, russos, moldávicos e albaneses entre outros, com problemas semelhantes aos dos brasileiros, embora também sejam diferentes.

11 – Como se dão as relações de trabalho e as convivências?

Os problemas levantados anteriormente serviram de base para a investigação. O trabalhador brasileiro foi considerado como ator prospectivo de novas mudanças. Entender a imigração brasileira no contexto português, faz-se necessário à compreensão da dinâmica populacional e as perspectivas de integração econômica da Região Centro de Portugal, no contexto nacional e europeu. Na Geografia das Migrações, os problemas levantados foram importantes para explicar que o movimento populacional resulta de uma força incoercível articulada da sociedade, decorrente do desenvolvimento desigual e combinado que atua incisivamente no território. A migração internacional constitui uma resposta a esse modelo. Para articular estas idéias e atingir os objetivos propostos, foi importante estabelecer algumas hipóteses de trabalho.

6 – Hipóteses

Ao considerar a relevância do estudo, procurou-se definir as hipóteses centrais e secundárias do trabalho. Para isso, devido ao impacto que tem na migração brasileira, três hipóteses foram adotadas como **centro** da investigação.

a) Os processos de globalização têm promovido uma reestruturação da indústria, minimizando a ação do Estado e fragilizando as políticas laborais, tendo como consequência a redução dos postos de trabalho e o estímulo à emigração brasileira. Diante disso, o mundo do trabalho na Região Centro de Portugal está dividido entre os **incluídos**, brasileiros documentados, ou com dupla nacionalidade, que conseguiram a cidadania, e os **excluídos**, brasileiros indocumentados a quem são vedados direitos humanos, econômicos e sociais.

b) A informação sobre as oportunidades de emprego e de acesso a um conjunto de bens e serviços, a exemplo de saneamento, educação, saúde, habitação, salário mensal, tranquilidade social, entre outros, tem ampliado o fluxo emigratório de brasileiros em direção à Região Centro de Portugal. Dessa forma, na actualidade, a mobilidade profissional do imigrante brasileiro é variável de acordo com a escolaridade: **estacionária e/ou ascendente** para quem tem escolaridade até o terceiro ciclo e **descendente** para quem tem o nível superior e pós-graduação.

c) O passado colonial dos dois países, a língua, a cultura aparentada e as relações de parentesco estão na base de sustentação da imigração brasileira na Região Centro de Portugal.

A partir da primeira metade do século XX, as inovações tecnológicas e o eixo financeiro foram centralizados no Centro-Sul do país. As teorias clássicas da localização industrial foram utilizadas para explicar a nova realidade. As teorias das Localidades Centrais de Walter Cristaller (1930) e dos Pólos de Crescimento e Pólos de Desenvolvimento de François Perroux (1955) constituíram a base científica de explicação para a hierarquização das cidades e a localização das atividades econômicas no Brasil. Os adeptos destas teorias pensavam que a centralização iria promover o desenvolvimento das periferias.

O modelo de crescimento adotado, fundamentado essencialmente numa visão de mercado, tem evidenciado que a socialização dos recursos não aconteceu. Constitui uma promessa a ser cumprida. De fato, pode-se perceber na própria organização social, uma vez que o Brasil convive com processos bastantes antagônicos. Por um lado, o país é dotado de tecnologia de ponta em várias áreas e com altas concentrações de renda. Do outro lado, a maioria da população não tem acesso ao desenvolvimento de novas tecnologias e convive com índices de pobreza extrema.

A disponibilidade dos recursos humanos e sociais, indispensáveis à qualidade de vida, não é socializada com os munícipes. Percebe-se, no transcorrer da investigação, que os trabalhadores brasileiros têm consciência dessa situação e afirmaram que mesmo ganhando salário mínimo⁶ a maioria prefere permanecer em Portugal. Isso porque, na visão dos sujeitos desta pesquisa, o sistema de saúde e de educação além de públicos é de qualidade, conforme salienta nesta frase: “o rico e o pobre frequentam a mesma escola e o mesmo posto de saúde”. Salienta-se que as respostas dos imigrantes brasileiros vêm sempre acompanhadas de lembranças e comparações em relação aos lugares de origem no Brasil.

Uma paisagem dual constitui um fato muito visível no cotidiano da maioria das cidades no Brasil. Pode-se adotar com exemplo a matéria publicada no Jornal da Bahia, em 30 de julho de 2006, mostra a “opção” de moradia embaixo de

⁶O salário mínimo em Portugal é de 385,90 euros (Decreto Lei nº 238 / 2005, de 30 de Dezembro, a vigorar em 2006).

viadutos de segmento da população baiana/brasileira. Os altos custos da construção civil e a baixa ação do Estado no tocante às políticas dificultam a aquisição de moradia para uma parcela significativa de trabalhadores brasileiros. Os bens públicos estão cada vez mais sucateados. Existe um descaso muito grande em relação às políticas sociais. A consequência deste modelo caminha para a desesperança, ou à resistência contra a exclusão social, arriscando-se a um engajamento num movimento internacional de trabalhadores. Diante desse quadro, paralelamente às hipóteses centrais, adotaram-se as **hipóteses secundárias**, no intuito de apoiar o desenvolvimento da investigação, conforme a seguir:

- a) a maioria dos/as imigrantes brasileiros/as na Região Centro de Portugal tem origem domiciliar nos estados localizados no Centro-Sul do Brasil;
- b) os estados no Brasil que alimentam o fluxo emigratório em relação a Portugal são aqueles de maior pressão demográfica;
- c) a entrada de Portugal na União Européia favoreceu a melhoria das condições de vida e o crescimento de muitos serviços na Região Centro de Portugal. Com isso, atraiu muitos imigrantes brasileiros;
- d) a concentração de terra, no Brasil, tem estimulado a migração internacional. Alguns pais dos imigrantes brasileiros já foram proprietários e/ou trabalhador rural que em função da ausência de política agrária realizaram a migração campocidade, e os filhos dão continuidade a esse processo inserindo-se na migração internacional;
- e) a maioria dos imigrantes brasileiros não conhecia o mundo do trabalho português e já passou por outras experiências migratórias;
- f) a tomada de consciência do ato de decidir emigrar apresenta-se não somente como uma motivação econômica, mas também pessoal.

Após a indicação de proposições no direcionamento do campo de investigação, estabeleceram-se alguns caminhos metodológicos.

7 - Caminhos percorridos na investigação

A emigração brasileira constitui uma forma de mobilidade territorial, intensificada sobretudo a partir de 1980. No final do século XX, este movimento populacional passou a despertar o interesse de investigadores de várias áreas do

conhecimento, a exemplo da geografia, sociologia, história, entre outras. No caso específico da geografia, o estudo das migrações internacionais de trabalhadores brasileiros constitui um novo campo de interesse nomeadamente na especialidade da Geografia Social. Isso porque além de ser uma área com carência de estudos, constitui também uma forma de entender as novas reconfigurações territoriais decorrentes da inserção de brasileiros e brasileiras no mundo do trabalho, na Região Centro de Portugal. Como o país, até a metade do século XX, caracterizava-se por ser um país de acolhimento de vários povos, no final deste século, a migração de trabalhadores brasileiros passa a se destacar na conjuntura internacional.

A leitura dos elementos e das relações estabelecidas no território constitui premissa relevante para a epistemologia da Geografia, concebida enquanto ciência social. Para Lacoste (1985:1), “...problemas epistemológicos que estão na base da Geografia... na base de toda operação de um saber; ... trata-se, primeiramente, de reconhecer e denominar os elementos de um concreto, densamente compacto, mais ou menos opaco e, em seguida, extrair dele idéias, cifras e isto em função de uma problemática mais ou menos explícita e de supostos mais ou menos implícitos”. Os argumentos abordados pelo autor expressam as relações que perpassam a intersubjectividade do ser e dos saberes, relevantes para a compreensão do que faz as pessoas arriscarem-se a uma migração internacional de trabalho.

O entendimento do porquê homens e mulheres migram do Brasil e escolhem a Região Centro de Portugal para fixar a sua residência e local de trabalho é um conhecimento muito complexo e envolve a relação de intersubjetividade que permeia o mundo e o lugar. Conhecer e reconhecer Brasil e Portugal, nas diferentes escalas, é buscar referências do que levam as pessoas a saírem do Brasil, deixarem sua família e percorrerem longas distâncias em busca de um mundo melhor.

O conhecimento das “nuances” brasileira, portuguesa e mundial é essencial para a compreensão dos sujeitos e da realidade investigada. Como salienta Lacoste (Op. cit.) é tentar conhecer o não conhecido, decifrar os signos, ter consciência das dificuldades da epistemologia do conhecimento geográfico. A leitura que se faz da paisagem leva a se abstrair da realidade investigada um pensamento crítico que contribui para o entendimento das migrações

internacionais de trabalhadores e o que faz brasileiros e brasileiras escolherem Portugal como país de acolhimento.

O processo da mobilidade brasileira com destino à Região Centro de Portugal passa pela compreensão das mudanças no mundo do trabalho, da ineficiência dos sistemas produtivos, da eficácia da concentração da riqueza no mundo assim como a vontade de querer vivenciar outras realidades. Esta lógica tem fragmentado as economias nacionais e ampliado o desemprego e a precarização das relações de trabalho, tendo como consequência os movimentos territoriais de vaivem de um lugar para outro. Ao desenvolver os conceitos de migração, globalização e mundo do trabalho, buscar-se-ão elementos de suporte para analisar a geografia das migrações no campo específico da geografia social, correlacionando as teorias das migrações internacionais com a realidade identificada no campo empírico, conforme aprofundamento **no capítulo II**. Para isso, as diferentes fases dos caminhos percorridos nesta investigação foram explicadas.

7.1 - Procedimentos metodológicos

A análise dos movimentos migratórios internacionais face às mudanças no mundo do trabalho, adotando como exemplo os imigrantes brasileiros na Região Centro de Portugal, requer o entendimento das complexidades territoriais. Por que um país que tem muita terra, indústrias, desenvolvimento tecnológico, possuidor de minerais estratégicos, solos férteis e água abundante está passando por esta crise social? A investigação aponta que os motivos da emigração brasileira, na atualidade, resultam da ação de forças antagônicas que atuam, combinadamente, com uma componente no lugar e no mundo, que desestrutura a economia nacional. O entendimento das teorias dos Sistemas migratórios, da Nova Divisão Internacional do Trabalho e a teoria do Mercado Segmentado do Trabalho, discutida por Michael Piore (1979), foi a base para a compreensão da emigração brasileira. Como estes trabalhadores são oriundos de um país periférico, estas teorias evidenciam que, neste caso específico, a inclusão do Brasil na economia-mundo acontece mediante também a exportação de mão-de-obra, com o intuito de preencher o mercado de trabalho secundário, da Região Centro de Portugal.

O modelo atração-repulsão (Push-Pull), criado pelo geógrafo Ravenstein (1852-1913), reformulada pelo demógrafo Everett Lee, em 1969, evidencia os aspectos económicos na definição dos elementos atrativos e repulsivo na mobilidade brasileira. A qualificação profissional é identificada como um requisito importante à inserção no mundo do trabalho. A teoria do capital humano atribui à educação condição precípua na seleção dos trabalhadores e adaptação dele ao país de acolhimento, Böhning (1983). Certamente, a educação constitui um requisito fundamental para a inserção no mundo do trabalho. Porém, atualmente, não constitui um requisito definidor da mobilidade ascendente, uma vez que, nos países de acolhimento da população imigrante, o desemprego tem atingido a população com escolaridade elevada. Em Portugal, por exemplo, a redução dos postos de trabalho atinge sobretudo a população com nível superior. Os estudos apontam que, no atual momento, os empregos destinados aos imigrantes são aqueles relacionados ao mercado segmentado do trabalho, nomeadamente no setor secundário, conforme já discutido por alguns pensadores, Portes (1999) e Piore (1979).

Para compreender a relação entre migração e internacionalização do capital, os trabalhos de Manuel Castells (1996) e Castles e Kosack (1973), entre outros foram importantes. O novo cenário internacional a partir de 1980, propicia a formulação da teoria dualista do mercado de trabalho, da teoria da “Nova Divisão Internacional do Trabalho” e a teoria dos “Enclaves Económicos”. Muito embora o cidadão (ã) brasileiro(a) tenha limites para implantar empreendimentos económicos na Região Centro de Portugal, mas alguns têm utilizado a culinária brasileira, como logomarca, para sedimentar os investimentos. Os trabalhos de Michael Piore (1979), Fröbel et al (1980), Ernst (1980), Alejandro Portes (1999) e Cohen (1995) ajudam a entender esta questão.

A análise de muitos estabelecimentos comerciais, sobretudo no ramo da gastronomia, evidência que os proprietários relacionam a logomarca da empresa à imagem do Brasil. No geral, são emigrantes portugueses que em épocas anteriores migraram para o Brasil e atualmente retornam num movimento contrário. Ao implantar os empreendimentos, contratam todo o “*staff*” de trabalhadores brasileiros, implementando um ambiente de descontração e simpatia, com músicas ao vivo, bebidas e comidas típicas que retratam algum lugar do Brasil.

A figura 4 retrata, com muita ênfase, o empreendimento no ramo da gastronomia brasileira.



Foto própria, 2005.

Figura 4 – Empreendimento usando a logomarca brasileira.

Assim, entender as horizontalidades e verticalidades nos paradigmas de desenvolvimento e a relação com os movimentos migratórios a envolver um país do Sul, Brasil, e um país do Sul da Europa, Portugal, constituem pontos importantes para a reflexão.

A compreensão da realidade portuguesa leva-se à leitura de autores como: Cravidão (Op. cit.); Fonseca (1996, 2002); Malheiros (2000); Gama (2002); Baganha (1990, 1992, 2001); Cardim (2000); Esteves (2004) e outros, identificados no transcorrer da pesquisa. Na fase inicial da investigação, as leituras das teses, obras clássicas e contemporâneas foram necessárias para o aprofundamento da discussão. Em decorrência do dinamismo do tema estudado, os artigos publicados em livros, jornais, revistas, INTERNET e a participação em congressos serviram também de subsídios, conforme estão listados na bibliografia.

Os trabalhos de campo constituem um instrumento indispensável ao desenvolvimento da pesquisa. Para isso, selecionaram-se os distritos de Aveiro, Leiria e Coimbra como área de estudo em função da aplicação das metas de desenvolvimento do II Quadro de Apoio Comunitário, que estimulou uma série de atividades, o que atraiu um maior número de trabalhadores brasileiros entre outros. Sabe-se da dificuldade de encontrar os dados atualizados de localização

da população imigrante brasileira, pois esta é móvel. Em função disso, faz-se o trabalho de “formiguinha”, procurando saber em cada estabelecimento comercial, indústrias se havia trabalhador(a) brasileiro(a).

Elaborou-se o mapa com os contatos dos estabelecimentos. Iniciou-se a pesquisa pelo distrito de Coimbra e Leiria, encaminhando 400 inquéritos em envelopes para que os gerentes ou proprietários dos estabelecimentos entregassem aos trabalhadores(as) brasileiros(as) e ficou-se aguardando o retorno dos inquéritos preenchidos. Alguns proprietários dos estabelecimentos receberam o pesquisador muito bem, sobretudo os estabelecimentos que usavam a logomarca brasileira, ou aqueles em que os donos tinham passado por experiências migratórias, ou tinham parentes no Brasil. Entretanto, essa atitude não foi homogênea, uma vez que a maioria não dava atenção, dizia que o trabalhador não tinha tempo para responder os inquéritos. Enfatizava-se que não era para ser respondido no horário de trabalho e sim num outro horário que fosse conveniente ao trabalhador brasileiro. Após muita explicação, alguns donos/gerentes consentiam. Com o passar do tempo, observou-se a dificuldade em receber os inquéritos respondidos. Quando se passava na empresa ou telefonava-se, geralmente o dono ou gerente alegava que se passe depois, com a justificativa da falta de tempo. Após tantas desculpas, só se teve acesso a 28 inquéritos.

Ao conversar com alguns trabalhadores brasileiros, longe dos olhares do patrão, explicando a situação e a finalidade da pesquisa, disseram que muitos colegas não devolveram os inquéritos porque tinham medo do patrão e alguns ainda não estavam com a documentação completa.

Ao longo do trabalho, diante das dificuldades, foi-se mudando de estratégia. Vale dizer que o período em que se efetivou a pesquisa de campo foi muito conturbado para os trabalhadores imigrantes sobretudo para aqueles que estavam sem a documentação, em função da atuação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, SEF, com relação à imigração ilegal. A partir de 2001, aumentou significativamente a imigração em Portugal, muitas denúncias de casos envolvendo redes e o tráfico de imigrantes, sobretudo no tocante à prostituição de brasileiros e ao trabalho escravo no país.

Em função dessas dificuldades, após conversar com o patrão ou gerente, os inquéritos foram entregues em envelopes com lacre ao próprio trabalhador(a)

brasileiro(a), os quais foram recebidos na sua maioria. Os inquéritos que foram entregues ao dono ou ao gerente do estabelecimento para que entregassem ao funcionário, poucos foram devolvidos. A justificativa era sempre que eles não teriam tempo de responder. Diante da dificuldade, resolveu-se mudar de estratégia.

Nas caminhadas, foram conhecidos outros brasileiros que já estavam em Portugal há mais tempo, os quais já tinham adquirido a nacionalidade portuguesa. A partir daí, percebeu-se que a pesquisa de campo começava a se desenhar com maior segurança. Passou-se a agir através dos contatos que já haviam sido estabelecidos no início da observação, um foi indicando o outro. Em função da necessidade de conversar e buscar respostas mais profundas para as questões, resolveu-se adotar o inquérito sob a forma de formulário, assim conseguiu-se aplicar 190 inquéritos, cujas perguntas eram feitas diretamente ao trabalhador brasileiro. Esta técnica mostrou-se muito eficiente, uma vez que impulsionou a pesquisa de campo, permitindo que se aproveitasse mais os diálogos e se identificassem alguns brasileiros para a realização de entrevista.

A partir de um contato, chegava-se a outros, marcava-se com eles um horário para a aplicação dos inquéritos. Todos os trabalhadores brasileiros têm telemóvel, isso facilitou agendar os encontros. Estes eram realizados nos cafés, praças públicas, shoppings, residências e muito pouco no local de trabalho. Geralmente, os horários eram marcados a depender do seu tempo livre, muitas vezes aconteciam após às 21:00 horas. Houve um grupo em que a aplicação dos inquéritos começou às 22:00 horas e foi concluído às 2:00 horas da manhã. Isso porque as conversas fluíam com muita facilidade. No geral, eles responderam às pesquisas com muito gosto e ao final firmava-se uma amizade. Outro fato que se observou foi a dificuldade que alguns entrevistados tinham em entender a pergunta, evidenciando uma baixa escolaridade.

Cerca de 85% dos inquéritos aplicados foi através do contato direto entre a pesquisadora e o trabalhador(a). Eles demonstravam muita vontade em conversar conosco, aproveitavam para tirar suas dúvidas, falar da saudade da família, amigos e da política no Brasil. No contato com eles/as, procurou-se dar alguma contribuição, orientando-os, na medida do possível, sobre os direitos, a documentação, a importância de fazerem os cursos de formação e a carteira consular no Consulado do Brasil. Os contatos foram importantes, pois firmava-se

uma amizade que se estendia aos convívios familiares com planos de novos encontros. Toda vez que os encontros eram possíveis, conversava-se muito. Já se participou de convívios nas residências, ceia de natal, jantares e até casamento, conforme fotos inseridas no transcrito do trabalho.

A aplicação dos inquéritos e os depoimentos ajudaram no aprofundamento da questão. Os inquéritos foram organizados com 164 perguntas semifechadas que, após tratadas e tabuladas, foram transformadas em gráficos e tabelas. A análise das respostas dos inquéritos e os depoimentos têm demonstrado a efetivação das principais hipóteses do trabalho. Os inquéritos aplicados foram tabulados na planilha da *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), as correlações das variáveis têm sido demonstradas numa base cartográfica explicativa da realidade. A partir daí, fez-se o cruzamento dos dados, transformando-os em cartogramas, mapas, gráficos e tabelas presentes na estruturação do trabalho proposto.

Foram destacadas algumas fontes estatísticas consultadas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Serviço Estrangeiro de Fronteiras (SEF), Instituto Nacional de Estatística (INE); Ministério das Relações Exteriores; Polícia Federal; Relatório sobre as Desigualdades no Brasil; World Bank; Anuário Demográfico do Brasil; Boletim da Junta da Emigração; ACIME, dentre outros.

Para compreender os direitos e deveres do trabalhador imigrante, é importante dizer que foram consultadas as seguintes fontes: Acordo Shengem; Estatutos dos Estrangeiros; Constituição Federal; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Organização Internacional do Trabalho; Confederação dos Trabalhadores Migrantes; Organização das Nações Unidas; Convenção Europeia dos Direitos do Homem; Lei do Trabalho de Estrangeiros; Conselho da Europa; Lei de Associações de Imigrantes; Direito de Reagrupamento Familiar; Acordo Brasil-Portugal, Relatório do ACIME, Casa do Brasil; O SOS Racismo e o ACIME e outros que se fizerem importantes.

Uma observação merece destaque: algumas variáveis linguísticas são de natureza geográfica. Daí o emprego de termos e expressões idiomáticas da norma brasileira e portuguesa.

7.2 - Pesquisa de campo

A pesquisa de campo, no âmbito da Geografia das Migrações, revela-se como um caminho indispensável, mas não suficiente na compreensão da totalidade. Para Lacoste (Op. cit.) “ o trabalho de campo, para não ser somente empirismo, deve articula-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas”.

A abordagem qualitativa e quantitativa foi importante no entendimento da realidade estudada e na seleção da amostra. Como o quantitativo da população brasileira em Portugal é bastante impreciso, o universo de estudo não está totalmente recenseado. Com base em D.J. Casley e D.A. Lury Gama (2005), Rui Gama (2006) desenvolveu a fórmula abaixo para a definição do tamanho da amostra. Para ele, a quantidade da amostra depende da variabilidade da característica medida e do grau de precisão requerido. Este é identificado a partir do coeficiente de variação (CV), da maior diferença aceitável (D) e do nível de confiança (K). N é o tamanho da amostra, conforme fórmula a seguir.

$$Cv = \frac{\text{Desvio Padrão}}{\text{Média}}$$

$$N = \frac{K^2 \cdot CV^2}{D^2}$$

Na delimitação do caso em estudo, utilizou-se o nível de confiança (K) de 99%, um coeficiente de variação (CV) de 0,5 e diferença aceitável (D) de 0,10. Assim, o tamanho da amostra aceitável é de 165 indivíduos, entretanto para efeito desta pesquisa, obteve-se uma amostra de 190 indivíduos. A identificação dos motivos que levaram brasileiros e brasileiras a saírem do Brasil, como se inserem no mundo do trabalho português, como se dão as relações de solidariedade na nova terra, articulando-os com o suporte teórico, constituíram elementos importantes na produção do conhecimento. Nesse sentido, foi relevante a presença da investigadora nos distritos Coimbra, Aveiro e Leiria, lugares onde a pesquisa foi realizada, em razão de vivenciar conjuntamente as certezas e as incertezas de estar num país (des)conhecido, ou seja, ser imigrante.

Para Silva e Pinto (1986:135), “ a presença do investigador no terreno introduz neste uma série de novas relações sociais. À medida que se vai prolongando, o trabalho de campo vai não só reorganizando as relações entre observador e observados como reorganizando também, em certa medida, o próprio tecido social em análise”. As relações de amizade e confiança estabelecidas durante todo o trabalho de campo, não só com brasileiros, mas também com guineenses, caboverdianos, angolanos, moçambicanos, italianos, espanhóis, franceses e, sobretudo com os portugueses, foram importantes para conhecer a realidade vivenciada pelos imigrantes e reforçar o aporte teórico e as reformulações das perguntas. Nessa fase, quatro caminhos foram identificados: a observação direta, participativa e continuada; a aplicação de inquéritos; a entrevista e a análise das informações do campo.

Observação direta, participante e continuada

A observação direta, participante e continuada é um instrumento importante na pesquisa de campo. Os “passeios” pelos lugares onde freqüentemente pode-se encontrar brasileiros, as conversas informais com a população autóctone, a leitura de jornais e revistas, assim como o estabelecimento de moradia da pesquisadora em concelhos da Região Centro do país, pelo período de quatro anos, foram importantes para conhecer a realidade social dos distritos observados e conviver com a comunidade brasileira. Isso facilitou, de uma certa forma, identificar os estabelecimentos comerciais, assim como, conhecer pessoas e aproximar-se dos sujeitos da pesquisa – brasileiros e brasileiras. Com isso, foi possível freqüentar e manter encontros com os(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) na efetivação do diálogo, explicando-lhes a finalidade da investigação.

Os encontros que estabeleceu-se ao longo da pesquisa eram aparentemente espontâneos, onde a confiança entre nós ia se estabelecendo a cada dia. O contato com os trabalhadores brasileiros acontece a partir do momento em que ao chegar ao Concelho de Coimbra, em Setembro de 2002, quando ao andar pelas ruas, num dia de Domingo, à tarde, encontrei uma brasileira que andava sozinha na rua puxando um cachorro. Estava muito triste pois tinha acabado de receber a notícia da morte do meu pai. Foi o primeiro

impacto da pesquisadora ao chegar em Portugal. Ela se aproximou e perguntou-me: *você é brasileira?* Respondi que sim. *De que lugar, está gostando de cá?* Respondi que era de Salvador, Bahia, tinha acabado de chegar e que não conhecia muita coisa. Retornei a pergunta para ela, e você? Respondeu que era de São Paulo, falou que sentia muita solidão e que só estava ali porque a mãe é casada com um português, mas o que ela queria mesmo era voltar para o Brasil.

A garota tem 21 anos, trabalhava como ajudante de mesa num restaurante e estava muito triste. Fiquei surpresa com a resposta dela, pois para mim, que até então nunca tivera realizado um movimento migratório de longa distância, o sonho de muitos brasileiros é cruzar o Atlântico e chegar à Europa ou ir para os Estados Unidos. Hoje, percebe-se claramente que a imaginação nem sempre corresponde aos fatos. Para migrar, é preciso ter muita coragem e consciência do que é o mundo do trabalho e as convivências fora do seu espaço habitual, para então decidir arriscar a vida longe de casa. À medida que os encontros iam acontecendo, as conversas surgiam. Como tinha acabado de chegar à Coimbra e não tinha muita clareza quanto à abordagem do estudo, estes encontros, muitas vezes casuais, foram importantes para ajudar a definir melhor o tema a ser estudado.

A pesquisa teve início em julho de 2003, justamente no momento em que começava a efervescer o debate sobre a imigração em Portugal, sobretudo a brasileira, uma vez que constitui um assunto recente para a população deste país. Até a década de 1980, o total de imigrantes era pouco, com a predominância dos imigrantes das ex-colônias portuguesas, nomeadamente caboverdianos, angolanos, guineenses, moçambicanos e indianos. No final da década de 1990, Portugal passa a atrair outros imigrantes, denominadamente brasileiros, romenos, ucranianos, russos, dentre outros.

A discussão sobre a imigração e o desemprego suscita reflexões de diversas linhas, algumas profundas e outras restritivas e revestidas de racismo. Pode-se citar como exemplo o discurso de Paulo Portas, ministro da defesa em 2003, dirigente do Partido Popular "perante um país que tem dificuldades financeiras e o desemprego a subir, a quota da imigração deve ser reduzida ao mínimo porque a preocupação deve ser dar trabalho aos portugueses em primeiro lugar" (CORREIA, A. *et al.* 2004:16). Este discurso recebeu inúmeras críticas das

associações de imigrantes e da bancada de oposição do governo português, o que por sua vez reforçou o movimento racista da extrema-direita em Portugal.

Esta explicação é para dizer que em função da situação deles e da efervescência do tema, no início, a aproximação entre observador e observado foi silenciosa, envolvendo os signos e os significados dos olhares, do sorriso e do aperto de mão. A partir daí, a confiança foi estabelecida. Isso permitiu ao pesquisador participar e tomar conhecimento de muitas atividades quotidianas dos trabalhadores brasileiros sem alterar de certa forma a espontaneidade deles, o que foi uma experiência muito interessante.

Segundo Marconi e Lakatos (2003:194) “ o objetivo inicial seria ganhar a confiança do grupo, fazer os indivíduos compreenderem a importância da investigação, sem ocultar o seu objetivo ou sua missão, mas, em certas circunstâncias, há mais vantagem no anonimato”. Em função da pesquisadora ser também brasileira, a identificação foi importante porque se aproximou mais das questões que envolvem a realidade estudada. Os encontros aconteceram nos cafés, nas praças públicas, nas residências, nas confraternizações, nos cultos dominicais, nos shoppings, nas igrejas, nas universidades e, em menor quantidade, no local de trabalho. A partir da observação participante e continuada, foi possível reorganizar os problemas básicos da investigação, articulando-os com as preocupações dos imigrantes brasileiros na Região Centro de Portugal, seus conflitos e as suas expectativas.

Nesse sentido, criaram-se o interesse e a confiança por parte dos observados que, nos encontros, ficavam à vontade e aproveitavam para se informar dos seus direitos e do Acordo Lula, assinado, em Julho de 2003, pelos Presidentes Jorge Sampaio e Luís Inácio Lula da Silva. Nos encontros as preocupações básicas foram: documentação, contrato de trabalho, a igualdade de direitos entre os trabalhadores portugueses e brasileiros, o atendimento médico e visto de trabalho para quem não está documentado, dentre outras. Diante disso, passou-se a levar nos nossos encontros as informações básicas sobre a Lei de imigração (D.L. Nº 34/2003, de 25 de Fevereiro), o reagrupamento familiar, o acesso à saúde independente de estar documentado ou não (Despacho do Ministério da Saúde Nº 25 360/2001), o acesso à educação, o reconhecimento das habilitações, aquisição da nacionalidade portuguesa, o retorno voluntário e as instruções do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IEFP, e do IDICT

sobre a oferta pública de emprego para imigrantes ilegais sem possibilidade de legalização em Território Nacional (TN).

A pesquisa identificou que a maioria deles não tem conhecimento das leis e das possibilidades de legalização para os que estão em Portugal a trabalhar, desde quando a entidade patronal esteja disposta a tratar da sua legalização. Alguns livros publicados pelo Alto Comissariado para a Imigração e Comunidade Étnica, ACIME, foram conseguidos. Esses contêm muitas informações sobre os imigrantes e nos diversos encontros com os grupos entregava 1(hum) exemplar, geralmente a um (a) brasileiro(a), identificado como um líder do grupo. Esses encontros foram importantes para a aplicação dos inquéritos, realização das entrevistas e para estabelecer novos contatos para a marcação de data e horário com outros (as) trabalhadores(as) brasileiros(as). Mesmo após se ter efetivado o trabalho de campo, os encontros com trabalhadores brasileiros continuaram acontecendo e nas conversas um assunto despertou a atenção. Em função da assinatura do Acordo entre o Brasil e Portugal de regularização extraordinária em 2003, muitos brasileiros continuam entrando em Portugal como turista, acreditando que irá acontecer um novo acordo, quando na realidade não é bem assim. Teve-se conhecimento de alguns casos que culminaram na exploração e no subemprego.

Os inquéritos

Após explicar os objetivos da investigação e a manifestação positiva em querer participar, foram entregues os inquéritos, entretanto como o retorno das respostas era insuficiente, em função de obstáculos abordados anteriormente, partiu-se para a aplicação direta. A adoção da aplicação do inquérito diretamente revelou-se uma boa alternativa, sobretudo porque a maioria dos trabalhadores brasileiros tinham carga horária de trabalho diária superior a 14 horas. Dessa forma, o pouco tempo que lhe sobrava era direcionado para o descanso, então o fato de as perguntas serem feitas, ter-se-ia a garantia de recebimento do inquérito respondido. Ao lado disso, está também o nível de escolaridade baixo por parte de alguns brasileiros. O uso deste instrumento de investigação possibilitou a aproximação de populações diferenciadas, (alfabetizados, não alfabetizados,

origem, idades e sexo), obter informações mais completas, com a presença do entrevistador, e um número considerável de brasileiros para responder o inquérito.

Com base nas observações de campo e nos objetivos da pesquisa, os inquéritos foram organizados com o intuito de obter informações diretamente dos sujeitos da investigação com vista a atender os propósitos do estudo. Segundo Ander-Egg In: Marconi et al (2003:212), as qualidades essenciais do documento a ser apresentado ao inquirido são:

- a) “adaptação ao objeto de investigação.
- b) adaptação aos meios que se possui para realizar o trabalho.
- c) precisão das informações em um grau de exatidão suficiente e satisfatório para o objetivo proposto”.

De acordo com essas premissas e com os objetivos da pesquisa, o inquérito foi elaborado no intento de reunir elementos que pudessem subsidiar o entendimento das perspectivas teóricas e da realidade vivenciada pela comunidade brasileira, na Região Centro de Portugal. Para isso, foram estabelecidas algumas categorias de análises, consideradas importantes no entendimento da questão, que serviram de base para a articulação das proposições teóricas e práticas:

- 1 - Identificação
- 2 - Experiências migratórias
- 3 – As relações de trabalho
- 4 - As motivações para a saída e escolha de Portugal
- 5 - Políticas do governo brasileiro e português
- 6 - O financiamento da viagem
- 7 - Convivências e sociabilidades
- 8 - Cidadania e Integração
- 9 – Satisfação e insatisfação em ter migrado

Diante do exposto, foram aplicados 400 inquéritos entregues, em função dos motivos abordados anteriormente, mas conseguiu-se 190, uma vez que estes foram respondidos diretamente com a presença do pesquisador. O tempo destinado para a aplicação dos inquéritos foi variável, dependeu da disponibilidade de tempo do trabalhador, durou em média 3 horas, cada um, com horários que ultrapassaram, no geral, o expediente normal de trabalho. Durante a

aplicação, foram identificados alguns trabalhadores considerados importantes para aprofundar outras questões, o que solicitou agendar entrevista.

As entrevistas

Conforme já foi explicado anteriormente, o trabalho de campo processou-se com a observação direta, participativa e continuada, a aplicação dos inquéritos e as entrevistas. Estas foram não-estruturadas, com perguntas abertas e dirigidas a determinada pessoa identificada no transcorrer da pesquisa, de forma a aprofundar questões relacionadas à inserção do trabalhador no mundo do trabalho em Portugal. O entrevistado era livre para expressar suas opiniões e sentimentos sobre a condição de ser imigrante e de estar trabalhando na Região Centro de Portugal.

Esse instrumento de análise foi direcionado a brasileira/o e pessoas que trabalham com os/as imigrantes, respeitando-se o direito de não revelar o nome. Foram realizadas 28 entrevistas, com o intento de resguardar as pessoas, os depoimentos dos entrevistados foram identificados por letras maiúsculas que não coincidem com as iniciais dos nomes.

Um grupo foi identificado no transcorrer da aplicação dos inquéritos, quando se percebeu que eram portadores de informações importantes no aprofundamento das questões de pesquisa. O outro foi direcionado a pessoas que militam e participam ativamente nas discussões sobre a imigração em Portugal.

O trabalho de campo expressa a relação tempo-espço contida na paisagem e que define os arranjos espaciais. O estudo sobre a forma como brasileiros e brasileiras incluem-se no mundo do trabalho e como vêem o país de origem constitui um campo de trabalho do geógrafo. É uma contribuição relevante para o entendimento das relações estabelecidas entre o global e o local, assim como para a elaboração de políticas públicas no Brasil e em Portugal. Isso porque ao emigrar duas mudanças acontecem na paisagem: uma, no próprio país de origem, o Brasil, cuja participação passa a ser indireta; a outra, refere-se à sua chegada em Portugal, passando a ser imigrante, convivência com culturas diferentes, participando diretamente do crescimento do país acolhedor, no caso Portugal. Daí a importância do trabalho de campo para os geógrafos, uma vez que o encontro

com os atores sociais, para entender a sua percepção sobre o lugar de saída e de chegada e as suas pretensões são imprescindíveis para compreender a realidade estudada.

Ao residir por quatro anos neste país, experienciou-se o convívio com brasileiro(a), outros imigrantes e com o português(a). Isso foi muito importante para o amadurecimento enquanto investigadora e para compreender a complexidade que envolve os movimentos migratórios e as relações multiétnicas. Por se tratar de uma tema bastante complexo que envolve, muitas vezes, uma carga de emoção e de razão, no transcorrer da pesquisa sempre que se deparava com momentos difíceis, procurou-se reforço nas palavras da professora orientadora, dos amigos (as) e do saudoso Milton Santos, em um de seus livros “A Natureza do Espaço” (1996), onde no preâmbulo afirma,

O espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações... É com base nessa idéia e nas noções de técnica e de tempo, de razão e emoção que é proposta a construção de um sistema de pensamento que busca entender o espaço geográfico na passagem do século, paralelamente, alicerçar a crença em um futuro melhor para todos os homens [**e mulheres**⁷].

É nesta busca que se procurou entender como está ocorrendo a reconfiguração socioespacial a partir da inserção de trabalhador(a) brasileiro(a) no mundo do trabalho, na Região Centro de Portugal.

A pesquisa de campo evidenciou que a vontade, as redes sociais de parentesco e de amizades, a partilha de experiências e a busca das condições materiais de subsistência, através do trabalho, constituíram motivos principais para brasileiros e brasileiras arriscarem o futuro longe de casa, engajando-se num movimento internacional de trabalho.

As relações histórico-culturais entre Brasil e Portugal ultrapassam as barreiras da modernidade e estão presente no cotidiano de cidadã e cidadão brasileiro na Região Centro de Portugal. No depoimento de P, esta questão fica clara, conforme a seguir:

⁷ A palavra em negrito foi acrescentada por nós.

O meu bisavô é português, nasceu no Concelho de Cantanhede e emigrou para o Brasil na época em que Portugal estava em crise. Sou de Ivaiporã, Paraná, cheguei em Portugal no ano de 2000, tenho 40 anos de idade, sou desquitada, tenho 3 três filhos, um, inclusive, está no penúltimo ano da Faculdade de Comunicação, no Brasil. Quando saí do Brasil estava empregada, trabalhava como auxiliar de enfermagem, mas ganhava muito pouco e não dava para sustentar os meus filhos, vim em companhia de uma amiga que foi para os Estados Unidos. Eu não conhecia nada, não tenho o endereço da família em Cantanhede, fui me virando sozinha. Desde que cheguei trabalho na restauração, faço em média 4 faxinas, por dia. Quando comecei cobrava 3 euros por hora, o trabalho é muito pesado e não tenho contrato de trabalho. Hoje, já tenho uma clientela muito boa, aumentei o valor da hora, minhas patroas gostam de mim, só não fazem assinar a minha carteira, (contrato de trabalho), por isso não posso conseguir o visto..(P, 2005).

As mãos de P apresentam marcas de muito trabalho, calos, unhas cerradas e com micose devido ao contato direto com os produtos de limpeza. É branca, tem cabelos compridos e negros, é uma mulher bonita, trabalhadora e que sonha trazer os filhos para morarem com ela. O seu depoimento demonstra o sonho de reconstruir laços de parentesco distantes, a situação do desemprego e dos baixos salários no Brasil e a luta da mulher brasileira pela conquista da independência econômica e pelo direito a igualdade, esforçando-se para manter a dignidade, o sustento e a lembrança da família que ficou à margem esquerda do Oceano Atlântico.

Capítulo II

Concepção Teórico-Metodológica

1 - Geografia e as migrações: tempo e espaço

A imigração na Europa do Sul está parcialmente marcada pelo incremento das desigualdades geo-econômicas de Leste a Sul, pela intensificação dos processos de globalização e pela construção da União Européia, como também a forma como cada um destes países se inseriu nesses processos, (BAGANHA & GÓIS,1999:255). Concomitantemente, estes elementos estão a modificar substancialmente a geografia da Europa Ocidental e do Sul, em função das transferências e reestruturação da indústria, da intensificação da imigração, da concorrência internacional e do enfraquecimento das políticas laborais e dos sindicatos. A inserção de Portugal neste bloco político e econômico e a sua posição diante dos processos de globalização vão contribuir para colocar o país na rota migratória internacional.

Cada área do conhecimento tem um método próprio que, na totalidade, expressa um pensamento que subsidiará o entendimento da realidade. A Geografia das Migrações envolve o conhecimento de uma pluralidade de concepções teórico-metodológicas. Isso porque na contemporaneidade nenhuma teoria, por si só, consegue consubstanciar, suficientemente as questões básicas da pesquisa. A pluralidade de idéias e de métodos científicos é útil para a compreensão da realidade estudada, constituindo-se num fio condutor da pesquisa.

Na Geografia Social, os movimentos migratórios podem ser entendidos enquanto categorias analíticas, interligadas ao espaço que envolvem “as noções de totalidade, escala, sistema e tempo” (SANTOS, 1986:176). Esta linha de raciocínio reforça o pensamento de que a migração internacional de trabalhadores pode ser entendida enquanto “processo, estrutura, forma e função”. Isso porque estes elementos estão interligados entre si e não podem ser entendidos isoladamente. Assim, no tocante às migrações internacionais, estas idéias possibilitam ultrapassar a visão cartesiana que tenta relacionar o aumento da população com a disponibilidade de recursos naturais.

No final da década de 1960, Max Sorre afirmou que “ a mobilidade é a lei que rege todos os grupos humanos, portanto, o estudo da circulação ocupa um

lugar importante na Geografia Humana” (SORRE, 1967). Isso porque o movimento dá uma nova dinamicidade ao território ao criar novas paisagens, signos e símbolos. A atualidade desta assertiva evidência o contributo da geografia no entendimento das configurações territoriais a partir da inter-relação dos elementos culturais, econômicos, psicológicos, políticos e sociais que estão na origem da decisão de migrar, conforme salienta a autora: “..Os últimos anos têm ocorrido uma renovação do interesse pelo estudo dos processos de decisão de migrar e da interação entre os condicionantes estruturais, estratégias familiares e processos de decisão individual” (FONSECA, 2005:82).

Ao refletir sobre a origem territorial dos portugueses que emigraram para o Brasil em épocas anteriores, observou-se que alguns distritos do Centro-Norte de Portugal, a exemplo de Coimbra, Leiria e Aveiro tiveram participação relevante não só na formação dos jesuítas e dos empreendedores portugueses que emigraram para participar do processo de colonização do Brasil, no século XVI, como também, na formação intelectual da burguesia brasileira.

As relações entre o Brasil e Portugal são antigas e a Região Centro vem de longas datas desempenhando um papel importante no estreitamento das aproximações. Por um lado, o centro de decisão política de Portugal, à época, localizava-se na Região Centro-Norte do país. Outro aspecto refere-se ao fato de que muitos portugueses que emigraram para o Brasil são oriundos da região norte do Tejo⁸. Por outro lado, os filhos da burguesia brasileira, filhos de portugueses, emigravam para estudar nessa Região, sobretudo para o distrito de Coimbra. José Bonifácio⁹ e Cláudio Manoel da Costa¹⁰, dentre outros, são exemplos de brasileiros que estudaram neste município, exerceram cargos políticos em Portugal e tiveram importante papel na conjuntura brasileira, (MOTA, 1999:75). Na atualidade, Coimbra continua sendo “um cais de chegada” não só para uma atuação profissional como também para estudar. Muitos brasileiros procuram a Universidade de Coimbra para desenvolver estudos. Os cursos com maior

⁸ Rio Tejo nasce na Espanha e percorre Portugal de Leste/Oeste.

⁹ José B. de A. e C. estudou Mineralogia, Filosofia e Matemática na Universidade de Coimbra, em 1789 tornou-se secretário da Real Academia das Ciências e Letras de Lisboa, ocupou vários cargos técnicos-administrativos e foi nomeado intendente-geral das Minas e Metais do Reino.

¹⁰ Cláudio M. C. estudou com os jesuítas no R. de Janeiro, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e assumiu cargos administrativos no Governo da capitania.

procura são: Direito, Sociologia, Economia e Relações Internacionais, entre outros, (SANTOS, 2006).

A compreensão dos fenômenos migratórios perpassa pelo entendimento da desestruturação das economias nacionais, da expropriação do campesinato e das questões políticas e culturais numa relação mundo-lugar. Assim, os movimentos migratórios de trabalhadores brasileiros na contemporaneidade decorrem do processo de globalização, base das idéias neo-liberais, que atuam no lugar e no mundo. As migrações podem ser vistas também a partir do desenvolvimento desigual e combinado decorrente de interações globais e locais que excluem parcela significativa da sociedade brasileira.

Os estudos sobre as migrações internacionais de trabalhadores brasileiros têm sido desenvolvidos em Londres, Nova York, Bóston, Porto, Lisboa, Madri, Milão, conforme Torresan (1994); Margolis (1994); Sales (1999); Machado (2003); Téchio (2006), entre outros. No tocante ao acesso ao mundo do trabalho, essas pesquisas apresentam uma certa similaridade. A inserção dos brasileiros em Londres ocorre pela ocupação de atividades relacionadas à diversão, como a dança, o samba, a capoeira, entre outros (TORRESAN, 1994). Ao analisar o mercado exótico, Machado (2003) afirma que o trabalhador brasileiro, no Porto, criou uma identidade para o mercado que o tem beneficiado. A representação social que se faz desses trabalhadores de “alegres, simpáticos e sensuais”, constitui um diferencial significativo. Isso leva a atuação no mercado de atendimento ao público.

Para Margolis (Op. cit.), os brasileiros em Nova York têm-se inserido na área de serviços gerais e na construção civil. Sales (1999) afirma também que em Bóston os brasileiros se incluem no mercado secundário, sublinhando a tentativa da comunidade brasileira em construir uma imagem positiva de povo honesto e trabalhador.

Ao investigar a inclusão de trabalhadores brasileiros indocumentados em quatro cidades européias - Lisboa, Londres, Milão e Madri - Téchio (2006) enfatiza as dificuldades de integração ao mercado de trabalho, em função da falta de visto que possibilite uma maior mobilidade territorial e econômica. Evidencia também que esses trabalhadores se incluem no mercado segmentado secundário, ocupando funções geralmente de alta periculosidade e de má remuneração.

Nos países de língua inglesa, os brasileiros adequam-se ao “mercado do exótico”¹¹, mercado étnico e na construção civil. Isso porque para muitos brasileiros a língua constitui uma barreira que tem dificultado o ingresso em outros campos de trabalho, por exemplo atendimento ao público.

Na tentativa de buscar as diferenciações conceituais entre migração e mobilidade espacial, segue-se o raciocínio de alguns autores. La migration se caractérise donc essentiellement par le fait qu'elle entraîne un changement du domicile ou du lieu de résidence « habituelle », et que la vie reprend dans un lieu nouveau ou différent, (THUMERRELLE, 1986:25). Neste conceito, a mudança de lugar de domicílio, ou de lugar de residência habitual aliada às perspectivas de um novo cotidiano constituem a base para a compreensão do conceito de migração, cuja mudança representa uma nova paisagem, uma vida nova, diferente, enfim um novo arranjo espacial. A migração de longa distância constitui um fenômeno contínuo no tempo, que não obedece a um calendário ou a um período do ano.

Para Lévy *et al.* (2003:615), la migration et déplacement d'un individu ou d'un groupe d'individus, suffisamment durable pour nécessiter un changement de résidence principale et d'habitat, et impliquant une modification significative de l'existence sociale quotidienne du (des) migrant(s)¹². Neste conceito, a noção de tempo e de espaço vai influenciar na definição dos diferentes movimentos migratórios.

A Organização das Nações Unidas define a migração como um deslocamento de residência e de uma unidade geográfica por um período de, no mínimo, um ano. Este conceito não engloba os movimentos temporários de um lugar para outro como sendo migração. A delimitação temporal imbuída neste conceito não acompanha, de certa forma, a dinâmica territorial. Thumerrelle (O . cit.) faz uma crítica ao conceito estipulado pelas Nações Unidas, enfatizando a dificuldade de delimitar o período de um ano para conceituar o migrante. O conceito de migração exclui algumas formas de mobilidade habitual, a exemplo dos peregrinos, dos nômades, dos movimentos de vaivem entre dois lugares e do turismo.

¹¹ Esta denominação foi atribuída por Machado (2003) para caracterizar o tipo de inserção de trabalhadores brasileiros no Porto, Portugal.

¹² Migração constitui o deslocamento de um indivíduo ou grupo, por um determinado tempo, a envolver mudança de residência habitual e implica uma modificação significativa na vida cotidiana.

Ainda de acordo com o pensamento desse autor, a mobilidade espacial constitui um deslocamento diário ou sazonal em que a residência habitual da pessoa permanece. Seguindo este raciocínio, o nomadismo não é uma migração porque constitui um movimento habitual. Etimologicamente, significa a pessoa que se desloca permanentemente ou que não se fixa muito tempo num lugar, constitui um estágio de desenvolvimento da sociedade humana que caracteriza o modo de vida de alguns povos africanos, asiáticos e latino-americanos. Nestas sociedades, o impacto da globalização ainda não é tão forte ao ponto de diluir as relações sociais e os modos de vida existentes.

O Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005) não apresenta uma definição clara de migrantes internacionais. Este tem como base o tempo máximo de 1 ano fora da residência habitual, bem como as migrações temporárias. Constitui uma preocupação precípua desse relatório a gestão das migrações internacionais nas regiões em desenvolvimento e dessas para os países industrializados. Diante disso, as principais forças que conduzem às migrações internacionais referem-se aos 3Ds: diferenças no desenvolvimento, na demografia e na democracia. Assim, a comissão concluiu ainda que a acentuação das diferenças sociais e econômicas no mundo ocasionarão o aumento do número de migrantes internacionais. Em função disso é importante uma política migratória que tenha como objetivo assegurar os direitos dos imigrantes, reforçar a integração social e a governança.

Alguns conceitos usados na contemporaneidade não acompanham as transformações que estão na base de entendimento do território, uma vez que a delimitação temporal utilizada para definir o migrante não é suficientemente concisa para explicar as atuais migrações internacionais de trabalhadores. O que vai definir a categoria migrante é a finalidade, a mudança de residência habitual e as convivências com outras culturas. Se o deslocamento físico do local de origem da pessoa for em função da busca de um trabalho, ou de uma nova paisagem, numa outra unidade administrativa, este deslocamento é considerado uma migração. A pessoa muda de residência habitual e o motivo poderá ser uma viagem, conseguir um emprego ou trocar experiências numa outra unidade administrativa.

As migrações constituem um tipo de mobilidade espacial, entretanto nem toda mobilidade é uma migração. Segundo Jackson (In: MALHEIROS, 1996), a

migração constitui o movimento de uma população, de um local para o outro, podendo ser temporário ou permanente. Neste conceito, as variáveis tempo e espaço estão presentes e acoplam os movimentos populacionais de curta duração. O que vai diferenciar a migração temporária do turismo, reside no fato de, no primeiro, a pessoa se desloca para outro lugar com a finalidade de trabalhar e receber um salário, e no segundo, a pessoa se desloca para outro lugar no período de tempo menor para gastar e consumir nesse lugar.

Para Abellán *et al.* (1998:117) “ la migración es considerada como un proceso de cambio desarrollado históricamente como repuesta a la presión del hombre sobre el medio y sus recursos”. Nesse conceito, os autores defendem que a migração resulta do desequilíbrio entre a quantidade da população e a disponibilidade de recursos. A questão não pode ser olhada pelo viés meramente quantitativista. Esse conceito apóia-se principalmente na condicionante demográfica e nos recursos naturais, uma corrente clássica, entretanto despreza variáveis importantes que estão presentes nos movimentos migratórios, como exemplo: a globalização, o avanço da tecnologia, a desestruturação das economias nacionais, a distribuição de renda, a vontade de conhecer novas experiências, a dinâmica das comunicações, a diferença de moeda e as variáveis psicológicas, estão na base de entendimento das migrações. A pressão da população sobre os recursos ambientais não é suficiente para explicar os movimentos migratórios, uma vez que existem lugares que têm grande disponibilidade de recursos e que a população não tem acesso. O Brasil constitui um exemplo concreto desta realidade, é um dos países mais desiguais do mundo, uma vez que o acesso aos recursos é restrito e apenas uma pequena parcela da sociedade brasileira pode usufruí-los.

A temática migração tem uma interface muito complexa que envolve uma enorme gama de variáveis. Nesta pesquisa, tem-se a clareza da existência de diferenciação entre migração e mobilidade espacial. A migração internacional de trabalhadores brasileiros apóia-se no deslocamento de residência habitual desses trabalhadores para Portugal, nomeadamente para os Distritos de Coimbra, Leiria e Aveiro com a finalidade de desenvolver uma atividade econômica e compartilhar experiências, a envolver modificações tanto no lugar de saída quanto no lugar de chegada. Esta consiste no cruzamento de fronteiras de uma unidade política ou administrativa por um determinado período de tempo. As migrações internacionais

implicam o cruzamento das fronteiras que separam pelo menos dois dos cerca de 200 Estados que existem no mundo, (CASTLES, 2005:16). Diferentemente da migração, a mobilidade está relacionada com a capacidade de movimentação num dado espaço geográfico, mantendo a residência habitual.

Ao continuar tentando entender os conceitos, existem diferenciações na definição de imigrante internacional, imigrado e de estrangeiro. Para Rosa *et al* (2004:30), o imigrante internacional é definido como alguém que passa a residir em outro país, por um período continuado de pelo menos um ano. Continuando a análise, os autores afirmam que o critério de espaço, a mudança de residência, de país, de tempo e a fixação de residência pelo menos de um ano, constituem elementos fundamentais para caracterizar a migração internacional. A delimitação temporal não constitui argumento suficiente para definir a migração. Isso porque ao estipular o período mínimo de 1 ano, de uma certa forma, desqualificam-se outras componentes da dinâmica territorial, sobretudo o movimento de trabalhadores das empresas transnacionais e aqueles que migram no período da alta estação, ou seja, de 6 em 6 meses, o tempo permitido para se estabelecer como turista em território português (em função do acordo entre o Brasil e Portugal). A globalização imprime uma nova dinâmica territorial que influencia no movimento contínuo de pessoas.

O termo imigrado corresponde à população, inicialmente de nacionalidade estrangeira, que se tornou portuguesa, beneficiando-se dos mecanismos que permitem a alteração da nacionalidade. O estrangeiro é alguém que tem uma nacionalidade diferente do país onde reside, porém ele pode ter nascido no país e nunca ter saído dele. Este conceito apresenta algumas dificuldades no seu entendimento, uma vez que considerar estrangeiro uma pessoa que nasceu no país só pelo fato de ter pais estrangeiros, parece estranho. Etimologicamente, estrangeiro é definido como aquela pessoa de nação diferente, ou próprio dela; diz-se de país que não é o de origem; indivíduo estrangeiro, forasteiro e gringo, (FERREIRA, 1993:232). Na migração internacional há diferenças significativas nos conceitos de imigrante e estrangeiros. Isso porque os indivíduos que residem num dos Estados-Membros da União Europeia não são considerados imigrantes e sim estrangeiros.

Nas terminologias internacionais, o conceito de migrante é quando no período de recenseamento a pessoa não esteja a viver no lugar de nascimento. O

lugar de nascimento, a idade, o tempo de residência permite entender a dimensão espacial e temporal do movimento migratório. No tocante à migração internacional de trabalhadores, área de interesse da pesquisa, refere-se ao deslocamento de pessoas e de culturas de um país para o outro, num tempo mais prolongado, com uma finalidade definida: buscar uma vida melhor em outras terras. O movimento migratório internacional de brasileiros em direção à Região Centro de Portugal apresenta uma dimensão territorial muito significativa, sobretudo quando se refere às convivências, às relações de parentescos, à cultura, aos símbolos e aos valores que, de uma certa forma, irão caracterizar todo um processo de transição demográfica. Essas dimensões são importantes para a compreensão das teorias em que a realidade é estudada.

2- Migrações internacionais e concepções teóricas

A análise das migrações internacionais perpassa pela compreensão de várias teorias, uma vez que a complexidade do processo impossibilita o entendimento por uma única via teórica, conforme Massey *et al.* (1998) e Rocha-Trindade (1995). Na Geografia, as formulações teóricas começam a ser sistematizadas no final do século XIX, com as contribuições do alemão Ravenstein, quando em 1876 publicou o seu primeiro artigo na *Geographical Magazine*. O modelo denominado de “push-pull”, de sua autoria, tem como base os fatores de atração e repulsão, criando assim as “Leis da Migração”. Meio século depois, esse modelo foi aperfeiçoado pelo demógrafo americano Everett Lee, que por volta de 1969, ao agrupar também as variáveis intervenientes e as variáveis pessoais reelabora o modelo de Ravenstein. Conforme salienta Rocha-Trindade (Op. cit.), esta formulação teórica tem como base: a decisão individual; o processo racional de tomada de decisão e o perfeito conhecimento dos países de migração.

A autora estabelece uma discussão crítica às leis da migração, enfatiza a necessidade de ultrapassar a compreensão das migrações internacionais a partir do modelo de equilíbrio do mercado de trabalho e das motivações individuais. Entende-se que o ato de migrar não constitui apenas uma decisão individual, é também coletiva, ou seja, faz-se importante entender o processo levando-se em consideração a participação da família, dos amigos, as relações mundo e lugar,

as relações históricas e as redes sociais estabelecidas no país de acolhimento. Nem sempre o migrante conhece a sociedade receptora e toma uma decisão racional no processo migratório. Isso pode ser verificado com a comunidade brasileira inquirida na Região Centro de Portugal, conforme análise no capítulo VI.

A reconstrução de muitos países após a Segunda Guerra Mundial impulsionou o desenvolvimento de novas teorias com o intuito de explicar a realidade das migrações internacionais. A teoria do capital humano, desenvolvida na década de 1960, considera a educação como fator preponderante na seleção dos trabalhadores imigrantes e na adaptação econômica ao país de acolhimento. Barry Chiswick, na década de 1990, com base nas qualificações sociais e economicamente importantes, reelabora esta teoria. Para o autor, os imigrantes possuidores de conhecimento linguístico, formação profissional e conhecimento do mundo do trabalho da sociedade de acolhimento terão mobilidade ascendente, estimulando assim os investimentos tanto no país de origem quanto no país de chegada. Com base neste modelo, “o movimento internacional de trabalho conduz gradualmente à convergência dos níveis de crescimento econômico e de bem estar social” (ROCHA-TRINDADE, 1995:78).

Salienta-se que as qualificações educacionais e sociais são importantes, porém, na atualidade, não são definidoras do processo e nem tão pouco da mobilidade ascendente do imigrante. Também relaciona-se às necessidades do mercado de trabalho, com as políticas migratórias dos países de imigração e com o conhecimento do país de acolhimento. Outros pesquisadores acrescentaram a “utilidade dos lugares” para entenderem como os imigrantes percebem os lugares de imigração. Para Julian Wolpert (In: FONSECA, 2005), a utilidade do lugar pode definir-se como o grau de satisfação ou insatisfação individual relativamente a um lugar. A análise da percepção dos atores nos estudos de Geografia das migrações é muito relevante, o que porém poderá indicar alguns pontos e contrapontos, imprescindíveis às políticas migratórias. Também poderá contribuir para o aprofundamento da questão, evidenciando a forma como cada imigrante vê o processo migratório, e, de outro modo, a depender da carga emocional, poderá, de uma certa forma, mascarar a realidade.

Ao longo da investigação, percebeu-se que não existe uma única teoria que consiga dar suporte ao entendimento dos movimentos migratórios internacionais. As teorias neoclásticas (macro e microeconômicas), centradas no mercado de

trabalho, rendimentos salariais e liberdade individual e racional na escolha do país de emigração, não conseguem explicar suficientemente por que menos de 1% da população mundial engaja-se em um movimento internacional de trabalho. Nessa linha de raciocínio, a principal causa da emigração é o esforço individual para maximizar rendimentos, trocando economias de baixos salários por outras de altos salários (BORJAS In: CASTLES, 2005:22).

O despertar do século XXI trouxe muitas críticas e questionamentos aos modelos clássicos e neoclássicos, levando alguns pesquisadores a buscarem novos caminhos para se pensar as migrações internacionais que reflitam a nova realidade econômica e social: Rocha-Trindade (1995); Massey *et al.* (1998) e Castles (2005).

Face à insustentabilidade das teorias neoclássicas para a complexidade das migrações internacionais, surge uma forma “alternativa” de pensar sobre esse movimento. A Nova Economia das Migrações enfatiza que a decisão de emigrar não é apenas individual, mas sobretudo uma decisão tipicamente familiar, ou governamental (dos países de origem e de chegada), ao estimular o processo migratório. Segundo essa corrente, as diferenças de salários entre dois países não são suficientes para a explicação das migrações. As oportunidades de encontrar emprego, a disponibilidade de capital para iniciar uma atividade empresarial e a necessidade de gerir riscos a longo prazo também devem ser considerados (CASTLES, 2005:22). Acrescenta-se a essas motivações a vontade de cada pessoa em querer vivenciar novas experiências. Alguns países que recebem imigrantes criam programas de apoio ao trabalhador migrante e às famílias no intento de diminuir os riscos com a migração, mas isso não é o caso de Portugal. A preocupação não é apenas aumentar os rendimentos, mas, também, para diminuir os riscos com a migração, ou seja, para que o imigrante possa se integrar à sociedade de acolhimento.

Nessa Nova Economia das Migrações, a diferença de salário não é, necessariamente, uma condição para a ocorrência das migrações internacionais. Os governos podem ter forte participação na minimização dos riscos ou ampliar as possibilidades de acumulação de capital quando houver a ausência de diferença de capital (MASSEY *et al.* 1998). O movimento internacional não necessariamente pode parar quando a diferença de rendimento entre os diferentes países deixar de existir. Existem outros atributos que também

influenciam na continuidade do processo migratório, ou seja, a permanência do imigrante no lugar de chegada, a exemplo de bom sistema de saúde e de educação, tranquilidade, moradia, créditos, programas sociais, entre outros. Os governos podem influenciar nas taxas de imigração não somente através das políticas de integração do imigrante, como também através do seguro desemprego, crédito no mercado, empréstimos bancários, entre outras.

Para Massey *et al.* (Op. cit.) existe na contemporaneidade uma crise do modelo que tem como base apenas o econômico. Nesse sentido, abordar-se-á o tema da imigração brasileira com base nas teorias que ajudem no entendimento da forma de inserção da comunidade brasileira, país do Sul da América, no mundo do trabalho português, país do Sul da Europa.

Ao analisar a teoria da dependência, desenvolvida por cientistas sociais, na década de 1970, percebe-se que alguns pontos abordados são pertinentes para a compreensão deste estudo de caso, a exemplo da globalização e da formação do exército de trabalhadores internacionais. Esta reflexão, pautada no materialismo histórico e na dialética marxista, enfatiza que a internacionalização do capital, a partir dos anos de 1960, criou um novo recurso à disposição das metrópoles centrais: a importação de trabalhadores. Nessa vertente, os trabalhadores passam a ser um recurso que se movimenta de um lado para o outro e que está à disposição dos mecanismos do capitalismo internacional.

Na União Européia, os processos pós-industrial, a arborescência do terciário, a atuação dos sindicatos, o envelhecimento da população, a diminuição da taxa de fecundidade e a contração do crescimento demográfico têm conduzido a importação de trabalhadores de países semiperiféricos e periféricos. A esse processo de exploração do trabalho pelos países centrais e semiperiféricos é denominado de colonialismo interno¹³. Este contexto pode ser utilizado para se compreender a inserção da comunidade brasileira na Região Centro de Portugal.

Ao buscar o entendimento sobre a inserção de trabalhadores brasileiros no mundo do trabalho na área de estudo, a Segmented Labour Market Theory¹⁴ tem ajudado a compreender as mobilidades socioprofissionais destes imigrantes na sociedade de recebimento. Michel Piore, nos anos de 1970, foi um dos pioneiros

¹³ Os estudos sobre a acumulação do capital e desenvolvimento dependente pode ser melhor aprofundado em Castles e Kosack (1973), Boaventura Souza Santos (1999; 2002).

¹⁴ Segmentação do Mercado de Trabalho (PIORE, 1970).

no desenvolvimento da teoria do mercado dualista. Esta teoria afirma que ...that international migration is caused by a permanent demand for immigrant labour that is inherent to the economic structure of developed nations” (MASSEY *et al.* 1998:28).

Para o autor, as causas das migrações internacionais estão relacionadas às necessidades estruturais das economias modernas industriais e ocidentalizada, ou seja, às oportunidades de trabalho e às motivações da sociedade acolhedora. A circularidade do capital e a mobilidade do trabalho estão na base dos processos de globalização. Nesse sentido, a integração ao mercado de trabalho ocorre através da dualidade entre trabalho e capital, o que resulta na formação de dois tipos de mercados segmentados, típicos das economias industrializadas: capital-intensive primary e labour-intensive secondary (PIORE,1970). O primeiro corresponde a setores mais qualificados, os quais os investimentos em educação são maiores, com funções mais especializadas e com maior remuneração, está destinado aos trabalhadores nacionais. O segundo está relacionado a empregos com a exigência de menor qualificação, mal remunerados, de alta periculosidade e geralmente são ocupados por imigrantes, uma vez que essas funções são, muitas vezes, rejeitadas pela população autóctone. Corresponde a trabalhos relacionados ao serviço doméstico, cuidados pessoais, hotéis, restaurantes, indústria, construção civil, vestuário, calçados, dentre outros e com menor propensão à mobilidade profissional ascendente.

A maioria dos trabalhadores brasileiros inquiridos e entrevistados na Região Centro de Portugal, sobretudo os que chegaram no final da década de 1990, enquadra-se no “labour-intensive secondary”, uma vez que, mesmo possuindo o nível superior completo, o acesso ao segmento primário é muito difícil e está reservado, de uma certa forma, para a população autóctone. Entretanto, salienta-se que, no contexto atual, as motivações da sociedade acolhedora não são tão significativas ao ponto de influenciar na permanência dos imigrantes brasileiros nesta região.

O insucesso do sistema de “guestworker”, na década de 1980, origina uma discussão sobre a Nova Divisão Internacional do Trabalho, (NDIT), uma vez que a transferência do capital dos países centrais para as periferias iria favorecer a ampliação de lucro. Alguns pontos abordados por esta teoria podem ser aplicados à realidade deste estudo. A NDIT, desenvolvida na década de 1980 por Fröbel e

Ernst, tem como base o elevado nível de industrialização dos países desenvolvidos, numa perspectiva centro-periferia. Esses países transferiram o capital industrial para a implantação de plantas industriais no “terceiro mundo”. Isso porque, nos países industrializados, nomeadamente em alguns países europeus, o nível de organização da classe trabalhadora, a atuação dos sindicatos, o elevado custo de produção e as dificuldades para aumentar a margem de lucro da produção favoreceram a saída de capitais para os países menos desenvolvidos.

Com isso, o capital industrial do centro das economias desenvolvidas foi transferido para as periferias, isto é, para os países em vias de desenvolvimento, com o pensamento de produzir bens destinados aos mercados mundiais, com baixo custo social. Para Froebel e Ernst, adeptos desta teoria, “em vez de serem os trabalhadores a imigrar para os centros, terá sido o capital a emigrar para as periferias, em busca não só de vantagens econômicas, como também sociais e políticas” (ROCHA-TRINDADE, 1995:88).

Para Benko (1996), os estudos mais recentes da teoria do desenvolvimento regional apoiam-se na Nova Divisão Espacial e Internacional do Trabalho, na qual existe uma adequação espacialmente diferenciada dos processos de produção e da qualificação necessária. Isso posto, as atividades de alta tecnologia são encaminhadas para as regiões centrais, enquanto as funções que utilizam menor tecnologia e pouca qualificação são direcionadas para a periferia. Continuando a análise o autor salienta que:

...de uma lado, a economia global pode ser vista como um mosaico de sistemas de produção regionais especializados, possuindo cada qual sua própria rede densa de acordos de trocas, no interior da região, e um funcionamento específico do mercado local de trabalho. De outro, o mesmo mosaico se insere no entrelace planetário de ligações interindustriais, de fluxos de investimentos e de migrações de população (BENKO, 1996:70).

No caso específico do Brasil, a introdução do capital internacional, por um lado, possibilitou o crescimento econômico com a implantação de parques/complexos industriais e tecnologias de ponta; por outro lado, os investimentos sociais não acompanharam esta dinâmica, o que tem criado rupturas e seqüelas no território, conseqüentemente aumentando as migrações internacionais de brasileiros.

As migrações internacionais de trabalhadores brasileiros decorrem da inter-relação do processo de latifundialização, globalização/industrialização e da vontade pessoal de querer melhorar a qualidade de vida individual e da família. A partir da década de 1960, criaram-se novos atores e personagens no cenário brasileiro, tanto no campo como na cidade, exercendo assim um fascínio urbano na década de 1970. A “substituição” dos latifúndios pela grande empresa capitalista e a falência da pequena empresa constituem exemplos do capitalismo perverso. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil é resultado do processo de concentração da propriedade fundiária no campo, que continua expulsando milhares de pequenos lavradores de suas terras que vêm a redução e/ou deslocamento da sua propriedade de agricultura familiar para outras áreas com solos menos férteis. As terras melhores foram ocupadas pela agricultura capitalista, conforme Martins (1980) e Damiani (1991).

A transferência dessas indústrias, com tecnologia para o Brasil, por exemplo, tem contribuído muito timidamente para a melhoria das condições de vida da população e ampliação da oferta de postos de trabalho, assim como na elevação do índice de desenvolvimento humano (IDH)¹⁵. Territorialmente, o crescimento foi centralizado e não veio acompanhado de uma política de desenvolvimento econômico e social, tendo como consequência os desequilíbrios regionais. Historicamente, algumas ações governamentais, além de ofertarem a infraestrutura e os incentivos fiscais para a entrada do capital estrangeiro, não realizaram a regulação, demonstrando, muitas vezes, um descomprometimento com as reais necessidades da maioria da população brasileira, caracterizando a falta de ética e do sentimento de não nação.

Outro ponto que evidência as dicotomias Norte-Sul, no Brasil, refere-se à concentração da renda, do poder e dos investimentos em ciência e tecnologia no Centro-Sul do país, o que proporcionou, ao longo dos anos, a migração campo-cidade e vice-versa, ampliando assim as mobilidades internas. No presente momento, os desequilíbrios internos concorrerem para que cerca de 1% da população brasileira submeta-se a uma migração internacional de trabalho.

¹⁵Esse índice publicado no Relatório de Desenvolvimento Humano pela Organização da Nações Unidas, evidencia que a qualidade de vida humana não deve ser apenas analisada pelo viés econômico, mas também pela perspectiva social, cultural e política. <http://www.pnud.org.br/idh/>

No contexto da NDIT, Portugal assume uma posição de país intermediário, (MALHEIROS, 2005), ou seja, é um país que não está no centro, mas encontra-se numa posição privilegiada em relação à periferia, ocupando a semiperiferia. Isso justifica a melhora do padrão de vida da população, o que por sua vez, abriu possibilidades de emprego para a população imigrante, em decorrência da entrada do país na União Européia. Por um lado, Portugal continua mantendo os fluxos de emigração laboral em direção aos países da Europa Central e do Norte. Também passou a ser, um país receptor de imigrantes não só de países que mantêm uma proximidade linguística e cultural, como é o caso das ex-colônias portuguesas, evidenciando o colonialismo interno, como também de países que não têm relações históricas, como é o caso de povos da Europa de Leste.

Os avanços da ciência e da tecnologia, a estabilidade política e social, a vontade e a igualdade de moedas podem respaldar a criação de uma teoria que dará suporte para a compreensão das dinâmicas territoriais. Para os adeptos das teorias explicitadas anteriormente, na década de 1970, era importante a importação de mão-de-obra imigrante para os países industrializados. A partir da década de 1980, a implantação das indústrias globais nos países menos desenvolvidos não foi suficiente para empregar a mão-de-obra, devido ao processo de mecanização que liberou homens e mulheres mais cedo do trabalho, jogando-os ao desemprego. Nesse contexto, contratam-se trabalhadores por um determinado tempo a fim de preencherem postos de trabalho não aceitos pela população local, conforme reforça o autor sobre a necessidade da mão-de-obra imigrante:

..... conduziu praticamente todas as regiões portuguesas a um limiar de desenvolvimento que justifica o recrutamento de imigrantes para o desempenho de determinadas tarefas profissionais. O desenvolvimento de obras públicas e da economia de serviços nas cidades de média dimensão em todo o país, que exige empregos não qualificados que a população local com níveis cada vez mais elevados de qualificação e de expectativas profissionais, tende a recusar, abre a porta ao trabalho dos imigrantes, (MALHEIROS, 2005:267).

Ao analisar a situação do Brasil, surgem algumas indagações. Por que a maioria dos inquiridos e entrevistados na Região Centro de Portugal é originário de áreas centralizadoras do capital e da tecnologia? Será que está relacionado com os impactos da globalização/industrialização ou com a maior possibilidade de acesso à informação? Estes questionamentos estão presentes no transcorrer da investigação.

Num mundo das globalizações, a visão de totalidade espacial e da dinâmica dos sistemas migratórios em que o país se integra é importante para a consolidação de políticas públicas tanto no Brasil, como em Portugal, país de acolhimento. É num quadro de acordos internacionais e de estratégias económicas e políticas que os dois países se ajustam ao contexto das migrações internacionais, enquanto dispersor/receptor/dispersor de trabalhadores imigrantes e estrangeiros. A Nova Divisão Internacional do Trabalho favoreceu a consolidação de um sistema económico do capitalismo internacional com três instâncias territoriais. Com base em Castles e Kosack (1973), ao estudar as migrações laborais entre os centros e as periferias do sistema capitalista e na classificação da ONU (2007), ao identificar o índice de desenvolvimento humano¹⁶ propõe-se as seguintes tipologias: central, semiperiférico e periférico, (figura 5).

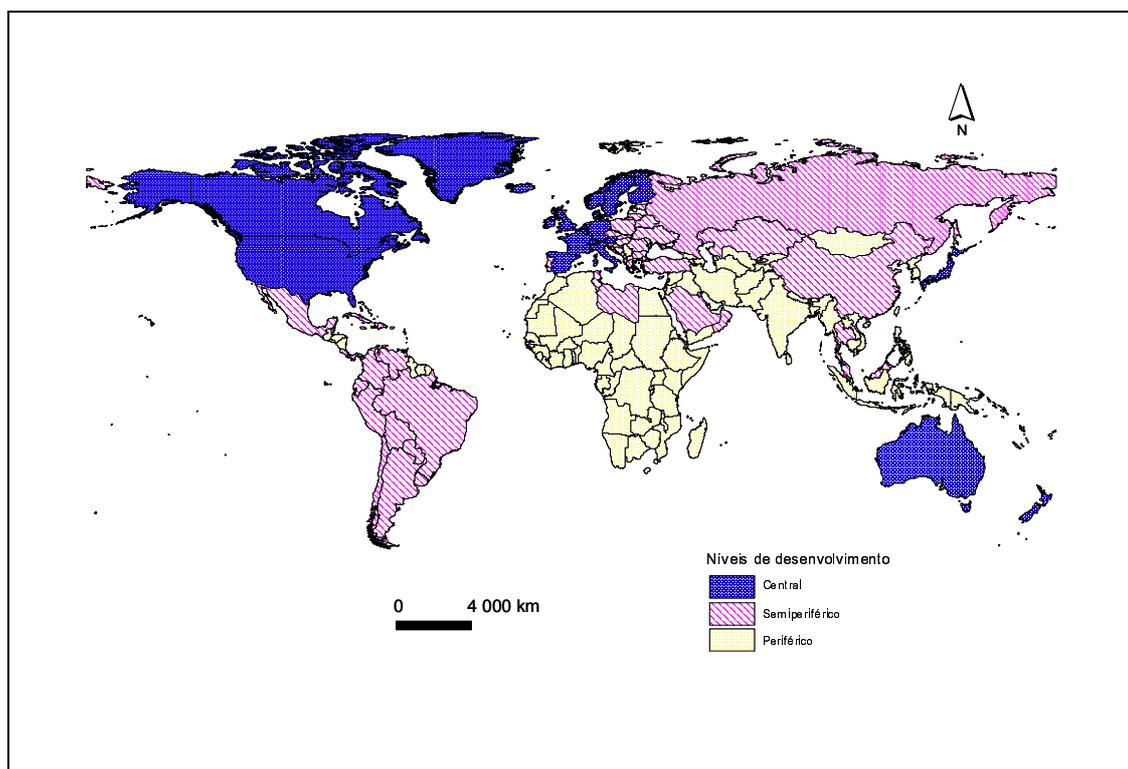


Figura 5 – Níveis de desenvolvimento de países.

Fonte: Elaboração própria, 2008, com base em Castles et al (1973) e na ONU (2007).

¹⁶ O IDH é calculado com base nas seguintes variáveis: esperança de vida, nível de instrução e rendimento por habitante (ONU, 2007).

No âmbito do capitalismo internacional, a figura 5 apresenta uma tipologia de países com base nos níveis de desenvolvimento e poder de ação diferenciados. Os países do centro apresentam uma dinâmica territorial bastante acentuada e uma evolução dos níveis de produtividade. Em função da oferta de postos de trabalho, sobretudo para o terciário, países como Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá, centro do capitalismo, têm atraído trabalhadores brasileiros e de várias partes do mundo. Ao procurar estabelecer uma relação com a emigração brasileira em direção aos países do Centro, sobretudo os Estados Unidos, é bom salientar que em meados da década de 1980 caracteriza o primeiro fluxo de trabalhadores brasileiros rumo aquele país. Um questionamento surge, qual a relação existente entre o Brasil e os Estados Unidos ao ponto de definir o primeiro fluxo emigratório?

Para uns, a existência da mica, minério usado para fabricar rádio durante a Segunda Guerra, favoreceu as aproximações entre os dois países e a criação de redes sociais em território americano (SALES, 2005). Para outros, no final dos anos 1980 e início de 1990, os EUA tiveram um crescimento da produtividade e aumento dos postos de trabalho, o que necessitava de trabalhadores imigrantes, conforme salienta o autor:

...apenas um substancial aumento da produtividade poderia explicar o boom econômico nos EUA em 1994-99: 3,3 % do crescimento anual do PIB (Produto Interno Bruto), com uma inflação abaixo de 2%, o desemprego abaixo dos 5% e um aumento, apesar de moderado, nos ordenados médios (CASTELLS, 2005:113).

Esse crescimento proporcionou mudanças significativas na geografia das migrações, criando novos fluxos, o que estimulou a ampliação das migrações do Sul para o Norte, e, em algumas situações, Sul - Sul. No tocante às migrações internacionais, os anos de 1980/1990 caracterizam a ampliação dos fluxos migratórios de brasileiros em direção aos Estados Unidos.

A emigração brasileira enquanto fluxo de trabalhadores em direção aos países do centro do capitalismo data de 1980. Nessa década, a intensificação deste fluxo ocorre devido a problemas econômicos e sociais no Brasil. O país passava por uma recessão bastante acentuada, alta inflação e baixo desenvolvimento social. O crescimento econômico dos EUA impulsionou a constituição de um pólo de atração populacional, destacando-se como um centro receptor de cidadãos brasileiros, seguido do Japão e da Inglaterra. O trabalho de

Sales (1999) evidencia essa realidade. Ao final da década de 1990, em função das dificuldades de integração e da seletividade da imigração ao lado do estreitamento das fronteiras nos países do sistema central, sobretudo os Estados Unidos, os imigrantes brasileiros adotam novos itinerários migratórios, o que foi aprofundado posteriormente.

Os avanços do processo de globalização têm favorecido a ampliação do movimento circular de trabalhadores para vários países do mundo, sobretudo para os países desenvolvidos. A teoria do Sistema Mundo adverte que as migrações internacionais não são produto apenas de uma decisão individual ou por influência de governos, mas sobretudo é consequência do processo de globalização, conforme Massey *et al.* (1998) e Fonseca (2005).

Para Massey (Op. cit:36) the penetration of capitalist economic relations into non-capitalist or pré-capitalist societies creates a mobile population that is prone migrate. A expansão do sistema capitalista nas sociedades periféricas e semiperiféricas, através dos investimentos estrangeiros e da difusão das tecnologias de informação, tem favorecido a acentuação das relações neo-coloniais, estimulando assim as migrações internacionais. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento capitalista impulsiona os movimentos migratórios.

As lógicas territoriais vão implementar variados itinerários da geografia das migrações internacionais, acentuando as diferenças e os novos fluxos migratórios: Norte – Sul, Sul – Norte e Sul - Sul. Como o objetivo da investigação é estudar o fluxo migratório Sul – Sul, ou seja, Brasil e Portugal, a inserção de trabalhadores brasileiros na Região Centro de Portugal, deteve-se ao sistema migratório europeu. As interações socioespaciais dos movimentos internacionais de trabalhadores induzem a perspectiva de compreensão da teoria dos sistemas migratórios.

3 - Sistemas migratórios

Um sistema migratório é constituído por dois ou mais países que trocam migrantes entre si (CASTLES, 2005). Ainda na ótica do autor, é um movimento determinado pelas ligações prévias entre o país emissor e o receptor, decorrentes dos processos de colonização, da influência política, das relações comerciais, dos investimentos e dos laços culturais.

O entendimento dos sistemas migratórios, no contexto europeu, perpassa pela compreensão de como a Europa tem se organizado enquanto bloco comercial e, no âmbito global, qual o papel no sistema migratório. Diante dos processos de globalização e dos movimentos internacionais de trabalhadores como ficam as economias regionais? Será que estamos vivenciando um processo de competição entre globalização e regionalização?

Estas reflexões conduzem a se pensar na existência de uma inter-relação entre a circularidade do capital e a mobilidade do trabalho. Isso pode ser demarcado pela capacidade de atração da população imigrante com a dinâmica do comércio e com as ofertas de postos de trabalho. Nesse sentido, far-se-á uma breve contextualização de como tem sido a formação deste bloco no intento de compreender o papel do sistema migratório europeu.

Segundo Castells (2005), os anos de 1980 e 1990 caracterizaram duas tendências na organização do comércio internacional. A primeira apoiada pela crescente liberalização do comércio e a segunda consistindo na formação de blocos de comércio regionais, ou seja, a globalização e a regionalização. A formação de blocos econômicos regionais, a exemplo da União Européia, NAFTA, MERCOSUL, constitui uma forma de regionalização da economia, cujo objetivo é o fortalecimento de práticas e ações de interesse comuns. Os anos de 1990 fizeram alguns cientistas aprofundar a discussão da tese da regionalização¹⁷. No tocante a essa tese, Manuel Castells discorda da idéia de considerar a União Européia como um bloco de comércio. Na visão do autor, o comércio interno na UE não é internacional e sim inter-regional, base para a formação de um Estado em Rede, característica principal de uma economia unificada, Castells (2005).

Nessa linha de raciocínio, a adoção de uma moeda única, o euro, a homogeneização aduaneira e alfandegária e a criação de um Banco Central proporcionou o fortalecimento da União Européia, enquanto bloco regional. Esta tem impelido ajudas econômicas e financeiras aos Estados-Membro, evidenciando transformações territoriais significativas. No tocante aos sistemas migratórios, a UE tem promovido debates e algumas medidas e leis com o objetivo de regular a migração.

¹⁷ Este assunto poderá ser aprofundado em Manuel Castells (2005), Stephen Cohen (1993), entre outros.

Com base na teoria dos Sistemas Migratórios, na Europa, a partir de 1980, evidencia-se a formação de um sistema central e um sistema semiperiférico, (figura 6).

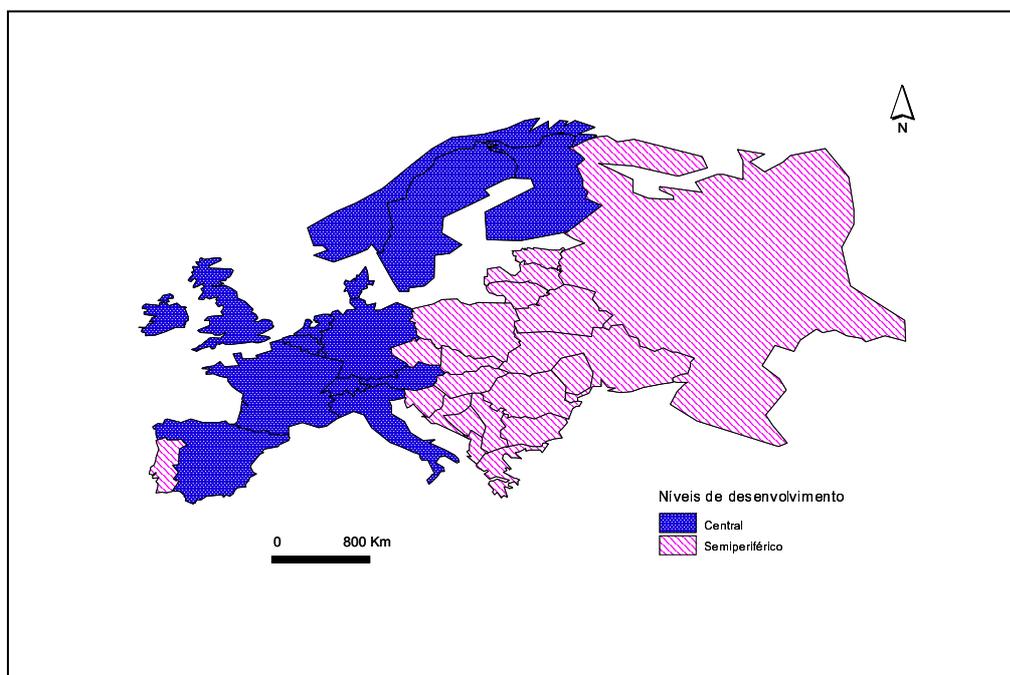


Figura 6 – Níveis de desenvolvimento de países na Europa.

Fonte: Elaboração própria, 2007, com base em Castles *et al.* (1973) e a ONU (2007).

A figura 6 evidencia os países do sistema central e semiperiférico europeu, os quais estão em perspectivas de desenvolvimento. Nota-se nessa figura a predominância de países inseridos no sistema semiperiférico. Os países desse grupo caracterizam-se por ser de acolhimento de imigrantes e de repulsão da população autóctone. Esses, passam por dificuldades de melhoria da qualidade de vida, o que impulsiona novos fluxos migratórios de longas e pequenas distâncias. Isso reforça o argumento de vários teóricos ao afirmarem que nem sempre os imigrantes são oriundos de países periféricos, ou seja, de países pobres.

O sistema econômico comandado pelo Reino Unido, Alemanha, Bélgica e França atua como centro do capitalismo europeu; o sistema semiperiférico atua, ora como filtro migratório no Mediterrâneo, Atlântico e Índico, e ora como fornecedor de trabalhadores, muitas vezes qualificados, para o mercado

secundário a Europa Ocidental. Como as leis para o ingresso de trabalhadores imigrantes, exceto para os Estados-membros comunitários, têm ficado cada vez mais burocratizadas, os sistemas central e semiperiférico têm como função regular e controlar a entrada, estabelecendo normas e critérios na “seleção” dos imigrantes.

A partir de 1980, o capitalismo internacional comandado pelos países mais ricos, especializa-se cada vez mais, fortalece o sistema central e alguns países semiperiféricos. No tocante ao movimento internacional de trabalhadores, os países em desenvolvimento têm se destacado como lugar de origem dos imigrantes, ora enviando mão-de-obra qualificada para atuarem em funções especializadas, ora enviando trabalhadores para exercerem atividades com pouca qualificação.

Com relação à globalização do trabalho especializado, existe um tratamento diferenciado no tocante às exigências de documentação no processo de entrada de profissionais qualificados e/ou que atuem em áreas de interesse das estratégias territoriais. É o caso da “brain drain”¹⁸ dos países semiperiféricos e periféricos para as nações ricas, o qual tem beneficiado os países centrais, conforme salienta o autor: the brain drain referred to the selective migration of talented and educated people from poor to wealthy nations, which emerged as a key point of contention between the First and the Third Worlds in the years following descolonization” (MASSEY *et al.* 1998:36).

As regras, leis de imigração, salários e condições de trabalho são diferenciados, a exemplo de gestores comerciais, analistas financeiros, consultores, cientistas, engenheiros, designers, performers, jogadores de futebol, profissionais de educação física, gurus espirituais...., conforme salienta o autor:

Qualquer pessoa com a capacidade de gerar um valor acrescentado excepcional em qualquer mercado goza da oportunidade de comprar em qualquer ponto do globo – e também de ser comprado. não inclui muita gente, mas é decisiva para o desempenho das redes comerciais, redes dos média e das redes políticas..(CASTELLS, 2005:159).

O caráter de seletividade e valoração implícito no movimento de trabalhadores internacionais revela a atribuição do econômico que é dado a tudo, inclusive ao próprio homem. No mercado de trabalho, as habilidades, as

¹⁸ Significa fuga de cérebro.

competências e o lugar de origem dos imigrantes têm um valor econômico. Atualmente, a inserção no mundo do trabalho depende não somente do saber fazer, saber ser, saber conviver como também da necessidade do mercado e da imagem que o empregador tem do trabalhador imigrante. A dualidade de tratamento na entrada dos imigrantes leva a se pensar que, as exigências para a entrada no país de acolhimento são maiores e bastantes diferentes para aqueles não possuidores de competências “extraordinárias”. Estes são movidos pela força de vontade ou pelo desespero no desejo da melhoria da qualidade de vida pessoal e da família, ou seja, existem diferenças de tratamento no controlo da categoria de trabalhador imigrante e depende da condição de trabalho.

Realmente, na área de estudo, os trabalhadores especializados que chegaram à década de 1980 e estavam integrados nas estratégias territoriais de Portugal não tiveram dificuldades para a regularização da situação trabalhista. Neste grupo, estão incluídos os jogadores de futebol, animadores culturais, empresários, designer, dançarino, capoeirista, dentistas, entre outros. Com o passar dos anos, o aumento do fluxo da imigração brasileira e a diminuição da procura de trabalhadores especializados impulsionaram algumas resistências ao relacionamento entre os trabalhadores autóctones e imigrantes brasileiros. Os brasileiros que chegaram ao final dos anos de 1990 e estão trabalhando nas atividades terciárias e primárias, (restauração e agricultura, entre outras), estes enfrentam muitas restrições para inserção no mercado de trabalho, no geral, recebem salário diferenciado, são mal pagos e têm carga horária de trabalho em excesso, conforme aprofundamento nos capítulos VI e VII.

Continuando a análise, a teoria dos sistemas migratórios baseia-se na assertiva de que os movimentos internacionais de trabalhadores decorrem da inter-relação da geografia política mundial, das relações entre governos dos Estados e das redes migratórias. Após analisar as concepções teóricas, compartilha-se com o pensamento dos autores ao afirmarem que uma só teoria é insuficiente para explicar os movimentos internacionais de trabalhadores na actualidade. A necessidade de acumulação do capital, a concentração da riqueza, a desigual distribuição da renda, as interferências nas economias locais, a difusão dos meios de transportes e comunicação, o impacto da globalização e a força de vontade estão na base das teorias das migrações internacionais.

Na contemporaneidade, o entendimento das migrações internacionais está associado à compreensão das desigualdades sociais e econômicas entre os países de origem e os países receptores de imigrantes. A formação da “Europa Fortaleza” vem reafirmar os interesses e objetivos desse bloco econômico e político. A Grã-Bretanha, a França, a Bélgica e a Alemanha, centro do capitalismo europeu, preocupados com a segurança, começam a olhar os países do Sul da Europa com mais atenção, objetivando, cada vez mais, o controle do espaço europeu. Vale salientar que muitos países devastados com a Segunda Guerra Mundial, para soerguerem, necessitaram dos trabalhadores imigrantes.

Robin Cohen (1995) faz uma análise das políticas de imigração em vários países europeus, evidenciando, conforme as necessidades da época, as medidas restritivas e de atração da população imigrante. Alguns países empreenderam medidas no sentido de convidar e posteriormente de controlo dos imigrantes. Com as guerras, o Reino Unido, por exemplo, para se erguer, necessitou, na primeira metade do século XX, de trabalhadores imigrantes sobretudo das ex-colônias britânicas: Índia e Paquistão. Com a melhoria do crescimento econômico, o aumento desta imigração despertou opiniões contrárias à permanência dos não-brancos e das minorias étnicas. Essa discussão ganhou destaque nacionalmente, o que concorreu para o aparecimento de revoltas, grupos anti-imigrantes, medidas restritivas do tipo “*voucher system*” e campanhas do tipo “*Halt Immigration Now*” (ANWAR, 1995). Tais medidas implementaram uma discriminação negativa ao impedir a entrada dos não-brancos, ou seja, dos imigrantes.

Mesmo considerando as medidas restritivas à imigração sobretudo após os atentados terroristas, ao chegar ao aeroporto de Londres, em 2005, percebeu-se a presença de pessoas com traços físicos de outros países que estão trabalhando em atividade de atendimento ao público, algumas retratando o passado de colonização inglesa. No aeroporto de Heathrow (Londres), por exemplo, observou-se a presença de pessoas oriundas da Índia, Paquistão, África do Sul, Brasil, Portugal, entre outras nacionalidades, admitidas em funções de muita responsabilidade, tais como de polícia de fronteira, *guiché* de atendimento de passageiros, controladores de imigração, táxi, lojas, etc.

O mesmo aconteceu na França, uma vez que até a primeira metade do século XX era o principal importador de mão-de-obra imigrante, ocupando esta

um lugar privilegiado no crescimento econômico do país, conforme salienta Ogden (1995:289) “...Migration has been central to economic growth”. Os italianos, argelinos, turcos, portugueses, entre outros foram importantes para a França alcançar o atual nível de desenvolvimento. No entanto, a partir dos anos de 1980, com o aumento da população imigrante e, conseqüentemente, dos problemas sociais fruto da incipiente política de integração, os franceses começaram a se preocupar com a questão da imigração e adotaram medidas restritivas à entrada de imigrantes, sobretudo os não-brancos. Mais uma vez, as nacionalidades do Sul as quais tanto contribuíram para o crescimento dos países do Norte continuam sendo discriminadas negativamente.

No caso de Portugal não foi diferente. A recuperação econômica e social do país após o 25 de Abril só foi possível com a participação de trabalhadores das ex-colônias portuguesas, nomeadamente guineenses, angolanos, moçambicanos, caboverdiano, posteriormente, na década de 1980, os indianos e brasileiros. Os países do subsistema semiperiférico, nomeadamente Portugal que, em décadas anteriores, era emissor de mão-de-obra para a Inglaterra, Alemanha, França, Suíça, entre outros, insere-se na União Européia e passa a ter um melhor desenvolvimento em função da ajuda dos fundos comunitários, CRC (2000); Fonseca (1996, 2003); Malheiros (2000) e Rocha-Trindade (1995). Nesse sentido, o conhecimento das tipologias e das variáveis torna-se importante.

4 – Migrações: tipologias e variáveis

As definições sobre a migração permitem a se refletir sobre a tipologia usada para caracterizar a situação de brasileiros (as) que migraram para a região Centro de Portugal por motivo de trabalho. Uns são portadores de visto de trabalho e outros não, denominados de indocumentados. Para os que não têm o visto fica difícil a permanência, alguns preferem ficar renovando-o como turista, por um período máximo de 6 meses, permitido por lei, geralmente optam pelo período de baixa estação, quando existe uma menor oferta de emprego, para retornar ao Brasil. Neste caso, ele não é considerado um imigrante? Sabe-se que ele não é turista. Trata-se de uma mudança de residência habitual, a envolver diversas

variáveis, reunindo assim as condições para associá-la no conceito de trabalhador imigrante.

A mobilidade constitui um tipo de capital que está relacionado com a condição econômica, os laços de amizade, as redes familiares, o acesso à informação, à tecnologia e à vontade de vivenciar novas experiências, (SYLVAIN, 2004). Estas funcionam como um tipo de “capital” a influenciar na liberdade de escolhas das pessoas no ato de decisão do lugar para onde quer migrar.

Ao analisar a capacidade de deslocamento, correlacionando-a com o capital econômico e o de mobilidade de uma sociedade, Jacques Levy In: Sylvain (2004:19-30) identifica quatro categorias de indivíduos: 1 - *les enclavés*, quando a pessoa não dispõe de capital econômico e nem de mobilidade; 2 - *les retranchés*, encontram-se nesta categoria as pessoas que têm uma boa condição financeira, entretanto com pouca experiência de mobilidade internacional e pouca força de vontade; 3) - *les conectés*, são as pessoas que, apesar de terem fraco capital econômico, têm muita força de vontade, autoestima elevada e um forte capital de mobilidade internacional; 4) - *les branchés*, apresentam forte capital econômico e de mobilidade.

Ao tentar posicionar os sujeitos da pesquisa em uma das tipologias definidas por Jacques Levy, buscou-se analisar as categorias identificadas através das variáveis que influenciam no ato de migrar, conforme quadro 3.

	Coragem e força de vontade (%)	Apoio da família (%)	Condição financeira (%)
Concordo muito	90,7	86,1	86,2
Concordo pouco	3,1	4,6	6,2
Não concordo	4,6	9,2	1,5
Não respondeu	1,5	0	6,2

Quadro 3 – Variáveis que influenciam no ato de migrar.

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa de campo, 2005.

Ao agrupar as respostas, destacou-se, em primeiro lugar com 90,7% a força de vontade, coragem e alguns conhecimentos da tecnologia que os ajudaram no processo de comunicação com pessoas e instituições em diferentes lugares do mundo. Em segundo lugar, a condição econômica com 86,2%, na decisão do ato

de migrar e em terceira posição, o apoio da família, no sentido de encorajar e ajudar na reunião de uma quantia em dinheiro que pudesse ajudá-lo/a a um movimento migratório de longas distâncias.

No processo de migração internacional de trabalhadores estas variáveis são importantes em função de ser um movimento de longas distâncias a envolver um gasto financeiro e emocional muito elevado. Em princípio, observou-se que o apoio da família tem sido muito relevante, uma vez que, muitas vezes, a família e/ou o próprio emigrante vende alguns bens para reunir a quantia desejada em dinheiro, conforme salientaram alguns dos inquiridos. As variáveis elencadas anteriormente desempenham um papel significativo no processo decisório da migração, entretanto a condição financeira permeia ativamente nesse processo. Tendo a coragem e a força de vontade, o dinheiro para o pagamento da passagem é uma consequência, pois muitos emigram com a ajuda de um amigo, dos parentes ou tomando dinheiro emprestado.

Na aplicação dos inquéritos, quando refere-se à relação que tem com o povo português, 47,7% afirmaram ter uma relação de amizade e 16,9% afirmaram ter parentes. Estas variáveis serão trabalhadas com maior profundidade, posteriormente. Merece destaque a variável econômica que tem sobressaído na condição de emigrar, entretanto no caso específico, a maioria dos trabalhadores brasileiros inquiridos elegeu a força de vontade, a auto-estima e a condição financeira como principais definidoras da migração internacional.

Outro ponto identificado na investigação consiste na reflexão de que não são os mais pobres que migram, isto é, em todos os níveis: escolaridade, informação, capital e autoestima. Existe uma estratificação neste próprio grupo, sobressaindo também alguns filhos de classe média que buscam uma certa autonomia longe do olhar dos pais. Com base na tipologia de Jacques Levy, o caso em estudo enquadra-se na categoria les *conectés*, por serem portadores de estima elevada, conhecem pessoas de diferentes lugares, têm muita força de vontade e experiências migratórias anteriores, quer individualmente ou através da família. Nessa linha de raciocínio, os neo-marxistas, por exemplo, relatam, também, que algumas causas podem ser econômicas e outras podem ser essencialmente políticas (BAUBOCK et al. 1998). Como a migração constitui um risco, estas variáveis são importantes.

Os movimentos migratórios são antigos, levam a uma mudança do espaço tanto no lugar de chegada quanto no lugar de saída, não só na paisagem física. Segundo George (1997), as migrações resultam de dois motivos principais:

1) **Políticos**, decorrentes dos desajustes internos, por exemplo, as guerras, expulsão e refugiados;

2) **Econômicos**, resultantes dos desequilíbrios da riqueza. Salienta-se que os aspectos culturais, a vontade em querer conhecer novas realidades, as experiências migratórias e os contatos internacionais podem ser vistos também como elementos importantes na compreensão do processo de deslocamento da população.

A migração constitui uma atividade humana relacionada à mudança de residência podendo ser explicada por diversos fatores: **estruturais**, decorrentes da própria dinâmica do sistema capitalista que altera o mundo do trabalho, fragmentando as economias locais e/ou regionais, criando assim imensas rupturas; **as forçadas**, decorrentes das instabilidades políticas de alguns estados nacionais, e as **voluntárias**, explicadas pela vontade de conhecer novas experiências com o pensamento em melhorar a condição social familiar e individual. As concepções teóricas desenvolvidas anteriormente reforçam a análise da interação das variáveis micro, macro e meso estruturais no entendimento das migrações internacionais de trabalhadores. O caso dos imigrantes brasileiros na Região Centro constitui um exemplo. Certamente, os laços históricos entre os estados, a aproximação cultural, as políticas de estrangeiro, as redes de trabalho, as diferenças de salário, as taxas de emprego, a diferença de moeda, a securidade e a previdência social constituem elementos importantes na definição do fluxo migratório atual de brasileiros.

Outros conceitos

A complexidade das migrações internacionais de trabalhadores induz a seleção de alguns conceitos, considerados importantes, para o entendimento do sentimento de pertença ao lugar: territorialidade, desterritorialidade, desenraizamento e nomadismo. A territorialidade é um termo usado para designar as relações mais ou menos categóricas e conscientes, incluindo as representações subjectivas de um grupo social, ou de um grupo étnico com o seu

território ou, de um modo geral, o espaço que o rodeia (LACOSTE, 2003:381). Isso posto, a territorialidade constitui um processo subjetivo de conscientização de fazer parte de um território, de integrar, enfim, implícito nesse conceito está o sentimento de pertença ao lugar. Está ligada à experiência individual, em particular à aprendizagem no contexto de uma colectividade, (CARA,1994:263).

Durante a trajetória da investigação, teve-se dificuldade em perceber esse sentimento de pertença ao território português. Consideram a experiência importante, mas muitos se sentem discriminados e com direitos limitados. Recorrem sempre às saudosas lembranças da “terra natal”. Entretanto, mesmo percebendo as barreiras de integração social, alguns trabalhadores brasileiros vão criando novas formas de uso e convivências, ou seja, “novas territorialidades” (ANDRADE, 1994) e faz-se presentes em vários momentos do cotidiano português.

A figura 7 exprime o movimento envolvendo trabalhadores brasileiros e outros imigrantes, acompanhado de música brasileira, com o intento de questionar a morosidade para a aquisição de visto de trabalho, a igualdade de salários e de direitos entre outras.



Foto própria, Janeiro de 2004.

Figura 7 – Manifestação organizada pela Casa do Brasil de Lisboa.

A desterritorialidade constitui o sentimento de não pertença ao território, configurados, algumas vezes, pela forma de apropriação e de exploração econômica, conforme Andrade (Op. cit.). O ritmo de trabalho bastante acentuado, os baixos salários e o sentimento de não pertença ao lugar onde vivem estão

presentes na maioria dos depoimentos de brasileiros/as, sobretudo os que estão indocumentados. Isso faz nascer um sentimento de injustiça, de auto-fragelação e de revolta, que se remete para a necessidade de criação de políticas públicas de integração, uma vez que uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros inquiridos sente-se explorada e maltratada no mundo do trabalho português, conforme aprofundamento no capítulo V.

O desenraizamento é a perda dos contactos e do sentimento de pertença pelo lugar onde nasceu. A longa duração do movimento migratório poderá minimizar os laços afetivos do lugar de origem. As relações afetivas, econômicas e sociais são realizadas no lugar de acolhimento, o que resulta na importância das convivências e sociabilidades. Isso foi detectado quando se entrevistou brasileiros(as) casados(as) com nacionais e/ou que já residem em Portugal há muitos anos. Para estes, o Brasil constitui as lembranças do passado as quais se tornam cada vez mais distantes.

O nomadismo corresponde ao movimento contínuo, cíclico, de acordo com as estações do ano. Alguns entrevistados/inquiridos, na condição de indocumentados, entram no país como turistas e ficam o tempo permitido por lei, no máximo 6 meses, sobretudo no período do verão, quando a oferta de trabalho é maior e depois retornam ao Brasil. Esta reflexão estimulou a se fazer a seguinte indagação: *será que os trabalhadores brasileiros que ficam no *vaivém*, seguindo o ciclo das estações do ano, podem ser enquadrados na categoria de novos nomades?*

A desterritorialidade e o desenraizamento constituem conceitos que perpassam pelo entendimento do significado das identidades e pelo sentimento de pertença ao lugar. Esses conceitos são complexos e têm um peso significativo nas convivências e na carga emocional dos imigrantes. Outro ponto a ressaltar refere-se às semelhanças e diferenças conceituais existentes entre a migração, o turismo e o nomadismo. No primeiro e no segundo, discutidos anteriormente, os conceitos estão mais claros, uma vez que na migração ocorre mudança de residência e de paisagem; no nomadismo, as pessoas deslocam-se periodicamente sem a transferência da base territorial, enquanto no turismo as pessoas se deslocam num determinado espaço por período de tempo determinado, que envolve a distração, o lazer, enfim o passeio, sem contudo receber remuneração financeira nos lugares de destino.

Quanto à duração do movimento migratório pode-se entendê-lo sob duas perspectivas principais: 1) A migração permanente refere-se ao deslocamento definitivo do país de origem para a fixação no país de destino. Este modelo está associado às migrações transoceânicas de portugueses, holandeses, espanhóis, franceses, italianos, angolanos, nigerianos, caboverdianos em direcção ao Brasil, por exemplo; 2) A migração temporária está relacionada a um deslocamento por tempo determinado, a exemplo dos trabalhadores convidados e dos refugiados políticos.

As diferentes tipologias fornecem a base para a compreensão da dinâmica territorial. Ao revelar a crise das sociedades contemporâneas, evidenciadas pela exclusão social e desemprego estrutural, muitos trabalhadores brasileiros têm recorrido às migrações internacionais. Isso tem levado a uma nova configuração multicultural nas áreas de chegada, que por um lado dinamiza a economia e a paisagem portuguesa, e, por outro, para esses trabalhadores, constitui uma forma de acesso aos meios de subsistência e uma possibilidade de viver com tranquilidade. Sublinha-se o papel das políticas públicas de acolhimento e inserção social dessa população para que não haja a formação de territórios marginais. Nesse sentido, faz-se importante a concessão de cidadania ao imigrante através de uma legislação menos burocrática para a concessão de vistos de trabalho. Isso irá contribuir para a desmarginalização dos movimentos internacionais de trabalhadores e para a efetivação de políticas de integração ao mundo do trabalho no país de acolhimento.

5 - Mundo do trabalho e globalização

No final do século XX, o desenvolvimento científico, social e tecnológico, base da produção e do trabalho, tem apresentado modificações significativas na organização social e na vida cotidiana de trabalhadores. A influência da escola de Frankfurt, no período da industrialização, produziu um modelo de sociedade como base no racionalismo tecnocrático. Os pensadores dessa escola, para entender mais profundamente o espaço da produção no sistema capitalista, exploraram os aspectos culturais e psicológicos. Contrariamente às modernas teorias totalitaristas frankfurtianas, que privilegiam os aspectos económicos, alguns pensadores franceses como Foucault e Derrida, por exemplo, defendem a

liberdade de participação na vida política, rejeitam o racionalismo tecnocrático e atribuem uma ênfase maior ao conhecimento. Nessa linha, o conhecimento constitui uma fonte de poder e as instituições modernas produzem diferentes formas de apreensão da realidade, de discursos, legitimam e distribuem o poder invisível. Essas idéias vão influenciar no conceito de trabalho.

Com o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação, o conceito de trabalho tem sido modificado ao longo da história. Inicialmente, o mesmo tinha uma conotação de inferiorização, de sofrimento, de punição e de baixa estima, quem trabalhava era privado de cidadania. Posteriormente, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, este conceito ganhou um novo sentido, por sinal muito positivo, ao atribuir a quem trabalhasse um novo *status* social, relacionando à idéia de produtividade e de salvação. A Reforma Protestante¹⁹, seguindo a lógica da sociedade capitalista industrial, disseminou o trabalho enquanto caminho para a salvação.

Assim, a renovação conceptual, no período contemporâneo, é resultado da globalização e das idéias contidas no processo de industrialização e da racionalidade econômica, que vêem na produção e no sobretrabalho uma maneira de acumulação capitalista. Isso tem levado a mudanças acentuadas no mundo do trabalho, com o aumento da carga horária para a conquista da cidadania ativa, o que nem sempre é conseguida. Por conseguinte, a classe trabalhadora é integrada através de um totalitarismo aparente, Casey (1995).

Após a Segunda Guerra Mundial, as migrações internacionais assumiram uma dinâmica especial decorrente das transformações sociais, econômicas, demográficas e culturais. Com o aparecimento das novas tecnologias, da informatização e da comunicação as migrações atingem um carácter global e complexo, ampliando e diversificando os fluxos migratórios. Isso proporcionou uma inversão desses fluxos e o surgimento de duas categorias de análise: países de imigração e emigração e países de emigração.

As mudanças no mundo do trabalho estão associadas ao despontar dessas inovações científicas e tecnológicas, o que por sua vez ampliou a velocidade de transferência de capital, bens, serviços, informações, idéias e pessoas. As migrações internacionais estão relacionadas aos processos de globalização. Isso

¹⁹ No tocante ao mundo do trabalho, um dos objetivos da reforma protestante foi atribuir uma maior ênfase ao trabalho enquanto categoria analítica das relações sociais.

porque, conforme salienta Castles (Op. cit.), o indicador chave da globalização é o rápido aumento dos fluxos transfronteiriços de todos os tipos: financeiros, comerciais, tecnológicos, de poluição, de produção e de pessoas. Nesse sentido, o estreitamento da relação globalização e migrações internacionais é mediado pelas novas tecnologias da informação e comunicação através da INTERNET, melhoria do sistema de telefonia e o barateamento de passagens aéreas, (CASTELLS, 1996).

Nessa ótica, ao mesmo tempo em que concorreu para a dinamização dos intercâmbios econômicos e financeiros, contraditoriamente aumentou as desigualdades entre o Norte e o Sul, Castles (2005). Inerentes a esse processo, ampliam-se as disparidades sociais e regionais sobretudo nos países de Sul, decorrentes de um Estado fraco e omissos aos interesses nacionais em detrimento dos interesses globais. Isso concorre para o empobrecimento dos lugares, o aumento da violência, a redução de direitos trabalhistas, aparecendo como alternativa simbólica de felicidade e de bem estar social arriscar o futuro longe de casa, engajando-se num movimento internacional de trabalhadores.

Certamente que a pobreza está relacionada aos níveis e padrões de emprego, às diversas formas de discriminação e de exclusão social. Para a OIT²⁰ (2006), o trabalho decente, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, constitui a base para a superação das desigualdades sociais, conseqüentemente da pobreza.

A globalização cria estratégias que enfraquecem o Estado-Nação e amplia as possibilidades de uma migração internacional. Por um lado, ao mesmo tempo em que o Estado é enfraquecido, ocorre a circularidade do capital e a mobilidade do trabalho. Por outro lado, com tecnologias mais acessíveis, amplia-se o aviltamento da classe trabalhadora e, por conseguinte, aperta-se o controle das fronteiras territoriais criando barreiras, o que dificulta a entrada de pessoas no território.

A automação da produção na indústria e nos serviços aliada ao avanço tecnológico e organizacional imprime um verdadeiro genocídio nos postos de trabalho (CATAPAN *et al.*, 1999:67). Para exemplificar isso, a autora usa os casos dos EUA e de São Paulo, no Brasil, com a eliminação de 1,8 milhão de empregos

²⁰ A Organização Internacional do Trabalho foi criada em 1919, com o intuito de promover a justiça social.

e 1,5 milhão de desempregados, respectivamente, entre 1981 a 1991. Entretanto, esse pensamento de que a globalização tem eliminado os postos de trabalho não é aceita por toda a comunidade científica. Por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho, (OIT), considera essa posição exagerada. Mas os estudos da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) conclui que “a tecnologia cria e destrói empregos ao mesmo tempo”, ressaltando que tudo depende da Gestão do território (CATAPAN, Op. cit.).

Certamente a tecnificação do espaço e a globalização da economia provocam mudanças significativas no mundo do trabalho, o que necessita de trabalhadores preparados para as mudanças e com uma ótima escolarização. No entanto, a diversidade da população brasileira induz à convivência com índices de baixa escolarização e um desenvolvimento desigual.

O impacto da globalização tem imprimido marcas na paisagem as quais são desigualmente distribuídas. O aprofundamento das disparidades sociais tem impulsionado 200 milhões de migrantes internacionais (ONU, 2005:9). É com o objetivo de realização pessoal e profissional que cerca de 3 milhões de brasileiros arriscam o futuro engajando-se em uma migração internacional de trabalhadores (MRE, 2006).

A figura 8 retrata as insatisfações da população portuguesa em relação ao mundo do trabalho.



Figura 8 – Manifestação dos trabalhadores em Lisboa.

Fonte: Fotografia tirada pela autora, 2005.

O estágio atual da sociedade capitalista tem produzido o desemprego estrutural, mas também tem proporcionado uma nova discussão sobre o mundo do trabalho que envolve não só o saber fazer, mas, também, o saber ser e o saber conviver com outras culturas. Um exemplo disso constitui as manifestações de trabalhadores portugueses em função da precariedade dos empregos, (figura 8).

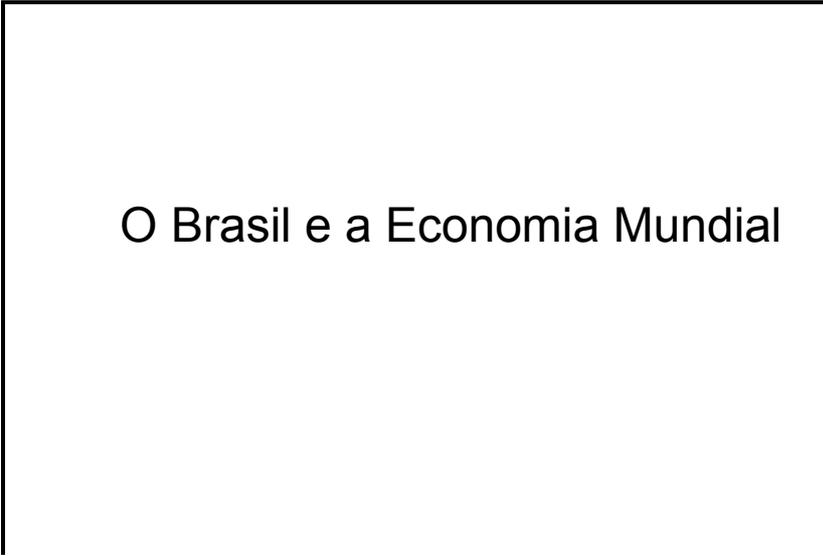
Nesse contexto de desemprego estrutural, a população autóctone luta pela conquista de postos de trabalhos qualificados com direitos trabalhistas. Salienta-se que os postos ocupados pelos imigrantes brasileiros e outros, no momento, referem-se às atividades relacionadas ao mercado secundário. Em pleno século XXI, ainda existe um pré-conceito em relação aos imigrantes. Existe uma tentativa de relacionar o desemprego e a segurança social com a imigração em Portugal.

Os fluxos de capital e de mercadorias são geralmente bem aceitos pelo Estado acolhedor, entretanto os imigrantes e as diferenças culturais surgem como potenciais ameaças à soberania e à identidade nacional, e muitos governos e movimentos políticos procuram restringi-los, (CASTLES, 2005:22). Por vezes, a sociedade receptora tem contribuído para a criação de um estereótipo negativo, o que tem dificultado a integração dos imigrantes. Muito embora saibamos que a imigração em Portugal ainda é muito recente, nos parece que a longa história de imigração portuguesa pouco tem contribuído para o desenvolvimento de políticas eficientes e humanas.

A globalização não tem proporcionado o aumento do cosmopolitismo, uma vez que o acesso à educação e à cultura não está sendo suficiente para uma convivência multiétnica, com respeito às diferenças, conforme salienta o autor “pensar-se-ia que a globalização e a intensificação do contato entre diferentes elevasse o índice de cosmopolitismo” (CARNEIRO In: SEABRA, 2005).

No contexto das migrações internacionais de trabalhadores brasileiros, após a reflexão sobre o mundo do trabalho e a globalização, considerou-se importante analisar a forma como o Brasil integra-se à economia mundial. Para isso, buscou-se a articulação de uma base geográfica que evidencie as variáveis propulsoras da emigração brasileira e o papel da educação no processo migratório. Daí a relevância de compreender a posição do Brasil no contexto mundial.

Capítulo III



O Brasil e a Economia Mundial

1 – O Brasil e o Mundo

No capítulo II, abordaram-se as concepções teóricas das migrações internacionais buscando uma correlação com o suporte empírico. A participação do Brasil no sistema mundo, inicialmente como exportador de produtos agropecuários e metais preciosos, e, posteriormente como exportador (também) de trabalhadores para o mercado secundário das economias centrais e semi-periféricas. Neste capítulo, desenvolveu-se a forma como o Brasil se integra à economia mundial. Assim, defende-se a idéia de que as migrações internacionais de trabalhadores brasileiros estão relacionadas a um contexto de desigualdades socio-espaciais o qual envolve o mundo e o lugar. Para isso, far-se-á uma breve contextualização.

Do século XVI ao início do século XX, o Brasil inclui-se na divisão internacional do trabalho, inicialmente, como agro-exportador, através de produtos primários tropicais para o abastecimento do mercado europeu e norte-americano, e, importador de manufaturados das potências industriais. De 1930 a 1950, o modelo agro-exportador, com menor expressividade, passa a coexistir com o modelo de substituição de importações. Após a Segunda Guerra Mundial, a indústria brasileira passou a ocupar um papel importante na economia do país, mas isso não demorou muito. A partir de 1950, com a abertura do país ao capitalismo internacional, a economia urbano-industrial foi dinamizada através da implantação dos conglomerados transnacionais, inibindo a indústria nacional. Sob esse ponto de vista, os investimentos do Estado em infra-estrutura cresceram com a finalidade de apoiar o crescimento industrial. Essa integração regional sob a hegemonia da Região Sudeste ocasionou os desequilíbrios regionais, o que, por sua vez, está na origem das migrações internas no Brasil.

Com os avanços dos processos de globalização e a estagnação do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, o Brasil passa a se inserir na Nova Divisão Internacional do Trabalho também como exportador de mão-de-obra para o mercado segmentado secundário de países norte-americanos e europeus.

Do período colonial até o início do século XIX, a mobilidade de trabalhadores portugueses em direção ao Brasil era uma constância. Dentre os imigrantes, podem-se distinguir os “ilhéus”, denominados de açorianos, que em função da superpopulação e da escassez de emprego em Portugal, no século XVII,

migraram para o Brasil, especialmente para o Maranhão e Grão-Pará, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. Nesse período, os estrangeiros (ingleses, espanhóis e franceses) não tinham interesse em fixar residência na colônia brasileira e sim explorar através da pilhagem colonial. A implantação de colônias de exploração não tiveram como meta a fixação da população imigrante de origem europeia. Os povos africanos juntamente com outros povos europeus sobretudo portugueses, condenados a duras penas, foram trazidos para o desenvolvimento dos meios de produção, os quais não tinham escolhas, eram os que perspectivavam residir no Brasil. Mas, com o passar dos tempos, visto a pressão de espanhóis e franceses, a população foi-se fixando em terra brasileira.

A transferência da família real para o Brasil, entre 1808 e 1821, a Abertura dos Portos às nações amigas em 1808 e a proibição do tráfico negreiro favoreceram a fixação de estrangeiros em terras brasileiras. A pressão externa sobretudo dos ingleses forçou de certa forma D. João VI, Rei de Portugal, substituir a mão-de-obra escrava pelos imigrantes. Para isso, algumas medidas foram tomadas no sentido de incentivar a imigração europeia. O decreto do Príncipe-Regente assinado em 25 de Novembro de 1808, concedia a doação de terras sob o sistema de sesmarias para os estrangeiros que quisessem residir e implantar empreendimentos comerciais no Brasil (VIANNA:1992). Assim, muitos estrangeiros tornaram-se proprietários de terras, cultivando-as e, em caso de morte, passando-as para os descendentes, conforme salienta o autor:

... a criação, na Fazenda do Morro Queimado, região fluminense de Cantagalo, em 1818, de uma colônia de suíços católicos procedentes do Cantão de Friburgo.... Aprovada a vinda de 100 famílias e providenciando o seu transporte, estabelecimento e concessão de terras, mais de 2000 suíços vieram para o país, e apesar das dificuldades iniciais e das onerosas condições em que se realizou, conseguiu prosperar a colônia, sendo em 1820 transformada a sua sede em Vila da Nova Friburgo” (VIANNA,1994:512).

Muitos europeus beneficiando-se dessa lei, fugindo da guerra napoleônica, migraram para o Brasil com a missão de atuar tanto no comércio, serviços e indústrias como também nas atividades agrícolas. Desde 1813, chegaram espanhóis, franceses, italianos, ingleses e suíços fixando-se em várias regiões do país. A imigração suíça constituiu um dos exemplos de êxito da colonização organizada, dirigida e subsidiada pelo Estado brasileiro. Os imigrantes que

chegavam com baixo poder aquisitivo, especialmente para os oriundos dos Açores, eram ajudados pelo governo na implantação de negócios, dava ferramentas e utensílios, fixando-se no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Porto Seguro e Santa Catarina.

A escassez de áreas agricultáveis, a transformação da terra em mercadoria, a monopolização da terra e a fraca gestão do território são fatores que integram a origem das desigualdades regionais no Brasil. Conseqüentemente, estes fatores juntamente com o interesse de implantar o capital industrial internacional, no início do século XX, explica a teoria da Nova Divisão Internacional do Trabalho. No capítulo II, induz a se pensar que tais fatores estão na origem dos movimentos migratórios internos, assim como no movimento internacional de trabalhadores brasileiros na contemporaneidade. Isso pode ser analisado à luz das variáveis propulsoras da emigração brasileira.

2 - Emigração brasileira: variáveis propulsoras

Após dois séculos de independência, a população brasileira é de 185.510.976 milhões de habitantes (IBGE, 2006)²¹, com cerca de 82% das pessoas vivendo nas áreas urbanas, sobretudo concentrada, ao longo dos anos, obedecendo a um processo de litoralização, o que ocasionou uma baixa ocupação das áreas rurais. Os 185 anos de Independência do Brasil conferem uma dinâmica territorial marcada por pontos convergentes e antagônicos evidenciados por um lado, em avanços estratégicos e tecnologias de ponta em diversas áreas, e por outro, em problemas sociais e de saúde que remetem ao período da colonização.

A economia brasileira cresceu, dinamizou as relações sociais, entretanto o desenvolvimento territorial não acompanhou este crescimento e constitui uma promessa. No transcorrer da tese sobre os imigrantes brasileiros na Região Centro de Portugal, deparou-se com algumas indagações: o que faz um país como Brasil, rico do ponto de vista ambiental, com tecnologias de ponta em várias áreas, conviver com tamanha desigualdade social ao ponto de estimular brasileiros e brasileiras a uma verdadeira diáspora pelo mundo? O que faz

²¹ <http://www.ibge.gov.br/>

brasileiros e brasileiras engajarem em uma migração internacional em direcção a uma economia semiperiféricas, como Portugal? Que independência é esta que deixa os trabalhadores reféns de interesses antagónicos ao bom desenvolvimento social do país? Isso leva a se pensar nos elementos propulsores da emigração brasileira em direcção aos países do centro e da semiperiferia do capitalismo.

A dinâmica tempo-espaco evidencia o processo de construção do território brasileiro, identificada, no transcorrer da pesquisa, como uma das abordagens principais que está na origem das desigualdades sociais e da emigração brasileira: a monopolização da terra, a gestão dos recursos e da dívida externa e o papel da educação. Essa abordagem constitui uma das reentrâncias responsáveis pelos desequilíbrios sociais, base de entendimento do movimento internacional de trabalhadores brasileiros em direcção à Região Centro de Portugal.

2.1 - O acesso a terra.

A questão da terra no Brasil constitui um problema secular que até o presente momento está na base da origem de muitos conflitos sociais. No início da constituição do território, a terra era concebida enquanto um bem social à disposição da sociedade. Os indígenas, primeiros habitantes, viviam em um sistema de comunidade, em que a terra constituía um bem social.

As desigualdades sociais no Brasil contemporâneo resultam da forma como, historicamente, aconteceu o processo de apropriação da terra e dos recursos naturais. A pesquisa desenvolvida na Região Centro de Portugal identificou que um dos principais problemas tem origem no processo de apropriação da terra, sobretudo rural.

O monopólio da terra constitui um dos problemas do Brasil. A figura 9 retrata a opinião dos inquiridos sobre um dos principais motivos da desigualdade social no Brasil, a distribuição de terra. O problema que hoje está configurado no território resulta de um processo que excluiu grande parte da população brasileira, sobretudo a de ascendência indígena e africana. Para mais de 50% dos inquiridos, a concentração de terra em mãos de poucos constitui um dos entraves não resolvidos da modernidade. Cerca de 27% deles não concordam com esta assertiva. Isso leva-se a entender que um conjunto de elementos tem contribuído para os desequilíbrios sociais e regionais, mas instiga-nos a querer entender

como se processou a implantação das capitânicas hereditárias e qual a sua relação com a origem do latifúndio no Brasil.

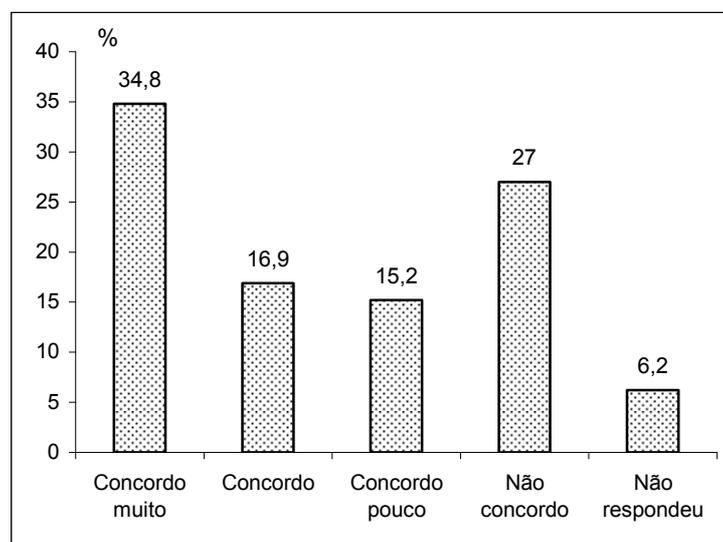


Figura 9 – Opinião dos inquiridos sobre a distribuição da terra.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Entende-se que esta é uma das portas de entrada para a compreensão dos desequilíbrios regionais e das diferentes formas de migração da população brasileira. O processo de colonização imprimiu numa mudança muito profunda na relação sociedade e natureza. A terra passou a ser administrada como uma mercadoria com um valor de uso. Em função da extensão territorial brasileira, Portugal não dispunha de condições econômicas para financiar as despesas da colonização. Para evitar que o espaço colonial fosse ocupado por espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, o governo português implantou um sistema de vantagens para atrair a atenção de portugueses para a fixação de residência naquele território. Em 1532, o rei D. João III implantou o regime de concessão de capitânicas hereditárias, doando-as a soldados, marinheiros da África e do Oriente, altos funcionários do Reino e fidalgos da Casa Real que quisessem implantar os empreendimentos individuais no país, conforme Teixeira (2004) e Vianna (1994).

Esse regime apresentou algumas características importantes, mas que não foram suficientes para entender a questão agrária no Brasil: as capitânicas eram intransferíveis e transmissíveis por herança ao filho mais velho, e, na falta deste para o herdeiro imediato, de acordo com a carta de doação. A coroa entregava a cada donatário uma carta de doação que dizia:

Os donatários seriam de juro e herdade senhores de suas terras, teriam jurisdição civil e criminal, com alçada até cem mil réis na primeira, com alçada no crime até morte natural para escravos, índios, peões e homens livres, para pessoas de maior qualidade até dez anos de degredo ou cem cruzados de pena; na heresia (se o herege fosse entregue pelo eclesiástico), traição, sodomia, a alçada iria até morte natural, qualquer que fosse a qualidade do réu, dando-se apelação ou agravo somente se a pena não fosse capital. Podiam fundar vilas, com termo, jurisdição, insígnias, ao longo das costas e rios navegáveis; seriam senhores das ilhas adjacentes até a distância de dez léguas da costa; os ouvidores, os tabeliães do público e judicial seriam nomeados pelos respectivos donatários, que poderiam livremente dar terras de sesmarias, excepto à própria mulher ou ao filho herdeiro. Para os donatários poderem sustentar seu estado e a lei da nobreza, eram-lhes concedidas dez léguas de terra ao longo da costa, de um a outro extremo da Capitania livres ou isentas de qualquer direito ou tributo excepto o dízimo, distribuídas em quatro ou cinco lotes, de modo a intercalar-se entre um e outro pelo menos a distância de duas léguas; a redízima (1/10 da dízima) das rendas pertencentes à Coroa e ao Mestrado (da Ordem de Cristo); a vintena do pau-brasil (declarado monopólio real, como as especiarias), depois de forro (*pagamento*) de todas as despesas; a dízima do quinto pago à Coroa por qualquer sorte de pedrarias, pérolas, aljófares, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo ou outra qualquer espécie de metal (VIANNA,1994:64).

Nela existia uma hierarquização social, composta pelo Rei (no topo), os donatários e o sesmeiro ou colono. Os capitães donatários tinham o poder de lançar, cobrar os impostos e exercer as funções judiciais. Os donatários detinham alguns direitos régios, como o de aplicar a justiça, distribuir terras, arrecadar os dízimos e fundar povoações, em troca a coroa queria que os donatários ocupassem a costa Atlântica brasileira a fim de impedir as invasões. A alçada significa a jurisdição, a competência, o limite da ação ou a influência de alguém (FERREIRA,1993:20). Cada donatário podia planejar e executar as metas da capitania. A carta de doação constituía em um mecanismo de regulação e de exercício de poder dos donatários que distribuíam a sesmaria a quem confiassem, cobravam os impostos e aplicavam a lei. Pode-se observar o grande poder e a participação da igreja católica que aceitava o regime de exploração da terra e dos homens em troca da participação do acesso aos bens. Essa carta de doação é que vai servir de base para a criação da Lei de terras, do estatuto do trabalhador rural, sustentando a origem do latifúndio no Brasil. Nesse sentido, far-se-á uma análise da forma como as capitanias hereditárias colaboraram para o processo de concentração fundiária. Esta constitui uma das bases de compreensão dos atuais desequilíbrios regionais que têm culminado com a migração internacional de trabalhadores em direção à Região Centro de Portugal.

As capitanias hereditárias: bases para a formação dos latifúndios

As investidas dos portugueses em território brasileiro foram muito profundas. Na colonização do Brasil, os portugueses adotaram o mesmo método usado na colonização das ilhas do Oceano Atlântico - como a Madeira, Porto Santo, Açores, Cabo Verde e S. Tomé, descobertas no século XV - as capitanias hereditárias. Essas foram concedidas aos descobridores, nobres, altos funcionários, fidalgos e outros que pudessem explorar economicamente e efetivar o povoamento do território. Com o Tratado de Tordesilhas, datado de 1494, a colônia foi dividida em duas partes: a porção ocidental, sob o domínio da Espanha, e, a porção oriental, sob o domínio de Portugal, Vianna (1994). Com a intenção de assegurar a gestão do território e promover a fixação da população, o espaço colonial foi dividido em 15 faixas horizontais, denominadas de capitanias hereditárias, doadas pelo Rei D. Manuel I e D. João III aos colonizadores portugueses que se dispusessem a explorá-las economicamente e promover o povoamento do território.

A figura 10 mostra a divisão do Brasil em capitanias hereditárias e a atual divisão. As capitanias constituíram faixas de terras longitudinais, doadas por critérios políticos administrativos estipulados pelo rei.

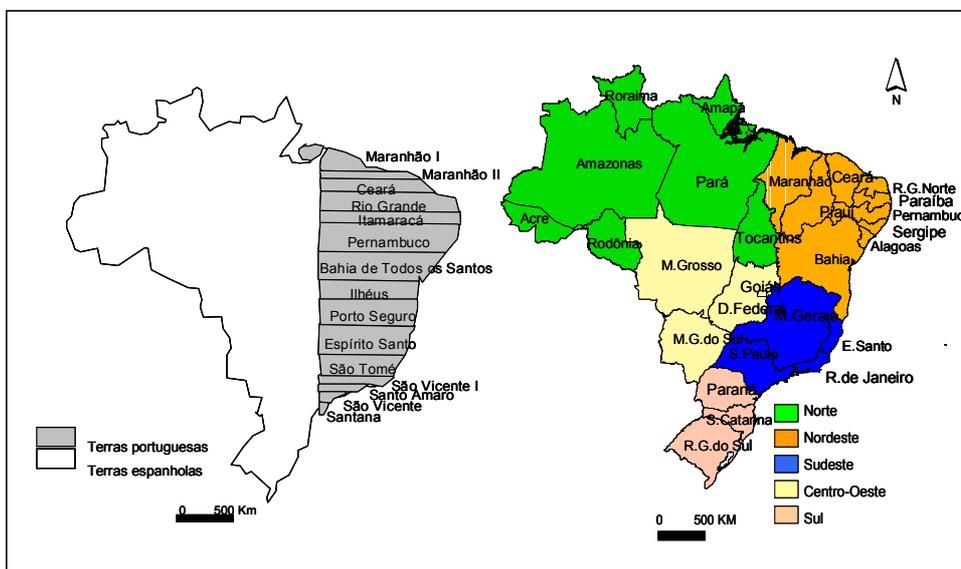


Figura 10 – Formas de regionalização do Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no IBGE, 2006.

Esse sistema consistia na doação de terras, conhecida como sesmarias, para os portugueses que quisessem empreender uma atividade comercial

relacionada, inicialmente, com a agricultura. O objetivo fundamental apoiava-se em ocupar o território brasileiro para evitar que os ingleses, espanhóis, franceses, holandeses invadissem as terras conquistadas pelos portugueses. Os embates eram frequentes sobretudo com a população indígena que não estava acostumada com aquela forma de perceber as relações espaciais. Algumas capitanias tiveram êxitos e outras não. Muitas capitanias não tiveram o resultado esperado devido à fraca interação dos povos estrangeiros com a população indígena e a ausência de muitos proprietários.

Em função dos conflitos territoriais entre os colonizadores e a população indígena, assim como, da efetivação da permanência no território, das catorze capitanias apenas duas prosperaram: Pernambuco ou Nova Lusitânia (atual Estado de Pernambuco) e São Vicente (atual Estado de São Paulo). As terras onde os donatários portugueses não conseguiram fixar o povoamento, a exemplo de Rio de Janeiro, Sergipe, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Maranhão, os franceses aliados aos indígenas tentaram ocupá-las e manter resistências aos portugueses. Esse sistema teve início em 1534, com D. Manuel I, reforçado por D. João III e extinta pelo Marquês de Pombal, em 1773.

As capitanias tinham como base de sustentação a agricultura, o extrativismo vegetal e mineral. As condições geográficas, a proximidade da Europa, a presença dos donatários e a existência de reservas de minerais importantes estão na base de justificação da prosperidade destas capitanias, Vianna (1994).

As catorze capitanias hereditárias fundadas no Brasil foram distribuídas no século XVI e estão na origem da atual divisão regional do espaço brasileiro. Essa construção deveu-se a muitas lutas armadas, esses deveriam estar preparados para o combate: montar uma artilharia era inevitável para a sobrevivência dos conquistadores. Desde o início da implantação da colônia, o processo de povoamento foi direcionado para o litoral. A ineficiência da maior parte das capitanias, exceto a de Pernambuco e São Vicente, a baixa captação de recursos econômicos e os frequentes ataques de índios e piratas franceses, ingleses e holandeses contribuíram para a extinção desse sistema.

É nesse cenário que o “arquipélago económico”²² brasileiro é estruturado através da produção de matérias-primas como o pau-brasil, borracha, cana-de-

²² Denominação atribuída às economias regionais cujo o objetivo era o mercado externo, onde as interligações internas eram frágeis.

açúcar, ouro, diamante, algodão, cacau, café, dentre outros, voltados para o mercado exterior, utilizando a mão-de-obra forçada do indígena e de povos oriundos do continente africano. É nesse contexto que o território brasileiro é reestruturado.

Reestruturação do território

Ao visualizar as dificuldades de controlo do território por parte dos donatários, o governo português imprimiu medidas para reestruturar a colônia brasileira. Criou o sistema de governo-geral, passando o poder central ao governador cuja função era administrá-la. O processo de colonização do Brasil é marcado por uma história de muita luta. O primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa, chegou à Baía de Todos os Santos, especificadamente na Vila do Pereira, próximo à Barra, em Salvador, no dia 29 de Março de 1549, em uma expedição composta de três naus, duas caravelas e um bergantim, trazendo cerca de 1000 pessoas, entre eles degradados e colonos portugueses. Em função da necessidade de promover o crescimento da população baiana, a Rainha D. Catarina enviou para a Bahia moças órfãs que ao casarem com os colonos, constituíram a base da sociedade baiana, Vianna (1994).

Em 1563, ocorre a primeira crise do sistema colonial decorrente sobretudo da baixa disponibilidade de força de trabalho o que levou os portugueses a importar os escravos da África, nomeadamente dos atuais países de Caboverde, Guiné, Angola e Moçambique. Vários foram os conflitos sociais que existiram nessa época em função do estabelecimento do latifúndio escravista. Os africanos, ao chegarem à colônia, não aceitaram normalmente a relação de poder a que foram impostos, criaram territórios de resistência, os quilombos²³, inserindo também os indígenas e outros trabalhadores contrários ao modo de produção escravista, (figura 11).

²³ Os quilombos eram territórios de resistência e liberdade, constituído de escravos negros, índios e brancos que fugiram desde o início do século XVII da pressão do colonizador. A resistência era constante e quando não aceitavam as normas eram condenados a castigos desumano: impiedosos açoites, marcações dos lacres e dos ferros quentes (Moura, 1992; Munanga et al., 2004).

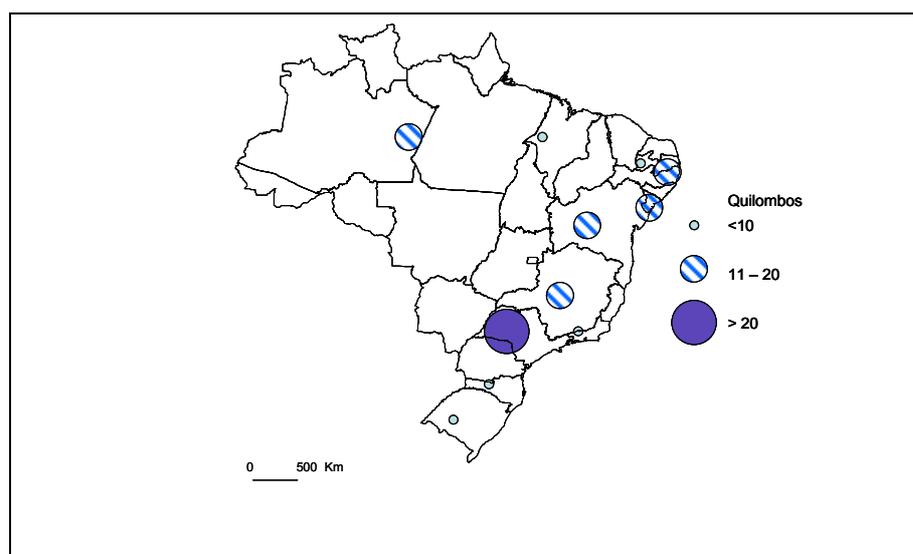


Figura 11 – Território dos quilombolas.

Fonte: Adaptado pela autora, com base em Moura, 1992.

A figura evidencia a distribuição dos principais territórios de resistência da população escravizada no Brasil. Segundo Munanga et al. (2004), quilombo tem origem da língua banto umbundo, constitui um tipo de instituição sociopolítica e militar conhecida na República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola. O quilombo brasileiro tem a mesma organização dos quilombos africanos.

Do século XVII ao XIX, vários quilombos foram formados como forma de questionar as relações escravistas. Constituiu uma contraposição ao modelo de organização territorial, uma vez que o acesso a terra e o pagamento pelo trabalho realizado constituíam um direito limitado, concedido à população negra. A concentração de terra no Brasil, tanto rural como urbana, foi identificada na pesquisa desenvolvida com os imigrantes brasileiros na Região Centro de Portugal, como um dos principais obstáculos ao sistema de direito a liberdade e igualdade no acesso aos meios de produção.

Os movimentos sociais que lutavam pela democratização da terra na Europa, no século XVIII, não chegaram ao Brasil, ainda colônia portuguesa. A Independência do Brasil não resolveu o problema do acesso a terra, continuou seguindo o modelo de latifúndio, típico da velha oligarquia rural. Esta análise evidencia as bases para o entendimento da história da concentração fundiária, da criação da lei de terras e da centralização do poder no Brasil, importantes para a compreensão da atual conjuntura social, política e econômica, assim como a base

para a compreensão dos movimentos internacionais de trabalhadores brasileiros na contemporaneidade.

Organização da produção e da força de trabalho: sustentáculos da formação dos latifúndios

No período colonial, as dificuldades para a efetivação do povoamento eram enormes, devido sobretudo às condições físicas e à necessidade de mão-de-obra para o desenvolvimento da atividade açucareira. Isso em decorrência da imigração que foi assentada no Brasil e teve como base uma relação de proprietário dos meios de produção, uma vez que poucos portugueses vieram com a finalidade de trabalhar a terra. Nesse sentido, os proprietários das capitanias hereditárias recorreram ao trabalho escravo, conforme salienta o autor “... A escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra” (FURTADO:1972: 41).

Sem o trabalho escravo a economia colonial não subsistiria. Nesses moldes, a colônia brasileira insere-se na divisão territorial do trabalho exportando produtos tropicais para o mercado externo, tendo como base o trabalho escravo e a concentração dos meios de produção em mãos de poucos. A organização do trabalho e a produção nas capitanias hereditárias apresentam duas perspectivas: por um lado, na captura e no comércio da população indígena, grande parte do êxito da capitania de São Vicente, por exemplo, deveu-se, especialmente à abundância da mão-de-obra indígena aliada à produção açucararia; e, por outro lado, o cultivo e produção da cana-de-açúcar.

As dificuldades encontradas pelos colonizadores portugueses para a expansão da produção, através do trabalho escravo dos indígenas, influenciaram nas investidas da mão-de-obra escrava de origem africana, uma vez que os portugueses já conheciam e tinham experiência com esses trabalhadores. Assim, a importação de escravos constituiu, a partir do século XVI, um negócio de alta rentabilidade, “base da produção capitalizada”, (FURTADO,1972:42). Continuando a análise, o autor afirma que os lucros com a produção açucareira eram altíssimos ao ponto de destacar que o poder aquisitivo da população europeia que emigrou para o Brasil era superior ao da população que não migrou, enfatizando a riqueza da colônia açucareira: “...a renda per capita da população

de origem europeia, na passagem do século XVI para o século XVII, correspondia a cerca de 350 dólares”, (Furtado, Op. cit: 44).

Vale salientar que essa riqueza estava concentrada nas mãos dos proprietários de engenhos que, numericamente, eram poucos. Nos engenhos, a organização do trabalho estava distribuída da seguinte forma: os assalariados - que compreendiam homens de vários ofícios e supervisores do trabalho escravo -, e os não assalariados - os escravos africanos. Em 1583, a população brasileira estimava-se em 57.000 habitantes, dos quais 25.000 brancos europeus, 18 000 índios e 14 000 escravos africanos. Nessa época, Salvador, atual capital do Estado da Bahia, tinha uma população estimada de 15 000 habitantes, sendo 3 000 portugueses, 4 000 escravos negros e 8 000 índios (CARDIM, 1997:17). Nesse século, a inclusão da colônia brasileira na divisão internacional do trabalho acontece mediante o fornecimento de produtos tropicais: pau-brasil e madeira.

A indústria açucareira era altamente rentável e lucrativa, entretanto como os senhores de engenho e os comerciantes, na sua maioria, não residiam no Brasil, daí a dificuldade para fixar o povoamento, uma vez que o lucro gerado com esta atividade era aplicado na metrópole, no caso Portugal. A economia açucareira era altamente lucrativa, mas dependia sempre do mercado externo que era bastante estável. Na segunda metade do século XVII, a economia desorganizou-se em função da concorrência do açúcar das Antilhas, como consequência os preços foram reduzidos.

O desenvolvimento das “plantation²⁴” tem como base a utilização das grandes extensões de terra, voltadas para o cultivo da cana-de-açúcar. Aliado a isso, as condições naturais e a necessidade de ocupação territorial e de produção açucareira favoreceram a efetivação de grandes propriedades rurais. Assim, dá-se início à formação dos latifúndios no Brasil, decorrente das estratégias políticas e econômicas do sistema de capitanias hereditárias. Para o desenvolvimento da indústria açucareira foram importados os equipamentos, a mão-de-obra europeia especializada e a escrava. Com o passar do tempo, objetivando a redução das despesas com a importação de trabalhadores especializados, alguns escravos foram seleccionados de acordo com a aptidão para os serviços manuais e treinados para substituir os trabalhadores europeus mais especializados.

²⁴ São grandes extensões de terras voltadas exclusivamente para a monocultura e foram implementadas no Brasil colônia.

Isto conduz ao raciocínio de que a formação do atual Estado Brasileiro sustentou-se de “desigualdade e exclusão”, Santos (1999). A análise do espaço social e a construção do território brasileiro têm como base o capitalismo moderno, cuja integração social se dá pela relação de exploração “desigual e combinada” dos detentores dos meios de produção e os da força de trabalho. É nesta lógica de desigualdade e exclusão que ocorre a formação e integração da sociedade brasileira. Os indígenas e os africanos duramente atingidos viram a sua cultura e imagem sendo estereotipadas e desrespeitadas, inserindo-se na categoria de excluído.

O espaço colonial é reestruturado com vista a atender a nova dinâmica da economia, o capital sendo investido em outras atividades, formando núcleos, os principais eram a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão. O Marquês de Pombal era adversário muito forte da Ordem dos Jesuítas porque estes escravizavam os índios. Ele era totalmente contrário e começou a financiar alguns núcleos no Maranhão.

..O Maranhão ... articulava-se com a região açucareira através da periferia pecuária... beneficiou-se de uma cuidadosa atenção do governo português, a cuja testa estava Pombal, então empenhado em luta de morte contra a Ordem dos Jesuítas. Os colonos do Maranhão eram adversários tradicionais dos jesuítas na luta pela escravização dos índios” (FURTADO, Op. cit:90).

Dessa forma, objetivando combater os jesuítas, Pombal criou uma companhia de comércio altamente capitalista para promover o crescimento do Maranhão e eliminar, de uma vez por toda, a escravização dos índios. Por fim, passados três séculos após a chegada dos europeus, a sociedade é reestruturada sob o modelo de acumulação capitalista, uma vez que um dos principais objetivos consiste na criação da Lei de terras que oficializa o latifúndio, no Brasil. Decorrentes desse processo, vários movimentos no campo surgem com a intenção de transformar a terra num bem social e coletivo, como forma de conter os problemas sociais e a forte emigração brasileira.

Oficialização do latifúndio e a luta pela socialização da terra no Brasil

A pesquisa sobre a migração internacional de trabalhadores em direção à Região Centro de Portugal identificou também que a estrutura fundiária constitui uma das variáveis de justificação dos problemas sociais no Brasil a qual tem impulsionado a migração internacional de trabalhadores. Nesse sentido, buscando entender o tema em estudo, procurou-se estabelecer os pressupostos que deram origem à Lei de Terras e à oficialização do latifúndio no país. Dando sequência à materialização do processo capitalista de produção, em 1850, foi criada a Lei de Terra a qual tinha como objetivo a manutenção do poder dos latifundiários escravistas, regular o acesso e impedir que os segmentos sociais de menor poder aquisitivo tivessem acesso a terra no Brasil. Salienta-se que a aquisição de terra através do sistema de distribuição não foi socializado para todos que quisessem trabalhar na agricultura.

A criação da Lei de Terras, o declínio do regime escravocrata, a proibição do tráfico negreiro e a abolição da escravatura em 1888 contribuíram para uma mudança significativa na organização do território. A classe burguesa, interessada em implantar o capital industrial no país, desenvolve, no final do século XIX, um movimento muito ativo em favor da abolição da escravatura. Em função de alguns interesses, os ingleses começam a exercer forte pressão para que os portugueses promovessem o fim da escravidão e estabeleceram leis proibindo o tráfico de escravos. Era de interesse dos ingleses a existência de trabalhadores livres, ou seja, para a formação de mercado consumidor para a produção inglesa. As condições de trabalho até o final do século XIX eram precárias. Os custos com os escravos eram altos, a expectativa de vida muito baixa, a mortalidade era altíssima e o crescimento natural baixo. Os escravos trabalhavam em média 18 horas por dia e não ultrapassavam os 15 anos de trabalho. Como a relação de trabalho escravista era muito dispendioso e a mão-de-obra estava escassa, o governo brasileiro recorreu à contratação de trabalhadores imigrantes, sobretudo oriundos da Itália, Espanha e Portugal, entre outros. A partir do século XIX, chegaram ao Brasil mais de 5 milhões de imigrantes, principalmente portugueses e italianos.

No período da Primeira República e República Velha (1889-1930), os imigrantes europeus e japoneses chegaram para desempenhar importante papel na incorporação de grandes áreas ao processo produtivo. A Revolução de 1930, que derrubou a oligarquia cafeeira, impulsionou o processo de industrialização, suplantando o modelo anterior: primário-exportador. A disseminação do pensamento industrial-desenvolvimentista, através do “modelo de substituição de importações”, contribuiu significativamente para o crescimento industrial brasileiro o que estimulou a modernização conservadora da agricultura.

A questão agrária, a partir da Segunda Guerra Mundial, começou a ser discutida enquanto empecilho ao desenvolvimento do país. Nesse período, iniciam-se os movimentos sociais no campo a exemplo das ligas camponesas eram muito ativos, entretanto as consequências desses processos não alteraram o quadro territorial: a propriedade fundiária continuou concentrada, a devastação ambiental e a exclusão social também continuaram.

O quadro 4 ilustra a estrutura fundiária brasileira dividida em minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade.

Imóveis Rurais (Módulo)	Total de imóveis	%	Área total (hectares)	%
Minifúndio	2 214 983	62,0	30 967 099,6	7,5
Até 0,5	1 460 675	40,9	12 142 264,2	3,0
< de 1	754 308	21,1	18 824 835,4	4,6
Pequenas propriedades	968 072	27,1	61 158 513,6	14,9
De 1 a 2	637 586	17,8	29 946 389,6	7,3
De 2 a 4	330 486	9,2	31 212 124,0	7,6
Médias propriedades	286 111	8,0	79 808 146,9	19,5
De 4 a 6	121 627	3,4	21 633 340,7	5,3
De 6 a 15	164 484	4,6	58 174 806,2	14,2
Grandes propriedades	104 744	2,9	238 337 649,9	58,1
De 15 a 50	83 175	2,3	89 335 527,0	21,8
De 50 a 200	19 213	0,5	76 684 490,0	18,7
De 200 a 600	1 972	0,1	32 285 300,7	7,9
> 600	384	0,0	40 032 332,2	9,8
Total	3 573 910	100,00	410 271 410,0	100,00

Quadro 4 – Estrutura fundiária do Brasil, 1998.

Fonte: INCRA. Estatísticas cadastrais, elaboração: DIEESE, 1998.

Do total dos imóveis rurais 62% estão na categoria de minifúndios, ocupando apenas 7,5% das terras. Os latifúndios, em termos de imóveis rurais, ocupam um pequeno percentual, 2,9%, mas abrangem a maior quantidade de terras, um total de 58,1 %. Pelo visto, em pleno século XXI, a estrutura da terra ainda continua muito concentrada. Alguns projetos de lei de Reforma Agrária têm surgido, no entanto o jogo de interesses (político e econômico) é muito forte, o que cria vários obstáculos para pôr em prática.

A não efetivação da reforma agrária deveu-se à hegemonia ultra-conservadora nos aparelhos de Estado, destacando-se a forte presença de forças políticas, ligadas aos latifundiários, na composição da classe dominante exercendo forte influência nas decisões políticas. Essa atua desde o período colonial através de políticas excludentes e com ações de violência patrocinadas pelo próprio Estado contra os trabalhadores que reivindicam o direito de igualdade ao acesso a terra.

A criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), em 1962, e do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, tiveram como um dos objetivos regulamentar as relações de trabalho no campo. Em 13 de Março de 1964, o Presidente da República assinou um decreto prevendo a desapropriação, para fins da Reforma Agrária, as terras situadas a 10 quilômetros das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. Dias após, em 31 de Março de 1964, o golpe de Estado é instalado e os militares assumem o governo.

O novo governo começou a gerir muito rapidamente e em 30 de Novembro de 1964 sancionou a Lei nº 4 504 do Estatuto da Terra. A partir daí aumentou a desesperança na resolução dos problemas sociais. Em vez de realizar a Reforma Agrária, o governo militar revitalizou o latifúndio, através do subsídio ao crédito rural para as grandes propriedades, aliado ao estímulo ao plantio da soja, de incorporação das pequenas propriedades rurais pelas médias e pequenas, fenómeno denominado de “fagocitose rural” Silva (1982).

Com a evolução do processo de industrialização, o governo fez uma aliança com a burguesia industrial, o capital financeiro e as oligarquias agrárias, dando seguimento ao projecto nacional desenvolvimentista com o apoio do capital monopolista nacional e internacional. Os militares defendiam a busca do progresso através da substituição plena do Brasil rural arcaico pelo urbano industrializado, integrando à sociedade brasileira aos valores da civilização

ocidental. Concomitantemente a esse projeto de “modernização dolorosa” e excludente, as componentes territoriais são alteradas com a ampliação dos conflitos no espaço rural, do êxodo rural, das migrações inter-regionais e interurbanas e, posteriormente, das migrações internacionais.

Decorrente disso, os conflitos sociais no campo eram intensos e os trabalhadores rurais não estavam organizados. A partir da década de 1970, nasce um movimento social e político cuja essência se fundamentava na liberdade de expressão, na organização dos trabalhadores e na conquista dos meios de produção, neste caso, a terra. Para Silva (2004:40), este movimento dá origem a “Era dos Sem Terra” e a ação do MST²⁵ tem como base: a) transformar o indivíduo excluído em incluído no movimento; b) fazer os Sem Terra aderirem a lutar por terra e direitos sociais de forma colectiva e individual; c) promover correntes migratórias de volta ao campo; d) incentivar as famílias a entrar no espaço social por meio da escola, da formação política; e) participar do processo de venda de produtos no mercado de forma colectiva; f) fazer com que militantes e famílias exerçam a condição de agentes do diálogo, com os poderes públicos e a sociedade.

O Movimento dos Sem Terra tem sido importante para reverter o quadro social no Brasil. A desestruturação do espaço agrário e urbano e a conseqüente diáspora brasileira decorrem dos antagonismos do processo de globalização. Por um lado, ampliou-se a tecnificação do território, dinamizaram-se os meios de comunicação, mas, por outro lado, o aumento do número dos postos de trabalho não aconteceu como também a melhoria salarial, tampouco o acesso à educação, à saúde e à habitação de qualidade. Essas questões foram ressaltadas pelos inquiridos na Região Centro de Portugal.

Para Silva (2004), a história da luta pela posse da terra no Brasil é marcada por quatro momentos importantes. O primeiro emerge nos anos de 1950 e 1960 denominado de “**Era das Ligas Camponesas**”, atua em diversos Estados da Região Nordeste, com o intento de despertar a conscientização das famílias rurais pela luta de direitos sociais e políticos. Esse movimento cresceu mas foi sufocado pela ditadura militar. O segundo momento acontece na década de 1960, a “**Era**

²⁵ Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, (MST), iniciou sua ação nos Estados do Sul do Brasil e expandiu-se por todo espaço brasileiro a partir da década de 1960. A origem do movimento está relacionada à resistência contra a expropriação e exploração do médio e pequeno trabalhador rural, assim como à política de desenvolvimento agronegócio, implementada na ditadura militar.

do Sindicalismo Rural”, com o apoio da igreja católica e de organizações partidárias. Estas instituições atuaram como interlocutores dos direitos dos trabalhadores rurais. Tal movimento também foi muito reprimido pela ditadura militar. Nas décadas de 1970 a 1980, emerge a “**Era dos Conflitos de Terra**”, movimento pautado na organização das famílias rurais visando defender um espaço para morar, plantar e criar. Essa organização dos trabalhadores foi importante como forma de impedir a destruição das benfeitorias, assegurar área para o plantio e criação, assim como garantir o apoio político de entidades nacionais e internacionais, ou seja, a continuidade do movimento. Nesse período, os conflitos sociais marcados pela violência no campo foram acirrados, emergindo vários organismos da sociedade civil que apoiavam as famílias rurais em áreas de conflitos de terra. Com o fim da ditadura militar e a instauração da democracia no país, desencadeia o quarto momento, no final da década de 1980, a “**Era dos Sem Terra**”, através das ocupações, com a participação de famílias de diversas localidades e trajetórias culturais, não só do campo, como da cidade, conforme salienta o autor:

...A reforma agrária é uma luta de todos. Nossa trajetória é conscientizar os trabalhadores da cidade, a população em geral, os pobres em especial, de que a reforma agrária não é corporativa, não é de interesse somente dos pobres do campo. Que a reforma é um meio fundamental para resolver a maioria dos problemas que os pobres da cidade enfrentam, como a fome, o desemprego, a violência, a marginalidade, a falta de educação, de transporte e de moradia, (STÉDILE,1997:109).

Ao analisar o índice de Gini, fica evidenciado que no período de 1960 a 1992 as terras no Brasil ficaram mais concentradas, demonstrando, assim, uma maior desigualdade no acesso aos meios de produção. Esse facto vem reafirmar a necessidade de se repensar a distribuição de renda e a reforma agrária no Brasil. Em 1985, foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e vários movimentos sociais organizados, em defesa da reforma agrária, surgiram estimulando e fortalecendo a criação de órgãos estaduais encarregados de buscar meios para a efetivação da referida reforma.

Salienta-se que, na década de 1980, a crise brasileira atinge patamares acentuados, tanto no campo, como na cidade, o que, segundo os inquiridos, na Região Centro de Portugal, irá conduzir brasileiros e brasileiras a se engajarem num movimento internacional de trabalhadores. O descrédito nos planos governamentais, as altas taxas de inflação, o aumento do desemprego e da

marginalização social conduziram a emigração brasileira em direção aos países que estão no centro e na semiperiferia do capitalismo. Sales (1999) também identificou estas variáveis ao estudar por que os brasileiros migraram para a região de Boston, nos Estados Unidos.

No período de 1990 a 1992, o programa de assentamento foi paralisado sem nenhuma desapropriação nesse período, com uma ligeira modificação no período de 1992-1994, cujos assentamentos continuaram muito lentamente. Apesar do número de famílias assentadas nos últimos quarenta anos, o Atlas Fundiário Brasileiro revela que o perfil da concentração de terra pouco mudou. O quadro 5 evidencia estes investimentos fundiários.

Ano	Valores	Ano	Valores
1980	7 973 76	1988	1 248 638 01
1981	42 540 43	1989	150 458 63
1982	49 428 66	1990	70 085 02
1983	56 770 79	1991	240 242 53
1984	25 817 53	1992	107 137 97
1985	27 956 51	1993	458 812 07
1986	146 186 03	1994	390 168 20
1987	145 562 94	1995	970 911 16

Quadro 5 - Gastos com política fundiária (US\$ 1,000 dólares)

Fonte: MF-Tesouro Nacional – Elaboração DIPP/IPEA²⁶, 1997.

Os investimentos com Política Fundiária foram altíssimos, porém a população assentada em terras de difícil cultivo e sem apoio técnico fizeram com que muitos projetos fracassassem levando os assentados a abandonarem as terras.

De 1980 a 1995, os investimentos para a concretização da Reforma Agrária brasileira cresceu num ritmo acelerado, entretanto a estrutura fundiária continuou concentrada e os problemas sociais, resultantes deste modelo de crescimento, aumentaram significativamente. A maioria dos conflitos de terras no Brasil decorre da falta de titulação e demarcação de áreas já ocupadas. Os pequenos

²⁶ http://www.planalto.gov.br/publi_04 [28-05-2004]

agricultores, denominados de posseiros²⁷, são vítimas dos grileiros²⁸ que os expulsam de suas terras e estes acabam ocupando as terras indígenas, resultando em fortes conflitos.

O quadro 6 mostra que as propriedades até 100 hectares, no período de 1966 a 1992, tiveram decréscimo. Isso pode ser identificado pela ausência de estímulo ao pequeno agricultor, que impossibilitado de desenvolver suas terras, a grande maioria vendeu e migrou para os grandes centros urbanos, conforme Graziano denomina de “fagocitose rural”, ou seja, as pequenas propriedades são “engolidas” pelas grandes. Paralelamente, observa-se que este período foi marcado pelo aumento do número de propriedades rurais com mais de 1000 hectares, demonstrando que a estrutura fundiária manteve-se muito concentrada. No modelo capitalista em que se vive, a terra continua sendo uma mercadoria utilizada para fins especulativos, como reserva de valor.

Propriedades	1966	1972	1978	1992
Até 100 hectares	20,4 %	16,4 %	13,5 %	17,9 %
Mais de 1.000 hectares	45,1 %	48,3 %	55,5 %	50,0 %

Quadro 6 - Evolução da estrutura agrária no Brasil

Fonte: INCRA²⁹, 1993.

A partir de 1960, a agricultura foi duramente atingida e responsabilizada pelo desequilíbrio nas políticas econômicas. As políticas neoliberais atingiram profundamente este setor, com cortes no financiamento do sector agrícola e no fechamento de vários serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, dentre outros. O capital financeiro domina o cenário econômico, ramificando-se em capital industrial, agrário, imobiliário e bancário formando os oligopólios. O modelo agrícola excludente implantado no Brasil, a partir desta década, direcionou a produção agrícola para o mercado externo, objetivando a geração de saldos cambiais para o pagamento da dívida externa.

As sucessivas crises e a crescente concentração de riqueza colocam o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo, denominado de “inequality trap”

²⁷ Posseiro constitui pessoa que está na posse legal de terra. É o ocupante da terra sem o título legítimo.

²⁸ Grileiro é o indivíduo que apresenta um título falso de escritura de propriedade de terra.

²⁹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária <http://www.incra.gov.br> [28-05-2004]

(armadilha da desigualdade), ganhando apenas de 4 países africanos: Suazilândia, República Centro-africana, Botswana e Namíbia (CANZIAN:2005)³⁰. Segundo o Banco Mundial a “armadilha da desigualdade” acontece quando a elite econômica e política perpetua-se no poder, criando leis e mecanismos financeiros em benefício próprio desprezando as necessidades da maior parte da sociedade brasileira. Estas desigualdades de oportunidades têm desencadeado um “clima” de desesperança e insegurança. Esses fatores reforçam o movimento migratório internacional em direção a vários países das economias centrais e semiperiféricas, como exemplo “os brasiguaios”, no Paraguai, os dekasseguis, no Japão, brasuca e lusobrasileiros, em Portugal.

A década de 1980 apresenta quatro momentos importantes: **o primeiro**, em 1985, quando foi instituído o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que, na prática, não trouxe muitos avanços, os assentamentos só aconteceram devido à pressão dos trabalhadores rurais que ocuparam as terras; **o segundo**, a aprovação da Constituição Federal de 1988, que estimulou um debate a favor e contra a reforma agrária que teve como consequência um novo ordenamento legal, criando obstáculos à realização da Reforma Agrária no Brasil. O autor reforça ainda que este é muito mais atrasado que o Estatuto da Terra, criado pela ditadura militar, uma vez que as “justas” indenizações aos latifúndios improdutivos e o amparo legal aos setores mais abastados favoreceram o aparecimento da “indústria das superindenizações”; **o terceiro** momento, no quadro das discussões sobre a reforma agrária, foi criado em 1980 a União Democrática Ruralista – UDR, que representava os interesses das oligarquias agrárias no Brasil, numa forma de luta em resposta ao crescimento do Movimento dos Sem Terras; **o quarto** foi a transformação do MST em movimento de massa, criando territorialidades, destacando-se como a principal instância organizada da sociedade civil de resistência contra a política agrária no país, Teixeira (2004).

A década de 1990, o Consenso de Washington³¹ passa a influenciar o modelo econômico brasileiro, com a implantação das reformas neoliberais que resultaram na perda de direitos dos trabalhadores, na precarização das condições

³⁰ www.oab-rj.com.br [04/05/2006]

³¹ Expressão atribuída pelo economista norte-americano John Williamson. Criada em Washington, em Novembro de 1989, no International Institute for Economy, com a participação de funcionários do governo do EUA, dos organismos internacionais e de economistas latino-americanos, com objetivo de propor reformas para superar a crise e retomar o crescimento na América Latina.

e relações de trabalho e na privatização das empresas estatais, muitas vezes, a custos simbólicos. Vale salientar que muitas das empresas públicas que foram privatizadas continuaram tendo recursos públicos para o seu financiamento.

Dessa forma, parece que as políticas neoliberais não têm conseguido também dar respostas mais efetivas à crescente desigualdade social no país. Nessa direção, para conter os movimentos de trabalhadores, no final da década de 1990, o governo estimulou o enfrentamento político com o MST, tentou criar situações para desmoralizar e desmobilizar os trabalhadores rurais, vinculando a imagem do MST a fatos negativos. Entretanto, este movimento constitui, um dos poucos no Brasil, em nível de organização e clareza em suas metas. Até o início do século XXI, a terra continuou concentrada no Brasil e os baixos investimentos em saúde, moradia e educação acentuaram ainda mais a questão social. A saída para os problemas sociais depende da gestão dos recursos e de uma reorientação para a dívida externa brasileira.

2.2 - Gestão dos recursos e da dívida externa

A análise da migração internacional de trabalhadores induz a buscar referências que possam consubstanciar o entendimento dos desequilíbrios sociais no Brasil que têm levado milhões de brasileiros a buscar os meios de subsistência em vários países do mundo. Para os trabalhadores(as) brasileiros(as) da Região Centro de Portugal, o endividamento externo aparece como um dos indicativos que têm dificultado a dinamização da economia, a criação de novos empregos e os investimentos sociais.

Ao analisá-la, observa-se que o crescimento da dívida externa vem de longas datas e acompanha a curva da diáspora brasileira com destino aos países do centro e da semiperiferia da economia mundial. A figura 12 revela o crescimento do endividamento externo brasileiro. Nos anos de 1970, a dívida era de 5,3 bilhões de dólares e em 1999 teve um crescimento abrupto ao atingir a cifra de 239,0 bilhões de dólares. A estimativa do Banco Central do Brasil é de redução no ano de 2005. Mesmo com essa perspectiva, os juros são altíssimos e os investimentos sociais ainda são tímidos no país.

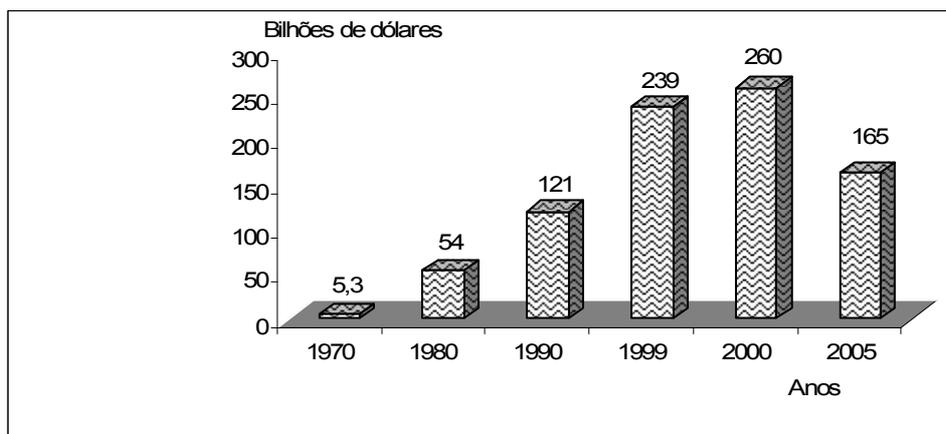


Figura 12 – Endividamento Externo.

Fonte: Boletins do Banco Central do Brasil³² – BACEN, 2005.

A dívida externa brasileira tem origem de longas datas. A entrada do Brasil na Nova Divisão Internacional do Trabalho, (NDIT), impulsiona os investimentos em indústria pesada e infra-estrutura, requisitos indispensáveis para o ingresso do capitalismo internacional. As taxas de crescimento do endividamento brasileiro são altas.

A figura 13 ilustra a evolução do aumento da dívida externa brasileira. De 1970 a 1980, o percentual de aumento do endividamento foi de 1018 %. Dez anos após o aumento foi de 224% e 215% entre as décadas de 1990 a 2000. Ao se fazer a relação com a emigração brasileira, os estudos apontam a década de 1980 como o período da grande migração internacional de trabalhadores brasileiros. Alguns estudos também salientam esta década como o período da grande migração internacional de trabalhadores em direção aos países do centro do capitalismo: Sales (1999); Casa do Brasil (2003); Machado (2004); Téchio (2004).

³² Estimativa do Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil, Afonso Bevilaqua, em 28/12/2005.

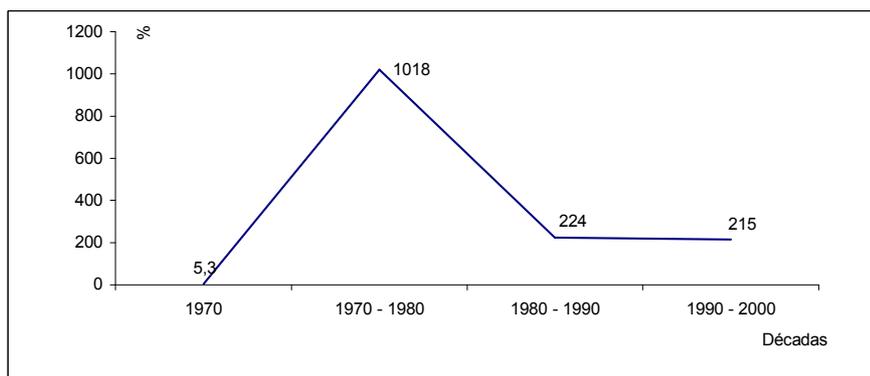


Figura 13 – Percentual de crescimento da dívida externa brasileira.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Banco Central do Brasil – BACEN, 2005.

Detalhando esta questão em relação ao trabalho empírico, percebe-se que a curva de chegada de imigrantes brasileiros na Região Centro de Portugal é ascendente a partir da década de 1980, (figura 14).

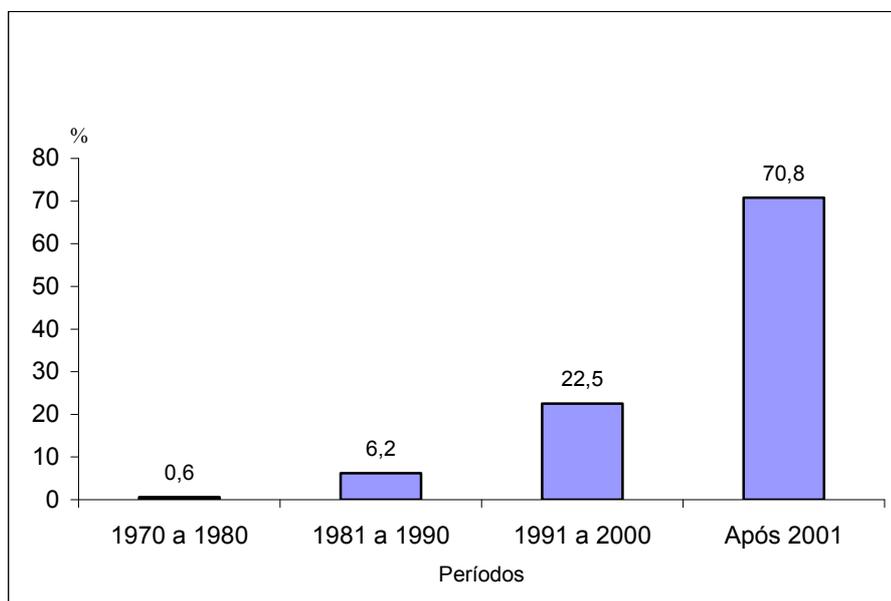


Figura 14 – Ano de chegada de brasileiros na Região Centro de Portugal.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A intensidade do fluxo de brasileiros em direção a Portugal é crescente a partir do ano de 1980. Desde então, aumenta significativamente a emigração

brasileira para a Região Centro. Ao observar o gráfico sobre o crescimento do endividamento brasileiro e fazer uma ponte com a migração internacional de trabalhadores em direção a vários países do mundo, nota-se que ambos apresentam ritmos intensos. Assim, pode-se dizer que o endividamento externo acentuado, sobretudo a partir da década de 1970, não foi proporcional aos investimentos em postos de emprego, saúde, educação e habitação. Nesse sentido, considera-se importante fazer uma retrospectiva histórica para entender a origem e os percursos da referida dívida.

Percursos do endividamento brasileiro

Foi no século XIX, por volta de 1824, que o Brasil para saldar as dívidas do período colonial tomou o primeiro empréstimo aos bancos ingleses, no valor de 3 milhões de libras esterlinas. Esse foi cognominado de “empréstimo português”³³, visto que o objetivo dessa dívida foi o pagamento a Portugal pelo reconhecimento da Independência do Brasil. Posteriormente, no período imperial, foi efetivado o segundo empréstimo, em 1829, conhecido como o ruinoso, para cobrir as dívidas não pagas do primeiro empréstimo. Entre 1843 e 1852 mais dois empréstimos foram tomados ainda para cobrir as dívidas do primeiro empréstimo. A participação do Brasil na Guerra contra o Paraguai também contribuiu para o aumento da dívida com os bancos ingleses.

No período republicano, esse processo continuou com o objetivo de manter os privilégios dos cafeicultores e dos pecuaristas, política conhecida como “café com leite”. Pode-se citar o exemplo do aumento da dívida externa contraída com os banqueiros Rotshild, ingleses, o que levou o Presidente Campos Sales a assinar o acordo “Funding Loan”. Em 1906, outro empréstimo foi tomado pelos governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, através do Convênio de Taubaté, para resolver os problemas da burguesia paulista, que, em função da superprodução do café, entraram em decadência e/ou falência. Esse acordo resolveu o problema do desemprego no setor cafeeiro e organizou as finanças dos latifundiários, o que beneficiou apenas uma pequena parcela em detrimento da maioria da população brasileira. Os governos seguintes continuaram a solicitar

³³ www.historianet.com.br

os empréstimos. A década de 1920 foi marcada por forte entrada de capital estrangeiro no país para a implantação da infra-estrutura, equipamentos e do parque industrial brasileiro.

Na década de 1960, o país passa por uma crise econômica e política em função do notável avanço industrial e da infra-estrutura. A instauração do regime ditatorial através do golpe de Estado, em Abril de 1964, introduziu pequenas modificações na política comercial e alterou, significativamente, as regras na negociação dos juros, aumentando assim a dívida externa brasileira. Segundo o Sindicato Nacional de Auditores da Receita Federal, durante o governo militar, o Brasil contraiu uma série de empréstimos com cláusulas inconstitucionais que renunciavam, textualmente, o direito de soberania nacional.

A crise deflagrada na década de 1970, decorrente sobretudo do aumento do preço do petróleo, levou os banqueiros internacionais a estimular o desenvolvimento de transação comercial através de empréstimos financeiros, nomeadamente para os países emergentes, com a finalidade de ampliar os seus lucros e o poder sobre os Estados. Diante da situação, o governo brasileiro requisitou empréstimos ao Banco Mundial e vendeu títulos de empresas públicas e privadas. Parte desse dinheiro foi aplicado em infra-estrutura, porque o país necessitava fazer investimentos pesados: rodovias, portos, energia elétrica e telecomunicações. A outra parte foi empregada de forma duvidosa, conforme salienta o então ministro da fazenda Pedro Malan,

...uma experiência muito peculiar nos anos 70, de incentivos, créditos subsidiados, empréstimos com taxas de juros de 20% quando a inflação estava passando de 40% para 100%, o que dava enorme benefício ao tomador do empréstimo e o tornava meio que sócio da inflação - quanto mais alta a inflação, maior a facilidade que ele tinha de repassar seus custos para os preços de seus produtos e menor a taxa de juros real do empréstimo que tinha obtido de maneira privilegiada. Boa parte das distorções na criação de uma sociedade desigual como nós temos tem sua origem no acesso privilegiado a recursos (MALAN, 2001).

Essa reflexão é reveladora de alguns elementos importantes para a compreensão da crise das finanças públicas e da questão estrutural da dívida externa. No período de 1967 a 1973, o Brasil obteve altas taxas de crescimento econômico em função da entrada do capital internacional no financiamento da economia brasileira, (TEIXEIRA: 2004). A partir de 1970 acentua-se a abertura do país para a entrada do capital estrangeiro, através da implantação das plantas industriais dos países desenvolvidos, que segue a lógica da teoria da Nova

Divisão Internacional do Trabalho. Os investimentos do Estado em infra-estrutura para a implantação das empresas foram altíssimos. Ampliando-se a condição de dependência externa, este processo reduz-se em função dos choques do petróleo (1974 e 1979) e do aumento das taxas de juros dos Estados Unidos da América.

A década de 1980 foi considerada como a década perdida, porque a economia brasileira enfrentou um longo período de recessão, com altas taxas de inflação, juros elevadíssimos e os inúmeros acordos com os credores internacionais que, muitas vezes, feriam os interesses nacionais, a exemplo da privatização de empresas estratégicas e lucrativas. As políticas econômicas, nessa década, foram mais incisivas e restritivas em relação à agricultura, uma vez que os subsídios concedidos foram considerados como os responsáveis pelos desequilíbrios nas finanças públicas.

Em 1989, foi formada uma comissão para a análise da dívida externa e constatou-se processos ilegais, com contratos que renunciavam explicitamente as determinações constitucionais. A falta de ética dos negociadores e dos agenciadores da dívida externa evidenciada tanto pelos brasileiros que estão a frente deste processo, como pelos “vendedores de dinheiro”, no caso os banqueiros internacionais, estão presentes nos desequilíbrios sociais e territoriais do Brasil. Os interesses da burguesia brasileira e as interferências externas criaram sequelas muito profundas, uma vez que o controle do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial atual, internamente, não têm conseguido ser aglutinador de esperanças, igualdades e inclusões.

Segundo Santos (1999), na modernidade capitalista convivemos entre os princípios da emancipação e da regulação. O primeiro define-se pela igualdade e integração social entre os povos. No segundo, a regulação passa a gerir os processos de desigualdade e de exclusão oriundos do próprio sistema capitalista que vem aviltando a classe trabalhadora mais profundamente desde o século XIX. Para Marx, grande teorizador da desigualdade, a integração social nas sociedades capitalistas ocorre através da desigualdade entre capital e trabalho que tem como base a exploração. Segundo Foucault, a exclusão é um fenômeno socioeconômico e sobretudo cultural e social.

Com base nesses princípios, o racismo, a xenofobia e o sexismo, na modernidade capitalista são híbridos uma vez que apresentam componentes da desigualdade e da exclusão. No caso do racismo e do xenofobismo, o princípio da

exclusão assenta-se na hierarquia das raças, e a integração desigual ocorre através da exploração colonial/pós-colonial do trabalho imigrante.

Estes elementos levam a reflectir sobre a forma como o Brasil insere-se na Nova Divisão Internacional do Trabalho. Inicialmente, como produtor de matéria-prima e posteriormente, como credor dos banqueiros internacionais, ao tomar dinheiro emprestado a juros muito altos para subsidiar o crescimento industrial brasileiro. Com o passar dos tempos, o Brasil também se integra, às economias centrais e semiperiféricas, exportando trabalhadores para o mercado segmentado secundário. À medida que o território é estruturado para atender os interesses das empresas multinacionais e dar sustentação à elite brasileira, cria-se uma economia dependente dos bancos internacionais.

Observa-se na atualidade que os recursos oriundos dos empréstimos aos bancos internacionais promoveu, por uma lado, o crescimento econômico do país, mas por outro lado, elevou o custo social através do pagamento de altas taxas de juros. De fato, pode-se afirmar que este endividamento pouco foi revestido para a população, nem sempre os empréstimos financeiros foram utilizados de forma ética e, em alguns momentos, os benefícios não tiveram um alcance social e sim político ou pessoal. As perdas continuam sendo socializadas, mas os ganhos são concentrados geograficamente e socialmente.

A dificuldade de criar oportunidades internas que garantam as condições de vida tem estimulado a diáspora brasileira. Assim, o país tem-se firmado como exportador de mão-de-obra qualificada para o segmento secundário das economias desenvolvidas. Por fim, a implantação das plantas industriais, a construção de Brasília, os governos militares, o choque do petróleo, a construção das rodovias, viadutos, túneis, a má gestão do dinheiro público e o descompromisso ético, dentre outros, constituem fatores impulsionadores do aumento do endividamento brasileiro e das migrações internacionais de trabalhadores em direção à Região Centro de Portugal. Nesse sentido, faz-se importante entender o papel da educação no contexto da globalização e das migrações de trabalho.

3 - O papel da educação

A década de 1980 caracteriza-se pelo aprofundamento da crise do sistema capitalista, o que estimulou o aparecimento de alguns movimentos sociais pela democratização e a revalorização da relação educação e economia ao reforçar que, com o processo de globalização, as instituições escolares deveriam voltar-se para a competitividade. Seguindo esta lógica, a escola ocupou um espaço importante na integração econômica da força de trabalho, cujo investimento em educação defendido pelos adeptos da Teoria do Capital Humano destaca-se como ponto central para a melhoria da qualificação profissional e aquisição de emprego. A ênfase atribuída à educação, levou Gary Becker, em 1964, a publicar um livro sobre a Teoria do Capital Humano, e, Theodoro W. Schultz, em 1971, a publicar o livro Investimento em Capital Humano. Chama-se atenção para o que, desde o século XVIII, o conceito capital humano já era conhecido por Adam Smith e outros economistas da época. Porém, a teoria econômica do capital humano só foi estudada mais profundamente a partir do século XX.

O aprimoramento do capital humano acontece mediante o investimento em educação, fundamental para o processo econômico de qualquer país, ao repercutir na melhoria das condições de vida e na produtividade do trabalho (SCHULTZ, 1973). Alguns autores consideram que esta tese reafirma o pensamento da classe dominante ao pensar a escola como um aparelho ideológico do Estado, conforme Shaffer In: Schultz (Op. cit.) e Sanchis (1997). Na realidade, trata-se de uma questão muito complexa, uma vez que outras variáveis a exemplo da dimensão cultural, política e o enfraquecimento do Estado-Nação devem ser consideradas. Faz-se necessário ter uma certa cautela quanto à “solução mágica” da qualificação para a inserção no mundo do trabalho, uma vez que os estudos apontam para o crescimento do número de pessoas desempregada com o nível superior completo nas áreas mais industrializadas do mundo (SANTOS: 2003).

Sob essa perspectiva, corre-se um risco muito grande conceber o homem enquanto capital. A análise do território não deve ser avaliada apenas pelo viés economicista. A dimensão humana, os valores culturais, a estabilidade dos mercados, a oferta de empregos e demais realidades são essenciais no entendimento da relação educação e mundo do trabalho, sobretudo quando se

trata de uma migração internacional de trabalhadores. Nesse sentido, a teoria do capital humano superestima o valor econômico da educação, entretanto considera importante a aplicação desta teoria, uma vez que existe uma correlação entre escolaridade e ganhos salariais, (AQUINO, 2001:22).

Por essa via de pensamento, num mundo essencialmente dominado pelo economicismo, homens e mulheres são considerados uns “recursos“, cujo rendimento deve ser satisfatório do mesmo modo que as ferramentas, os equipamentos e a matéria-prima. Reconhece-se a importância da educação no desenvolvimento social, porém, no momento atual, ela por si só não garante o acesso e nem a satisfação no emprego, que propicie a redução da pobreza e a construção da cidadania.

Sob essa óptica, “a teoria do capital humano fracassou” (SANCHIS, 1997:212). Para reforçar esta assertiva, o autor esclarece que o desemprego de pessoas com titulação antecede à crise econômica. Cita o exemplo dos Estados Unidos que, nos anos de 1950, quando foi divulgada a idéia de desenvolvimento relacionado à educação, o que levou dez anos após a inserção de cerca da metade dos jovens no curso superior. Após a conclusão do curso, muitos deles tiveram dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Faziam parte daquela realidade de graduados dirigindo táxis, recebendo auxílio-desemprego ou vivendo da assistência do Estado. Esta situação apresenta algumas semelhanças com o que se passa, atualmente, em Portugal, com muitos licenciados no desemprego com subsídio do governo, ou ocupando atividades de motorista de autocarro, caixas das grandes superfícies, entre outras.

Em alguns países da Europa, muitos desempregados com nível de escolaridade superior não aceitam trabalhar em outra área que não seja a da sua formação escolar. No caso de Portugal, já é perceptível esta situação, no entanto existem casos de licenciados que para “fugir” do desemprego aceitam trabalhar nos caixas das grandes e médias superfícies, ser motorista de autocarro, taxista, dentre outras profissões.

No caso do Brasil, regionalmente a escolarização da população ocupa uma posição diferenciada. No âmbito geral, 32,5% da população têm acima de 10 anos de estudos. A figura abaixo revela que desses a maior parte encontra-se nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. A região Nordeste é a que tem o maior número de pessoas com menos de um ano de estudo, (figura 15).

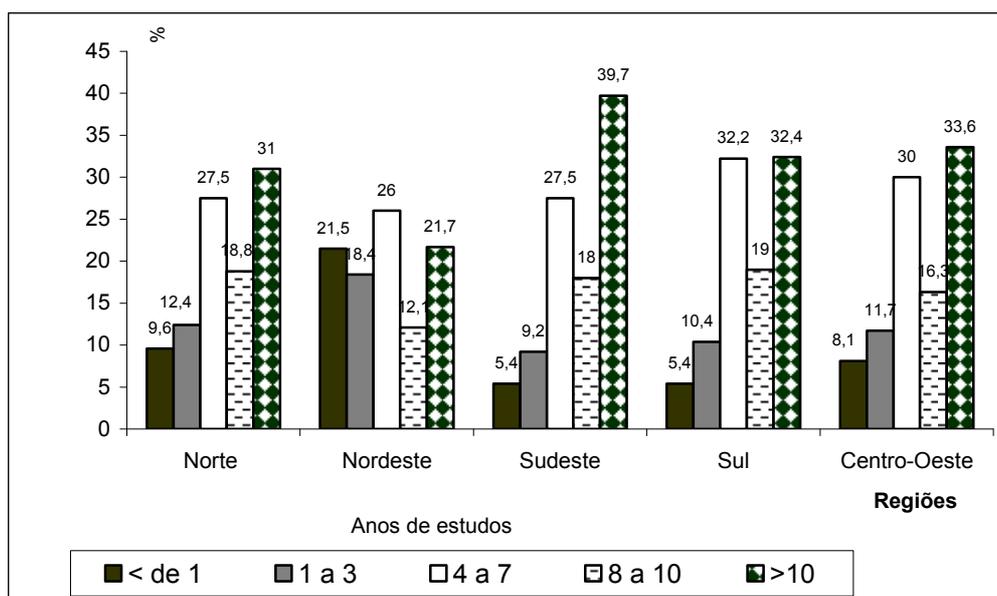


Figura 15 - Anos de estudos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, Brasil e regiões.

Fonte: IBGE/DIEESE/PNAD, 2003.

Isso mostra a fragilidade da relação educação e economia, pois já é perceptível atualmente a existência de muitos trabalhadores desempregados com nível superior ocupando empregos que, há vinte e cinco anos estavam em mãos de trabalhadores com menor qualificação e dos imigrantes. Mesmo reconhecendo a importância da formação educacional na vida de homens e mulheres, salienta-se que, por si só, a qualificação não constitui um atributo de mobilidade ascendente no mundo do trabalho, sobretudo para a população imigrante.

No caso específico da realidade estudada, os brasileiros com formação universitária que migraram para Portugal na década de 1980, tiveram maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho primário, com qualificação mais elevada e melhores salários, o que difere das oportunidades no presente momento. Na atual situação, dificilmente o imigrante com uma sólida formação educacional ocupa postos de trabalhos no segmento primário das economias semiperiféricas e centrais, a não ser que seja uma área estratégica e que o país de acolhimento esteja a necessitar. A figura 16 evidencia a relação escolaridade e faixa etária da população inquirida na Região Centro de Portugal.

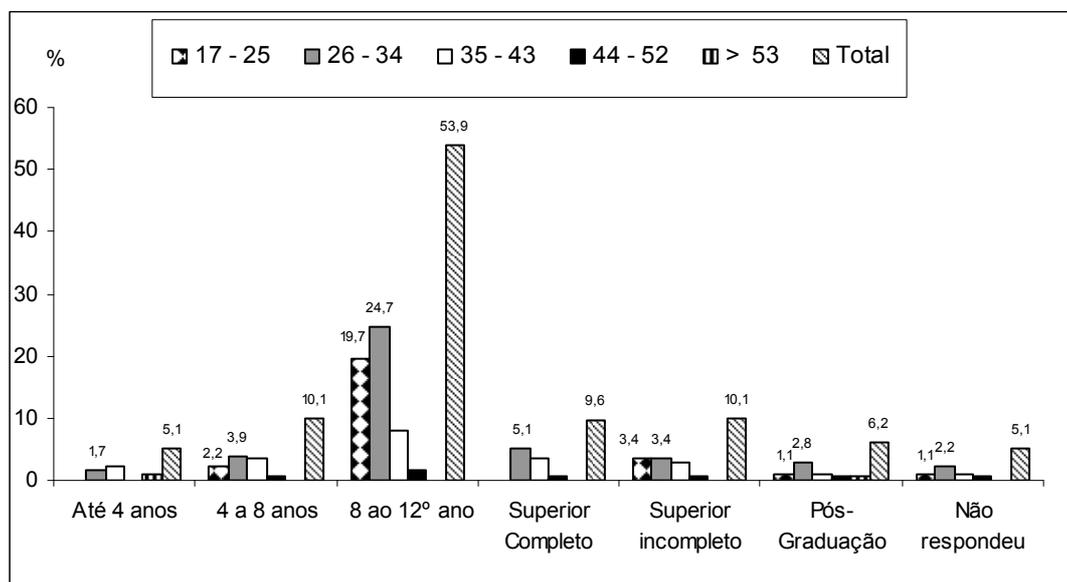


Figura 16- Escolaridade e faixa etária de brasileiros na Região Centro.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Quanto aos imigrantes brasileiros na Região Centro de Portugal, o gráfico retrata que a escolaridade predominante é de 8 a 12º anos de estudos, com 53,9%. Em relação à idade, 43,8% encontram-se na faixa etária de 26 a 34 anos, o que equivale à maioria dos inquiridos nesta região. A este, caso se junte o percentual dos inquiridos na faixa etária de 17 a 25 anos, os valores atingem 71,3%, o que corresponde à faixa etária economicamente jovem e com muita disposição para se submeter a uma migração internacional.

Ao continuar a análise dos dados de escolaridade, percebe-se que, em segundo lugar, destacam-se os que têm o curso superior completo e pós-graduação com 15,8%. Em terceiro lugar, os que têm até 8 anos de estudo com 15,2% e por último os que têm o curso superior incompleto destacando-se com 10,1% dos inquiridos na Região Centro de Portugal, (quadro 7).

Anos de estudos	Percentual	Validação	Cumulativo (%)
Até 4 anos	5,1	5,1	5,1
4 a 8 anos	10,1	10,1	15,2
8 ao 12º anos	53,9	53,9	69,1
Superior Completo	9,6	9,6	78,7
S. Incompleto	10,1	10,1	88,8
Pós-graduação	6,2	6,2	94,9
Não respondeu	5,1	5,1	100,0
Total	100,00	100,00	

Quadro 7 – Frequência escolar dos inquiridos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Ao buscar entender melhor a realidade estudada no contexto português, o trabalho desenvolvido pela Casa do Brasil aponta algumas evidências de pesquisas que se aproximam da realidade que se está estudando na Região Centro de Portugal, (figura 17).

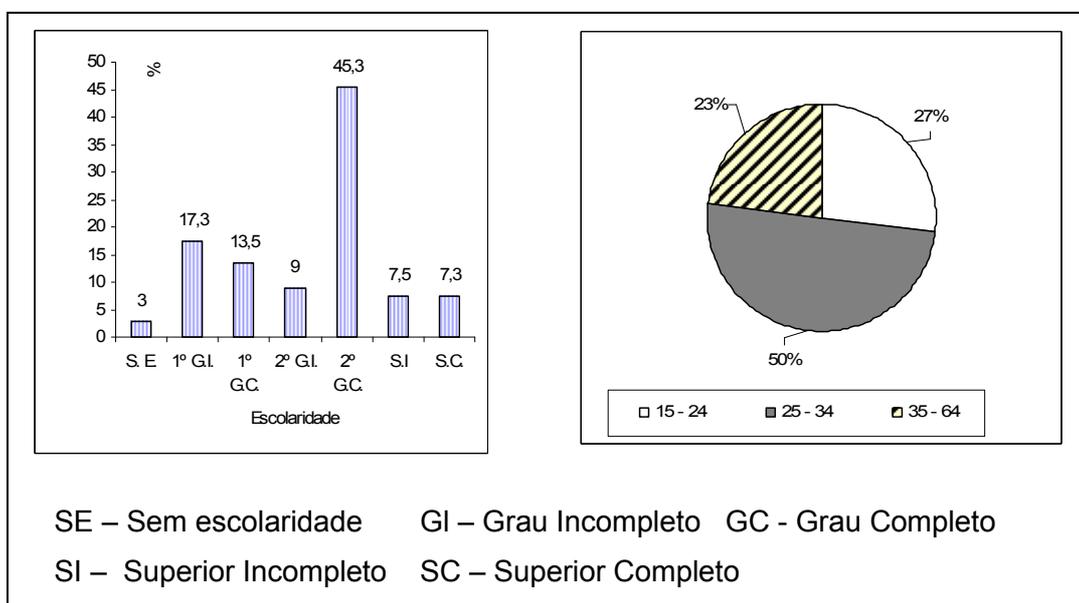


Figura 17 - Escolaridade e faixa etária de brasileiros inquiridos em Lisboa e Setúbal.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Casa do Brasil, 2003.

A figura 17 mostra que a maioria dos brasileiros inquiridos em Lisboa e Setúbal tem o 2º Grau Completo e está na faixa etária de 25 a 34 anos. Em seguida, têm destaque aqueles com o 1º grau incompleto, atingindo 17,3%, (CASA DO BRASIL, 2003). A análise das duas realidades, brasileiros na Região Centro e na Área Metropolitana de Lisboa, evidencia que as respostas dos inquiridos, quanto a tais variáveis, seguem a mesma lógica. Isso reforça a idéia de que a faixa etária jovem e a escolaridade média estão na base da migração de trabalhadores brasileiros em direção a Portugal.

As dinâmicas territoriais nos países centrais³⁴ têm evidenciado por um lado, a automação do trabalho, o crescimento da indústria de serviços, a ampliação do trabalho feminino, o envelhecimento da população, a redução da natalidade, e por outro, o desemprego estrutural, deslocação geográfica das plantas industriais, a transferência de empresas e as mudanças nas relações de trabalho.

A ciência e a pesquisa tornaram-se a força propulsora da economia, gerando novas tecnologias e ampliação da riqueza material. Nos países que estão na periferia do capital, a automação, a ampliação dos monopólios e o enfraquecimento do Estado-nação têm concorrido para a concentração de riqueza e aumento da pobreza. Particularmente, é bom salientar a existência de muitos países que ainda vivem no limiar da pobreza, passando por problemas sérios de sobrevivência, porque estão à margem do desenvolvimento técnico-científico.

Dessa forma, faz-se necessário reforçar a importância de desenvolver uma consciência solidária entre os povos, como forma de reverter os desequilíbrios sociais e econômicos. A promoção da educação na construção da cidadania, a fim de ultrapassar a visão mercadológica, deve ter como prioridade a formação mais integrada, com respeito às culturas e as experiências dos diferentes povos.

Ao analisar as variáveis propulsoras conclui-se que a origem das migrações internacionais de trabalhadores brasileiros é muito complexa e envolve outras variáveis que não seja apenas a econômica. Não constitui uma simples relação de causa e efeito correlacionada com a pobreza da população. Conforme salienta Castles (2005), a emigração das áreas mais pobres pode ser extremamente rara,

³⁴ Diante da dificuldade de encontrar uma terminologia que caracteriza a situação dos países na economia-mundo, adotar-se-à a classificação de países centrais, periféricos e semi-periféricos. Esta distinção visa situar os países em relação ao capitalismo internacional e ao investimento em ciência e tecnologia.

uma vez que as pessoas não dispõem do capital económico e nem do capital cultural, necessários para o conhecimento das oportunidades de trabalho no país receptor. Sabe-se que o capital é importante, no entanto isoladamente não é definidor de mobilidades territoriais. Faz-se necessário correlacionar a formação educacional, o conhecimento dos lugares e as redes sociais.

Capítulo IV

Brasil e Portugal: novas
configurações territoriais

1 - Brasil: de imigração à emigração

Não existe regresso possível à idéia simples de Estados-nação fechados com comunidades nacionais homogéneas (CASTLES, 2005:73).

A idéia de homogeneidade e de comunidades nacionais fechadas dificilmente pode ser aceita na contemporaneidade. A globalização abre um leque de interações sociais o que possibilita a quebra de fronteiras. Um dos grandes marcos desse processo é a “compressão do espaço-tempo”, Harvey (1992). Na ótica do autor, a noção de tempo e espaço está mais alargada e pode acontecer de forma simultanea. Isso em função do desenvolvimento do sistema de comunicação via satélite. Mesmo diante desses avanços, existem lugares no mundo que não estão engajados nesse sistema técnico-científico. Ao longo dos anos, Brasil e Portugal, ligados por laços econômicos e históricos, vêm moldando novas configurações territoriais. A dinâmica dos processos de globalização tem imprimido novas marcas e símbolos alterando substancialmente o mundo do trabalho tanto no Brasil, como em Portugal.

O estudo sobre as mobilidades leva a se refletir como o Brasil, país tropical, com uma extensão territorial de 8 514 876 Km², solos agricultáveis, parque industrial diversificado não tem conseguido distribuir a renda, ao criar antagonismos regionais ao ponto de impulsionar a população a sair do país. No transcorrer desta investigação, teve-se a preocupação de priorizar os elementos relevantes para entender a condição do Brasil, país de acolhimento até metade do século XX, e, no final deste século, transformar-se em país de repulsão populacional. Isso leva a se fazer o seguinte questionamento. Como o Brasil, historicamente país de imigração, transformou-se, na atualidade, num país de emigração? Em que nível a emigração brasileira em direção aos Estados Unidos, Japão, Portugal, França, Inglaterra e Canadá tem relação com o modelo de desenvolvimento do Brasil? Estas questões são importantes para entender os actuais rumos das migrações de brasileiros e constitui uma das bases de entendimento desse tópico.

As transformações que ocorrem na paisagem levam à busca do entendimento de como o Brasil se insere no contexto das migrações externas. O movimento internacional de trabalhadores brasileiros, resultado do processo de

globalização, adequa-se também à teoria dos sistemas migratórios. Esta teoria surgiu na década de 1980 e enfatiza que as migrações internacionais resultam das necessidades da expansão do capitalismo e das relações neo-coloniais, conforme Zlotnik (1992); Fonseca (2005) e Malheiros (2005). Um sistema migratório pode ser identificado através de um stock e de um fluxo de pessoas, com duração de pelo menos cinco anos, podendo ser determinado tanto no país de origem como no lugar de chegada, (Zlotnik, Op. cit.). Como os dois países têm relações históricas, económicas e políticas, as migrações internacionais decorrem de ligações previamente estabelecidas com o processo de colonização.

Diante da preocupação inicial de entender o local de saída e o de chegada desses imigrantes, o Brasil integra-se ao contexto das migrações internacionais através de três sistemas migratórios. O **primeiro** caracterizado pela imigração europeia no período colonial e pós-colonial que durou até a Segunda Guerra Mundial. Durante este período, o país acolheu intensivos fluxos imigratórios: portugueses, angolanos, guineenses, senegalês, moçambicanos, espanhóis, japoneses, chineses, libaneses, sírios, entre outros. O **segundo** caracteriza-se pelo movimento interno e pela emigração brasileira, sobretudo com destino aos Estados Unidos e ao Paraguai, para desenvolver atividade económica na área urbana e rural. O **terceiro** corresponde à intensificação dos fluxos emigratórios de brasileiros, a partir de 1980, em direção aos Estados Unidos, Japão e países europeus, a exemplo de Itália, Inglaterra, Portugal, Espanha e Suíça, entre outros, resultante da acentuação do processo de globalização.

Isso em razão dos laços históricos, como as relações sociais de parentesco e de amizade, e também as dificuldades de obtenção do visto de trabalho nos países centrais, conforme pode-se perceber no diálogo com os imigrantes brasileiros na Região Centro de Portugal. Com um mundo do trabalho cada vez mais competitivo e seletivo, a imigração brasileira ajusta-se a várias teorias, conforme já foi salientado anteriormente, uma vez que nenhuma teoria, por si só, é capaz de responder às complexidades que envolvem o fenómeno das migrações internacionais de trabalhadores.

Os estudos apontam que a primeira vaga migratória de trabalhadores brasileiros em direção a Portugal data de 1980. Com a saída do país do regime salazarista e a carência de profissionais em determinadas áreas, foram abertas as possibilidades de trabalho para setores qualificados, a exemplo de dentistas,

desingner, gráficos, marketing, publicidade, entre outras. A aplicação dos fundos financeiros da comunidade europeia proporcionou a melhoria da qualidade de vida da população portuguesa, aumentou a expectativa de vida ao nascer e consequentemente o envelhecimento da população, sobretudo nas regiões do Alentejo e Centro.

Na Região Centro, área da investigação, Coimbra tem destaque quanto ao envelhecimento da população. Isso por sua vez atraiu, a partir de 1990, trabalhadores brasileiros e outros imigrantes para empregos não qualificados que a população local tende a recusar, conforme teoria do mercado dualista, Piore (1979). Para uma melhor compreensão desses sistemas, optou-se por relacioná-los a uma temporalidade em consequência de uma dinâmica que não é apenas local, mas também global.

1.1 – Periodização do Sistema Migratório Brasileiro

Para melhor entendimento da inclusão do Brasil na economia-mundo considerou-se importante o estabelecimento de três sistemas migratórios. Na relação espaço-tempo, procurou-se correlacionar cada sistema a um período que está interligado e interagente entre si.

De 1500 a 1959

O primeiro sistema migratório caracteriza-se pela inserção do Brasil na economia-mundo como fornecedor de produtos tropicais para a Europa, como também lugar de acolhimento de pessoas oriundas dos continentes europeu e africano. As investidas econômicas dos portugueses através do processo de ocupação denominado de colonização, no século XVI, marcaram o início das mobilidades territoriais em direção ao espaço colonial brasileiro. Quando esses povos chegaram, encontraram os indígenas, organizados em comunidades tribais, com uma cultura milenar.

No processo de internacionalização do capital, a ocupação e o povoamento do território brasileiro resultaram da inserção dos povos europeus e africanos. As estratégias de fixação oportunizaram a vinda de diversos povos para contribuir com o povoamento, a exploração de matéria-prima e a agricultura. Durante o

período colonial, enquanto mão-de-obra ativa, não era tão significativa a participação dos imigrantes europeus no Brasil. Os portugueses tinham posição destacada em função do “*status*” de colonizador, atuavam mais como empreendedores econômicos do/no “território português” expandido.

A dinamização do capitalismo mundial e a expansão do processo de industrialização forçaram a uma mudança nas relações de produção. A Inglaterra interessada em comercializar seus produtos e ampliar o mercado de consumo, implementou políticas contrárias ao tráfico negreiro, conforme determinações aprovadas pelo Congresso de Viena e em Convênios celebrados, em 1815. Com o intuito de proteger as terras contra a ação de invasores, o governo atraiu a população estrangeira para fixar residência no Brasil. Em 1813, chegaram muitos imigrantes vindos das colônias espanholas da América do Sul, da América do Norte, França, Inglaterra e Suécia, conforme salienta o autor:

...criação, na Fazenda do Morro Queimado, na região de Cantagalo, em 1818, de uma colônia de suíços católicos..... Aprovada a vinda de 100 famílias e providenciando o seu transporte, estabelecimento e concessão de terras, mais de 2 000 suíços vieram para o país,conseguiu prosperar a colônia. (VIANNA, 1992:512).

Nesse processo, certamente os portugueses tinham preferência. No geral, os açorianos tidos na época como os mais pobres, trabalhavam na agricultura, o governo dava ajuda e utensílios. Estes foram acolhidos em maior quantidade, os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Bahia destacaram-se como lugares de acolhimento. Na realidade, a maioria dos imigrantes concentraram-se nos Estados da Região Sudeste e Sul do Brasil. Em função da dificuldade de continuar com o modelo escravista, a legislação brasileira proibia o trabalho conjunto de escravos e homens livres. Dois fatos importantes aconteceram em 1850 que concorreram para transformar as relações de trabalho e fortalecer a imigração no Brasil. O primeiro, a proibição do tráfico de escravos, com o aumento da pressão dos ingleses para a abolição da escravatura e com o desemprego nos países europeus, os quais fortaleceram as políticas de imigração. O segundo, a criação da Lei de Terras a qual regularizou o processo de aquisição de terras, transformando-a em mercadoria uma vez que a aquisição aconteceria por intermédio da compra, conforme discutido no capítulo III.

A primeira Constituição da República Brasileira, em 1891, estabeleceu algumas medidas no sentido de normatizar o fenómeno imigratório ao estipular cotas para a entrada de imigrantes das diversas nacionalidades. No período de 1884 a 1903, a imigração italiana destacou-se como a principal comunidade estrangeira no Brasil, conforme tabela 1.

Nacionalidade	1884-1893	1894 – 1903	1904 – 1913	1914 – 1923	1924 – 1933
Alemães	22 778	6 698	33 859	29 339	61 723
Espanhóis	113 116	102 142	224 672	94 779	52 405
Italianos	510 533	537 784	196 521	86 320	70 177
Japoneses	-	-	11 868	20 398	110 191
Portugueses	170 621	155 542	384 672	201 252	233 650
Sírios e Turcos	96	7 124	45 803	20 400	20 400
Outros	66 524	42 820	109 222	51 493	164 586
Total	883 668	852 110	1 006 617	503 981	717 223

Tabela 1 - Imigrantes no Brasil, por nacionalidade, 1884 a 1933.

Fonte: IBGE, 2000.

Alguns chegaram para permanecer definitivamente no Brasil e outros foram contratados temporariamente, por um período de um ano, para trabalhar na lavoura e na colheita do café, fixando-se em maior quantidade nos Estados do Centro-Sul do Brasil: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

A partir desse período, diante do elevado número a emigrar para o Brasil, o governo italiano instituiu o decreto Prinetti, em 1902, que proibia emigração italiana em direção ao Brasil. Entretanto, o que fez realmente diminuir a imigração italiana foi a crise da economia cafeeira. Os fluxos de portugueses eram contínuos, só que esses não queriam trabalhar na agricultura e sim no comércio de retalho e varejista. Os imigrantes ao chegarem eram apoiados pelo governo brasileiro. Forte também foi a imigração alemã no Brasil. Com as graves crises na Europa e na Ásia, no final do século XIX, e com o desenrolar da Primeira e Segunda Guerra Mundial, ocorreu um novo fluxo migratório com destino ao Brasil, continuando o fluxo de imigrantes italianos, espanhóis, alemães, japoneses, chineses além dos portugueses e outros, conforme tabela 02.

Períodos	Alemães	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outros
1945-1949	5 188	4 092	15 312	26 268	12	29 552
1950-1954	12 204	53 357	59 785	123 082	5 447	84 851
1955-1959	4 633	38 819	31 263	96 811	28 819	47 599
Total	22 025	96 268	106 360	246 161	34 278	162 002

Tabela 2 - Imigrantes no Brasil, por nacionalidade, 1945 a 1959.

Fonte: IBGE, 2000.

A política de restrição à imigração e a finalização da Segunda Guerra Mundial contribuíram para reduzir o fluxo migratório em direção ao Brasil, exceto os portugueses que continuaram a emigrar, porém em menor quantidade. A epidemia pneumônica, a crise vinícola motivada pela filoxeira e a Primeira Guerra Mundial favoreceram a ampliação da emigração portuguesa para o Brasil e outros países da Europa. Segundo Cravidão (1992), o Brasil, no final do século XIX e no século XX, destacou-se como principal país de acolhimento de emigrantes da Região da Gândara, tendo as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo como os maiores centros receptores. Pensa-se que esse ponto reforça, ainda mais, a escolha da Região Centro com área de estudo, conforme discutido no capítulo I. Para ela, a “fuga de gente” a Norte do Tejo³⁵ pode ser entendida através da articulação da conjuntura local com a internacional, com destaque para os seguintes aspectos: a ruptura entre o crescimento demográfico e a agricultura, assim como a abolição da escravatura, no Brasil, em 1888.

Até as primeiras décadas do século XX, dezenas de milhões de europeus deixaram a Europa para se fixarem nas colônias. Isso é importante para compreender os fluxos emigratórios de Portugal. A partir de 1950, este ciclo é reduzido, iniciando um outro ciclo com destino à França, Alemanha, Suíça, Inglaterra, Luxemburgo, Canadá e Estados Unidos. Estas informações foram utilizadas para visualizar a condição do primeiro sistema imigratório no Brasil, país de acolhimento até metade do século XX, e posteriormente passa a dar origem ao segundo sistema migratório.

³⁵ O Rio Tejo corta o centro-norte de Portugal.

De 1960 a 1990

Constitui um sistema ativo, caracterizado pelas migrações internas: Norte - Sul e Sul - Norte impulsionado com as transformações decorrentes da relação mundo-lugar que alterou significativamente o cotidiano dos habitantes e proporcionou a intensificação dos movimentos migratórios de brasileiros no sentido do Nordeste para o Sudeste. Conforme já foi explicado por vários autores, esse movimento circular de brasileiro resulta dos processos global/local e da gestão do território os quais atuam desregulando a socioeconomia brasileira.

Ao analisar a situação a partir da Segunda Guerra Mundial, percebe-se que as ações desencadeadas com implantação do parque industrial no Brasil, sobretudo a partir da década de 1950, trouxeram pontos positivos e negativos. A dinamização da industrialização e a ampliação dos sistemas de transporte e de comunicação entre outras configuram-se como o lado positivo. A ausência de políticas públicas que incorporem, de fato, o desenvolvimento regional e local, o que certamente impulsionou os movimentos migratórios internos, no sentido Norte – Centro Sul, e, posteriormente, as migrações internacionais, constitui um ponto negativo.

O arquipélago econômico cedeu lugar ao mercado unificado pela atividade industrial sob a hegemonia da Região Sudeste. Isso porque se pensava nessa época que o eixo de desenvolvimento decorreria da centralização do capital, da tecnologia e da produção nesse espaço, tendo como resultado o desenvolvimento de outras áreas periféricas do país. De fato, a situação não ficou bem assim. Internamente, essa medida impulsionou o rápido crescimento de muitas cidades da Região Sudeste e Sul, decorrentes das migrações do Norte/Nordeste, tendo como consequência o êxodo rural e o processo denominado por “fagocitose rural”. Isso porque este processo foi construído ao longo dos tempos, o que contribuiu para que muitos acontecimentos marcassem o território brasileiro.

Nesse sentido, a pesquisa procurou entender sobre o lugar de nascimento, a relação existente com a propriedade rural e se existiria por parte de imigrantes brasileiros uma cultura migratória. À medida que o capital financeiro atua em todas as áreas, a dívida externa brasileira, a concentração da terra e a desigualdade social aumentam, configurando-se em novas mobilidades socio-espaciais. A implantação do capital industrial no Centro-Sul do país proporcionou

o estímulo à migração campo-cidade, nomeadamente da região Nordeste para as regiões Sudeste e Sul do país em direção aos grandes centros urbanos, conforme salienta Estrela (2003), ao analisar os sampauleiros³⁶ que emigraram do Alto Sertão da Bahia para São Paulo.

...Não se pode aquilatar com precisão o número de indivíduos que partiram motivados pelos discursos de parentes e amigos que viviam em terras paulistas. (...) as matrizes discursivas propagadoras de representações sociais sobre São Paulo se constituíram na grande mola propulsora do deslocamento que teve curso no Nordeste brasileiro, desde o final do século XIX até por volta da década de 1980, quando ocorreu uma retração do deslocamento populacional e/ou vetor da mobilidade dirigiu-se para outras direções (ESTRELA, 2003:226).

Com a espacialização do capital financeiro no campo, abriu-se uma nova perspectiva para os fluxos migratórios em direção às novas fronteiras agrícolas, nomeadamente no sentido Sul - Norte, Nordeste - Norte e Sul - Centro-Oeste. A investigação desenvolvida por Santos (2003) retrata um novo direcionamento das migrações no Brasil, não se restringindo ao Centro-Sul do país e alcançando outros itinerários geográficos, a Região Norte. Para ele, a dificuldade para acessar os meios de subsistência em sua terra natal tem levado os nordestinos a migrarem para Rondônia. A partir das narrativas dos sujeitos da pesquisa, o autor chama a atenção para a necessidade de ouvir essas experiências no sentido de que elas possam contribuir para a efetivação de políticas públicas de desenvolvimento social.

Ao longo dos anos, o acúmulo das experiências migratórias tem ocasionado uma irregular distribuição da população brasileira. A figura 18 mostra a distribuição da densidade demográfica por região brasileira. As maiores densidades estão localizadas na Região Sudeste, com 81 hab./km². Os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, pertencentes a essa região, lugar de origem da maioria dos inquiridos na Região Centro, apresentam as maiores densidades demográficas do país. Conforme já se salientou, esta região é a mais equipada em termos de saúde, habitação, escolas, indústrias, mas convive atualmente com índice alto de violência e de pobreza, em consequência da ineficiência administrativa e da concentração da renda.

³⁶ Constitui uma denominação atribuída aos indivíduos que saíram do alto sertão da Bahia e da região Nordeste, de uma forma geral, com destino ao Centro-Sul do país no intuito de obter trabalho (Estrela, O . Cit)

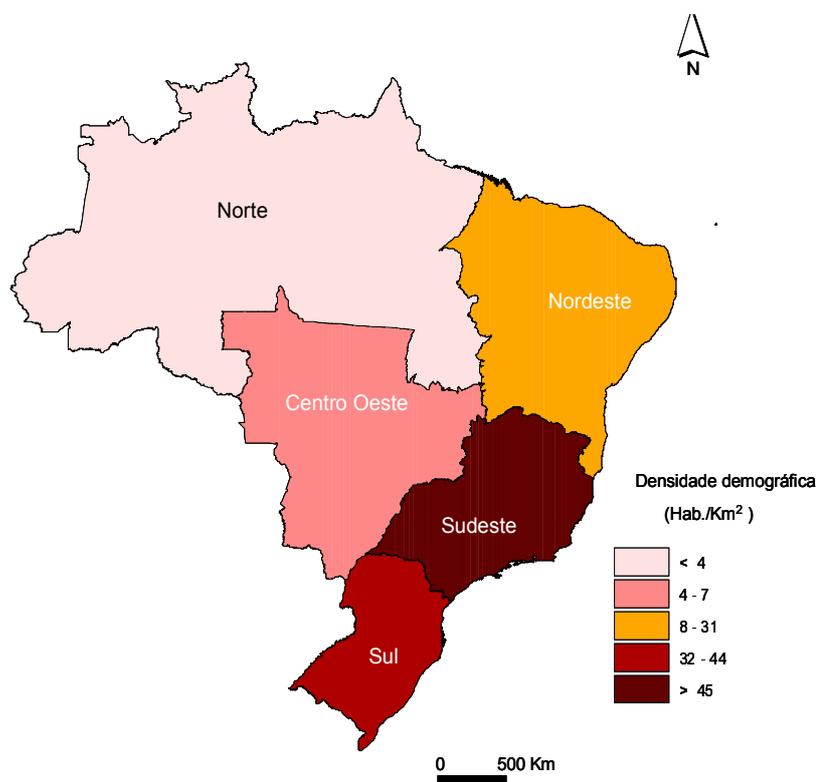


Figura 18 – Distribuição da densidade demográfica brasileira.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE, 2000.

Segundo Waiselfisz (2007:22), no período de 1994 a 2006, o número total de homicídios, no Brasil, aumentou de 32.603 para 48.374, com um incremento de 48,4%, superior ao crescimento da população que foi de 16,5%. O autor ressalta ainda que, no nível internacional, entre os 84 países do mundo, o Brasil com uma taxa de homicídio de 27 para cada 100.000 habitantes, ocupa a 4^a posição no ranking, abaixo da Colômbia e com taxas semelhantes às da Rússia e da Venezuela.

As menores densidades estão na Região Norte, com taxa inferior a 4 habitantes por quilômetros quadrados. Continuando a análise da distribuição da população total do Brasil, a tabela 3 mostra que 43% encontram-se na região Sudeste; 28 % na região Nordeste; 14,4% na região Sul; 7,5 % na região Norte e 7 % na região Centro-Oeste.

Região	Total	Km ²	Densidade Demográfica (hab./Km ²)	Brasileiros Natos	Naturalizados Brasileiros	Estrangeiros
Norte	12 911 170	3 853 327	3,35	12 888 323	7 987	14 860
Nordeste	47 782 487	1 554 257	30,74	47 756 893	6 451	19 143
Sudeste	74 430 193	924 511	80,51	71 928 374	109 528	392 291
Sul	25 110 348	576 409	43,56	25 009 129	36 902	64 317
C. Oeste	11 638 658	1 606 371	7,24	11 606 306	12 845	14 457
Total	171 872 856	8 514 876	20,18	169 189 025	173 713	505 068

Tabela 3 - Brasil: população residente por nacionalidade.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000, (adaptação da autora).

Ao analisar a distribuição da população por sexo e idade, notou-se que a maior parcela da população está concentrada na faixa etária de 20 a 39 anos, com 32,5%. Em segundo lugar, tem destaque a faixa etária de 40 a 59 anos, com 20,8%, (figura 19).

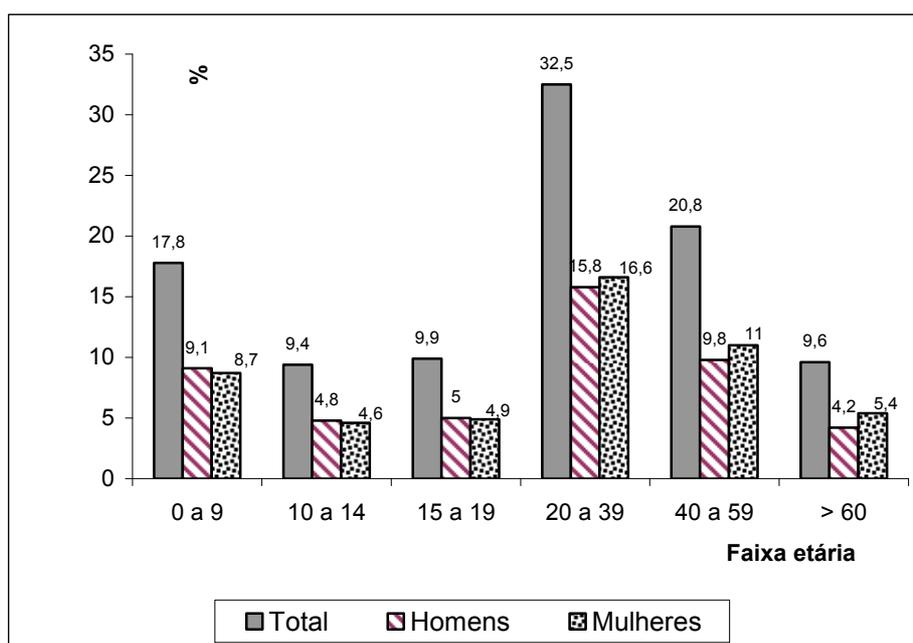


Figura 19 – Distribuição da população brasileira por sexo e idade.

Fonte: IBGE/DIEESE/PNAD, 2003.

Ao buscar correlacionar com a migração, procurou-se verificar a população estrangeira no país. Ao analisá-la, percebeu-se que as Regiões Sudeste e Sul destacam-se com a presença de maior número de estrangeiros e de brasileiros naturalizados, (figura 20).

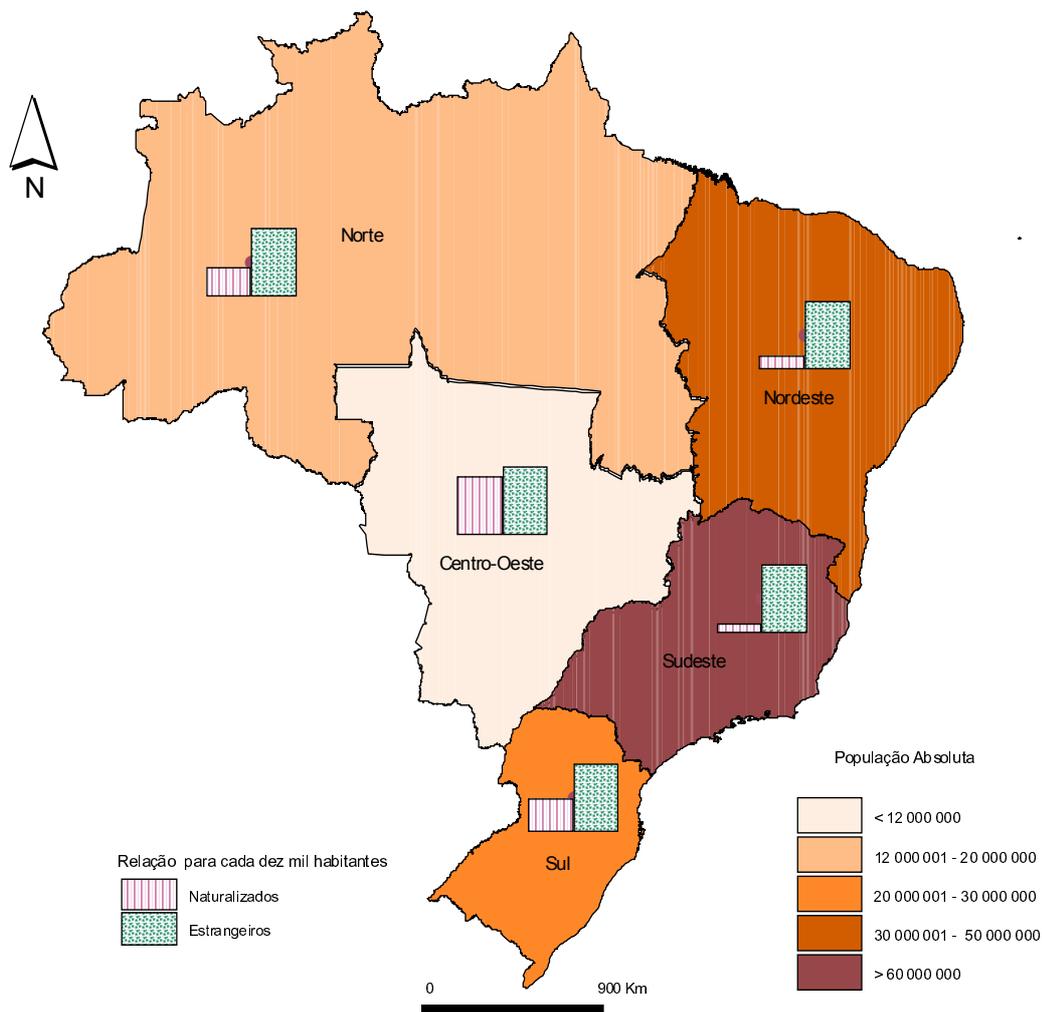


Figura 20 – A presença de estrangeiros e naturalizados brasileiros.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE, 2000.

Vale salientar que, em épocas anteriores, as regiões Sudeste e Sul atraíram uma grande quantidade de migrantes internacionais, sobretudo de portugueses, italianos, espanhóis e japoneses. Nessas regiões, encontram-se o maior eixo de crescimento econômico do país. Além de abrigar uma quantidade expressiva de imigrante, destaca-se que a maioria de brasileiros inquiridos na Região Centro de Portugal tem origem geográfica na região Sudeste e Sul, nomeadamente oriunda dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

No plano externo, a inclusão do país na economia industrial globalizada veio acompanhada de incentivos fiscais e financeiros para a implantação de empreendimentos financeiros. Este processo contribuiu para a atração do capital estrangeiro aplicado no espaço urbano e, posteriormente, no espaço rural. No tocante à questão das migrações, a aplicação do capital financeiro nas áreas agrícolas contribuiu para ampliar os novos fluxos migratórios com destino aos estados da Região Norte e do Centro-Oeste do país.

É nessa perspectiva que se configura, no final da década de 1980, o primeiro fluxo migratório para Portugal, com a finalidade de desenvolver atividades relacionadas ao Marketing, Publicidade, Designer, Odontologia, dentre outras. Esta primeira corrente caracteriza-se pela presença, em maior quantidade, de brasileiros com escolaridade alta, o que contribuiu para ampliar as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho primário, mais qualificado e de melhor ascensão social. Razão pela qual, nessa década, terem surgido acontecimentos importantes que influenciaram na transformação de Portugal: a mudança de regime salazarista para a democracia, a independência das ex-colônias e os elevados índices de analfabetismo.

As transformações decorrentes do processo de globalização têm gerado uma dualidade na paisagem: por um lado, proporcionam a livre circulação de capitais, bens e tecnologia, e, por outro lado, impõem barreiras à circulação de pessoas, ou seja, limitam o direito à livre circulação além das fronteiras territoriais. Mesmo diante das barreiras impostas à livre circulação, brasileiros e brasileiras arriscam um futuro longe de casa, integrando-se a um movimento contínuo de vaivém no âmbito das fronteiras territoriais. O aprofundamento da crise, sobretudo a partir dos anos de 1990, agravada com as altas taxas de inflação e desemprego, impulsionou muitos brasileiros a se engajarem numa migração internacional, com o sonho de conseguir um emprego que assegure a subsistência da família.

A partir de 1990

Diante da perspectiva de entendimento da relação existente dos processos que culminaram com o grande período em que o Brasil se constituía num país de chegada para povos de diferentes nacionalidades, nomeadamente a europeia, considerou-se relevante discorrer sobre o lugar e o mundo, ou seja, os

desdobramentos dos processos imigratórios no Brasil e, posteriormente, sobre a diáspora brasileira e como esta se integra ao mercado de trabalho português.

O pós 1990 é caracterizado pela integração do Brasil nas migrações internacionais, com destino aos países do centro e da semiperiferia do capitalismo. O fluxo imigratório neste país (em menor quantidade), ainda não cessou, mas o destaque é para a emigração brasileira em direção ao país colonizador e não colonizador. O desejo de conquistar a realização profissional e pessoal faz brasileiros e brasileiras engajarem-se num movimento internacional de trabalhadores com as seguintes direções: América do Norte, Central e Caraíbas; Europa; América do Sul e Ásia, África e Oceânia.

A figura 21 mostra como está distribuída a comunidade brasileira no mundo. A América do Norte, Central e Caraíbas lidera com 42% de trabalhadores brasileiros. Em segundo lugar, tem destaque a Europa com 23%. Em terceiro lugar, sobressai a América do Sul com 21% e, por último, a região da Ásia, África e Oceânia.

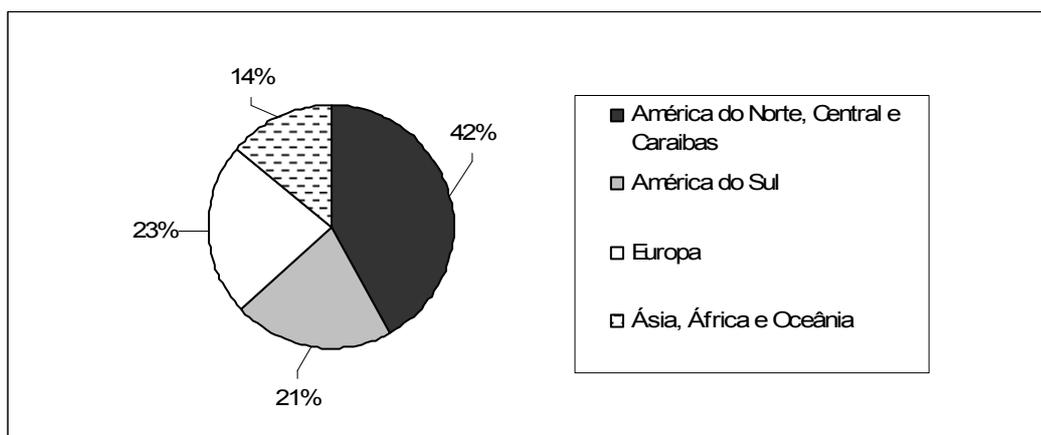


Figura 21 – Diáspora brasileira.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do MRE, 2004.

Etimologicamente, a palavra diáspora deriva do grego, *diasperien*, onde *dia*, "across" e *sperien*, significa "to sow or scatter seeds", refere-se à dispersão de pessoas que saem do seu lugar de nascimento para outros países em grandes proporções. Para Braziel *et al.* (2005:1) "diáspora can perhaps be seen as a naming of the orther which has historically referred to displaced communities of people who have been dislocated from their native homeland through the

movements of migration, immigration, or exile”³⁷. A partir de 1980 brasileiros e brasileiras se deslocam constantemente para vários países do mundo. Esse deslocamento pode ser explicado em função de fatores subjetivos, econômicos, sociais e culturais, conforme retratado nas teorias migratórias, no capítulo II.

Dos 2.199.639 brasileiros residentes no exterior (MRE, 2004), a parcela numericamente mais significativa da população encontra-se na América do Norte, Central e Caraíbas. Nos Estados Unidos, as cidades de Nova York, Bóston, Miami, Houston, São Francisco e Chicago são destacadas como itinerário principal para os brasileiros até o final da década de 1990.

A Europa constitui o segundo lugar de acolhimento da população brasileira, com destaque para a Itália, Inglaterra, Portugal, Espanha, Suíça, França, Alemanha, Holanda e Bélgica. Na América do Sul, sobressai o Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai com a presença da comunidade brasileira. Por fim, destacam-se países como Japão, Angola, Moçambique, África do Sul e Senegal, dentre outros, conforme figura 22.

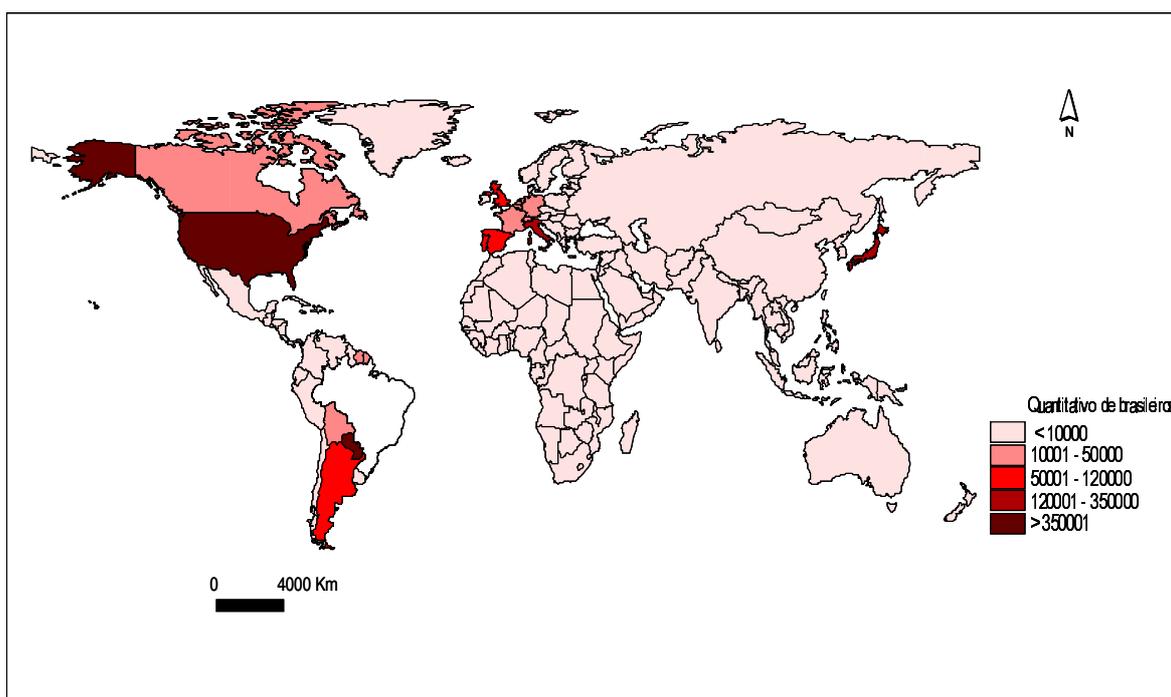


Figura 22 – Países de acolhimento de brasileiros.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do MRE, 2004.

³⁷ Para a autora a terminologia diáspora pode ser usado para definir outras formas de referências históricas, assim como para definir o deslocamento de comunidades de pessoas de sua nação de origem, mediante os movimentos migratórios, imigração ou exílio.

Ao analisar o terceiro sistema migratório, especificadamente a comunidade brasileira na Região Centro de Portugal, faz-se necessário compreender que tal situação deve-se às mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho, à organização dos sistemas produtivos e sobretudo às desigualdades de desenvolvimento entre as nações. Esta lógica tem fragmentado as economias nacionais, ampliado o desemprego e a marginalização social.

A crise estabelecida no Brasil, sobretudo na década de 1990, tem estimulado brasileiros e brasileiras a percorrerem longas distâncias a fim de conquistar as condições objectivas de sobrevivência. No período de 1992 a 2002, o desemprego passou de 6,7% para 9,3% do total da população economicamente ativa, o que significa um aumento relativo próximo a 40% (POCHMANN, 2005:40). Continuando a análise, o autor identificou que do ponto de vista absoluto, o desemprego aumentou em todas as classes. O total de desempregados pertencentes às famílias de baixa renda elevou-se de 2,7 milhões em 1992 para 4,8 milhões, 10 anos depois. Em relação à classe média alta (apresenta maior escolaridade), o desemprego afetava 232 mil pessoas em 1992 e passou para 435 mil em 2002. Nesse período, foi significativo o crescimento do desemprego, atingindo todas as classes sociais no Brasil, sobretudo a classe de renda baixa que, historicamente, vem sendo excluída do acesso à educação, à moradia, à renda, enfim do acesso à informação.

Ao desenvolver os conceitos de migração e globalização, trouxeram-se os elementos de suporte teórico para analisar a questão investigada, sobretudo com maior atenção às teorias dos Sistemas Migratórios, da Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT) e à teoria do Mercado do Trabalho Dualista. Em decorrência do processo de globalização e no âmbito das teorias das migrações internacionais, o deslocamento do capital para os países de origem dos imigrantes não tem conseguido deter a emigração, notadamente a brasileira. Isso leva a se compreender que o impacto deste processo está na base de entendimento dos movimentos internacionais de trabalhadores com destino à Região Centro de Portugal. Ao mesmo tempo que o Brasil é produtor de tecnologias de ponta, aeronaves, vacinas entre outras inovações, integra-se ao mercado mundial exportando trabalhadores para o mercado secundário. Entende-se que a realidade estudada se enquadra, principalmente, nas teorias mencionadas, o que pode ser explicado numa contextualização geográfica, já discutida no capítulo II.

O ingresso de Portugal na União Européia dinamizou o mercado de trabalho, atraindo assim os trabalhadores imigrantes. A construção do Parque das Nações, viadutos, edifícios, hotéis, ponte Vasco da Gama, ponte Europa, estádios de futebol, auto-estrada, estradas nacionais, restaurantes, aeroporto e outros, construídos sobretudo com a participação de trabalhadores imigrantes, contribuíram para uma modificação muito rápida na paisagem portuguesa. Aliou-se a essas modificações a melhoria das condições de vida da população portuguesa que passou a ter mais apoio do Estado. Nessa perspectiva, foram abertos vários postos de trabalho para o imigrante brasileiro, entre outros, na Região Centro de Portugal.

De uma forma geral, a migração pode ser considerada um corretivo da pobreza e da marginalização tanto do indivíduo como do grupo. No caso específico da pesquisa que se desenvolveu na Região Centro de Portugal, os inquiridos e entrevistados referenciam que a dinamização dos problemas sociais e a crise econômica, no Brasil, têm motivado a saída da população em grande quantidade, em tão pouco tempo. No final da década de 1990, a emigração brasileira aumenta para vários itinerários geográficos. Para melhor explicar os caminhos percorridos por esta comunidade, integra-se a realidade estudada segundo a categoria de sistema central e subsistema semiperiférico.

1.2 – Caminhos percorridos por brasileiros

No caso brasileiro, a abertura ao capital estrangeiro e o aprofundamento das regras do capitalismo internacional, acentuado a partir de 1980, atuando no campo e na cidade, não foram acompanhadas de uma política de melhoria das condições de vida e de habitabilidade, sobretudo para a maioria da população brasileira que residia no campo. Ampliaram-se as desigualdades regionais, resultado dos baixos salários, do desemprego, do aviltamento da classe trabalhadora e da ineficiência das políticas públicas de saúde, educação e trabalho tanto no campo como na cidade.

A partir de 1980, o mapa das migrações internacionais de trabalhadores brasileiros é modificado com o ingresso de novos países. Nesta década, a diáspora brasileira é incentivada em direção a países que estão no centro,

sobretudo, na semiperiferia e na periferia do capitalismo mundial, configurando-se em dois itinerários principais:

Sul —→ Norte
Sul —→ Sul

A explicação para esses itinerários deve-se à imagem que se tem (atualmente em menor proporção) no Brasil, antes do processo emigratório, de que se submetendo a uma migração internacional de trabalhadores em direção aos países que estão no centro do capitalismo mundial, o brasileiro terá maiores possibilidades de ficar “rico” em pouco espaço de tempo. A partir de 2002, com as constantes reportagens na televisão e nos jornais, retratando a situação de humilhação e o tráfico humano, envolvendo sobretudo mulheres brasileiras, esta imagem vem sendo reconstruída, com certa cautela e esclarecimento, por parte de algumas organizações nacionais e internacionais, a exemplo da Pastoral das Migrações, Organização das Nações Unidas, Organização Mundial das Migrações, entre outras.

A figura 23 ilustra as principais trajetórias geográficas de brasileiros em direção aos países do sistema central e aos países do subsistema semiperiférico.

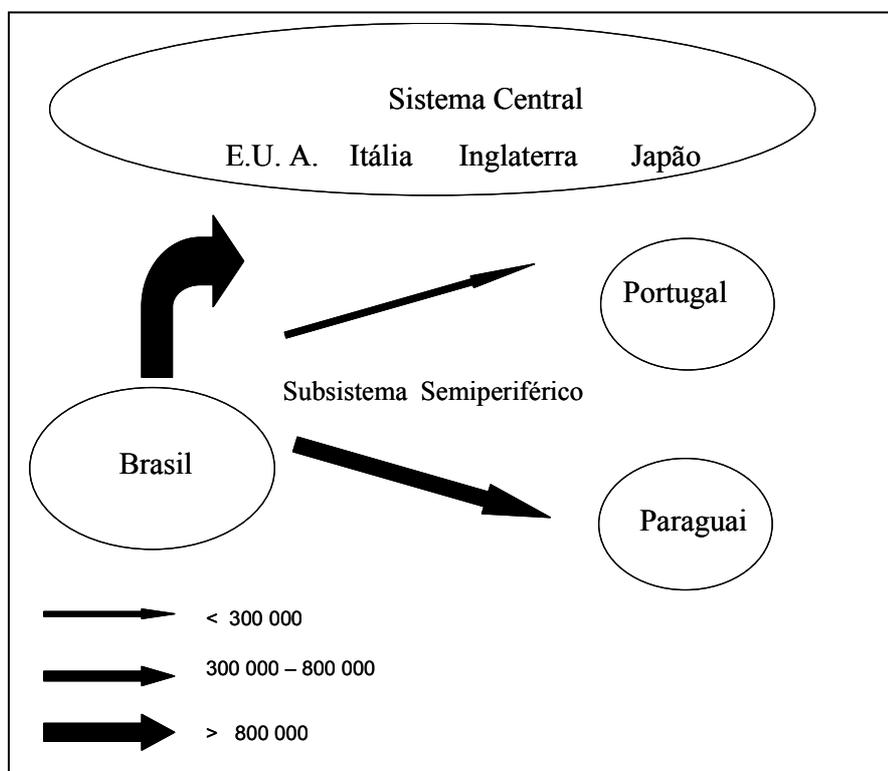


Figura 23 – Principais destinos de trabalhadores brasileiros.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados MRE, 2004.

A espessura das setas mostra a intensidade dos fluxos migratórios. Observa-se que a maior parcela da emigração brasileira está direcionada para os países que fazem parte do sistema central, representado pela movimento Sul - Norte. Numa visão de conjunto, a migração Sul – Sul apresenta uma intensidade menor, porém em função das dificuldades para entrar nos países do centro, muitos brasileiros têm emigrado para países semiperiféricos, a exemplo de Portugal, no Sul da Europa e para o Paraguai, no Sul da América do Sul, em função do agronegócio.

Transformando numericamente estas informações, segundo o Ministério das Relações Exteriores, no final do século XX, uma população de cerca de 3 milhões de brasileiros vivia fora do país (MRE, 2004). Foi computado, no quadro 8, a evolução da população, por continente, em dois períodos: 1996 e 2004. No ano de 1996, o fluxo migratório mais intenso, com 46,40 % viviam na América do Norte e Central, sistema central do capitalismo internacional, sendo que desses 39,4% residiam nos Estados Unidos.

Regiões	Anos	
	1996 (%)	2004 (%)
América do Norte, Central e Caraíbas	46,40	40,44
Europa	9,45	22,34
América do Sul	29,54	19,60
Ásia, África e Oceânia	14,31	12,98

Quadro 8 – Brasileiros residentes no exterior, por regiões.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do MRE, 1996 e 2004.

Em segundo lugar, destacou-se a América do Sul, com 29,54%, posteriormente a Ásia, África e Oceânia, com 14,31% e, em quarto lugar, a Europa. Passados oito anos, ocorreu uma mudança bastante significativa. Diminuiu o fluxo de brasileiros em direção à trajetória tradicional, os EUA, assim como duplicou o fluxo de brasileiros com destino a Europa, ocupando segunda posição com relação ao itinerário dos brasileiros. Desses, Portugal constitui o terceiro lugar mais procurado pelos brasileiros, em 2004.

No caso específico da rota migratória europeia, em função da proximidade da língua latina e das barreiras impostas pelos Estados Unidos, novos itinerários foram surgindo. Inglaterra, Itália, Portugal e a Espanha ganham destaque na atração de trabalhadores brasileiros, sobretudo para o desenvolvimento de atividades na restauração, lazer, cozinha, entre outras. Com exceção da Inglaterra, a escolha desses novos fluxos não se restringe apenas pela proximidade linguística, como o único motivo da escolha desses países para morar e residir, mas também em função das relações históricas e de parentesco com Portugal, Itália e Espanha. A pesquisa de campo mostra que a escolha de Portugal pode constituir para os imigrantes brasileiros uma possibilidade de acesso à Inglaterra, à França, à Alemanha, entre outros.

No trajeto da investigação, perguntou-se aos trabalhadores brasileiros sobre a permanência ou não no país. A figura 24 mostra o que pensam sobre esta questão.

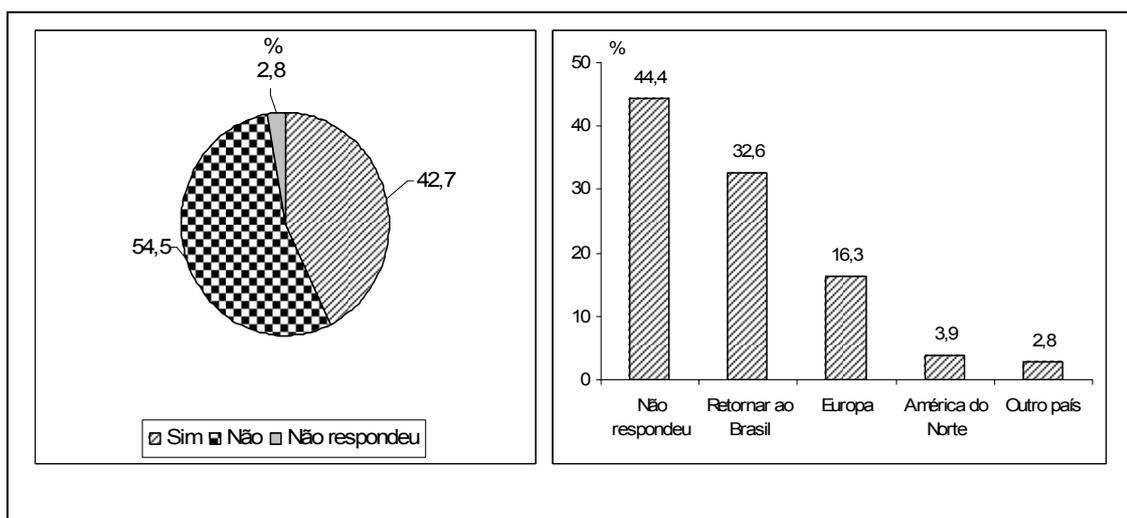


Figura 24 – Pretensão em ficar e futuros destinos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Com relação à pretensão em ficar em Portugal 42,7 % afirmaram que pretendem ficar e 54,5 % disseram que não. Dos que não pretendem permanecer em Portugal, a maioria não explicou o motivo, demonstrando muitas incertezas. Para 32,6 % dos inquiridos, o desejo de retornar ao Brasil e montar o próprio negócio constitui o objetivo. Outros 16,3 % desejam seguir para um país da Europa; Inglaterra, Holanda, Noruega e Suíça constituem itinerários desejados, porém a dificuldade continua a ser a língua e o visto de trabalho. Percebeu-se que mesmo necessitando continuar no processo migratório, o noticiário na televisão, expressando negativamente sobre a permanência dos imigrantes, as manifestações xenófobas com as quais os imigrantes são vítimas, (sobretudo em relação às mulheres brasileiras), as remunerações baixas e a dificuldade para adquirir o visto de trabalho estão contribuindo para a procura de novos itinerários geográficos.

No processo de participação nas migrações internacionais, o conhecimento da língua do país de acolhimento é muito importante, pois facilita o diálogo entre empregador e empregado, assim como este pode falar sobre as qualidades/aptidões que se dispõe a oferecer. Mesmo entendendo que não constitui sinônimo de sucesso ou de mobilidade profissional ascendente, certamente que o domínio do idioma do país de imigração amplia as possibilidades de conhecimento das leis de imigração e do mundo do trabalho.

Ao perguntar sobre o conhecimento de outro idioma, responderam conforme figura 25. Dos brasileiros inquiridos na Região Centro, 42,1% deles têm um certo domínio da língua inglesa, com uma fluência de médio a baixo para falar, escrever e entender. Mesmo não tendo relações históricas e coloniais com os países de língua inglesa, no entanto, existe uma proximidade “cultural”. As escolas públicas introduziram no currículo o ensino da língua inglesa. A “invasão” da música e de filmes de origem norte-americana, sobretudo em épocas anteriores, criou um imaginário em relação aos Estados Unidos. Isso pode constituir-se em uma contribuição para o entendimento do fluxo de brasileiros em direção a aqueles países. Atualmente, as controvérsias relacionadas às políticas migratórias norte-americanas têm dificultado a concessão do “*greencard*”³⁸, conseqüentemente,

³⁸ O *greencard* é um visto permanente de imigração. Diferentemente dos outros tipos de vistos ele não restringe ou limita as ações de quem o tem. Todos os outros tipos de visto são temporários e atrelados à sua

tem ampliado o número de brasileiros que tenta atravessar o deserto do Arizona, por exemplo, utilizando o suporte das redes de migração, pagando somas altas em dinheiro.

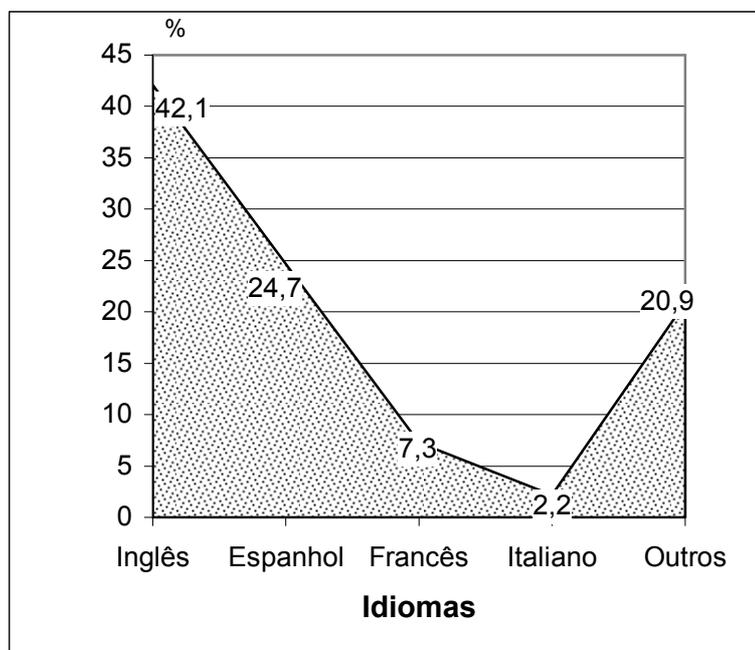


Figura 25 – Conhecimento de outros idiomas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Em segundo lugar, sobressai a língua espanhola com 24,7%, seguidamente da língua francesa e italiana. Detectou-se também que muitos descendentes de portugueses, italianos e espanhóis não conheciam o país dos avós. No âmbito geral, cerca de 23 % dos entrevistados afirmaram que a intenção era chegar aos Estados Unidos da América, mas em função das barreiras impostas nas fronteiras, sobretudo após o atentado de 11 de setembro³⁹ de 2001, para conter a entrada

especificidade enquanto o greencard é permanente e sem vínculos. Por exemplo, o visto de estudante não lhe permite trabalhar, excepto internamente em algumas universidades; o visto de trabalho só permite que se viva nos EUA enquanto se trabalhar para a empresa que patrocinou o visto. Já o greencard dá a quem o tem praticamente todos os direitos de um cidadão americano. Você pode entrar e sair do país quando bem entender, trabalhar onde melhor lhe convier e estudar por preços bem menores. A única restrição é não ficar mais de um ano ou sucessivos períodos muito longos fora dos Estados Unidos (por exemplo, todos anos 6 meses nos EUA e 6 no Brasil) pois, como é um visto de imigração permanente, pressupõe-se que a pessoa que o possui deseja efectivamente fixar residência nos Estados Unidos. <http://www.greencard.com.br/servico/loteria/green.htm>, em 20 de Fevereiro de 2006.

³⁹ Atentado terrorista se configurou no choque de aviões contra as duas torres do Trade Center em Manhattan, Nova Iorque, e o quartel general do departamento de defesa dos Estados Unidos, o Pentágono, em Arlington County, Virginia, próximo à capital dos Estados Unidos, Washington D.C.

de imigrantes, resolveram vir para Portugal. Essa afirmação fortalece a análise anterior na qual se evidencia a redução do fluxo de brasileiros nos anos de 1996 e 2004 (MRE, 2006).

Vários são os fatores que estão influenciando os novos rumos da comunidade brasileira. O quadro 9 revela os lugares mais procurados.

Regiões	Total	Percentual
Mundo	2.199.639	100
América do Norte, Central e Caraíbas	889 613	42
Canadá	20 600	0,94
Estados Unidos	867 451	39,44
Nova York	350.032	15,91
Bóston	225.066	10,23
Miami	150.018	6,82
Houston	100.300	4,56
São Francisco	30.010	1,36
Chicago	12.019	0,55
Washington	6	0,0003
Guiana Francesa	20 125	0,91
Suriname	20 216	0,92
América do Sul	431 270	21
Paraguai	357 475	16,25
Argentina	50 496	2,29
Bolívia	14 720	0,67
Uruguai	8 579	0,39
Europa	491 373	23
Itália	129 696	5,90
Inglaterra	100 016	4,55
Portugal	78 697	3,58
Espanha	58 375	2,65
Suiça	45.791	2,08
França	20 079	0,91
Alemanha	16 593	0,75
Holanda	15 026	0,68
Bélgica	10 700	0,49
Ásia, África e Oceânia	285 433	14
Japão	275 554	12,53
Austrália	3 972	0,18
África	5 907	0,27

Quadro 9 – Lugares mais procurados por brasileiros no exterior.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no M.R.E., Fevereiro de 2006.

O quadro 9 evidencia, com maior detalhamento, os caminhos percorridos pelos trabalhadores brasileiros com destino aos países centrais, semiperiférico e periférico. A partir de 1980, o fluxo de brasileiros para o exterior tornou-se bastante intenso. Em 2004, o Ministério das Relações Exteriores no Brasil elaborou um relatório em que consta a estimativa de brasileiros no exterior. Mesmo ciente de que os números estão subestimados, calcula-se que cerca de 3 milhões de brasileiros estão a viver no exterior e mais 1,5 milhões têm residência fora do país. Ao contabilizar o número de brasileiros que emigrou, cerca de 77 % residem nos países que estão no centro e na semiperiferia da economia mundo (MRE, 2004).

O aumento da concentração da riqueza, em nível mundial, em consonância com o aumento da pobreza, tem levado à reflexão da necessidade de uma inclusão cada vez maior dos países do Sul na participação da riqueza mundial. No Brasil, a década de 1980, cognominada de “década perdida” (SALES, 1999) retrata as fragilidades e as fissuras dos fracassos nos planos de desenvolvimento, levando por um lado o aparecimento de atitudes de desesperança e desespero social com relação à política monetária e fiscal, e por outro lado despertou muita esperança e desejo de mudanças. O cenário ora apresentado foi importante para correlacionar com o que motivou a saída de brasileiros (as) para variadas regiões do mundo.

A figura 26 mostra os principais itinerários e a posição ocupada pelos brasileiros.

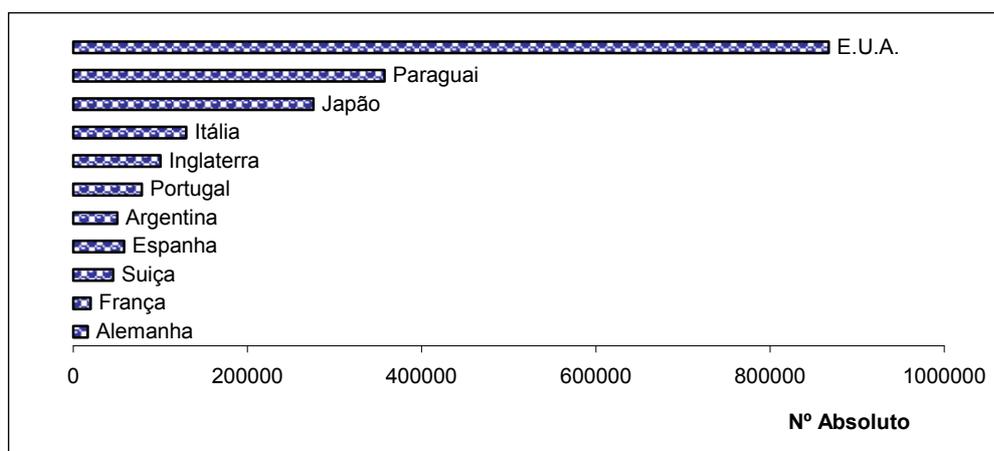


Figura 26 – Posição e itinerários de brasileiros no mundo

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do M.R.E., 2006.

Até os anos de 2004, os Estados Unidos da América ocupavam o primeiro lugar de destino da comunidade brasileira. A pesquisa de Sales (Op. cit.) evidencia a forma de adaptação desta comunidade na Região da Grande Bóston, inicialmente com dificuldades de integração por conta do estereótipo negativo relacionado à malandragem e à prostituição. Posteriormente, integrantes desta comunidade conseguem desconstruir essa imagem negativa que o norte-americano possuía, e constroem uma imagem positiva de povo trabalhador e honesto. Assim, a população acolhedora passa a ter um olhar diferenciado e mais respeitoso em relação à comunidade brasileira. A afetividade e a dedicação demonstradas na realização dos serviços e nas relações interpessoais são qualidades ressaltadas na pesquisa de Sales, diferenciais importantes da comunidade brasileira nos Estados Unidos que, de certa forma, têm criado uma imagem positiva de povo trabalhador, honesto e alegre.

Isso é muito interessante, pois o imaginário de alegre, festeiro, malandro, sensual e comunicativo está presente também em Portugal e outros países da Europa, conforme retratam alguns autores, Machado (2003) e Téchio (2006). Sales (Op. cit.) enfatiza também as principais justificativas que os levaram a migrar para os EUA, na passagem da década de 1980 a 1990. Estas relacionam-se com a decepção dos diversos planos econômicos, sobretudo o Plano Collor, que sequestrou os investimentos em poupança e outras aplicações financeiras, tendo como consequência a falência de pequenas empresas. A alta inflação e a falta de oportunidades também foram ressaltadas como estimuladores da emigração brasileira.

Ao analisar os resultados da pesquisa desenvolvida por Sales e as que foi desenvolvida na Região Centro de Portugal, percebeu-se que existe muita coisa em comum. A insegurança, no tocante aos planejamentos, e a ausência de oportunidades foram identificadas pelos brasileiros na área da investigação. A crise social brasileira atingiu o ponto alto com o aviltamento da classe trabalhadora, o confisco da poupança, a alta taxa de inflação e dos preços das mercadorias. Diante da frustração e da dificuldade em manter com dignidade as condições de subsistência da família, em função do alto índice de desemprego e da baixa perspectiva em atingir a qualidade de vida desejada, brasileiros e brasileiras foram motivados a se engajar numa verdadeira diáspora pelo mundo.

Atualmente, em função do aumento do número de imigrante, os Estados Unidos implementaram políticas migratórias restritivas à entrada de estrangeiros. Diante da dificuldade em conseguir o Greencard, documentos para a cidadania americana, muitos brasileiros têm se direccionado para outras rotas migratórias, inclusive para os países do Sul da Europa, configurando-se numa migração Sul-Sul.

Ao continuar a análise da figura 26, o Paraguai ocupa a segunda posição, a proximidade fronteiriça contribui para que muitos brasileiros tenham empreendimentos relacionados ao agronegócios naquele país. Isto porque em função do baixo desenvolvimento agrário, o governo do Paraguai estimulou os brasileiros a comprar terras para a plantação de produtos agrícolas e a criação de animais, Sales (2005). O Japão ocupa o terceiro lugar de destino de brasileiros. Os dados do ano de 2004 apontam para 275.554 brasileiros(as) morando nesse país, o que corresponde a 12,53 % dos emigrantes brasileiros (MRE, 2004). Ao confrontar com os dados fornecidos pelo Ministério da Justiça do Japão (2004) observa-se que este número é menor, equivalente a 224.299 brasileiros. Essa diferença poderá estar relacionada ao número de brasileiros que migraram sem a documentação regularizada, (quadro 10).

Países	Total	
	N. Absoluto	%
Coréia do Sul e do Norte	636 548	41
China	294 201	19
Brasil	224 299	14
Filipinas	115 685	7
EUA	42 802	3
Peru	42 773	3
Outros Países	199 805	13
Total	1 556 133	100,00

Quadro 10 - Principais comunidades estrangeiras no Japão.

Fonte: Ministério de Justiça do Japão⁴⁰, 2004.

⁴⁰ <http://www.comciencia.br/reportagens/migrações/migr19.htm> [26/03/2004]

Ainda com relação à análise, dos 1,55 milhão de imigrantes que moram no Japão, os brasileiros legalizados correspondem a 14 %. A comunidade brasileira é a terceira maior comunidade estrangeira do Japão, conforme quadro 10. Esta pode ser utilizada como um exemplo de uma inversão de corrente migratória que corresponde em grande parte aos descendentes, os dekasseguis, ou cônjuges de japoneses que emigraram para o Brasil, na primeira metade do século XX.

O movimento migratório de trabalhadores brasileiros em direção ao Japão pode ser explicado em função da recuperação da economia japonesa no pós Segunda Guerra Mundial. O país, no final do século XX, alcançava um pleno desenvolvimento tecnológico e informacional. Salienta-se que grande parte do fluxo migratório brasileiro em direção ao Japão resulta de um acordo entre os dois países e empresas japonesas no sentido de atrair os descendentes de japoneses e paralelamente evitar a imigração ilegal de povos dos países asiáticos (SALES, 2005: 124). Com a melhoria das condições de vida da população japonesa, os imigrantes brasileiros, nesse país, passaram a ocupar as actividades relacionadas ao sector secundário da economia, rejeitadas pela população autóctone.

No continente europeu, a Itália ocupa a primeira posição, seguida da Inglaterra, Portugal, Espanha e outros, como lugar de destino. A emigração brasileira para os países do Sul aparentemente é um processo pontual, mas nem por isso pode ser desprezada. Isso porque tanto faz migrar para os países do Sul como os do Norte, os objetivos são os mesmos: conseguir um emprego que possibilite a superação da pobreza.

A investigação aponta que a forma de inserção da população migrante brasileira inquirida na Região Centro de Portugal adequa-se à Teoria Dualista do Mercado de Trabalho Segmentado, criada por Michael Piore (Op.cit). O fluxo migratório que marcou o final do século XX, no Brasil, foi influenciado por fatores como a crise econômica, a alta taxa de inflação e a crescente dívida externa. Como o interesse da pesquisa está relacionado à forma como os brasileiros se incluem na realidade portuguesa, no próximo tópico desenvolver-se-á esta questão.

1.3 – Trabalhadores brasileiros na semiperiféria do capitalismo internacional: o caso de Portugal

Portugal ocupa o terceiro lugar de destino de brasileiros na Europa, o que corresponde a 3,58 % dos emigrantes brasileiros (MRE, 2004). Segundo os dados do Serviços de Estrangeiros em Portugal (2003), a população brasileira residente é de 26.551 habitantes, com uma distribuição segundo o sexo, equilibrada numericamente, conforme figura 27.

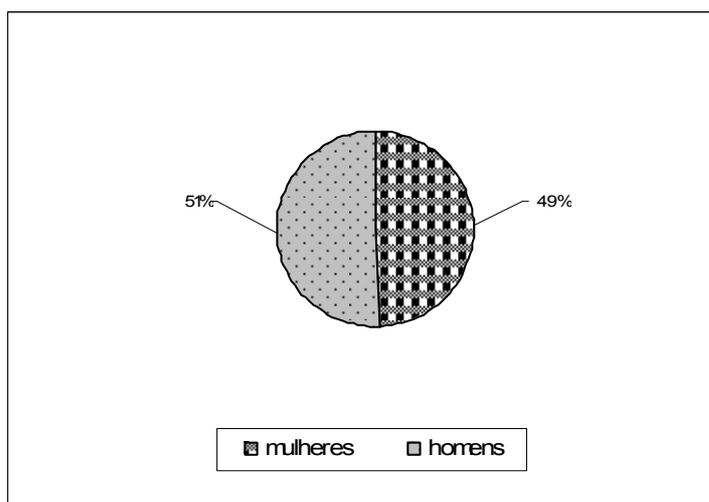


Figura 27 – Distribuição dos imigrantes brasileiros segundo o sexo.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SEF, 2003.

Vale deixar claro que tais dados estão subestimados e não foram acrescentados o quantitativo dos cidadãos e cidadãs oriundos do Brasil que entraram com o pedido de regularização junto ao SEF em 2003. O Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a Contratação Recíproca de Nacionais assinado em Lisboa, em 11 de Julho de 2003, denominado de “Acordo Lula”⁴¹, permitiu aos brasileiros e brasileiras que estavam indocumentados em Portugal, entrar com a documentação necessária para a regularização no país. Assim, cerca de 30 000 brasileiros entraram com o pedido de legalização e aguardam a definição do processo. Através desse recadastramento foi possível perceber o quantitativo de brasileiros indocumentados em Portugal, conforme figura 28.

⁴¹ Esse assunto foi aprofundado no capítulo VII.

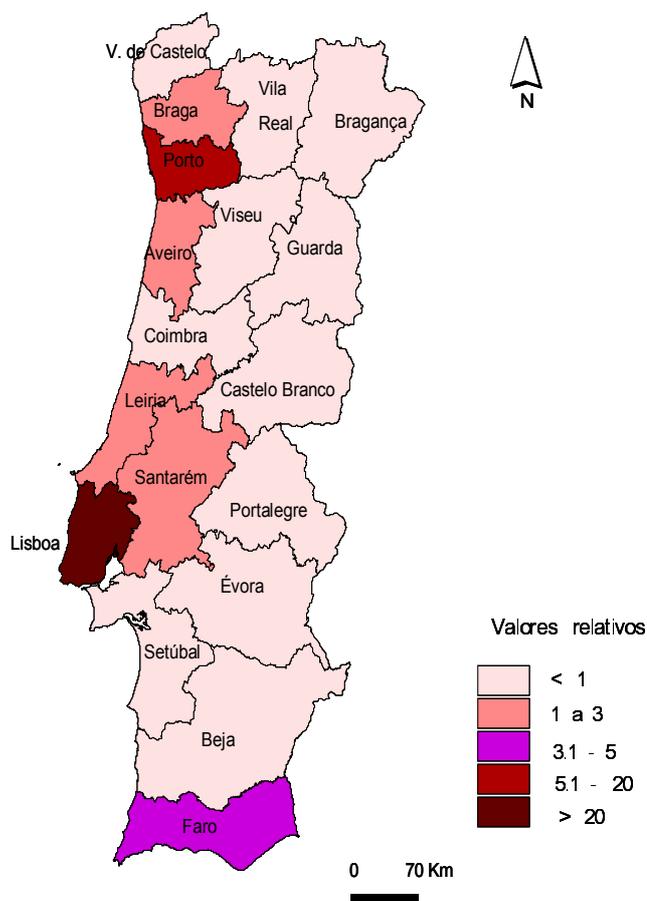


Figura 28 - Brasileiros indocumentados por distrito.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do ACIME, 2003.

A análise da figura 28 evidencia a distribuição geográfica de brasileiros indocumentados, em território português, que entraram com o pedido de visto de trabalho, beneficiados do “Acordo Lula”. Segundo as informações do ACIME (2003), 75% deles foram cadastrados nos consulados do Brasil e 25% foram cadastrados na Casa do Brasil e em Centros de Atendimento ao Imigrante (CAI). De acordo com as informações constantes nas fichas de cadastramento, os trabalhadores brasileiros estão presentes em todas as regiões do país.

Atualmente, a comunidade brasileira destaca-se como uma das principais, entre as estrangeiras, com cerca de 64 481 brasileiros residentes em Portugal. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o quantitativo desta

comunidade está na faixa de 78 697 brasileiros vivendo neste país. Como se viu, este número está subestimado, existe uma dificuldade de computar o quantitativo de imigrantes brasileiros, em decorrência sobretudo da lentidão em adquirir o visto de trabalho para Portugal.

Diante dessa situação, muitos optam por correr riscos e atravessam o Oceano Atlântico sem a documentação necessária. O Ministério da Administração Interna do governo português ao reconhecer os empecilhos postos na saída do Brasil, para aquisição do visto de trabalho, está propondo uma nova lei de imigração, que está em processo de discussão e aprovação.

Dando continuidade ao estudo, procurou-se cartografar onde os brasileiros documentados estão residindo. No país de acolhimento, a distribuição dos brasileiros documentados apresenta uma variação que segue, de forma ascendente, do interior para a região litorânea. A figura 29 evidencia que os maiores adensamentos estão localizados na Região Metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo e na Região Metropolitana do Porto.

Os distritos de Faro, Setúbal, Coimbra, Aveiro e Braga apresentam uma concentração da população brasileira média alta, em torno de 3 000. Évora, Santarém, Castelo Branco, Guarda, Vila Real e Viana do Castelo destacam-se com uma concentração média. Os distritos de Beja, Portalegre e Bragança apresentam menor concentração de pessoas oriundas do Brasil. É interessante por em destaque que a população brasileira encontra-se centralizada nos distritos litorâneos, seja pela maior oferta de empregos nos Concelhos litorais, seja pela relação que esta população tem com o mar.

Ao comparar a figura 28, que evidencia o lugar de residência dos brasileiros indocumentados, com a figura 29, lugar de residência dos brasileiros documentados, nota-se que eles estão localizados nas mesmas áreas geográficas, o que induz a ratificar a influência da rede familiar e de amizade no processo de acolhimento dos imigrantes brasileiros.

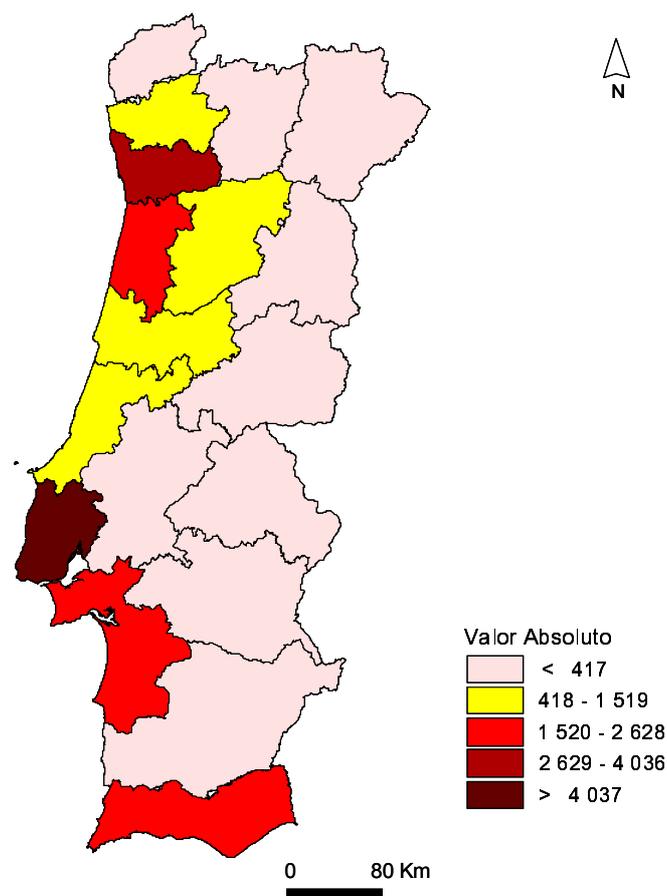


Figura 29 – Brasileiros documentados por distrito.

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do SEF, 2005.

Com o intento de melhor compreender essa dinâmica, elaborou-se a tabela 4 que mostra a relação entre a população portuguesa e a população brasileira por região geográfica. A taxa imigratória da comunidade brasileira em Portugal tem aumentado, significativamente, ao longo dos anos. Conforme já se afirmou anteriormente, o conhecimento efetivo do quantitativo das migrações internacionais de brasileiros é muito difícil devido ao seu carácter móvel, a dimensão do território e a dificuldade de computar tanto na saída quanto na chegada, no caso de Portugal. Na saída do Brasil, existe uma dificuldade em distinguir quem está migrando para trabalhar de quem está saindo para passear: o turista. Isso porque em função das dificuldades para a aquisição de visto de trabalho, já evidenciadas anteriormente, uma grande parte sai do país como

turista. Dai a dificuldade para quantificar, no Brasil, o número preciso de trabalhadores que emigram para Portugal. Como a viagem é direccionada para o trabalho, o imigrante só se fixa em algum lugar quando encontra um trabalho que lhe assegure um emprego com uma certa estabilidade.

A partir dos dados censitários do Serviço de Estrangeiros e do Instituto Nacional de Estatística em Portugal, aplicaram-se os métodos demográficos para a análise transversal, com a intenção de identificar a taxa imigratória. Para isso, utilizou-se o método demográfico de análise transversa ao estudo das migrações utilizado por Thumerelle (O . Cit.), aplicando a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de imigração} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Imigrantes} \times K}{\text{População de referência}}$$

Região	População Portuguesa	Imigrantes brasileiros	Taxa imigratória (2003)
	Total (2001)	N. Absoluto	Nº. img/10 000 pp.
Portugal	10 148 259	26 561	26
Norte	3 595 007	5 746	16
Centro	1 749 177	5 235	30
Lisboa e V. do Tejo	3 365 588	13 099	39
Alentejo	526 533	371	7
Algarve	420 166	1 526	36
Açores	240 565	178	7
Madeira	251 223	396	16

Tabela 4 – Proporção da população brasileira em relação à população portuguesa.
Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do SEF, 2003 e do INE, 2001.

A tabela 4 permite observar que a Região Metropolitana de Lisboa e do Vale do Tejo apresenta a maior taxa imigratória com cerca de 39 brasileiros para cada 10.000 portugueses; em segundo lugar, ocupa a Região do Algarve com 36/10.000 e, em terceiro, a Região Centro com 30. A taxa imigratória mais baixa refere-se à Região do Alentejo e à Região dos Açores com índice de 7 brasileiros(as) para cada 10.000 portugueses. Os brasileiros estão presentes em todas as regiões do país. O que significa reafirmar que Portugal, na actualidade, tornou-se também um país na rota da imigração brasileira. Isso leva a reflectir se a experiência do passado de longa história de emigração, inclusive para o Brasil,

tem ajudado o país a desenvolver uma política migratória mais solidária e respeitosa ao direito do trabalhador imigrante.

O Estado português, a partir de 2000, em função do rápido crescimento da população imigrante, tem tido mais atenção em relação a esta comunidade. Mesmo assim, as políticas de integração ainda são incipientes, com um peso muito forte do colonialismo. É interessante entender como Portugal, considerado um país historicamente de emigração, transformar-se-á, também, em um país de imigração. Será que a longa experiência migratória estará ajudando na formulação de políticas de integração da comunidade imigrante? Nesse sentido, faz-se importante a compreensão da dinâmica do território português para entender como o país está estruturado para ser ao mesmo tempo de imigração e de emigração.

2 - Portugal: país de imigração e emigração

A Geografia de Portugal possibilitou o desenvolvimento de sua vocação empreendedora atlântica. Do século XVI ao XIX, as relações comerciais entre Brasil e Portugal foram intensas, responsáveis não somente pelo comércio ultramarino de produtos tropicais como também pelo fluxo de pessoas.

A elaboração dos planos de desenvolvimento territorial e o recebimento dos fundos comunitários europeus favoreceram a ampliação dos processos de industrialização e a dinamização do setor terciário da economia. Estas modificações concorreram para a melhoria das condições de vida, a ampliação da expectativa de vida, o aumento do índice de envelhecimento e a redução do índice de fecundidade. Portugal reafirma-se como um subsistema semiperiférico, no contexto europeu, destacando-se como um país de emigração e imigração. Continua a ser um país emissor de mão-de-obra para os países centrais e semiperiféricos, como também receptor de imigrantes, sobretudo das ex-colônias portuguesas e da Europa do Leste.

Os quatros anos de convivência com trabalhadores brasileiros, na Região Centro de Portugal, conduz a considerar-se o esforço que o Estado português tem feito para buscar os caminhos de integração, porém esse esforço ainda é muito incipiente haja visto aos obstáculos para adquirir o visto de trabalho e o de estudo.

Sabe-se que as migrações resultam dos processos da globalização que, ao provocarem uma aceleração nas transformações territoriais, estimulam a criação de paisagens assimétricas entre o Norte e o Sul, conforme salientam os autores:

.....os movimentos migratórios parecem desempenhar um papel de corrector dessas assimetrias: as zonas emissoras (menos desenvolvidas), em franco crescimento demográfico, menos envelhecidas e com níveis de mortalidade e de fecundidade mais elevados; do outro lado, as zonas receptoras (mais desenvolvidas), em processo de estacionariedade ou de decréscimo populacional....., (ROSA *et al.*, 2003:22).

A comunidade imigrante brasileira tem contribuído para a dinamização econômica e social. A geografia portuguesa evidencia alguns elementos que estão na base desta dinâmica territorial. Os avanços decorrentes do pós 25 de Abril de 1974 e a entrada de Portugal na Comunidade Europeia em 1986, substituída em 1993, com o tratado de Maastricht⁴², pela União Europeia, concorreram para modificar, substancialmente, o padrão da demografia e a socioeconomia portuguesa. Os estudiosos apontam, desde a década de 1970, para uma mudança substancial no perfil da população com a redução acentuada da taxa de fecundidade e o envelhecimento da população, Cravidão (1992) e Rosa *et al.* (2004). Pensar as políticas migratórias deve se levar em conta a dinâmica da população e o papel da imigração no desenvolvimento dos lugares.

2.1 - Portugal e as mudanças demográficas

O entendimento da demografia portuguesa perpassa pela compreensão da demografia nas áreas de maior e menor desenvolvimento. No final do século XX, a população mundial ultrapassou os 6 mil milhões de indivíduos. De acordo com as projeções das Nações Unidas, o mundo poderá em 2050 contar com cerca de 9 mil milhões. O quadro 11 mostra a evolução da população mundial em três períodos distintos.

⁴² O tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia, assinado em 1991, na cidade de Maastricht, Holanda, cujo objetivo é fortalecer o comércio na zona euro, a quebra das fronteiras aduaneiras e implantação de política monetária e económica comum aos estados-membros.

	Milhões		
	1950	2000	2050 (a)
Mundo	2 519	6 071	8 919
Regiões + desenvolvidas	813	1 194	1 220
Regiões – desenvolvidas	1 706	4 877	7 699
África	221	796	1 803
Ásia	1 398	3 680	5 222
América Latina e Caraíbas	167	520	768
Europa	547	728	632
América do Norte	172	316	448
Oceânia	13	31	46

Quadro 11 – Distribuição da população mundial.

Fonte: ONU/Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, 2003.

(a) – Estimativa da população.

Com base nesse quadro, a partir de 1950 a população mundial cresceu num ritmo muito acelerado passando de 2 mil milhões para 6 mil milhões em 2000. As estimativas apontam que, em 2050, a população mundial atingirá 9 mil milhões de indivíduos. Ao comparar as regiões mais e menos desenvolvidas percebe-se o aumento da população, no período de 1950 a 2050, sobretudo nos países de menor desenvolvimento. Ao analisar a evolução da população, por continente, nos três períodos, notou-se que na África, na Ásia e na América Latina e Caraíbas houve aumento de quase o triplo no ano de 2000. Por outro lado, constatou-se também uma redução bastante acentuada na evolução da população do continente europeu, com uma perspectiva decrescente de indivíduos para o ano de 2050. No contexto da demografia mundial, a população do continente africano tenderá a aumentar. A redução dos níveis de mortalidade, de fecundidade e o aumento da esperança de vida ao nascer, nas regiões mais desenvolvidas, estão na base de entendimento do decréscimo da população mundial.

A evolução da estrutura demográfica recente, em Portugal, ajuda a perceber algumas das razões do ritmo de imigrante brasileiro e outros, sobretudo da Europa de Leste. Nesse sentido, faz-se importante entender sobre a evolução da população portuguesa uma vez que esta constitui a base de compreensão das mudanças demográficas e da condição de ser um país de emigração e imigração.

As mudanças demográficas são notadas em todas as regiões de Portugal. O quadro 12 evidencia alguns dados importantes para a análise da dinâmica populacional.

	T. de crescimento efetivo %	T. de crescimento natural %	T. de natalidade ‰	T. de mortalidade ‰	T. de nupcialidade ‰	T. de divórcio ‰	T. de fecundidade geral ‰	Índice sintético de fecundidade Nº	T. fec. na adolescência %	Nados vivos fora do casamento %
Portugal	0,52	0,07	10,4	9,7	4,7	2,2	41,7	1,4	19,6	29,1
Continente	0,52	0,06	10,3	9,7	4,6	2,2	41,4	1,4	18,8	29,4
Norte	0,42	0,19	10,2	8,3	5,2	1,9	38,9	1,3	16,9	19,5
Centro	0,42	- 0,19	9,2	11,1	4,6	2,0	38,5	1,3	15,6	24,2
Lisboa	0,74	0,24	11,5	9,1	4,3	2,7	46,5	1,5	23,0	41,4
Alentejo	0,02	- 0,38	9,2	13,0	3,8	1,8	41,1	1,4	22,2	34,7
Algarve	1,49	0,02	11,7	11,5	3,9	2,4	49,3	1,7	26,8	45,8
R.A. Açores	0,49	0,23	12,5	10,2	6,2	2,6	47,7	1,6	33,9	20,4
R. Madeira	0,52	0,16	12,2	10,7	6,0	2,5	44,3	1,5	27,7	25,2

Quadro 12 - Elementos da dinâmica populacional.

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2001 a 2004.

A taxa de crescimento efetivo da população em Portugal é de 0,52%, ou seja, inferior a 1%. No contexto das regiões geográficas, o Algarve constitui uma exceção, com um índice de 1,49 %. O Alentejo é a região que apresenta um crescimento baixíssimo. Em relação ao crescimento natural da população, o quadro 12 mostra que é baixíssimo, em média de 0,07 %. No país como um todo, as Regiões Centro e Alentejo têm crescimento negativo, sobressaindo com - 0,19 e - 0,38 %, respectivamente, (figura 30). A análise da figura abaixo evidencia que, no geral, o crescimento natural da população é muito baixo, menor que 1%, em todas as regiões e, em algumas, o crescimento foi negativo. As regiões Alentejo e Centro, mais envelhecidas, tiveram crescimento negativo, uma vez que o índice de natalidade foi muito baixo. Observou-se que o crescimento efetivo da população só foi possível em função das migrações internacionais,

nomeadamente a contribuição dos imigrantes nas Regiões Centro, Alentejo e Algarve.

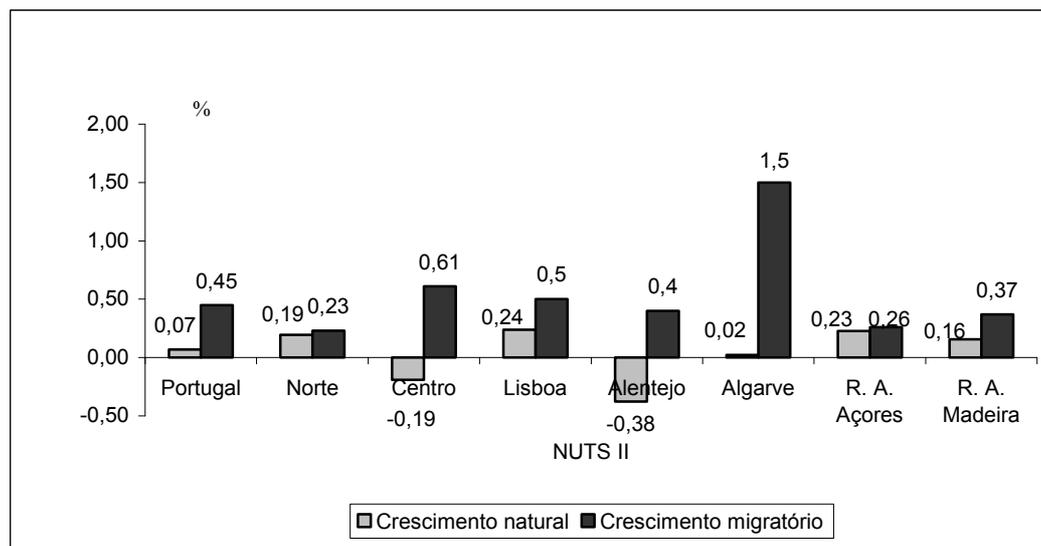


Figura 30 - Crescimento efetivo da população, por NUTS II.

Fonte: INE, 2003 e 2004.

O índice sintético da população também é muito reduzido, está abaixo do necessário para a substituição da população que é de 2,1 filhos por mulher. Diante deste crescimento, despertou-se a atenção para o percentual de nados-vivos fora do casamento. O índice é relativamente alto, sobretudo na Região de Lisboa e do Algarve, com 41,4 % e 45,8%, respectivamente. As regiões que apresentam um maior número de imigrantes têm percentuais altos de filhos nascidos fora do casamento. Segundo Rosa *et al.* (2004:73), em 2001 verificou-se o aumento de nados-vivos em que pelo menos um dos progenitores tem a nacionalidade estrangeira, em especial a angolana e cabo-verdiana.

Por não ser o foco desta investigação, não se aprofundará a relação maternidade e nacionalidade. Não se sabe até que ponto existe alguma ligação nados-vivos fora do casamento e a população imigrante brasileira, mas far-se-á um relato com base nos depoimentos dos inquiridos, conforme descrição. Uma entrevistada com a inicial do nome “P”, brasileira de 23 anos, 12º ano completo, residente em Leiria, que engravidou de um senhor português, relatou uma de suas experiências em Portugal: engravidou e o namorado não quis assumir a união matrimonial. Quando o bebê nasceu, o pai da criança juntamente com a

família (dele) tentaram tirá-la alegando que P, mãe da criança, não teria condições de criá-la. Afirmou ter lutado com muita força para conseguir ficar com a guarda do filho. Para isso, contou com o apoio da família, no Brasil, e do consulado brasileiro.

Atualmente, a criança está sendo criada pelos avós maternos cuja mãe retornou para trabalhar em Portugal no intuito de sustentar o filho. Ao tentar buscar elementos para essa questão, as maiores taxas da imigração brasileira estão concentradas na Região de Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Centro, conforme tabela 4. Este caso não constitui uma justificativa para o entendimento do número de filhos fora do casamento, mas poderá ser utilizado como elemento a estudar em pesquisas futuras.

Algumas brasileiras idealizam que em Portugal irão conseguir um trabalho bom, conhecer pessoas e quem sabe até se casar com um português, o que seria um grande passo para conseguir a cidadania. A realidade é bastante diferente, o trabalho para o imigrante é bastante pesado e mal remunerado. Criou-se um estereótipo negativo da mulher brasileira. Algumas relações interétnicas entre os dois povos não têm tido um desfecho muito feliz. Existem casos de brasileiras que engravidaram e não conseguiram a união matrimonial de fato, e quando isto acontece para sempre um clima de tensão no relacionamento. O Consulado Brasileiro, no Porto, informou que as queixas mais frequentes, encaminhadas a este órgão, referem-se à violência doméstica, guarda dos filhos e maus-tratos nos presídios⁴³.

A redução da natalidade, a queda da mortalidade e a entrada da mulher no campo de trabalho, decorrentes dos avanços da ciência e da técnica e das lutas emancipatórias, contribuíram para redução do crescimento natural da população portuguesa. A queda do regime salazarista e a entrada de Portugal na União Europeia favoreceram a abertura do país ao capital estrangeiro, a ampliação da expectativa de vida ao nascer e a emancipação da mulher, com a dedicação aos trabalhos fora do espaço doméstico. Assim, diante do envelhecimento e da diminuição da população jovem de origem portuguesa, aumentam as preocupações com a segurança social, com a produtividade e com o crescimento

⁴³ Entrevista concedida pela Cônsul do Brasil em 14/9/2005.

da população. Estas necessidades estimulam a abertura do país para as perspectivas de contratação de trabalhadores imigrantes, sobretudo na área da restauração.

Mesmo compreendendo que a imigração não constitui uma solução para o problema da inércia da demografia portuguesa, no entanto, salienta-se que constitui uma variável importante a ser considerada nas políticas públicas. Dessa forma, Portugal inclui-se na rota da imigração internacional de trabalhadores brasileiros. Isso porque após a década de 1990, alguns postos de trabalho, que não têm despertado o interesse da população autóctone, vêm sendo ocupados pela população imigrante.

As atuais projeções da população portuguesa apontam para uma redução bastante relevante até os anos de 2050. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2000 o Índice de Envelhecimento (IE) da população portuguesa foi de 102 por cada 100 jovens (INE, 2004), figura 31.

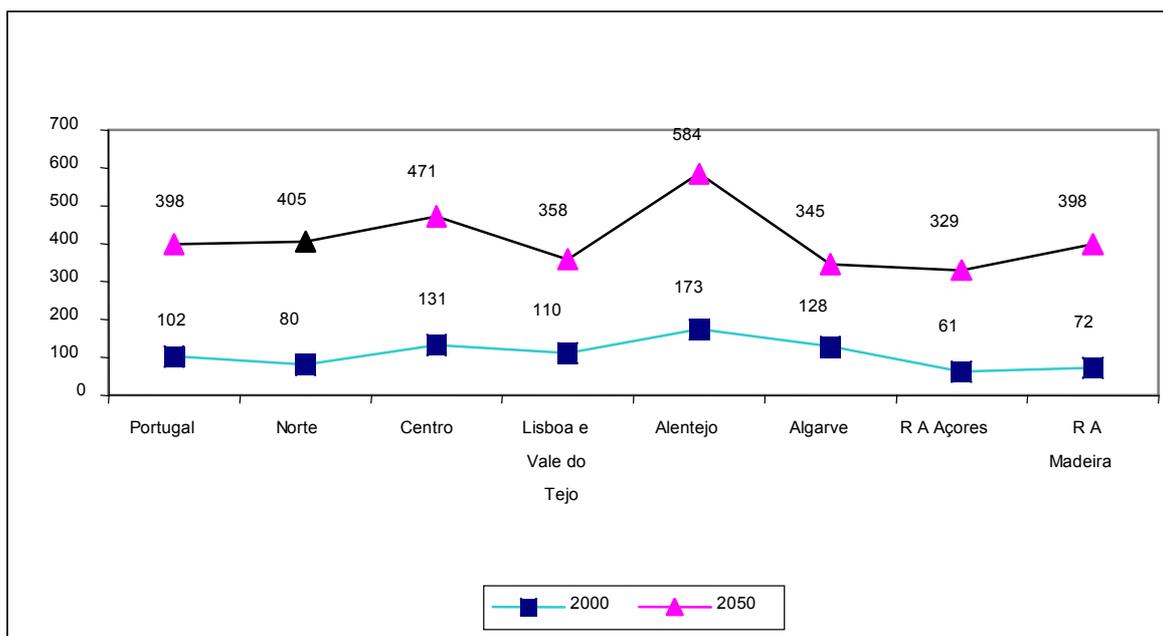


Figura 31 – Índice de envelhecimento da população portuguesa por NUTS II.

Fonte: INE, 2000.

As Regiões do Alentejo e do Centro apresentam uma população bastante envelhecida, com índice de 173 e 131 de idosos por cada 100 jovens. A estimativa para 2050 é aumentar o envelhecimento da população. O censo de 2001 (INE) evidencia que o índice de envelhecimento aumentou de 45 para 103

idosos por cada 100 jovens, para o qual contribuiu a população feminina, cujo índice era, em 2001, de 122 idosas por cada 100 mulheres jovens. As projeções da população até 2050 apontam para uma diminuição significativa da população portuguesa. De acordo com este estudo, a população será de 7,5 milhões, no cenário mais pessimista, os 10,0 milhões no cenário otimista e os 9,3 milhões de pessoas no cenário mais provável, (INE, 2004). Isso devido à redução da taxa de fecundidade e do envelhecimento da população decorrentes dos avanços da ciência e da técnica, assim como das aspirações pessoais. Quanto ao sexo masculino, regista-se um índice menor, de 84 idosos por cada 100 jovens, um dado que de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) "reflete a maior longevidade feminina".

Conforme ressalta Moreira (2003:265), "nestes territórios, femininos e envelhecidos, de que é exemplo a Região Centro, governantes e candidatos à governância, não podem menosprezar a sua importância, o que deve passar não só por uma adequação dos discursos, mas por uma atuação em termos de práticas políticas, pelo que é fundamental que as estratégias de desenvolvimento as contemplem". Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento regional devem ter mais atenção aos processos de emancipação da mulher. Considera-se que esta continua desempenhando um papel relevante na família, entretanto em função das lutas pela emancipação, a população feminina deseja participar mais activamente das dinâmicas territoriais e assumir postos de trabalhos antes dominados pelos homens. Pensar a ampliação da natalidade portuguesa deve-se levar em conta, também, as políticas públicas de apoio às famílias e de reagrupamento familiar.

Nesta linha de raciocínio, Fernandes (2001), ao analisar a demografia portuguesa, salienta alguns pontos para a reflexão:

1. A transição demográfica do século XX equilibrou o índice de mortalidade, entretanto a natalidade continuou decrescente. Nos países do Sul da Europa, o índice sintético de substituição tem estado abaixo do necessário para que ocorra o crescimento da população. A Itália ocupa o primeiro lugar, seguida da Espanha, de Portugal e da Grécia. A principal argumentação recai principalmente na ausência de políticas de apoio às famílias.

2. O segundo ponto que a autora relata refere-se ao decréscimo acentuado da população feminina, comprometendo as gerações futuras.

3. Por fim, a autora salienta a questão da imigração em Portugal como forma de manter o equilíbrio demográfico.

Os três pontos levantados pela autora elucidam a reflexão da importância das políticas públicas no desenvolvimento regional. Ao analisar a evolução da população portuguesa, por faixa etária, verifica-se que de 1990 a 2004 o total de nascimento do sexo feminino é decrescente. Além do índice sintético da população está abaixo do mínimo necessário para a substituição da população, (que é de 2,1 por mulher), o número de crianças do sexo feminino tem diminuído significativamente. Em 1990, no grupo etário de 0 a 14 anos existiam 51,14% do sexo masculino e 48,86% para o sexo feminino. Após 14 anos, houve um pequeno aumento da população masculina e uma redução da feminina, (tabela 5).

Portugal/Ano	Total	Masculino		Feminino	
		N. Absoluto	%	N. Absoluto	%
1990	1 993 079	1 019 199	51,14	973 880	48,86
1991	1 928 457	986 507	51,16	941 950	48,84
1992	1 875 558	959 581	51,16	915 977	48,84
1993	1 836 005	939 259	51,16	896 746	48,84
1994	1 795 798	919 171	51,19	876 627	48,81
1995	1 756 829	899 952	51,23	856 877	48,77
1996	1 725 384	884 543	51,27	840 841	48,73
1997	1 696 681	869 743	51,27	826 938	48,73
1998	1 673 072	857 227	51,24	815 845	48,76
1999	1 654 678	847 178	51,20	807 500	48,80
2000	1 640 675	839 176	51,15	801 499	48,85
2001	1 640 160	839 589	51,19	800 571	48,81
2002	1 645 753	842 950	51,22	802 803	48,78
2003	1 648 996	845 208	51,26	803 788	48,74
2004	1 647 437	844 647	51,27	802 790	48,73

Tabela 5 – Evolução da população segundo o sexo, na faixa etária de 0 a 14 anos.

Fonte: INE, 2004.

A análise, com base nesta tabela, é reforçada por autores que afirmam a necessidade de uma maior atenção do Estado quanto à demografia portuguesa e às políticas de reagrupamento familiar: Cravidão (Op. cit.); Fernandes (2001) e Moreira (Op. cit.). Fernandes ainda salienta que as políticas sociais de apoio à maternidade são muito tímidas. As políticas do Estado Português têm-se

orientado para apoios aos jovens casais como, por exemplo, na aquisição de imóveis, ou aluguer de habitação. São também atribuídos apoios financeiros de modo a proporcionar equidade no acesso às escolas maternas. O que não tem sido previsto é o planeamento da criação e implementação de creches e escolas que facultem maior acessibilidade às jovens mães trabalhadoras.

Parecem ser aqui as condições de acessibilidade a esse tipo de instituição de apoio à maternidade no qual reside um dos fatores de dificuldade para as famílias. Em alguns países da Europa, a exemplo de Luxemburgo, Inglaterra, França, Alemanha e Áustria já existem políticas públicas mais definidas quanto ao apoio às famílias. A França, a Alemanha e a Áustria, por exemplo, em função da baixa fecundidade, têm implementado políticas de apoio às famílias.

Nesse sentido, Portugal e, em particular, a Região Centro não constituem uma exceção, sobretudo em função do aumento do índice de envelhecimento e do baixo índice de substituição da população. Os elementos explícitos na análise anterior conferem as bases para a compreensão da cartografia portuguesa em mutação e da inserção de Portugal no sistema migratório internacional.

2.2 – Portugal e o sistema migratório internacional

A análise dos diferentes fluxos de pessoas, com diferentes nacionalidades para o território português, induz a busca de elementos que possam dar suporte ao entendimento do porquê e como o país se insere na Nova Divisão Internacional do Trabalho, constituindo-se como exportador e importador de trabalhadores para o mercado segmentado. Portugal, até a década de 1970, era um forte emissor de mão-de-obra, sobretudo jovem para trabalhar na agricultura e na restauração dos países do centro do capitalismo europeu, nomeadamente França, Alemanha e Suíça. A entrada do país na Comunidade Européia, em 1985, possibilitou a melhoria da qualidade de vida da população e a dinamização da paisagem geográfica, o que contribuiu para a abertura do país aos investimentos estrangeiros, conseqüentemente atraiu a mão-de-obra imigrante.

Para além das variáveis explicativas do capítulo antecessor, faz-se necessário entender as dimensões globais das migrações internacionais, assim como entender como Portugal inclui-se no contexto dos sistemas migratórios.

Para Malheiros (2005), a inserção de Portugal no contexto migratório internacional acontece através de três fases: **a primeira** caracteriza-se pela emigração portuguesa sobretudo para a Europa Ocidental; **a segunda** refere-se à imigração lusófona e **a terceira** à “nova” imigração, especialmente da Europa do Leste. Para ele, cada fase corresponde a um sistema migratório que ultrapassa o movimento em círculo de pessoas, com efeito para as práticas transnacionais, culturais, sociais e econômicas. Na sua visão, são três os sistemas migratórios em que Portugal faz parte.

1) Sistema emigratório congelado sustido por ligações transnacionais pós-emigratórias, refere-se à emigração portuguesa euro-americana, no período de 1950 a 1974. A comunidade portuguesa no estrangeiro passou a desenvolver práticas pós-migratórias de natureza transnacional que transformaram a lógica e o conteúdo da rede emigratória. Esta fase marca o fim da emigração portuguesa em direção ao Brasil e a ampliação do ciclo emigratório com destino à França, Alemanha, Suíça, EUA, entre outros.

2) Sistema consolidado da imigração lusófona, referente aos processos de descolonização caracterizado pela presença dos imigrantes caboverdianos, angolanos, santomenses, guineenses e moçambicanos, no período de 1974 a 1990. Após os anos de 1980, esta vaga migratória foi ampliada e diversificada com a chegada de brasileiros, chineses e indianos. A explicação deste sistema define a posição ocupada por Portugal e pelo Brasil no sistema migratório internacional.

3) Sistema de imigração da Europa de Leste referente à chegada de ucranianos, romenos, russos, moldávicos, dentre outros.

Para o autor, esses sistemas analisados conjuntamente evidenciam a participação de Portugal no contexto migratório internacional. Até os anos de 1970, o país apresentava elevado índice de analfabetismo, baixo desenvolvimento em tecnologias, condições de vida precárias, estava sob o regime salazarista com baixo desenvolvimento econômico e social e forte emigração em direção às ex-colônias portuguesas, ao Norte da Europa e aos Estados Unidos. A partir daí, alguns elementos ocorreram, no nível internacional, que, certamente, contribuíram para alterar a geografia das migrações em Portugal.

Primeiramente, a formação da Comunidade Européia (CE) tem origem com o Plano Schuman, de 1950, e com o Tratado de Roma, de 1957. Teve como finalidade criar um ambiente no contexto da bipolarização Leste-Oeste. Com a substituição do Tratado de Roma pelo Tratado de Maastricht, em 1992, a comunidade passou a receber o nome de União Européia. Este tratado criou a União Económica e Monetária (UEM) e estabeleceu metas de definição de política externa e de defesa comum. Portugal, até então, país mais pobre da União Europeia, foi beneficiado através das políticas de conversão das desigualdades sociais. Inicialmente, a CE era composta de seis países, posteriormente, com a entrada de mais 10 países do Leste, em Maio de 2004, passou para vinte e cinco países, (figura 32).



Figura 32 - União Européia.

Fonte: Atlas geográfico⁴⁴, 2005.

⁴⁴ http://europa.eu/abc/maps/index_pt.htm

O segundo ponto refere-se ao aumento do preço do petróleo, em 1973, que desencadeou uma crise muito profunda em todo o mundo, afetando principalmente os sistemas produtivos, fazendo com que os países de acolhimento da Europa do Norte adotassem uma política de restrição à imigração. Países como França, Alemanha e Reino Unido, receptores de grandes fluxos de portugueses/as passaram a estimular o retorno da população, assim como a efetivação de políticas de reagrupamento familiar. Muitos portugueses retornaram nesse período e passaram a investir em terra, comércio e serviços em Portugal.

O terceiro ponto refere-se ao final do regime salazarista, marcado pela revolução dos cravos em 25 de Abril de 1974. Foi um importante ato para abertura de Portugal a novos investimentos nacionais e estrangeiros e melhoria das condições de vida dos portugueses. Com o fim das guerras ultramarinas e a independência das ex-colônias portuguesas, designadamente Cabo-Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1973 - 1975) fizeram com que muitos portugueses retornassem das ex-colónias (1975-1977), o que contribuiu para o saldo migratório positivo em Portugal. O Estado adotou algumas medidas compensatórias para os retornados na área de habitação e saúde. As melhorias das condições de habitação, saneamento, saúde, a entrada da mulher no mercado de trabalho e a redução da taxa de fecundidade contribuíram para a redução da população ativa, assim como para o envelhecimento da população portuguesa.

No âmbito das migrações internacionais, a partir de 1990, o sistema central europeu é representado pelos países desenvolvidos, e os subsistemas 1 e 2, semiperiféricos, porém com uma certa diferenciação no desenvolvimento, estão representados pelos países do Sul. A figura 33 mostra a inter-relação do sistema central com os subsistemas 1 e 2. A intensidade e a capacidade de dinamizar a economia do país estão na base de entendimento do papel de cada um no sistema migratório europeu.

O subsistema 1 está, neste diagrama, representado pelos países que constitui a semiperiferia da Europa, emissores e receptores de trabalhadores. O subsistema 2, semiperiférico, é entendido como os países em vias de desenvolvimento, emissores de trabalhadores para o centro e a semiperiferia 1. A

formação do espaço Shengem⁴⁵ e a entrada dos países de leste na União Européia ampliaram a participação do subsistema 2, como emissor de mão-de-obra, inclusive para o subsistema 1.

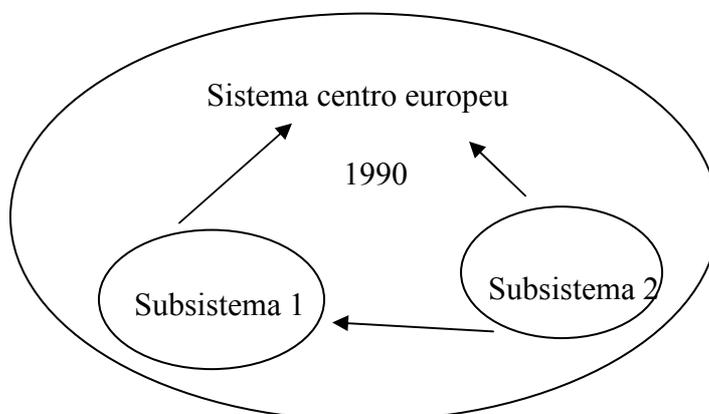


Figura 33 - Interações espaciais.

Fonte: Elaboração própria, 2006.

A Nova Divisão Internacional do Trabalho, a partir do final do século XX, alterou os sistemas produtivos. A indústria do turismo ganhou destaque no cenário internacional, proporcionou o crescimento do setor de serviços, comércio e sistema de comunicação. Portugal reúne as condições ambientais de inclusão nessas atividades abrindo novas perspectivas para o trabalhador estrangeiro qualificado e não qualificado. Essas variáveis contribuíram para a mudança na geografia das migrações internacionais ao inserir países como Portugal, Espanha e Grécia como rota de novos fluxos imigratórios: Sul-Sul, Norte-Sul e Sul-Norte .

É nesse sentido que a abordagem teórica é importante para a compreensão da realidade estudada, uma vez que evidenciam os dois lados complementares. Por um lado, Portugal enquanto receptor de imigrantes de países do Sul inclui-se nas dimensões do mundo globalizado importando trabalhadores para o mundo do trabalho português. Por outro lado, o país recebe também aposentados e empreendedores de países do Norte que buscam Portugal para viver e implantar

⁴⁵ Espaço de livre circulação de pessoas, criado em 14 de Junho de 1985, pela França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos no intuito de abolir controle das fronteiras internas para os países membros, sobretudo do leste europeu. No bojo da criação deste espaço estavam a melhoria dos serviços de polícia, alfândega, justiça, assim como no combate ao terrorismo e à criminalidade organizada.
<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l14001.htm> [7/05/2006]

negócios. Certamente ambos os fluxos destacam-se na cartografia da e(i)migração em Portugal.

2.3 - Imigração em Portugal

A tecnificação do território alterou, num curto espaço de tempo, a paisagem portuguesa. Os objetos materiais e imateriais presentes na paisagem transformam o meio geográfico, mediante o aporte da ciência e da técnica, em meio técnico-científico e informacional, (SANTOS:1994). Na atualidade, o meio científico, tecnológico e informacional impõe-se ao meio geográfico, reduz o custo das passagens e facilita as comunicações. Isso gera aportes para a compreensão da Geografia das migrações não só do Brasil, enquanto país de “expulsão”, como de Portugal, enquanto país de “acolhimento”. Como consequência, algumas regiões têm a presença maior de imigrantes brasileiros e outras são subpovoadas.

Assim, uma nova dinâmica é criada, tanto no mundo urbano quanto no rural. Para a implementação das inovações técnicas, em um espaço de tempo relativamente curto, a Região Centro, a partir de 1990, passa a receber mão-de-obra estrangeira, sobretudo para trabalhar na construção civil, indústria têxtil, vestuário, restauração, restaurantes e em algumas áreas agrícolas.

No contexto das migrações internacionais contemporâneas, Portugal inclui-se por um lado, promovendo a continuidade dos movimentos populacionais internos e externos (emigração portuguesa temporária) e, por outro lado, beneficiando-se dos processos de modernização do pós-1986⁴⁶, participa de alguns sistemas imigratórios. Conjunturalmente, a socialização dos recursos financeiros e tecnológicos não foi distribuída igualmente no território. Isso porque regionalmente grande parte dos investimentos provenientes dos fundos estruturais da União Europeia foi aplicado na Área Metropolitana de Lisboa, principalmente, e na Área Metropolitana do Porto. Isso concorreu para destacar estas regiões como propulsoras de grande oferta de emprego em várias áreas profissionais. Conseqüentemente, esses elementos contribuíram para a atração populacional, não só internamente, sobretudo das regiões menos desenvolvidas,

⁴⁶ O ano de 1986 marca a aceitação de Portugal na União Europeia.

como também externa, incluindo o país no circuito das migrações internacionais de trabalhadores.

Com o crescente fluxo de migrantes internacionais brasileiros em direção aos países centrais e semiperiférico do capitalismo internacional, e como esta investigação analisa a situação de imigrantes brasileiros em um país da Europa, tornou-se necessário o entendimento da posição de Portugal no contexto europeu, conforme quadro 13.

Países	1992	1995	1998	2001	2002
Áustria	7,9	8,5	8,6	8,8	8,8
Bélgica	9	9	8,7	8,2	8,2
Rep. Checa	0,4	1,5	2,1	2	2,3
Dinamarca	3,5	4,2	4,8	5	4,9
Finlândia	0,9	1,3	1,6	1,9	2
Alemanha	8	8,8	8,9	8,9	8,9
Irlanda	2,7	2,7	3	4	4,8
Itália	1,6	1,7	2,1	2,4	2,6
Luxemburgo	31	33,4	35,6	37,5	38,1
Holanda	5	4,7	4,2	4,3	4,3
Noruega	3,6	3,7	3,7	4,1	4,3
Portugal	1,3	1,7	1,8	3,4	4
Espanha	1	1,3	1,8	2,7	3,1
Suécia	5,7	5,2	5,6	5,3	5,3
Suiça	17,6	18,9	19	19,5	19,9
Reino Unido	3,5	3,4	3,8	4,4	4,5

Quadro 13 - Percentual de estrangeiros na população residente em países da OCDE.

Fonte: ACIME/SOPEMI, 2004.

O quadro 13 mostra a participação da população estrangeira em países do continente europeu, do ano de 1992 a 2002. Alguns países tiveram crescimento significativo, a exemplo de Luxemburgo com um percentual de 31 e 38, respectivamente em 1992 e 2002. Em relação ao conjunto dos países de OCDE, Portugal apresenta uma pequena parcela da população com a nacionalidade estrangeira. Mesmo assim, o percentual de imigrantes tem aumentado significativamente, em especial os da Europa de Leste⁴⁷ e do Brasil⁴⁸. Em 1992,

⁴⁷ Sobre a participação dos imigrantes de leste na economia portuguesa os trabalhos de Fátima Velásquez (2005) e Paula Costa (2003).

⁴⁸ Ver Casa do Brasil, 2003; Machado, 2003; Santos, 2005; Kachia, 2006; Vitorio, 2007.

apenas 1,3% de imigrantes participavam da composição da população residente, em 2002 este índice passou para 4%.

Com o propósito de analisar mais detalhadamente a evolução da população estrangeira em Portugal, a figura 34 mostra a evolução da população possuidora de autorização de permanência e de residência. No período de 2001 a 2003, o país conviveu com um crescimento positivo, ainda que pequeno em relação a outros países do Norte da Europa.

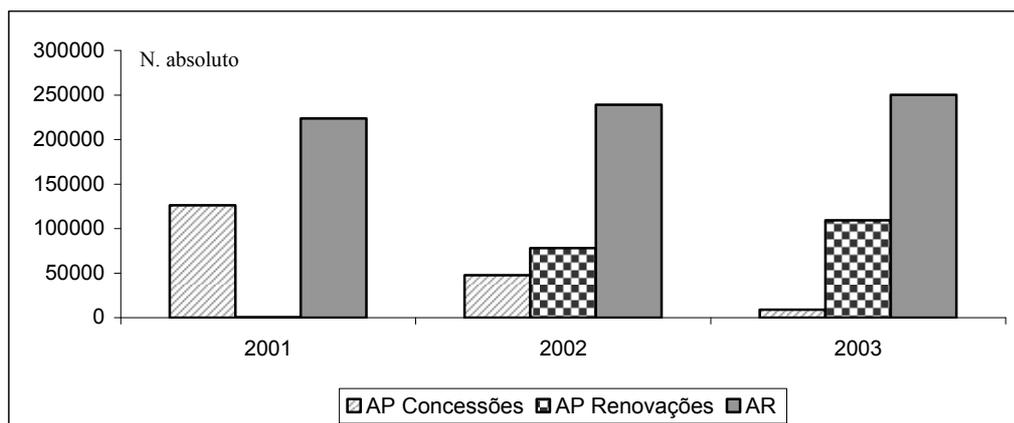


Figura 34- Autorização de Permanência (AP) e Autorização de Residência (AR), em Portugal.

Fonte: ACIME, SEF, 2004.

De 2001 a 2003, o número de cidadãos estrangeiros com autorização de permanência e de residência tem aumentado significativamente.

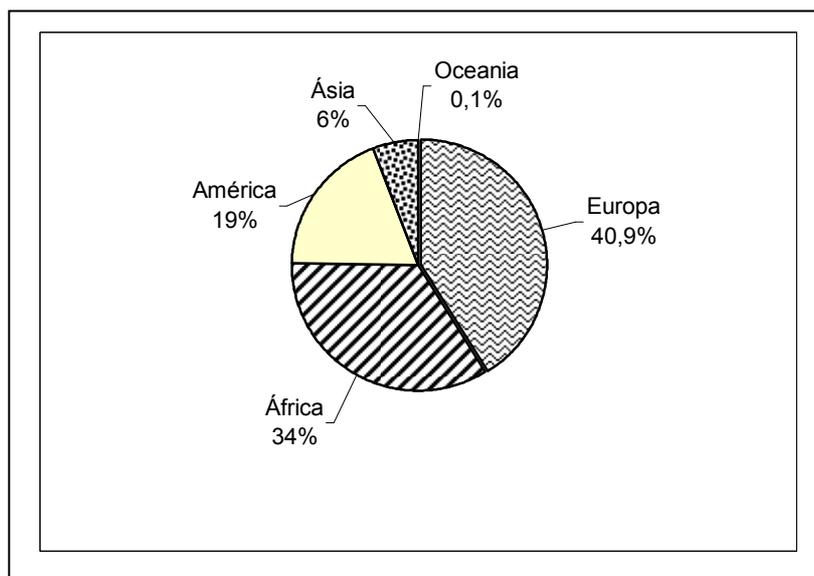


Figura 35 – Origem dos imigrantes em Portugal.

Fonte: SEF, 2004.

Em termos espaciais, ao analisar a figura 35, percebeu-se que em primeiro lugar tem destaque os imigrantes oriundos da Europa com 40,9%, em segundo lugar os da África com 34% e em terceiro os da América.

No continente europeu, os ucranianos têm destaque, uma vez que representam a maior comunidade a receber a autorização de permanência em Portugal, no período de 2001 a 2004. No continente africano, o destaque vai para os cabo-verdianos, correspondendo a maior comunidade a receber a autorização de residência. Na América, a comunidade brasileira tem destaque como principal a obter a AR⁴⁹ e AP⁵⁰, conforme quadro 14.

Nacionalidades	AP (2001-2004)	AR 2004	AP + AR
Federação Russa	7 053	1 158	8 211
República Moldava	12 647	1 042	13 689
Roménia	10 944	1 211	12 155
Ucrânia	64 730	1 497	66 227
Angola	8 562	26 702	35 264
Cabo Verde	8 574	55 590	64 164
Guiné Bissau	4 323	20 825	25 148
Moçambique	461	5 010	5471
São Tomé e Príncipe	2 555	7 928	10 483
Brasil	37 951	28 956	66 907
Canadá	30	1 863	1 893
EUA	63	7 998	8 061
China	3 913	5 605	9 518
Índia	3 389	1 699	5 088
Paquistão	2 854	1 358	4 212
OCEÂNIA	19	553	572
Total	183 833	265 361	449 194

Quadro 14 – Principais comunidades estrangeiras em Portugal.

Fonte: SEF, 2004.

Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o número de imigrantes em Portugal em 2004 era de 449.194, sendo 183.833 com Autorizações de

⁴⁹ Autorização de Residência.

⁵⁰ Autorização de Permanência.

Permanência⁵¹ e 265.361 com Autorizações de Residência. O total da população imigrante em catorze anos, de 1990 a 2004, duplicou-se. Considerando a relação entre a população portuguesa e a população imigrante, para cada 1000 pessoas, têm-se cerca de 45 pessoas de nacionalidade estrangeira.

A concessão de autorização de residência constitui um passo importante para adquirir a nacionalidade. É facultada aos cidadãos estrangeiros e seus familiares, titulares de autorização de permanência e com residência em Portugal há cinco anos, (alínea m, nº 1 do artigo 87º do DL 244/98), conforme explicação no capítulo VII. Salienta-se que a lei de imigração de 2001 que cria a figura da autorização de permanência restringe a cidadania do trabalhador imigrante em Portugal, uma vez que ao tempo em que concede o direito de acesso à saúde pública e reunião familiar impede, de uma certa forma, que o trabalhador possa usufruir da aposentadoria e da segurança social.

Quando se analisa a origem das comunidades estrangeiras em Portugal por grupos regionais, verifica-se um movimento ascendente entre as autorizações de residência e as de permanência. No tocante às autorizações de permanência, verifica-se um aumento substantivo no final da década de 1990. Com o Acordo Schengen, os imigrantes de nacionalidade europeia ocupam o primeiro lugar em número de autorização de permanência, com destaque para os ucranianos, romenos, moldávicos e os russos; em segundo lugar, são os de origem africana, com destaque para os caboverdianos, angolanos, guineenses e moçambicanos. Em terceiro, os de origem americana, com destaque para a comunidade brasileira, norte americana e canadense. Em quarto lugar destacam-se os chineses, indianos e paquistaneses.

Ao detalhar a origem dos imigrantes por países, a figura 36 evidencia as principais comunidades imigrantes detentoras de autorização de permanência e de residência que mais se destacam, em termos quantitativos, no período de 2001 a 2004. Segundo os dados do SEF (2004), a primeira posição é ocupada pela comunidade brasileira com 37.951 autorizações de permanência e 28 956 autorizações de residência, totalizando 66.907 brasileiros residindo em Portugal. Os ucranianos ocupam a segunda posição, com 64.730 indivíduos com

⁵¹ Criada pela lei de imigração, decreto-Lei nº 4/2001, de 10 de Janeiro de 2001, que regulamenta a entrada, saída, permanência e afastamento de estrangeiros do território nacional. A nova lei de imigração cria outro estatuto para os imigrantes em Portugal.

autorização de permanência e 1.497 autorizações de residência. Os cabo-verdianos ocupam a terceira posição, seguida de Angola, Guiné, entre outras, conforme figura 36. Certamente Portugal constitui-se na actualidade um lugar de acolhimento dos fluxos tradicionais oriundos das ex-colónias e fluxos novos, oriundos de países do Leste europeu. Estes fluxos têm contribuído para dinamizar as componentes demográficas.

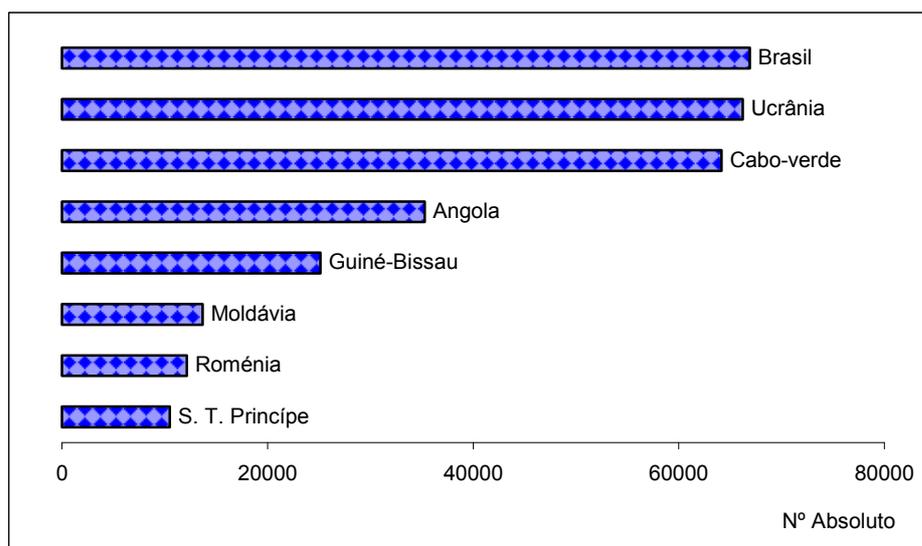


Figura 36 – Posição das principais comunidades imigrantes em Portugal.

Fonte: SEF, 2004.

Ao analisar as principais comunidades estrangeiras em Portugal possuidoras do estatuto de residente observa-se a predominância de cidadãos/ãs das ex-colónias portuguesas. Em 1990, ocuparam por ordem de classificação cidadãos(ãs) de nacionalidade caboverdiana, brasileira, inglesa, espanhola, norte-americana e angolana. Nos anos de 2000 e 2004, sobressaem as nacionalidades caboverdiana, brasileira e angolana, (figura 37). Nos dados apresentados nessa figura não foram inseridos os imigrantes da Europa de Leste, uma vez que antes da queda do muro de Berlim pertenciam a antiga União Soviética, atualmente Federação Rússia. Esta constitui uma imigração recente e pela legislação portuguesa só poderá ter a concessão do estatuto de residência após 6 anos de vivência no espaço português.

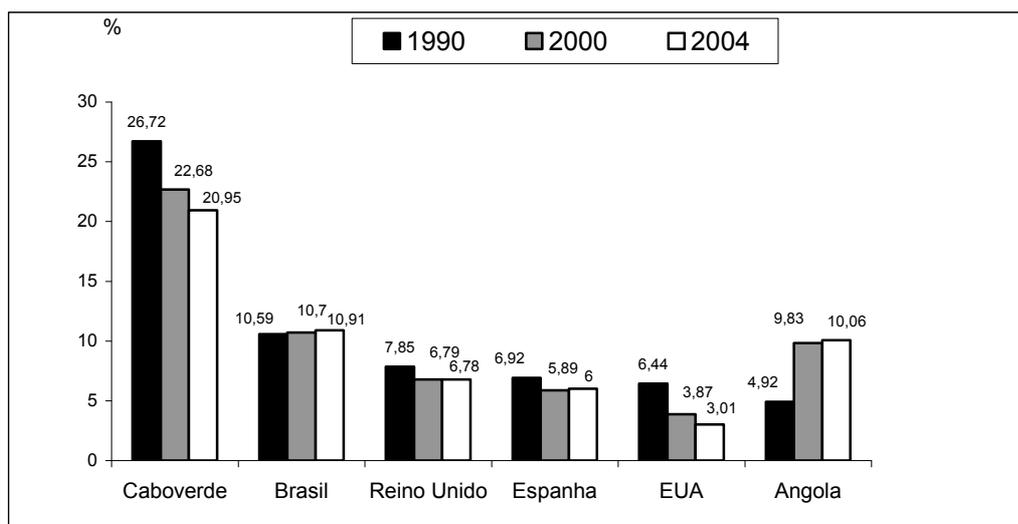


Figura 37 - Portugal: comunidades estrangeiras com estatuto de residente.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do INE e SEF, 2005.

Após o enquadramento das bases territoriais para a compreensão da geografia da emigração e da geografia do acolhimento, parece oportuna uma aproximação com a área de estudo: a Região Centro de Portugal. Nesse sentido, considera-se imprescindível salientar, no próximo capítulo, a posição desta Região no contexto nacional e da União Européia, a cartografia da imigração, os distritos escolhidos pelos brasileiros para trabalharem e viverem e o perfil sócio-económico dos sujeitos da investigação. Esse entendimento será importante para a percepção de como os trabalhadores se inserem no mundo do trabalho nesta região.

Capítulo V

A Região Centro e os
trabalhadores brasileiros

1 - A Região no contexto da economia nacional e da União Européia

As transformações sociais, políticas e económicas verificada na Região Centro, no contexto nacional e da União Européia, imprimem uma nova dinamicidade a este território, expressa na paisagem, na dinâmica da ciência e da técnica, nas contradições sociais e na Geografia das Migrações. A queda do regime salazarista, a abertura do país ao capital estrangeiro e a entrada na União Europeia impulsionam novas formas, estruturas e processos sociais que alteraram significativamente a paisagem urbana e rural das regiões portuguesas. Estas transformações contaram com a participação ativa da mão-de-obra imigrante, nomeadamente a dos brasileiros.

Os capítulos anteriores proporcionaram as bases conceituais para o entendimento das variáveis propulsoras da migração internacional de trabalhadores brasileiros em direção a Portugal, assim como o país tem formulado as políticas públicas que dão suporte ao acolhimento dos imigrantes. Neste capítulo, aprofundar-se-ão as reflexões acerca do “lugar” escolhido para o desenvolvimento da investigação: **a Região Centro**. Nessa, a área priorizada para o estudo empírico refere-se ao distrito de Coimbra, Leiria e Aveiro. Assim, a compreensão da situação desta região no contexto da economia nacional e europeia, a dinâmica demográfica, a cartografia da imigração brasileira e o perfil sócio-económico da comunidade brasileira nos distritos escolhidos constituem os pontos norteadores deste capítulo.

Com o intento de promover o desenvolvimento regional e criar possibilidades de acesso aos bens e serviço, a União Européia criou alguns projetos de desenvolvimento para os países comunitários. Portugal, em função do Produto Interno Bruto e, em decorrência da renda *per capita* ser inferior a 75% da média comunitária, passou a receber cerca de 70% das verbas dos fundos estruturais, em 1989. Assim, o país foi contemplado com o financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, (FEDER), através do I, II e III Quadro de Apoio Comunitário (QCA)⁵².

O I Quadro de Apoio Comunitário, (QCA), aplicado no período de 1989 a 1993, teve como meta prioritária o aumento do Produto Interno Bruto *per capita*,

⁵² Sobre os programas de apoio comunitário ver CCRC, 2001; Almeida, 2005 e <http://www.qca.pt/home/index.asp>

sendo efetivados vários projetos de apoio ao desenvolvimento regional. O segundo QCA, aplicado no período de 1994 a 1999, teve como um dos objetivos principais reunir elementos que melhor contribuíssem para a aproximação do país à União Européia e a redução das assimetrias regionais. Com isso, vários projetos prioritários foram aprovados, sobretudo na área de qualificação profissional, oferta de emprego, competitividade da economia, qualidade de vida, coesão social e o desenvolvimento regional. É justamente nesse período que a paisagem da Região Centro é bastante modificada. Estas transformações foram efetivadas com a participação de trabalhadores estrangeiros. Já o terceiro, aplicado no período de 2000 a 2006, reforça os objetivos anteriores, cujas prioridades recaem na melhoria da qualificação profissional, aumento de produtividade, no estímulo à competitividade das empresas portuguesas, na promoção do desenvolvimento rural e na preservação ambiental, na perspectiva de corrigir os desequilíbrios regionais.

Os programas de apoio ao desenvolvimento tiveram uma participação bastante significativa na transformação do país. Entretanto, verifica-se, no presente momento, que esses investimentos não foram suficientes para corrigir as disparidades regionais sobretudo entre o litoral e o interior. Assim, os investimentos econômicos prevaleceram sobre o social. Outro dado importante que merece reflexão refere-se ao fato de não ter dado ênfase aos projetos que promovessem a integração da população imigrante, uma vez que se faz necessário reconhecer a contribuição dos imigrantes, nomeadamente oriundos das ex-colônias portuguesas, na transformação da paisagem regional. Esta nos parece uma das dificuldades para o desenvolvimento de políticas de integração e de redução das desigualdades regionais. A participação das câmaras municipais é de grande importância nos projetos de integração.

Geograficamente, as políticas de desenvolvimento territorial eram centralizadas nas duas regiões metropolitanas de Portugal: a Região de Lisboa e do Porto. Estas constituem regiões mais densamente povoadas, de diversificados serviços e o centro do poder econômico português. Certamente, essa lógica de organização espacial promoveu uma centralização de bens e serviços que, ao dinamizar a economia criou uma certa dicotomia entre as regiões metropolitanas e as demais regiões, ampliando, assim, a assimetria entre o litoral e o interior.

Atento a tais contradições, o Tratado de Maastricht (1992) é revisitado com a finalidade de melhorar os níveis de desenvolvimento regional e converter os antagonismos entre as Regiões Metropolitanas, o Algarve e as demais regiões portuguesas, possuidoras de fraco desenvolvimento (JACINTO, 2001). Ao buscar um maior equilíbrio de desenvolvimento inter-regional, os projetos foram descentralizados, não concentrando as acções nas regiões historicamente apoiadas pelo FEDER, a Região Metropolitana de Lisboa e do Porto e a Região do Algarve, inserindo novos atores regionais: o Alentejo, Açores, Madeira e Centro.

No tocante a área deste estudo, o II Quadro de Apoio Comunitário, QCA⁵³, (1993), através do Procentro, Programa de Desenvolvimento da Região Centro, tem estimulado o desenvolvimento de várias atividades e vem contribuindo para aumentar o Produto Interno Bruto regional. Com isso, tem criado novas oportunidades de emprego e renda. “A convergência real entre as economias portuguesa e comunitária” e a “promoção da coesão económica e social no plano interno” constituem objetivos centrais do II QCA.

As metas do Procentro apoiam-se na melhoria do nível de abastecimento e tratamento da água e dos resíduos sólidos; criar melhores condições de acesso aos centros de prestação de serviços; dinamizar a oferta de equipamentos urbanos e turísticos; dinamizar as condições de exercícios das atividades produtivas (CCRC, 2001). Assim, vários projetos e programas foram criados com perspectivas da promoção do desenvolvimento local e regional, para criar possibilidades de competitividade da economia nacional, no contexto europeu, cujo programa teve como finalidade a melhoria da infra-estrutura de transporte, comunicação e energia, assim como a modernização das atividades econômicas e a qualificação dos trabalhadores.

Para dinamizar a economia da Região Centro, foram necessários investimentos na área da construção civil, infra-estrutura, hotelaria, restaurante e serviços, dentre outros. Nesse sentido, esta região insere-se na nova perspectiva, visando o equilíbrio das desigualdades regionais entre os distritos do interior,

⁵³ O II QCA desenvolvido no período de 1994 a 1999 constitui um programa que apoiou 78 Municípios na Região Centro. Este foi financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que teve como objectivo reduzir os atrasos estruturais da Regiões mais desfavorecidas, intensificando a solidariedade dos Estados-Membros e aumentando a coesão económica e social (CCRC, 2001). No caso da Região Centro o principal objectivo foi reduzir a assimetria entre o litoral, mais dinâmico, e o interior, menos dinâmico.

fracamente povoado, e os do litoral, densamente povoado e com maior atratividade da população jovem.

Vários empreendimentos foram implantados para reverter as assimetrias regionais. Na área de meio ambiente, foram realizados projetos com a finalidade da melhoria do abastecimento de água, da ampliação da rede de distribuição, da estação de tratamento de resíduos sólidos e líquido, da construção de barragens, do saneamento básico, do monitoramento de bacias hidrográficas, entre outros.

Na área da infra-estrutura foram priorizadas a construção de estradas municipais e nacionais, rotundas, rodoviárias, sinalização e parques de estacionamento. Beneficiou a criação e/ou melhoria de equipamentos urbanos, tais como piscinas municipais, teatros, cinema, auditórios, pavilhões polidesportivos, bibliotecas, museus, campo de futebol e campo de golf. Foram também apoiados projetos de infra-estrutura econômica como melhoria de áreas industriais, mercados municipais e pavilhões de exposição. Por fim, foram apoiados estudos de requalificação dos centros históricos, melhoria dos espaços públicos e dos centros urbanas.

A territorialização destas ações foram criadas com o propósito de dinamizar o cotidiano dos moradores, ampliar as possibilidades de comunicação e as permanências nos lugares, enfim promover o desenvolvimento regional. Os investimentos foram efetivados para atender as necessidades da população autóctone, contribuindo assim para o desenvolvimento cultural, econômico e social. É notável a importância do Programa de Desenvolvimento da Região Centro cujas ações modificaram a paisagem urbana em 10 anos. Entretanto, observa-se que o II QCA não foi suficiente para resolver o problema do despovoamento nos distritos do interior, sobretudo das áreas rurais. O envelhecimento da população, a baixa fecundidade e a ausência de lazer, nestas áreas, têm implicado para a não fixação de indivíduos nas áreas do interior, sobretudo a população jovem. Muitas escolas estão fechando porque o número de crianças para manter as salas de aula em funcionamento é insuficiente. Os jovens continuam deslocando-se para as áreas urbanas, sobretudo para o litoral, em busca dos meios de sobrevivência.

Como o envelhecimento da população, o aumento de pessoas com a habilitação de curso superior e a crescente flexibilização do trabalho, a maioria dos empregos que surge é precário e sazonal, ou seja, *part-time*, de pouco

interesse para a comunidade autóctone, atraindo assim o olhar do imigrante. Nos últimos 10 anos, o crescimento da população só foi possível em função das migrações internacionais. Diante disto, faz-se necessário o estímulo ou a criação de projetos que promovam também a integração da população imigrante. Daí a importância de se conhecer a estrutura da população portuguesa.

2 - A estrutura da população: pontos e contrapontos

A Região Centro ocupa uma área de 28 mil km², abriga 23,5 % da população portuguesa distribuída pelas 12 sub-regiões geográficas, NUTS III (INE, 2002), tabela 6.

NUTS III Regiões	Área (Km ²)	Densidade Demográfica (Hab./ Km ²)	População Residente N. Absoluto			
			Homens		Mulheres	
			2001	2002	2001	2002
Centro	281 786,0	83,6	1 131 819	1 136 397	1 216 578	1 218 155
B. Volga	1 802,0	215,4	186 574	188 000	199 150	200 174
B. Mondego	2 063,1	163,4	161 437	160 153	178 872	176 973
P. Litoral	1 742,0	146,7	122 395	124 884	128 595	130 670
P. Interior Norte	2 616,6	52,6	66 447	66 102	72 088	71 452
Dão-Lafões	3 488,6	82,2	137 661	138 000	148 652	148 682
P. Interior Sul	1 902,9	22,9	21 592	20 986	23 211	22 578
S. da Estrela	867,8	56,6	23 771	23 407	26 124	25 715
B. Interior Norte	4 063,1	28,0	55 053	54 254	60 272	59 413
B. Interior Sul	3 738,2	20,5	37 355	36 767	40 768	39 952
Cova da Beira	1 374,9	67,4	45 077	44 683	48 502	47 952
Oeste	2 214,8	155,8	165 723	168 980	172 988	176 185
Médio Tejo	2 304,6	99,2	108 734	110 181	117 356	118 409

Tabela 6 – Distribuição da população por NUTS III.

Fontes: INE, Censos, 2001 e 2002

Ao analisar o crescimento da população nas 12 sub-regiões da Região Centro, NUTS III, os dados evidenciam que 5 sub-regiões tiveram um pequeno aumento e 7 tiveram um decréscimo em sua população, entre 2001 e 2002, quadro 15.

Sub-região	Evolução da População (2001 – 2002) Crescimento positivo (+)	Sub-região	Evolução da População (2001 – 2002) Crescimento negativo (-)
Oeste	6 454	Baixo Mondego	3 183
Pinhal Litoral	4 564	B. Interior Norte	1 658
Médio Tejo	2 500	Beira Interior Sul	1 404
Baixo Vouga	2 450	Pinhal Interior Sul	1 239
Dão-Lafões	369	P. Interior Norte	981
		Cova da Beira	944
		Serra da Estrela	773

Quadro 15 – Crescimento da população.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do INE, 2006.

As sub-regiões do Oeste, Pinhal Litoral, Médio Tejo e Baixo Vouga foram as que mais cresceram nesse período, com um acréscimo positivo em 2002, cuja maior parte está localizada no litoral. Na sub-região do Baixo Vouga, os Concelhos de Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos foram os que mais cresceram. Em Pinhal Litoral, todos os concelhos tiveram crescimento positivo. Em Dão-Lafões, apenas Sátão, Vila Nova de Paiva e Viseu cresceram suas populações, os outros Concelhos tiveram decréscimo da população. No Médio Tejo, apenas Abrantes teve decréscimo da população. No Oeste, todos os Concelhos tiveram crescimento da população. O desenvolvimento das atividades turísticas e a presença de pólo industrial nas áreas litorais podem estar na origem desse deslocamento populacional para estas áreas.

As sete outras sub-regiões tiveram um decréscimo bastante acentuado com perda de população, conforme se menciona: o Concelho de Coimbra, Montemor-o-Velho e Soure, no Baixo Mondego; Na subregião da Beira Interior Norte, destacam-se Almeida, Meda e Sabugal dentre outros; Na Beira Interior Sul, Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor, a população também teve um crescimento negativo. Na sub-região de Pinhal Interior Sul, os Concelhos de Moção, Oleiros, Sertã e Vila de Rei tiveram decréscimo da população. Alerta-se para o fato de que esses Concelhos estão localizados no interior e apresentam taxas de envelhecimento muito alta, conforme figura 38.

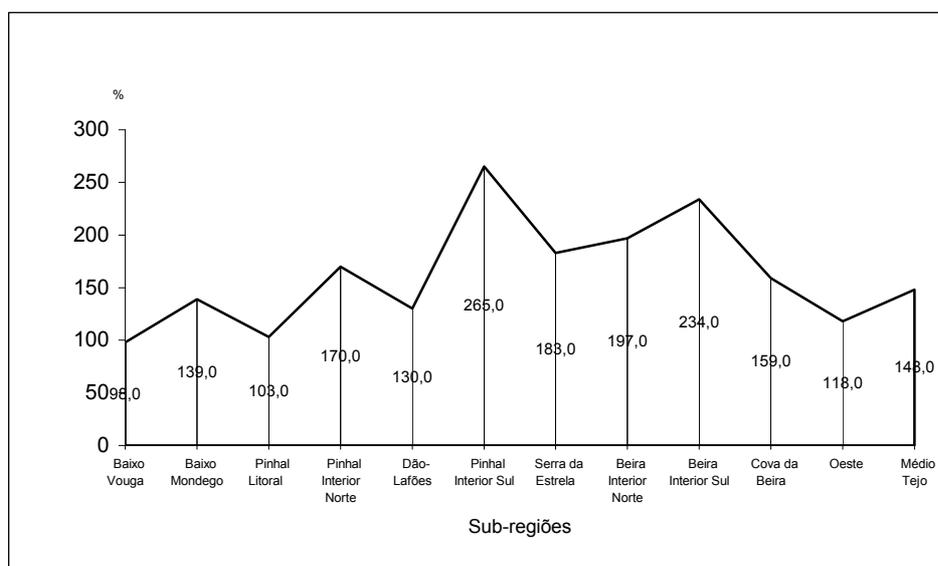


Figura 38 – Envelhecimento da população da Região Centro (2002).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2000 a 2004.

Ao analisar o envelhecimento da população da Região Centro, a figura 38 evidencia que toda a região se encontra envelhecida, sobretudo as sub-regiões de Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul, Beira Interior Norte e Serra da Estrela sobressaindo, respectivamente, com 255; 234; 197 e 183 velhos para cada 100 jovens. Os municípios que perderam um maior quantitativo da população estão no interior, sobretudo as áreas rurais. As áreas que mais receberam pessoas foram as litorais em função dos serviços voltados para o turismo e para a indústria. Esse facto demonstra um desequilíbrio demográfico entre o Litoral, mais urbanizado e povoado, e o Interior, baixa densidade populacional e população bastante envelhecida. Comparativamente, aquelas áreas apresentam um menor índice de envelhecimento.

Essas variáveis abrem perspectivas para a contratação de trabalhadores imigrantes. Todavia, com o passar dos anos, o Estado Providência tem tido uma ação fraca no tocante à criação de políticas públicas que possibilitem apoiar às famílias para que estas possam participar da melhoria do crescimento da população. O artigo intitulado *"Brasileiros repovoam Vila de Rei"*⁵⁴ constitui uma

⁵⁴ Artigo publicado no jornal Expresso, 29 de Abril de 2006.

iniciativa da Presidente do Concelho de Vila de Rei que em função do envelhecimento da população, fez um acordo com a Prefeitura de Maringá, no Paraná, no sentido de fazer uma seleção de brasileiros para vir morar naquele Concelho.

Segundo a autarca “ Queremos fixar no Concelho, até 2008, cerca de 259 brasileiros”. A autarca prometeu um salário de 400 euros⁵⁵, escolas para as crianças e alojamento gratuito. Esta oferta foi publicada em jornais locais, em Maringá, e atraiu cerca de 736 pessoas a se cadastrar. Foram selecionados uma assistente social, um marceneiro, um pasteleiro, uma jornalista e um professor. Eles vieram com a família. Com a chegada dessas famílias, criou-se uma discussão muito grande na sociedade portuguesa. Alguns favoráveis e outros não. O certo é que passados três meses, algumas famílias já não estavam com a mesma impolgação de antes. A população local demonstrava uma certa rejeição, sempre com o mesmo *slogan* de que Portugal não tinha emprego nem para eles como estava contratando imigrantes.

A estrutura etária da população da Região Centro apresenta-se bastante envelhecida, conforme figura 39.

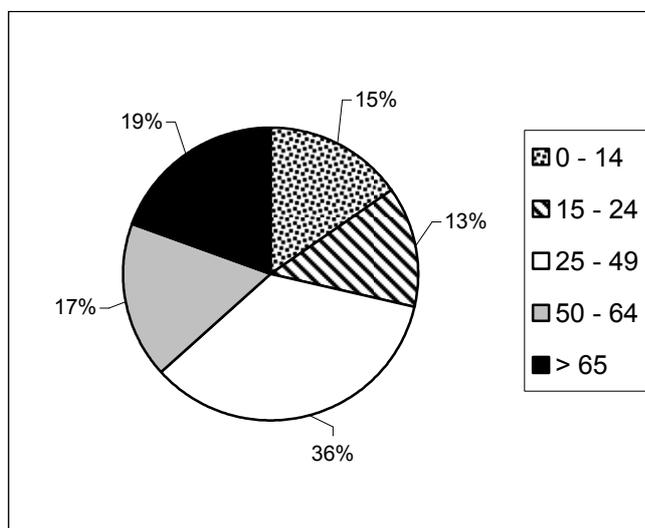


Figura 39 - Região Centro: faixa etária da população.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no INE 2001 e 2002.

Do total da população, 15 % na faixa etária de 0 a 14 anos; 13 % na faixa de 15 a 24 anos de idade; 36 % encontram-se na faixa de 25 a 49 anos, 19%

⁵⁵ O salário mínimo em 2006 era de 380 euros.

estão na faixa etária acima dos 65 anos e 17 % na faixa de 50 a 64 anos. Constatou-se também que o percentual de crianças e de jovens é bastante baixo.

Ao analisar a estrutura da população nas sub-regiões geográficas (INE, 2002), por faixa etária, observa-se a predominância da faixa etária de 25 a 49 anos em todas as sub-regiões, com destaque para o Baixo Volga, Baixo Mondego e Oeste com os maiores percentuais. Em segundo lugar, destaca-se a faixa etária de 0 a 14 anos, sobretudo no Baixo Volga. Nessa faixa, as menores taxas são encontradas na Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Sul, Beira Interior Norte e Cova da Beira, (figura 40).

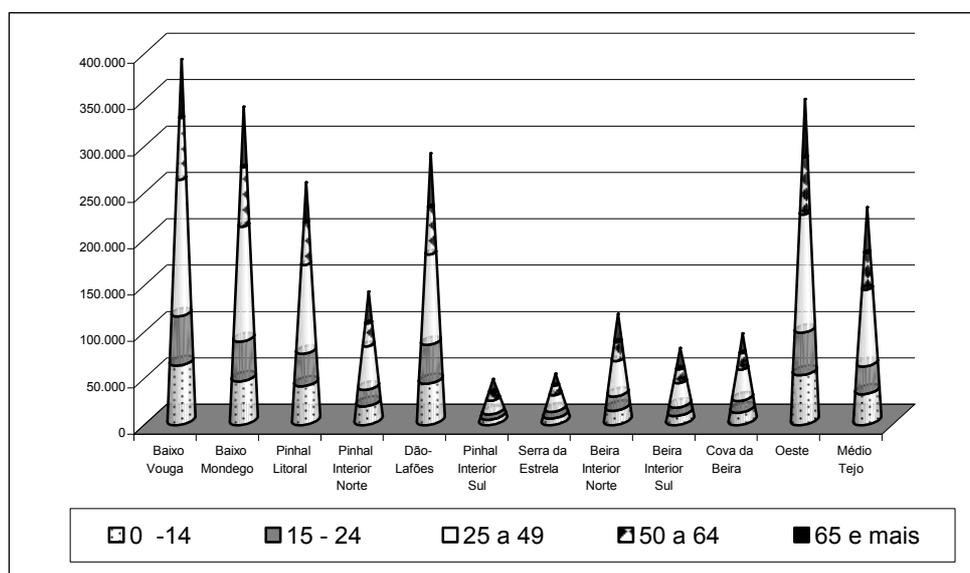


Figura 40 – População e faixa etária nas sub-regiões geográficas (2002).

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do INE, 2006.

A figura 40 evidencia também que população jovem de 15 a 24 anos é muito pequena, em todas as sub-regiões, sobretudo nas áreas do interior. Ao analisar o gráfico, percebe-se um crescimento negativo da população evidenciando também um descompasso no povoamento do interior e do litoral. Daí a importância de conhecer a cartografia dos trabalhadores brasileiros na Região Centro de Portugal.

3 – Cartografia da imigração brasileira na Região Centro

Tradicionalmente, os fluxos migratórios internos e internacionais estavam direcionados para a Região Metropolitana de Lisboa (AML) e do Porto, sobretudo

a primeira região, em função da centralização dos recursos financeiros, o que promoveu a construção de vários equipamentos sociais, transformando Lisboa em um bolsão de atração populacional. Essa dinâmica ocasionou uma assimetria no desenvolvimento das regiões portuguesas, acarretando o aumento das migrações internas (FONSECA, 1996) e posteriormente em área de acolhimento de imigrantes. Para entender a forma como a imigração brasileira integra-se no contexto da Região Centro, alguns aspectos merecem ser destacados.

a) Muitos emigrantes portugueses saíram da Região da Gândara com destino ao Brasil (CRAVIDÃO, 1992). A partir de 1980, alguns têm retornado juntamente com os filhos “luso descendentes”. O fim do regime salazarista e da guerra colonial contribuiu para transformar o país em uma **capital de esperança**, atraindo os emigrantes regressados para a abertura de investimentos econômicos, conforme salienta o autor:

Para além da democratização da sociedade e da melhoria da qualidade de vida, sobretudo nas regiões do interior, numa primeira fase como resultado dos investimentos efectuados pelo poder local democrático em infra-estruturas e equipamentos, a expansão do consumo individual veio facilitar a abertura de novas oportunidades de negócios (hotelaria/restauração, comércio, reparações), em que os emigrantes regressados podiam aplicar as suas poupanças..... (MALHEIROS, 2005).

b) A participação do país na Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT) e a entrada na União Europeia, na década de 1980, criam possibilidades para a imigração brasileira, sobretudo em áreas qualificadas que vão ajudar na dinâmica territorial, a exemplo de marketing, publicidade, engenharia civil, dentista, dentre outras Baganha e Góis (1998); Fonseca (2003 e 2005) e Malheiros (1996). Em consequência, atraiu a população imigrante e, ao longo dos anos, proporcionou a formação de redes migratórias, sobretudo apoiadas em amizades e familiares.

Para vencer a solidão, o imigrante brasileiro, muitas vezes, estimula a vinda de conterrâneos, especificadamente parentes e amigos. O aumento do desemprego na Região Centro de Portugal tem concorrido para o aparecimento de movimentos de resistências contra a entrada dos imigrantes. Algumas resistências no acolhimento são verificadas, não só por parte da população autóctone, como também pelos brasileiros que estão em Portugal há mais tempo.

Alguns trabalhadores brasileiros casados com portugueses/as, entrevistados, que estão há muito tempo neste lugar, inclusive com naturalização, não vêem

muito bem a crescente vinda de conterrâneos, sobretudo do sexo feminino, para a Região Centro. As relações de amizade entre os trabalhadores brasileiros são estabelecidas. Sempre que acontece o retorno de um ao Brasil organiza-se uma festa de despedida. Presenciou-se uma cena que irá fortalecer esta reflexão. No retorno da investigadora ao Brasil, uma das entrevistadas planeou uma festa de despedida. Como havíamos recebido duas amigas brasileiras que estavam de férias viajando pela Europa, após concordância dos organizadores do evento, a convidamos para esse encontro festivo. Na chegada, a organizadora do evento por nome **G**, naturalizada portuguesa, que está em Portugal há mais de 20 anos, recebeu-as dizendo “lá vem mais duas. Vieram fazer aqui o quê? O emprego não dá para os daqui quanto mais para os de lá”. Contornou-se a situação explicando que as colegas estavam passeando, uma tinha um bom emprego e a outra estava no último ano de universidade, no Brasil, fazendo intercâmbio por seis meses na Suécia. Após o “clima” restabelecido, o almoço foi bastante divertido. Pensa-se que o aumento da imigração brasileira e do estereótipo⁵⁶ negativo sobretudo em relação à mulher, tenha contribuído para enfraquecer, em alguns momentos, as relações de solidariedades entre conterrâneos.

c) A aplicação dos investimentos dos fundos estruturais da União Europeia melhorou a circulação, a interligação regional e a qualidade de vida da população da Região Centro. Paralelamente às inovações tecnológicas, esta região constitui uma das mais envelhecidas do país, apresenta um índice de fecundidade baixíssimo e o aumento das qualificações profissionais. Isto favoreceu a ampliação da bolsa de emprego, sobretudo no ramo da hotelaria, restaurantes, restauração, construção civil, atraindo a mão-de-obra brasileira.

d) Algumas cidades da região, a exemplo de Coimbra, Leiria, Aveiro, possuem universidades/institutos importantes que têm despertado o interesse de estudantes brasileiros.

A Universidade de Coimbra, por exemplo, constitui um lugar muito procurado por brasileiros desejosos em ampliar a formação acadêmica. Segundo os dados da APEBCoimbra⁵⁷, no ano de 2005, cursavam na universidade 224 estudantes brasileiros. Destes, 51% faziam a graduação, 27% cursavam o doutoramento e

⁵⁶ Sobre o estereótipo e a imagem de brasileiros e brasileiras poderá ser analisado com mais detalhamento no trabalho de Machado (2003).

⁵⁷ Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra.

20% realizavam o mestrado, conforme figura 41. No tocante à distribuição dos estudantes de licenciatura por faculdades, os cursos de Direito, Medicina, Letras e Educação Física destacam-se em termos de número de estudantes brasileiros. Quanto à participação desta comunidade nos cursos de mestrado e doutorado, sobressaem as Faculdades de Economia, Direito e Medicina, SANTOS (2006). Muitos brasileiros vêm concluir a graduação ou realizar uma pós-graduação, mestrado ou doutoramento. Alguns vêm com bolsa de estudos, sobretudo para a realização do doutoramento. Outros por não terem uma fonte de renda segura, procuram um emprego que lhes assegure a permanência no país, geralmente trabalham como ajudante de mesa, cozinheiro, ajudante de cozinha, acompanhantes de idosos, entre outras.

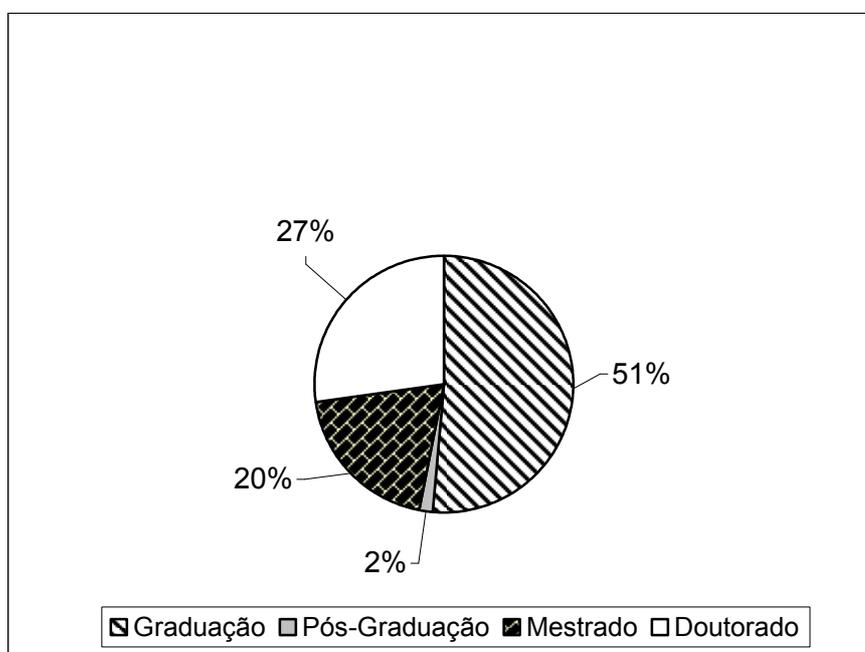


Figura 41 – Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra.

Fonte: Arquivo da APEB/Coimbra, com base nos dados da Secretaria Geral e do Gabinete de Apoio da CPLP⁵⁸ da Universidade de Coimbra, 2005.

e) a inserção da região no circuito do turismo cultural, atrai pessoas de várias regiões do mundo, abertura de várias atividades.

⁵⁸ CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

As inovações tecnológicas decorrentes do apoio comunitário da União Europeia alteraram significativamente a paisagem da Região em função da construção de viadutos, de auto-estrada A1, IP3, estádio de futebol, edifícios, indústrias, barragem, teatro, parques, jardins, entre outras. Vários investimentos em obras de infra-estrutura econômica, social e cultural foram implementadas na Região Centro, o que abriu a possibilidade de integração da região na rota das migrações internacionais de trabalhadores brasileiros, entre outros, (figura 42).

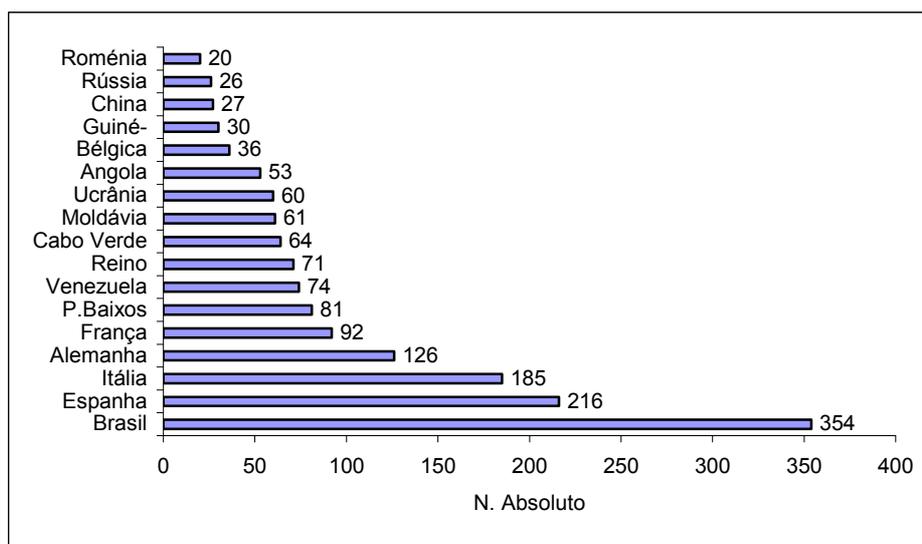


Figura 42 - Região Centro: principais comunidades estrangeiras.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do SEF, 2003.

A figura 42 evidencia as principais comunidades estrangeiras que solicitaram o estatuto de residente na Região Centro de Portugal. No ano de 2003, do total de 1 848 pedidos de estatuto de residente, 821 pedidos foram do sexo masculino e 1.027 do sexo feminino. Desse total, algumas comunidades estão assim representadas: 19,15 % foram da comunidade brasileira; 11,69 % pedidos de espanhóis; os italianos 10 %; os alemães 6,62 %; e os franceses 4,98 %.

As constantes discussões em torno das fronteiras territoriais têm impulsionado os imigrantes a solicitar o estatuto de residente. Este, assegura alguns direitos para os trabalhadores e seus dependentes. No ano de 2004, o número de pedidos aumentou para 2 392 estrangeiros, sendo 1 038 para homens e 1 354 para mulheres. Destes, brasileiro/a, ucraniano/a, espanhol/a, italiano/a, francês/a destacam-se, em termos quantitativos, dentre os que solicitaram o

estatuto de residente, (figura 43). Nos anos de 2003 e 2004 os brasileiros foram os que mais solicitaram o estatuto de residente.

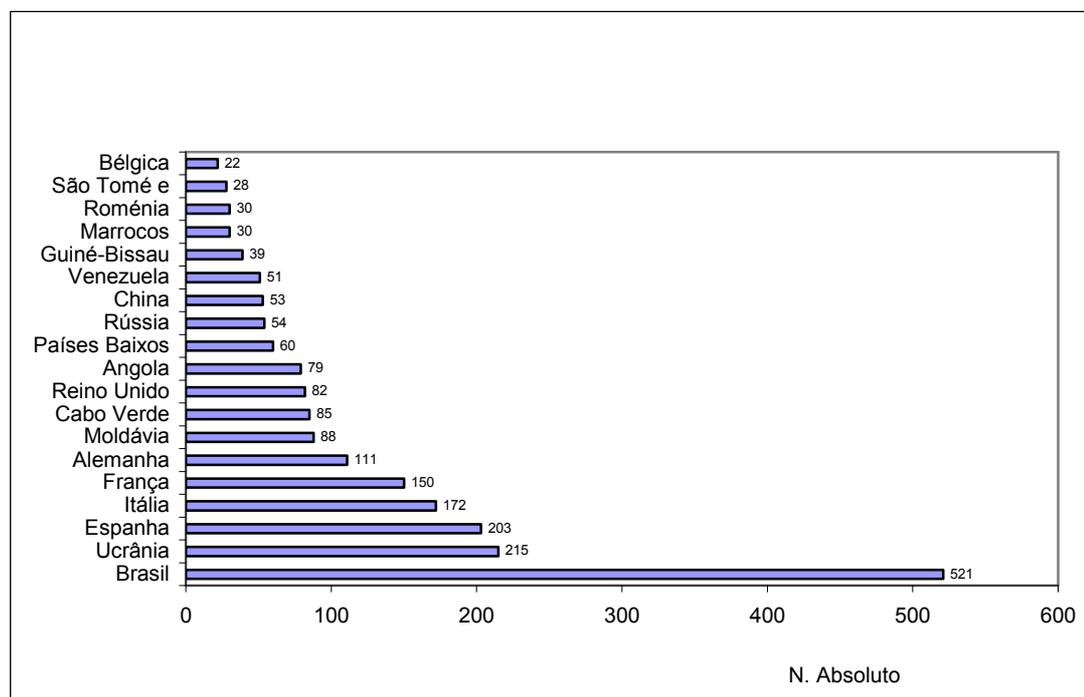


Figura 43 - Região Centro: principais comunidades estrangeiras que solicitaram o estatuto de residente – 2004.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do SEF, 2004.

Procurando conhecer mais profundamente a cartografia dos distritos onde a pesquisa de campo sobre os imigrantes brasileiros foi realizada, adotou-se os distritos de Coimbra, Aveiro e Leiria por melhor representar o campo de investigação sobre a imigração brasileira na Região Centro, conforme justificação no capítulo I. O tema desenvolvido a seguir procura uma maior aproximação com os sujeitos da pesquisa.

4 - Os trabalhadores brasileiros nos distritos analisados.

A atuação de trabalhadores brasileiros na Região Centro de Portugal é histórica. Esta região foi receptora dos filhos da burguesia colonial para desenvolverem os seus estudos, como também era área de saída de portugueses e projetos econômicos para serem empreendidos na ex-colônia brasileira. Para melhor sistematizar os dados da investigação elegeram-se três distritos por

compreender que existe uma forte relação com o Brasil. Assim, para melhor entender a geografia da imigração brasileira na Região Centro de Portugal, elaborou-se uma síntese geográfica dos distritos analisados.

Distrito de Coimbra

Os dezassete (17) municípios que compõem o Distrito de Coimbra apresentam uma diversidade paisagística acentuada pelas Serras da Boa Viagem, do Buçaco e da Lousã, pelo Vale do Rio Mondego, pelo Pinhal, em sintonia com os ritmos tradicionais e com a gastronomia regional. Estes símbolos fazem parte da memória coletiva e do imaginário social da população desse Distrito, com relevante significado histórico-cultural e econômico que tem relação com a actual imigração brasileira. Coimbra teve participação relevante não só na formação dos jesuítas e dos empreendedores portugueses que foram para o Brasil, no período colonial, como também na formação intelectual da burguesia brasileira. José Bonifácio e Claudio Manoel da Costa constituem dois exemplos de cidadãos brasileiros que, tendo tido a formação académica em Coimbra, também exerceram cargos políticos importantes, (MOTA, 1999:75).

Constatou-se que esse imaginário está presente nos depoimentos dos descendentes de portugueses que estão a trabalhar na Região de Coimbra. Por exemplo, no final do século XIX e parte do século XX, muitos gandraeses⁵⁹ emigraram para o Brasil e outros estados do continente americano (CRAVIDÃO, 1992:196). Atualmente, gandraeses ou seus descendentes, conhecidos como luso-brasileiros, estão retornando a essa região. Identificou-se na pesquisa que 10% dos trabalhadores brasileiros afirmaram que os pais nasceram em Portugal, nomeadamente nos municípios de Cantanhede, Penalva, Pombal e Coimbra. Isso leva a se afirmar que existem redes sociais de parentescos e de amizades estabelecidas no local de acolhimento as quais dão um certo suporte aos imigrantes no momento da chegada, sobretudo com relação às informações básicas para inserção no mundo do trabalho. Para Sylvain (2004), a informação constitui um importante capital de mobilidade.

⁵⁹ São pessoas que habitavam a Gândara. Segundo Cravidão (O. cit: 11) constitui uma sub-unidade regional no Centro Litoral Português que abrange cerca de 500 Km², de morfologia plana e solos essencialmente arenosos, onde domina o clima mediterrâneo com influência do Atlântico.

Geograficamente, o município de Coimbra, situado na Região Centro de Portugal, desempenha um papel relevante, funciona como Centro Administrativo, abrigando vários órgãos, a exemplo de: a sede da Comissão da Coordenação Regional, a Direção Geral do Turismo, Universidade de Coimbra, Universidade Vasco da Gama, Instituto Miguel Torga, Hospitais, entre outros. O distrito apresenta o predomínio do setor terciário com destaque para os serviços relacionados à educação, aos hospitais, à cultura, hotéis, restaurantes e construção civil, o que, de uma certa forma, atrai a mão-de-obra imigrante brasileira.

Ao analisar a distribuição dos serviços e do comércio em Coimbra e compará-la com outras cidades da Região Centro, (SANTOS, 2003:221) argumenta que, apesar da importante capacidade de regulação, esta cidade apresenta um aparelho comercial com pouca significação em termos de capacidade atractiva. É uma cidade universitária, no momento, alguns empreendimentos imobiliários estão sendo implantados para dinamizar as relações sociais e econômicas no distrito. O autor salienta ainda que a dinamização do território só foi possível com a saída de Portugal do regime salazarista, cujas modificações alteraram a paisagem e o padrão demográfico da população portuguesa.

O pós 25 de Abril de 1975 e a entrada de Portugal na União Européia impulsionam novas dinâmicas territoriais tendo como uma das consequências a alteração significativa do padrão demográfico da população portuguesa. Ao analisar a demografia de Portugal e em especial a da Gândara, na década de 1980, Cravidão (O . cit.) já apontava o envelhecimento da população como um dos fenómenos que mais marcarão o cenário demográfico nacional. Afirma ainda que este envelhecimento está relacionado à intensificação do fluxo emigratório, à redução da taxa de natalidade e da taxa da mortalidade. Após uma década, esta hipótese foi confirmada, uma vez que essa Região constitui uma das mais envelhecidas do país. Demograficamente, a taxa de crescimento populacional nas duas últimas décadas só está sendo possível em função das migrações internacionais.

A figura 44 representa o Distrito de Coimbra, um dos lugares onde foram aplicados os inquéritos e as entrevistas desta investigação. A escolha dos concelhos de Mira, Figueira da Foz, Coimbra e vila Nova de Poiares justificou-se

em função das relações históricas e familiares, do elevado índice de envelhecimento e do número de serviços decorrentes da atividade turística e educacional, conforme já foi ressaltado no capítulo I.

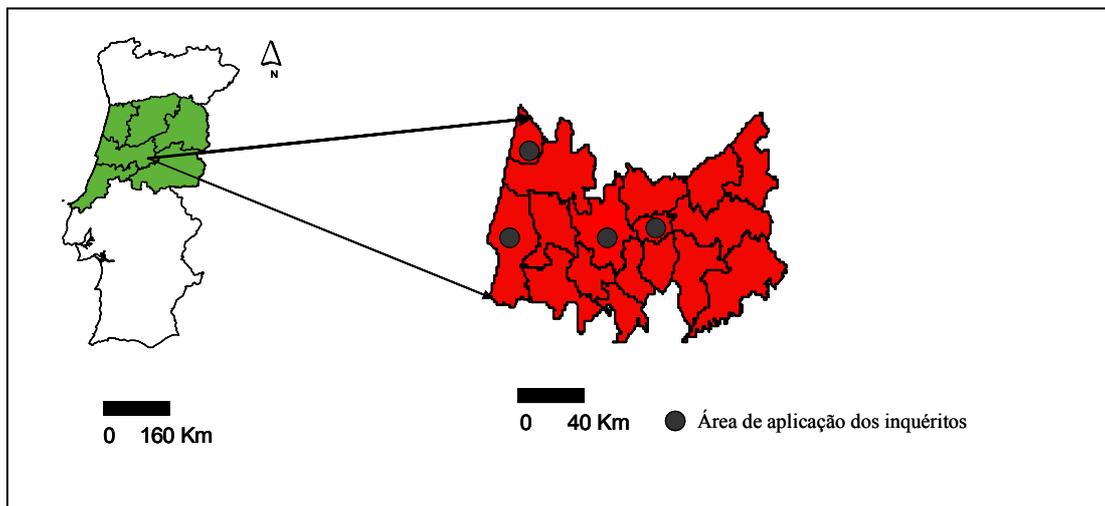


Figura 44 – Área de aplicação dos inquéritos no Distrito de Coimbra.

Fonte: Elaboração própria com base no INE, 2005.

Em 2005, a população estrangeira residente em Portugal foi de 274.631, desses 3,1% têm residência nesse distrito. As principais comunidades estrangeiras residentes no distrito de Coimbra, em 2005, foram: brasileira, espanhola, italiana, alemã, inglesa, caboverdiana, entre outras, figura 45.

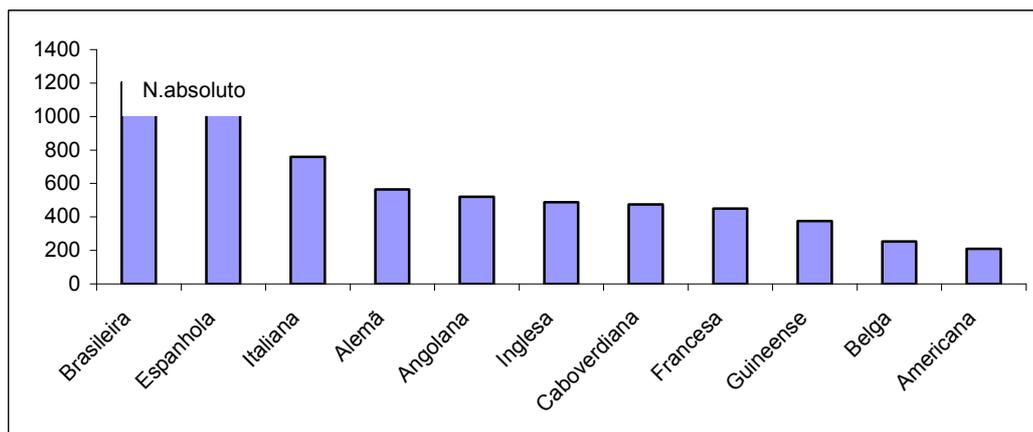


Figura 45 – Distrito de Coimbra: principais comunidades estrangeiras.

Fonte: SEF, 2006.

Neste grupo, os brasileiros ocupam a primeira posição quanto ao estabelecimento de residência. Isso leva-se a investigar sobre a conformação do distrito de Leiria.

Distrito de Leiria

No distrito de Leiria, deu-se prioridade, à aplicação dos inquéritos aos concelhos situados na sub-região de Pinhal Litoral. Esta sub-região tem uma população residente de 255.554 habitantes e ocupa uma área de 1.742,0 km² (tabela 7).

Concelho	Área (Km ²)	População Residente N. Absoluto		D. Demográfica (Hab./ km ²) 2002
		2001	2002	
Batalha	103	15 002	15 216	148
Leiria	568	119 847	121 409	214
Marinha Grande	185	35 571	37 419	202
Pombal	626	56 299	57 154	91
Porto de Mós	260	24 271	24 356	94
Total	1 742	250 990	255 554	147

Tabela 7 - Distrito de Leiria: área de aplicação dos inquéritos.

Fonte: INE, 2006.

Situado ao Sul da Região Centro, o distrito de Leiria fica entre duas áreas metropolitanas: Lisboa e a do Porto. Do ponto de vista regional, o distrito é composto por importantes concelhos (figura 46). Entre eles, Leiria e Pombal são os que têm um maior número de habitantes e uma maior dinâmica de atividade financeira, o que contribui para a atração de trabalhadores brasileiros e de outras nacionalidades. Em decorrência da extensão territorial, os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Batalha são os que têm as maiores densidades demográficas. Nessa região, o processo de urbanização tem contribuído para o aparecimento de duas paisagens geográficas bastante diferenciada: a oeste e a leste. A primeira, banhada pelo Oceano Atlântico, apresenta alta intensidade de núcleos populacionais, com forte mobilidade geográfica demarcada pela oferta de serviços, sendo uma área de atração populacional. Na segunda, os núcleos urbanos

apresentam uma maior descontinuidade espacial e conseqüentemente menos intensidade dos fluxos de pessoas.

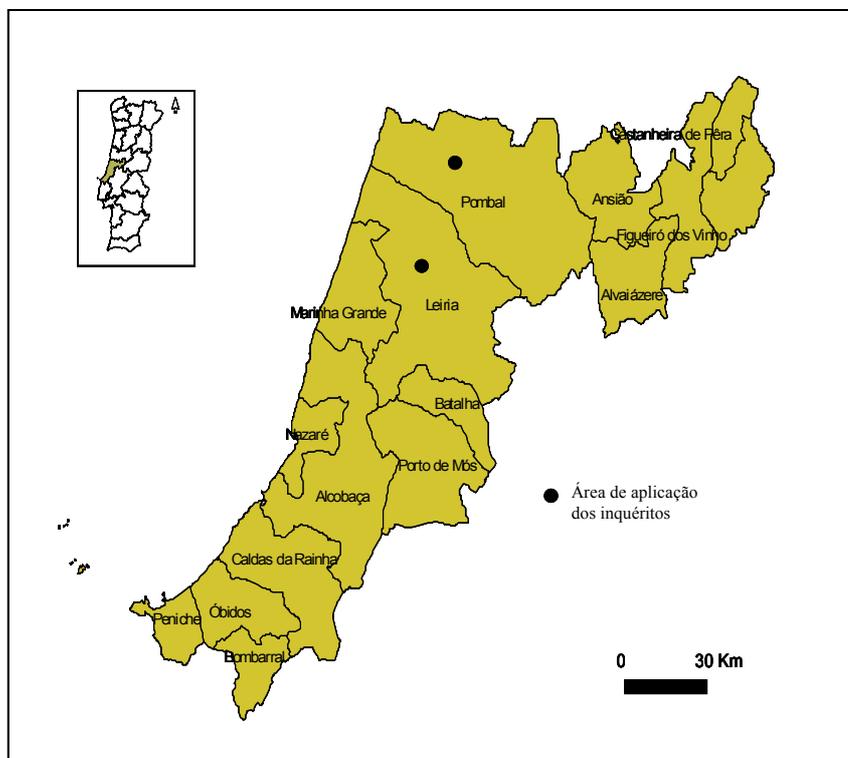


Figura 46 - Distrito de Leiria – Portugal

Fonte: Elaboração própria, com base no INE, 2005.

Geograficamente, o distrito de Leiria caracteriza-se pela diversidade paisagística com a presença do Maciço Calvário Sicó-Alvaiázere, ao norte, e o Maciço Calcário Estremenho, ao sul. Estes maciços caracterizam um conjunto de formas que irão compreender a Serra de Aire, a Serra de Alqueidão, Serra de Candeeiros, os planaltos e as depressões. A geomorfologia regional é atravessada pela bacia hidrográfica do Rio Liz e pela bacia hidrográfica do Mondego, através do Rio Arunca e Ribeira de Cernide.

Esta região apresenta importantes vias de comunicação. É cortada pelo eixo rodoviário A1, o IC8, a A8 e o IC2, e pelo eixo ferroviário: Norte, Oeste e o Itinerário complementar 2. Estas vias de comunicação por um lado, ampliam as possibilidades de acesso regional e o desenvolvimento de várias actividades relacionadas à indústria, residências, restaurantes, escolas entre outros, Fonseca (2005) e Dias (2005). Por outro lado, a implantação da via de circulação rápida, Itinerário Complementar 2, ao atravessar núcleos urbanos de maior intensidade

populacional, cria uma paisagem repleta de conflitualidades (FERNANDES, 2005). Os acidentes rodoviários têm aumentado, deixando marcas significativas na paisagem geográfica desse distrito.

As mudanças regionais são acentuadas. A profundidade das transformações criou uma paisagem bastante artificializada com inserção de novos elementos convivendo com espaços tradicionais. Apresenta uma relevante actividade industrial, sobretudo nos Concelhos de Leiria e Pombal. Até a década de 1960, a base industrial estava ligada aos recursos naturais: cimento, cerâmica, madeira e vidro. Posteriormente, ocorre uma inovação com o desenvolvimento da indústria química e metalúrgica, crescendo o papel da indústria de Leiria, no conjunto do país⁶⁰, e, dos serviços, decorrentes da inserção do distrito no circuito turístico.

A presença de praias, grutas de fama internacional como a Serra d’Aire, os castelos de Batalha e de Óbidos, o mosteiro, a Igreja de N. de Fátima e a cultura de Nazaré inserem o distrito no circuito turístico da rota do Sol. Com isso, os equipamentos urbanos foram instalados no território para atender tanto os turistas nacionais como os internacionais Cavaco (2005) e Santos (2004).

As dinâmicas territoriais têm grande influência do crescimento positivo da população e da capacidade de atrair os trabalhadores imigrante, dispostos a morar e trabalhar na região. De uma certa forma, isso vem contribuindo para o crescimento efetivo da população imigrante, (figura 47).

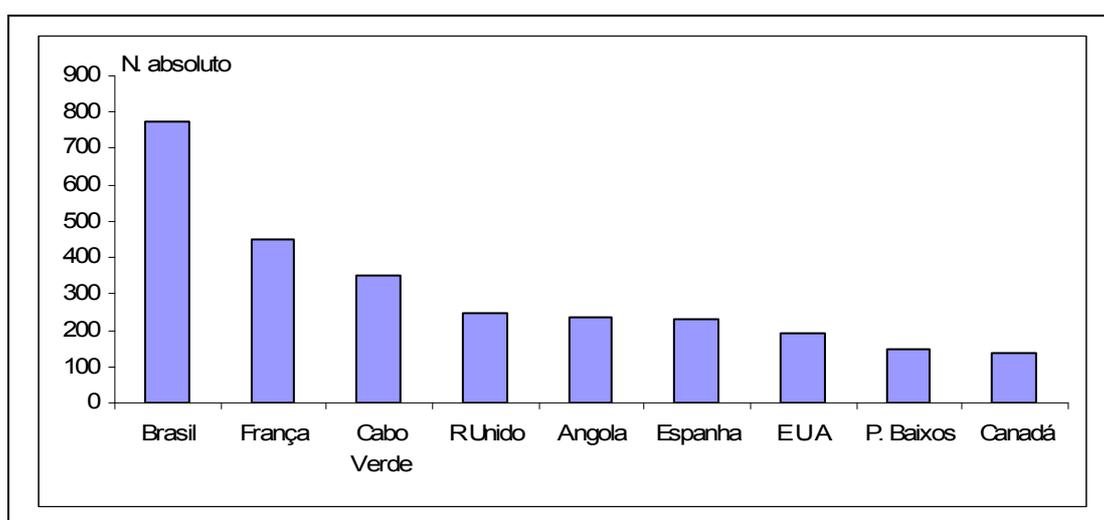


Figura 47 – Distrito de Leiria: principais comunidades estrangeiras.

Fonte: SEF, 2003 (processado em 2005).

⁶⁰ O Distrito de Leiria participa com 7% dos estabelecimentos industriais do país. Esta questão poderá ser aprofundada em Vieira, 2005.

Com base na figura acima, entre as principais comunidades estrangeiras a residir no distrito de Leiria, a brasileira ocupa o primeiro lugar, seguida dos franceses, caboverdianos, entre outras. A tabela 8 evidencia algumas componentes territoriais que compõe o distrito.

No período de 1991 a 2001, a taxa de desemprego aumentou. A estrutura da população por faixa de idade é importante para a compreensão das componentes territoriais. Ao analisar o perfil etário do distrito Leiria, em dois períodos, nota-se que em 1991 a maior parte da população está na faixa etária de 15 a 64 anos. Na década posterior, reduziu-se o número de crianças, com um pequeno aumento nos grupos subsequentes.

Unidade	Grupos Etários						T. Atividade (%)		T. Desemprego (%)	
	1991			2001			1991	2001	1999	2001
	≤ 14	15 a 64	≥ 65	≤ 14	15 a 64	≥ 65				
Leiria (concelho)	21 897	69 288	11 577	20 558	82 675	16 614	44,2	50,4	3,6	3,7
Ourém (concelho)	8 076	25 623	6 486	7 815	29 801	8 600	39,9	44,1	3,2	3,4
Leiria (Distrito)	83 120	281 835	61 197	72 575	306 788	80 063	41,01	47,4	1,7	3,06

Tabela 8 – Componentes territoriais do distrito de Leiria e do concelho de Ourém.

Fonte: INE, 2002.

De 1991 a 2001 a população do grupo etário de 0 a 14 anos decresceu, consequentemente aumentou o grupo etário seguinte, conforme figura 48. A figura 48 evidencia a distribuição da população por faixa etária no distrito como um todo. Em 10 anos, a população infantil até os quatorze anos reduziu muito acentuadamente. No entanto, na faixa etária a partir dos 15 anos, houve um pequeno aumento.

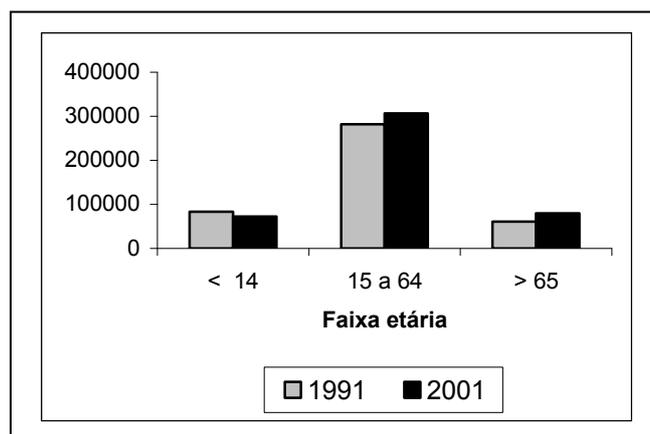


Figura 48 – População do distrito de Leiria por faixa etária.

Fonte. INE, 2002.

A análise dos dados possibilita a afirmação de que o distrito de Leiria precisa ampliar a população jovem. A situação é comum aos outros distritos analisados na Região Centro, o que corresponde à realidade portuguesa em função do envelhecimento da população. Após esta análise, deu-se prioridade o entendimento das componentes territoriais do distrito de Aveiro.

Distrito de Aveiro

O Distrito de Aveiro, situado ao Norte da região Centro, ocupa uma área geográfica de 2.808 Km² e uma população residente de 732 867 (INE, 2006), distribuídos em 19 municípios, dos quais três foram escolhidos para a aplicação dos inquéritos (figura 49).

A maior parte do distrito localiza-se abaixo de 100 metros de altitude. A diversidade paisagística é acentuada entre o litoral e o interior do continente, marcada pelas serras do Buçaco, do Arestal, Arada, Caramulo e de Freita, pelos rios da bacia hidrográfica do Vouga e pela Ria de Aveiro. Essa paisagem está em sintonia com os ritmos tradicionais e a gastronomia regional, o que faz parte do imaginário coletivo e social da população do distrito.

O distrito de Aveiro tem relevância econômica na Região Centro, com destaque para as atividades comerciais e de serviços. Além da parte litoral, com o

predomínio da rede hoteleira e da gastronomia regional, situa-se também entre importantes rotas do vinho. Em função do parque turístico voltado para o sol, o mar, a praia, a Ria e as rotas do vinho, o distrito tem-se constituído uma área de atracção de trabalhadores brasileiros e de outras nacionalidades. Essa atractividade do mercado de trabalho faz com que muitos trabalhadores imigrantes permaneçam no distrito.

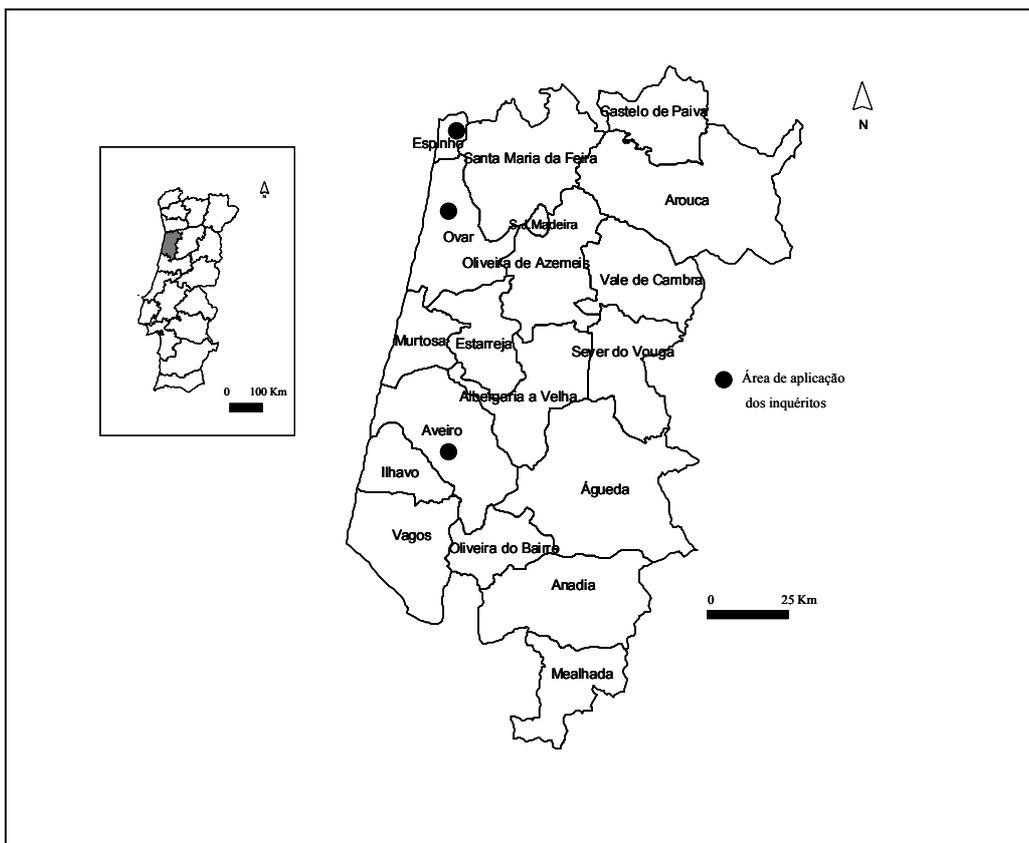


Figura 49 – Distrito de Aveiro.

Fonte: INE, 2006.

De acordo com o SEF (2005), do total da população estrangeira no país 3,5% estão no distrito de Aveiro. As principais comunidades de imigrantes residentes no ano de 2005 foram: brasileira, venezuelana, americana, guineense, francesa, espanhola, angolana, entre outras, (figura 50).

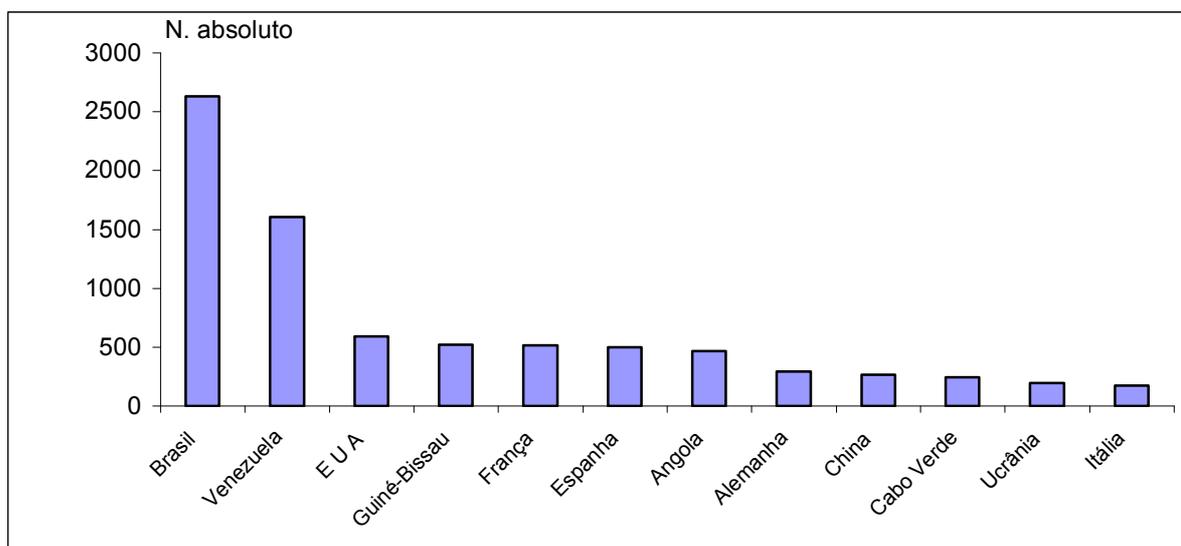


Figura 50 – Distrito de Aveiro: principais comunidades estrangeiras residentes.

Fonte: SEF, 2006.

Ao analisar-se a figura acima, percebeu-se que, em termos quantitativos, a brasileira ocupa a primeira posição, seguida da venezuelana, americana, guineense entre outras. Após a elaboração de uma breve síntese geográfica sobre os distritos de Coimbra, Leiria e Aveiro conclui-se que a comunidade brasileira destaca-se como a principal comunidade de trabalhadores imigrantes. Para melhor compreender, procurou-se investigar sobre o perfil dos trabalhadores brasileiros, ou seja, quem são, quando chegou, o que motivou a migração, a percepção sobre o Brasil e como se integra ao mundo do trabalho na Região Centro de Portugal.

5 – Perfil socioeconômico da comunidade brasileira nos distritos analisados

Os fatores sócio-culturais, econômicos e políticos, aliados à vastidão do território e ao clima, contribuíram para a formação dos vários “brasis”. De norte a sul e de leste a oeste existe uma diversidade étnico-cultural expressiva. Cada região ou Estado brasileiro apresenta uma característica própria que retrata encontros, desencontros e permanências de variados povos que participaram, historicamente, da composição étnica da atual população brasileira.

Após analisar os distritos, individualmente, procurou-se estabelecer uma síntese para o entendimento das mobilidades territoriais e do perfil socioeconômico dos trabalhadores brasileiros na Região Centro de Portugal. Para entender quem são os/as brasileiros/as que estão a trabalhar nos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, como se inserem no mundo do trabalho e a motivação para a saída do Brasil, selecionaram-se algumas variáveis por pensar que possam respaldar o entendimento da questão. De onde vêm, o lugar onde nasceram, a existência ou não de uma cultura migratória, a situação funcional, o itinerário anterior à emigração para Portugal e a escolaridade, dentre outros, são importantes para a compreensão sobre as razões que estimulam brasileiros e brasileiras tentarem um futuro fora do seu país.

De onde vêm?

O entendimento dos processos migratórios, na atualidade, passa pela compreensão também do lugar de nascimento e de residência da comunidade imigrante analisada. Quanto ao lugar de nascimento, a maioria dos sujeitos desta investigação nasceu na Região Sudeste, com um total de 58,4 %. Em segundo lugar, tem destaque a Região Nordeste com 17,4 %. Em terceiro, a Região Sul com 12,9% dos inquiridos na investigação, conforme figura 51.

A figura 51 mostra os caminhos percorridos por trabalhadores brasileiros antes de emigrar para a Região Centro de Portugal. O gráfico evidencia um certo equilíbrio numérico na relação lugar de nascimento e de residência de brasileiros inquiridos, antes de se submeter a uma migração internacional, mas nem sempre o lugar de nascimento coincide com o lugar de residência, evidenciando assim um processo migratório interno. Neste percurso de migração, a Região Sudeste foi a que mais acolheu brasileiros oriundos de outras regiões, nomeadamente da Região Nordeste, com um percentual de aumento de 4%. Por sua vez, esta região foi a de maior saída, com um percentual de diminuição de 5,6%.

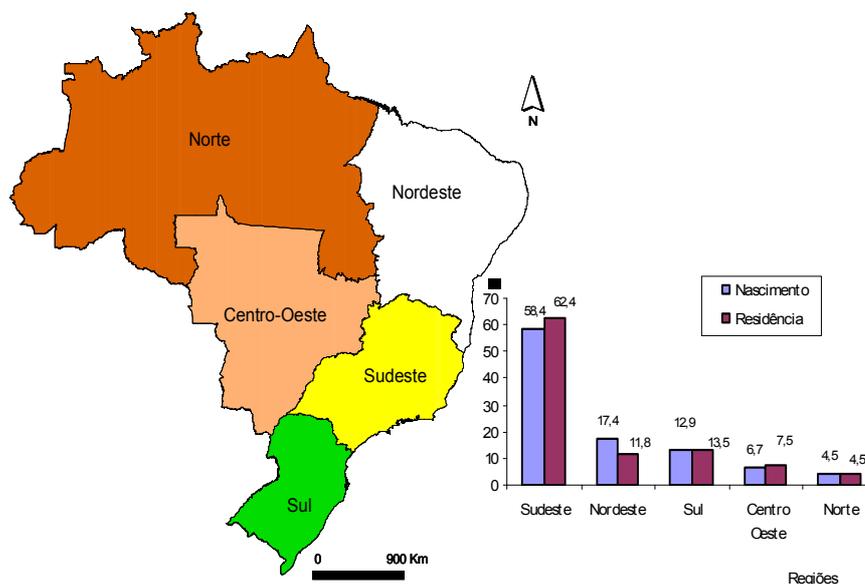


Figura 51 – Caminhos percorridos antes de emigrar para a Região Centro.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Após a análise de aspectos da comunidade brasileira inquirida por distrito, analisar-se-á o conjunto das informações para melhor visualização. A figura 52 mostra o lugar de nascimento e de residência de brasileiros inquiridos nos distritos de Aveiro, Leiria e Coimbra, antes de submeter a uma migração internacional. Nos concelhos analisados, a maioria é oriunda da Região Sudeste. Os sujeitos da investigação no distrito de Aveiro, por exemplo, são oriundos de várias regiões do Brasil, exceto da Região Centro-Oeste. Em primeiro lugar, tem destaque a Região Sudeste e em segundo a Região Nordeste. O menor quantitativo de brasileiros é da Região Sul, (figura 52).

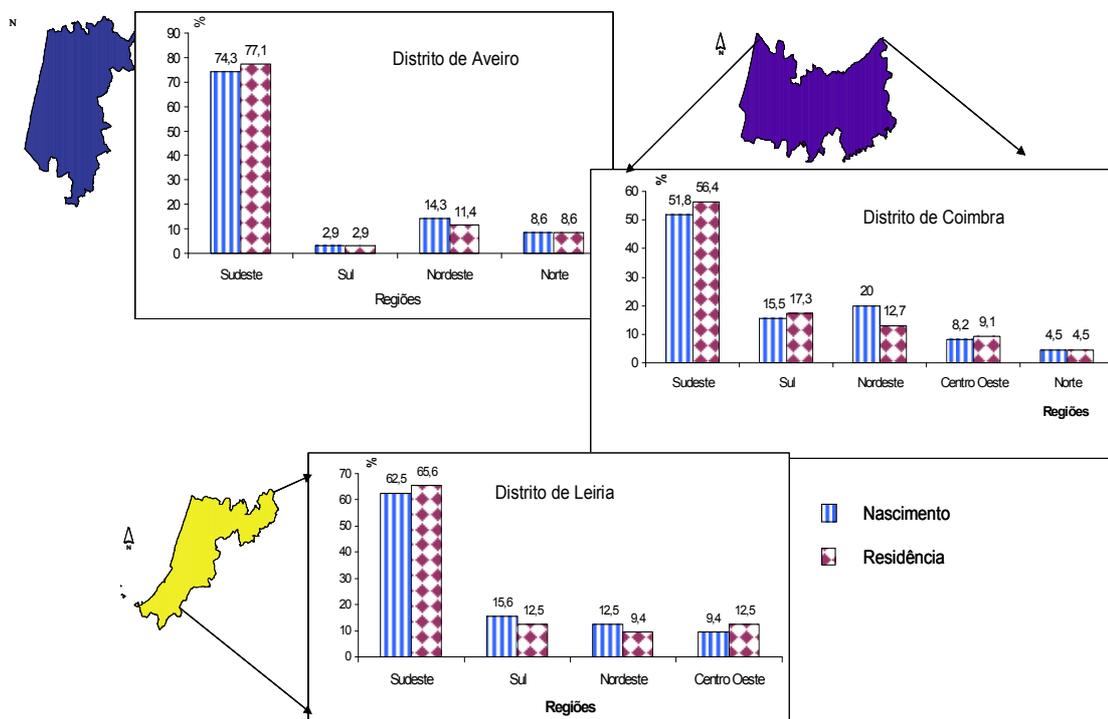


Figura 52 – Regiões de origem dos brasileiros, por distritos analisados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

No distrito de Leiria, percebe-se a presença de trabalhadores inquiridos de todas as regiões do Brasil, exceto da Região Norte. No caso dos sujeitos da investigação na Região de Coimbra, ao reportar-se para o lugar onde nasceram, 51,8 % deles afirmaram ter nascido na Região Sudeste, 20 % nasceram na Região Nordeste, 15,5 % na Região Sul, 8,2 % na Região Centro Oeste e 4,5% na Região Norte.

Através deste gráfico, pode-se perceber o itinerário do trabalhador brasileiro antes de emigrar para Coimbra. No entanto, mesmo num ritmo reduzido, salienta-se que a emigração do Nordeste em direção ao Centro-Sul do país ainda constitui uma constante. Até o presente momento, a pesquisa identificou que o maior fluxo de brasileira(o) que reside e trabalha no distrito de Coimbra nasceu na Região Sudeste, Nordeste e Sul do país, nomeadamente dos Estados de

Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul, (figura 53).

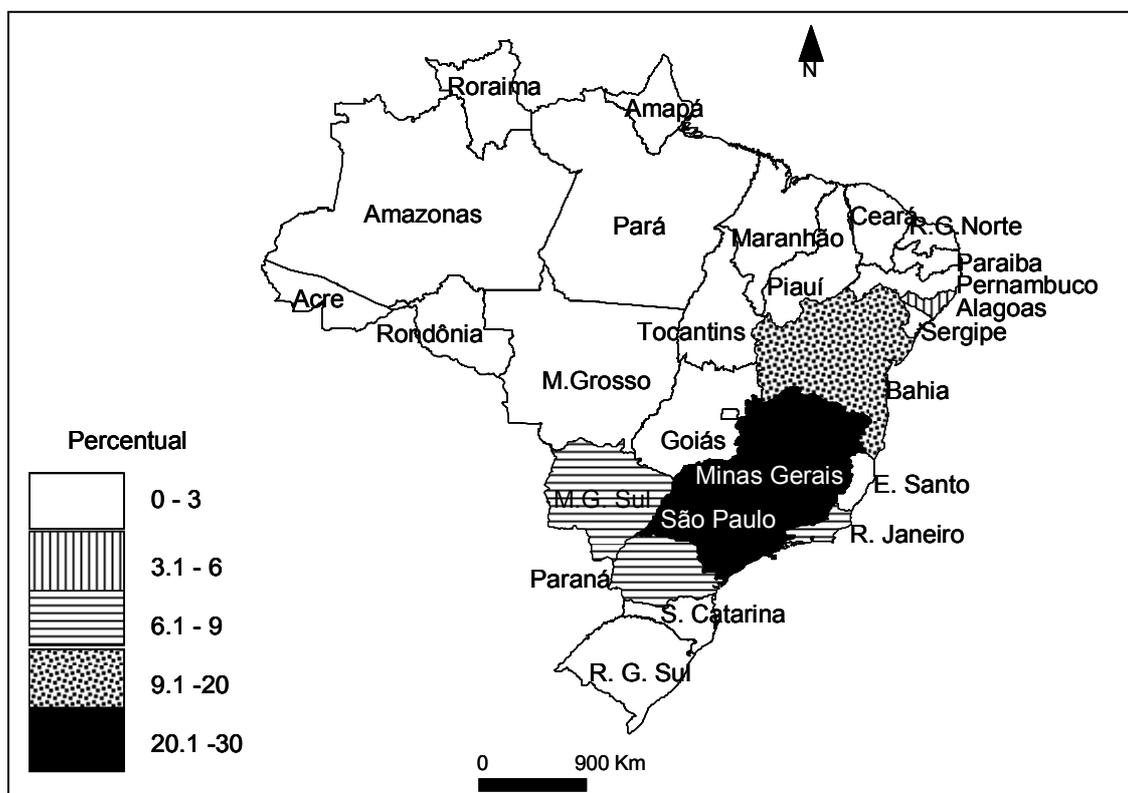


Figura 53 – Estado de origem dos trabalhadores brasileiros em Coimbra.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

As figuras 52 e 53 complementam-se ao mostrar que a maioria dos inquiridos é oriunda da Região Sudeste e Sul, reafirmando a primeira hipótese secundária da pesquisa: **A maioria dos/as imigrantes brasileiros/as na Região Centro de Portugal tem origem domiciliar nos estados localizados no Centro-Sul do Brasil.**

Ao analisar o lugar de nascimento e o de residência antes de emigrar para a Região Centro de Portugal, nota-se a existência de um circuito migratório interno, de característica familiar. Ao comparar ambas as variáveis verifica-se que nem sempre o lugar de nascimento é o mesmo lugar de residência e que a experiência migratória dos pais fortalece o indivíduo na hora da decisão de partir. Detectou-se ainda que muitos filhos de imigrantes acompanham o ritmo migratório dos pais, sobretudo aqueles que têm origem familiar ligada ao mundo europeu. Isso porque

desde o processo de colonização, o Brasil foi a “árvore de pataca⁶¹” (MACHADO, 2000:39) *que* acolheu vários povos e, ao longo das décadas de 1970 e 1980, os movimentos migratórios internos⁶², no Brasil, foram intensificados, conforme retratado no capítulo III.

Os movimentos emigratórios de brasileiros ganharam, a partir do final da década de 1990, novos contornos e direcionamentos variados, não somente no plano interno, a exemplo do Nordeste – Sudeste/Sul (tradicional) e Sul- Norte/ Centro-Oeste, (recente), como também no plano externo, com destino aos países que estão no centro e na semiperiferia do capitalismo.

Muitas famílias, cuja história de migração é uma constante, saíram da Região Nordeste em direção ao eixo Sudeste, Sul e Norte, e outras da Região Sul em direção às fronteiras agrícolas da Região Norte e Centro-Oeste. A partir da década de 1990, a emigração brasileira ganhou novos contornos e itinerários geográficos, sobretudo para os EUA, Inglaterra, Japão, Portugal, Espanha, China, entre outros.

As dificuldades de vivência no Brasil, marcada por forte exclusão social, baixos salários, dificuldade de acesso ao sistema de saúde e de educação com qualidade, como também, a vontade em querer conhecer outras realidades estão na base de entendimento do que leva brasileira e brasileiro sair para longe de casa.

Os investimentos sociais, no Brasil, não acompanharam com a mesma intensidade o aumento da dívida externa, o processo de latifundialização e a concentração de renda, conforme já foi retratado no capítulo III. Diante dos obstáculos para se viver com qualidade de vida no Brasil, faz-se importante conhecer os motivos da migração no momento da chegada.

Anos de chegada

As conseqüências dos processos motivadores da emigração são perceptíveis nas falas dos trabalhadores brasileiros na Região Centro, ao

⁶¹ O Brasil era considerado pelos colonizadores portugueses como a árvore de patacas. Isto porque era um lugar com infinita riqueza, considerado como o paraíso da ascensão social.

⁶² Esta questão pode ser aprofundada nas obras de Graziano Silva (1996 e 1999), Daniel Santos (2003) e Ely Estrela (2003), entre outros.

salientar que a década de 1990 marca o incentivo à diáspora brasileira em direção a vários países do mundo⁶³, com o sonho de conquistar as condições objetivas de sobrevivência. A partir desta década, começa a aumentar a pressão internacional para diminuir o fluxo de trabalhadores imigrantes, sobretudo os de menor qualificação profissional. No grupo dos sujeitos pesquisados, ao analisar o período de chegada na Região Centro de Portugal, salienta-se que a maioria chegou após os anos de 2001, com destaque para o ano de 2003, quando foi efetivado por ambos os Presidentes da República um acordo visando regularizar a documentação de brasileiros em Portugal e dos portugueses no Brasil, (figura 54).

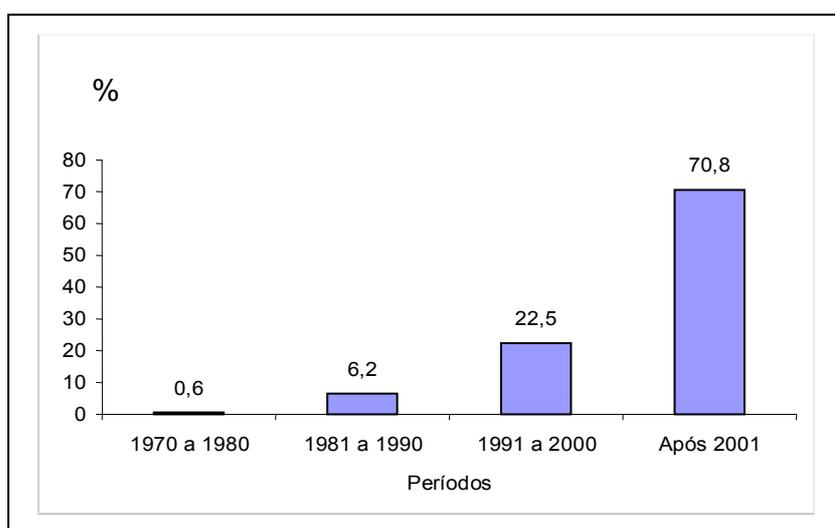


Figura 54 – Ano de chegada de brasileiros na Região Centro
Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A intensificação do fluxo emigratório em direção à Região Centro de Portugal ocorre a partir da década de 1990, (figura 54). Demarca um período de muita insegurança e insatisfação com as políticas do governo brasileiro. De acordo com a pesquisa de campo, é após a década de 2001 que muitos brasileiros chegaram, sobretudo sem a documentação necessária que permite o ingresso no mercado, ou seja, o visto de trabalho. Ao lado da dificuldade em conseguir um contrato de trabalho no Brasil, muitos supõem que a vinda do Presidente Lula da Silva a Portugal iria facilitar a regularização dos brasileiros indocumentados em território

⁶³ Ver as estratégias de integração de imigrantes brasileiros em vários países do mundo em Torresan (1994), Martes (1999), Sales (1999), Machado (2003) e Téchio (2006).

português. Dessa forma, migraram como turista. No entanto, apenas os que chegaram ao país até Julho de 2003 foram “beneficiados” com o acordo entre os dois países, conhecido como “Acordo Lula”⁶⁴, que consistia numa regulamentação extraordinária, concedida por ambos os governos.

Ao detalhar esta questão, detectou-se que, nos distritos analisados, o fluxo maior de brasileiros ocorre a partir da década de 1990. Menos de 1% dos nossos inquiridos chegou na década de 1970, no distrito de Coimbra, período este caracterizado pela regime salazarista em Portugal, e no Brasil vários movimentos sociais no campo e na cidade. Na década de 1981, os distritos de Aveiro, Leiria e Coimbra apresentam índice inferior a 7%. Conforme já foi explicado em capítulo antecessor, até a década de 1990 a emigração brasileira estava dirigida para os Estados Unidos e para o Paraguai. As barreiras impostas por aqueles países para controlar o número de imigrantes no território nacional contribuíram para um novo direcionamento da emigração brasileira. Portanto, é na década 2000 que vai caracterizar o aumento da imigração brasileira em direção aos distritos analisados, com índices em torno de 5 vezes maior em relação à década anterior, (figura 55).

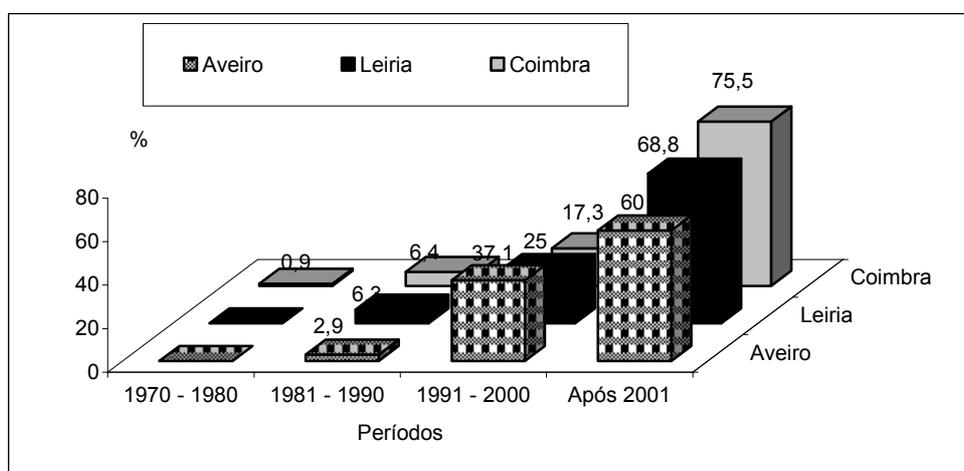


Figura 55 – Período de chegada de brasileiros nos distritos analisados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Após os anos de 2001, continua o aumento da chegada de brasileiro para esta Região. Dos três distritos analisados, Coimbra apresenta um maior crescimento no recebimento de conterrâneos do além-mar. No período de 1991 a 2000, este distrito havia recebido 17,3%, no período seguinte recebeu 75,5% de

⁶⁴ Maior aprofundamento no capítulo VII.

brasileiros, cujo aumento foi superior a 300%, conforme figura 55. Com o índice crescente de desemprego e de distúrbios sociais, no Brasil, ao lado das relações históricas e culturais entre esses lugares, Coimbra, também, tem sido um “porto” de chegada para muitos brasileiros. Segundo o SEF, a partir desta década, aumenta o fluxo da imigração brasileira em Portugal.

Observa-se que, a partir desta década, a curva é ascendente com uma forte tendência a ser, numericamente, a principal comunidade estrangeira em Portugal. Esse entendimento porque os números emitidos pelas instituições oficiais⁶⁵ não evidenciam, com precisão, o fluxo da imigração brasileira. A investigação tem apontado que as dificuldades para aquisição do visto de trabalho ou de estudo têm feito com que muitos brasileiros migrem apenas com visto de turista ampliando, assim, o número de indocumentados no país. O Acordo bilateral entre os dois países possibilita a entrada como turista, o que facilita, de uma certa maneira, o aumento de indocumentados no país.

Ao investigar-se sobre o desejo de migrar para Portugal, a maioria respondeu que o primeiro itinerário preferencial seria emigrar diretamente para a América do Norte, entretanto as dificuldades em conseguir o visto e as sanções impostas pelos EUA para conter a imigração clandestina, tendo como consequência o fechamento das fronteiras, levaram a se escolher Portugal. Alguns entrevistados chegaram à Região Centro de Portugal após passarem por experiência migratória no Japão, EUA, China e Inglaterra. Alegaram que a barreira da língua constituiu o principal obstáculo a não fixação naqueles países. Salientaram que as relações históricas, a proximidade linguística e a rotina de trabalho contribuíram para a escolha deste país. Alguns revelaram também que o medo e o stress do dia-a-dia nos Estados Unidos ajudaram na decisão de migrar para o Distrito de Coimbra. Tem um depoimento de uma entrevistada que evidencia algumas diferenças que fizeram com que ela saísse dos Estados Unidos e fosse para Portugal. Evidentemente que o fato do namorado, actual marido, estar morando em Coimbra, Portugal, há 5 anos, constitui fator preponderante na decisão de emigrar dos EUA para Portugal.

⁶⁵ Estas incertezas quanto ao quantitativo de imigrantes em Portugal foram amplamente discutidas no Workshop realizado pela Organização Internacional para as Migrações. (acessado em <http://www.un.int/iom/Workshop>)

Nasci em Sergipe e migrei aos 6 anos com os meus pais para Pernambuco. Aos 19 anos, interrompi o curso de Letras com Inglês que fazia na Universidade Federal de Pernambuco para realizar o meu segundo percurso migratório, com destino aos EUA. Não conhecia ninguém, lá permaneci por 5 anos e apesar de ter tido uma experiência de trabalho e de cultura muito boa, não desejei permanecer por mais tempo. A vida era muito corrida, só tinha 30 minutos para o almoço, penso que não era isso que desejava. E o medo dos atentados, e a polícia de fronteira era um controle. De lá me correspondia com o antigo namorado por nome G, também brasileiro que havia migrado, na mesma época que eu, para Coimbra. Após 5 anos retornei ao Brasil para casar com G e fui morar em Coimbra. Quando cheguei, achei tudo muito diferente dos EUA principalmente as relações de vizinhança, são curiosos, perguntam tudo sobre nós.... A vida aqui é mais tranquila, tenho horário mais alargado para o almoço, 2 horas. Quando está doente o migrante é atendido no hospital e não tem conta extra. Paga-se um valor pequeno pela consulta, a co-participação. Quando se está doente, os dias parados não são descontados. Mesmo ganhando pouco, aqui dá para juntar mais dinheiro, as coisas são mais baratas (L, 2005).

Como se viu, a chegada de L foi bastante diferente de outros imigrantes, sobretudo quando não se têm os documentos. Como o marido já estava em Portugal, há cinco anos, não foi difícil o ingresso no mercado de trabalho, pois trabalha numa empresa onde o marido prestava serviço. A entrevistada tem contrato de trabalho, assistência médica, horário para o almoço, diferentemente de outros brasileiros que trabalham no mesmo distrito, mas não têm duas horas para almoço, nem férias, subsídio de natal, entre outros.

O sistema de saúde é bastante complicado para quem não tem o visto de trabalho, em cuja situação são encontrados muitos. O ritmo acelerado para ganhar dinheiro torna-se cansativo para o imigrante brasileiro. Este fica muito ligado ao trabalho e ao Brasil, passa a não vivenciar e nem conhecer a cultura do país de acolhimento. Quer juntar sempre mais e mais dinheiro, trabalha em média 16 horas por dia, às vezes, para aumentar a renda, tem mais de um emprego. Estes são super explorados e as dificuldades para conseguir o contrato de trabalho fazem com que as relações fiquem mais subterrâneas, o que fortalece a proliferação de redes de exploração. Mesmo enfrentando as adversidades do dia-a-dia na Região Centro de Portugal, os inquiridos afirmaram que preferem correr o risco com a migração. Porque os elementos motivadores para a permanência no país de origem não são suficientes para a realização do sonho de comprar uma casa, pagar as contas, comprar um carro, entre outros motivos.

Motivações para a saída do Brasil

Ao analisar as causas das migrações internas no Brasil, Singer (1987) já atentava para isso, ao salientar que as desigualdades regionais e o processo de industrialização estão no cerne da questão. Este autor revela ainda que o movimento da população resulta de dois factores, o de **mudança** e o de **estagnação**. O primeiro decorre do processo de industrialização, tendo como consequência a intensificação da produção capitalista nas áreas rurais, com o aumento da produtividade e a redução do nível de emprego. O segundo fator tem a ver com a pressão populacional sobre as áreas agrícolas, com a redução das áreas cultiváveis e a monopolização da terra.

Esses fatores têm ampliado as perspectivas para a compreensão da diáspora brasileira em direção a vários países do mundo, inclusive para Portugal. Além desses fatores que influenciaram diretamente as migrações internas no Brasil, sobretudo nos anos de 1960 a 1970, no caso específico da migração internacional de trabalhadores brasileiros, estão presentes também os baixos salários, a marginalização social e, sobretudo, os efeitos da globalização, uma vez que o acesso a um salário justo, à educação, à saúde e à habitação de qualidade não tem sido socialmente igualitária.

Assim, as desigualdades regionais que acompanham o processo de industrialização e a ampliação dos meios tecnológicos e de comunicação estão na base de entendimento das migrações internacionais de brasileiros. Isso tem proporcionado uma concentração geográfica dos elementos da dinâmica territorial e, antagonicamente, contribuído para o empobrecimento dos lugares. Esse ponto foi aprofundado nos capítulos III, V e VI.

As motivações que influenciam nas migrações são bastantes complexas, a envolver variáveis econômicas, subjetivas, culturais e sociais. É comum o entendimento de que a migração está relacionada às questões de natureza económica. Rocha-Trindade (1995:90) afirma que as teorias económicas não são suficientes para a compreensão dos elementos motivadores da migração. A autora destaca a importância de agregar às teorias económicas a motivação pessoal e individual, uma vez que as redes sociais e os sistemas migratórios podem auxiliar no entendimento da questão. A autora ainda afirma que a análise dos movimentos migratórios a partir das redes sociais é importante porque

permite compreender as vivências, o comportamento e as relações individuais ou coletivas. “As redes sociais fundadas em laços familiares, de amizade e com base na identidade de uma determinada comunidade, são categorias analíticas fundamentais para a análise dos sistemas migratórios”, (ROCHA-TRINDADE, O . cit:91).

No plano das motivações individuais, considerou-se que a força de vontade também é importante para compreender os processos migratórios. O ato de emigrar passa, também, por uma abordagem psico-social que requer muita coragem e força de vontade na hora da partida e, sobretudo, suportar a ausência de referências identitárias: a família e os amigos. No caso específico de trabalhadores (as) brasileiros (as) investigados na Região Centro de Portugal, as entrevistas realizadas e os inquéritos apontaram para as questões econômicas, sociais e demográficas a predominar no cenário da emigração brasileira. Assim, os inquiridos nos distritos de Aveiro, Leiria, Coimbra identificaram a motivação pessoal como categoria importante, contudo, não desprezam as motivações de ordem econômica na compreensão dos movimentos migratórios. A figura 56 mostra os elementos de maior motivação para a emigração brasileira em direção à Região Centro, ressaltados pelos sujeitos da investigação.

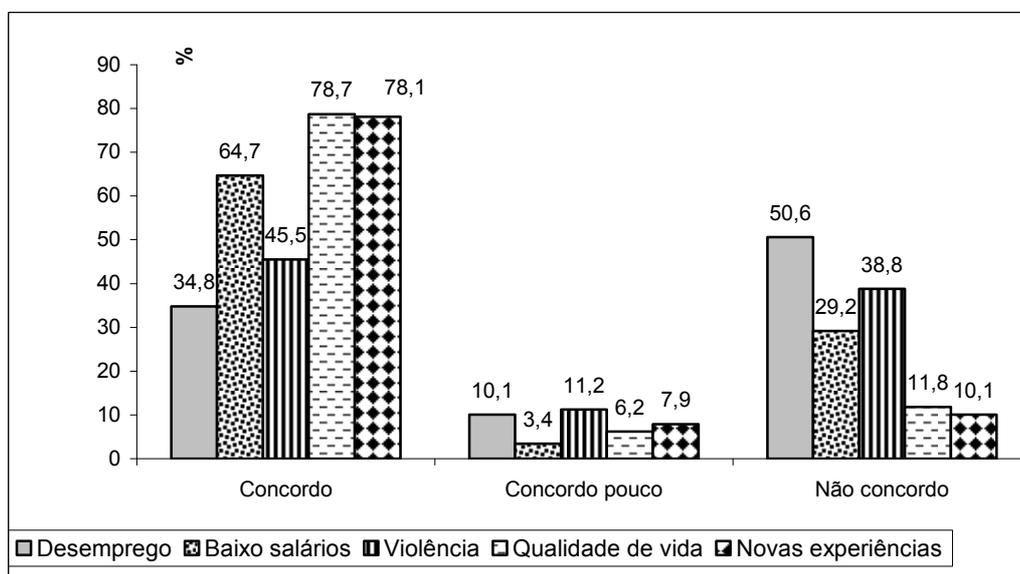


Figura 56 – As causas da emigração brasileira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A figura 56 evidencia uma predominância da resposta **concordo** para todas as variáveis, sejam elas econômicas ou psicosociais. Porém, a melhora da qualidade de vida e a busca de novas experiências aparecem, respectivamente, em primeiro e segundo lugar. O desemprego, os baixos salários, a violência e as dificuldades para acessar alguns equipamentos de consumo foram identificados pelos inquiridos, também, como elementos motivadores. Isto fortalece a vontade de buscar melhores condições de vida em outro país, no caso específico Portugal.

Detalhado esta questão por distritos, onde os imigrantes brasileiros vivem e trabalham, percebeu-se que melhorar a qualidade de vida e a busca por novas experiências aparecem com um maior peso. Dando sequência à identificação das variáveis motivadoras da emigração brasileira, os baixos salários e a violência aparecem nos três distritos analisados, em terceiro e na quarta posição, e, por último, o desemprego, conforme figura 57.

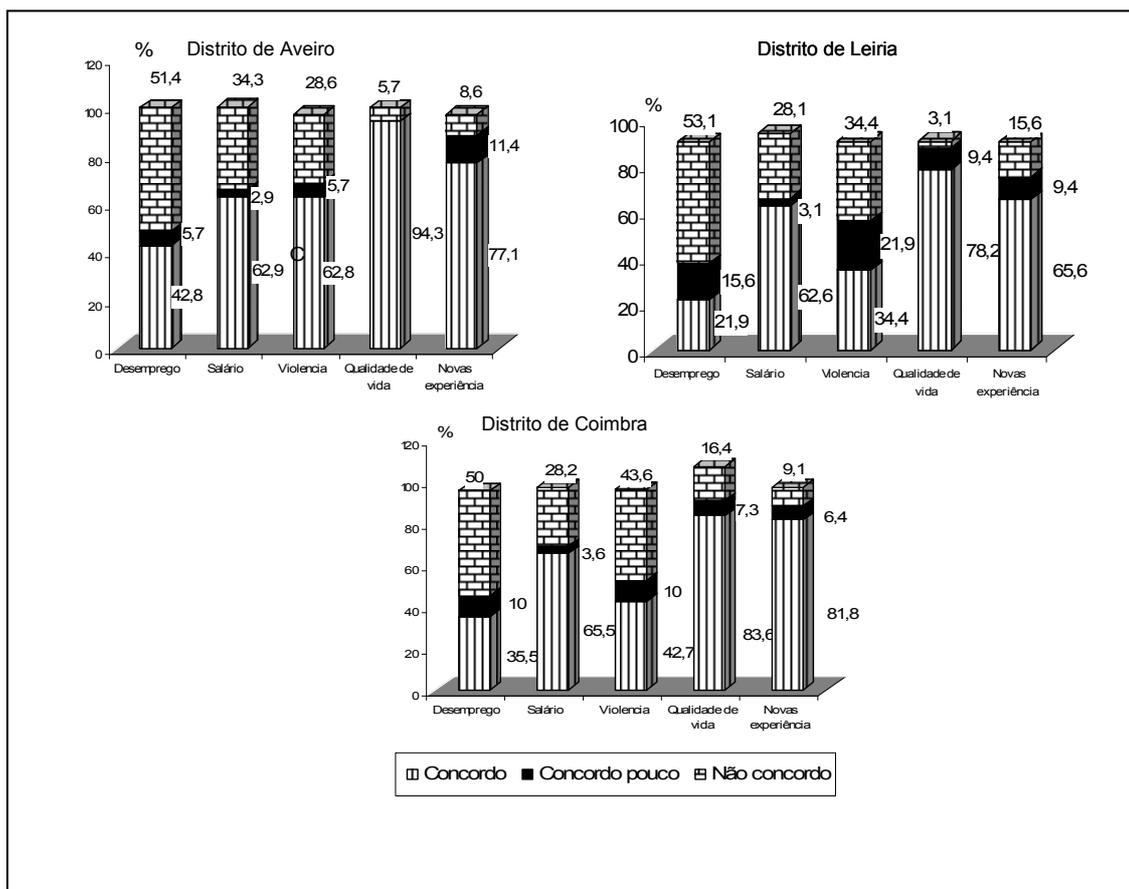


Figura 57 – Olhares sobre as variáveis motivadoras da emigração brasileira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Para eles, o desemprego não aparece em primeiro lugar porque sempre arranjam alguma coisa para fazer, na forma de biscate⁶⁶, ou outras atividades. A diferença é que, no Brasil, o salário mínimo não é suficiente para ter acesso à escola, à saúde, à segurança, à aquisição de moradia própria, entre outras. Isso porque as instituições públicas têm se mostrado pouco eficiente para atender às necessidades da população. Segundo os inquiridos, nessa região, mesmo com as condições precárias de trabalho e recebendo salário mínimo nacional, em Portugal as condições de vida são melhores, ou seja, o Estado é mais providência.

Dessa forma, conforme já se ratificou anteriormente, as variáveis econômicas e psicosociais estão na base de entendimento do processo migratório, ou seja, para o grupo entrevistado a vontade para adquirir novas experiências, melhorar a qualidade de vida, os baixos salários, a violência e o desemprego constituem variáveis motivadoras para a emigração brasileira. O fato do Brasil ser um país de estrutura etária jovem, a baixa participação desta população nos setores produtivos, as diferenças de moedas, as redes sociais estabelecidas na Região Centro, a existência de associações de imigrantes, as políticas de acolhimento e a necessidade de muitos jovens e adultos em compartilhar novas experiências constituem os principais motivos a estimular grande parte da comunidade brasileira a engajar-se numa migração internacional em direcção a Portugal. Estas motivações também foram detectadas na pesquisa desenvolvida por Sales (1999), em Boston. Tanto em Boston com na Região Centro de Portugal brasileiros e brasileiras migraram em busca de uma ascensão econômica, negada no Brasil, que possibilite a aquisição de determinados bens de consumo. Assim, faz-se importante conhecer os percursos de trabalho dos inquiridos antes de realizar a migração para esta Região.

Situação perante o trabalho

Quanto à situação perante o trabalho, no momento da saída do Brasil, a maioria respondeu que era assalariada, tinha emprego formal, perfazendo mensalmente em média 2 salários mínimos⁶⁷. A partir do surgimento de

⁶⁶ Terminologia usada para caracterizar um tipo de trabalho de pouca monta, pequeno ganho, bico, gancho (Fernandes et al, 1999).

⁶⁷ O salário mínimo, no Brasil, em Junho de 2006 é de 350 reais, o equivalente a mais ou menos 100 euros.

oportunidades, imbuídos de muita coragem, muitos afirmaram ter pedido demissão do emprego para se arriscar num movimento internacional de trabalhadores. Outros trabalhavam por conta própria, realizando serviços de pintura, pedreiro, dono de pequeno negócio ou estavam desempregados. Foram encontrados também brasileiros aposentados por invalidez e, para aumentar a renda, migraram para essa Região, (figura 58).

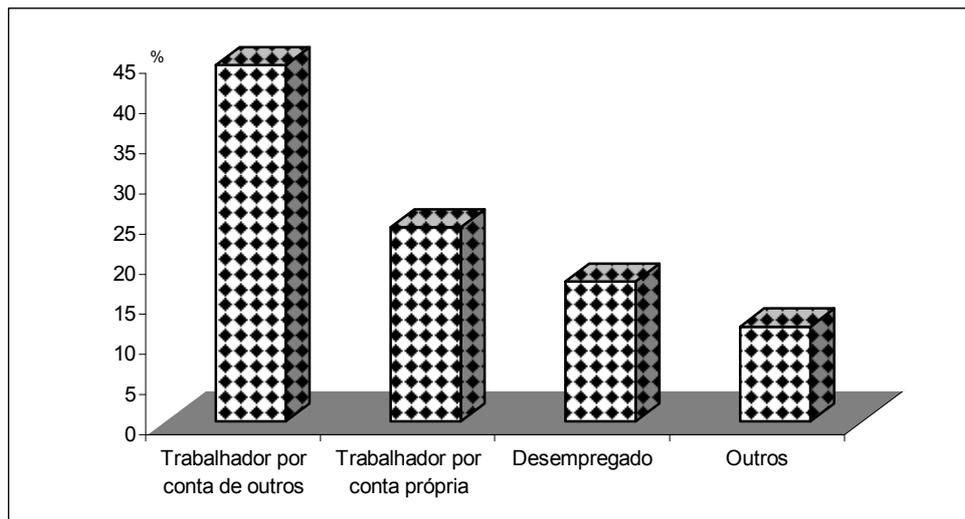


Figura 58 – Situação funcional dos inquiridos no Brasil.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A figura mostra o universo das respostas dos inquiridos, nesta região, sobre a situação funcional antes da realização da migração. Os 44,4% dos imigrantes brasileiros trabalhavam formalmente e possuíam um contrato de trabalho; 24,2% trabalhavam por conta própria; 17,4% estavam desempregados e realizavam algum tipo de biscoite, inserindo-se assim no mercado informal. Daí eles afirmarem que o desemprego não constitui a principal causa da emigração brasileira, porque sempre arranjam algum tipo de atividade informal para realizar, o que reforça a hipótese da causa da migração não ser só econômica. Ainda na visão dos inquiridos, o principal problema detectado no Brasil, consiste nos baixos salários e na baixa ação do Estado para a efetivação de políticas públicas. Esses problemas constituem uma realidade, mas não pode-se deixar de considerar que os reflexos da tecnificação e da globalização, no território brasileiro, têm se manifestado através do desemprego, da violência, da miséria, das doenças, do

analfabetismo, da prostituição e da concentração da renda (CATAPAN et al, O. Cit.)

Sinaliza-se também que o número de mulheres brasileiras emigrando, com idade média de 35 anos, é crescente. Muitas delas são solteiras ou saíram de casamentos que não deram certo, por isso resolveram migrar para trabalhar e manter os filhos, que ficaram geralmente aos cuidados da família. Para isso, trabalham para mantê-los, enviando pequenas economias mensalmente, para suprir as necessidades da família.

A justificativa para a emigração apóia-se nas questões evidenciadas anteriormente como adquirir a casa própria, acessar alguns bens de consumo, a exemplo de carro, DVD, telemóvel, máquina de filmar, como também, reunir dinheiro para montar o próprio negócio quando retornar ao Brasil.

Os diálogos estabelecidos com os trabalhadores brasileiros demonstraram que alguns quando chegam a Portugal, e estão definidos a permanecer por mais tempo, compram logo um carro, realizando assim um dos sonhos de consumo, conforme salienta “aqui é mais fácil comprar um carro, comprei logo um por 450 euros. Com dois meses de trabalho eu consegui pagar” (K, 2005).

O acesso a determinados equipamentos de bens de consumo é mais facilitado, seja através da compra, doações ou empréstimos. Está sendo construída uma rede de informação e circulação, não somente presencial (do tipo boca a boca), como também através da INTERNET, o que facilita a aquisição do emprego, a circulação de informação, a troca e a comercialização de vários produtos entre os trabalhadores brasileiros. A compra de um carro, por exemplo, torna-se mais acessível, devido ao fato deste produto estar mais adequado às condições financeiras quanto à divulgação da informação na rede. Geralmente são carros com mais de 10 anos de uso, mas com bom estado de conservação, o que possibilita a aquisição do produto. Enquanto no Brasil a comprar de um veículo popular, ano 1998, custa em torno de 39 salários mínimos, em Portugal, na mesma faixa de preço, modelo equivalente e ano, é preciso 7 salários mínimos⁶⁸.

Conforme salienta Machado “... as relações econômicas têm perfis diferenciados: desde doações voluntárias, empréstimos “na confiança”, até

⁶⁸ O salário mínimo em Portugal está em torno de 360 euros e no Brasil é de 350 reais, em Junho de 2006.

negociações de agiotagem explícita.... É muito comum amigos que participam da mesma rede engajarem-se em trocas de bens variados, como ativadores de complexos mecanismos de reciprocidade... (MACHADO, 2003:80)". Ao concordar com o autor, reafirma-se a importância dos convívios e dos encontros como forma de ampliação das redes de informação e de circulação de bens entre os integrantes da comunidade brasileira na Região Centro de Portugal.

Isto tem chamado a atenção dos trabalhadores brasileiros quando afirmam que, mesmo ganhando em média dois salários mínimos, vive-se melhor nessa Região. Ainda, segundo eles, a água para beber é de qualidade, andam nas ruas sem preocupação com assaltos, a escola para os filhos é pública e estudam o dia todo. Um dos entrevistados, ao falar sobre as vantagens e desvantagens de viver fora do país de nascimento, relatou o seguinte: " o meu filho estuda na mesma escola do filho do doutor, o sistema de saúde é bom, enfim só preciso ir ao Brasil a cada dois anos para rever a família, os amigos e tomar banho de mar com água bem quentinha (K, 2006).

O depoimento acima revela uma experiência pessoal no tocante ao acesso à escola. Em princípio, no Brasil existem dois tipos de escolas: a do pobre e a do rico. Por isso K exprime com entusiasmo " o meu filho estuda na mesma escola do filho do doutor". A realidade observada anteriormente refere-se àqueles que estão documentados no país e, após um período de mais ou menos três anos passam a entender a dinâmica territorial do país de acolhimento. Em contrapartida esta constitui uma face da realidade daqueles que arriscam o futuro longe de casa. A outra face refere-se à forma como percebem a origem dos problemas no Brasil, assim como a tristeza retratada por eles nas relações interculturais, o que dificulta a criação de laços e do sentimento de pertença ao território.

Percepção dos sujeitos

Os problemas sociais vivenciados pelos brasileiros remetem a pensar-se sobre o processo de desenvolvimento desigual e contraditório. O país convive com a opulência da riqueza e a crescente massificação da pobreza. Ao perguntar-se sobre a origem dos principais problemas atravessados pelo país, na actualidade, responderam por ordem de importância, conforme figura 59.

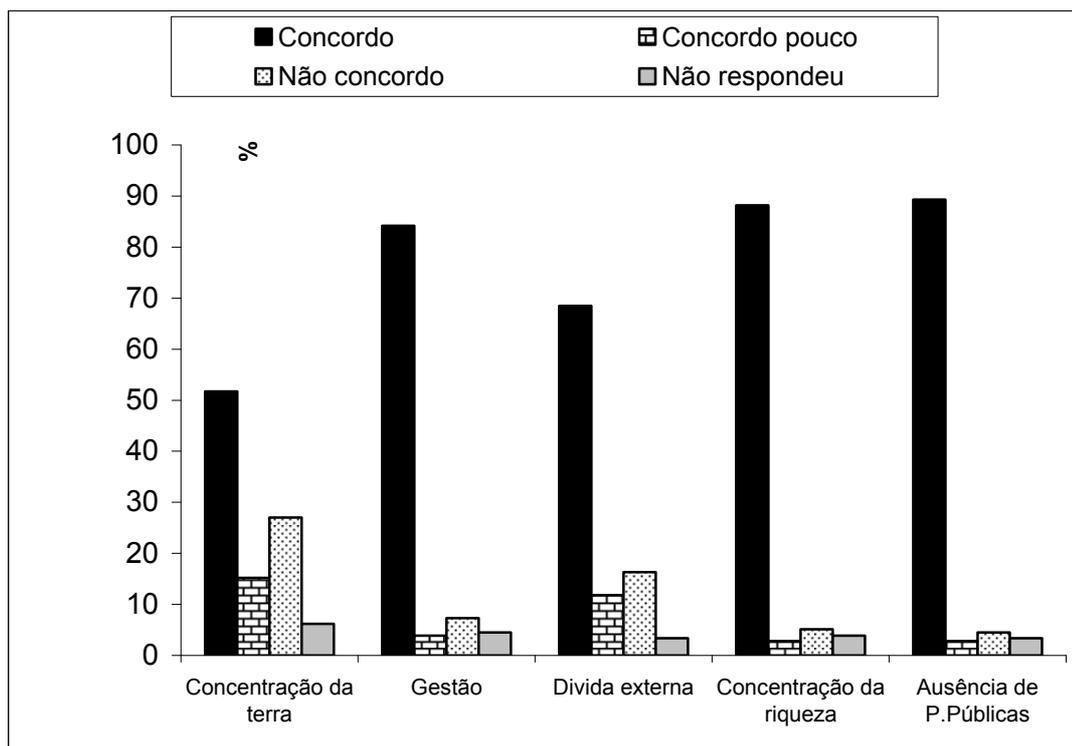


Figura 59 – Origem dos principais problemas sociais no Brasil.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A figura 59 mostra a percepção deles/as sobre a questão dos principais problemas. Estabeleceu-se para cada variável quatro possibilidades de respostas: concordo, concordo pouco, não concordo e não respondeu. Dentre elas, os inquiridos consideram que os principais problemas sociais, no Brasil, por ordem de significação, estão relacionados à ausência de políticas públicas, (89,3 %); à concentração da riqueza, (88,2%); à baixa intensidade na gestão do patrimônio do país, (84,2%); à dívida externa, (68,5%) e à concentração de terra, tanto no campo como na cidade, com 51,7%.

Para Sales (2005:129), o ano de 1985 significou o marco das migrações internacionais de trabalhadores brasileiros. Período esse caracterizado pela autora como a “década perdida”, foi um período de recessão e crise, mas também foi de muita transformação, mobilização e acima de tudo “perspectivas promissoras” de mudanças.

Mesmo diante das adversidades e da ausência de posturas éticas perspectiva-se a possibilidade do país ultrapassar a atual situação. Para isso, faz-se necessária uma maior transparência administrativa, ampliação dos canais de

participação da população brasileira e na melhoria do sistema educacional do Brasil.

O nível de conscientização da população inquirida na Região Centro de Portugal e a clareza com que evidenciam os problemas brasileiros que têm estimulado a migração é algo considerado, nesta pesquisa, muito relevante. Isso reafirma as nossas convicções sobre a origem da emigração brasileira e a necessidade ética do aproveitamento das potencialidades, com justiça e igualdade. As variáveis identificadas na investigação, como fissuras, que contribuem para a ampliação da emigração brasileira, em direção à Região Centro de Portugal, foram também discutidas no encontro realizado em Brasília, Distrito Federal, nos dias 15 e 16 de Novembro de 2006. Nesse encontro, os militantes de movimentos sociais, pastorais e centrais sindicais afirmaram que:

Embora a vida dos mais pobres tenha melhorado, como resultado das políticas compensatórias, a macro política econômica continua privilegiando o capital financeiro e o agro-negócio voltado para a exportação, visando o pagamento da dívida pública (BASSEGIO⁶⁹, 2006).

Nesse sentido, reafirma-se a importância das organizações populares como meio de exigir mais ética e transparência na gestão do Estado. No tocante ao agro-negócio, esta constitui uma questão bastante polêmica. O desenvolvimento do agro-negócio com destaque para a agricultura orgânica ocupou, em 2004, o 34º lugar, dentre os maiores produtores. Principais produtos exportados⁷⁰ são: soja, eucalipto, açúcar mascavo, açúcar branco, café, sucos cítricos, mel, arroz, manga, banana, melão, mamão papaia, castanhas, erva-mate, cogumelos, entre outros. Os principais compradores são a Alemanha, Holanda, Estados Unidos, Japão, Canadá, Dinamarca, Itália, Espanha, Áustria, Austrália, Suíça, França,

⁶⁹ O orçamento geral do Brasil prevê para 2007 que quase 60% do mesmo será destinado para os pagamentos e refinanciamento da dívida. Deste percentual, 43,4% será para o refinanciamento da dívida, 11% para os juros e encargos e 5,1% para a amortização da dívida. Já para os benefícios previdenciários e assistenciais o montante será apenas de 13,9%. Em números absolutos, os juros/encargos e amortização abocanharão nada menos que 243 bilhões de reais, enquanto que, para os benefícios previdenciários e assistenciais, serão destinados 210 bilhões. <http://www.adital.com.br> [acessado em 22/11/2006]

⁷⁰ Reconhecido pelo Instituto Biodinâmico, (IBD), único certificado brasileiro reconhecido na Europa, Estados Unidos e Japão.

Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Portugal, China, Israel, África do Sul, Uganda, Coreia, Taiwan, Uruguai, Bolívia, Argentina.

De fato, a agricultura é importante para o desenvolvimento do país, porém deve ser pensada em função de um conjunto que envolve sociedade e ambiente. Os movimentos sociais que discutem a exclusão social no Brasil têm criticado enfaticamente o estímulo que o governo vem dando ao agro-negócio. Segundo eles, não gera empregos, provoca uma migração forçada, além de, em alguns casos, causar o empobrecimento do solo.

O plantio do eucalipto, por exemplo, consome em média 30 litros de água por dia, provoca o empobrecimento dos solos e tem causado sérios problemas de ordem ambiental. Alguns produtos que têm estímulo do governo são questionados por grupos sociais. A questão custo/benefício provocada pela exploração de eucalipto, por exemplo, não é homogênea entre os ambientalistas⁷¹, alguns apresentam uma posição contrária e outros são favoráveis. Os estudos desenvolvidos pela Embrapa (2006), por exemplo, atestam a importância socioeconômica⁷² e ambiental da exploração do eucalipto. Esta é uma questão muito complexa que, como não constitui objeto da investigação, poderá ser aprofundada em estudos posteriores. O que se interessa entender com maior minuciosidade é a forma como os trabalhadores brasileiros inserem-se no ambiente de trabalho na Região Centro.

⁷¹ Ver mais detalhado os estudos de Marc Dourojeami http://www.sbs.org.br/destaques_eucalipto.htm

⁷² No comércio de papel, o Brasil ocupa o 11º produtor mundial, com 2,2 % da produção. Já no comércio de celulose, são 4,2% onde o Brasil é o 7º colocado como produtor mundial. No comércio de madeira serrada, ocupa o 5º lugar.

Capítulo VI

Trabalhadores brasileiros e o mundo do trabalho na Região Centro

1. As nuances do mundo do trabalho e a comunidade brasileira.

.... essa é também a ordem lógica da produção de uma nova inteligência do mundo. A dialética se confunde com o presente vivido e o apego ao passado pode significar uma identidade com as raízes, mas a escolha do futuro vai, sobretudo, depender desse entendimento do mundo atual. Nossa grande esperança vem do fato de que a partir deste século é a vida, isto é, a própria existência, que ilumina o futuro (SANTOS, 2001).

No capítulo anterior, estabeleceram-se as bases para a compreensão de como a Região Centro está estruturada, no contexto nacional e da União Européia, para o acolhimento da comunidade imigrante. Destaca-se também o perfil sócio-econômico dos inquiridos, assim como o olhar dos sujeitos da investigação sobre a origem dos problemas sociais brasileiros. Após esta reflexão, neste capítulo, aprofundar-se-á o entendimento sobre as convivências e as sociabilidades no ambiente de trabalho, as redes sociais e as expectativas profissionais, requisitos indispensáveis para uma vivência solidária e uma boa integração à sociedade portuguesa.

O processo de globalização traz profundas modificações no mundo do trabalho. A produção é reorganizada com o intuito de ampliar as possibilidades de lucro, mantendo assim o acúmulo do capital. É nesta nova ordem das complexidades que o trabalhador brasileiro é inserido na sociedade de acolhimento. Em uma sociedade em que o *slogan* consiste em **produtividade, competitividade e lucratividade**, entender como acontece a integração dos imigrantes ao mundo do trabalho, constitui uma condição preponderante, uma vez que o emprego formal, com segurança, salários reais e vantagens sociais torna-se, a cada dia, mais escasso para a maioria dos imigrantes. Em decorrência, amplia-se a instabilidade da classe trabalhadora com o aumento do emprego temporário, do modelo “*part time*” e sem garantias sociais. Conforme salienta Soares (1997), isso representa um “desemprego disfarçado⁷³”, cujas condições de trabalho estão muito abaixo dos padrões aceitáveis e reeditam o pré-fordismo principalmente nos países em vias de desenvolvimento. O autor relata ainda que as sociedades enfrentam-se cada vez mais com novas fontes de pressão,

⁷³ Segundo Soares (1997), o desemprego disfarçado consiste num tipo de ocupação temporária, sem garantias trabalhistas e precárias condições de trabalho.

problemas de multinacionalidade, de politecnicidade e questões sociais que atingem uma dimensão também global. Nesse sentido, o mundo do trabalho é reorganizado seguindo essa lógica e depara-se com os seguintes problemas: legislação trabalhista diferenciada, trabalhadores autóctones, trabalhadores estrangeiros, xenofobia, racismo, entre outras. Essa forma de pressão social, vivenciada cotidianamente pelos trabalhadores brasileiros na Região Centro de Portugal, tem dificultado a integração.

A concepção moderna de trabalho decorre do processo de industrialização e da racionalidade econômica, imbuídos numa ideologia neo-liberal (CASEY, 1995). A Região Centro de Portugal, área escolhida para a investigação, apresenta algumas nuances que demarcam o final do século XX e início do século XXI. Caracterizada por uma diferente configuração espacial, tendo como base na Nova Divisão Internacional do Trabalho, apoiado no paradigma tecnológico da informação e da comunicação, esta região tem-se inserido com muita rapidez no processo de globalização e de flexibilização. Isto porque a “nova ordem global implica necessariamente que os Estados Ocidentais e do Sul⁷⁴ passem de Estados-Providência a meros agentes económicos em busca de vantagens competitivas nos mercados globais” (BAGANHA, 2001:139). Isso tem refletido nos diversos campos dos saberes, nas relações sociais e nas mudanças no mundo do trabalho.

Conseqüentemente, este, por um lado, torna-se muito competitivo/seletivo, a ação do Estado Providência é minimizada, o que impulsiona o indivíduo a buscar o seu próprio emprego/conhecimento no sentido de se inserir no mercado, e, por outro lado, os postos de trabalho mal remunerados e de baixa qualificação são rejeitados pela população autóctone dos países centrais e semiperiféricos, atraindo, assim, a mão-de-obra imigrante. No caso dos distritos escolhidos, nessa investigação, isso é bastante perceptível.

As cidades constituem locais importantes para a fixação de trabalhadores brasileiros. A estrutura económica de Coimbra, Aveiro e Leiria, baseada em atividades terciárias, sobretudo, e, secundárias, constitui oportunidades para os trabalhadores imigrantes. Para Esteves (2004), o desenvolvimento econômico de

⁷⁴ Grifo nosso.

um determinado lugar possibilita uma mobilidade ascendente do trabalhador, seja nacional, ou imigrante.

No caso dos sujeitos da investigação, a fixação dos trabalhadores brasileiros em um determinado lugar é muito irregular, depende das oportunidades de emprego e do salário. O trabalho de campo tem mostrado que nos distritos analisados, a mobilidade profissional ascendente é muito fraca. Isso pode ser explicado através de três pontos principais: a maioria chegou após a década de 2000; o desemprego da população autóctone abrange os que têm o terceiro grau; e o relativo dinamismo econômico da Região Centro e de Portugal como um todo, com atividades centralizadas, estão sobretudo, no setor terciário. Os que têm nível de instrução acima do 12º ano de escolaridade⁷⁵, com raras exceções, não conseguem ter uma mobilidade para cima.

Em muitos casos, a mobilidade é descendente, a exemplo de brasileiros com nível superior completo que estão trabalhando como churrasqueiro, cozinheiro, vendedores, entre outras. A realidade empírica conduz a destacar, como verdadeira, a segunda hipótese da investigação: a informação sobre as oportunidades de emprego e de acesso a um conjunto de bens e serviços, a exemplo de saneamento, educação, saúde, habitação, salário mensal e tranquilidade social, entre outros, tem ampliado o fluxo emigratório de brasileiros em direção à Região Centro de Portugal. Desta forma, na atualidade, a mobilidade profissional do imigrante brasileiro é variável de acordo com a escolaridade: estacionária e/ou ascendente para quem tem escolaridade até o terceiro ciclo e descendente para quem tem o nível superior e pós-graduação”.

Os inquiridos, nessa região, recebem em média 2 salários mensalmente, ou seja, 66% estão na faixa de 360 a 720 euros. Consideram o vencimento relativamente baixo, o que dificulta a materialização do sucesso econômico rápido, imaginado ao sair do Brasil. Mas, ao mesmo tempo, eles enfatizam que pior seria estar no Brasil, uma vez que o acesso a bens e à qualidade de alguns serviços públicos, a exemplo de saúde, educação, segurança, transporte e saneamento, entre outros, justificam a permanência em Portugal. Alguns inquiridos apresentam também um certo gosto em seguir para um outro país da Europa. O relato de E

⁷⁵ No Brasil, equivale ao 3º ano do ensino médio.

transcreve suas angústias, sonhos e as expectativas, comuns a quem arrisca o futuro longe de casa.

Sou carioca, moro em Portugal há 10 anos. Eu, meu marido (angolano), meus filhos e netos estamos legalizados. Somente 1 sobrinho que chegou há 2 anos não está legalizado, mas está matriculado no 12º ano, e estamos tentando legalizar ele. Não estou satisfeita em ter migrado para Portugal, somos explorados, mal pagos, somos incompreendidos e quando falamos que somos brasileiros é que a coisa fica feia. Até agora não vi nada melhorar com a vinda do Presidente Lula. Muita concorrência, mão-de-obra muito barata, nós que temos a nossa profissão saímos perdendo. Agora mesmo o meu projecto é ir embora para a Holanda. Aqui já não dá, não consigo mais nada. Eu trabalho todos os dias, faço 3 horas por dia de segunda a sexta e recebo €200,00 (duzentos euros). Não dá, não dá. Eu pago 250,00 euros de renda de casa, e a comida, o calçado e a roupa.... A situação é muito delicada (E, 2005).

A história de vida relatada pela entrevistada não difere muito de outros imigrantes que chegaram a este país com o sonho de melhorar a qualidade de vida, trazendo expectativas que nem sempre foram concretizadas. Ela veio sozinha, depois vieram os filhos (3) e netos. Casou-se em Portugal com um angolano e aos 58 anos de idade “E” ainda acredita que emigrando juntamente com toda a sua família para a Holanda poderá conquistar este sonho de liberdade. Trabalha na restauração e tem o 6º ano de estudo. Apesar de ter 10 anos residindo em Portugal ainda não conseguiu comprar uma casa. O seu relato evidencia uma certa decepção, mas também muita esperança e vontade de continuar o seu percurso migratório. Enfatiza que mesmo sentindo muita saudade da terra natal, pior seria ter continuado no Rio de Janeiro/Brasil. A entrevistada fala também sobre o aumento da concorrência entre os trabalhadores imigrantes, sobretudo em função do aumento de brasileiros e ucranianos.

Nesse ambiente de flexibilização e competitividade, um questionamento surge, como se dão as relações entre os trabalhadores autóctones e os imigrantes brasileiros na Região Centro?

Trabalhador nacional e trabalhador imigrante

Decorrente do modelo já discutido, a empregabilidade e a terceirização vêm acompanhadas da “liberdade” para a criação do próprio emprego e disponível para variadas atividades, assim como da intensificação do trabalho, da subcontratação, de baixos salários e da perda dos direitos trabalhistas. Para Mechedff (1996:76), a empregabilidade constitui um conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda e qualquer organização.

Este conceito apresenta uma certa ambiguidade, uma vez que, por um lado, pode criar uma nova esperança e por outro pode aumentar a desesperança. Nessa óptica, o indivíduo deve buscar novas habilidades, estar disponível para as mudanças e pronto para trocar de emprego e de função a qualquer momento. Ao transferir a responsabilidade de inserção no mercado de trabalho para a pessoa, cria-se uma expectativa ilusória, diante do limite da oferta de emprego existente actualmente, comprometendo ainda mais o nível psicológico e emocional das pessoas, sobretudo dos imigrantes. Isso porque a implantação de empreendimentos, por parte dos trabalhadores brasileiros nessa região, ainda é insignificante. No entanto, tem aumentado o número de empresários portugueses a implantar restaurantes e cafés usando a logomarca, a alegria e a simpatia brasileira (MACHADO, Op. cit.).

A terceirização ou *outsourcing* constitui uma forma de gestão empresarial, iniciada a partir da Segunda Guerra Mundial, em função do crescimento da indústria bélica, conforme Schnell (2005). A estrutura da empresa horizontalizou-se e a relação de emprego ficou mais flexível, uma vez que muitas actividades são delegadas a terceiros. No início da década de 1990, esta forma de gestão foi acentuada em decorrência também do processo de globalização, pelo qual ocorre a transferência de actividades para terceiros. Na nova “era” do emprego, a cidadania do trabalhador está mais fragilizada, isso porque amplia-se a insegurança no trabalho, a redução do custo da mão-de-obra e a perda de alguns direitos trabalhistas, conforme salienta o autor:

Além de aumentar a especialização e a competitividade e, por consequência, os lucros, as empresas enxergaram na terceirização uma forma imediata de baixar os custos com mão-de-obra. Assim, essa estratégia de administração de empresas repercutiu de forma contundente no direito do trabalho, visto que além de promover substancial alteração na definição típica da relação de emprego, bilateral por natureza, pode redundar em grave precarização das condições de trabalho em nosso país (SCHNELL, 2005).

A reflexão acima mostra algumas das consequências da flexibilização da economia no mundo do trabalho no Brasil, o que se enquadra também na realidade portuguesa. Na opinião dos inquiridos, essa questão tem influenciado na migração internacional de trabalhadores brasileiros em direção à Região Centro de Portugal. Os baixos salários e a dificuldade para acessar determinados bens foram identificados como impulsionadores da emigração brasileira. Como este processo está em várias partes do mundo, porém em escalas e níveis diferenciados, presencia-se também, nesta região, o aumento da exploração da classe trabalhadora seja autóctone, ou não-autóctone. No caso do trabalhador imigrante, a situação fica mais delicada, uma vez que muitos para sobreviverem são direcionados para o “mercado do subemprego”, de baixa remuneração, ou outras formas de aviltamento desta classe trabalhadora.

A falta de atenção do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a baixa participação política dos imigrantes brasileiros fazem com que estes fiquem sujeitos aos detentores do capital, cuja palavra de ordem é a elevação do lucro e da competitividade, através da exploração e do sobretrabalho. Entretanto, para alguns, mesmo diante das condições observadas de “sub-trabalhador”, os investigados afirmam que conseguem economizar um pouco do salário para acessar alguns bens de consumo, como DVD, telefone celular, máquina fotográfica digital, carro e, sobretudo comprar uma casa no Brasil: sonho ao sair do país. Percebe-se, através dos relatos, que a aquisição da casa própria no Brasil constitui uma das maiores expectativas. Para se conseguir, é preciso ter perseverança e trabalhar muito.

O relato de “A” demonstra a realização de um dos sonhos de uma trabalhadora que arrisca o “futuro longe de casa”.

Não fiz outra coisa a não ser trabalhar, passei por várias experiências. Estou cá há 5 anos e ainda não voltei de férias, aliás ainda não as tive. Pretendo ir no final do ano. Dei muito duro aqui e hoje posso dizer que consegui realizar o meu sonho: comprei uma casa para mim e dei para a minha mãe morar (A, 2005).

A entrevistada por nome A informou que anteriormente trabalhava durante o dia, em uma churrascaria, e, à noite, num café. Durante quatro anos trabalhou muito, não teve férias, afirma também não ter lembrança de ter recebido os direitos trabalhistas. Na sua opinião, o brasileiro deve ser bem preparado antes de sair, pois muitos vêm sem conhecer o país, pensam que vão ganhar muito dinheiro rápido e conseguir um bom emprego, mas a realidade não é bem assim.

Ao perguntá-los se tinham conhecimento sobre Portugal, 50 % responderam que não conheciam o país, resolveram correr o risco; 34,3 % já conheciam o país, através de parentes, ou fotografias; 11,8% tinham pouco conhecimento e 3,9% não responderam questão. Ao indagá-los se estavam definidos em vir para Portugal, apenas 27,5% escolheram este país para morar, a maioria desejavam migrar para outro país.

No atual estágio da globalização, as relações de trabalho e a organização sindical são fragmentadas e desestruturadas, ao criar um mundo do trabalho com baixa intensidade de cidadania e poucos direitos, sobretudo quando se trata de trabalhadores imigrantes. Certamente a globalização facilitou as possibilidades de comunicação e de transporte, porém, também, ampliou as formas de aviltamento dos trabalhadores, sobretudo os imigrantes. No entanto, esta questão tende a se agravar para cidadãos brasileiros e/ou outros imigrantes que se encontram sem o visto de trabalho. Estes ficam mais vulneráveis a diferentes tipos de exploração.

A figura 60 mostra o cruzamento de dados entre o regime de trabalho e o ano de chegada dos inquiridos na Região Centro de Portugal. No tocante à inserção no mercado de trabalho, caso específico da comunidade em estudo, notou-se que muitos trabalham no setor terciário, ou seja, em cafés, restaurantes e empresas terceirizadas de limpeza, onde o emprego é temporário.

As estatísticas mostram que em 1980 a quantidade de trabalhadores brasileiros migrando em direção a Portugal era menor e a oferta de empregos era maior, sendo estes mais permanentes, ou seja, com contrato de trabalho, por um período de tempo maior. A partir da década seguinte, com o aumento da população imigrante, observou-se a redução dos empregos permanentes e o aumento dos empregos temporários, do tipo “*part time*”. Em relação à década anterior, no ano de 2000, o número de possuidores de contratos permanente e temporário era o dobro, ou seja, 20,2% e 44,4%, respectivamente. A ampliação da malha de empregos temporários combina com o aumento do número de

brasileiros na Região Centro de Portugal e com o processo de flexibilização e terceirização, conforme já foi referido, (figura 60).

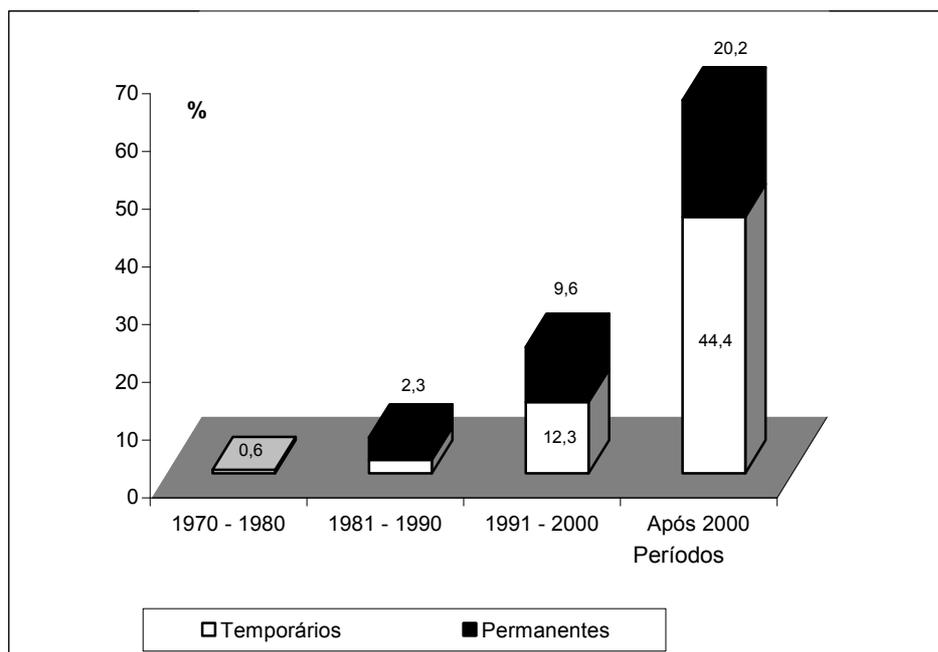


Figura 60 – Ano de chegada e regime de trabalho.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Aprofundando esta análise, a figura 61 ilustra o cruzamento de informações sobre o regime e as horas trabalhadas diariamente.

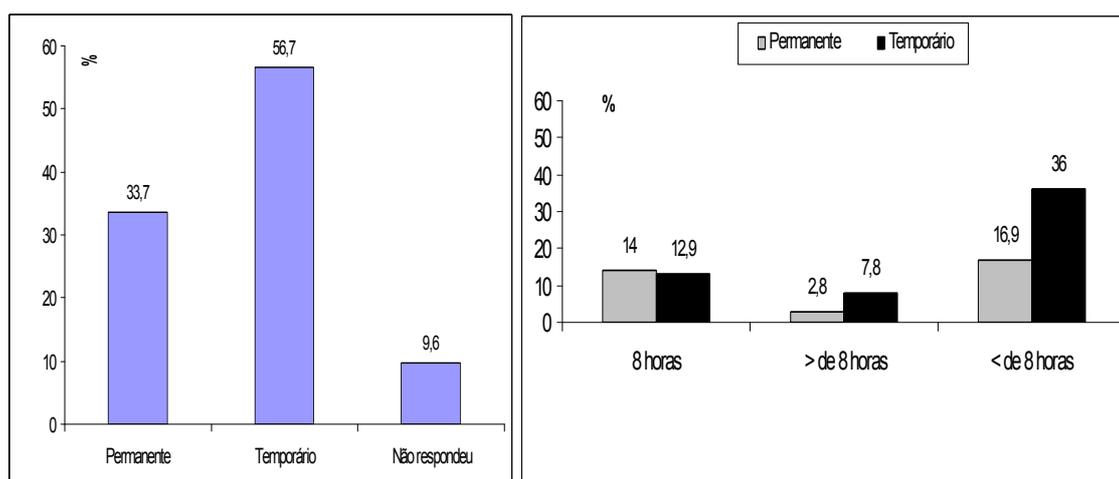


Figura 61 – Regime de trabalho e horas trabalhadas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Isso deixa claro que 56,7 % dos trabalhadores inquiridos têm contrato de trabalho temporário e 33,7% têm contrato permanente e já estão em Portugal há mais de cinco (5) anos. Ao relacionar a jornada com o regime de trabalho, nota-se que 36% dos trabalhadores brasileiros inquiridos com regime de trabalho temporário submetem-se a uma carga horária acima de 8 horas diárias, (figura 61), ou seja, para manter o emprego e receber uma compensação financeira muitos trabalham até 16 horas por dia. Um dos reflexos do processo de globalização no mundo do trabalho recai justamente pela substituição do trabalho formal pelo informal, cuja expressão se dá pela contratação de mão-de-obra temporária, Catapan et al. (1999).

Esta tendência tem se acentuado em Portugal sobretudo com os trabalhadores imigrantes. Nos relatos, alguns deixam claro que o receio de perder o emprego faz com que não reivindiquem o pagamento das horas extraordinárias e os direitos que são comuns aos empregados nacionais. Isso também, de certa forma, é criticado pelos sindicatos e associações de imigrantes, uma vez que esta precarização amplia as possibilidades de aviltamento do trabalhador brasileiro e cria uma situação desconfortável para os trabalhadores autóctones.

Ao analisar o tempo médio da jornada de trabalho diário com o período de chegada, percebe-se que a reta é ascendente, (figura 62).

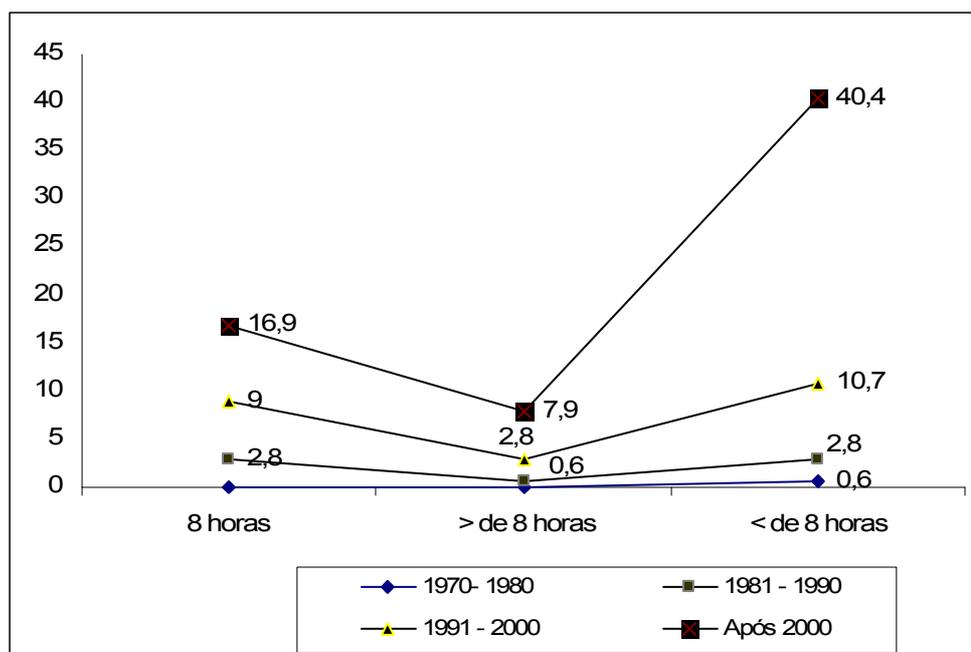


Figura 62 – Jornada de trabalho diária e período de chegada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Dos inquiridos, 40,4% dos indivíduos que têm carga horária diária acima de 8 horas chegaram após o ano 2000. Esta jornada de trabalho ampliada é muito comum, sobretudo para os iniciantes no processo imigratório. Isso porque, a chegada no país de acolhimento é acompanhada de entusiasmo e expectativa, uma vez que o imaginário do imigrante brasileiro é alimentado, na saída do país de origem, pelo sucesso rápido, o que nem sempre acontece. Do total, 5,5 % não responderam a essa questão.

A jornada de trabalho excessiva é muito comum na comunidade imigrante. Com uma estrutura apoiada em horas, sobretudo os que trabalham na restauração, para manter um salário acima do mínimo, os trabalhadores brasileiros têm que trabalhar em vários lugares. Como a maioria de brasileiros inquiridos trabalha no comércio (café, restaurante, loja, hotéis), fica difícil actuarem em mais de dois lugares, a não ser nos dias de folga. Na investigação, detectou-se que 79,8% trabalhavam em um único lugar, 17,4% em mais de um lugar e 2,8% não responderam a questão.

O salário do trabalhador brasileiro

A questão salarial vem sendo muito discutida por sindicatos e associações de trabalhadores em Portugal. O aumento do número de imigrantes em território português tem contribuído para ampliar as discussões acerca da valorização das horas trabalhadas, ocasionando muitas manifestações de trabalhadores, como a que aconteceu em Lisboa, em Abril de 2005, (figura 63).



Conceição Santos, 2005.

Figura 63 – Manifestação dos trabalhadores portugueses.

A figura 63 demonstra as insatisfações dos trabalhadores autóctones em relação à política salarial e a perda de direitos trabalhistas. Os trabalhadores portugueses também estão passando por uma série de problemas de ordem estrutural, como o desemprego, a redução dos direitos trabalhistas, os baixos salários e com a necessidade de emigrar para outros países da Europa. Isso porque muitos dos empregos ofertados em Portugal são mal remunerados. Além disso, muitas empresas estão sendo deslocadas para outros países da América Latina, ou da Ásia, onde as condições de lucratividade são maiores.

Conforme salienta Dupas (2007), ao analisar a crise profunda do trabalho estável e de boa qualidade no capitalismo global, reafirma que o futuro do trabalho aparece com contornos sombrios. Para o autor, diante do crescente desemprego estrutural a dinâmica das tecnologias tem inferido em dois campos de análise: a máquina substituiu o homem ou o trabalho migrou para lugares onde se aceita trabalhar a preços muito baixo. Os dois campos de abordagens têm relação com o mundo do trabalho na área de estudo. O intenso uso da máquina nas actividades é uma realidade como também a deslocação de muitas empresas em Portugal para países que não cumprem as determinações das leis trabalhistas.

O processo de globalização tem enfraquecido os sindicatos e reduzido os direitos sociais, inclusive a estabilidade nos empregos. Paraphraseando Boaventura Sousa e Milton Santos “uma outra globalização é possível”. Uma globalização que proporcione a cidadania ativa do imigrante. Na medida em que os sistemas técnicos possam ser socializados e possibilitar o desenvolvimento de outras formas de utilização do espaço que respeitem as peculiaridades locais, regionais e/ou nacionais e os direitos humanos, pode-se acreditar numa globalização inclusiva e menos excludente, diferentemente da actual. Nesse sentido, a saída de qualquer povo de um determinado lugar não se dará apenas por uma questão econômica, mas, também, por uma vontade de conhecer novas experiências, saberes e sabores. Conjuntamente, esses dois fatores explicam o porque menos de 1% da população brasileira engaja-se em uma migração internacional de trabalho. Certamente se a causa fosse só econômica a emigração seria bem maior.

No que se refere à faixa salarial de trabalhadores brasileiros inquiridos na pesquisa de campo, detectou-se que a maioria encontra-se na segunda faixa, ou seja, recebe até dois salários mínimos, (66,3%), conforme figura 64.

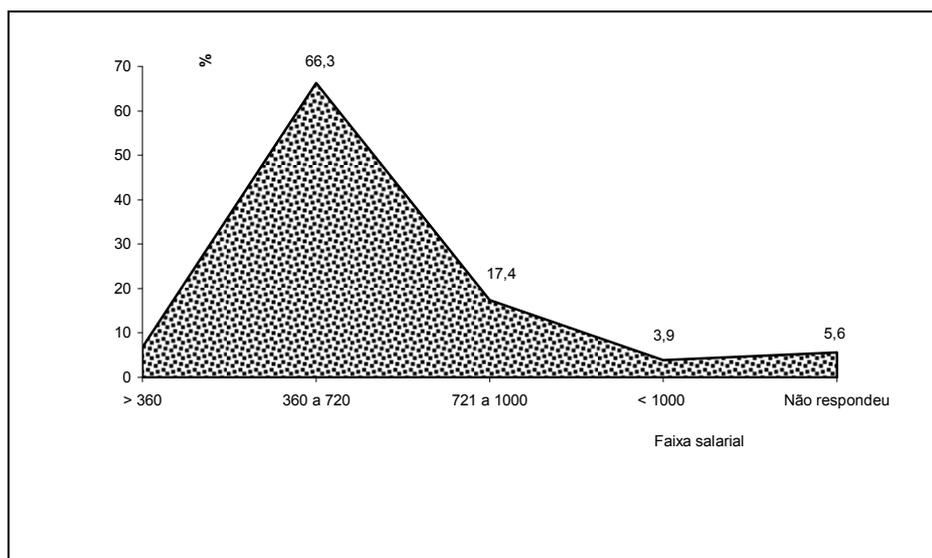


Figura 64 – A faixa salarial de brasileiros inquiridos (Euros).

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Na terceira faixa salarial encontram-se 17,4% dos inquiridos na região. No geral, 58% da população ocupada recebe até dois salários mínimos. De três a cinco salários mínimos recebem 23% dos trabalhadores e acima de cinco salários recebem cerca de 10%. Salienta-se também que um total de 11,5% declaram não possuir rendimentos. Ao analisar os níveis de rendimento no Brasil, por regiões, percebeu-se que a maioria recebia até dois salários mínimos, (figura 65).

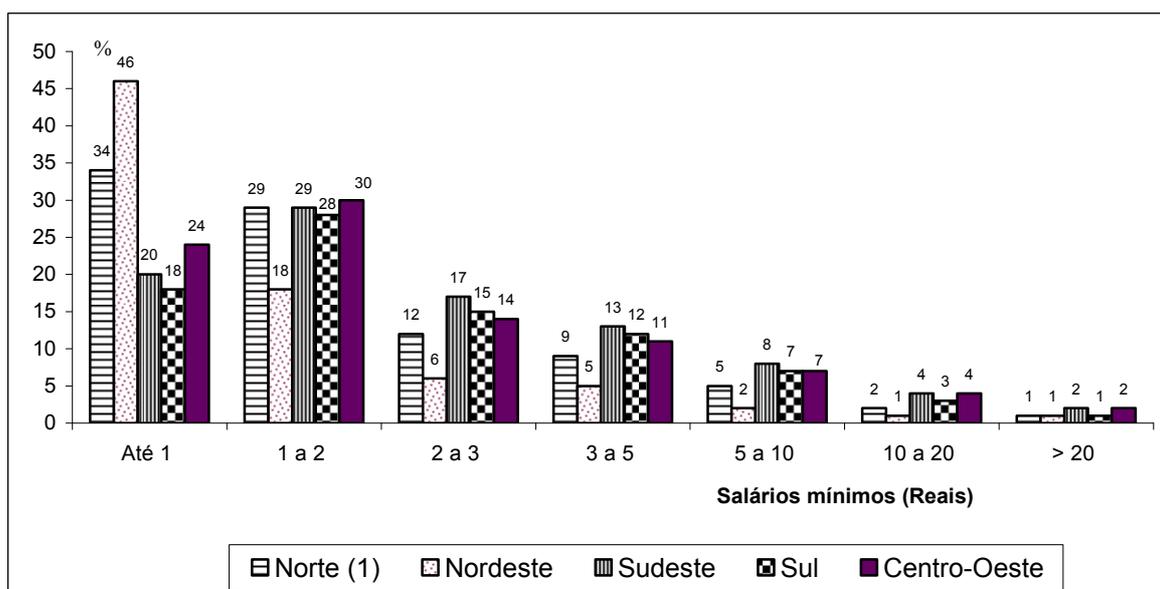


Figura 65 - Distribuição dos ocupados, por níveis de rendimento, Brasil e regiões, 2003.

Fonte: Organizado pela autora, com base nos dados IBGE/PNAD/DIEESE, 2003.

A figura 65 mostra a faixa salarial acessada por trabalhadores no Brasil, segundo as regiões. No conjunto das regiões, o Nordeste tem destaque com o maior número de pessoas recebendo até 1 salário mínimo, seguido das regiões Norte e Centro Oeste. Ao ampliar a faixa salarial, nota-se o decréscimo da participação da população do Norte/Nordeste. No universo das informações, o percentual da população trabalhadora que recebe acima de 5 salários mínimos é pouco significativo.

Após essa reflexão, far-se-á agora uma análise do custo de mão-de-obra em alguns países, no período de 1990 a 2003, (quadro 16).

Países	1990	1995	1999	2000	2001	2002	2003
Estados Unidos	14,7	17,0	18,8	19,5	20,3	21,1	22,0
Brasil (1)	-	-	3,4	3,5	2,9	2,5	2,7
Canadá	16,3	16,5	16,1	16,5	16,2	16,7	19,3
México	1,6	1,5	1,9	2,2	2,5	2,6	2,5
Austrália	13,1	15,4	16,0	14,5	13,3	15,5	20,1
Hong Kong (2)	3,2	4,8	5,4	5,5	5,7	5,7	5,5
Japão	12,5	23,6	20,5	21,9	19,3	18,5	20,1
Coreia	3,7	7,3	7,3	8,2	7,7	9,0	10,3
Singapura	3,7	7,2	7,1	7,4	7,3	6,9	7,4
Taiwan	3,9	5,9	5,8	6,2	6,0	5,7	5,8
Dinamarca	18,4	25,4	25,2	22,8	23,3	25,6	32,2
França	15,4	19,3	17,0	15,5	15,7	17,1	21,1
Alemanha (3)	-	30,1	25,1	22,7	22,5	24,3	29,9
Irlanda	11,8	13,8	13,8	12,8	13,6	15,3	19,1
Itália	17,3	15,9	15,8	14,1	13,8	15,0	18,4
Holanda	18,8	24,0	21,4	19,3	19,7	21,6	26,8
Portugal	3,6	5,1	5,1	4,5	4,6	5,1	6,2
Espanha	11,3	12,7	11,9	10,7	10,8	11,9	15,0
Reino Unido	12,6	13,8	17,3	16,8	16,5	17,9	20,4

Quadro 16 – Custo de mão-de-obra na produção da indústria (em US\$).

Fonte: DIEESE, com base no Bureau of Labor Statistics, 2005.

Notas: (1) Dados não disponíveis antes de 1998 - (2) Região administrativa especial da China - (3) Refere-se a Alemanha unificada.

No contexto dos países selecionados, verifica-se a existência de uma diferença significativa do valor da hora trabalhada na indústria. O Brasil e o México, por exemplo, têm os menores valores do custo da mão-de-obra, enquanto os países que estão no centro do capitalismo internacional têm os maiores valores.

Nota-se também que esses países são áreas de acolhimento de trabalhadores brasileiros, tais como Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido, entre outros.

No caso de Portugal, área de interesse desta investigação, o valor pago por hora é maior que o Brasil, em torno de 6,2 dólares, em 2003, e menor do que os países centrais, a exemplo dos E. U. A. principal lugar de acolhimento de trabalhadores brasileiros, em torno de 22 dólares. A pesquisa de campo indica que nem sempre o valor da hora é o mesmo para a população imigrante.

Portanto, as cidades constituem o ponto-chave no processo de acolhimento dos imigrantes e pode proporcionar formas de integração e sociabilidades mais humanizadas. Assim, faz-se importante analisar como acontecem as relações e as convivências entre os trabalhadores, uma vez que as bases implantadas nas cidades de imigração são importantes para uma boa inclusão no ambiente de trabalho, o que, por sua vez, fortalecerá as convivências e a imagem positiva do trabalhador brasileiro.

Convivências e sociabilidades

As boas relações de solidariedade e as convivências no mundo do trabalho são importantes para que o imigrante sinta-se mais integrado à comunidade. Esse ambiente é construído a cada dia e constituído pelo encontro de várias culturas. Para Santos (2001), a própria dinâmica da globalização leva a uma grande turbulência das populações, entre continentes e dentro deles, um caldeamento nunca visto de culturas, línguas, religiões e manifestações existenciais.

Portugal, a partir da década de 1970, passou a ser palco de variadas culturas, com a chegada de diferentes povos: angolanos, caboverdianos, guineenses, indianos, moçambicanos, santomenses, e duas décadas após, enquanto grupos significativos, chegaram também brasileiros, ucranianos, moldávicos, romenos, checos, italianos, espanhóis, americanos, franceses, alemães, entre outros. A maioria destes povos chegou para trabalhar por conta de terceiros, alguns para implantar o próprio negócio e outros para descansar. Não somente Portugal, mas também outros países da Europa têm tirado proveito desta mão-de-obra barata e em grande quantidade.

No tocante às redes de solidariedades que dão suporte ao processo inicial da imigração, indagou-se quem o trabalhador brasileiro procurou quando chegou a Portugal. A figura 66 ilustra que em primeiro lugar tem destaque a associação de imigrante. Neste sentido, a Casa do Brasil, o SOS Racismo, e as demais associações de imigrantes constituem lugares onde os trabalhadores brasileiros buscam informações para uma melhor integração social. Em segundo lugar os amigos e parentes são procurados e em terceiro lugar a igreja.

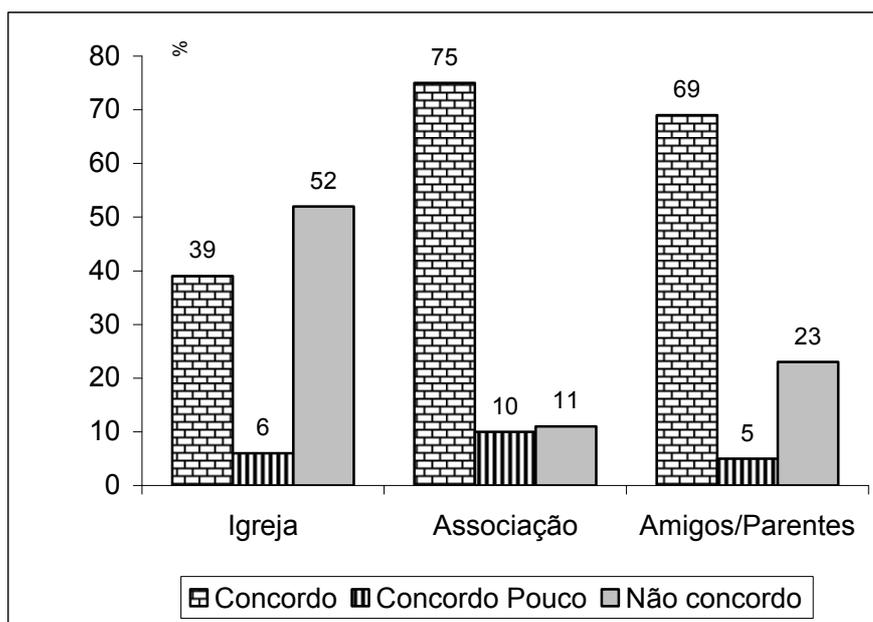


Figura 66 - Redes de solidariedades.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

As respostas vêm reafirmar a importância das associações de imigrantes e das redes sociais no processo de acolhimento, conforme afirma o autor:

As redes assentes em laços familiares ou de conterraneidade proporcionam ajuda útil para arranjar abrigo, trabalho, assistência nos processos burocráticos e apoio perante dificuldades pessoais. Estas redes sociais tornam o processo migratório mais seguro e facilitado para os migrantes e as suas famílias (CASTLES, 2005:24).

No que diz respeito às relações e às convivências no ambiente de trabalho, o clima nem sempre é tão harmonioso, existem tensões e afetos, confiança e desconfiança. Os inquiridos afirmaram que era bom trabalhar com os ucranianos, moldávicos, guineenses, caboverdianos e portugueses, dentre outros, porém

ênfatizam que, nesse espaço, já existe muito ciúme, inveja e concorrência. A figura 67 mostra o grau de sociabilidades entre os trabalhadores: brasileiros, outros imigrantes e os autóctones. No geral, o trabalhador brasileiro afirma ter uma boa relação com todos, sobretudo com os brasileiros. Aproveitam, também, para afirmar que é necessário ter muito “jogo de cintura” para uma convivência respeitosa, o que nem sempre acontece.

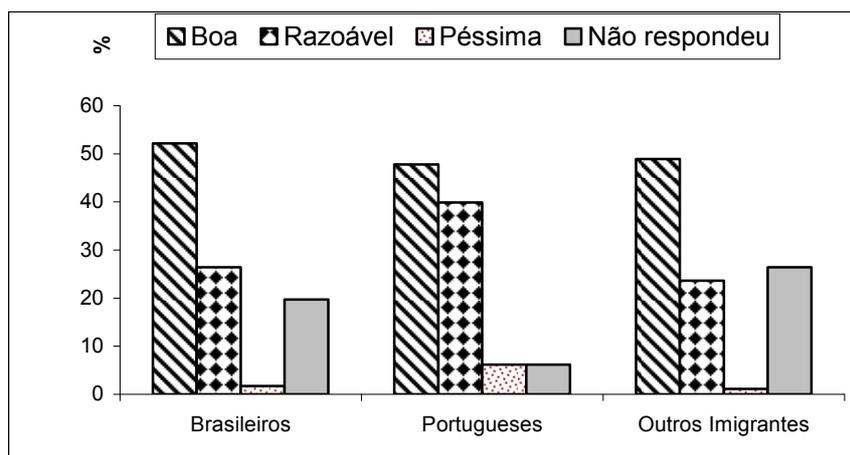


Figura 67 – Convivências no ambiente de trabalho.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

As relações de sociabilidades entre os brasileiros vão acontecendo também em outros espaços públicos e nos fins-de-semana reúnem-se em casas de amigos ou nas igrejas, sobretudo as evangélicas. Percebeu-se na área de estudo que estas igrejas constituem um lugar de apoio, convivência e sociabilidades da comunidade imigrante brasileira, tanto em Leiria, como em Coimbra. Nesse espaço, os trabalhadores se reúnem para a busca de paz espiritual, não se sentirem sozinhos, poderem conversar sobre assuntos inerentes ao emprego, suas vidas e sobre o Brasil. Tanto em Leiria, como em Coimbra, notou-se a presença, nessas igrejas, de pastores brasileiros, conforme explica um de nossos entrevistados.

Moro em Leiria, cheguei em 2000. Sou de Governador Valadares, Minas Gerais. Tenho 30 anos. Minha família é muito pobre, tenho 9 irmãos, sou um dos mais velhos, estudei até o 8 ano. Depois tive que trabalhar para ajudar meus pais. Sinto muito orgulho do pai e da mãe. Aqui em Portugal comecei a frequentar a igreja Assembléia de Deus. Gosto muito. Nesta igreja reúnem-se muitos brasileiros, a maioria, inclusive o pastor também é brasileiro. Aqui um ajuda o outro, tem muitos jovens, é mais alegre. Eu gosto de tocar bateria, lá pronto eu me encontrei. As

músicas evangélicas são diferentes, alegres, cantando estamos orando. Formamos uma família, por isso sou frequentador desta igreja (S, 2005).

O depoimento de S evidencia a importância da igreja na sociabilidade dos imigrantes e constitui um ponto de encontro para os imigrantes ou pessoas não integradas socialmente. A figura 68 mostra a celebração do casamento de S e J. Ambos são de Minas Gerais e se conheceram em Leiria.



Conceição Santos, 2005.

Figura 68 – Culto evangélico em celebração de casamento.

Após dois anos de convivência, S e J, resolveram casar-se. Como o custo da viagem é elevado, a família dos noivos não participou da cerimônia, mas o vestido de noiva foram os pais que enviaram do Brasil. Nessa igreja, encontraram-se muitos casais brasileiros, que se conheceram em Leiria. Após o casamento, aconteceu a recepção no salão da própria igreja, cujo lanche foi a própria comunidade brasileira que confeccionou e ofereceu aos noivos. Quando se está longe de casa, são os amigos e os conterrâneos que dão o suporte familiar, formando uma nova família. Quando se está inserido numa dessas “famílias”, um tenta ajudar o outro, com orientações, conseguindo emprego, emprestando dinheiro e outras formas de demonstração de solidariedade.

Ao participar de algumas celebrações no Distrito de Coimbra, constatou-se também que a maioria dos frequentadores é de origem brasileira e/ou outros imigrantes, inclusive o pastor. Nesses encontros religiosos, estão presentes outros imigrantes e a população autóctone portuguesa com traços físicos de origem cigana.

A maioria dos inquiridos na Região Centro é composta de homens solteiros, (figura 69). Dos cônjuges, a maior parte é casado com brasileira. Desses, alguns constituíram família em Portugal e outros assim já os fizeram no Brasil. Na investigação, identificou-se apenas um caso de homem brasileiro casado com mulher portuguesa.

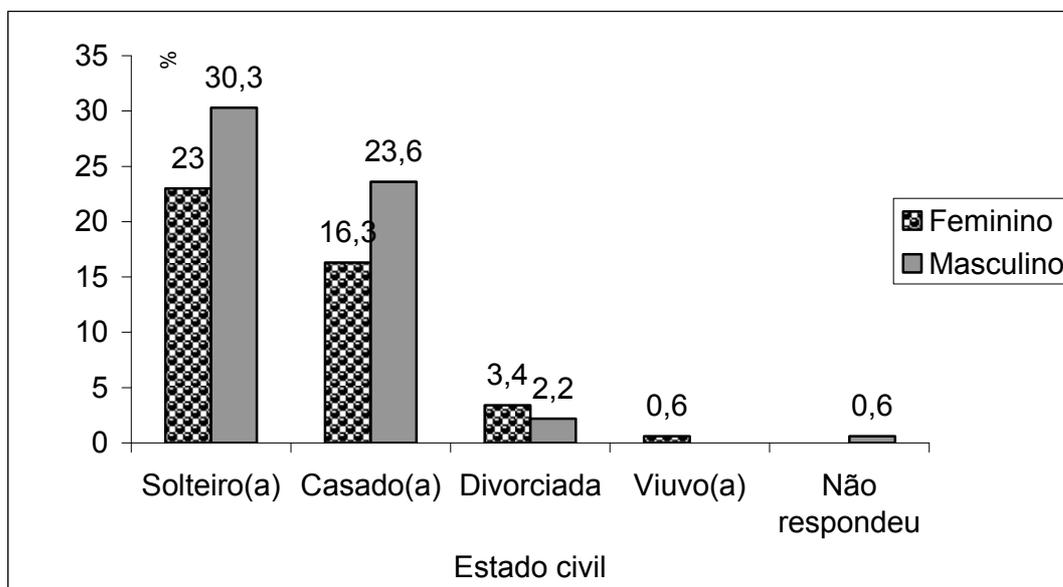


Figura 69 – Situação conjugal de brasileiros.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Quanto às brasileiras casadas no universo de estudo, detectou-se que a maioria é casada com cidadão português. No que se refere às relações conjugais entre brasileiros(as) e portuguesa(ês), o trabalho de campo tem demonstrado três realidades. A primeira refere-se a brasileiros que chegaram em Portugal na década de 1980/1990, com uma melhor inserção no mercado de trabalho mais qualificado. O número de casamento com cidadã portuguesa era maior, ao passo em que a aceitação da família portuguesa era mais favorável. Isso pode ser explicado não só pelo pequeno número de brasileiros em Portugal, como também em função do nível social deles. A segunda constituída de brasileiros que chegaram no final da década de 1990. Esses têm se casado, com maior frequência, com brasileira. Percebeu-se o aumento do número de casamentos entre os brasileiros. Esta década é marcada pela grande afluência de brasileiros em direção a Portugal. A terceira está relacionada às relações matrimoniais entre cidadã brasileira e cidadão português. Identificou-se alguns casos de brasileiras

casadas com cidadão português, mas que em função do estereótipo criado sobretudo em relação à mulher brasileira, a convivência com familiares portugueses é um pouco conflituosa, mas salienta-se a existência de casais que vivem bem integrados à família do cônjuge.

Para Machado (Op. cit.:79), dificilmente homens brasileiros e mulheres brasileiras casam-se entre si. O relacionamento com portugueses(as) ainda é preferível, muito embora as relações entre brasileiros e a família do cônjuge seja um pouco conflituosa. Mesmo concordando em parte com esta assertiva, vale salientar que deve-se considerar o tempo.

A convivência familiar é complexa. O casamento intercultural nem sempre acontece de forma tranquila. O cotidiano das convivências perpassa, em alguns casos, por situações delicadas e que nem sempre acontece isolado das relações familiares. Alguns estereótipos negativos direcionados à mulher brasileira nem sempre são superados pela família do cônjuge português. Isso, de certa forma, tem influenciado negativamente a vivência familiar.

Nesse aspecto, identificaram-se casos de brasileiras que, mesmo estando morando no país há mais de 15 anos, demonstraram dificuldades de integração e de serem felizes, sobretudo quando dependem financeiramente do marido e da família dele. A grande quantidade de brasileiros que migra para Portugal à procura de trabalho, pode contribuir para um olhar diminuído da comunidade autóctone. Como o racismo ainda é forte em relação à comunidade brasileira, tem diminuído o número de casamentos interculturais. A ausência da família, a solidão e a frieza nas relações cotidianas também têm contribuído para o aumento de casamentos entre os brasileiros.

Como o espaço de convivência é muito limitado, às vezes restrito a grupos de imigrantes, nos dias de folga ou nas festas de Natal, por exemplo, eles aproveitam para fazer um balanço da vida. Para isso, organizam um encontro festivo acompanhado de churrasco ou feijoada, música brasileira e muita bebida, não podendo faltar a caipirinha, no caso daqueles que não participam de igreja evangélica.

Igor Machado (2003:71) ao analisar o jogo da centralidade, salienta a importância da participação do trabalhador brasileiro numa rede social, assim

como o papel dos brokers⁷⁶ na formação de uma identidade-para-o-mercado, “são esses brokers que controlarão a vida social e darão o tom de brasilidade exotizada na vida cotidiana portuguesa”.

No intuito de conhecer os espaços de sociabilidades e confraternização dos trabalhadores brasileiros, participou-se de varias atividades sociais. Em Junho de 2005, organizou-se um almoço, num dia de Domingo, quando muitos brasileiros estavam presentes. Usando a expressão de Machado (Op. cit.), *o evento foi organizado por um “brokers”* que é casado com uma brasileira e tem dois filhos. Havia muita comida, bebida e música brasileira em volume alto. Nesses encontros, o churrasco constitui o prato principal. Cada participante contribuiu com alguma coisa, conforme destaca o autor:

...o circuito de churrascos na casa das pessoas marca o padrão de sociabilidade: onde as relações mais estreitas acontecem: ajudas mútuas, doação de presentes, empréstimos de dinheiro, oferecimento de empregos, abrigo nas casa, apoio emocional (MACHADO, 2003:77).

Nessa reunião, aproveitam para descontraír, conseguir namorado(a), trocar experiências, mas também para orientar e/ou chamar a atenção daquele que não está trilhando pelo caminho certo. Nesse dia, presenciou-se um clima tenso, quando o líder da comunidade, o mais velho do grupo, por nome P, chamava incisivamente a atenção de um rapaz, de 20 anos, que teria contraído uma dívida e não havia cumprido o compromisso. O rapaz ouvia as reclamações com a cabeça baixa e dizia que iria resolver aquela situação. Percebeu-se que a comunidade tinha uma preocupação com a imagem do brasileiro. Andar de forma correta constitui o lema do grupo. Esses encontros têm vários significados, tais como aliviar as tensões do dia-a-dia no mundo do trabalho, refúgio contra o racismo, apoio frente à situação de ilegalidade e sobretudo o aprendizado de como construir boas relações de convivências e de solidariedades.

Frequentou-se de outros eventos de confraternização “lusobrasileiro”. No Natal de 2005, participou-se da ceia com uma família brasileira e outra portuguesa. O casal é lusobrasileiro. Ele é angolano de nacionalidade portuguesa (os pais, a serviço do governo português, migraram para Angola) e ela é brasileira. O outro casal era português. Foi servida na ceia o jantar tradicional português,

⁷⁶ São brasileiros que estão a mais tempo em Portugal e que têm um papel chave na rede (MACHADO, 2003).

com bacalhau de natas, coelho à caçador, peru, saladas, sonhos, outras sobremesas e muito vinho. Cada família preparou um prato típico de sua região, (figura 70).



Thainara Santos, Dezembro de 2005.

Figura 70 – Ceia de natal com família lusobrasileira.

Após reflexão sobre a ceia de natal, conversou-se muito descontraidamente sobre Portugal. As duas famílias avaliaram muito mal o futuro do país. Para eles, a maioria dos governantes pensa apenas numa pequena elite, que tem o apoio do governo português. Falaram do desemprego, inclusive os filhos deles estavam desempregados e estariam migrando para a França. Enfatizaram que o país estava cheio de brasileiro e que os empregos não davam para os de cá. O sonho do casal luso-brasileiro é migrar para a Bélgica. A brasileira por iniciais D afirmou estar em Portugal há mais de 25 anos, é cozinheira, trabalha muito nos restaurantes. Observou-se também que a maioria das famílias luso-brasileira entrevistadas não tem muito contato com os trabalhadores brasileiros. Alguns relataram que preferem manter o afastamento. Isso pode ter uma relação como o estereótipo negativo difundido pelos Média, o que por sua vez tem dificultado a integração dos trabalhadores imigrantes, conforme reflexão:

Geralmente, o imigrante só é notícia pela negativa. Se traficou droga, se roubou, se prostituiu ou matou, tem direito às primeiras páginas dos jornais e honras de

aberturas dos serviços noticiosos com fotografia, bilhete de identidade e, sobretudo, com nacionalidade” (ALCESTINA In: CÁDIMA et al. 2003: 101).

A forma de representar uma comunidade imigrante poderá favorecer ou dificultar a integração dessa população na sociedade de acolhimento. As imagens mentais e as representações são importantes porque, por um lado, podem aproximar a própria comunidade e, por outro lado, podem discriminar e excluir as pessoas. No caso dos brasileiros, criou-se uma imagem relacionada à alegria, à malandragem e à prostituição. Isso tem criado fissuras na sociedade receptora, assim como existe uma generalização dessas imagens para todos os integrantes da comunidade.

Alguns trabalhadores brasileiros são explorados por indivíduos da própria comunidade, ou empresários autóctones, na Região Centro. Existem casos de brasileiros que já estão em Portugal há mais tempo que aproveitam para explorá-los, sobretudo os recém-chegados. Cobram valores monetários para conseguir um emprego, mas também têm muitos brasileiros que fazem questão de ajudar, como se fosse uma retribuição pela ajuda que receberam na chegada. Por fim, evidencia-se a importância das relações de convivência e dos laços de solidariedade para uma boa integração dos imigrantes nos lugares de acolhimento.

Situações constrangedoras no ambiente de trabalho

As relações e convivências no ambiente de trabalho envolvem além das competências técnicas, as competências psicológicas e emocionais. A capacidade de compreensão do imigrante de que ele se encontra num país com cultura e modo de ver o mundo diferente constitui um diferencial significativo no processo de convivências e sociabilidades, tanto no ambiente do trabalho, como nas relações sociais.

Ao se conversar sobre as convivências, 42,7% afirmaram já ter enfrentado algum tipo de situação constrangedora e 44,4% afirmaram que não, os outros preferiram não falar sobre o assunto. Ao se investigar sobre as formas mais frequentes de constrangimentos, o quadro 17 enumera algumas situações indesejadas com os respectivos percentuais.

Inveja do colega	15,2%
Outro	13,5 %
Acusação de atos levianos	4,5 %
Trabalhava sem receber salário	7,3%
O patrão tomou o passaporte	1,1%
Não responderam	58,4%

Quadro 17 – Situações constrangedoras no ambiente de trabalho.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Tendo em vista a necessidade de se manter no mercado de trabalho, o trabalhador brasileiro afirma que está sempre disposto a cumprir as suas actividades da melhor forma possível. Para eles, não tem frio e nem calor, nem domingo, nem feriado. Dessa forma, destaca-se a importância do telemóvel, através do qual a comunicação se efetiva. O patrão precisando, o trabalhador está sempre disponível. Isso muitas vezes tem criado uma certa instabilidade no relacionamento com o trabalhador autóctone. Daí a inveja ser destacada, pelos inquiridos, em primeiro lugar. Outros casos de grande intensidade constitui na acusação de roubo, sobretudo quando não se quer pagar o vencimento, “comportamento desviado”, o caso de homossexuais, e trabalhar sem receber o pagamento de salário, ou carga horária excessiva de trabalho, na esperança de regularização da documentação, ou seja, do visto de trabalho, como o que se passou com uma de nossas entrevistadas, conforme relato abaixo.

Sou divorciada, tenho 2 filhos que ficaram em Belém, Pará, com meus pais. Quando cheguei não conhecia ninguém, estou há 6 meses, arranjei um emprego como ajudante de mesa num restaurante, trabalho muito, têm dias que fico até duas horas da manhã e no outro dia começo no mesmo horário, às 10 horas. Recebo 1 salário mínimo, não tenho hora extraordinária. Meu patrão prometeu regularizar a minha situação. Tem um pessoal que almoça aqui todo dia e faz este serviço (consegue o visto de trabalho). Eu já falei para ele ir descontando do meu salário o valor. O que eu quero é conseguir um visto de trabalho para ter mais liberdade para trabalhar (N, 2005).

Esta entrevistada paga 100 euros de renda (aluguel) por um quarto. Todo mês manda dinheiro para os filhos e mesmo nesta situação ela pensa em trazer o filho de 17 anos, no final do ano, para o Distrito de Coimbra. Há também casos de trabalhadores que moram no local onde trabalham, como acompanhante de

idosos, empregada doméstica, empregada de mesa, entre outros. Assim, a inveja, acusação de roubo, o não recebimento de salário fazem parte do cotidiano de integrantes da comunidade brasileira, na Região Centro. O elevado número de pessoas que não responderam à questão evidencia também a insegurança em que vivem no ambiente de trabalho. Isso porque 2005 representou para os imigrantes brasileiros um ano de muita tensão, reportagens na televisão e jornais sobretudo sobre a imigração brasileira em Portugal. Portanto, muitos demonstraram ser conscientes de que necessitam reconhecer e respeitar a cultura do outro. Assim, fizeram questão de afirmar que, com jeito, vão conquistando a simpatia, tanto dos colegas, como dos patrões.

A pobreza e a baixa escolaridade de muitas famílias no Brasil têm levado a acontecer situações de violência moral, ética e física que vão de encontro ao direito de liberdade e justiça. Um indivíduo de nome P, nas idas e vindas Portugal – Belém (Brasil), trouxe uma pessoa de aproximadamente 19 anos de idade para ser empregada doméstica e “esposa”. Nas conversas, soube-se que foi resultado de um acordo feito com os pais dela. Em troca, um senhor de nacionalidade portuguesa mandaria mensalmente para a família dela que ficou no Pará/Brasil o equivalente a 1.000,00 (hum mil reais)⁷⁷ e ela receberia 500. Vale salientar que a pessoa não é apresentada como companheira/esposa e sim empregada, o que cria uma situação desconfortável e discriminatória. Após conversas, tomou-se conhecimento de que ela o acompanhou com a mesma esperança de um outro trabalhador que migra, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da família.

Essa reflexão não se reduz apenas à pobreza, mas também constitui uma questão ética, de amor-próprio e dignidade. As situações abordadas até agora despertam alguns questionamentos. O que leva pais a cometerem atitudes como a de negociar a própria filha em pleno século XXI? Será que a pobreza extrema poderá levar a uma nova forma de escravidão? E o que faz o indivíduo a cometer tal agravo? Estas reflexões ajudam a esclarecer melhor que, além de uma questão econômica, a decisão de migrar é também psicológica e social a envolver contextos familiares e sociais.

Para TODD (1999), a vida econômica é modelada e regulada pelos sistemas familiares e que a forma do capitalismo é definida pelos sistemas de valores e

⁷⁷ É o correspondente a 2,5 salários mínimos e meio em Portugal, Junho de 2005.

costumes transmitidos pelas famílias. Na visão do autor, a estrutura familiar constitui uma importante matriz antropológica, cuja ação regula boa parte da vida financeira e social. Estas idéias foram utilizadas como parâmetro para ressaltar a importância da família e dos valores humanos que são transmitidos de geração a geração. Quando a família é aviltada e muito fragilizada, alguns valores são desprezados em detrimento de outros, a exemplo: amor, dignidade e o bom senso. No exemplo relatado anteriormente, a extrema pobreza da família pode estar na base de entendimento do que impulsionou os pais a fazerem um “acordo verbal” de valorização económica, sendo que a filha foi a “mercadoria” exposta nesse acordo.

Os pais pobres, sobretudo de áreas rurais decadentes do nordeste do Brasil, na década de 1970, arranjavam empregos em residências para as filhas adolescentes como empregadas domésticas. Muitas vezes, elas não recebiam nenhum dinheiro e sim a oportunidade para estudar. Quando os pais estipulavam um salário, na maioria das vezes, era abaixo do mínimo, o valor era entregue aos pais, a menina trabalhadora não recebia nada. A diferença que vê neste tempo de globalização é que além da exploração da força de trabalho, no exemplo acima citado, ocorre, também, a exploração sexual.

Outro aspecto das situações constrangedoras refere-se às tensões evidenciadas na Europa. Portugal não fica alheio a essa questão, uma vez a partir de 2003 os imigrantes brasileiros, nomeadamente as mulheres que trabalhavam com a prostituição passaram a ocupar, com certa fragilidade, espaço de destaque nos meios de comunicação. Muitas discussões envolvendo segmentos da sociedade portuguesa e das comunidades de imigrantes têm ocorrido com frequência. As manifestações em Lisboa e no Porto, por exemplo, áreas de maior concentração da comunidade brasileira, promovidas por indivíduos da extrema-direita do Partido Nacional Republicano (PNR), constituíram exemplos que mostram a não-aceitação, por determinados segmentos da sociedade, de uma convivência solidária. Vale destacar que, no âmbito deste debate, os trabalhadores autóctones também reclamam dos baixos salários, e, de uma certa forma, atribuem à chegada dos imigrantes.

A figura 71 mostra uma manifestação que aconteceu em Coimbra, com a participação de estudantes e trabalhadores de várias nacionalidades em repúdio às declarações xenófobas de integrantes do Partido Nacional Republicano contra os trabalhadores imigrantes.



Conceição Santos, 2005.

Figura 71 – Manifestação em Coimbra pelo direito à diferença.

As manifestações são constantes, seja de reivindicação da classe trabalhadora autóctone, seja de grupos da extrema-direita que são contra a permanência dos imigrantes em solo português. Para o imigrante brasileiro, o mundo do trabalho representa uma referência importante para a construção de sociabilidades e de cidadania, mas, reconhece também que é marcado por competição, baixos salários e dificuldade de convivência e intolerância. Ao se perguntar se já ficou desempregado, 46,1% afirmaram que sim e 50 % afirmaram que não. Ao se questionar sobre os principais motivos do desemprego, responderam por ordem de significação: obrigado a trabalhar horas extraordinárias sem receber a remuneração, ausência de pagamento de salário, dificuldade de convivência, assédio sexual, trabalho muito pesado, racismo e doença, entre outros. Por fim, faz-se importante sublinhar a importância de uma convivência multiétnica e solidária, com respeito às diferenças para uma integração acolhedora da comunidade imigrante. Para que isso aconteça, o ambiente de trabalho deve ser pautado num diálogo respeitoso entre patrão e empregado.

O tratamento dos patrões

O mundo do trabalho é conduzido por ações e atos importantes para a convivência do imigrante. O relacionamento entre patrão e empregado define maior segurança ao trabalhador brasileiro. Ao se questionar como eram tratados pelos empregadores, 55 % responderam ter uma relação boa; 32 % afirmaram ser razoável, 5 % evidenciaram ser ruim e 8 % não responderam à questão, conforme figura 72.

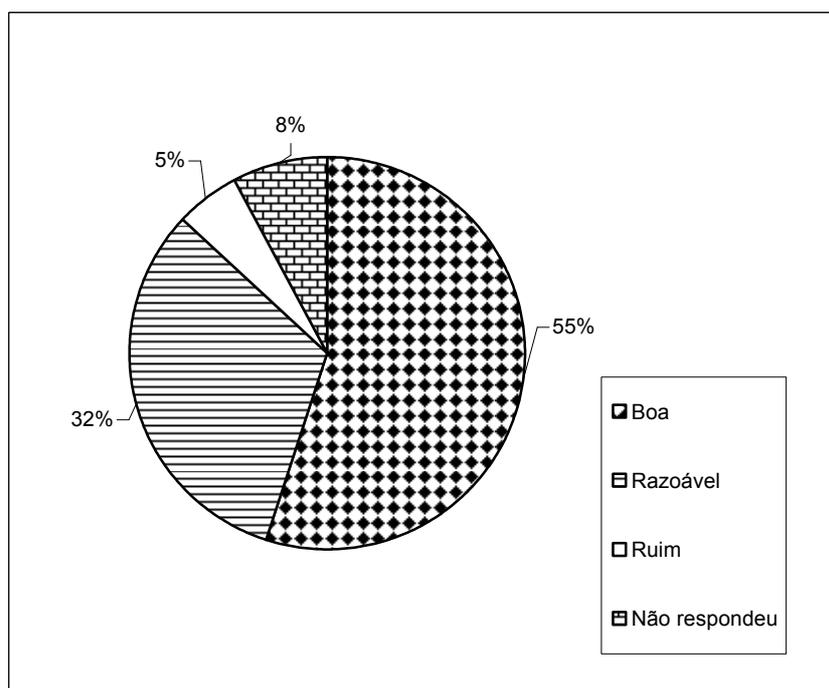


Figura 72 - A relação de trabalho com o patrão.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Os inquiridos afirmaram que, inicialmente, estranharam a forma de tratamento do patrão, muitas vezes bruscas, depois foram entendendo que temos culturas diferentes, formas de falar e de relacionar. Evidentemente que essa relação é composta de hierarquias, algumas vezes rígidas e dirigidas por medos. No âmbito geral, a relação entre patrão e empregado baseia-se numa interação profissional de atitudes e de respeito mútuo.

Ao aprofundar o nível das respostas, procurou-se saber, dos que afirmaram ter boa relação com o patrão, sobre a positividade das respostas correlacionando-as com o período de chegada a Portugal, conforme quadro 18. Do total geral, para 24,2% dos inquiridos o patrão gosta da forma como o trabalhador brasileiro

desempenha a sua função; 14 % afirmaram que o patrão respeita o outro. Vale salientar que 46,1% dos inquiridos não responderam à questão cuja maioria chegou após a década de 2000.

	1970 a 1980	1980 a 1990	1990 a 2000	Após 2000	Total
Alguns patrões terem sido migrantes	0	0	0,6	6,2	6,8
No geral, o patrão gosta do trabalhador brasileiro.	0	2,2	3,9	18,0	24,2
O patrão respeita o outro.	0,6	0	3,9	9,6	14,0
Outro	0	0,6	2,2	6,2	9,0
Não respondeu	0	3,4	11,8	30,9	46,1
Total	0,6	6,2	22,5	70,8	100,00

Quadro 18 – Tratamento do patrão.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Após as interlocuções com os trabalhadores, provavelmente esse silêncio pode ter a seguinte relação: seja por receio, ou por não concordar com a assertiva, ou por não ter tido o tempo necessário para uma posição mais clara sobre isso. Como a maioria dos inquiridos trabalha em atividades de atendimento ao público, a exemplo, restaurantes, cafés e limpeza, entre outras, o jeito de ser brasileiro se insere no imaginário português: alegre, descontraído, sensual e festivo. O estereótipo criado sobre o brasileiro nem sempre coincide com a realidade.

No estudo desenvolvido no Porto, Machado (2003) atenta para o processo de exotização assumido pelos imigrantes brasileiros, como forma de atender a uma “identidade-para-o-mercado” que os fazem alegres, simpáticos, sensuais e malandros. Esta é a forma que alguns encontram para criar um diferencial entre os imigrantes. A comunicação extraída em uma das listas na INTERNET que envolve brasileiros, exemplifica como a alegria e a sensualidade de ser brasileiro pode ser usada como uma identidade para o mercado no mundo do trabalho europeu.

Caros amigos, essa é a convocação ao carnaval luso-brasileiro da Mealhada... Como já acontece há dois anos, a escola “B” está convocando 30 brasileiros para desfilarem na avenida em alas especiais, e quem já foi sabe como é, só sucesso. Não existe custo qualquer para desfilarem, apenas a nossa alegria (A, 2005).

O Concelho da Mealhada, pertencente ao Distrito de Aveiro, implantou o Carnaval, nos “moldes” brasileiro. Trazem artistas do Brasil: assistas, atores famosos da Rede Globo de televisão, grupos de samba, cantores e convidam brasileiros que estão em Portugal para participarem da animação. À convite dos diretores das escolas de samba, brasileiros e brasileiras não pagam para desfilarem nas escolas de samba. A função deles no desfile é animar a festa. Alguns são convidados a desfilarem em trajes com pouca roupa, sobretudo as brasileiras, todavia como o Carnaval acontece num mês frio, é muito difícil ficar muito tempo. É montado um sambódromo, as pessoas pagam uma taxa para assistir o desfile das escolas, os horários são definidos para começar e terminar, bem ao estilo português. Muitos brasileiros que estão em Portugal, sobretudo músicos e dançarinos, aproveitam para efetivar contratos de trabalho. Na relação de trabalho, faz-se importante a compreensão sobre as leis trabalhistas e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Direitos do trabalhador brasileiro

No tocante ao cumprimento das leis trabalhistas, os inquiridos na Região Centro afirmam que nem sempre têm assegurado os mesmos direitos atribuídos aos trabalhadores autóctones, (figura 73).

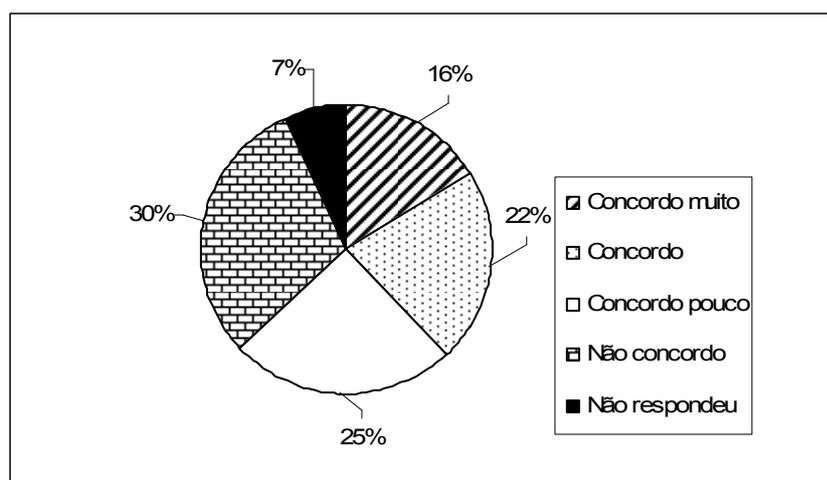


Figura 73 – Cumprimento das leis trabalhistas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Ao agrupar as respostas concordo e concordo muito, a figura 73 mostra que 38% dos inquiridos, nos distritos analisados, afirmaram que os patrões cumprem as leis trabalhistas. Os 25% concordam pouco, 30% não concordam e 7% preferiram não responder a questão.

Ao tomar como base a escolaridade, o quadro 19 revela a opinião deles sobre o não cumprimento das leis trabalhistas por parte de patrões. Ao agrupar os dois primeiros níveis de respostas (concordo muito e concordo), constatou-se que 40,4% dos inquiridos, com escolaridade de oito ao décimo segundo anos de estudos afirmaram o não cumprimento das leis trabalhistas por parte de alguns empregadores.

Respostas / Escolaridade	Concordo muito %	Concordo %	Concordo pouco %	Não concordo %	Não respondeu %	Total %
Até quatro anos de estudos	2,2	1,1	0,6	0,6	1,6	6,1
De quatro a oito anos de estudos	7,9	0,6	0	1,1	1,6	11,2
De 8 ao décimo segundo anos de estudos	24,7	15,7	3,9	5,1	5,5	54,9
Superior Completo	3,9	3,9	0,6	0,6	1,6	10,6
Superior incompleto	4,5	2,2	1,7	1,1	1,5	11
Pós Graduação	3,9	1,7	0	0,6	0,0	6,2
Total	47,1	25,2	6,8	9,1	11,8	100,0

Quadro 19 – Os patrões não cumprem as leis trabalhistas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Ao somar as respostas dos inquiridos com curso superior completo, incompleto e com pós-graduação, concluiu-se que 20,1% afirmaram também o não cumprimento das leis trabalhistas por parte de alguns empreendedores em Portugal. A contraposição nesta mesma faixa escolar recai para 5,5% dos inquiridos ao afirmarem que existe igualdade de direito entre os imigrantes e os autóctones. Os que têm uma escolaridade menor são conscientes de tal fato, entretanto ficam mais reservados sobre a questão, porque trabalham na mesma função e recebem o mesmo ordenado daqueles que têm escolaridade maior.

No âmbito geral, a maioria afirmou que o patrão não cumpre as leis trabalhistas. A situação fica mais delicada para os que estão na condição de indocumentados, estes ficam na invisibilidade e são os mais explorados. Os postos de trabalhos em que a comunidade inquirida está inserida é sempre o mesmo: mercado secundário, ou seja, café, restaurantes, hotelaria, limpeza, vendedor ambulante, entre outras. Para muitos, a luta incansável do dia-a-dia, o atendimento imediato a uma chamada do patrão independente da hora e a dedicação ao trabalho não são suficientes para o recebimento de horas extraordinárias, férias, abono de natal, entre outras. Por fim, mesmo diante das adversidades comuns a quem arrisca o futuro longe de casa, eles reafirmaram o interesse em continuar o movimento migratório com o intuito de alcançar uma mobilidade profissional ascendente.

Mobilidades profissionais e escolarização

Nas migrações internacionais, a inserção dos trabalhadores brasileiros no mercado de trabalho, com contrato válido, é de grande importância para a integração dos imigrantes e o seu posicionamento na sociedade de acolhimento. Este poderá ter uma mobilidade profissional ascendente ou descendente a depender da estrutura social e econômica da cidade de imigração. Assim, no processo de inclusão dessa comunidade, algumas variáveis são consideradas importantes, com as quais elencar-se-á as principais.

A primeira constitui o desenvolvimento econômico e social do lugar. As transformações verificadas nos distritos de Coimbra, Aveiro e Leiria, a partir de 1980, motivaram o fluxo de brasileiros entre outros imigrantes para estes destinos. Embora os distritos analisados não apresentem uma base econômica bastante diversificada, exceto Leiria, o envelhecimento da população e o florescimento do setor de serviços contribuem para a atração de trabalhadores imigrantes.

A segunda refere-se à carência de mão-de-obra em algumas áreas de desenvolvimento no país de acolhimento. A ajuda comunitária da União Europeia contribuiu para a melhoria da qualidade de vida nesta região. Nos distritos estudados, os incentivos da UE promoveram uma dinâmica nas obras de construção e pavimentação de estradas, construções de restaurantes, hotéis, bares, indústrias, entre outras, o que permitiu o florescimento de empregos, que

muitas vezes têm sido desprezados pela população autóctone. Isso concorre para o preenchimento de algumas atividades pela população brasileira, entre outros imigrantes.

A terceira refere-se à qualificação de mão-de-obra e à escolaridade como sendo importante no processo de inserção de trabalhadores. Após o 25 de Abril de 1974, o país abriu-se para equacionar algumas situações de dificuldades. Problemas como elevado índice de analfabetismo, forte emigração portuguesa e dificuldade dos meios de transporte e comunicação foram detectados como obstáculo ao desenvolvimento regional, conforme Cravidão (1992); Fonseca (1996, 2003); Baganha (2001); Baganha et al (1998) e Malheiros (1996, 2000). No entanto, em função deste suporte, o nível escolar da população portuguesa, que até então era muito baixo, tem aumentado nas últimas décadas, chegando ao ponto de os maiores índices de desemprego estarem relacionados aos que têm o nível superior, sobretudo os licenciados.

A partir da década de 1980, Portugal desponta-se para as inovações tecnológicas, o que por sua vez passou a atrair trabalhadores imigrantes brasileiros e outros com qualificação elevada em diversas áreas. Nesta mesma década, o fluxo migratório internacional brasileiro em direção a Portugal começa a ser delineado enquanto fenómeno emergente. Isso decorre da crise no Brasil, construída historicamente e acentuada com o modelo falhado de substituição de importações e da Nova Divisão Internacional do Trabalho, conforme já se referiu nos capítulos II e III.

Na trajetória da pesquisa, identificaram-se três realidades bastantes distintas evidenciando os fluxos migratórios: **brasileiros(as) que chegaram na década de 1980 a 1990**, caracterizando a primeira vaga da imigração; **os que chegaram entre 1991 a 2000** constituíram a segunda vaga de imigrante; e **os que chegaram a partir de 2000** formaram a terceira vaga imigratória.

A maioria, que chegou até o final da década de 1980, conseguiu uma melhor integração, possui uma escolaridade elevada e foi trabalhar em áreas das estratégias territoriais de desenvolvimento português: de que são exemplos os dentistas, médicos, publicitários e designer entre outras, Machado (1997); Baganha e Góis (1997/1998) e Baganha (2001). Esse “capital humano” é formado no país de emigração, no caso o Brasil, e transferido para o país de acolhimento, no caso de Portugal. Certamente que ambos países terão benefícios desse

investimento, sobretudo o de acolhimento. Porque a inserção de trabalhadores brasileiros, com qualificação acima da média portuguesa, contribuiu para as mudanças percebidas atualmente na paisagem.

Os que chegaram na década de 1990, não tiveram incentivo governamental, mas conseguiram uma integração média, ocupando postos melhores, em relação aos que chegaram na década posterior. Os que chegaram a partir dos anos 2000 têm encontrado dificuldades para conseguir o visto de trabalho e para se integrar à sociedade, requisito importante para a permanência no lugar e para a aquisição de cidadania. A maioria dos inquiridos na investigação integra-se à terceira vaga migratória, grande parte encontra-se na condição de indocumentados sendo constituída de pessoas de classe média que estão a trabalhar, sobretudo na restauração, no comércio e na construção civil. Um número significativo de brasileiro apresenta fortes sinais de não integração à comunidade portuguesa e sentem muita vontade de retornar ao Brasil.

A quarta variável, saber ser e o saber conviver com outras pessoas, é também importante para o êxito do processo imigratório, em especial para a inserção no ambiente de trabalho. Diante da competitividade e da flexibilização da economia, não basta apenas o saber fazer, o saber ser e o saber conviver constituem indicativos relevantes para as convivências e a compreensão da diversidade cultural nos lugares de imigração. Nesse aspecto, os brasileiros, pela forma de ser e estar no mundo, afirmaram durante a investigação que se têm esforçado para viver bem com a comunidade autóctone e outras comunidades imigrantes. Os estudos de Machado (2003), Sales (1999), Santos (2005), Téchio (2006) e Vitorio (2007) evidenciam as formas de adaptação dessa comunidade.

Na análise da mobilidade profissional, a figura 74 mostra o tipo de ocupação⁷⁸ desempenhado por brasileiros antes de sair do Brasil e após efetuar a migração. Antes da realização da migração, ocorre a predominância dos seguintes tipos de ocupação: empregados do comércio, pessoal administrativo; estudante; profissões científicas e liberais; e construção civil. No deslocamento do país de origem ao de acolhimento, as profissões científicas, liberais e técnicas (1)

⁷⁸ O tipo de ocupação é com base na classificação das profissões usadas em Portugal. 1 - Profissões científicas, liberais e técnicas; 2. Diretores e quadros superiores; 3. Pessoal Administrativo; 4. Empregados do comércio e similares; 5. Pessoal dos serviços de protecção e dos serviços pessoais e domésticos; 6. Agricultores e trabalhadores agrícolas; 7. Trabalhadores da C. Civil, Indústria e Transportes; 8. Estudante

tiveram uma mudança acentuada, uma vez que 13,5% ocupavam esta função no Brasil e na Região Centro de Portugal ficaram apenas 4,5%, ou seja, identificaram-se no transcorrer da pesquisa, licenciados, advogados, economistas que migraram para esta região e ocupavam posição no mercado de trabalho terciário, (figura 74).

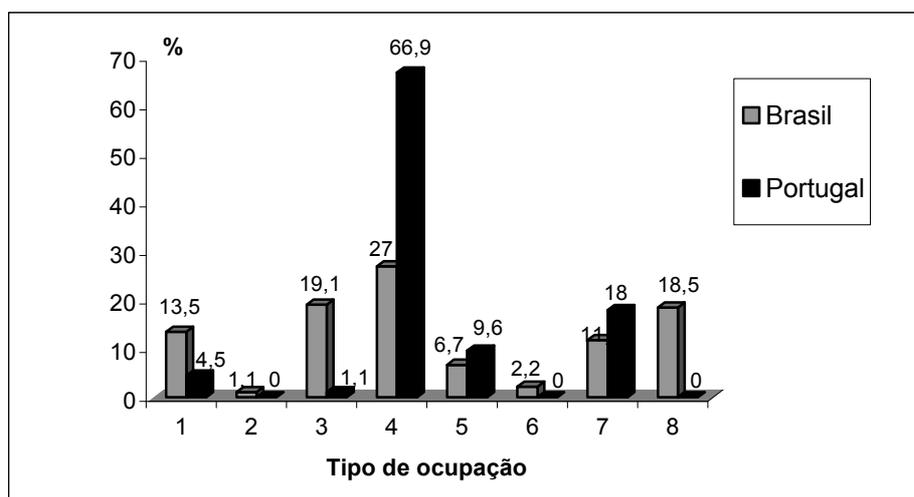


Figura 74 – Mobilidades profissionais de brasileiros.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Percebeu-se nesta categoria, trabalhadores com qualificações elevadas que, por falta de oportunidades no Brasil, migraram para Portugal e tiveram uma mobilidade descedente. Notou-se um subaproveitamento da experiência e, de uma certa forma, um desperdício de recursos que foram investidos. As migrações envolvem a transferência do mais valioso recurso econômico – o capital humano – de um país pobre para um país rico (CASTLES, 2005:30). A família e o Estado assumem os custos com a formação intelectual do imigrante até a idade adulta e, com a emigração, o país de acolhimento se beneficiará deste investimento.

O grupo 2 correspondente a diretores de quadro superiores, representado por 1,1% no Brasil, em Portugal não houve representação neste grupo. Houve também uma redução brusca no tipo de ocupação ligada à administração (3), no Brasil 19,1% trabalhavam como agente administrativo e de secretaria, em Portugal, este número desceu para 1,1%. Contrariamente, percebeu-se que no ramo de atividades relacionadas ao comércio, o aumento foi superior a 100% em relação à função desempenhada no Brasil. É neste grupo (4) que os inquiridos mais se têm inserido, desempenhando suas funções como atendentes de mesa,

churrasqueiro, cozinheiro, limpeza, lavar louça, vendedor ambulante (TV Cabo, NetCabo, Cabo Visão), entre outras.

O grupo de atividade 5 teve um pequeno aumento. Isso pode estar relacionado ao envelhecimento da população, uma vez que alguns trabalham como cuidadores de idosos. A tendência é o aumento de empregos nos serviços de proteção e dos serviços pessoais e domésticos. O grupo 6, relacionado a trabalhos agrícolas, foram encontrados brasileiros que, no Brasil, atuavam nesta área, no entanto, na Região Centro foram trabalhar na construção civil afirmando que o ordenado era maior.

O grupo 7, correspondente a trabalhadores na construção civil e na indústria, os quais também tiveram um aumento acentuado. O grupo 8, composto de estudantes no Brasil, ao chegar em Portugal desapareceu, porque tiveram que se incluir em uma atividade profissional. É compreensível essa situação uma vez que ao chegar ao país de acolhimento, o brasileiro para corresponder ao alto custo da migração, insere-se em alguma atividade econômica, mesmo que, para isso, tenha que ter uma mobilidade descendente.

A análise anterior conduz a afirmar que a maioria dos trabalhadores brasileiros inquiridos na Região Centro de Portugal se inclui no *mercado de trabalho segmentado secundário*, mais precisamente ocupando as seguintes ocupações: lavadores de pratos, churrasqueiro, atendentes de mesa, cozinheiro, vendedores ambulantes, empregada doméstica, limpeza de edifício, pedreiros, ajudante na construção civil, entre outras. Por fim, a pesquisa identificou uma predisposição do trabalhador brasileiro para ocupar qualquer tipo de função ao chegar a Portugal. A sua permanência neste território depende de sua inserção no mercado de trabalho, o que nem sempre constitui a principal ocupação no país de origem.

Muitos aprendem algumas atividades na prática. Um dos inquiridos por nome de “G”, tem o 12º ano completo, no Brasil desempenhava a função de fabricante de vassoura de piaçava. Ao chegar ao Distrito de Coimbra aprendeu na prática várias profissões: trabalhou como ajudante de pedreiro, ajudante de mesa, vendedor de tv a cabo, cozinheiro entre outras. Informou que certa vez, ao trabalhar num restaurante como atendente de mesa, fora promovido à chefe de cozinha, apesar de não saber cozinhar. Um outro fato foi o dono do restaurante ter solicitado uma feijoada brasileira, mas o cozinheiro (português) não sabia fazê-

la. Então solicitou do chefe orientação, mas “G” também não possuía tal experiência. Para preservar o emprego, não confessou ao cozinheiro, porque senão o seu emprego estaria em jogo. Então, foi ao banheiro e ligou para um amigo brasileiro que trabalhava como cozinheiro em outro restaurante. Após receber as orientações, o chefe de cozinha passou a orientar na elaboração de tal prato. Segundo ele, a feijoada saiu muito boa. Estas situações são comuns na vida de quem se arrisca a uma migração internacional, muitos aprendem o ofício na prática.

As atuais ocupações desempenhadas pelos trabalhadores brasileiros, no geral, não têm despertado o interesse da população autóctone, seja pelo tipo de serviço pesado, seja pela baixa remuneração, ou pela alta periculosidade. Machado (2003), ao analisar segmentos da comunidade brasileira, no Porto, também identificou as ocupação relacionadas anteriormente, como sendo as principais funções desempenhadas por brasileiros, assim como o estereótipo criado para a imagem de ser brasileiro: alegre, festivo e simpático, o que reforça o mercado do exótico, sobretudo para aqueles que têm uma menor escolaridade, conforme transcrição abaixo:

..... em Londres, a inexistência de representações sistemáticas sobre o Brasil limitava os brasileiros à venda do exótico *per si*. Ao contrário, em Portugal, as similaridades da língua portuguesa e a profusão de imagens sobre a suposta simpatia, alegria e cordialidade do brasileiro permitem que o mercado de trabalho seja maior: não apenas a venda do exótico..., mas também a ampliação do mercado de trabalho para os sectores de atendimento ao público (MACHADO, 2003:12).

Ao analisar o mercado de trabalho ocupado pelos brasileiros em Londres e em Portugal, Machado (O cit.) considera que os brasileiros, em função da similaridade da língua, conseguem ocupar, em Portugal, postos de trabalho não apenas voltado para o mercado exótico, mas também relacionado ao atendimento ao público. Isso porque a dificuldade de falar a língua inglesa, francesa, alemã e espanhola faz com que integrantes desta comunidade em Londres, Estados Unidos, França, Alemanha, Suíça e Espanha, entre outros, tenham maiores dificuldades para actuarem em serviços de atendimento ao público. Em função disso, ocupam postos de trabalho na restauração, na construção civil, na venda de produtos para os próprios brasileiros, mercado étnico, ou no mercado exótico: dançarinas, músicos, capoeira, massagistas, manicura, cabeleireira e esteticistas.

Falar a língua constitui uma condição fundamental para o conhecimento do funcionamento das leis e inserção no mercado laboral no país de acolhimento, entretanto não constitui uma condição imprescindível para ascensão profissional.

Ao investigar a mobilidade profissional, procurou-se relacionar a escolaridade e a função desempenhada por brasileiros, no país de origem e nos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria. A análise do quadro 20 evidencia que, no Brasil, as funções desempenhadas no campo das profissões científicas, liberais e técnicas (1) têm um índice de 13,5%, em Portugal. Este índice cai para 4,5%, sobretudo os pós-graduados com 4,5% antes de sair do país e, em Portugal, com 0,6%. Nos grupos 2 e 3, Diretores e Quadros Superiores e Pessoal Administrativo, poucos conseguiram inserir-se, cujo índice foi inferior a 1%. O grupo 4 foi o de maior índice de inserção de trabalhadores brasileiros, mostrando justamente o contrário, uma vez que 24,6 % ocupavam esta função no Brasil, em Portugal este número quase triplicou. Os grupos 5 e 7 também tiveram um pequeno aumento, já os grupos 6 e 8 não se destacaram, (quadro 20).

Anos de estudo Categorização	1		2		3		4		5		6		7		8	
	Brasil %	Portugal %														
Até 4 anos	0	0		0			2,2	2,8	0,6	0,6	1,1	0	1,1	1,7		0
4 a 8 anos	0,6	0	0	0	0,6		3,9	4,5	1,7	0,6	0,6	0	2,8	5,1	0	0
8 ao 12º anos	3,4	2,2	0,6	0	12,4	0	14,6	36,0	3,4	5,6	0,6	0	6,7	9,6	12,4	0
Sup. completo	2,2	1,1	0,6	0	2,2	0	1,1	7,3	0,6	0,6	0	0	0,6	0	2,2	0
Sup. incompleto	2,8	0,6	0	0	2,8	0	2,8	7,3	0,6	1,7	0	0	0,6	0,6	0,6	0
Pós-Graduação	4,5	0,6	0	0	0,6	0,6	0	4,5	0	0,6	0	0	0	0	1,1	0
Total	13,5	4,5	1,2	0	18,6	0,6	24,6	62,4	6,9	9,7	2,3	0	11,8	17	16,3	0

Quadro 20 – Escolaridade e o tipo de ocupação desempenhada por brasileiros.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Esta análise estimula a se pensar que nem sempre os brasileiros inquiridos na Região Centro de Portugal com um nível escolar maior, ensino médio e/ou ensino superior, terá uma mobilidade profissional ascendente nesta região. Mesmo os que têm o curso superior completo ou pós-graduação estão trabalhando como churrasqueiro, garçom, atendente de mesa, lavador de pratos,

limpeza, entre outros. O maior percentual de trabalhadores brasileiros está atuando no grupo 4, ou seja, no comércio. Isso reforça a análise com base na teoria do mercado de trabalho segmentado. No entanto, aqueles que, no país de origem trabalhavam na agricultura, ao chegar na Região Centro de Portugal foram trabalhar no comércio, construção civil entre outras, desempenhando, muitas vezes, as mesmas funções dos que têm uma escolaridade maior. Assim, nesse caso específico, pode-se afirmar que estes conseguiram uma mobilidade profissional ascendente, importante para a melhoria da qualidade de vida.

A qualidade de vida: tradução do sonho do imigrante

A migração internacional constitui uma esperança para a melhoria das condições de vida, tanto individual como da família. Ainda hoje permanece a idéia de *status* econômico para os que conseguiram engajar-se numa migração internacional. O relato de um entrevistado por nome “J” evidencia um pouco de tudo aquilo que já se retratou: a origem familiar, o nível de escolaridade, a situação funcional, a exploração do trabalhador e a saudade da família.

Tenho 21 anos, estudei até a 5ª série do 1º grau. Cheguei em 2004 e não tenho documentos portugueses. Minha mãe nasceu em Goiás, é índia da tribo Caiapó, meu pai é do Mato Grosso, é filho de Italiano. Eu sou resultado da mistura de italiano com indígena. O meu avô é italiano. Estou aqui há um ano e oito meses, não tenho documentos, gostaria muito de ter nacionalidade italiana, mas não tive tempo de ver isto. Com fé em Deus voltarei este ano. Quando cheguei fui trabalhar em Lisboa, nas obras. Trabalho muito duro. Sabe o que o empreiteiro faz quando a fiscalização da imigração chega apresentam documentos falsos, o engraçado é que eu nem sabia. Num determinado dia, eles chegaram e procuram os documentos dos trabalhadores, então o patrão mandou eu fugir para eu não ser deportado, pulei o muro da obra. Dias depois retornei à obra, fui demitido e até hoje o dono da obra não me pagou. Isso é comum entre nós imigrantes. Eles enganam e não pagam o salário. Acho uma injustiça muito grande. Aqui eu bebo muito, bebemos até no trabalho, ficamos muito só. É a nossa única diversão. Quando penso que os jovens da minha idade estão no Brasil, curtindo, jogando bola.... Aqui temos que trabalhar muito, é muito triste (J. 2005).

No seu relato enfatiza que seus avós são italianos, foram morar no Brasil há muito tempo atrás, na década de 1950, e o pai é descendente de italiano. A forma como alguns empresários agem dificulta a materialização do sonho do imigrante: trabalhar para melhorar de vida. As dificuldades vivenciadas pelos brasileiros são muitas. Acham Portugal muito triste. Para suprir a solidão, procuram refúgio na bebida ou outras fugas: a marginalização social.

Como é o caso de “W”, natural de Goiás, com 26 anos de idade, sem documentação e havia sido enganado por um empresário, no Concelho de Mira. Desde que chegou, foi trabalhar neste lugar. O patrão, ao saber que ele se encontrava sem a documentação no país, não lhe pagava o salário, e, além disso havia tomado o seu passaporte. A situação estava assim há mais ou menos 1 ano. As orientações não foram suficientes para que “W” denunciasse o caso por demonstrar medo do patrão, como também do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Para ele, é vergonhoso retornar ao Brasil sem nada, pior do que saiu. O caso chegou ao extremo, além de beber muito, fugiu e dormia numa casa abandonada. Para o imigrante, isso é motivo de muita frustração.

Para “afogar” a saudade do convívio familiar e dos amigos deixados no Brasil, nos finais de semana, ou no dia de folga, ou até no dia-a-dia muitos imigrantes reúnem-se, refugiando-se em grupos, tendo como “divertimento principal” a bebida. A saudade de casa é muito grande. Ao analisar espaços e tempos individuais na vida social, Harvey (1992) salienta que a casa constitui um espaço fundamental para a memória. As representações sociais, as lembranças e os sonhos estão contidos na casa.

A vida começa bem, e começa encerrada, protegida, aquecida no seio da casa... É esse o ambiente em que vivem os seres protetores... Nessa região remota, a memória e a imaginação se mantêm associadas, cada qual trabalhando para o seu mútuo aprofundamento... Por meio dos sonhos, as varias habitações da nossa vida se co-penetram e retêm os tesouros de dias passados. E, depois de estarmos na nova casa, quando as memórias de outros lugares em que vivemos retornam a nós, viajamos para a terra da Infância imóvel, imóvel como são todas as coisas imemoriais (Harvey, O. cit: 200).

Na migração internacional de trabalhadores, a saudade e as lembranças são comuns nas falas dos sujeitos. Os trabalhadores brasileiros inquiridos relatam que as recordações da casa, da família e dos amigos que ficaram no Brasil são frequentes. Essa memória coletiva é permeada de nostalgia e tristeza, conforme salienta o autor “o tempo é memorizado como lembranças de lugares e espaços vividos”.

A saudade de casa e as dificuldades de integração no país de acolhimento têm concorrido para o desencadeamento de algumas mazelas sociais. Já são perceptíveis casos de alcoolismo por parte de alguns integrantes da comunidade brasileira, que segundo eles decorrem da solidão, da saudade e dos conflitos de

não se sentirem cidadãos(ãs) do lugar que estão ajudando a construir com o seu trabalho. Percebeu-se que esta constitui uma questão social e psicológica a ser enfrentada pelas políticas públicas de inclusão da comunidade imigrante brasileira.

As estrofes da letra da música “Tudo outra vez”, interpretada por João Pedro e Belchior, trazem núcleos frasais importantes de quem arrisca o futuro longe de casa. Reafirmam as falas dos sujeitos desta investigação, ou seja, a tradução do sonho do imigrante brasileiro.

....Há muito tempo que eu estou longe de casa
E nessas idas, cheia de distância
O meu blusão de couro se estragou...

...Minha rede branca, meu cachorro ligeiro
Sertão olha o concorde
Que veio vindo do estrangeiro
O fim do termo saudade
Com o meu charme brasileiro
De alguém sozinho a cismar...

A produção musical de Belchior e João Paulo expressa sentimentos de quem partiu. O texto permite a elaboração de um mapa mental que traduz cenas de lugares não vividos intensamente, cheios de encontros e desencontros (anexo 4). Durante o trajeto da investigação, verificou-se que as palavras esperança e saudade estão presentes nos discursos de trabalhadores brasileiros inquiridos na Região Centro. Ao retratar a esperança para conseguir uma vida melhor no estrangeiro, o trabalhador brasileiro percorre longas distâncias, ultrapassando os obstáculos e os medos do desconhecido.

Conforme salienta Sayad (2000:11), o retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra. Para esse autor a identidade do imigrante está ligada a um lugar, a uma base territorial, ou seja, a um sentimento de pertença. Esta visão constitui um contraponto às idéias de Amin Maalouf (2004) ao afirmar que a identidade não está ligada apenas a um lugar. Nesta linha de raciocínio, a identidade não é una e sim múltiplas, a cada experiência migratória adquirem-se novas formas de identificação e novos sentimentos de pertenças.

Por fim, a ausência da família e dos amigos, o retorno, a vontade de viver tudo outra vez e a certeza de não poder viver em “dois mundos” fazem parte do imaginário de um número significativo de brasileiros inquiridos, o que demarca a fronteira entre o sonho e a realidade. Dai a importância das redes sociais no lugar de acolhimento e das políticas públicas de inclusão dos imigrantes.

2 - Redes sociais e organizações de solidariedade

“Os imigrantes são co-habitantes ativos de um lugar e co-produtores de uma cultura local” (FONSECA, 2003:108). Assim, as trajetórias de integração são processos de adaptação criativa às condições de vida locais e à (re)construção coletiva e cooperativa dos territórios onde vivem, envolvendo um processo de aprendizagem mútuo, feito de cooperação e conflito, diálogo e troca de saberes, experiências e práticas culturais entre indivíduos, grupos sociais ou comunidades étnicas que partilham o mesmo espaço geográfico. Ao compartilhar com este pensamento Amin Maalouf afirma:

“... es esencial que la civilización global que se está construyendo no parezca exclusivamente americana; es necesario que todos puedan reconocerse un poco en ella, identificar-se un poco con ella, que nadie se vea inducido a pensar que le es irremediavelmente ajena y, por tanto, hostil (MAALOUF, 2002:134).

Nesse sentido, concorda-se com os autores quando afirmam a necessidade de repensar os territórios a partir das pessoas, independente da nacionalidade, e não apenas de um segmento da sociedade.

As redes sociais e as organizações de solidariedade são essenciais para a integração comunitária. Ao se perguntar aos inquiridos porque escolheram esta região para morar e trabalhar, responderam conforme figura 75.

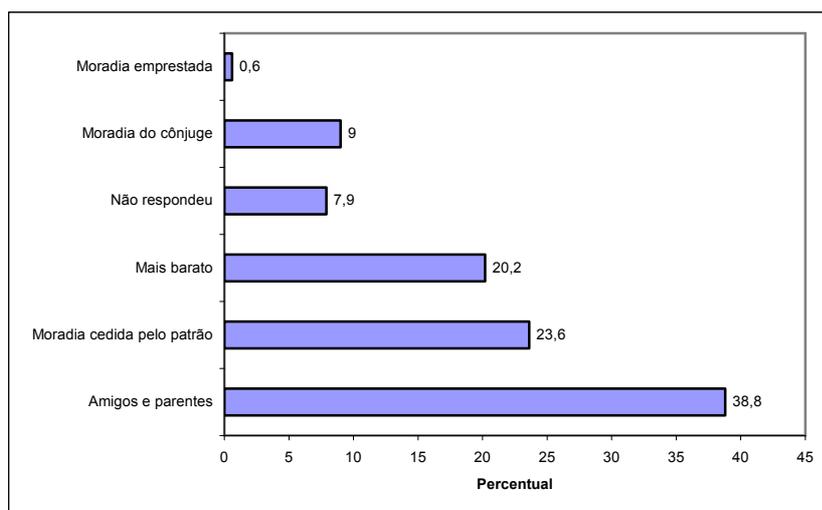


Figura 75 – A escolha do lugar para morar e trabalhar.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Primeiramente, a escolha do lugar para morar e trabalhar é motivada pela proximidade familiar e de amigos, o que corresponde a 38,8% das respostas dos inquiridos. As migrações são sustentadas por redes sociais desenvolvidas pelos imigrantes de forma a humanizar e a lidar com a experiência migratória, (CASTLES, Op. cit.: 45). Em segundo lugar, sobressai a moradia cedida pelo empregador com 23,6%. É comum, neste caso, o empregador arrendar apartamento de dois ou três quartos com beliches, ou seja, camas duplas, e colocar para morar cerca de oito a dez brasileiros, a depender do tamanho da empresa. Observou-se, em alguns grupos, muita solidariedade entre eles, como também um clima muito tenso e de desarmonia, haja vista que passam por fortes questões emocionais. Percebeu-se também moradias em prédios de má conservação, lugares insalubres e com pouca ventilação. No período do frio, alguns não suportam, ficam doentes e retornam ao Brasil. Para 20,2% deles, a escolha do lugar deve-se ao fato de ser a renda mais barata.

Vale dizer que, a partir do momento em que o trabalhador brasileiro aprende sobre a dinâmica do território, a escolha do lugar para morar passa a estar relacionado à disponibilidade de encontrar um emprego com maior ordenado e segurança de permanência. Isso posto, o respeito à diversidade se faz importante no processo de acolhimento, de convivência multiétnica e solidária da

comunidade imigrante com a população autóctone. O que se busca na atualidade é o direito à diferença como contraponto à “civilização” global, suporte da homogeneização cultural.

Fixação de residência

Ao ultrapassar a fase das migrações transcontinentais em direcção às ex-colónias portuguesas e à Europa do Norte, o país volta-se para o desenvolvimento do sector produtivo no final da década de 1980, dando sequência ao movimento populacional interno. Isso, por sua vez, desencadeou um movimento da população portuguesa rumo à Região Metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo e em uma fase posterior em direcção ao Porto.

Inicialmente, em função do baixo desenvolvimento econômico e social, as migrações eram internas, restritas ao povo português, sendo direccionadas para as áreas metropolitanas, sobretudo Lisboa, Fonseca (1996). Posteriormente, por volta de 1980, os impulsos decorrentes da ajuda econômica e monetária da Comunidade Europeia promoveram transformações substanciais no território ao ponto da quantidade de trabalhadores portugueses não ser suficiente para cobrir os postos de trabalho. Decorrentes da escassez de mão-de-obra, sobretudo para a indústria da construção civil, o país passou a estimular a vinda de trabalhadores imigrantes das ex-colónias portuguesas e de outras comunidades europeias para ocupar funções no mercado de trabalho, nomeadamente na indústria da construção civil e no setor da restauração. Conforme já se teve oportunidade de explicar em capítulo anterior, é nesse contexto que ao ampliar a cada década a expressão e o significado, os trabalhadores brasileiros também contribuem no processo de transcendência da paisagem portuguesa.

Os investimentos decorrentes do fundo de desenvolvimento social da União Europeia impulsionaram um processo de litoralização da população, ou seja, a população passou a migrar também para as áreas litorâneas, decorrentes sobretudo do impulso das atividades turísticas. No âmbito regional, a Região Centro também passou a atrair a atenção do governo, o que impulsionou várias inovações em ciência e tecnologia, traduzidas na atual dinâmica territorial.

Retornando à questão da primeira residência⁷⁹, os investigados nos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, quando chegaram a Portugal, escolheram inicialmente as seguintes áreas geográficas para morar. A figura 76 revela o lugar de primeira residência dos inquiridos na Região Centro quando chegaram a Portugal. Destes, 81,5% escolheram esta Região; 9,6 % escolheram a Região de Lisboa e Vale do Tejo; 5,6% foram diretamente para a Região Norte e menos de 4% escolheram o Alentejo e o Algarve.

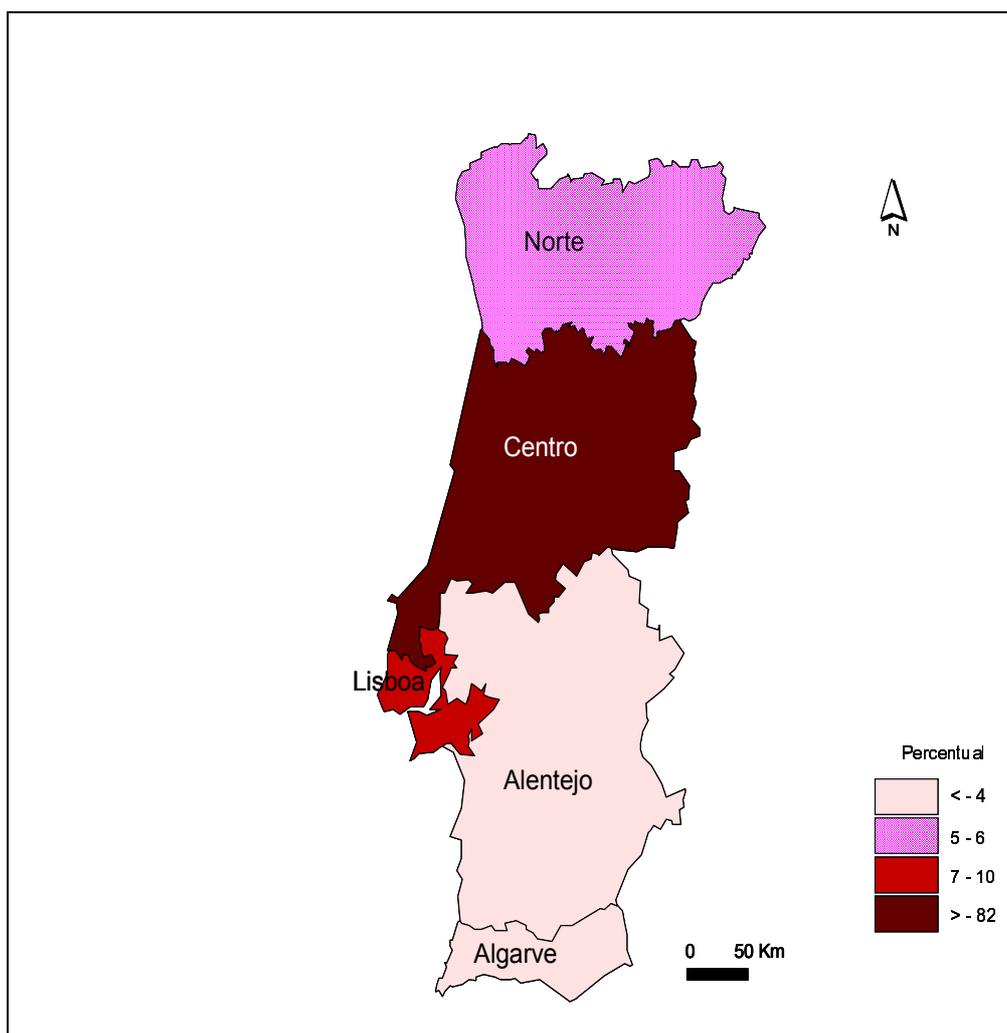


Figura 76 – Primeira residência de brasileiros em Portugal.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

⁷⁹ Identificou-se que Coimbra, Figueira da Foz, Vila Nova de Poiares, Leiria e Mira, (na Região Centro), Lisboa (Lisboa e Vale do Tejo), Porto, Braga e Chaves (Região Norte), Santarém e Portalegre (Alentejo) e Faro, no Algarve, constituem lugares de primeira residência dos inquiridos.

A literatura tem demonstrado que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto continuam sendo lugares de atração da população imigrante. No entanto, outras regiões portuguesas, em função do envelhecimento da população, das redes sociais já estabelecidas e da baixa capacidade de atratividade dos serviços para o trabalhador nacional, têm contribuído para atrair os trabalhadores brasileiros. A pesquisa de campo acurou ainda que a maioria desses trabalhadores vem para as cidades localizadas próximas ao litoral.

No caso específico da área em estudo, na Região Centro esta questão é bastante visível. Como a maioria chegou após a década de 1990, década em que ocorreu a ampliação da população imigrante brasileira em Portugal, as figuras 75 e 76 contribuem para reafirmar que as redes sociais de parentesco e de amizade estão na base de entendimento sobre a escolha do lugar para morar e trabalhar, conforme já analisado anteriormente. O que ratifica uma das hipóteses central da investigação: o passado colonial entre os dois países, a língua, a cultura aparentada e as redes sociais estão na base de sustentação da imigração brasileira na Região Centro de Portugal.

Ao analisar os fluxos migratórios, adotaram-se as regiões brasileiras, áreas despensoras e as regiões portuguesas, áreas receptoras, (figura 77).

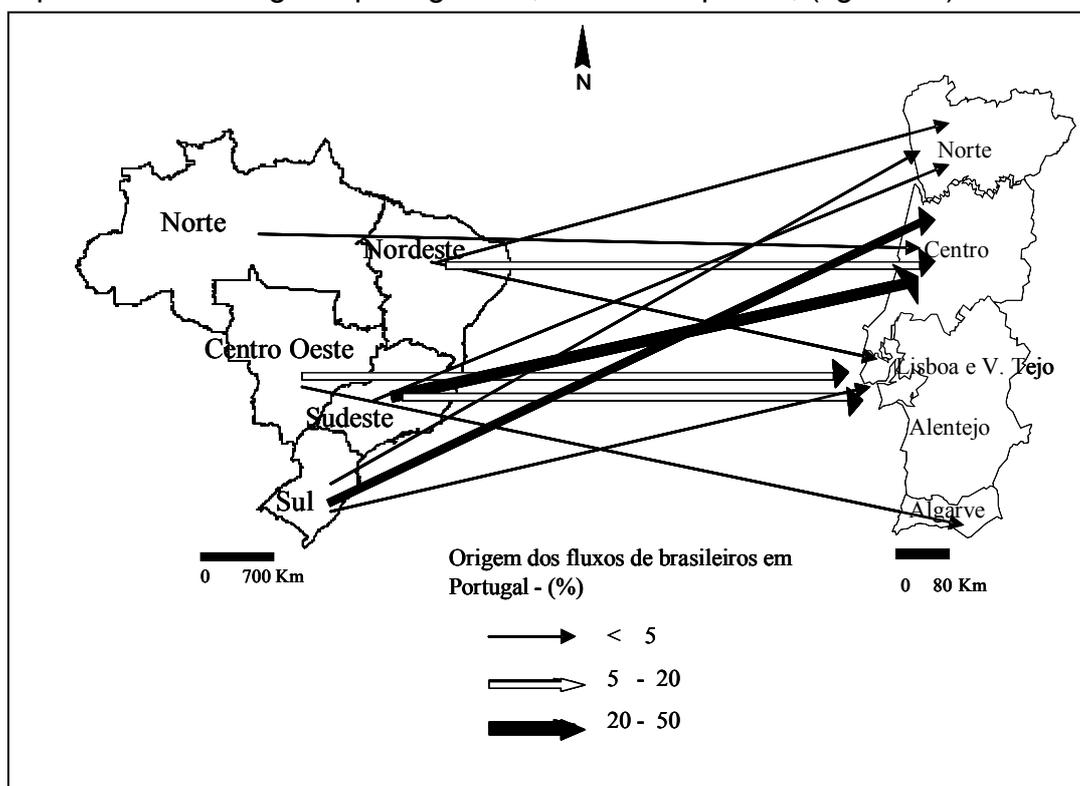


Figura 77 – Região de origem de brasileiros inquiridos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

As interações entre Brasil e Portugal orientam a se investigar de onde saíram os brasileiros inquiridos nos distritos analisados e que relação tem essas regiões dispersoras de trabalhadores com a intensificação dos processos de globalização. Nesse sentido, buscou-se o cruzamento de informações para mostrar a origem dos fluxos de brasileiros que estão nesta região, ou seja, lugar de origem no Brasil e lugar de chegada no país de acolhimento. A figura 77 evidencia que os fluxos mais intensos têm origem no Centro-Sul do Brasil, mas a maior parte tem a Região Centro como primeiro lugar de residência.

Para maior detalhamento dos fluxos, o quadro 21 mostra o quantitativo de trabalhadores brasileiros, assim como o lugar de origem e o de destino no país de acolhimento. Ao analisar o lugar escolhido para a primeira moradia em Portugal, percebeu-se que, do total de trabalhadores brasileiros inquiridos, 81,5% migraram directamente para a Região Centro de Portugal. Destes, o fluxo mais intenso é de 45,5% cuja origem é da Região Sudeste. Os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo são os mais representativos numericamente na origem destes fluxos. A Região Nordeste constitui a segunda dispersora de trabalhadores para Portugal, equivalendo a 16,2%. Destes, 14% foram directamente para a Região Centro; 1,1% para a Norte e 1,1% em direcção à Lisboa e Vale do Tejo. A terceira área de origem dos imigrantes, a Região Sul, participa com 12,4%, contudo a maior parte (11,2%) escolheu a Região Centro como primeira residência, conforme quadro 21. Portanto, a origem geográfica dos maiores fluxos de trabalhadores brasileiros inquiridos, nesta região, por ordem de classificação, é Sudeste, Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte.

Regiões no Brasil	NUTS II- Portugal (%)				
	Norte	Centro	Lisboa e V.Tejo	Alentejo	Algarve
Norte	0	4,5	0	0	0
Nordeste	1,1	14,0	1,1	0,6	0
Centro Oeste	0	6,2	0	0	0,6
Sudeste	4	45,5	7,9	0	0
Sul	0,6	11,2	0,6	0	0
Total*	5,7	81,5	9,6	0,6	0,6

Quadro 21 – Origem geográfica dos fluxos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

*Ressalta-se que 2% dos inquiridos não responderam a questão.

A análise dos dados sobre a migração internacional de trabalhadores brasileiros com destino a Portugal propicia uma reflexão sobre os lugares de saída e de chegada, assim como o que tem levado milhares de brasileiros a buscarem os meios de sobrevivência em terra lusitana. Com relação ao desenvolvimento deste capítulo, as idéias desenvolvidas anteriormente conduzem a se averiguar como verdadeiras duas hipóteses de trabalho: uma central e outra secundária.

Uma das hipóteses centrais do trabalho está relacionada aos pontos e contrapontos do processo de globalização que, por um lado, tem proporcionado a dinamização dos meios de comunicação e transporte, e, por outro, tem contribuído para a precarização dos empregos no Brasil, conseqüentemente a emigração laboral brasileira. Esta hipótese tem acompanhado todo o desenvolvimento da investigação. As regiões Sudeste e Sul vêm ao longo do tempo centralizando os resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, assim como concentrou o capital financeiro. Este processo tem demonstrado, na atualidade, algumas dificuldades para ampliar os postos de trabalho e melhorar as condições de vida da população. Conseqüentemente, o aporte teórico, as reflexões dos inquiridos sobre o que pensam do Brasil, a motivação para a saída do país e a situação funcional anterior à emigração reforçam a credibilidade desta hipótese. Para isso, demonstra-se a situação funcional antes de sair do Brasil, (figura 78).

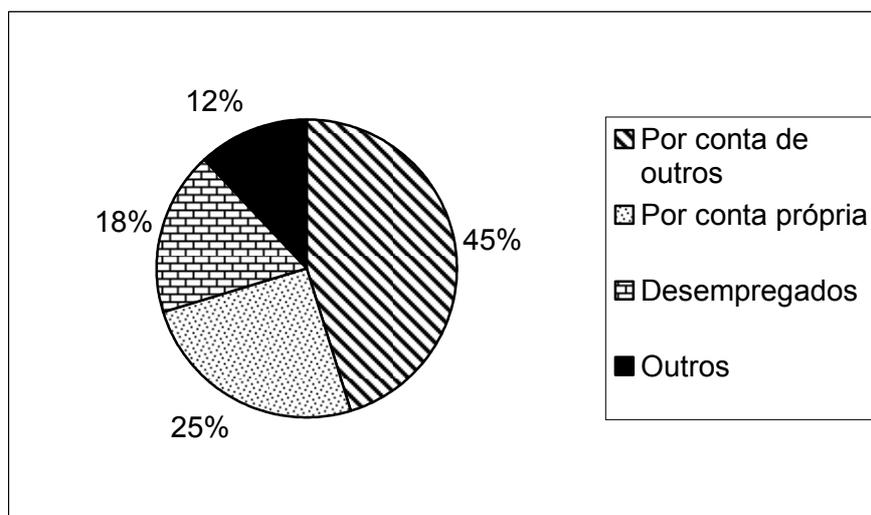


Figura 78 – Situação funcional antes de sair do Brasil.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Com o intuito de identificar a função desempenhada no momento da saída, a figura 78 revela que 45% dos inquiridos, antes de emigrar para a Região Centro de Portugal, eram assalariados, ou seja, trabalhavam por conta de outros. Para eles, a razão da emigração recai sobretudo nos baixos salários e na dificuldade de acessar a casa própria, mas também afirmaram que a precariedade da educação e do sistema de saúde pública não ajuda a decidir por ficar no Brasil. Em segundo lugar, aparecem os trabalhadores, por conta própria, com 25%. Para estes, a instabilidade dos variados planos econômicos, nomeadamente o Plano Collor juntamente com a elevada carga tributária contribuíram para o fechamento de pequenas empresas, o que por conseguinte estimulou a emigração. Sales (1999), ao estudar a comunidade em Bóston também identificou que muitos trabalhadores brasileiros tinham um pequeno negócio no Brasil. Com o fracasso do plano Collor viram suas empresas falirem.

Dos que trabalhavam por conta própria, apenas cinco conseguiram implantar o próprio negócio na Região Centro de Portugal, tais como, um café, uma empresa prestadora de serviço para implantação de sistema de instalação de gás, uma loja de artesanato brasileiro, uma loja de utensílios e uma loja de roupas de banho. Três destes empreendimentos têm a logomarca brasileira. Dois deles têm como proprietários uma advogada e uma médica que estão solicitando a equivalência de diploma em Portugal. Dos cinco brasileiros que conseguiram montar o próprio negócio, apenas um é oriundo da Região Nordeste, os outros são da Região Sudeste, especificadamente dos Estados de São Paulo e do Espírito Santo.

Quanto à implantação da empresa, afirmaram ser muito difícil. A dificuldade aqui constitui na intensa burocracia, além do capital inicial exigido para a abertura de uma empresa comercial. Para conseguir implantar um pequeno negócio todos os inquiridos tiveram que buscar um sócio de nacionalidade portuguesa. Segundo P, um dos nossos inquiridos, o seu sócio não trabalha efetivamente, funciona como “um laranja”⁸⁰, apenas emprestou o nome, em troca este recebe um valor em dinheiro. No segundo caso os dois entraram com igualdade de direitos e deveres. Vale salientar que antes de montar a empresa ambos tiveram que trabalhar mais ou menos 5 anos para terceiros e juntar com as economias

⁸⁰ A grosso modo, constitui um nome figurativo atribuído, no Brasil, a pessoas que emprestam o nome para a efetivação de uma sociedade comercial.

trazidas do Brasil. Ainda em relação à figura 78, outros 18% estavam desempregados e 12% se enquadraram como biscateiros⁸¹, diaristas, ou estudantes.

É importante destacar que a maioria dos inquiridos tem origem domiciliar nos Estados localizados nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil, nomeadamente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Isto por sua vez reforça a primeira hipótese secundária, ou seja, a maioria dos/as imigrantes brasileiros/as inquiridos na Região Centro de Portugal tem origem domiciliar nos Estados localizados no Centro-Sul do Brasil. Certamente que as condições de habitabilidade e a inserção no mercado laboral num país muitas vezes “estranho” são mediadas por redes de conhecimento e de amizades, de grande valia para os trabalhadores brasileiros, sobretudo para o acesso ao primeiro emprego.

Primeiro emprego

No estudo sobre a inclusão de brasileiros no mundo do trabalho, na Região Centro, além das leis que versam sobre o trabalhador imigrante, é importante também conhecer os contatos para o primeiro emprego em Portugal. A figura 79 mostra como as redes sociais foram efetivadas.

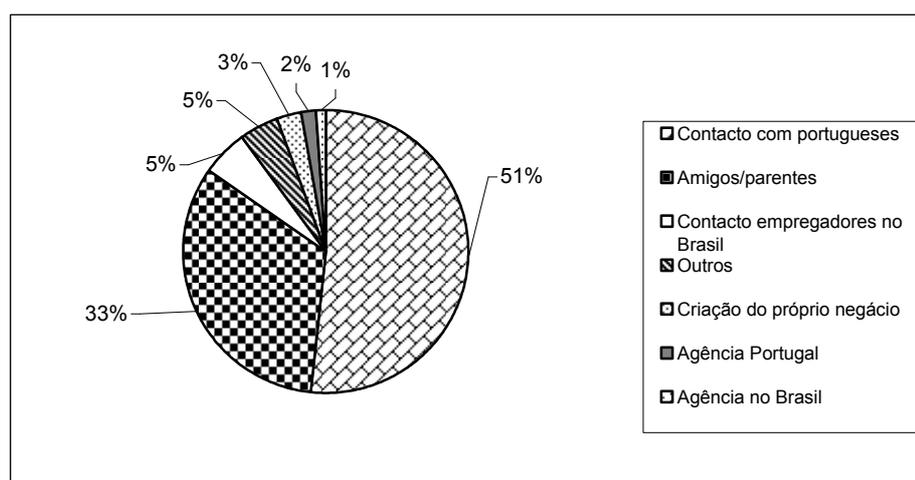


Figura 79 – Redes de contato para a aquisição do primeiro emprego.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

⁸¹ Biscateiros são trabalhadores há muito tempo desempregado que realiza atividades ocasionais.

A maioria dos inquiridos respondeu que, na aquisição do primeiro emprego, fez o contato diretamente com os portugueses, o que equivale a 51% das respostas. Após a chegada em solo português, foi possível manter os primeiros diálogos, conhecer as pessoas e a partir daí conseguir o emprego. Em razão disso, é importante as políticas migratórias de trabalhadores estrangeiros levarem em conta a necessidade de ambos se conhecerem no ambiente de trabalho, tanto para o patrão, como para o empregado.

Em relação à legislação para o trabalhador estrangeiro/imigrante, está existindo em Portugal uma discussão para a reformulação da Lei para a consecução do visto de trabalho. Até Julho de 2006, a consecução do visto de trabalho só era possível no país de origem, no caso do Brasil. O Instituto do Emprego e Formação Profissional divulgava as cotas de emprego por ocupação nos Consulados. O interessado encaminhava a documentação e aguardava ser chamado no próprio país. Isso tem dificultado muito a vida daqueles que emigraram ou que querem emigrar. A morosidade na aquisição de visto de trabalho e a falta de socialização das vagas de emprego, ainda no Brasil, vêm transformando a emigração num verdadeiro comércio e contribuindo para a ampliação das redes de exploração do trabalhador imigrante.

Recentemente, o Diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Gabriel Catarino, buscando a cooperação do governo brasileiro para o controlo da emigração brasileira, fez a seguinte afirmação em Brasília, ".....Pretendemos que haja uma regulação da imigração para evitar a exploração laboral e o fomento de redes à imigração clandestina".

Esta reflexão vem imbuída da necessidade de uma maior atuação do governo brasileiro no sentido de contribuir para a regulação dos fluxos, assim como na explicação dos riscos da migração clandestina. Nesse sentido, após várias discussões, o governo lançou em 15 de Janeiro de 2008 a primeira cartilha "Brasileiros e Brasileiras no exterior", cujo objetivo é esclarecer sobre os direitos e deveres e alertar sobre os riscos da emigração não planeada.

Anteriormente, a rota dos fluxos migratórios de brasileiros era atingir os EUA, porém, na atualidade, com as dificuldades para se conseguir o *Greencard*, como também o maior policiamento das fronteiras que dão acesso aos Estados Unidos, aumentou o fluxo de brasileiros em direção a Portugal. Um exemplo refere-se à

notícia⁸² da deportação de 40 brasileiros que tentavam entrar nos Estados Unidos sem o visto de trabalho. À medida que ampliam as restrições contra a entrada de imigrantes brasileiros e outros, aumenta o número dos que se arriscam na travessia de forma ilegal como também cresce a proliferação das redes migratórias.

Em função de acordo entre o Brasil e Portugal, muitos embarcam justificando que vão fazer turismo, no entanto, nem sempre esta informação é verdadeira. Acontece que, em função das barreiras impostas para se conseguir um visto de trabalho para Portugal, muitos emigram como turistas, mas vão trabalhar e nem sempre têm o visto de trabalho e, ao passar o período de 3 meses, ficam sem a documentação necessária.

Continuando a análise da figura 79, para 33% dos inquiridos o primeiro emprego foi através da ajuda de parentes ou amigos que já estavam residindo em Portugal. Esta constitui uma questão importante a ser ressaltada. A tristeza e a solidão constituem uma realidade a ser enfrentada por estes trabalhadores. Conviver com o frio, as diferenças culturais, os medos, a saudade da família e dos amigos são situações vivenciadas no dia-a-dia do imigrante brasileiro. Para amenizar esta situação, os que aqui já estão conseguem emprego ou garantem uma ajuda de moradia, como forma de estimular parentes e amigos a virem trabalhar próximo deles.

A figura 80 demonstra uma reunião evangélica envolvendo muitos integrantes da comunidade brasileira. Ao conversar com alguns, estes afirmaram que todos eram conhecidos, ou são amigos, ou são parentes. Alguns se conheceram em Leiria, Portugal, e outros já são conhecidos desde o Brasil.

Isso reforça, mais uma vez, a importância das redes sociais no processo de acolhimento do imigrante. Alguns informaram que já chegaram com a indicação do lugar onde ficar, outros disseram que os contatos foram feitos após a sua chegada. A agência de emprego, no Brasil e em Portugal, a criação do próprio negócio e os contatos realizados com empregadores no país de origem foram usados, também, como caminhos para atravessar o Atlântico em direção à Região Centro.

⁸² Reportagem publicada no Jornal Nacional, Rede Globo de Televisão, em 21 de Fevereiro de 2007.



Conceição Santos, 2005

Figura 80 – Reunião evangélica e os brasileiros.

As relações entre a comunidade migrante e o lugar de origem continuam por vários anos. Com o passar do tempo, as visitas a casa e as remessas vão diminuindo, mas as ligações culturais e familiares podem permanecer. Trabalhar na Europa continua sendo um mito para grande parte de brasileiros, uma vez que vêm na migração internacional uma forma de realização pessoal e de sucesso rápido, o que nem sempre acontece. Portugal passa a ser um caminho possível para chegar a essa idealização. Frequentemente, o brasileiro começa a fazer os contatos no país de origem.

Segundo “P”, que estava trabalhando como garçon em num hotel de 4 estrelas em Natal, onde conheceu o seu atual patrão, quando ele estava de férias no Brasil, solicitou um emprego em Portugal. O patrão é proprietário de restaurantes com a logomarca brasileira. Montou todo o “*starf*” com trabalhadores brasileiros. Nesses diálogos, alguns empresários, em função do estereótipo de brasilidade “alegre, bonito e comunicativo” (MACHADO, O. cit.) contratam trabalhadores para o seu estabelecimento comercial, geralmente para trabalhar em restaurantes, cafés ou em serviço de limpeza. Diferentemente de outros

países, em Portugal o brasileiro tem um campo de ação voltado para o atendimento ao público.

Ressalta-se na pesquisa de campo que muitos brasileiros têm vontade de experimentar a nova realidade, evidentemente que ao sair do Brasil, já tinham a idéia de que iriam ganhar mais dinheiro e tão breve realizariam os sonhos. Muitos emigram sem a preocupação em pesquisar sobre as leis trabalhistas e as condições de trabalho em Portugal, ou seja, sem conhecer o país de destino. O sonho deles é atravessar o Oceano Atlântico e chegar ao aeroporto de Lisboa ou do Porto com muitas expectativas. Os caminhos para se chegar ao destino acontecem de duas formas. A primeira é quando a pessoa está documentada, isto é, com o visto de trabalho, vem direto para Lisboa ou o Porto. A segunda quando não está com o visto de trabalho, com receio de não ser permitida a sua entrada, alguns optam pelo aeroporto de Madrid, Roma, Milão ou Paris. Nem sempre conseguem chegar ao destino final da emigração.

Outros passam por situações constrangedoras e humilhantes na polícia de fronteira. Segundo “J” que esperava por um colega no aeroporto de Lisboa, em 2005, o voo da TAP chegou lotado de brasileiros e mais de 20 pessoas ficaram retidas, até o seu amigo. Este foi humilhado, seus pertences que estavam na mala foram derrubados no chão para a revista e muitas perguntas foram efetivadas. O amigo não conseguiu passar pela polícia de fronteiras e teve que retornar no voo seguinte. Segundo o Diretor do Serviço de estrangeiros e Fronteiras, em 2005, nove voos diários ligavam os dois países e cerca de 8 a 9 brasileiros ficavam retidos, diariamente, no aeroporto de Lisboa, sendo repatriados.

Para exemplificar as trajetórias de migração, salientam-se duas experiências que aconteceram mais ou menos no mesmo período, numa época em que os brasileiros eram “bem vindos” a Portugal. O caso de T, dentista no distrito de Leiria, chegou a este país há mais de 15 anos, é casado por duas vezes, primeiro com uma brasileira e depois com uma portuguesa, tem dois filhos, montou o consultório, tem casa própria, está muito bem e só pensa em retornar para passar férias no Brasil.

Um outro caso é o de L, estudou até o quarto ano primário, é de Goiás, conheceu uma senhora portuguesa no Rio de Janeiro quando foi convidada para trabalhar com ela em Portugal, chegou há mais de 15 anos para trabalhar como

empregada doméstica. Após 10 anos de estada, saiu do emprego, casou-se com um angolano e teve 4 filhos. Mostra-se satisfeita, afirmando que seria pior ter continuado no Brasil, “L” só conseguiu retornar de férias uma vez, mas os filhos ainda não conhecem o Brasil. Ainda não conseguiu comprar uma casa e mora em casa arrendada⁸³ numa área bastante degradada do Distrito de Coimbra. Os dois casos demonstram contextos migratórios diferenciados, porém ambos não querem retornar para morar no Brasil e sim para passar férias. Para eles, a tranquilidade, o sistema de educação e de saúde pública de qualidade justificam a opção em permanecer em Portugal.

Entre as mais de quarenta comunidades imigrantes existentes em Portugal, a brasileira constitui uma das mais recentes, com aproximadamente duas décadas de experiências migratórias neste país, e a mais numerosa. A comunidade brasileira inquirida apresenta muita expectativa em relação a nova terra, alguns mostram-se satisfeitos e outros pensam em percorrer outros itinerários.

3 – Expectativas e itinerários futuros

Ingressar em qualquer país depende não somente de uma disponibilidade financeira para manter os custos da emigração como também da vontade em querer aprender a conviver com pessoas de culturas diferentes. Nesse sentido, a depender das experiências migratórias, criam-se laços afetivos no território, ou buscam-se outros horizontes geográficos.

Experiências migratórias

A migração internacional de trabalhadores constitui algo muito recente para a realidade brasileira. O país tem muita experiência na recepção de imigrantes, em decorrência disso, talvez há ausência de uma preocupação por parte do governo brasileiro com os seus emigrantes. Estes até então são vistos apenas como uma forma de remessa de divisas (dinheiro). Em função do rápido aumento do número de brasileiros em Portugal, o Diretor dos Serviços de Fronteiras esteve em

⁸³ Significa casa alugada em Portugal.

Brasília, no mês de abril de 2005, para uma ação de sensibilização das autoridades para um trabalho conjunto, enfatizando que as autoridades brasileiras precisavam orientar e prestar informações aos seus cidadãos sobre vistos para a Europa, os quais lhes permitissem trabalhar, se fosse este o objetivo.

Essa declaração revela, de uma certa forma, a falta de atenção do governo brasileiro para com os emigrantes. Diante da pressão internacional e dos graves casos de tráfico de pessoas envolvendo integrantes da comunidade brasileira, a partir de 2005, o Brasil vem, ainda que muito timidamente, participando de ações de informação, visando conter a exploração sexual e o tráfico de pessoas. Este despertar constitui um passo importante haja vista que, a cada dia, tem aumentado os casos de aviltamento e trabalho escravo de brasileiros do outro lado do Atlântico.

Na atualidade, muitos estão rompendo com o caminho tradicional e migrando para países que não dispõem de proximidades culturais e linguísticas, a exemplo da Estados Unidos, Inglaterra, Noruega, Irlanda, Alemanha, África do Sul, Austrália, Suécia, entre outros, (figura 81).

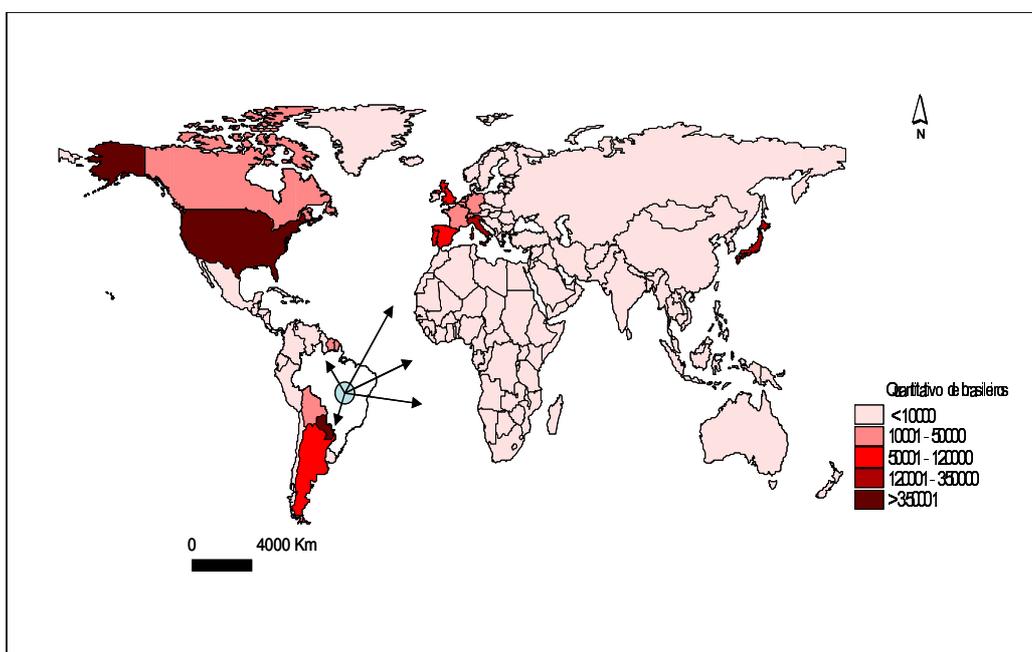


Figura 81 – Os Imigrantes brasileiros no mundo.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório Consular, 2004, do Ministério das Relações Exteriores.

Protagonista de uma história emigratória recente, datada por volta de 1980, a diáspora brasileira caracteriza-se por ser um movimento “espontâneo” vinculado a uma questão econômica, mas, também, pela vontade pessoal em querer romper com os medos do desconhecido e com a marginalização social vivenciada, por muitos deles, no Brasil. Nesse sentido, a investigação instiga a se pensar o que impulsiona as pessoas a romperem com os medos e atravessarem o Oceano Atlântico para conhecer o desconhecido. A decisão de emigrar constitui uma ruptura que marca a passagem entre o mundo vivido e o mundo não conhecido. Certamente, a superação dos medos tem relação com a expectativa de realização econômica e pessoal.

Para os brasileiros investigados, apenas 30,3% tiveram outras experiências migratórias, passaram pela Inglaterra, Japão, Estados Unidos, China e dentro do próprio país. Outros 69,7 % nunca migraram. Para estes, Portugal constitui a primeira migração internacional de trabalho. Os que responderam já terem realizado uma migração internacional enfatizaram que estão no país para regularizar a documentação, outros deram entrada no pedido de dupla cidadania, nomeadamente a portuguesa e italiana, para em seguida retornarem à Inglaterra. Outros foram para o Japão e disseram que estão em Portugal por que não se acostumaram viver lá.

A solidão e a necessidade de obtenção da cidadania têm proporcionado a realização de alguns casamentos. O caso de L é bastante emblemático. Nasceu em Goiás, tem 25 anos de idade, tem curso de graduação, morava em Portugal há mais ou menos quatro anos e tem cidadania italiana. Trabalhava num café e era estudante de mestrado. Ela tem um namorado brasileiro, natural de Minas Gerais que conheceu em Lisboa, Portugal. Ele migrou para a Inglaterra e continuaram o namoro. Após dois anos em Londres, começou a sentir dificuldade para obter emprego em função de não ter a cidadania europeia. Como L tem a dupla cidadania, após concluir o mestrado, emigrou para Inglaterra na esperança de estender até ele a cidadania italiana através do casamento. Atualmente, estão casados e ela passou a trabalhar no centro de Londres, lavando pratos num restaurante italiano e ele trabalha na construção civil. Nas comunicações trocadas com L, por e-mail, esta parecia que estava bastante cansada, trabalhava muito, falava que as mãos estavam calejadas e com micose decorrente de produtos de limpeza. A última informação que se obteve foi que L havia retornado ao Brasil e

estava trabalhando numa faculdade em Goiás e o marido ficou na Inglaterra. A pressão em função da nacionalidade europeia é crescente e tem estimulado algumas pessoas a transformarem o casamento num grande negócio, o que, certamente, não foi o caso de L. Outros informaram que saíram do Japão e da China devido a dificuldade de domínio da língua.

Os brasileiros estão alcançando novos itinerários migratórios. Uma reportagem do Jornal Nacional, da TV Globo, no horário das 20:00 h, do dia 20 de Janeiro de 2007, enfatizava a Irlanda como um novo percurso migratório para os brasileiros. Muitos estão saindo de Goiás e São Paulo para ocuparem as funções não desejadas pela população irlandesa. As principais ocupações estavam voltadas para o trabalho nas áreas de frigorífico, refrigeração e restauração, a exemplo citam-se as funções de magarefe⁸⁴, restauração e construção civil. Os brasileiros são bem recebidos, mas têm dificuldade de firmar laços no território. Isso em função da falta de documentação e da cidadania europeia, uma vez que as políticas migratórias da Irlanda priorizavam o trabalhador oriundo da própria União Europeia. Esta é uma questão muito comum que está ocorrendo na Europa. Neste sentido, o Tratado que institui a criação da Comunidade Europeia/União Europeia estabelece estas prioridades de direitos de igualdade para os europeus dos Estados-membros.

Criação de laços no território

Ao chegar ao país de acolhimento, as responsabilidades trazidas do país de origem conduzem à ampliação do ritmo de trabalho, na intenção de um resultado compensatório rápido em função dos custos (emocionais e financeiros) da migração internacional. A figura 82 mostrar sobre o que pensam sobre o retorno ao Brasil.

⁸⁴ Magarefe constitui a atividade para despostar a carne bovina.

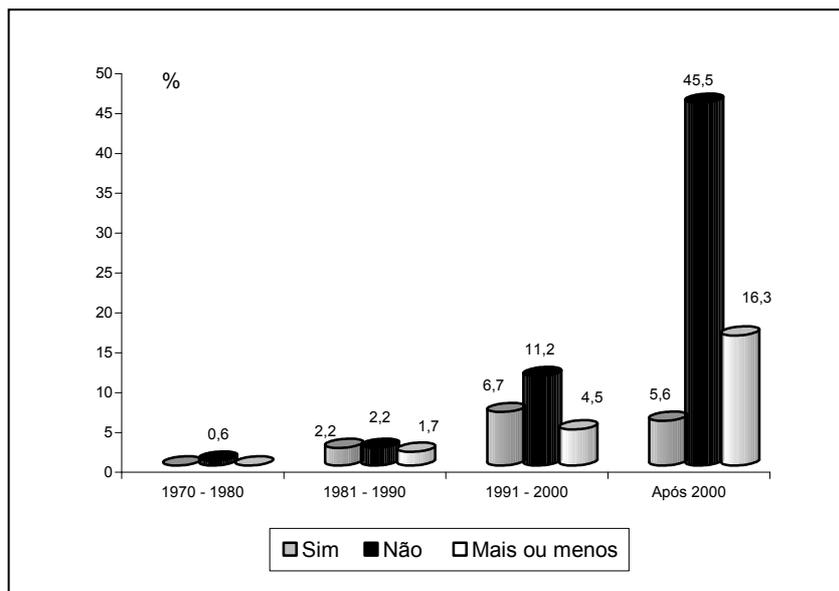


Figura 82 – O retorno ao Brasil.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Na tentativa de compreender como pensam após o processo emigratório e se já retornaram ao Brasil, a figura 82 mostra o cruzamento de dados referentes ao ano de chegada e se já retornaram alguma vez ao Brasil. A partir desta análise, constatou-se que a maioria ainda não retornou ao Brasil. De acordo com as respostas, percebeu-se que a palavra **não** é crescente a cada década do processo migratório, atingindo após 2000 o total de 45,5% dos inquiridos.

Como os custos econômicos da emigração são altos, o retorno ao país de origem acontece quando o imigrante consegue reunir um pequeno capital, objectivando retornar de férias e poder reunir a família e amigos, custear um almoço e dar alguns presentes. Isso pelo fato de a imagem dos que ficam no Brasil é de que o sucesso financeiro do emigrante é rápido.

Outro ponto a refletir está relacionado à situação dos indocumentados, voltar sem o visto de trabalho seria correr mais riscos. Grande parte dos inquiridos chegou à Região Centro após os anos de 2000. Alguns não possuíam o visto de trabalho, o que se pode pensar que esta consiste em uma das razões para a incidência da resposta não.

Após o 11 de Setembro de 2001, as leis de imigração têm sido mais severas nos países do centro e na semiperiferia do capitalismo mundial. Os Estados Unidos, por exemplo, aprovaram um projecto anti-imigração, sobretudo

em relação à entrada de povos latinos. A pressão tem sido muito forte. O controle das fronteiras territoriais em Portugal também tem sido rígido, com o intento de evitar a entrada daqueles que arriscam uma migração internacional sem o visto de trabalho.

Identificaram-se também alguns casos de brasileiros que, por não terem conseguido regularizar a situação trabalhista no Consulado Português, engajaram em um movimento temporário, ficam seis meses em território português e depois retornam ao país de origem. Passam um tempo e depois retornam a Portugal, ficam num movimento circular, esperando que a sorte os dêem a oportunidade de regularizar a situação. Estes ficam ao abrigo do Tratado da Amizade e da Consulta entre a República Federativa do Brasil e de Portugal, decreto nº 3.927, seu artigo 7, celebrado em Porto Seguro, na Bahia, em 19 de Setembro de 2001, com a seguinte redação: os titulares de passaportes comuns válidos do Brasil ou de Portugal que desejem entrar no território da outra Parte Contratante para fins culturais, empresariais, jornalísticos ou turísticos por período de até 90 (noventa) dias são isentos de visto.

O Tratado da Amizade entre os dois países possibilita os intercâmbios científicos e culturais, assim como favorece a migração temporária, uma vez que este decreto permite que o brasileiro possa renovar, por mais três meses, a concessão de permanência em território português. A dificuldade para acessar as informações sobre a disponibilidade de vagas de emprego em Portugal, conseqüentemente obter o visto de trabalho, ainda no país de origem, faz com que muitos brasileiros atravessem o Oceano Atlântico, passando pelas fronteiras dos aeroportos de Lisboa e do Porto, como turistas, ou outros aeroportos europeus. Levam na bagagem roupas novas, objetos pessoais, cartão de crédito e uma quantia em espécie em torno de 2 000 euros, (quando conseguem reunir) fundo de reserva para a emigração como forma de justificar a entrada como turistas, caso seja interrogado pelo Serviços de Estrangeiros e Fronteiras e a Polícia Federal.

Este fundo, muitas vezes é feito através do empréstimo de familiares, amigos e/ou venda de bens como casa, carro, motocicleta, terreno e aparelho doméstico, entre outros. Geralmente ficam com dívidas e vão pagando à medida que conseguem emprego em Portugal. Nos seis primeiros meses, o trabalhador brasileiro ocupa o seu tempo com muito trabalho, quase não tem horas para o

descanso e lazer, tenta juntar dinheiro para pagar as dívidas deixadas no Brasil. Fazem contas todos os dias, acompanham os valores do Euro e do Dólar, fazem comparações entre os valores do custo de vida nos dois países.

Este tipo de migração temporária só acontece como turista por conta do tratado Brasil e Portugal, uma vez que o brasileiro, ao abrigo do decreto-lei nº 3.927, artigo 7, pode permanecer em território português por um período de no máximo 180 dias, primeiro 90, podendo renovar por mais 90 dias, sem a obrigatoriedade de visto. Vale pôr em evidência que isso não possibilita a entrada em território português para o desenvolvimento de atividade remunerada. Mas, o que acontece de fato é que as dificuldades já destacadas, anteriormente, para a obtenção do contrato e do visto de trabalho, ainda no Brasil, induzem muitos brasileiros a atravessar a fronteira do país sem o referido documento, sabendo que estão correndo riscos de exploração, extorsão e/ou escravidão, para se inserir no mercado de trabalho, muitas vezes subterrâneo.

O trabalhador brasileiro, nessas condições, fica à mercê da sorte. Para fugir da ilegalidade, mesmo correndo alguns riscos, integrantes desta comunidade “optam” por este caminho, ficar no país por no máximo 180 dias. Uma inquirida por nome “C” teria optado “forçadamente”, porque não era isso que desejava. Estava em um concelho da Região Centro há dois anos, cujo contato inicial foram os primos. Os primeiros a chegar foram dois primos, como turistas, e depois, com o acordo “Lula”, a situação regularizou-se. Depois, vieram mais três primas. Ao todo moravam num apartamento 8 pessoas todos parentes. No caso de “C”, permanecia seis meses na Região Centro de Portugal e depois voltava ao Brasil, e retornava como turista. Declarou que sentia muito medo e os ganhos financeiros eram insuficientes, mas, mesmo assim, considerava melhor que ficar no Brasil. Trabalhava como empregada doméstica, tem 20 anos, era noiva e o fato de ter migrado justificou-se pela necessidade de conseguir dinheiro para poder casar-se. Como dormia e alimentava-se no trabalho, o dinheiro que recebia, 400 euros, economizava quase todo. Mas, até então, não havia adquirido o visto de trabalho.

Em função da possibilidade de entrada no país como turista, os dois países, em comum acordo, resolveram retificar o artigo 9 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, ficando com a seguinte redação: é vedado aos beneficiários do regime de isenção de vistos estabelecido no Artigo 7º o exercício

de atividades profissionais cuja remuneração provenha de fonte pagadora situada no país de ingresso.

As leis, de uma certa forma, têm dificultado a vida dos trabalhadores imigrantes indocumentados. Segundo C, que trabalha como empregada doméstica, a rigorosidade das leis e a obtenção do visto no Brasil ampliam a margem da exploração do trabalho. Reforça-se a necessidade de oportunizar aos imigrantes um prévio conhecimento do ambiente de trabalho. A partir do encontro entre o patrão e o empregado, o contrato de trabalho poderá ser firmado, o que se considera passo importante para a concessão da cidadania do imigrante. Isso poderá contribuir para a efetivação de contrato e conseqüentemente do visto de trabalho sem a obrigatoriedade de regressar ao país de origem, somente por esse motivo.

O *deficit* populacional na Região Centro leva a se pensar nas políticas públicas de incentivo do Estado com relação ao estímulo à reposição do índice de fecundidade e às políticas de acolhimento dos imigrantes. Na busca de entender quem são e quais as expectativas do imigrante brasileiro, investigou-se se intencionavam ficar na Região Centro de Portugal. A partir das informações, concluiu-se que 42,7% responderam querer ficar em Portugal, 54,5% não almejavam no momento e 2,8% não responderam. Aprofundando a análise, fez-se o cruzamento de informações sobre a pretensão em ficar segundo o período de chegada, (figura 83).

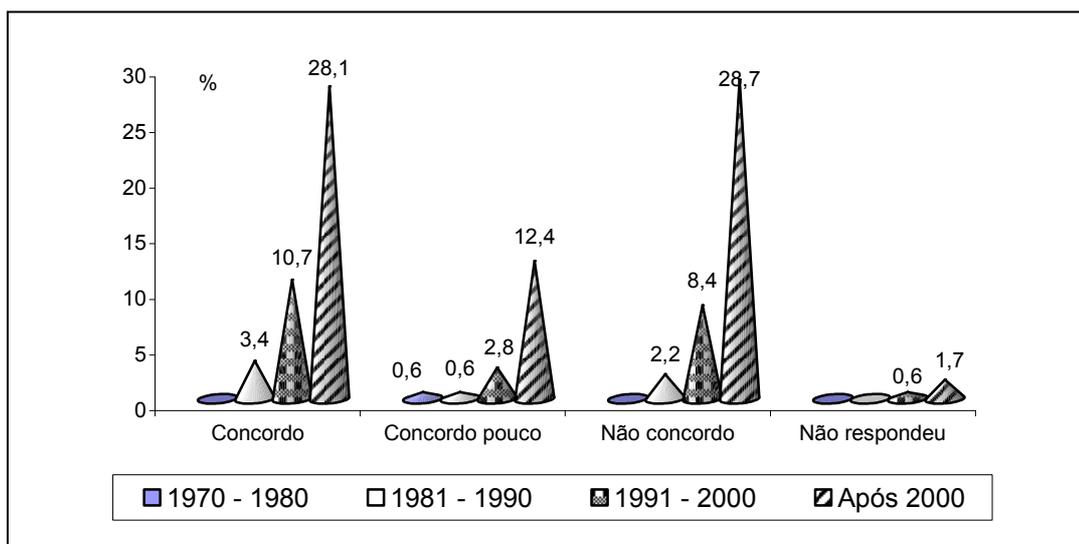


Figura 83 - A pretensão de continuar em Portugal segundo ano de chegada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Esta figura ilustra a intenção do trabalhador brasileiro em criar laços mais efetivos no território português segundo o tempo da imigração. O balanço entre o querer ficar e o querer retornar ao Brasil mostra um equilíbrio, com uma ligeira diferença para o retorno ao país de origem e/ou outros destinos, sobretudo para os que chegaram a partir de 2000. Para os que emigraram em décadas anteriores, existe um maior equilíbrio nas respostas entre os que querem ficar e os que querem retornar. Já os que chegaram após o ano de 2000, há uma predominância em querer retornar e/ou percorrer outros itinerários.

Continuando esta reflexão, a figura 84 esclarece a intenção de ficar em Portugal segundo a idade. Em todas as faixas etárias, o número dos que não desejam permanecer no território português é superior aos que desejam permanecer. Muitos pensam em se deslocar para outros países da União Europeia, nomeadamente os brasileiros que ainda não conseguiram criar uma independência financeira e laços sociais no território.

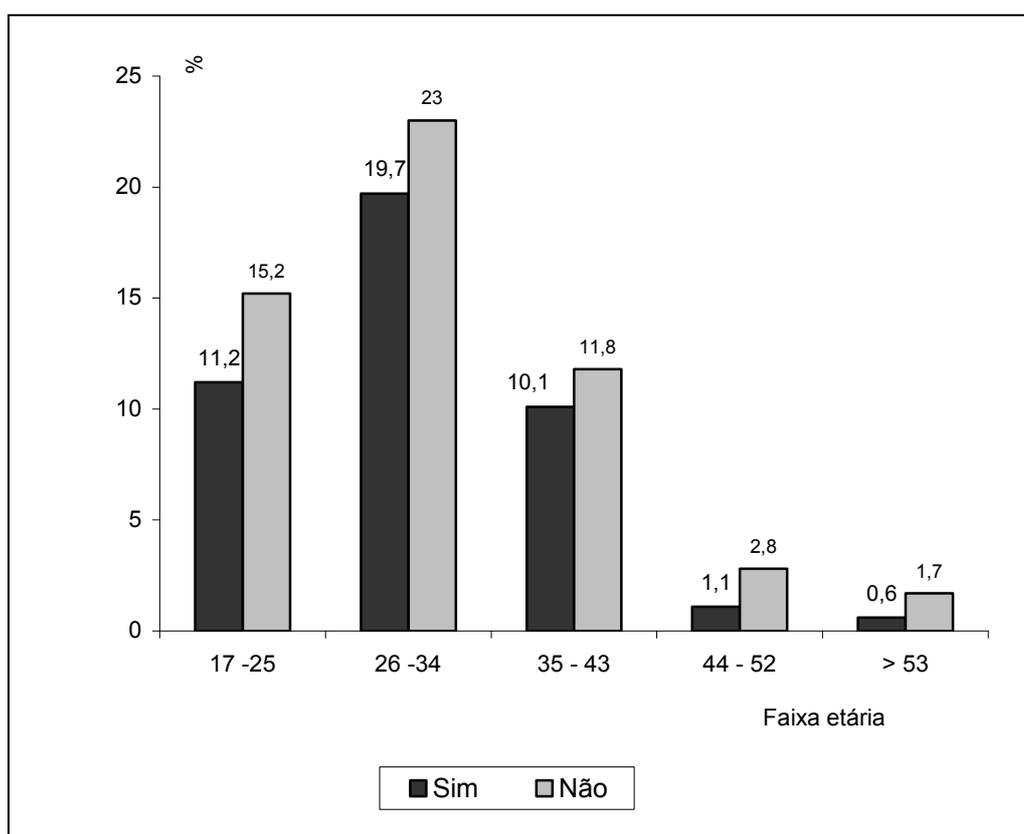


Figura 84 - A pretensão de continuar em Portugal segundo a faixa etária.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

É visível que o entendimento do número crescente de pessoas que desejam permanecer e/ou retornar requer outra análise que, sob esse ponto de vista, tem uma correlação também com a escolaridade. Identificaram-se muitos brasileiros que, por falta de oportunidade no Brasil, ou por facilidade de acesso a outras variáveis das componentes territoriais em Portugal, resolveram migrar para a complementação dos estudos e trabalhar. Como exemplo os estudantes e trabalhadores brasileiros na Universidade de Coimbra e Aveiro.

Para melhor entender como pensam a esse respeito, individualizou-se cada classe de variável e buscou-se correlacionar com a escolaridade, para obter um nível maior de detalhamento nas respostas, (figura 85). Na primeira classe, até quatro anos de estudos, 66,7% pensam em criar laços mais efetivos com o povo português e 33,3% afirmaram que não. Na segunda, de 4 a 8 anos de estudos, a maioria afirma que não intenciona ficar em Portugal. Na terceira classe, de 8º ao 12º ano de estudos, o número ficou praticamente equilibrado. Já os que têm curso superior, mesmo considerando a relevância numérica dos que almejam ficar na Região Centro de Portugal, a maioria pensa em juntar as condições objetivas e retornar ao Brasil e/ou percorrer outros itinerários geográficos.

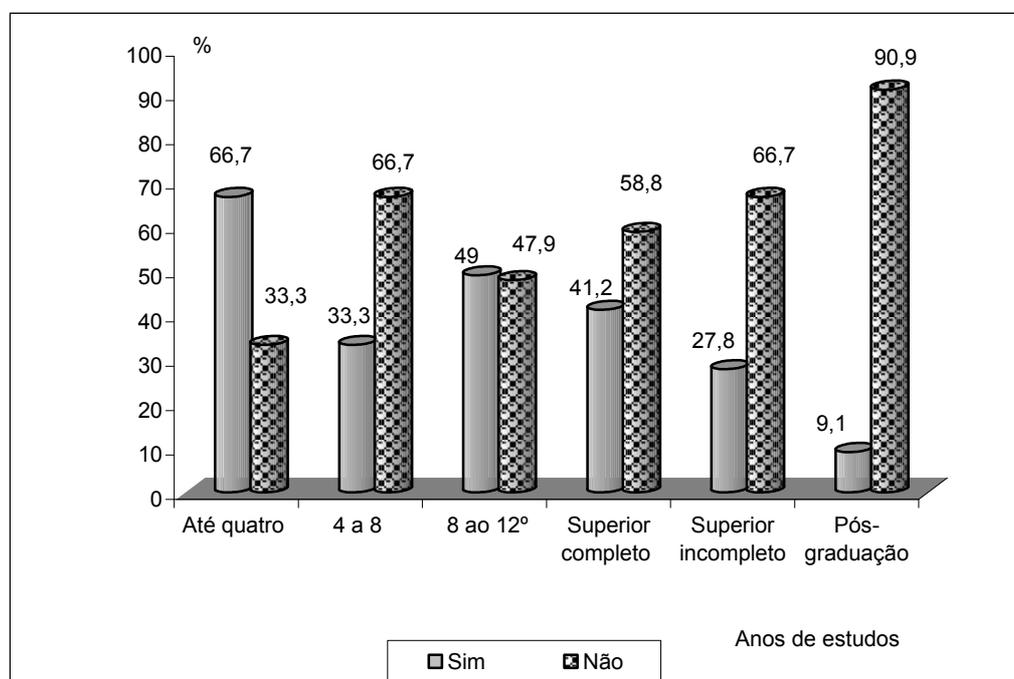


Figura 85 – Intenção em ficar e escolaridades.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Os estudos têm demonstrado a contribuição do imigrante no desenvolvimento das estratégias territoriais. A construção da ponte 25 de Abril, da Expo 2000, A1, A23, IP5, hotéis, restaurantes, prédios, conjuntos residenciais, estádios de futebol, escolas, espaços de lazer, entre outros foram realizadas com a participação do trabalhador brasileiro e outros imigrantes. O grande número de pessoas que não pretende ficar em Portugal desperta para um questionamento: por que o elevado número de imigrante brasileiro não intenciona ficar em Portugal? Será que as relações históricas entre os dois países não são suficientes para a permanência desses imigrantes em território português? Certamente, a condição de Portugal, como semiperifera no contexto da União Europeia, representa uma boa experiência migratória para os brasileiros que desejam atingir outros países, sobretudo para aqueles que têm o conhecimento de outros idiomas. Mas, outra pergunta surge: quais os itinerários futuros?

Futuros percursos do trabalhador brasileiro

A vida do imigrante é delimitada por variados percursos migratórios. O seu deslocamento territorial depende do capital de mobilidade e da forma como planeou a emigração. Estas duas variáveis são importantes para o desencadeamento do processo migratório. A figura 86 retrata os futuros itinerários.

No caso específico, muitos dos brasileiros inquiridos, nos distritos analisados, não buscaram informações sobre o país. Mesmo considerando as relações históricas entre os dois países: Brasil e Portugal, as informações são bastante fragmentadas no Brasil sobre a realidade portuguesa, nomeadamente sobre o mundo do trabalho. A existência de um relativo número de pessoas o qual afirma não querer permanecer no país, impulsiona a entender por que caminhos que almejam percorrer, (figura 86).

Esta análise complementa as informações anteriores sobre a visão do brasileiro em relação à permanência ou não em Portugal. Esta pergunta permite destacar que 44,4 % de brasileiros inquiridos na Região Centro não responderam à indagação revelando uma certa indecisão, porque não têm uma opinião formada se querem ficar em Portugal ou se desejam ir para um outro país.

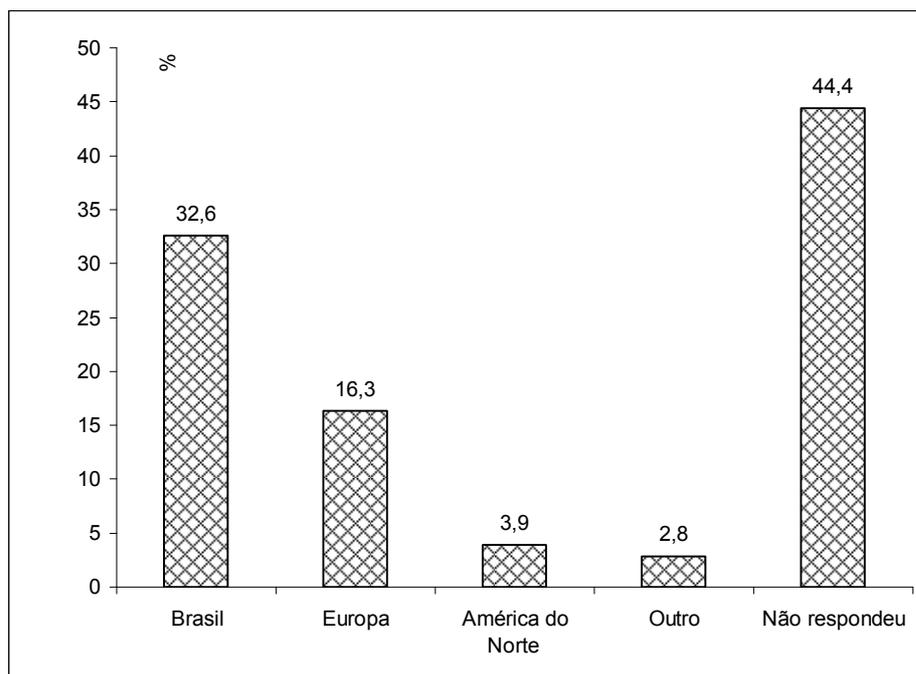


Figura 86 – Futuros itinerários de brasileiros.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Em segundo lugar, houve destaque para os que querem retornar ao país, com 32,6 % dos inquiridos cujo desejo é juntar dinheiro para retornar ao Brasil e montar o seu próprio negócio. Para 16,3% dos inquiridos, existe o desejo de continuar o processo imigratório em direção a outros países da Europa.

Infere-se que a experiência adquirida em Portugal será de grande valia para ingressar em outros países da Europa, sobretudo se conseguirem a nacionalidade portuguesa. Um percentual bastante pequeno (3,9%) deseja emigrar para a América do Norte, especificadamente para os Estados Unidos e 2,8 % desejam migrar para qualquer país, a meta é conseguir um emprego com salário bom. Distingue-se que a pesquisa de campo aconteceu num período de grande efervescência sobre a questão da imigração nos países centrais e semiperiférico, com movimentos xenofóbos nos Estados Unidos, Inglaterra, França, e, em Portugal sobretudo em função da prostituição. Por fim, considerou-se que uma boa política migratória envolvendo os dois países, com regulação, solidariedade, boa integração da comunidade imigrante e igualdade de direito entre os trabalhadores serão necessários para a criação de laços afetivos por

parte dos trabalhadores brasileiros. A percepção dos níveis de satisfação e insatisfação é importante na efetivação das políticas de acolhimento.

Satisfação e insatisfação da comunidade inquirida

A realidade vivenciada, sobretudo nas metrópoles brasileiras e nas principais cidades médias, marcadas por forte exclusão social, tem impulsionado cerca de 80.000 brasileiros a percorrerem longas distâncias, engajando-se num movimento internacional de trabalho em direção a Portugal, (MRE, 2006). A Região Centro em épocas anteriores era dispersora de mão-de-obra portuguesa para o Brasil e, actualmente, muitos brasileiros têm realizado o caminho inverso. Assim, esta região constitui em mais um cais de chegada para trabalhadores brasileiros.

A adaptação constitui um processo contínuo a envolver políticas públicas de integração da comunidade imigrante. Para efeito desta pesquisa, adotou-se o conceito de “utilidade dos lugares”, desenvolvido por Julian Wolpert (FONSECA, 2005), para evidenciar o perfil, a satisfação e a insatisfação da comunidade brasileira inquirida nessa região. Para isso, usaram-se, como parâmetro, algumas variáveis, utilizando os níveis elevados, médios e baixos para qualificar as respostas. Nesse sentido, selecionaram-se algumas perguntas e respostas para averiguar como os trabalhadores brasileiros percebem o espaço da migração.

A figura 87 mostra algumas variáveis importantes para qualificar o nível de satisfação e insatisfação dos trabalhadores brasileiros inquiridos nos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria. Com relação ao tratamento do patrão e ao salário recebido, observou-se o nível de predominância nas respostas média e baixa.

Os trabalhadores brasileiros reconhecem que o trabalho é exaustivo, mas ao comparar o salário que recebem com o de amigos que estão em Londres, por exemplo, afirmaram que o salário é baixo. No entanto, mesmo assim relataram ser maior que no Brasil. Em relação aos serviços que cuidam diretamente da vida do imigrante, as observações negativas foram constantes. O destaque se refere ao tratamento/atendimento dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), às políticas do governo brasileiro e português, ao consulado e à embaixada brasileira.

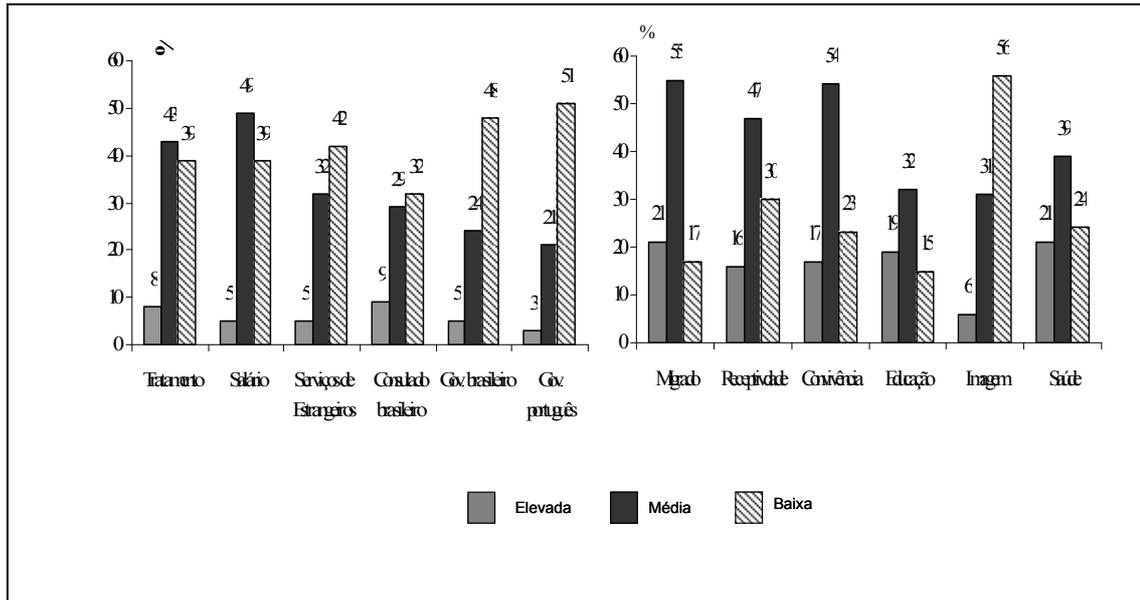
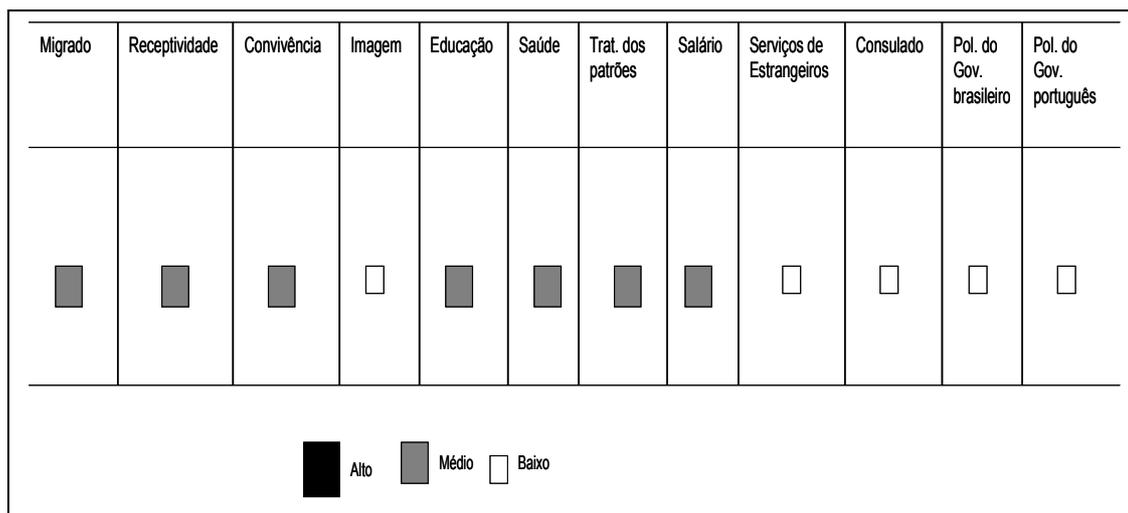


Figura 87 - Nível de satisfação e insatisfação de brasileiros, em percentual.
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

Nestas ocorrem a predominância do nível **baixo** nas respostas. Outro ponto que chamou à atenção refere-se à imagem da comunidade brasileira. Para os inquiridos, ainda existe um estereótipo negativo dos brasileiros, sobretudo quando se refere à mulher. Aos poucos brasileiros e brasileiras vão tentando reconstruir a imagem de povo trabalhador, honesto e comunicativo.

No geral, a análise das variáveis deixa claro a predominância nas respostas dos níveis médio e baixo de satisfação, (quadro 22). Salienta-se que nenhum dos inquiridos apresentou um nível alto de satisfação, no geral, o nível médio foi predominante. A pesquisa revela ainda a insatisfação de integrantes desta comunidade, sobretudo em relação à dificuldade para adquirir o visto de trabalho e aos direitos trabalhistas, mas, ilustram também um certo desconhecimento da legislação e do mundo do trabalho em Portugal, (quadro 22). As medidas e os serviços criados que resguardam os direitos dos trabalhadores imigrantes são incipientes, sobretudo para os trabalhadores indocumentados.



Quadro 22 – Predominância dos níveis de satisfação.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

O Consulado e a Embaixada brasileira conhecem a realidade da imigração brasileira em Portugal, porém ficam receiosos no embate político para não abalar as relações internacionais entre os dois países. O Ministério das Relações Exteriores e o da Administração Interna precisam dinamizar as relações bilaterais, com o aprofundamento/ajustes de algumas cláusulas existentes nos acordos entre as duas nações, e colocar em prática as determinações da Organização Internacional do Trabalho. Conforme refere-se o autor “ ... numa situação de excesso global de migrantes com baixas qualificações, o poder de mercado encontra-se do lado dos países recrutadores” (CASTLES, Op. cit.:32). Daí a importância do conhecimento da política de imigração em Portugal e no contexto da União Européia, os percursos de cidadania do imigrante, os acordos e tratados entre Portugal e Brasil, antes de atravessar o Oceano Atlântico.

Capítulo VII

Política de Imigração

1 - Política de Imigração em Portugal e os trabalhadores brasileiros.

O fenómeno migratório em Portugal não é recente. Em função de um contexto geográfico, económico e social a população portuguesa sempre emigrou para vários países do mundo: Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, França, Suíça, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, entre outros. No caso específico desta área de estudo, a Geografia colonial evidencia que as relações entre Portugal e Brasil advêm do século XVI e continuam até a contemporaneidade, porém num ritmo menos intensificado.

Em função das investidas, portugueses deslocaram-se para o Brasil com a perspectiva de conhecer as potencialidades existentes, extrair a matéria-prima e retornar para Portugal. Inicialmente, o objetivo das incursões não era a habitabilidade e sim uma colônia de exploração, o que foi revertido, posteriormente, com as tentativas de apropriação do território por holandeses, franceses e espanhóis. A Geografia Colonial de Portugal detinha um poder estratégico sobre as ex-colônias: Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe e Moçambique e, com isso, retirava proveitos dessa situação.

Num primeiro momento, o projeto de colonização portuguesa não se prendia à fixação das pessoas em solo brasileiro mas à exploração dos recursos materiais e humanos. A relação com a metrópole era muito intensa. Só muito depois que o governo português preocupado com o avanço e as tentativas de exploração na costa brasileira, por parte de outros povos, resolveu implementar uma colonização de fixação. Dessa forma, a geografia das migrações no Brasil até a metade do século XX, no tocante aos movimentos internacionais de trabalhadores, caracterizou-se por ser um país de acolhimento de diversos povos.

Na segunda metade do século XX, houve uma mudança na rota das migrações internacionais de trabalhadores portugueses, direcionando para os países da Europa Central, especificadamente com destino a França, Alemanha, Suíça e Inglaterra. Atualmente, Portugal constitui, também, um país de imigração, no entanto, mesmo que num ritmo menor, continua sendo um país de emigração. Isso porque de acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros cerca de 5 000 0000 portugueses vive fora de casa, e, segundo o SEF (2006), cerca de 460 000 imigrantes vive em Portugal.

As modificações territoriais advindas da entrada do país na União Europeia vão concorrer para a melhoria substancial das condições de vida da população. Com isso, vários investimentos são implementados, o que leva a gerar oferta de muitos serviços, colocando o país na rota da migração internacional. No presente momento, o país é povoado por trabalhadores imigrantes de várias partes do mundo. Nesse sentido, há uma maior incidência dos povos originários das ex-colônias portuguesas e dos países recém desmembrados da antiga União Soviética. Quanto às mobilidades espaciais, Portugal caracteriza-se pela presença de dois principais fluxos migratórios ativos: da ex-colônias portuguesas e dos países do Leste da Europa.

As motivações elencadas pelos imigrantes brasileiros, na escolha da Região Centro de Portugal, apresentam uma forte ligação com as relações histórico-culturais existentes entre os dois países. No entanto, os inquiridos complementaram que esta relação não é suficiente para uma boa integração ao mundo do trabalho. O fato de muitos portugueses terem emigrado para o Brasil indica que essa situação constitui um produto da migração pós-colonial decorrente das operações sociais, econômicas e políticas entre a metrópole e a ex-colônia. A relação de explorador e de explorado ainda continua presente no imaginário de brasileiros e portugueses. Hall (1996) sugere que a tradição ou modificação de culturas ou culturas híbridas, produzidas desde as ligações transnacional e transcultural poderá ser desenvolvida enquanto uma crítica pós-colonial. Ele indica que o pós-colonial pode ser lido de dupla maneira, como uma releitura:

1 - da colonização, como parte essencialmente dos processos globais transnacionais e transculturais, o que produz uma descentralização diáspórica;

2 - ou da re-escrita das grandes narrativas globais das precoces nações-centrais imperiais faz com que as pessoas continuem migrando em função dessa centralização das nações imperiais.

As relações histórico-culturais e a proximidade linguística constituem pontos positivos para o novo direcionamento de fluxos migratórios para Portugal. No entanto, isso não está isolado de questões em escala micro e macro. A maior pressão migratória em direção a Portugal é registrada por povos oriundos de países da África, América do Sul, Ásia e da Europa de Leste. A imigração neste

país ganha maior significação sobretudo no final dos anos de 1990, conforme quadro 23.

1980	50 000
1999	107 767
2006	460 000

Quadro 23 – Cidadãos estrangeiros em Portugal

Fonte: SEF, 2006⁸⁵.

Em 1980, existiam 50 000 cidadãos estrangeiros em Portugal. Em 26 anos, esta população aumentou nove vezes, atualmente a população estrangeira está em torno de 460.000 (SEF, 2006). A figura 88 retrata o percentual da população ativa estrangeira por total da população ativa nacional.

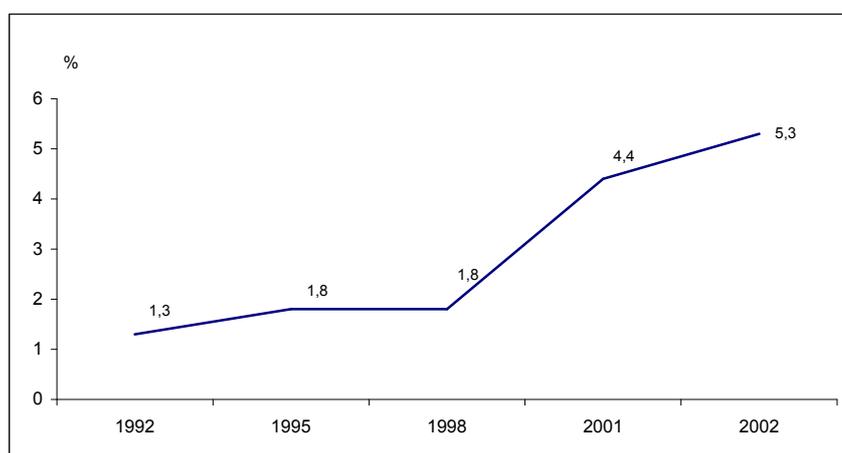


Figura 88 – Percentual da população ativa estrangeira por total da população ativa nacional.

Fonte: ACIME/SOPEMI, 2005.

Ao analisar-se a evolução da população ativa estrangeira no conjunto da população nacional, percebeu-se que de 1992 a 2002 a população ativa estrangeira teve um crescimento bastante acentuado. A figura 88 evidencia que, em 10 anos, a população ativa estrangeira cresceu acentuadamente. Em 1992

⁸⁵ Estes dados foram apresentados pelo Dr. Manuel Jarmela Palos, o primeiro inspector de carreira a chefiar o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em palestra no Centro de Estudos Sociais, no dia 5/05/2006.

atingia 1,3% da população ativa nacional, em 2001 passou para 4,4% e um ano após atingiu 5,3%. Tendo em vista o envelhecimento da população portuguesa, o crescimento da população ativa é importante, já que esta contribui para a Previdência Social manter os gastos sociais com os trabalhadores aposentados.

Nesse sentido, do conjunto das comunidades imigrantes na Região Centro de Portugal, a brasileira, numericamente, tem-se destacado. O aumento da imigração brasileira criou um impacto bastante acentuado na geografia portuguesa. O governo português e posteriormente o governo brasileiro, durante muitos anos de história conjunta, não definiram uma política específica de imigração. Entretanto, só a partir da segunda metade do século XX, especificadamente em 1990, com o aumento da imigração brasileira e de outras comunidades estrangeiras em direção a Portugal, o governo passou a ter mais atenção em relação à definição de uma política imigratória. A compreensão de como o país integra-se no contexto das mobilidades internacionais de trabalhadores requer o entendimento do processo de formação da Comunidade Européia.

2- Bases para a consolidação da Comunidade Européia

A partir do século XIX, o centro de decisão econômica que até então se encontrava no oriente passa para o ocidente. A oeste da Grécia tudo era bárbaro e a leste era civilizado, ou seja, respectivamente ocidente e o oriente (ALMEIDA, 2005). Assumindo a posição de centro de decisão político e econômico, a Europa passa a ter o controle territorial com o desenvolvimento do capitalismo e conseqüentemente é criado o Estado-Nação. Fica claro o jogo de interesses pela disputa territorial entre a Europa e os Estados Unidos da América. Socializando uma ideologia de combate ao colonialismo e o hegemonismo europeu, os Estados Unidos imprimem a teoria do universalismo, criada em 1823, que tem como meta a sua expansão no continente sul-americano e asiático.

Ao perder a hegemonia mundial aliado ao fracasso decorrente das guerras mundiais e das perdas das colónias, a Europa começa a reunir elementos importantes para a constituição da comunidade européia. Assim, foi através do Tratado de Paris, 1951, e do Tratado de Roma, 1957, que esta foi instituída. Tem como finalidade a criação de uma política econômica e social comum aos

interesses dos Estados-Membros, com vista a preservar o desenvolvimento social e a solidariedade entre os países comunitários. A criação de uma política monetária com a definição de uma moeda única, a estabilidade de preços e a balança de pagamento equilibrada constituem objetivos centrais da Comunidade Européia. O funcionamento desta Comunidade⁸⁶ é constituído de Parlamento Europeu, Conselho, Comissão, Tribunal de Justiça e um Tribunal de Contas.

O Tratado de Roma instituiu um Sistema Europeu de Bancos Centrais, SEBC, e um Banco Central Europeu, BCE, os quais atuarão nos limites das atribuições que lhes são deferidas pelo presente Tratado e pelos estatutos do SEBC e do BCE, adiante designados por estatutos do SEBC (Artigo 4º-A). O tratado estabelece um pacto de ajuda monetária e institucional para os países comunitários que, porventura, estiverem passando por conflitos sociais, políticos e económicos: “sempre que um Estado-membro se encontre em dificuldade ou seriamente ameaçado de graves dificuldades devidas a ocorrências excepcionais que não possa controlar, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, pode, sob certas condições, conceder ajuda financeira comunitária ao Estado-membro em questão. Caso essas graves dificuldades sejam devidas a calamidades naturais, o Conselho deliberará por maioria qualificada. O presidente do Conselho informará o Parlamento Europeu da decisão tomada”, (Artigo 103º-A).

No caso específico de Portugal, que na altura da entrada nesse espaço constituía o mais pobre, foram os financiamentos incrementados pelo Fundo Europeu que o ajudou a implantar grandes transformações na arquitectura e na infra-estrutura do país. Para entender a posição de Portugal no contexto da Comunidade Européia, far-se-á uma análise de como se articula a política imigratória portuguesa, a partir da criação da União Européia e da entrada do país nesse bloco político, assim como analisar até que ponto se mantêm as relações histórico-culturais entre o Brasil e Portugal e como a imigração é tratada nas normas legislativas entre os dois países.

⁸⁶ Artigo 4 do Tratado da Comunidade Europeia.

3 - A entrada de Portugal na União Européia e a política de imigração

A idéia de Europa em Portugal vem acompanhada de várias concepções ideológicas que tentam explicar como o país se relaciona com o mundo exterior. Esta abordagem é importante porque reforça a compreensão do mundo português e as relações externas bilaterais com os países. São várias as correntes que explicam o ideário português acerca da adesão à União Europeia, da formação de uma comunidade ibérica e de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP. De acordo com Almeida (Op. cit.), as concepções nacionalistas, iberistas, atlantistas, terceiro-mundistas e europeístas constituem as principais correntes a explicar estas interrelações. Destaca-se que essas correntes expressam o pensamento dominante que caracteriza um determinado tempo, porém não significa que passando este período ele deixará de existir.

A corrente nacionalista teve início no século XIX, cujas idéias predominaram em Portugal até a década de 1950. Apresenta duas ramificações: nacionalismo romântico ou autoritário e o sebastianismo. A primeira baseia-se no princípio das nacionalidades “a cada Nação o seu Estado. Cada povo deve dispor do seu próprio destino e tem o direito a autodeterminar-se“. É uma corrente fechada e resistiu durante muito tempo a adesão à União Européia. Dando sequência a essa concepção ideológica, a segunda ramificação reafirma os interesses das classes ligadas ao colonialismo e ao neocolonialismo. Presente na atualidade na União Europeia e, particularmente em Portugal, o nacionalismo encontra-se associado à imigração e a um sentimento de aversão ao estrangeiro. Isso se pode perceber nos discursos e nas manifestações xenófobas da extrema-direita portuguesa. A construção da Europa econômica, ao invés da Europa Social, contribui decisivamente para o aumento da xenofobia, (ALMEIDA, Op. cit.). Isso porque essa construção foi baseada nos baixos salários pagos aos trabalhadores imigrantes.

A corrente iberista está relacionada à hegemonia da Espanha sobre Portugal. A Espanha historicamente sempre teve a intenção de dominar o país, porém sempre enfrentou a resistência dos portugueses, conforme salienta abaixo:

“A dominação de castelhana, durante oitenta anos, sobre Portugal não eliminou e nem reduziu a individualidade nacional portuguesa. A restauração foi apoiada pela população, de tal forma que a defesa da Independência de Portugal custou vinte e oito anos de guerra com Castela (Almeida, Op. cit.:190).

A corrente iberista não conseguiu ter grande repercussão em Portugal, estava restrita a pequenos círculos e suas proposições ideológicas de dominação deram origem a um movimento denominado anti-iberista. Este consiste num sentimento de desconfiança, presente na história portuguesa, em relação à dominação espanhola.

Os adeptos da corrente do atlantismo defendem o controle e a formação de uma comunidade que envolva os países com vocação atlântica sobretudo os territórios ultramarinos. Constitui uma corrente muito forte em Portugal que objetiva a formação do bloco Euro-Atlantismo, associação da União Europeia à América do Norte. Para Almeida (Op. cit.), o atlantismo constitui uma estratégia para garantir o controle territorial.

A corrente terceiro-mundismo ganha notoriedade a partir de 1974, porém poucos são os que defendem este pensamento. Esta expressa o desenvolvimento de relações privilegiadas de Portugal com as ex-colônias e sobretudo com os países em via de desenvolvimento. Isso reforça as relações externas do país com os países ultramarinos, a exemplo do Brasil.

O europeísmo constitui uma corrente ideológica que defende a inserção do país na União Europeia. A explicação recai no desenvolvimento econômico, uma vez que os países que apresentavam baixa qualidade de vida e participavam do espaço comunitário recebem apoio da União Europeia. Dada a miséria reinante no nosso país, os longos anos de sacrifícios, de guerra, de isolamento, de emigração maciça, o povo português viu na CEE o eldorado que viria trazer a prosperidade imediata ao país (ALMEIDA, Op. cit: 229).

Até o 25 de abril de 1974, o governo português tinha uma posição contrária à entrada de Portugal na Comunidade Econômica Europeia. A preocupação básica centrava-se no receio de perder as colônias portuguesas. As dificuldades sociais, a pressão para a mudança do regime autoritário para a democracia e o processo de descolonização que estava em marcha contribuíram para a entrada de Portugal neste espaço político. A argumentação econômica está na base da explicação dos adeptos à adesão do país ao espaço comunitário. Obviamente que esta é uma questão importante na transformação da paisagem portuguesa, entretanto, de uma certa forma, “obriga” o país a seguir a política da União Europeia.

O entendimento da política de imigração em Portugal passa pela compreensão da entrada do país na Comunidade Europeia, em 1986, e pelo enquadramento político e jurídico dos movimentos migratórios na legislação portuguesa e europeia. A regulação dos fluxos migratórios, neste país, tem apresentado alguns problemas no tocante à integração e ao controlo dos fluxos de imigrantes indocumentados. Conforme salienta Baganha (2005), mesmo conhecendo a realidade da imigração clandestina em Portugal, o poder central não implementou, até o início dos anos de 1990, uma legislação para controlar o fluxo migratório sobretudo os imigrantes ilegais no território nacional. Nessa década, a parcela maior da comunidade imigrante em Portugal era constituída de pessoas das ex-colônias portuguesas, sobretudo Angola, Cabo Verde, Guiné e Brasil. Alguns tinham a nacionalidade portuguesa e com o processo de descolonização, perderam no pós 25 de Abril (Decreto-Lei nº 308 A/75).

Mesmo que tardiamente, a mudança do regime político salazarista para o democrático, proporcionou uma transformação muito significativa na Geografia portuguesa. O processo de descolonização das ex-colônias africanas foi muito contraditório. Os povos que tinham a nacionalidade portuguesa, com a descolonização “ as autoridades portuguesas da época resolveram o dilema – facilitação do regresso da população branca e dificultou o fluxo dos refugiados negros, mesmo aqueles que lutaram em favor da guerra da independência – remetendo para o critério do “jus sanguinis” a possibilidade de conservação da nacionalidade pelos naturais ou domiciliados nas ex-colônias”, (PIRES, 2003:127).

Esta questão, além de ser bastante delicada, até o presente momento, ainda não foi resolvida. No programa da Rede de Televisão Portuguesa 1 (RTP1), do dia 10 de Maio de 2006, foi transmitido um documentário que mostrou o problema dos portugueses negros que lutaram a favor de Portugal na guerra pela Independência de Angola. Entretanto, em função do 25 de Abril de 1975, foi lhes tirado a nacionalidade portuguesa, estão a viver em Angola, sem direitos, sem referência e passando por imensas dificuldades. Sentem-se injustiçados e enganados pelo governo português. Esta é uma questão muito comum entre os povos que ficaram independentes após a Segunda Guerra Mundial.

A abertura do país ao capital estrangeiro e a ajuda financeira da Comunidade Europeia fazem com que muitos investimentos passem a ocorrer no território. Com isso, muitos trabalhadores oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné,

dentre outros migraram para Portugal. A chegada destes imigrantes no final da década de 1980 e início de 1990 foi importante, como mão-de-obra, para a implementação de profundas mudanças na paisagem do país. Os investimentos prioritários concentraram-se na indústria da construção civil, com a implementação de estradas, pontes, viadutos, edifícios, entre outros, o que abriu uma perspectiva de emprego para os imigrantes. Com isso, a população imigrante que já estava residindo no país passa a atrair parentes e amigos para virem trabalhar em Portugal, funcionando assim as redes sociais entre as famílias e os amigos. Como não se tinha uma política migratória clara e definida, muitos vieram com o visto de curta duração, o que facilitou o crescimento da bolsa de imigrantes indocumentados no país.

4 - Acordos e tratados na regulação da imigração no espaço europeu

A inserção do país no sistema europeu contribuiu para a participação efetiva na definição de uma política migratória comunitária. A necessidade de supressão das fronteiras territoriais, a crise econômica de 1973, com o aumento do preço do barril de petróleo, a restrição da imigração em vários países da Comunidade Européia, os sinais de envelhecimento da população e a dificuldade de definição de uma política comunitária e de asilo político vão concorrer para a efetivação de acordos e tratados de cooperação intergovernamental entre os Estados Membros Comunitários. O esquema abaixo evidencia as bases principais da política imigratória, no espaço europeu, através da definição de três importantes tratados: o Tratado de Maastricht, o Acordo Schengen e o Tratado de Amesterdão (figura 89).

Os acordos e os tratados foram atos importantes para ajudar a definir uma política imigratória no espaço comunitário. O tratado de Maastricht ou Tratado da União foi assinado na cidade de Maastricht, Holanda, em Dezembro de 1991, porém só entrou em vigor em 1993. Através deste tratado, foi possível consolidar as bases políticas, jurídicas e institucionais para a fundação da União Européia e para a livre circulação de pessoas oriundas dos países comunitários no espaço da União. Com isso, foi criada uma série de mecanismos para organização e o controle territorial definindo os que podem ter mobilidade territorial e os que não

podem ter esta mobilidade. Fica bem clara a definição da fronteira territorial: os países comunitários e os não comunitários.

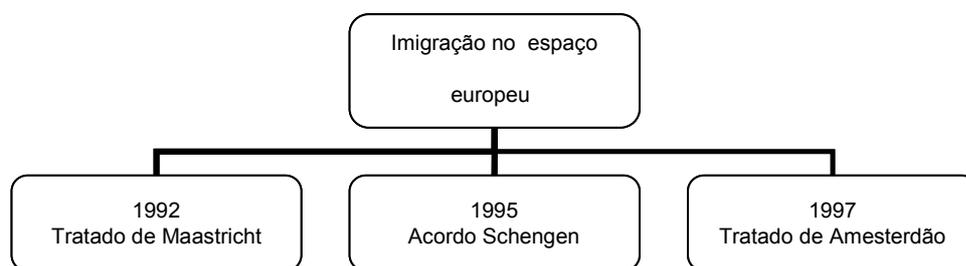


Figura 89 – Bases para a política imigratória no espaço europeu

Fonte: Elaboração própria, com base em Sousa, 2006.

Antes da criação da União Europeia, já era crescente o fluxo de imigração em direção ao território europeu, nomeadamente para a Europa Central e de Norte. A partir de 1980, em função do aumento deste fluxo, os Estados-Membros da União Europeia começaram a aprofundar a discussão em relação à necessidade do controlo das fronteiras territoriais e à livre circulação de pessoas. Esta questão dividiu os países, uns queriam o controlo das fronteiras e outros queriam a extinção das fronteiras. Diante desse impasse, a França, a Alemanha, a Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos implementaram o Espaço Schengen⁸⁷, em 14 de Junho de 1985, cujo objetivo foi a não fixação de fronteiras territoriais internas entre os países signatários.

O acordo Schengen só entrou em vigor dez anos após a sua criação, ou seja, em 1995. Assim, criaram-se as condições de livre acesso a este espaço sem fronteiras para os cidadãos comunitários. Os temas como segurança, política imigratória, terrorismo, criminalidade, entre outros, passaram a fazer parte da agenda política e dos objetivos comunitários, integrando os países que aderiram esse espaço, a exemplo de Portugal que assinou o referido acordo em 25 de Junho de 1991.

Para ampliar o controlo das pessoas e dos objetos que transitam nesse espaço, foi criado o Sistema de Informação *Schengen*, (SIS), com o intuito de socializar a informação em tempo simultâneo para os postos fronteiriços, as

⁸⁷ Esta denominação é oriunda da cidade de Schengen, Luxemburgo, onde o acordo foi assinado.

autoridades policiais e os agentes consulares dos Estados-Membros. Assim, passariam a dispor de informação acerca da identidade das pessoas, das mercadorias ou de veículos procurados.

Com o alargamento da União Europeia, a partir de 1º de Maio 2004, o SIS tornou-se insuficiente para atender todos os Estados-Membros. Em função da adesão de novos países (artigo 49º do Tratado da União Europeia), a exemplo da República Checa, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta e Polónia foi necessária a criação do segundo Sistema de Informação de *Schengen*, (SIS II).

Outro importante passo na geografia política da União Europeia foi a assinatura do Tratado de Amesterdão, em 1997. Este determinou que a União Europeia funcione como "um espaço de liberdade, de segurança e de justiça", assegurando o direito das pessoas circularem livremente, independente da sua nacionalidade. Estes acordos e tratados têm como objectivo a definição de uma política comum a todos os Estados-Membros da União Europeia. Reconhecem também a necessidade de desenvolver parcerias com os países de origem dos imigrantes no sentido de combater a imigração ilegal, as redes de exploração do trabalhador imigrante e o tráfico de pessoas. Ao inserir-se nesse contexto, Portugal é estimulado a definir uma política mais contundente em relação ao controlo da imigração. Assim, o país vê-se pressionado a minimizar e/ou acabar com os bolsões de imigrantes clandestinos. Para isso, cria mecanismos jurídicos e políticos para regularizar a situação dos trabalhadores indocumentados.

A Convenção Europeia relativa ao Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante define "trabalhador migrante o cidadão de uma parte contratante que tenha sido autorizado por uma parte contratante a permanecer no seu território a fim de aí exercer uma ocupação remunerada" (Artigo 1º, do Decreto-Lei nº 162/78). Esta definição exclui os trabalhadores indocumentados. Além disso, esta Convenção não se aplica aos trabalhadores fronteiriços, aos artistas, aos marítimos, aos estagiários, aos trabalhadores temporários e trabalhadores cuja empresa tenha sede fora do território nacional. O mecanismo jurídico de Portugal deverá estar em consonância com a política comunitária.

5 - Portugal no contexto da política migratória da União Européia

Para participar do desenvolvimento de uma política imigratória comum, o governo português com a intenção de combater a imigração ilegal, de criar o estatuto do trabalhador imigrante e proporcionar as condições de integração, no espaço da União Européia, tem implementado algumas medidas: combate à imigração ilegal, assegurar os direitos dos imigrantes documentados e a promoção de política de integração dos imigrantes, (figura 90).

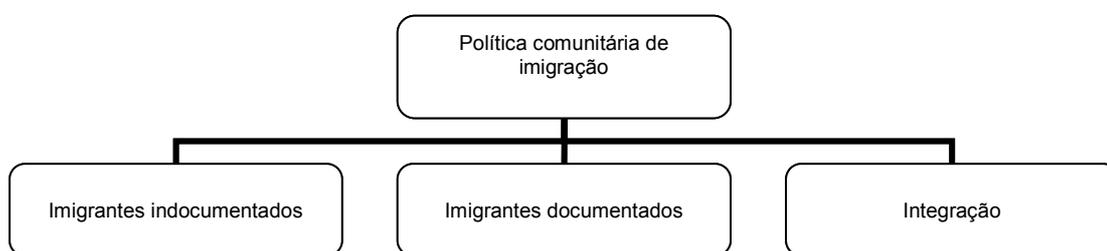


Figura 90 – Política comunitária de imigração.

Fonte: Elaboração própria, com base em Sousa, 2006.

A definição de uma política comunitária contribui para a gestão partilhada dos fluxos migratórios, não só nos países de chegada, como também, nos países de origem dos imigrantes. No tocante aos indocumentados algumas diretivas e regulamentos da Comunidade Européia foram instituídos, no sentido de controlar, punir e impedir a imigração ilegal no âmbito do espaço português e europeu:

- a) Diretiva 2001/40/CE: estabelece o reconhecimento mútuo das decisões de expulsão;
- b) Diretiva 2001/51/CE: define sanções aplicáveis às transportadoras;
- c) Diretiva 2002/90/CE, define o crime de auxílio à imigração ilegal e a Decisão-quadro 2002/946/JAI, que reforça a respectiva moldura penal;
- d) Diretiva n.º 2003/110/CE: determina apoio em caso de trânsito para efeitos de afastamento por via aérea;
- e) Regulamento (CE) n.º 377/2004: cria uma rede de agentes de ligação da imigração, cujo objectivo principal é facilitar e acelerar a recolha e a

troca de informações que permitam controlar e prevenir fluxos de imigrantes em situação ilegal;

f) Diretiva n.º 2004/82/CE: obrigação das transportadoras comunicarem dados relativos aos passageiros;

g) Diretiva n.º 2004/81/CE: autorização de residência concedida aos nacionais de países terceiros que sejam vítimas do tráfico de seres humanos ou objecto de uma acção de auxílio à imigração ilegal, e que cooperem com as autoridades competentes.

Estas normas têm como finalidade a regulação da imigração no espaço da comunidade europeia. No tocante à admissão de trabalhadores imigrantes documentados, algumas directivas foram adotadas:

a) Diretiva 2003/86/CE: reagrupamento familiar;

b) Diretiva n.º 2004/114/CE: admissão de estrangeiros para efeitos de estudos, de formação não remunerada ou de voluntariado;

c) Diretiva 2005/71/CE: admissão de estrangeiros para efeitos de investigação científica.

A política imigratória portuguesa está em consonância com as medidas legislativas da União. No entanto, vale dizer que o excesso de burocracia e a dificuldade de operacionalização de algumas leis têm dificultado a regularização de imigrantes no espaço português. Quanto à integração, a política comunitária estabelece algumas medidas: o estatuto jurídico do imigrante residente de longa duração, após cinco anos de residência; concede direito à igualdade de tratamento perante os cidadãos nacionais com relação ao acesso a uma atividade profissional, à segurança social, à habitação, à liberdade de associação, entre outros direitos; Os Estados-Membros podem restringir ou limitar o acesso à segurança social; proteção contra a expulsão, o direito de residência e acesso ao mercado de trabalho no espaço europeu comunitário, este pode ser limitado, conforme o sistema de quotas.

Quanto ao direito ao reagrupamento familiar (Diretiva 2003/86/CE), são os refugiados, o imigrante com autorização de residência com validade superior a um ano, o cônjuge, os filhos menores, entretanto a admissão dos filhos com idade

igual ou superior a 12 anos está condicionada a testes de integração. O imigrante possuidor de visto de trabalho por um período de três anos, ininterruptamente, ou com autorização de permanência por um período de cinco anos, a legislação portuguesa reconhece o direito ao reagrupamento familiar. São beneficiários do direito ao reagrupamento familiar os filhos menores ou incapacitados, o cônjuge, os menores adotados, os pais e irmãos que se encontrem sob a sua responsabilidade. Mesmo reconhecendo que o processo é muito lento, este direito é fundamental para que o imigrante possa viver de forma mais tranquila.

No tocante aos trabalhadores brasileiros inquiridos na Região Centro, ao nos referir se existia a intenção de trazer a família para Portugal 66,9% não desejam, 27,5% afirmaram querer trazer a família, 3,4% tinham pouco interesse e 2,2% não responderam a questão. Diante dos factores apontados pelos inquiridos no tocante à motivação para a saída do Brasil, sobressaindo a econômica e a vontade de querer conhecer novas experiências, fica-se a pensar nos elementos que influenciam a maioria dos inquiridos em não querer trazer a família para Portugal. Isso poderá ter a seguinte explicação:

1. tratar-se de uma experiência muito recente;
2. não possuir as condições de estabilidade econômica, no país acolhedor, suficiente para trazer a família;
3. não possuir interesse em ficar muito tempo em Portugal.

Os três pontos abordados anteriormente têm respaldo nas respostas de trabalhadores inquiridos. A emigração brasileira constitui uma experiência nova e ganha peso a partir de 1980, e em direção a Portugal adquire maior significado a partir do ano de 1990, principalmente em função da dificuldade de entrar nos Estados Unidos. A investigação desenvolvida na Região Centro evidencia que 93,3 % dos inquiridos chegaram a partir da década de 1990. Desses, 70,8% dos trabalhadores brasileiros inquiridos chegaram após o ano de 2000. Conforme já se salientou anteriormente, as barreiras impostas pelos países de centro, sobretudo os Estados Unidos, assim como as perspectivas de abertura de uma nova regularização extraordinária em Portugal influenciaram na nova rota da imigração brasileira.

Outra questão que ajuda a entender esse processo refere-se aos salários pagos, uma vez que 66,3% recebem entre 360 a 720 euros; 17,4% recebem até

1000 euros; 3,9% recebem acima de 1000 euros; 6,7% recebem menos de 360 euros e 5,6 não responderam, (figura 91).

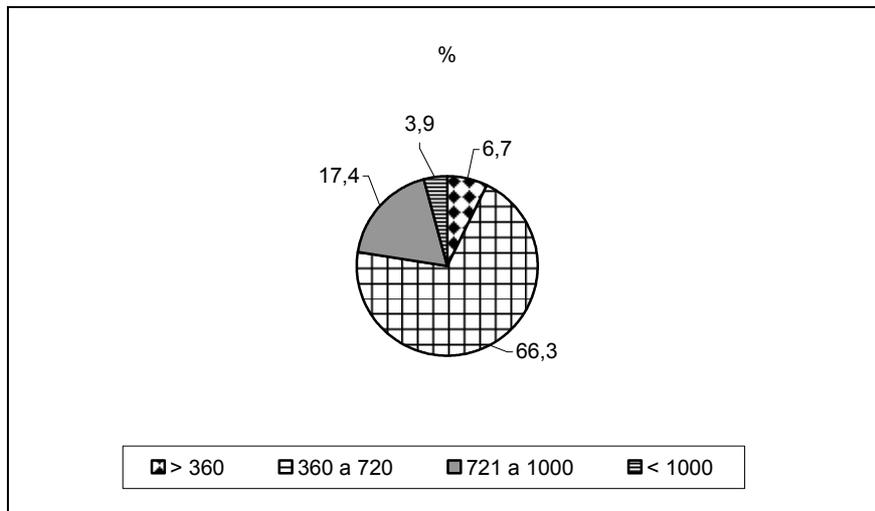


Figura 91 – Faixa salarial dos inquiridos (Euros).

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Como a maioria encontra-se na primeira faixa de salário e o objetivo da migração é acumular para criar condições de poder voltar ao Brasil e montar o seu próprio negócio, opta por não trazer a família. Nesse sentido, um dos inquiridos afirmou que veio sozinho e depois de dois anos trabalhando no distrito de Coimbra trouxe a esposa e os dois filhos pequenos. Falou muito bem da vivência em Portugal, salientou positivamente o sistema de saúde, a escola e a tranquilidade de poder andar pelas ruas. Entretanto, pôs em destaque que os filhos ficavam sempre doentes e que o salário que recebia não estava dando para a permanência de todos, uma vez que a renda da casa era relativamente alta. Ao fazer uma relação com o custo da permanência da família em Portugal, “W” considerou melhor que a família retornasse ao Brasil, uma vez que lá ele tinha casa própria e não pagava renda. Ficando sozinho ele pode ficar no alojamento concedido pelo patrão, não pagando água, renda e nem comida. Com isso, daria para acumular alguma coisa, (W, 2005).

Quanto à vontade de permanecer, 39,3% afirmaram não pretender ficar em Portugal; 31,5% afirmaram querer permanecer; 16,3% responderam que concordavam pouco; 10,7% concordavam e 2,2 % não responderam. Isso leva a pensar-se que alguns pesquisados não declararam o desejo de permanecer em Portugal (figura 92).

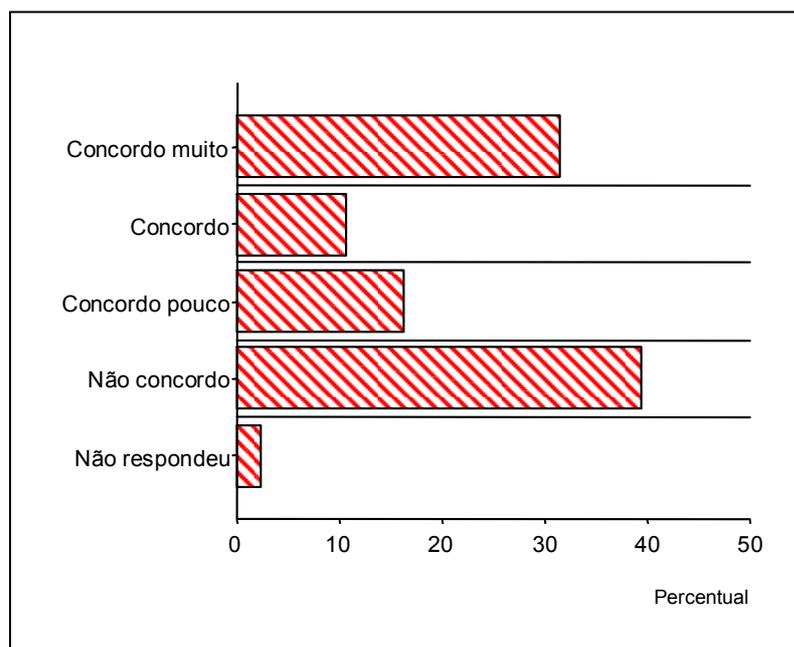


Figura 92 – Pretende ficar em Portugal?

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Ao aprofundar esta análise, procurou-se saber se os brasileiros inquiridos pretendiam retornar ao Brasil. A maioria afirmou que não pensava em retornar e sim migrar para um outro país e 29,8% afirmaram querer retornar o mais breve possível. Percebe-se que muitos não se sentiam integrados à comunidade. Diante da necessidade de integração dos trabalhadores imigrantes, a partir da metade da década de 1990, os programas governamentais passaram a ter mais atenção aos imigrantes. Cita-se como exemplo a criação do Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas, ACIME, da Lei do trabalho estrangeiro, Lei de discriminação racial em função da nacionalidade na contratação de trabalhadores e as regularizações extraordinárias, dentre outras.

Contudo, ainda é latente na sociedade portuguesa a discriminação em função da nacionalidade. Isso reporta às relações neo-coloniais e à recente história da imigração em Portugal. Para exemplificar esta situação, apresenta-se uma parte da entrevista realizada com “G”, quando este se dirigiu a uma empresa de telecomunicações em Portugal para se candidatar a uma vaga de emprego na área de atendimento ao cliente. Destaca-se que G encontrava-se com visto de trabalho III.

Mas o Sr. é brasileiro!" Esta foi a frase de espanto que ouvi da Sra. L. do RH, empresa de trabalho temporário que estava a recrutar para uma empresa de telecomunicações, quando anunciei o meu interesse na vaga para a área de atendimento a clientes. "A empresa não tem interesse em pessoas com sotaque brasileiro." Não parecia ser verdade. Pelo menos não foi o que me informaram na empresa, quando mantive um primeiro contacto, deixando um currículo na recepção e depois por telefone, quando liguei para obter informações sobre as vagas que estavam disponíveis e as empresas de outsourcing que deveria procurar para candidatar-me. Uma Sra. de nome F, do RH, me garantiu que não existiam restrições a brasileiros. Aliás, alguns dias depois – dia 10 de fevereiro de 2005 – recebi uma carta, assinada pelo Sr. J, Director de Recursos Humanos da empresa X, agradecendo a minha candidatura e informando de que, para aquele momento, não estavam em curso processos de recrutamento para o tipo de posto de trabalho ao qual pretendia me candidatar.... Já havia passado por esta discriminação anteriormente, quando procurei uma outra empresa, AT, que também estava a recrutar para a empresa X e para as mesmas vagas. Fui atendido por uma recepcionista apática, que fechara a cara tão logo percebera ser eu brasileiro. Neste meio tempo, apareceu-me um Sr. de nome P, que me levou a uma sala e me ofereceu uma vaga de vendedor porta-a-porta para revender os produtos da X (quer dizer que para vender de porta-a-porta pode, é?). Eu disse-lhe que tinha já experiência na área de tecnologias de informação e no atendimento a clientes de ADSL, pelo que pretendia continuar a exercer este tipo de actividade. Ele, então, prometeu direccionar o meu currículo para a pessoa responsável, uma tal Dra. L. No dia seguinte, este mesmo Sr. ligou-me para informar que eles não contratavam pessoas do Brasil. (G, Fevereiro de 2005).

As várias tentativas frustrantes para a candidatura a uma vaga de atendente ADSL foram marcadas por situações de constrangimento e decepções. O início do primeiro contacto com a empresa, G foi recebido pela funcionária com a expressão "o Sr.é brasileiro"? A nacionalidade apareceu no primeiro momento do diálogo. Por que será que a nacionalidade aparece em primeiro lugar? Certamente, o facto de o Brasil ter recebido variados povos, em épocas anteriores, contribuiu para a actual constituição física, emocional e cultural do povo brasileiro, composto de experiências diversificadas. O segundo refere-se à forma de falar de G, evidenciada pela representante da empresa contratante: "a empresa não tem interesse em pessoas com sotaque brasileiro." A maneira de falar e de escrever diferente é inerente àquela cultura, o que difere muito da forma de ser e estar de outros povos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, (CPLP).

A língua brasileira reflete um conjunto de sonoridade fruto do encontro de vários povos. Nas teorias sobre a migração, a língua aparece como um elemento imprescindível para a integração da população imigrante. Neste caso específico, leva a inferir-se que a questão constitui uma reserva de mercado no mundo português. Uma vez que mesmo falando e compreendendo bem o idioma

português, a forma peculiar de falar do brasileiro, usando a expressão “sotaque”, por parte da empresa contratante, constitui, nesta situação específica, um empecilho no acesso ao mundo do trabalho. De acordo com o princípio de igualdade, a Constituição da República Portuguesa, no seu Artigo 13º, define que “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação econômica, condição social ou orientação sexual”. Apesar da legislação afirmar ser crime, na prática fica difícil a comprovação do ato de discriminação racial.

O terceiro aspecto apoia-se no fato de a vaga continuar sendo anunciada conforme constatou o informante G ao contatar com as empresas. Nesse momento, percebera que se tratava da referida vaga. Nota-se a existência de um mercado seletivo, com preferências pessoais e também pela forma de falar. A função a ser desempenhada era destinada a um determinado tipo de pessoa, isso porque depois de muita insistência foi-lhe oferecido um emprego que mais se adequava aos imigrantes - vendedor de porta em porta.

Contudo, o artigo 1º, alínea “b”, do Acordo de contratação recíproca deixa bem claro que o acesso a uma determinada vaga de emprego é ilimitado, desde que esta não tenha restrições a estrangeiros, conforme estabelece: “os nacionais de ambos os Estados Contratantes poderão ser contratados para todas as profissões cujo exercício não seja ou não esteja, permanente ou temporariamente, condicionado a estrangeiros, nos termos da legislação em vigor no Estado receptor”.

No atual momento da história de Portugal, com um desemprego crescente sobretudo para os licenciados, existe dificuldade dos imigrantes acessarem a função mais qualificada, excepto quando existe carência de profissional especializado. No entanto, as possibilidades aumentam para o exercício de actividades no mercado secundário.

Esse fato leva a refletir-se sobre a dificuldade de comprovação da discriminação em função da nacionalidade. Fica a palavra do contratante contra a

de quem se está candidatando a uma vaga de emprego. Sabe-se que a não contratação de trabalhadores imigrantes em função da nacionalidade constitui um motivo para a implementação de coima por discriminação racial, instrumentalizada pelo Decreto-Lei nº 134/98, de 28 de Agosto. Sobre esta Lei, a Constituição, ao estipular a preferência para a concessão de vistos aos cidadãos comunitários, parece ser também um acto de discriminação racial, subjacente.

A análise do depoimento, G deixa claro o seu sentimento de não pertença ao território português, inclusive enfatizando a “discriminação velada e não velada”, ou seja o mesmo que aparente e não aparente, denominada como discriminação “subtil” (BAGANHA, Op. cit.). Ao ampliar as possibilidades de reflexão sobre a questão de “país irmão”, a proximidade linguística e a existência de acordos bilaterais entre o Brasil e Portugal, G relata que:

...é triste vivenciar o quanto de discriminação velada e às vezes não tão velada assim, sofrem os brasileiros que buscam fora do seu país uma situação melhor de vida e de trabalho, como, aliás, fazem milhares de portugueses. Procuramos um país "irmão" acreditando na proximidade da língua e na reciprocidade dos acordos firmados entre os dois países quanto a contratação de nacionais. Porém, a realidade é bem outra. Ser brasileiro menos ajuda e, no caso da empresa X, como atrapalha... (G, 2005)

A língua, a proximidade cultural, os acordos bilaterais constituem elementos importantes, porém podem não ser os definidores de uma convivência multiétnica solidária à integração à comunidade de acolhimento. No caso específico, estes elementos foram significativos na tomada de decisão para a escolha de Portugal. As atitudes descritas por G já foram relatadas por alguns brasileiros inquiridos durante a pesquisa de campo, na Região Centro de Portugal, no processo de candidatura a um emprego sobretudo no segmento primário da economia. Contudo, esta constitui uma questão bastante delicada que não pode ser generalizada e nem tomada como universal, uma vez que pensa-se não corresponder ao perfil da maioria dos empresários que actua no país. Conforme G salienta, “ainda há algum espaço para os profissionais brasileiros que escolheram viver e trabalhar em Portugal”.

Nesse sentido, mesmo que o cumprimento das leis ainda se faça timidamente, as políticas migratórias em Portugal têm pressionado, de certa forma, a classe empresarial pela “responsabilização solidária” do trabalhador imigrante,

independente da condição de estar documentado ou não. O Decreto-Lei nº 4/2001, de 10 de Janeiro, em seu artigo art. 144, define que:

o empregador, utilizador, portador do contrato de prestação de serviços ou de utilização de trabalho temporário, o empreiteiro geral, são responsáveis solidariamente pelo pagamento dos créditos salariais decorrentes do trabalho efectivamente recebido, pelo incumprimento da legislação laboral e pela não declaração de rendimentos sujeitos para o fisco e a segurança social, relativamente ao trabalho prestado pelo trabalhador estrangeiro ilegal” (LEITÃO, 2003:8).

Consequentemente, a responsabilização social poderá contribuir para assegurar aos imigrantes a equiparação de direitos. O empresariado tem o compromisso social quanto ao cumprimento das leis trabalhistas assim como uma contribuição efectiva para a política de integração dos trabalhadores imigrantes. Nesse sentido, o depoimento de M esclarece alguns mecanismos de tentativa de não cumprimento das leis imigratórias.

Trabalhava nas obras, quando cheguei aqui não conhecia nada. Vim de Goiás para ganhar a vida. Tenho 20 anos de idade. Não sou casado, mas tenho um filho que deixei no Brasil. Então, comecei a trabalhar na construção civil. O cara lá era muito complicado. Os nossos nomes eram emprestados, já viu né. Um dia, o patrão ficou sabendo, não sei como, que iria ter uma batida na obra. Ele disse prá nós não vir cá trabalhar. Foi até bom, porque descansamos. Outro dia a coisa foi mais complicada, tive que pular fora, os caras souberam e ai já viu, ele mandou eu fugir. O pior é que quando voltei lá ele não me pagou nada. Fiquei muito chateado. Quando eu conseguir os meus documentos ainda volto lá para ele me pagar o que me deve. (M, 2005).

Mesmo diante da discussão acerca da não exploração do trabalho imigrante, alguns empregadores ainda continuam aviltando a mão-de-obra do trabalhador, sobretudo daqueles que se encontram na condição de indocumentado. O poder fiscalizador do Estado torna-se inoperante diante de alguns “furos” de informação e de alguns mecanismos para o não cumprimento da lei. Alguns entrevistados relataram ser comum a utilização de documentação de terceiros. Assim como M, a maioria dos inquiridos na pesquisa não conhece a legislação portuguesa sobre a imigração. Este desconhecimento facilita os canais de exploração da mão-de-obra. Daí a importância de uma maior conscientização e de socialização da informação, assim como a definição de uma política migratória clara e exequível que não dificulte e nem burocratize os pedidos de vistos de trabalho.

O artigo 144, nº 5 do Decreto-Lei nº 4/2001 deixa claro que “em caso de não pagamento das quantias em dívida respeitantes a créditos salariais decorrentes de trabalho prestado, o respectivo apuramento, realizado em auto de notícia e inquérito prévio, constitui título executivo, aplicando-se as normas do processo comum de execução para pagamento de quantia certa” (LEITÃO, Op. cit.:8). Os imigrantes que se encontram nessa situação sentem-se fragilizados, desconfiados e sozinhos e/ou muitas vezes não conhecem os seus direitos. Alguns preferem não denunciar, como é o caso de M, que afirma ir cobrar directamente ao expatão quando estiver regularizado no país, isto é, o visto de trabalho.

Política imigratória portuguesa

O Estado Português começou a preocupar-se com a questão da imigração a partir do XI Governo Constitucional, cujo período foi de Agosto de 1987 a Outubro de 1991. Em função do processo de descolonização, muitos portugueses que estavam a serviço de Portugal, em Angola, por exemplo, foram, de certa forma, pressionados a retornar da ex-colônia. Assim, o governo implementou uma política de apoio para estes retornados. O próprio português ao retornar era visto pelos nacionais como um imigrante. Aqueles que retornaram do Brasil com riquezas tinham muito prestígio. Mas, aqueles que retornaram sem muitas posses são discriminados negativamente, às vezes pela própria família, conforme depoimento.

Os meus pais são oriundos de Pombal. Nasci em Lisboa, com quatro meses migrei com os meus pais para São Paulo, Brasil. Cresci lá e tenho a dupla nacionalidade, me considero um brasileiro. Sou formado em Economia, trabalhava, mas estava ganhando muito pouco. Como tenho família cá, então resolvi migrar. Quando cheguei pensei que fosse ter o apoio da família, mas que nada, tive mais apoio dos brasileiros que estavam cá do que dos próprios parentes. Acho que pensam que vou lhes pedir alguma coisa, ficam fazendo ironias, dizem assim, foram prá lá mas olhe como voltam, sem nada. Foi muito difícil, no início fiquei abatido, confesso que muitas vezes senti vontade de retornar. Hoje, já estou bem melhor. Minha esposa e o meu filho já chegaram, vamos levando a vida. Trabalho como churrasqueiro num restaurante (F, 2005).

Até então, como a imigração não era o forte do país, não existia uma política definida. Só a partir da década de 1990, com a precariedade advinda das guerras pós-coloniais, aumentou o número de retornados portugueses e de africanos que antes do 25 de abril de 1975 tinham a nacionalidade portuguesa e que, após este

movimento, perderam a nacionalidade. Com isso, a questão da imigração passa a ser ponto de agenda do Ministro da Presidência.

Com a entrada de Portugal na União Européia, abre-se uma perspectiva de trabalho para a população das ex-colônias portuguesas, nomeadamente caboverdianos, angolanos, moçambicanos, guineenses, indianos e brasileiros, ligados pelos laços históricos, de cultura e língua aproximadas. Posteriormente, com a queda do muro de Berlim e a criação do espaço Schengen, a Geografia das migrações internacionais em Portugal é modificada, ao inserir novos atores, a exemplo dos imigrantes da Europa de Leste que se dirigem para Portugal.

Alguns elementos podem ser usados como parâmetros para a compreensão da entrada da Ucrânia, Moldávia, Croácia, entre outros, na rota das migrações internacionais de trabalhadores: a entrada do país na União Européia; a desterritorialização do bloco soviético; a globalização econômica e dos meios de comunicação; o aumento das desigualdades socioeconômicas no mundo e a aplicação do Acordo Schengen. Certamente estes elementos vão contribuir para que possam viver, em Portugal, cerca de 40 comunidades estrangeiras.

Nesse contexto, a política imigratória portuguesa passa a estar em sincronia com a da União. Um problema logo se apresenta no que se refere a alguns acordos assinados entre o Brasil e Portugal, visto que as Diretivas apenas concedem a discriminação positiva para os membros da União Européia. O Acordo de Supressão de Vistos assinado a 9 de agosto de 1960 que consistiu na isenção de vistos, pelo período máximo de 6 meses, para brasileiros que quisessem vir para Portugal, e, o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre contratação recíproca de nacionais, assinado em julho de 2003, “Acordo Lula”, criaram uma certa tensão em relação à União Européia e aos países das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, CPLP. Tendo em vista os interesses políticos e econômicos, o governo português manteve a discriminação positiva em relação ao Brasil. Em função do crescente número da imigração brasileira em Portugal, sobretudo dos indocumentados, e da necessidade de manter o controle da imigração, o governo português implementou as regularizações extraordinárias, algumas envolvendo todas as comunidades e outras a brasileira. No tocante a esta comunidade, de 1992 a 2003, foram efetivadas quatro regularizações extraordinárias, cujo objetivo consiste na visibilização e regularização da imigração brasileira.

Primeira regularização extraordinária

A entrada de Portugal na Comunidade Européia (1986) e a adesão ao Acordo *Schengen* (1991), o Estado português, de uma certa maneira, foi pressionado a efetivação de uma política migratória. Com isso, foram implementadas algumas medidas legislativas para regular o fluxo migratório. De 1992 a 1993 foi implementada a primeira Regularização Extraordinária cujo objetivo era atender as normas do espaço europeu, controlar e restringir ao máximo a imigração em Portugal. Com isso, os imigrantes indocumentados poderiam entrar com o pedido de regularização. Como consequência, duas medidas legislativas foram prioritárias:

- a) Decreto-Lei nº 212/92, de 12 de Outubro, atribuíu medidas de discriminação positiva para os nacionais de países de língua oficial portuguesa;
- b) Decreto-Lei nº 59/93, de 3 Março, e a implementação de legislação relativa à entrada de imigrantes económicos.

Estas medidas foram de grande importância para a regularização dos imigrantes, porém não foram suficientes para conter a entrada dos indocumentados. A crise social nos países de emigração agrava-se progressivamente. Até então, a política de integração dos imigrantes inexistia, restringindo-se apenas aos cursos de formação e requalificação profissional e algumas atividades na área da multiculturalidade. No entanto, estas atividades eram mais direcionadas para os retornados e seus filhos. Com a intenção de criar um clima de diálogo e estimular o associativismo imigrantes, surge em 1996, o Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, ACIME. Em função da dificuldade de integração dos imigrantes e do aumento dos indocumentados no país, o governo português abriu a segunda Regularização Extraordinária.

Segunda regularização extraordinária

A partir do final da década de 1990, a Geografia de Portugal transformou-se acentuadamente. O país passou por um acelerado processo de modificação da paisagem, sobretudo com o crescimento da indústria da construção civil e do turismo. Diante das oportunidades de emprego, do empobrecimento dos países

do Sul e das estratégias territoriais do governo português em querer afinar os laços económicos com as ex-colónias portuguesas, assim como combater a imigração ilegal, a Assembleia da República aprovou, em 1996, o Segundo Processo de Regularização Extraordinário.

Dois anos depois, o governo publicou um novo regulamento de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros no território português, através da medida legislativa Decreto-Lei 244/98 de 8 de Agosto, alterado pela Lei 97/99 de 26 de Julho. As medidas legislativas não foram eficientes para controlar o fluxo migratório, uma vez que pessoas de várias partes do mundo, sobretudo da América do Sul, da África e do Leste da Europa continuaram entrando em Portugal sem o visto de trabalho (BAGANHA, Op . cit; SANTOS, 2004).

Isso porque, no início, houve a regularização dos indocumentados, mas, posteriormente, a imigração clandestina continuou sobretudo para atender as necessidades do mercado. A solidão e a falta de integração impulsionavam os que já estavam em Portugal a convidar familiares e/ou amigos, funcionando assim as redes de amizade e familiar. Essa situação pode ser comprovada através dos depoimentos dos inquiridos na Região Centro e dos estudos desenvolvidos pela Casa do Brasil (2004) na Região de Lisboa. Os trabalhos de investigação identificaram que o apoio de parentes e amigos constitui o principal canal de emigração. Encontrar um amigo ou parente, do outro lado do “Atlântico”, que possa dar o apoio inicial é muito importante na trajetória do imigrante brasileiro.

A posição estratégica do país, no contexto da União Européia, tem levado a um controlo mais efetivo das fronteiras territoriais. A flexibilização do trabalho, o não pagamento dos encargos trabalhistas e os baixos salários recaem sobre o trabalhador imigrante, sobretudo os indocumentados. A criação do espaço de livre circulação no espaço europeu, sem fronteiras internas para os países comunitários, facilitou a entrada e permanência de cidadã/ãos oriundos da Rússia, Romênia, Ucrânia e Croácia entre outras. Por sua vez, contribuiu também para o aparecimento de redes especializadas em tráfico de pessoas.

Muitas obras existentes hoje em Portugal foram construídas com a participação do trabalhador imigrante, sobretudo dos indocumentados, a exemplo da Ponte 25 de Abril, Expo 98, estádios de futebol, auto-estradas, entre outras. Nessas obras são constantes atos de violação dos direitos do trabalhador e os acidentes de trabalho que ocorrem também com os brasileiros, muitos destes não

são noticiados pelos meios de comunicação de massa, exceto aqueles que terminam tragicamente com a morte da pessoa. Sobre a questão de violação de direitos humanos, relata-se o caso de um brasileiro, oriundo de Góias, migrou sem a documentação portuguesa, que foi trabalhar numa empresa, na Região Centro. O depoimento de W ilustra essa experiência:

Cheguei em Lisboa em Novembro de 2004, ofereceram-me serviço para trabalhar no concelho de Mira. Inicialmente recebia muito pouco, mas recebia, pensei que as coisas fossem melhorar. Posteriormente, o patrão pediu-me o passaporte e passou a não pagar o meu ordenado pelo trabalho efectuado. Solicitei varias vezes o passaporte e ele não me entregou. Trabalhava mais de 10 horas por dia e não recebia salário. Para sair desta situação tive que fugir. Passei a pedir dinheiro na rua e durmo ao relento, numa casa abandonada. Um senhor me sugeriu que eu denunciasses a empresa, porém não faço porque tenho medo, não só pela minha vida, como também de ser expulso do país (W, 2005).

A situação de precariedade e vulnerabilidade vivenciada por este informante é algo que constrange o sentido ético e solidário do ser humano. O sonho de W é o mesmo de milhares de brasileiros que, ao saírem do Brasil, pensam que vão conseguir um emprego digno, ser um trabalhador respeitado, podendo assim realizar os seus objetivos. O medo de voltar sem nada, pois “todos que arriscam um futuro longe de casa” pensam que, ao retornar, terão uma situação bastante diferente da anterior ao movimento migratório. Esta constitui uma situação muito delicada, inclusive de direitos humanos, e o empregador precisa ter uma responsabilidade social. Salienta-se que nesse momento a imigração sobretudo a brasileira estava muito atuante nos meios de comunicação de massa, marcada por um estereótipo negativo, relacionado à prostituição. Isso influenciou bastante as relações sociais entre a população autóctone e a comunidade brasileira.

Segundo declaração do Palos⁸⁸, primeiro inspector de carreira a chefiar o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), ao analisar o fluxo de imigração ilegal, afirmou que em 1992, apenas dois ucranianos entraram com pedido de regularização; em 1996, o número aumentou para 45 ucranianos e em 2001/2002 este número passou para 60 mil ucranianos. Acentuou a necessidade de políticas mais eficazes que possam combater a imigração ilegal, o tráfico de pessoas e das redes de exploração da mão-de-obra imigrante.

⁸⁸ Manuel Jarmela Palos, o primeiro inspector de carreira a chefiar o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), declarou em palestra conferida no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, em 5 de Maio de 2006, no Centro de Estudos Sociais/UC.

No final da década de 1990, a abordagem sobre a política de imigração irá ganhar uma nova temporalidade, conforme Fonseca (2002); Pires (2003); Malheiros (2005) e Baganha (2005), entre outros. Enquanto na década de 1980 a imigração era tratada apenas como controlo de fluxos, nas décadas seguintes esta problemática passa a ser pensada em função dos direitos humanos e na integração dos imigrantes. É nesse sentido que em 1996, o Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, ACIME⁸⁹, foi criado com a finalidade de promover a integração e estimular o associativismo imigrante.

Terceira regularização extraordinária

As regularizações anteriores não foram suficientes para a redução e/ou regulação do fluxo imigratório. Os trabalhadores brasileiros e outros imigrantes sem visto de trabalho continuaram chegando a Portugal para desenvolver uma atividade econômica no crescente mercado imobiliário, da restauração e dos hotéis. Diante disso, os países da Europa Central, preocupados com a ampliação de imigrantes indocumentados no espaço da União, começaram a pressionar o governo português no sentido de ampliar o controlo do fluxo imigratório no país. Com isso, foi aplicada a Terceira Regularização, Decreto-Lei nº4/2001 de 10 de Janeiro, que só permitiu a regularização dos imigrantes que estavam com contrato registrado no Ministério do Trabalho. Esta Legislação tem como princípio básico a regulação, fiscalização e a integração. Tornou sem efeito as autorizações de permanência, criada na Lei de Imigração de 2001, e definiu o quantitativo de imigrantes o qual deseja receber, instituindo assim o sistema de quotas⁹⁰.

No entanto, por um lado, definiu uma questão básica nas políticas migratórias que é a quantidade de imigrantes desejada, mas, por outro lado, tornou ineficaz o cumprimento desta Resolução. Algumas questões dificultam aplicação desta Lei. A primeira refere-se à forma de socialização da informação das quotas no Brasil. Aumentou também a burocracia, com maiores exigências

⁸⁹ Criado com base na Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional de 17 de Novembro de 1995, pelo Decreto-lei nº 3-A/96 de 26 de Janeiro, publicado no D.R. I série-A, nº 22, de 26/01/96.

⁹⁰ Em 24 de Março de 2004 o ministro da Previdência, Nuno Morais Sarmiento, anunciou que o Conselho de Ministros aprovou o relatório sobre as oportunidades de trabalho para 2004, que prevê uma subida de duas mil pessoas, o que faz um total de 8 500 pessoas.

tanto para o empregado quanto para o empregador. A segunda dificuldade para implementar essa medida tem a ver com a necessidade do empregador e do trabalhador se conhecerem, presencialmente, e conhecer o ambiente de trabalho. Estas situações têm demonstrado a inexecuibilidade da política de quotas. No que se refere à imigração brasileira, nota-se que a partir de 1995 ampliou-se a participação desta comunidade em Portugal, sobretudo a partir dos anos 2000, conforme figura 93.

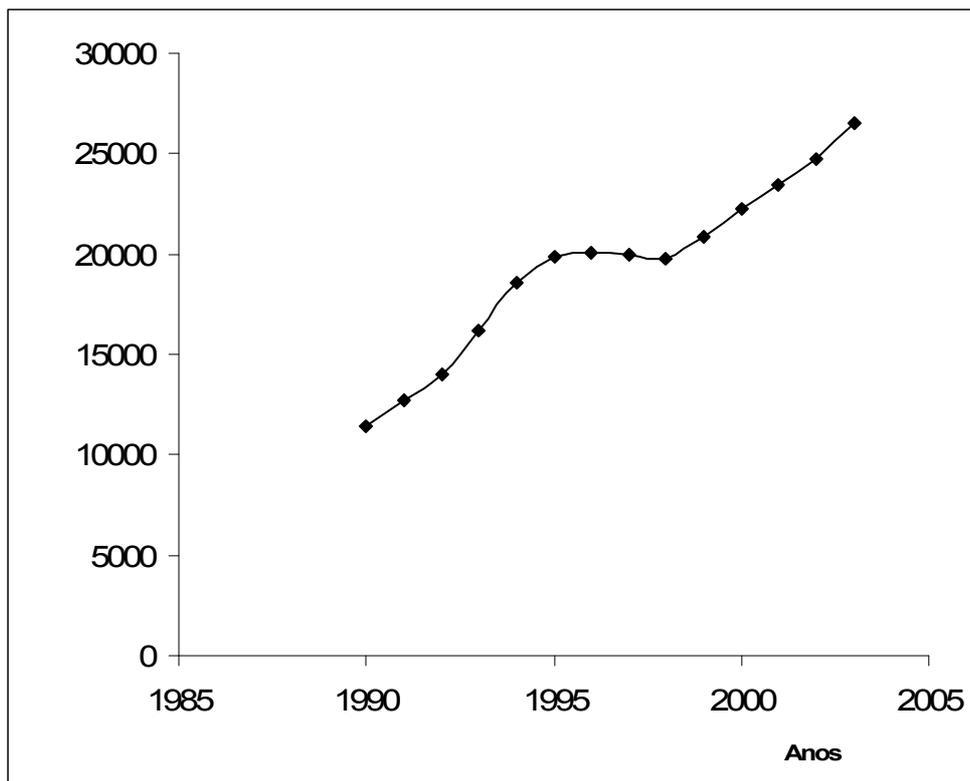


Figura 93 – Evolução da população imigrante brasileira.

Fontes: INE, Estatísticas Demográficas; SEF, 2006.

A figura 93 evidencia que, com a terceira regularização extraordinária, a população imigrante brasileira sem a documentação havia aumentado significativamente. Esse período corresponde a segunda vaga da imigração brasileira em direção a Portugal. Diante da necessidade de mão-de-obra em alguns ramos de atividade, do envelhecimento da população e do despovoamento de algumas áreas geográficas em Portugal, novos caminhos têm sido apontados, mesmo no campo da experimentação.

Nesse sentido, o governo português ao reconhecer as dificuldades da política de quotas, implementará uma nova revisão da Lei de Imigração. Segundo

o Inspector do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em palestra, referida anteriormente, a nova lei de imigração, a ser implantada, irá imprimir um tipo de visto, na saída do país de origem, que assegure a permanência do trabalhador no máximo de 90 dias em território português, a fim de que este possa procurar e escolher um lugar para trabalhar. Visto que o contacto direto do trabalhador com o mundo do trabalho, em Portugal, constitui um passo importante para a assinatura do contrato, sem necessariamente ter que ser feito de longe e sem um conhecimento prévio do ambiente de trabalho. Conseguindo nesse prazo, o trabalhador terá o direito de solicitar o visto para residir em Portugal, sem necessariamente ter que retornar ao país ou pagar coimas.

Outro aspecto, refere-se à legislação comunitária que faz a discriminação positiva, na concessão dos vistos para os cidadãos comunitários. Com isso, tem ampliado a concorrência entre os imigrantes e dificultado a inserção de trabalhadores das ex-colônias portuguesas. É importante dizer que a partir dos anos 2000, o tema imigração ganhou espaço significativo nos meios de comunicação de massa e no Senado da República. Por conseguinte, levou o governo a tomar algumas medidas legislativas com vista a promover a integração da população imigrante. As forças políticas perceberam que o ACIME deveria ser mais actuante, sobretudo com uma política mais forte para conhecer quem são os imigrantes, as formas de integração na sociedade portuguesa e a participação mais efectiva das câmaras municipais.

Este órgão, ligado ao Ministro da Presidência da República, passa por uma nova reforma em seus objetivos e ação mudando o nome para Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, com o intento de contribuir para a implementação de uma política migratória com base no estatuto constitucional dos estrangeiros. A importância do ACIME e das Associações de Imigrantes reside no aprofundamento das discussões em direção às políticas migratórias como também têm atuado para a responsabilização social as empresas. Sublinha-se que existe um esforço das entidades na luta em defesa da cidadania do imigrante, porém, além de serem timidas as iniciativas, centralizam-se nas duas zonas metropolitanas: Lisboa e Porto.

O Programa do XIV Governo Constitucional, outubro de 1999 a março de 2002, traz mudanças significativas ao incluir pela primeira vez um capítulo dedicado “à política de imigração e minorias étnicas”, no qual consta maior

atenção aos imigrantes e suas famílias, ao acesso à saúde, à igualdade de tratamento, à habitação social, aperfeiçoamento da legislação sobre a nacionalidade, ratificação das convenções da Organização Internacional do Trabalho, da Nações Unidas e do Conselho Europeu, entre outros.

Acordo Lula

A quarta regularização extraordinária cognominada de “Acordo Lula⁹¹” foi criada pelos governos de Portugal e do Brasil no sentido de regularizar portugueses e brasileiros indocumentados nestes países. No caso específico da comunidade investigada, após a comprovação da entrada em Portugal até Julho de 2003, esta poderia solicitar o pedido de visto desde que estivesse com uma promessa de contrato de trabalho válida. Este Acordo celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003 e entrado em vigor em 19 de outubro do mesmo ano estabelece os mesmos direitos e deveres entre os trabalhadores autóctones e os estrangeiros regularizados no país.

A finalidade desta regularização consiste na necessidade de quantificar os indivíduos da comunidade portuguesa e brasileira que estão fora do domicílio habitual. Nesse sentido, em Portugal, foram disponibilizados alguns locais para o cadastramento de brasileiros: 75 % dos registos foram efetuados no consulado do Brasil, no Porto e de Lisboa, e 25% na Casa do Brasil e outros centros de atendimento ao imigrante. Os dados apresentados pelo ACIME (2003) evidenciam que 29.486 brasileiros indocumentados cadastraram-se junto a sectores competentes em Portugal, cujo objetivo foi buscar uma via de regularizar a documentação de permanência no país. Esta só foi possível em função do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Contratação Recíproca de Nacionais que possibilitou ao brasileiro que entrou no país até 11 de julho de 2003 e está com um contrato de trabalho válido, a entrar com o pedido de regularização.

A figura 94 mostra os locais onde os brasileiros fizeram o registro prévio.

⁹¹ Foi publicado no Diário Oficial nº 141, de 24 de julho de 2003.

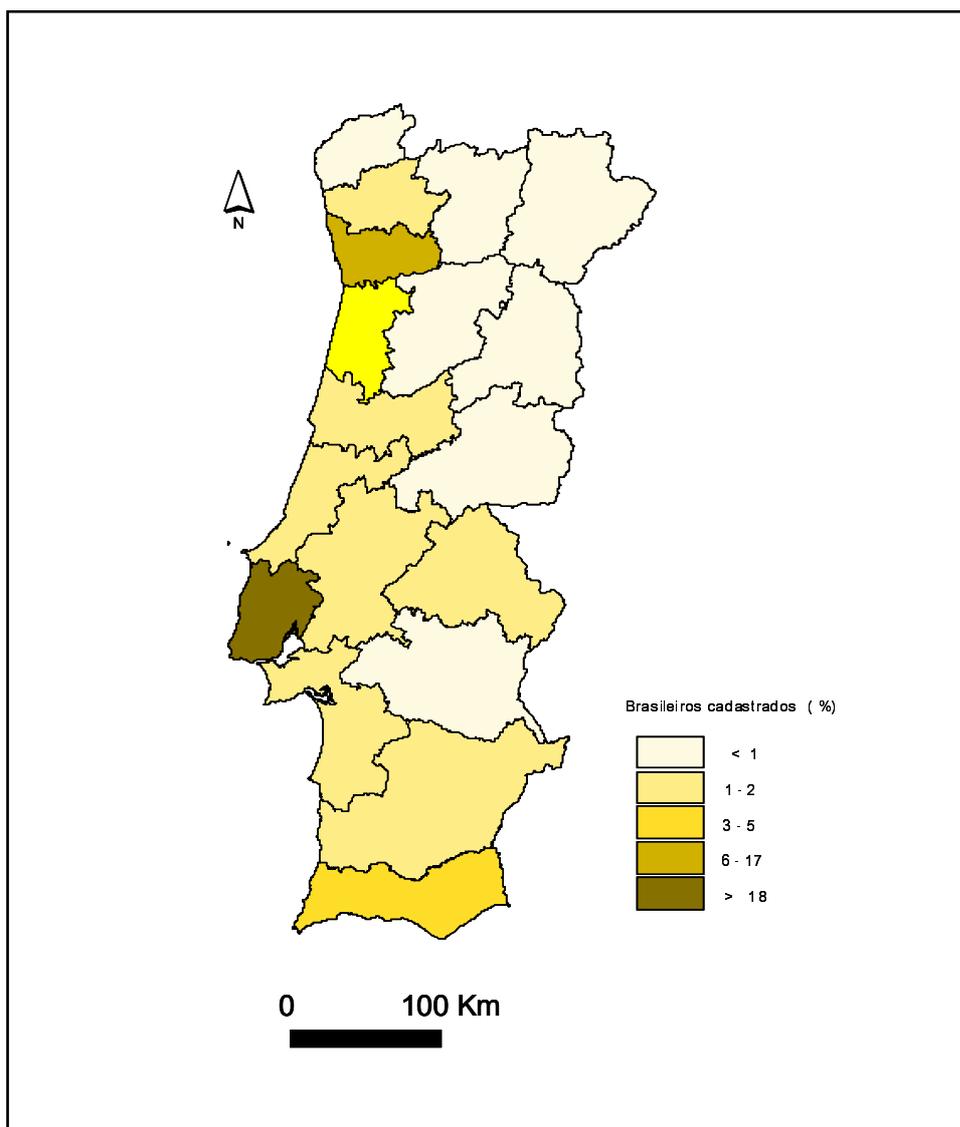


Figura 94 – Distribuição geográfica de brasileiros que entraram com pedido de regularização, decorrente do Acordo Lula.

Fonte: ACIME, 2003.

A figura 94 mostra que os maiores percentuais estão localizados nas regiões metropolitanas de Lisboa, com 68%, e do Porto, com 17%. Cerca de 5% dos brasileiros inscreveram-se na Região Centro, nomeadamente nos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria.

Para melhor detalhamento, o quadro 24 retrata a distribuição geográfica de brasileiros cadastrados por distrito. O quadro demonstra que os maiores percentuais de inscritos estão localizados nos distritos litorâneos, a exemplo de Lisboa, Porto, Faro, Leiria, Aveiro e Madeira. Isso revela a distribuição espacial de

instituições/órgãos que trata da questão da imigração e a concentração geográfica de trabalhadores brasileiros. Em função de ser a capital do país, com a maior possibilidade para conseguir um emprego, a maioria dos indocumentados está localizada em Lisboa, com um total de 68%. O distrito do Porto ocupa o segundo lugar, com um total de 17%. Em terceiro lugar, com 4,7%, tem destaque Faro e em quarto lugar o distrito Leiria, com 2,4 %. Salienta-se que o Acordo “Lula”, de uma certa forma, estimulou a vinda de mais brasileiros para Portugal. Percebeu-se, através da pesquisa de campo, o número de brasileiros recém chegados e que perguntavam sobre a próxima regularização extraordinária.

Distritos	N. Absoluto	N. relativo
Lisboa	20.145	68,32
Porto	5.009	16,98
Faro	1.386	4,7
Leiria	716	2,43
Santarém	410	1,4
Aveiro	315	1,07
Braga	262	0,9
Madeira	250	0,85
Portalegre	243	0,82
Açores	208	0,71
Beja	195	0,66
Coimbra	168	0,57
Setúbal	132	0,45
Évora	36	0,12
Viana do Castelo	11	0,04

Quadro 24 – Pedidos de regularização de brasileiros por distrito, decorrentes do Acordo Lula.

Fonte: ACIME, 2003.

O desenvolvimento da investigação levou a se prestar mais atenção ao andamento dos processos de solicitação de visto decorrente desse acordo. Diante das dúvidas apresentadas por parte dos inquiridos quanto à demora de conclusão dos processos, solicitou-se do S.E.F. essas informações. O quadro 25 mostra a situação dos processos. Até março de 2005, foram convocados a comparecer ao Serviços de Estrangeiros e Fronteiras 29.599 brasileiros, desses apenas 19.977

brasileiros compareceram ao SEF. Dos convocados, 3.198 não pagaram as taxas e as coimas⁹² e um elevado número de indivíduos com faltas de comparecimento.

Total Nacional	2004	Janeiro 2005	Fevereiro 2005	Março 2005	TOTAL
N.º de convocados	29 599	0	0	0	29 599
N.º de comparências	19 615	135	114	113	19 977
Faltas de comparência	14 515	0	0	0	14 515
Alteração de morada	1086	0	0	0	1 086
Not. P/ prestação de provas	978	7	2	5	992
Falta de pagamento - taxas	1298	4	0	0	1 302
Falta de pagamento - Coimas	1892	4	0	0	1 896
Not. Proj. de Indeferimento	317	2	5	6	330
Anomalias informáticas	622	0	0	0	622
N.º de emissões manuais	122	0	0	0	122
Prorrogações efectuadas	15 828	102	136	107	16 173

Quadro 25 - Brasileiros que entraram com o pedido de regularização.

Fonte: SEF, 2006.

Só assim foi possível visualizar o quantitativo de brasileiros em território português. No desenvolvimento da pesquisa na Região Centro de Portugal, aplicaram-se inquéritos e realizaram-se entrevistas com vários trabalhadores brasileiros que haviam entrado com o pedido de regularização junto ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ao verificar junto ao SEF sobre o porquê da demora em estabelecer os resultados da análise dos processos, informaram que a procura foi muito intensa e que o órgão não estava preparado para atender a tantos processos por parte de uma comunidade imigrante.

Dois anos após este Acordo ter sido efetivado, procurou-se saber dos inquiridos o posicionamento acerca deste Acordo, responderam conforme figura 95. No universo da pesquisa, 46% responderam sobre os benefícios deste ato entre os governos do Brasil e de Portugal, uma vez que foi a partir daí que conseguiram entrar com o pedido de regularização no território. Ao mesmo tempo salientaram que os custos e a burocracia são elevados, o que tem dificultado a concretização do sonho. Para 33%, a assinatura deste acordo em nada contribuiu,

⁹² Coimas são as multas pelo fato de estar em Portugal sem o visto de trabalho.

alguns dos que responderam já estão em Portugal há muito tempo e já têm o atestado de residência e outros não conseguiram a documentação. Salientaram que, após o Acordo, aumentou o número de brasileiro com a idéia equivocada que terá uma nova regularização extraordinária. Os demais inquiridos preferiram não se posicionar, sejam por terem chegado no país após 2003, ou, sejam por não terem um posicionamento claro sobre a questão.

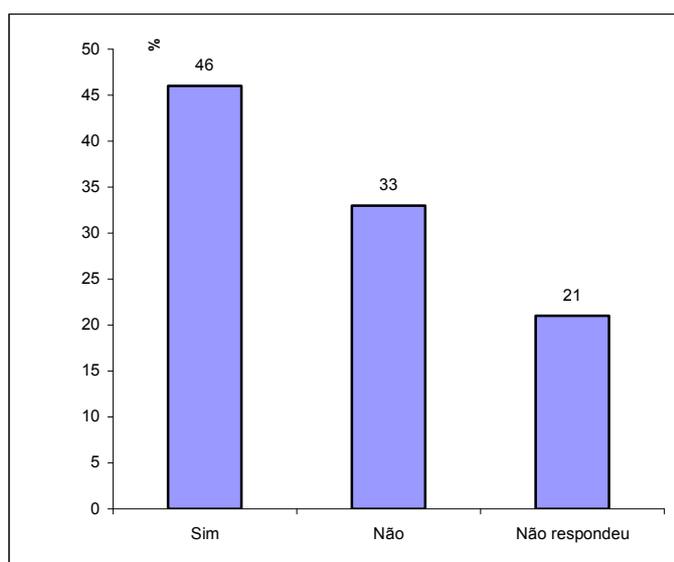


Figura 95 – Posicionamento de brasileiros sobre o Acordo Lula.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Percebeu-se que muitos deles estão decepcionados, uma vez que a burocracia e a demora, no tocante à agilização dos processos, estão dificultando a materialização do sonho: a cidadania portuguesa, para poder andar livremente, sem medo e reivindicar os direitos. Para eles, a situação de exploração por que passam só será resolvida com a documentação regularizada. O certo é que a concessão do visto constitui o principal caminho para a aquisição da cidadania e extirpar com a exploração do trabalhador imigrante.

6 - Percursos de cidadania de trabalhadores brasileiros

A concessão de visto é indispensável para a cidadania do trabalhador imigrante. No tocante à comunidade investigada, as dificuldades salientadas pelos trabalhadores brasileiros referem-se ao processo de aquisição de visto as quais

merecem ser analisadas num contexto maior que constitui a burocracia de muitos consulados no Brasil e na dificuldade de acesso à informação sobre a oferta de emprego em território português. Isso tem dificultado sobremaneira a vida do trabalhador, levando-o muitas vezes a entrar no país sem o visto de trabalho. O Plano Nacional de Imigração⁹³ previsto no XV Governo Constitucional tem como base o incentivo à imigração legal, à integração e ao combate à imigração ilegal.

Nota-se que o foco das diretrizes da política imigratória portuguesa e do espaço europeu apresenta duas vertentes: a primeira tem como base a restrição da imigração, no combate à imigração ilegal e à segurança territorial. Há uma maior preocupação com o acesso aos apoios sociais da segurança e ao reforço policial das fronteiras. A segunda vertente da política migratória portuguesa e do espaço europeu refere-se a uma certa discriminação, uma vez que este modelo político dá preferência aos cidadãos comunitários. De fato, a imigração continua a ser tratada como uma questão de segurança policial e não é muito perceptível a preocupação com a pessoa, ou seja, com o trabalhador imigrante.

A partir do final da década de 1990, o discurso oficial do Estado consistiu no combate à imigração ilegal, à exploração de mão-de-obra clandestina e ao aumento do controle das fronteiras externas. Entretanto, à medida que dificulta o acesso ao visto de trabalho, há um aumento dos fluxos migratórios clandestinos e das redes de exploração de imigrante, conforme Leitão (2003). Os percursos para aquisição da cidadania de trabalhadores imigrantes passam pela igualdade de direito, pelo acesso ao visto de trabalho, à educação, à saúde, à habitação e ao direito à estada em Portugal.

Estada em Portugal

A permanência em Portugal pode ser efectivada através de vistos ou de autorização de residência⁹⁴. Os brasileiros que queiram vir morar neste país deverão solicitar o visto nas embaixadas e postos consulares portugueses, no Brasil. Isso porque, de acordo com a legislação do país, o primeiro visto é sempre dado no estrangeiro. A depender do objetivo da estada em Portugal, poderá

⁹³ Decreto-Lei nº 4/2001, de 10 de Janeiro, com nova redacção emitida pelo Decreto-Lei nº 34/2003.

⁹⁴ Decreto-Lei 34/2003, de 25 de Fevereiro com redacção do Decreto Regulamentar nº 6/2004, de 26 de Abril.

solicitar um determinado tipo de visto: escala; de trânsito; de curta duração; de residência; de estudo; de trabalho ou visto de estada temporária.

O visto de escala consiste quando a pessoa acessa à zona internacional de aeroporto ou porto marítimo. O visto de trânsito permite a entrada no país por um período de no máximo cinco dias e a pessoa deverá provar que dispõe de meios de subsistência suficientes. O de curta duração destina-se às pessoas que necessitam visitar parentes, para isso terá que comprovar o vínculo familiar e a reserva de viagem de ida e volta. Este poderá ser concedido pelo período máximo de um ano. O visto de residência destina-se a entrada em Portugal a fim de solicitar uma autorização de residência, habilitando o titular a permanecer em Portugal por seis meses. O visto de estudo é concedido à pessoa que esteja matriculado num estabelecimento de ensino oficial, ou necessite frequentar um estágio complementar em empresas, serviços públicos ou centros de formação. Este tipo de visto não habilita trabalhar a não ser que seja autorizado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. O que mais interessa nesta investigação refere-se ao visto que possibilite o desenvolvimento de uma atividade remunerada em solo português. Para este efeito, são vários os tipos de visto de trabalho.

1. Visto de trabalho I refere-se ao desenvolvimento de uma atividade profissional no âmbito do desporto desde que a pessoa seja possuidora de uma promessa de contrato de trabalho ou de prestação de serviços, assinada por ambas as partes.

2. Visto de trabalho II destina-se ao exercício de uma investigação científica ou que pressuponha um conhecimento técnico qualificado, estas habilidades devem ser comprovadas por ministério competente.

3. Visto de trabalho III refere-se ao exercício de uma atividade profissional independente, é acompanhado de um contrato de prestação de serviço assinado e de declaração da ordem profissional que ateste o exercício desta função.

4. Visto de trabalho IV destina-se ao exercício de uma atividade profissional para outros. A pessoa deverá ter um contrato de trabalho assinado pelo empregador e empregado e ser acompanhado de comprovativo da existência de emprego no Instituto do Emprego e Formação Profissional e de comprovativo de apresentação de requerimento na Inspeção Geral do Trabalho, IGT.

5. Visto de estada temporária permite a entrada em Portugal para cuidados médicos ou acompanhamento de familiares (cônjuge, filhos menores, filho

adoptivo, irmão menores ou ascendente de 1º grau desde que encontrem a seu cargo.

A figura 96 ilustra a situação de trabalhadores brasileiros na Região Centro de Portugal quanto à regulamentação da estada.

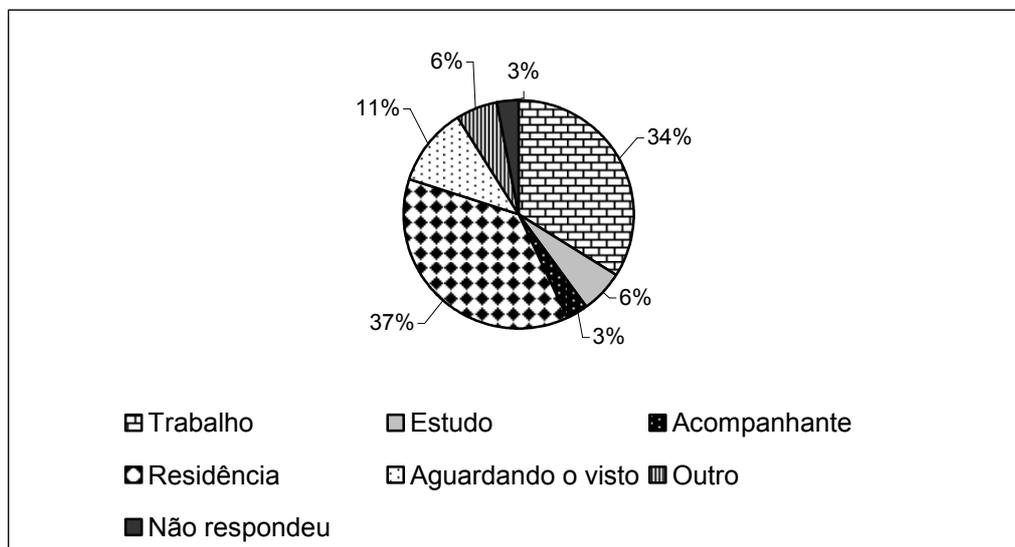


Figura 96 - Situação de trabalhadores brasileiros.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Do total de brasileiros inquiridos nos distritos de Coimbra, Aveiro e Leiria, situados na Região Centro de Portugal, 34,3% têm o visto de trabalho, 36,5% possuem a autorização de residência, 6,2% vieram para estudar e nas horas vagas aproveitam para desenvolver uma atividade econômica e 2,8% acompanham o cônjuge. Dos que ainda não têm sua situação regularizada 11,2% encontram-se aguardando o visto, uma vez que entraram com o pedido de regularização extraordinária decorrente do Acordo⁹⁵ entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Contratação Recíproca de Nacionais, publicado no Diário Oficial nº 141, de 24 de julho de 2003.

Além do visto, ao abrigo do Artigo 87º do Decreto-Lei 244/98, o trabalhador titular de Autorização de Permanência, há cinco anos ininterruptos, e os familiares que os acompanham em Portugal poderão solicitar a Autorização de Residência. Salienta-se que o regime de autorizações de permanências foi revogado pelo

⁹⁵ Decreto nº 79/2000, de 14 de Dezembro.

Decreto-Lei nº 34/2003, de 25 de Fevereiro, assim a estada em Portugal passa a ser efectivada através de vistos ou de autorizações de residências. No ano seguinte, o Decreto Regulamentar nº 6/2004 de 26 de Abril define um novo regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiro.

A autorização de residência⁹⁶ constitui um documento que permite a permanência de cidadãos estrangeiros em território português. Esta permanência pode ser temporária ou permanente. A autorização de residência temporária é válida por um período de dois anos, ou mais, e poderá ser renovada sempre que se verifique alteração de identificação do titular. A autorização de residência permanente é um documento que não tem um limite de tempo e que o título de residência do trabalhador imigrante deverá ser renovado em cinco em cinco anos, ou quando houver alguma alteração.

Processo de transição migratória

Os imigrantes são pessoas que saem do lugar de residência habitual para outro com o intento de fixar residência neste novo lugar. Estes vêm contribuindo desde muito tempo para a construção do país. A Constituição da República Portuguesa estabelece algumas normas e princípios para definir quem são os imigrantes e como podem transformar-se em cidadãos/ãs portugueses/as, consolidando as bases para a transição migratória. Segundo a Constituição são considerados imigrantes:

1- cidadãos/ãs da comunidade europeia, mesmo sem a obrigatoriedade de apresentação de visto a entrar em Portugal, (Decreto-Lei nº 60/93 de março, alterado 250/98 de 11 de agosto);

2- estrangeiros/as casados/as com cidadãos/ãs portugueses/as;

3- estrangeiros/as que nasceram em outro país, mas residem em Portugal e têm a nacionalidade portuguesa;

A aquisição da nacionalidade e a igualdade de direitos entre os cidadãos caracterizam o término da transição migratória, isto é, quando a pessoa deixa de ser imigrante e passa a ser cidadã/ão. Após o 25 de Abril de 1974 o Estado

⁹⁶ Decreto-Lei nº 34/2003 de 25 de Fevereiro e Decreto Regulamentar nº 6/2004, de 26 de Abril de 2004.

Português criou a Lei nº 37/81, de 3 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/94, de 19 de Agosto. A Lei de Nacionalidade tem como finalidade normatizar a permanência e as formas de obtenção de nacionalidade portuguesa para os imigrantes e/ou cidadãos estrangeiros. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 322/82 de 12 de Agosto, sendo alterado pelos: Decreto-Lei nº 117/93, de 13 de Abril; Decreto-Lei nº 253/94, de 20 de Outubro e Decreto-Lei nº 37/97, de 31 de Janeiro, conforme Rosa et al (2004); ACIME (2004); Silva (2004).

A Lei de Nacionalidade possibilita dois mecanismos: atribuição e aquisição. A atribuição refere-se à concessão de direito a uma cidadania ativa por via das seguintes formas:

1- filhos/as de pai ou mãe portugueses/as nascidos em território nacional ou no estrangeiro ou seja por jus sanguini ;

2- filhos/as de estrangeiros com a autorização de residência válida, há 6 ou 10 anos, respectivamente para os cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, através da discriminação positiva, ou de outros países;

3- Pessoas que não possuem outra nacionalidade, mas nasceram em Portugal.

A aquisição de nacionalidade refere-se àquela adquirida pelos seguintes mecanismos:

1- Casado/a há mais de 3 anos com português ou portuguesa;

2- Por adoção plena, a criança poderá ser adotada por uma família portuguesa integrando-se totalmente a esta, extinguindo-se as relações de parentescos com a família biológica;

3- Por naturalização, a pessoa deverá ter domínio da língua, não ter praticado crime com pena de prisão acima de três anos e ter uma ligação efetiva com a comunidade portuguesa. A Constituição da República Portuguesa introduz o princípio da discriminação positiva, que consiste em atribuir o período de 6 anos para os cidadãos que nasceram nas ex-colónias portuguesas, a exemplo do Brasil, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné. Para os demais estrangeiros, o período é de 10 anos para a solicitação da cidadania portuguesa.

Para os trabalhadores imigrantes, a conquista da nacionalidade constitui uma possibilidade de efetivar o princípio de reciprocidade, a igualdade de direito e de dever que desperta, de uma certa forma, um sentimento de pertença, vivência e de cidadania. No caso específico de quem nasce em Portugal e não tem a

nacionalidade portuguesa em função dos pais terem nascido no Brasil, está imbuído nessa definição um certo preconceito em relação ao outro e não contribui para a integração das minorias numa época em que a globalização tenta, a todo o custo, homogeneizar os territórios. Uma outra questão que merece atenção refere-se à condição dos países que foram colonizados por Portugal. Muitos brasileiros, angolanos, moçambicanos, caboverdianos e outros têm dificuldades de se reconhecer como estrangeiros em função da proximidade histórico-cultural. Esta questão é bastante complexa.

Aquisição de nacionalidade

A nacionalidade constitui um importante passo para a participação de trabalhador brasileiro e outros, na vida econômica, social e política do país. A Lei de nacionalidade portuguesa define e regulamenta as formas de aquisição, perda e outros elementos inerentes à busca da cidadania. A Lei de Nacionalidade⁹⁷ é regida pela Lei nº 37/81, de 3 de Outubro, com alterações introduzidas pela Lei nº 25/94, de 19 de Agosto. Segundo a Lei, a nacionalidade em Portugal poderá ser adquirida e/ou atribuída através de dois caminhos:

1. nacionalidade originária, decorrente dos pais serem portugueses de origem;
2. por vontade própria quando filhos menores ou incapazes de pai ou mãe tenham adquirido a nacionalidade portuguesa, ou ainda pelo fato de ter casado com um/a nacional português/a;
3. pela adoção;
4. por naturalização.

Ao analisar a situação de regularização de trabalhadores/as brasileiros/as inquiridos na Região Centro, dos que responderam ter residência em Portugal 15,2% afirmaram ter dupla nacionalidade. Destes, 11,8% têm a nacionalidade portuguesa e 2,2% têm a nacionalidade italiana. A nacionalidade portuguesa é evidenciada por ser filho/a de pais portugueses e /ou casado/a com brasileiros/a, figura 97.

⁹⁷ Regulamentada pelo Decreto-Lei nº 322/82, de 12 de Agosto, alterado pelos Decreto-Lei nº 117/93, de 13 de Abril; Decreto-Lei nº 253/94, de 20 de Outubro; Decreto-Lei nº 37/97, de 31 de Janeiro. Vale salientar que esta lei está em processo de alteração, provavelmente no final de 2006 teremos a aplicação da nova lei.

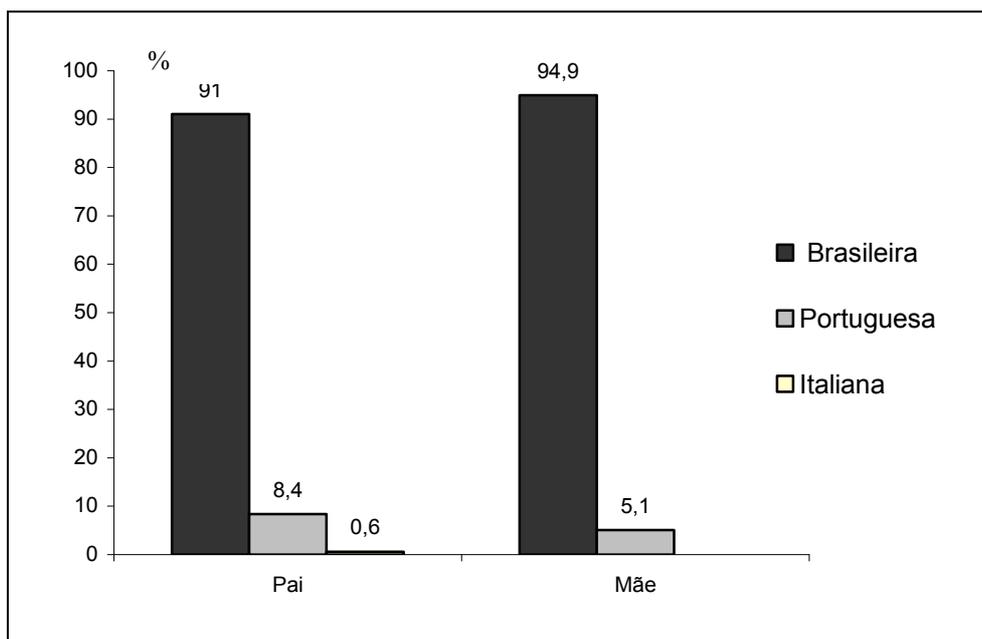


Figura 97 - Nacionalidade dos pais de trabalhadores brasileiros.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A figura acima apresenta a predominância de pais cuja nacionalidade é brasileira, mas também evidencia a presença de pais com a nacionalidade portuguesa, tanto de casamento entre indivíduos da própria comunidade quanto de nacionalidades diferentes. Isso é demarcado pela emigração europeia em épocas anteriores, sobretudo a portuguesa com destino ao Brasil, evidenciando a proximidade cultural entre esses povos. Entretanto, como a emigração brasileira em direcção a Portugal é recente, e os livros didáticos no Brasil, dão pouca ênfase à história de Portugal, trabalhadores emigram sem conhecer a realidade portuguesa.

Foi possível perceber, através de depoimentos, que muitos trabalhadores brasileiros ao chegarem no país, buscam as referências dos seus antepassados. É comum a busca por parte destes trabalhadores de comprovação de ligação de parentesco com o povo português. Várias famílias no Brasil buscam, através da net, os laços parentescos em Portugal. Ao querer encontrar a família existe uma

rede informal na INTERNET⁹⁸ onde as pessoas procuram informações sobre a família, conforme fragmento de um diálogo de busca de informações.

Sou do Brasil, da cidade de Andirá no estado do Paraná, sou descendente (bisneto) de Anicéto Cordeiro (filho de João Cordeiro e Maria da Piedade). Eram agricultores na região de Leiria ou Vale Bom (Porto de Mós), não conheço bem as informações do lugar. Anicéto Cordeiro veio para o Brasil em 1920 com 23 anos e deixou os familiares. Alguns de seus irmãos vieram para o Brasil depois, e o restante da família permaneceu em Portugal. Meus familiares relatam que meu bisavô Aniceto Cordeiro tinha um irmão cego que teria ficado em Portugal com outros familiares. Em um documento trazido por Aniceto constava: Conselho de Porto de Mós Districto de Leiria, entre outras informações...Gostaria muito de reencontrar os familiares e descendentes de Portugal.

Identificou-se na INTERNET e no campo empírico, vários brasileiros desejosos por conhecer os parentes em Portugal. Normalmente, existe uma ansiedade pela busca de informações sobre a genealogia. Isso porque para muitos trabalhadores brasileiros o encontro dos registros documentais no cartório facilita o processo de aquisição de nacionalidade. No entanto, muitos deles têm informações vagas sobre a família em Portugal, o que dificulta o encontro da ancestralidade. Outro fato que também tem dificultado a vida de trabalhadores brasileiros refere-se ao pouco conhecimento das leis trabalhistas em Portugal.

7 - Trabalhadores brasileiros e o conhecimento da legislação portuguesa

O conhecimento da língua e do mundo do trabalho do país de acolhimento constituem elementos essenciais para adaptação do imigrante. O entrosamento da população brasileira com a população nacional e a participação dependerão da capacidade cognitiva de relações sociais. Ao perguntar aos inquiridos sobre a igualdade de direitos e deveres entre os trabalhadores nacionais e os imigrantes, responderam o seguinte: 20,2% concordam muito, 14% concordam, 17,4% concordam pouco, 46,1% não concordam e 2,2%, não responderam a esta pergunta, (figura 98).

Ao somarem-se as respostas, verificou-se que 34,2% concordam que os trabalhadores brasileiros têm os mesmos direitos e deveres dos nacionais. Ao agruparem-se as respostas, concordo pouco e não concordo, 63,5% afirmaram

⁹⁸ Consulta feita na net procurando parentes em Leiria <http://genealogia.netopia.pt/forum> [24 de Abril de 2006].

que os direitos não são iguais, sobretudo para os indocumentados. Como o mundo do trabalho é muito competitivo, afirmaram a existência de discriminação negativa de acesso à cidadania do trabalhador imigrante.

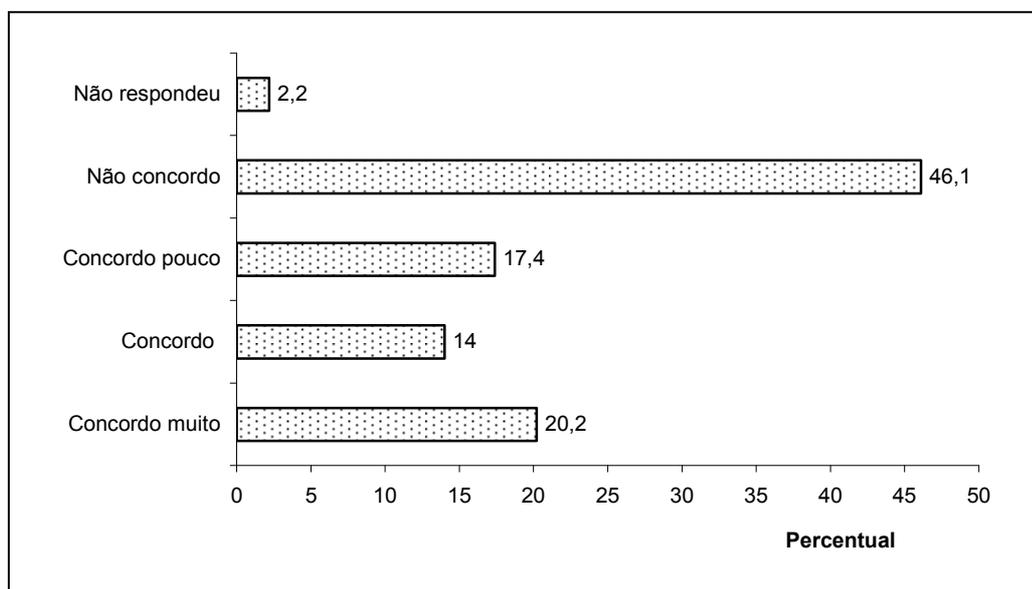


Figura 98 - Direitos e deveres entre trabalhadores brasileiros e nacionais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Ao perguntar-se então, se os brasileiros tinham menos direitos, 61,2% não responderam a questão, o que significa a maioria dos inquiridos, 12,9% concordam muito, 10,1% concordam e 8,4% não concordam, (figura 99).

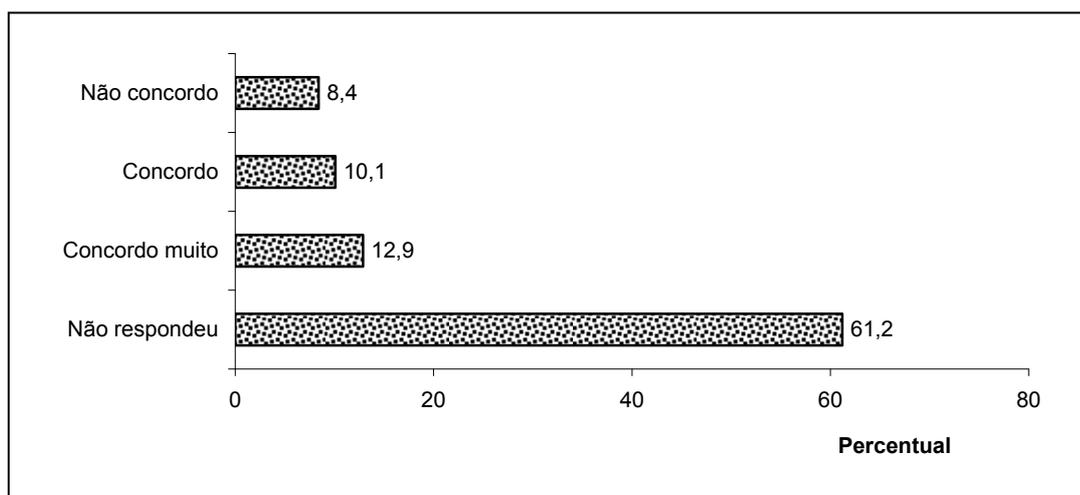


Figura 99 - Trabalhadores brasileiros têm menos direitos que os nacionais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Parece que a insegurança e/ou o desconhecimento das leis de imigração, por parte de muitos trabalhadores brasileiros, estão presentes nestas respostas. É compreensível que, diante do clima de instabilidade e discussão muito intensa acerca da imigração brasileira em Portugal, os inquiridos sintam-se constrangidos. As respostas evidenciadas nas figuras 98 e 99 têm uma certa semelhança e complementaridade das informações.

Outra questão preocupante constitui na constante relação entre imigração e criminalidade que aparece com muita frequência nos meios de comunicação. Esta, muitas vezes, estimula um clima de insegurança e desconfiança na população autóctone, o que pode levar a atos de xenofobismo. Como exemplo podemos citar uma notícia publicada no jornal Correio da Manhã, em 11 de maio de 2006, com o título “1 381 imigrantes nas cadeias portuguesas” e com chamada de capa “Imigrantes encham as prisões”.

A investigação sobre a criminalidade de estrangeiros em Portugal vem afirmar, através de dados científicos, a não existência de relação entre criminalidade e imigração. O estudo aponta também que a probabilidade de condenação dos estrangeiros é maior do que os portugueses (SEABRA et al, 2005). Compartilha-se com as idéias dos autores, quando afirmam que o pré-conceito continua a ser uma grande barreira à integração social de imigrantes.

Isso revela uma falta de compromisso social, um desconhecimento dos estudos e uma generalização muito grande em relação à imigração. O Presidente do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas⁹⁹, em comunicado oficial, criticou os média¹⁰⁰ quanto à tendência de continuar relacionando criminalidade à imigração. Afirma ainda que “essa associação, não fundamentada mas sucessivamente repetida, tem um efeito gravíssimo de estigmatização de toda a comunidade imigrante e conduz ao aumento do racismo, da xenofobia e da intolerância”.

As constantes relações da imigração à criminalidade, de certa forma, reforça os estereótipos negativos para a imagem do imigrante e contribui para a formação de uma opinião pública de associação da imigração à insegurança e à marginalidade, o que não amplia as possibilidades de troca de conhecimentos

⁹⁹ Rui Marques, em 11 de Maio de 2006.

¹⁰⁰ Refere-se aos meios de comunicação em Portugal.

mútuos e de vivência da diversidade cultural. Daí a importância da convenção de Acordos e Tratados entre os dois países.

8 - Portugal e Brasil: tratados e acordos

Desde muito tempo, o Brasil vem celebrando Acordos e Tratados que visam ao desenvolvimento de diversas atividades, sobretudo a econômica e cultural. Alguns deles, muito questionado em função da concessão de vantagens improcedentes para o país, versam sobre as mais diversas formas de cooperação, traduzidas, também, em possibilidades de intercâmbios, celebrados com países europeus, americanos, asiáticos e africanos.

Como as relações entre Brasil e Portugal são antigas, os acordos e tratados entre os dois países vêm de longo tempo. Esses têm como meta regulamentar as operações econômicas e culturais assim como definir a permanência e a entrada de brasileiros e portugueses nos respectivos países. Para dar uma idéia das medidas legislativas de cooperação entre os dois países, por questões metodológicas, decidiu-se por agrupá-las em três períodos.

a) Período de 1879 a 1978

No período Imperial, diante da necessidade de estabelecer relações com a Europa e América do Norte, o Brasil fez vários acordos com países como a Inglaterra, França, Áustria, Cidades Hanseáticas, Prússia, Holanda, Dinamarca e Estados Unidos. Alguns desses Tratados concediam vantagens, tornando-se, muitas vezes, inconvenientes ao país, a exemplo do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado no Rio de Janeiro, em 1827, celebrado entre o Brasil e a Inglaterra. No final do século XIX, diante da observação de que alguns tratados estariam trazendo prejuízos à indústria nacional brasileira, foi feita uma revisão da política de importação. Assim, a indústria nacional passou a ter mais protecção do Estado, conforme salienta o autor:

...Aumentou, também, os direitos dos artigos estrangeiros que tivessem similares na indústria nacional. Não protegeu, porém, as indústrias que não utilizassem matérias-primas do país..... marco do protecionismo alfandegário e do fomento às indústrias nacionais (VIANNA, 1992:495) .

No período que antecede à Proclamação da República Brasileira, todo o esforço foi sendo estruturado para estimular o crescimento industrial do país. Assim, em 1854 foi fundada a primeira estrada de ferro do Brasil, dando sequência a uma série de outros investimentos: ferrovias, rodovias, escolas politécnicas, bancos, entre outros. Esse período é também marcado para abertura do país ao capital estrangeiro, através de investimentos, sobretudo na indústria pesada e na infra-estrutura para a implantação dos grandes projetos financeiros, o que de certa forma contribuiu para a elevação da dívida externa brasileira, conforme discussão no capítulo III.

As relações de cooperação entre o Brasil e Portugal são efetivadas por medidas legislativas. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil¹⁰¹ (2006), neste período foram editadas vinte e duas medidas de cooperação entre os dois países. Os acordos e tratados realizados, bilateralmente, não versavam especificadamente sobre a imigração, até porque, nesse período, o Brasil encontrava-se em pleno crescimento, constituía um país de acolhimento de portugueses, alemães, espanhóis, italianos, franceses, entre outros.

Vale salientar que, nesse período, a emigração de trabalhadores brasileiros em direção a Portugal era muito restrita, limitando-se, na maioria dos casos, a uma migração para realização de estudos, passeios e rever familiares. Diferentemente do contexto brasileiro, era frequente a emigração portuguesa para o Brasil, com o intuito de desenvolver uma atividade remunerada. Isso porque Portugal passava por uma grande crise. Os acordos e tratados, nesse período, referiam-se mais às questões de cooperação econômica, política e cultural, de mais valia para os dois países e sobretudo para Portugal, que atravessava uma fase de altas taxas de desemprego e das baixas perspectivas de vida. Como exemplo dessas medidas legislativas podemos salientar: a Declaração para a Proteção das Marcas de Fábrica e de Comércio, Decreto nº 8121 de 28 de Maio de 1881; o Tratado do Comércio, Decreto nº 3933 de 07 de Fevereiro de 1934; a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre os dois países, celebrado em 29 de Dezembro de 1943; Acordo de Previdência Social, celebrado, 17 de Outubro de 1969, entre outros, conforme o Anexo I.

¹⁰¹ http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/relacoes/index.asp [29/05/2006]

b) Período de 1980 a 1999

O segundo período, especificadamente de 1980 a 1999, marca o fim da ditadura militar, no Brasil e a abertura para o regime democrático. Esse período caracteriza-se pela retenção acentuada da emigração portuguesa para o Brasil, dando início ao ciclo da emigração brasileira em direção aos Estados Unidos, Itália, Inglaterra e Portugal. No tocante à cooperação entre os dois países para regular o fluxo migratório, já começa a ter mais atenção às mobilidades territoriais, ao comércio, turismo, educação, celebrando um total de 28 principais medidas legislativas, conforme anexo II.

Os acordos sinalizados entre os dois países começam a ter uma ligeira preocupação com a mobilidade populacional. Como exemplo, cita-se o Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo; Decreto nº 87185 de 18 de Maio de 1982; Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social, Decreto nº 1457 de 17 Abril de 1995; Acordo de Cooperação para a Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas, Decreto nº 1625 de 8 Setembro de 1995, entre outros.

A partir de então, a questão da imigração brasileira já começa a ter uma certa visibilidade. Isso porque Portugal, ao sair do regime salazarista, começa a se modernizar, ampliar o parque de negócios abrindo assim postos de trabalho sobretudo na área de marketing, comunicação e odontologia, mercado de trabalho não preenchido por portugueses. Um exemplo emblemático desse período refere-se aos dentistas brasileiros que estavam sentindo-se discriminados pela ordem dos médicos em Portugal, sendo necessário um memorando de entendimento sobre os dentistas, celebrado pelos dois países, entrando em vigor em 09 de Fevereiro de 1994. Diante disso, e aliado ao fato de o país ter aderido à União Europeia aumentaram as possibilidades de emprego para os brasileiros, em diversas áreas: clínica dentária, publicidade, marketing, construção civil, restauração, entre outras. Salienta-se ainda que as relações entre brasileiros e portugueses não eram tensas.

c) Período de 2000 a 2005

As transformações impulsionadas no território brasileiro, a partir dos anos de 2000, contribuem para o surgimento de uma verdadeira diáspora brasileira em direcção aos Estados Unidos da América, à Itália, à Inglaterra e a Portugal, entre outros. As modificações na paisagem geográfica de Portugal também são acentuadas num curto período tempo. O país que, anteriormente exportava trabalhadores para as economias mais desenvolvidas da América do Norte e Europa Central, reduz o seu carácter emissor e ganha um novo *status* social passando a ser, também, acolhedor de pessoas de variados lugares do mundo.

O estudo revelou que os brasileiros viram nas relações histórico e culturais a possibilidade de poder realizar-se do ponto de vista pessoal e profissional, em Portugal. Diante do grande número de comunidades estrangeiras vivendo neste país, o governo tem adotado medidas legislativas cada vez mais restritivas à imigração. Neste período, os temas migração, segurança, seguridade social, fronteiras externas, tráfico de pessoas são recorrentes e fazem parte da agenda dos dois países, sobretudo Portugal. Foram ratificados e/ou efetivados cerca de 18 medidas legislativas, conforme anexo III.

Dentre as medidas legislativas põe-se em evidência o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro, Decreto nº 3927 de 19 de setembro de 2001. Ao passar a fase da emigração portuguesa em direcção às ex-colónias, este país insere-se, sobretudo a partir de 2000, na rota das migrações internacionais de trabalhadores brasileiros. Na atualidade, sobre as questões relacionadas à imigração, algumas leis vêm sendo desenvolvidas entre os dois países no sentido de assegurar os direitos, deveres, assim como regular o fluxo dos imigrantes, sejam eles portugueses, no Brasil, ou brasileiros, em Portugal.

O Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil¹⁰² constitui um exemplo. Este

¹⁰² Foi assinado no dia 22 de Abril de 2000, em Porto Seguro, Bahia, Brasil, ratificado pela Resolução nº 83/2000, de 28 de Setembro, e pelo Decreto do Presidente da República nº79/2000, de 14 de Dezembro. Do lado de Portugal, este Tratado foi aprovado pelo Conselho de Ministros em 9 de Maio de 2003 e promulgado em 4 de Julho de 2003.

<http://www.sef.pt/legislação> [15/04/2003]

tratado é bastante abrangente, define as matérias relacionadas à questão dos vistos, à ciência, à tecnologia, ao comércio, à indústria, à segurança, à imigração, entre outros. Diante da sua abrangência, revoga as seguintes medidas jurídicas bilaterais:

- a) Acordo para a supressão de vistos e passaportes diplomáticos especiais, assinado em 15 de Outubro de 1951;
- b) Tratado de Amizade e Consulta sobre a permanência de nacionais em território brasileiro e português, celebrado em 16 de Novembro de 1953;
- c) Acordo de Supressão de vistos, assinado em 9 de Agosto de 1960;
- d) Acordo cultural entre o Brasil e Portugal, de 7 de Setembro de 1966;
- e) Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses, assinada em 29 de Dezembro de 1971;
- f) Decreto-lei nº 126/72 que estabelece o regime de execução da Convenção sobre Igualdade, publicado em 22 de Abril de 1972;
- g) Acordo entre Brasil e Portugal para a isenção de pagamento de taxa de residência, de 17 de Julho de 1979;
- h) Acordo de cooperação entre os dois países, assinado em 7 de Maio de 1991;
- i) Acordo de cooperação para isenção de vistos, de 15 de Abril 1996.

A efetivação deste tratado constitui um passo importante para a reafirmação dos laços históricos e culturais que ligam os dois países. Os objetivos principais consistem no fortalecimento das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, promover as aproximações econômicas, sociais e culturais, assim como servir de elo com vista à possibilidade de integração Regional do Brasil à Europa e de Portugal à América Latina, (Artigo 1º da Resolução nº 83/2000, de 14 de Dezembro). Entretanto, o referido tratado precisa ser mais claro quanto a definição dos propósitos de cada artigo e as comissões necessitam formalizar as reuniões de trabalhos para regulamentar a lei para uma actuação mais efectiva de ambos os países.

Outro protocolo firmado em Outubro de 2005 entre a Autarca de Vila de Rei, em Portugal, e a Prefeitura de Maringá, Estado do Paraná, Brasil, consiste no protocolo de cidades geminadas¹⁰³ (figura 100).

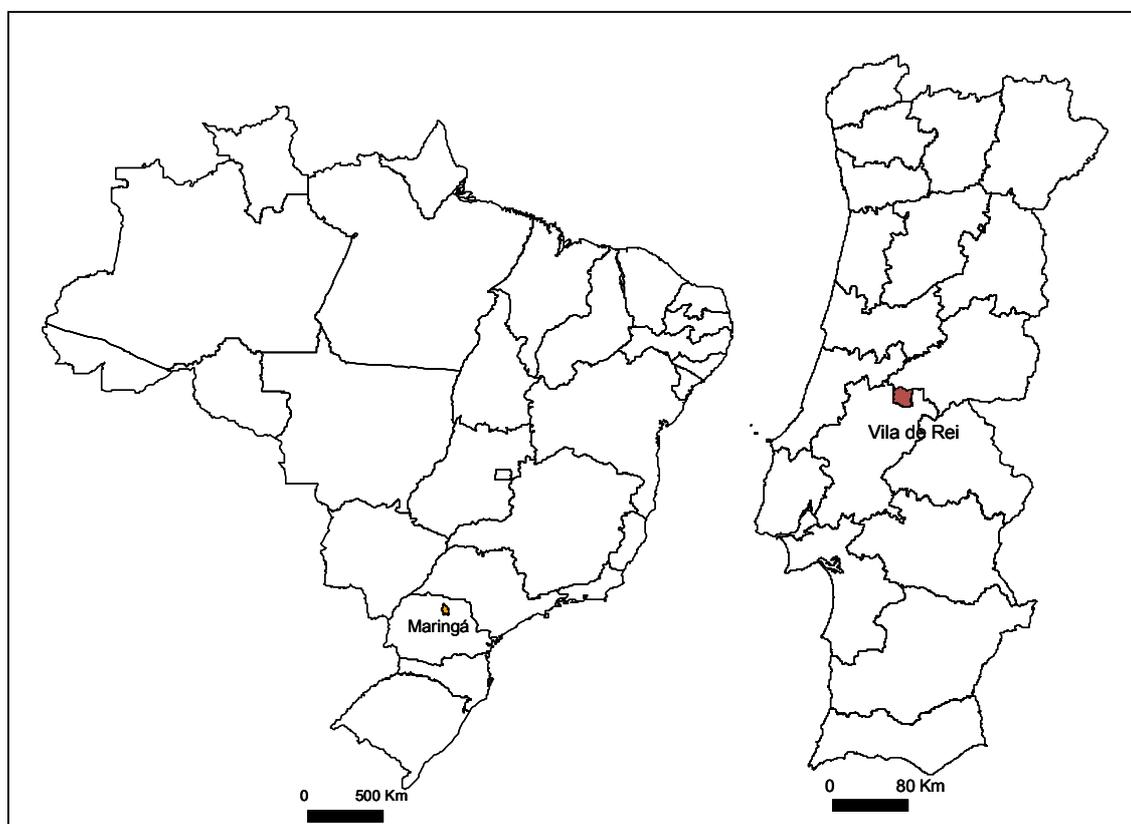


Figura 100 – Situação geográfica de Maringá e Vila de Rei.

O concelho de Vila de Rei, pertencente ao distrito de Castelo Branco, apresenta alguns problemas em relação ao processo de envelhecimento e de baixa ocupação territorial. Em função dos laços históricos entre as duas cidades, visto que no passado muitos habitantes emigraram para a cidade de Maringá, a presidente da câmara de Vila de Rei fez um protocolo consubstanciado na oferta de emprego para as famílias brasileiras que quisessem vir para Portugal. Estas famílias “têm contrato de trabalho, escola para as crianças, visto de residência e habitação gratuita para os primeiros meses de vida em Portugal”. Essa atitude criou uma certa instabilidade na opinião pública.

¹⁰³ O protocolo consiste num acordo de gemação existente entre a Prefeitura de Maringá, Brasil, e a Prefeitura de Vila de Rei, em Portugal, no âmbito de projetos de diversas natureza.

Existem alguns protocolos de cidades geminadas entre o Brasil e Portugal, podemos citar alguns exemplos de cidade irmã de Viana do Castelo: **Igarassu, em Pernambuco, geminada** desde 21 de Agosto de 2003, cidade fundada pelo vianês Afonso Gonçalves que para lá levou inúmeros vianenses; **Cabedelo, na Paraíba, geminada** em 22 Setembro de 2003, fundada por marinheiros originários de Viana do Castelo; **Porto Seguro, na Bahia, fundada** pelo Donatário Pero do Campo Tourinho, geminada desde 1997.

Os tratados, acordos e protocolos também definem o regime processual de atribuição e registo do estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, no Brasil e em Portugal, respectivamente, importante para a aquisição da cidadania.

9 - O estatuto de igualdade

As dificuldades de integração dos imigrantes no espaço português têm evidenciado a necessidade de oficialização de um estatuto que assegure os seus direitos. O estatuto de igualdade consiste em estabelecer equivalência de direito e de deveres ou de direitos políticos para os cidadãos portugueses, no Brasil, e para os cidadãos brasileiros, em Portugal. Nessa análise, priorizam-se as leis portuguesas para a questão dos trabalhadores brasileiros. A obtenção deste estatuto depende de alguns elementos. O cidadão brasileiro, para adquirir o estatuto de igualdade com direitos políticos, deverá ter a autorização de residência e residir em Portugal há, pelo menos, três anos, (Artigo 5º, Decreto-Lei nº154/2003, de 15 de julho).

O cidadão brasileiro, no âmbito deste estatuto, terá igualdade de direito e de deveres aos cidadãos nacionais, exceto para concorrer aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembléia da República, Primeiro-Ministro, presidentes dos tribunais supremos e os serviços das Forças Armadas e à carreira diplomática (Artigo 16º, Decreto-Lei nº 154/2003, de 15 de julho). Vale dizer que, no âmbito do Decreto-Lei nº 154/2003, Artigo 22º, o cidadão brasileiro que possuir o estatuto de igualdade não perderá a nacionalidade brasileira, isso porque a constituição de ambos os países prevêem a dupla cidadania. Entretanto, é vedado aos cidadãos estrangeiros o envolvimento em questões que “ofendam a soberania nacional ou a ordem pública”.

O acordo entre os dois países é intenso e como tal necessita ser regularizado. Considerando o princípio da reciprocidade, a constituição brasileira de 1988 atribui igualdade de direito entre brasileiros e portugueses com residência permanente no país o que foi aceito pelo governo português. A legislação brasileira não faz a distinção entre brasileiros natos e naturalizados, exceto para assumir os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; Presidente de Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro do Supremo Tribunal Federal; carreira diplomática; oficial das Forças Armadas e Ministro de Estado da Defesa¹⁰⁴. No entanto, a Constituição da República Portuguesa faz a distinção entre os natos e os naturalizados e no tocante ao Estatuto de Igualdade, ela não contém uma norma equivalente àquela que desde 1988 está versada na Carta Magna Brasileira que consigna aos portugueses residentes no Brasil um estatuto especial dando a possibilidade de serem atribuídos aos portugueses, direitos civis e políticos, inerentes aos cidadãos brasileiros natos.

A aplicação deste estatuto especial encontra-se dependente de uma cláusula de reciprocidade em favor dos brasileiros residentes em Portugal. O processo de revisão constitucional está em curso e espera-se que, com as alterações introduzidas, a proximidade entre os dois povos “irmãos” possa ser consolidada nesta esfera que afeta de forma tão premente as vidas dos cidadãos que impregnam de dinamismo as relações luso-brasileiras. A Lei assegura o direito à retirada do bilhete de identidade de modelo idêntico ao do que é emitido aos cidadãos nacionais, com a identificação da nacionalidade do titular e a referência ao Tratado de Porto Seguro, 22 de abril de 2000, assim como a gratuidade para a retirada do estatuto de igualdade.

O acesso a estas informações é importante para o conhecimento da realidade e poder contribuir para as políticas públicas em Portugal. Isso porque a pesquisa de campo desenvolvida na Região Centro evidencia que apenas uma pequena parte dos trabalhadores brasileiros tem conhecimentos acerca dos acordos e tratados existentes entre os dois países, o que dificulta as possibilidades de ampliar as discussões no momento de solicitação de direitos iguais.

¹⁰⁴ Constituição da República Brasileira de 1988, acrescida da revisão da emenda constitucional nº 3, de 7 de junho de 1994.

Ao questioná-los sobre o conhecimento das leis portuguesa sobre os imigrantes, 42,1% afirmaram desconhecer, conhece um pouco ficou com 28,1% dos inquiridos, 25,9% responderam que conhecem as leis portuguesas sobre imigração e 3,9% não responderam. Ao juntar as respostas das variáveis, percebeu-se que a maioria dos inquiridos não conhece as leis portuguesas sobre os trabalhadores imigrantes. Ao fazer a análise dessa variável com o período de chegada em Portugal, observou-se que a maior concentração de pessoas que desconhece as leis de imigração chegou após o período de 2000, (figura 101).

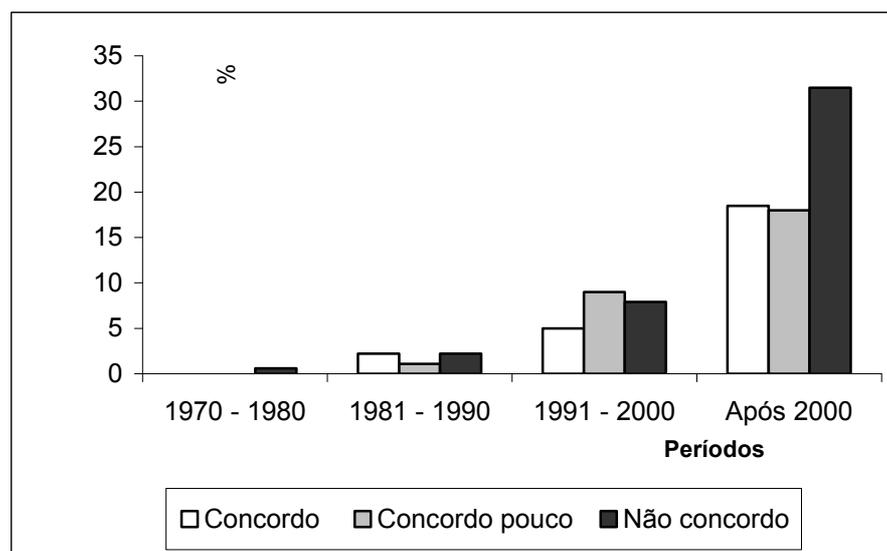


Figura 101 - Conhecimento das leis em Portugal.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

O pouco conhecimento das leis em Portugal, de uma certa forma, dificulta o exercício da cidadania ativa, muitos reclamam não ter os mesmos direitos que os cidadãos nacionais. Outra questão abordada refere-se a trabalhadores que chegaram até 2001 e tiveram a autorização de permanência, extinta atualmente. Informaram que, por isso, não têm alguns direitos que são garantidos aos trabalhadores que têm autorização de residência. Assim, a legislação é importante, todavia deve ser discutida e acompanhada de ações que, de fato, possam melhorar a qualidade de vida do trabalhador imigrante.

Conclusão

O estudo sobre a migração de trabalhadores brasileiros em direção aos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria procurou demonstrar o contributo da inserção desta comunidade no mundo do trabalho, como também evidenciar o papel dos sujeitos da investigação na transformação da paisagem. Isso visa subsidiar políticas públicas de desenvolvimento territorial tanto em Portugal como no Brasil. A situação vivenciada socialmente por brasileiros e brasileiras, marcada por baixos salários, desemprego, flexibilização, violência, dificuldade de acesso à habitação, à escola e à saúde e um Estado fraco impulsionou jovens e adultos a realizarem uma migração internacional com destino a Portugal. A investigação constatou que, a partir do ano de 2000, aumentou significativamente a população brasileira na Região Centro, sobretudo após o ano de 2003. As barreiras impostas pelos Estados Unidos - rota tradicional de trabalhadores brasileiros - o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, a possibilidade de seguir para outro país da Europa, a existência de redes sociais, especificadamente amigos e parentes, a proximidade cultural e linguística e a vontade de conhecer novas experiências foram identificadas como pontos positivos para a escolha do país de destino.

O movimento internacional de trabalhadores brasileiros não decorre de um contexto anormal que acontece esporadicamente, mas de uma situação desfavorável que vem ocorrendo ao longo dos anos. As transformações resultantes do processo de reestruturação econômica mundial alteraram os padrões sócio-económicos e culturais. À medida que o mundo do trabalho é dinamizado, face às normas globais, ocorre uma maior circularidade do capital, conseqüentemente ampliam-se as mobilidades territoriais de trabalhadores, nomeadamente de brasileiros.

Identificaram-se dois contrapontos, decorrentes dos processos que resultaram na globalização, os quais envolvem tanto o país de origem como o de destino. O primeiro refere-se à incapacidade do Estado brasileiro em atender as necessidades da população, à medida que ocorre a fusão das empresas e a mecanização da produção, aumenta o desemprego, por conseguinte as migrações internacionais. O segundo contraponto baseia-se nas políticas

incipientes de integração e de apoio à população imigrante por parte do governo português. Isso, por sua vez, contribuiu para que o trabalhador brasileiro apresentasse, no geral, a predominância do nível de satisfação de médio a baixo em relação ao país de acolhimento, no caso Portugal e ao país de origem, Brasil.

Considerou-se o peso da variável econômica na base de sustentação das mobilidades territoriais de brasileiros. Entretanto, as migrações não devem ser percebidas apenas por esse critério, visto que as causas têm origem nos processos sociais, culturais e nas mudanças políticas. Seus efeitos vão além da esfera financeira e estão relacionados às mudanças na demografia, na estrutura social e no comportamento. A pesquisa identificou também que não são as populações de baixo poder aquisitivo que se submetem a uma migração internacional, mas uma classe dotada de níveis variados, detentora de capital cultural, social e psicológico suficiente para manter a coragem e atravessar o Oceano Atlântico. Percebeu-se, do mesmo modo, que nem sempre o movimento internacional de trabalhadores teve uma relação direta com as nuances do mundo do trabalho, mas, em alguns casos, esteve relacionada à vontade em querer vivenciar novas experiências, à crise no casamento, ao desvio de comportamento e os desentendimentos na família.

No tocante à temporalidade da migração internacional de brasileiros em Portugal, identificaram-se três períodos bastante distintos: os que chegaram a partir da década de 1980, caracterizando a primeira vaga da imigração. A maioria conseguiu uma melhor integração, possui uma escolaridade elevada e alguns foram trabalhar em áreas das estratégias territoriais de desenvolvimento; os que chegaram a partir da década de 1990, constituindo a segunda vaga de imigrante. Esses não tiveram incentivo governamental, na maioria pessoas de classe média baixa que estão a trabalhar sobretudo na restauração, no comércio, serviços e construção civil; os que chegaram a partir de 2000 têm convivido com muita dificuldade para conseguir o visto de trabalho e a adaptação ao lugar.

Em princípio, os inquiridos afirmaram que o fato de estarem fora do país ajudou-os a terem um olhar mais crítico sobre a realidade brasileira, avaliaram que mesmo diante dos antagonismos regionais, têm uma imagem positiva do país. A dificuldade de gestão do território, a má distribuição da riqueza e a ausência de políticas públicas em várias áreas estão no centro dos desequilíbrios sociais e na problemática das migrações internacionais de brasileiros e brasileiras.

A maioria dos trabalhadores inquiridos nos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria tem origem domiciliar nos Estados localizados no Centro-Sul do Brasil, com destaque para São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A faixa etária predominante dos inquiridos é de 26 a 34 anos de idade, cuja maioria é constituída de jovens solteiros(as), que ao saírem do Brasil trouxeram consigo muita esperança e vontade de conseguir um emprego que lhes garantissem a subsistência e da família, o que nem sempre acontece. Tem aumentado significativamente o número de mulheres brasileiras que se submetem a uma migração internacional com destino a Portugal. Grande parte dos inquiridos trabalha em atividades que não despertam o interesse da população portuguesa, seja pelos baixos salários, ou pelo tipo de serviço muito pesado e algumas vezes de alta periculosidade. O fechamento de algumas empresas, o analfabetismo funcional da população, a incipiente política de integração e o desemprego crescente na área da licenciatura têm impulsionado algumas manifestações xenófobas em Portugal.

As motivações para o retorno são complexas: uns pensam em ficar em Portugal; alguns pensam em retornar quando fizerem uma base financeira, o que denominaram de “pé-de-meia”; e outros não conseguem se integrar, sentem muita solidão e ausências, pensam em retornar o mais rápido possível. Por um lado, a saudade da família, a solidão, as dificuldades de permanência no trabalho com o aumento da idade, a carga horária excessiva, a possibilidade de ganhar mais um pouco e o frio constituíram principais motivos que estimulam o retorno ou a percorrer outros itinerários geográficos. Por outro lado, a continuidade dos desequilíbrios sociais e a baixa ação do Estado brasileiro, no que se concerne à definição de políticas públicas emancipatórias, constituem pontos de reflexão que pesam na hora de decidir retornar ou ficar em Portugal.

Diante do que foi investigado, é importante que o lugar seja pensado em função de todas as pessoas que habitam e não apenas em relação a uma parte da população, ou a nacionalidade, cor da pele ou língua. Constitui uma questão de direitos humanos e de cidadania. A cooperação internacional entre os dois países, o ajuste dos acordos e tratados, a desburocratização para a aquisição de visto de trabalho assim como a ratificação da convenção da Organização Internacional do trabalho (OIT) e da Convenção Internacional das Nações Unidas sobre a protecção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes constituem

um caminho para eximir a exploração laboral, atingindo assim o direito à cidadania ativa. Essas sugestões caminham em benefício de um modelo de desenvolvimento que inclua as diferenças étnicas e culturais. Isso certamente contribuirá para a diminuição dos conflitos inter-étnicos, de forma a proporcionar a construção de territórios mais saudáveis. A efetivação de uma lei de imigração humanizada que tenha como base os aspectos teóricos e práticos defendidos por investigadores no campo das migrações internacionais e associações de imigrantes proporcionará a cidadania do trabalhador, libertando-o do controlo das redes de exploração.

Os percursos para aquisição da cidadania passam pela igualdade de direito, pelo acesso ao visto de trabalho, à educação, à saúde, à habitação e ao direito de poder conviver com a família. Para os trabalhadores brasileiros, o pré-conceito continua a ser uma grande barreira à integração social. As constantes relações da imigração à criminalidade e à prostituição reforçam os estereótipos negativos para a imagem desses trabalhadores e contribui para a formação de uma visão xenófoba sobre o outro, o que não se ampliam as possibilidades de troca de conhecimentos mútuos e de vivência da diversidade intercultural.

Ocorre a necessidade de disseminação de um movimento de filoxemia, ou seja, amor ao estrangeiro, que ultrapasse a visão colonialista. No tocante às políticas migratórias, reconhecem-se os pequenos avanços no campo do Direito, entretanto os serviços e as medidas criadas que preservam o direito dos trabalhadores imigrantes são incipientes, sobretudo para os trabalhadores indocumentados. Existe a necessidade de uma maior atuação do Consulado, da Embaixada e do governo brasileiro junto ao Ministério de Administração Interna de Portugal com o intuito de promover uma política de integração dos trabalhadores imigrantes, nomeadamente dos brasileiros. A sustentabilidade social dos distritos analisados passa pela efetiva participação dos imigrantes brasileiros. Os discursos de parentes e amigos, a falta de perspectiva no Brasil, o mapa mental de Portugal e da Europa e as representações sociais sobre o migrante internacional constituem um vetor de mobilidade de trabalhadores brasileiros em direção à Região Centro de Portugal.

Bibliografia

- Abellán, Antonio et al, (1998). *La población del mundo*. Síntesis, Madrid.
- Andrade, Manuel C. de, (1994). *Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades* In: Santos, Milton et al. Território, Globalização e Fragmentação. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. HUCITEC, São Paulo.
- Anderson, Kay et al (2003). *Handbook of Cultural Geography*. 1ª edição, Sage Publication Ltd, London, p. 570.
- André, João Maria, (2005). *Diálogo intercultural, utopia e mestiçagens*. Em tempos de Globalização. Ariadne, Coimbra.
- Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a Contratação Recíproca de Trabalhadores Nacionais (2003).
- Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (2003). *Imigração em Portugal*. ACIME, Porto.
- _____ (2004). *Imigração em Portugal*. Informação Útil. ACIME, Porto.
- _____ (2005). *Estatísticas da imigração*. ACIME, Lisboa.
- Almeida, Rui Lourenço Amaral de (2005). *Portugal e a Europa*. Ideias, factos e desafios. Edições Sílabo Ltda, Lisboa.
- Antunes, Ricardo (1995). *As dimensões da crise no mundo do trabalho*. Cortez, S. Paulo.
- Anwar, Muhammad (1995). “New Commonwealth” Migration to the UK In: Cohen, Robin. The Cambridge Survey of World Migration. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 274 – 278.
- Aquino, Maria Sacramento (2001). *Educação e Economia*. Uma Abordagem sobre Investimento em Capital Humano na Bahia. Dissertação de Mestrado em Ciências Agrárias. UFBA, Cruz das Almas.
- Baganha, M. I. e Góis, Pedro (1999). *Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?* In: Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, 52/53, Novembro de 1998/Feveireiro de 1999, pp. 229-280.
- Baganha, M. I. e Marques, J. C. (2001). *Imigração e política*. O caso português. Fundação Luso-Americana, Lisboa.

- Baganha, M. Ioannis, (2005). *Imigrantes lusófonos em Portugal*. Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra, U.C, Coimbra, janeiro, pp.52 e 53.
- Baganha, Maria Ioannis (2005). Política de imigração: a regulação dos Fluxos. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 73, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, pp.29-44.
- _____ (2001). *A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal* In: Boaventura, S. S. Globalização, Fatalidade ou Utopia? Afrontamento, Porto, pp. 135-159.
- _____ (1995). *Unbroken links: portuguese emigration to the USA*. In: *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 91 – 96.
- Bastos, Susana Pereira et al (2006). *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural dinâmica*. ACIME, Lisboa.
- Baubock, Rainer e Rundell, John (1998). *Blurred Boundaries: Migration, Ethnicity, Citizenship*. Ashgate, Aldershot, p. 17-52.
- Becker, Bertha k. e Egler, Cláudio A . G. (1993). *Brasil uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo*. Ed.Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Becker, G.S. (1964). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis With Special Reference to Education*. Columbia University Press, XXII, New York.
- Benko, George (1996). *Economia, Espaço e Globalização*. Hucitec, São Paulo.
- _____ (2000). *Mundialização da economia e metropolização do mundo*. Apontamentos de Geografia, Séries investigação, nº 9, Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- Blunt, Alison & Mcewan, Cheryl (2002). *Postcolonial Geographies*. Continuum, New York/London.
- Böhning, W.R. (1983). *Elements of a Theory of International Economic Migration to Industrial Nation States*, In: *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*, M.Kritz & C. Keely (eds.), Center for Migration Studies, New York.
- Brazier, Jana Evans & Mannur, Anita (2003). *Theorizing diaspora. A reader*. Blackwell Publishing Ltda, Oxford.

- Bureau International du Travail, (1986). *Les Droits des travailleurs Migrants*. Guide des Normes de l'OIT à l'Usage des Travailleurs Migrants et de leurs Organisations, BIT, Genève.
- Cádima Rui et al, (2003). *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas nos Media*. ACIME, Porto, pp. 101-103.
- Caetano, Lucília (2003), *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, p.259 – 284.
- Campagnon, Antoine et al (2005). *As Novas Fronteiras da Europa. O Alargamento da União*. Fundação Calouste Gulbenkian, Dom Quixote, Lisboa.
- Carvalho, Lourenço Xavier de (2004). *Impactos do Trabalho Imigrantes nas Empresas Portuguesas. Uma visão qualitativa*. ACIME, Porto.
- Casa do Brasil de Lisboa (2004). *A 2ª vaga de Imigração Brasileira em Portugal*. Casa do Brasil de Lisboa, ACIME, Lisboa.
- Castells, M. (1996). *The rise of the network society*. Blackwells, Oxford.
- Castells, Manuel (2005). *A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Volume 1, 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Castles, S. & Kosack, G. (1973). *Immigrant Workers and Class Structure* In. Western Europe. University Press, XV, London, Oxford, p.534.
- Castles, Stephen (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: dos trabalhadores convidados às Migrações Globais*. S.I., Fim de Século, Lisboa.
- Castles, Stephen e Miller, Mark J. (2003). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. Third Edition, Macmillan, Londres.
- Castro, Iná Elias de et al (1996). *Brasil questões atuais da reorganização do território*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Casey, Catherine (1995). *Work, Self and Society*. Routledge editors, London and New York.
- Cara, Roberto Bustos (1994). *Territorialidade e identidade regional no Sul da Província de Buenos Aires* In: Santos, M. et al. *Território, Globalização e Fragmentação*, Hucitec, São Paulo.

- Cardim, F. (2000). *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos portugueses, Lisboa.
- Carvalho, Lourenço Xavier de (2004). *Impactos e reflexos do trabalho imigrante nas empresas portuguesas: uma visão qualificada*. Ed. ACIME, Porto, p.96.
- Catapan, Araci Hack e Thomé, Zeina Rebouças C. (1999). *Trabalho & Consumo. Para além dos parâmetros curriculares*. Editora Insular, Santa Catarina.
- Cavaco, Caminda (2005). *Os espaços de turismo* In: Medeiros, Carlos A. Geografia de Portugal. Actividades económicas e espaço geográfico. v. 3, Circulo de Leitores, Lisboa, p.p. 408 – 422.
- Cravidão, F. D. (1992). *A População e o Povoamento da Gândara*. (Génese e Evolução), Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Comissão da Região Centro, Coimbra.
- Cravidão, F. D. & Santos, N. (1994). *Estrutura demográfica e recursos humanos*. Evolução recente na “região” de Viseu, Revista Biblos, LXVIII, Faculdade de Letras, Coimbra.
- Cohen, Stephen (1993). *Geo-economics: lessons from America`s mistakes* In: Martin Carnoy *et al.* The New Global Economy in the Information Age, University Park, PA, Penn State University Press, pp, 97-147.
- Cohen, Robin (1995). “Labour Migration to Western Europe after 1945” In: *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 271 – 320.
- Cohen, Robin (2005). *Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano*. In: Barreto, A.(org.) Globalização e Migrações. ICS, Lisboa.
- Correia, Amílcar *et al.* (2004). *SOS Racismo*. Imprensa. SOS Racismo, Lisboa.
- Costa, P. L. (2003). *Tendências recentes da imigração para Portugal. O caso dos imigrantes da Europa de Leste na Área Metropolitana do Porto*, Dissertação de mestrado em Geografia defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, UP, Porto.
- Cunha, Isabel Ferin *et al* (2004). *Media, Imigração e Minorias Étnicas*. ACIME, Porto.
- _____ (2006). *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*. ACIME, Lisboa.

- D'Almeida, Luísa et al (1998). *Língua Portuguesa: a herança comum*. Assírio & Alvim, Portugal.
- D'Almeida, André Corrêa (2003). *Impacto da Imigração em Portugal nas Contas do Estado*. ACIME, Porto.
- Damiani, Amélia Luísa (1991). *População e Geografia*. Editora Contexto, São Paulo.
- Diário da República Portuguesa (2004). Número 98, I – B Série, 26 de Abril.
- Dias, Vitorino Vieira (2005). *Leiria os desafios do futuro* In: Vieira, Ricardo (coord.) Actas do Congresso “Pensar a região de Leiria”, Ed. Afrontamento, Escola Superior de Educação de Leiria, Santa Maria da Feira, Portugal, pp 329-338.
- Departamento Intersindical de Estatística Sócio-Econômicos, 2005. *Anuário dos Trabalhadores*, 6ª edição, São Paulo, p.252.
- Derruau, Max (1964). *Tratado de Geografia Humana*. Vicens-Vives, Barcelona.
- Dupas, Gilberto (2007). *O futuro do trabalho em discussão*. Jornal O Estado de São Paulo, 17 de Novembro, São Paulo.
- Domingues, José Maurício (2001). *Teorias Sociológicas no Século XX*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Ernst, D. (1980). *The New International Division of Labour: Technology and Underdevelopment*. Campus Verlag, Frankfurt.
- Estrela, Ely Souza (2003). *Os Sampauleiros: cotidiano e representações*. Humanitas, FFLCH/USP, São Paulo.
- Esteves, A. et al. (2000). *Reinventando culturas: contribuições da comunidade cabo-verdiana para a dinâmica cultural da Lisboa*. Centro de Estudos Geográficos, Apontamentos de Geografia, Série Investigação, Lisboa.
- Esteves, Alina Isabel P. (2004). *Imigração e cidades: Geografias de metrópoles multi-étnicas – Lisboa e Washington*. Tese de doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Faist, Thomas (2000). *The volume and dynamics of international social spaces*. Oxford University Press, Oxford.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1993). *Minidicionário da Língua Portuguesa*, Fronteira, Rio de Janeiro.
- Ferreira, Eduardo Sousa et al (2004). *Viagens de Ulisses: efeitos da imigração na economia portuguesa*. Centro de Estudos de Economia Internacional, Universidade Autónoma de Lisboa, Ed. ACIME, Porto, p. 114.

- Fernandes, Ana Alexandre (2001). *A questão demográfica: do declínio da fecundidade a um debate sobre política*. Demografia & Dinâmicas, Boletim da Associação Portuguesa de Demografia, Número 1,p. 2, Novembro de 2001.
- Fernandes, João Luís Jesus (2005). *Imagens, territórios e paisagens de uma região em mudança* In: Vieira, Ricardo (coord.). Pensar a região de Leiria. Afrontamento, ESEL, Leiria, pp. 307-327.
- Figueredo, Joana Miranda (2005). *Fluxos Migratórios e Cooperação para o Desenvolvimento. Realidades compatíveis no contexto europeu*. Tese de mestrado defendida na Universidade Técnica de Lisboa. ACIME, Porto.
- Fonseca, Maria Lucinda (1996). *Portugal no fim do milénio: imagens e itinerários de transformação social. Dinamismo socioeconómicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva*, I.E.G. Lisboa.
- _____ (2002). “Portugal no sistema das migrações internacionais na Europa: tendências recentes e perspectivas futuras”, In: Cavaco, Carminda (coord.), Actas do seminário internacional “Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um País Periférico”, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº55, Lisboa.
- _____ (2003). *I Congresso Imigração em Portugal. Diversidade, Cidadania e Integração*. ACIME, Porto, pp.108 – 140.
- _____ (2005). *Migrações e Território. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*. nº 64, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, p.82.
- Fonseca, M. L. & Malheiros, Jorge (2004). *Immigration and globalisation from below: the case of ethnic restaurants in Lisbon*. Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, volume XXXIX, Lisboa.
- Fröbel, F. et al (1980). *The New International Division of Labour*, Cambridge University Press, XIV, Cambridge.
- Furtado, Celso (1972). *Formação Económica do Brasil*. 11ª edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- Gama, Rui (2005). *Tamanho da Amostra*. Apontamentos polifotocopiados. Universidade de Coimbra, Coimbra.

- George, Pierre (1977). *As migrações internacionais*, Dom Quixote, Lisboa.
- Gresh, Alain et al (2004). Atlas da globalização. Le Monde diplomatique. Campo da Comunicação, Lisboa.
- Hall, Stuart (1996). *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. UFMG, Belo Horizonte.
- Harvey David (1992). *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola, São Paulo.
- Hollanda, Sergio Buarque de (1936). *Raízes do Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro.
- Instituto Nacional de Estatística. *Recenseamento geral da população*. INE, Lisboa, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2000). *Brasil: 500 anos de povoamento*. IBGE, Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003). *Censo Demográfico*. IBGE, Rio de Janeiro.
- Jacinto, Rui (2001). *Programa Operacional da Região Centro 1994 – 1999*. PROCENTRO, Coimbra:CCRC.
- Júnior, Caio Prado (2004). *História Econômica do Brasil*. 46ª edição, Brasiliense, São Paulo.
- King, Russell (1993). *Mass migration in Europe. The legacy and the future*. John Wiley & Sons, England.
- Lacoste, Yves (2003). *Dicionário de Geografia. Da Geopolítica às Paisagens*. Traduzido por Telma Costa, Teorema Ltda, Lisboa/Portugal.
- Lacoste, Yves et al (1985). *A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos*. Seleção de textos, nº 11, AGB, São Paulo.
- Lage, Mário F. et al (2003). *Atitudes e valores perante a imigração*. ACIME, Porto.
- Levy, Jacques e Michel Lussault (2003). *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des Sociétés*. BELIN, Paris.
- Leitão, José (2003). *O estatuto constitucional dos estrangeiros e os direitos dos imigrantes*. Texto manuscrito apresentado pelo autor no curso sobre a imigração. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, CES, Coimbra, p.14.

- Machado, Fernando Luís (1997). *Contornos e especificidades da imigração em Portugal*. In: Sociologia-Problemas e praticas, nº 24, Partido Popular.
- Machado, Igor José de Reno (2003). *Cárcere Público. Processo de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, S. Paulo.
- _____ (2004). Implicações de imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento. O caso dos brasileiros em Portugal. In: VIII Congresso Luso-Afro-brasileiro de Ciências Sociais, CES, UC, Coimbra.
- _____ (2005). Considerações sobre a construção da identidade brasileira em Portugal. In: Conferência Internacional Migrações Transatlânticas e transeuropeias, Lisboa.
- Maalouf, Amin (2002). *As Identidades Assassinas. Tradução de Susana Serras Pereira, 2ª edição, Difel, Rio de Janeiro, 2002*
- Maalouf, Amin (2004). *Identidades Asesinas*. Alianza Editorial, Madrid, Espanha.
- Malan, Pedro(2001). Entrevista. O Estado de São Paulo, 21 de Agosto.
- Malheiros, Jorge Macaísta (1996). *Imigração na região da Lisboa. Os anos da mudança*. Colibri, Lisboa.
- _____ (2000). *Circulação Migratória e Estratégias de Inserção Local das Comunidades Católica Goesa e Ismaelita*. Karthala, Paris.
- Malheiros, J. M. (2005). *Migrações* In: Medeiros, C. A.(coord.) Geografia de Portugal. Círculo de Leitores, Lisboa, pp.87-125.
- Margolis, Maxine (1994). *Little Brazil: na ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*. Princeton University Press, New Jersey,.
- Martes, Ana Cristina Braga (1999). *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. Ed. Paz e Terra, São Paulo.
- Marconi, Marina de Andrade e Lakatos, Eva Maria (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª edição, Atlas, São Paulo.
- Martins, José de Souza (1973). *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. Pioneira, São Paulo.
- _____ (1980). *Expropriação e Violência*. Hucitec, São Paulo.
- Martins, José de Souza (1986). *A Reforma agrária e os limites da Democracia na « Nova República»*. Hucitec, São Paulo.
- _____ (1988). *Não há terra para plantar neste verão*. Vozes, Petrópolis.

- _____ (1988). *Migrações temporárias* In: Revista Travessia-Revista do Migrante, CEM, Ano I, nº 1, São Paulo.
- Martins, José de Souza (1990). *A Chegada do Estranho*. São Paulo, Hucitec.
- Massey, Douglas S. et al (1998). *World in motion. Understanding international migration at the end of the millennium*. Clarendon Press, Oxford.
- Mechedff, Nassin G. (1996). *A era da empregabilidade*. O Globo, Rio de Janeiro, out.
- Medeiros, Carlos Alberto (org.) (2005). *Geografia de Portugal*. Sociedade, paisagem e cidades. Círculo dos Leitores, Lisboa.
- Ministério do Planeamento. *Quadro Comunitário de Apoio III*. Portugal 2000 a 2006. Comissão Europeia, Portugal.
- Ministério Extraordinário de Política Fundiária (1996). *Atlas Fundiário Brasileiro*. Brasília,
- Moreira, Claudete (2003). *Espaço(s) e Ambiente(s). Trajectórias Femininas na Região Centro* In: Caetano, Lucília, *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, p.259 – 284.
- Morin, Edgar (2000). *Ciência com Consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória, 4ª edição, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Munanga, Kabengele & Gomes, Nilma Lino (2004). *Para entender o negro no Brasil de hoje: Histórias, realidades, problemas e caminhos*. Global: ação educativa, São Paulo.
- Mota, Carlos Guilherme (1999). *José Bonifácio: Projectos para o Brasil* In: Lourenço Dantas Mota (org.) *Um banquete no trópico*, 2ª edição, SENAC, São Paulo, p.75.
- Moura, Clóvis (1992). *História do negro brasileiro*. 2ª edição, Série Princípios, Ática, São Paulo.
- Ogden, Philip E. (1995). *Labour Migration to France* In: Cohen, Robin. *The Cambridge Survey of World Migration*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 289 – 296.
- Organização das Nações Unidas (2005). *Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações internacionais*. Traduzido por Elsa Oliveira e Carlos Cruz, FCG, Portugal, pp.96.

Organização das Nações Unidas (2003). *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat*.

Organização Internacional do Trabalho (2006). *Género, Raça, Pobreza e Emprego: O programa GRPE no Brasil*. Secretaria Internacional do Trabalho, Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Género e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE), OIT, Brasília.

Patarra, Neide Lopes (2006). *Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 20, n. 57, São Paulo, pp. 7 – 24.

Papastergiadis, Nikos (2000). *The turbulence of migration. Globalization, desterritorialization and hybridity*. Polity Press, Cambridge, p.242.

Pereira, Alexandre (2006). SPSS. *Guia Prático de Utilização*. Análise de dados para as Ciências Sociais. 6ª edição, Sílabo, Lisboa.

Peixoto, J. A . (2002). *Migrações internacionais e globalização: mobilidade, mercado de trabalho e relações sociais*. In: Scherer-Warren, I. & Ferreira, J. M. C. (Orgs.) Transformações sociais e dilemas da globalização. Um diálogo Brasil/Portugal, Cortez, São Paulo.

Peixoto, João et al (2005). *O tráfico de migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*. ACIME, Porto.

Piore, M. J. (1975). *Notes for a Theory of Labour Market Stratification* In: R.C.Edwards Labour Market Segmentation. Lexington, D.C. Heath.

_____ (1979). *Birds of Passage: Migrant Labour and Industrial Societies*, Cambridge University press, X, Cambridge, pp. 229

Pires, Rui Pena (2003). *Migrações e Integração. Teoria e aplicação à sociedade portuguesa*. Dissertação de doutoramento em sociologia, ISCTE, Lisboa, p.127.

Pochmann, Marcio (1996). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade*. Novos caminhos para a inclusão social. Cortez, São Paulo.

_____ (2005). *Desemprego desigual*. Revista Ciência Hoje, vol. 36, Junho.

- Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat (2003). *World Population Prospects: The 2002 Revision. Highlights*, New York, UN.
- Portes, Alejandro (1999). *Migrações Internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*. Celta, Oeiras.
- _____ (2006). *Estudos sobre as migrações contemporâneas: transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Fim de Século, Lisboa.
- Programa Operacional da Região Centro, (2000). PROCENTRO, 1994-1999, CCRC, Coimbra.
- Puebla, Javier G. & Gould, Michael (2000). SIG: Sistemas de Información Geográfica. Síntesis, Madrid.
- Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005). *As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1995). *Sociologia das Migrações*, Universidade Aberta, Lisboa, pp. 410.
- Rodrigues, Maria Graciete (2002). *Imigração e Mercado de Trabalho*. Cadernos Sociedade e Trabalho, nº 2, Celta, Lisboa.
- Rosa, Alexandre *et al.* (2002). *A imigração em Portugal*. SOS Racismo, Lisboa.
- Rosa, Maria João Valente *et al.* (2004). *Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa*, ACIME, Porto, pp.192.
- Relph, E. (2001). *A Geografia Fenomenológica de Eric Dardel* In: Rosendahl, Zeny *et al.*, *Matrizes da Geografia Cultural*, ed. UERJ, Rio de Janeiro, pp.103 a 122.
- Sales, Teresa (1999). *Brasileiros longe de casa*. Cortez, São Paulo.
- _____ (2005). *Hard-Working newcomers: brasileiros imigrantes nos Estados Unidos* In: Barreto, António (org). *Globalização e Migrações*, ICS, Lisboa.
- Sanchis, Enric (1997). *Da escola ao desemprego*. AGIR, Rio de Janeiro.
- Santos, Milton (1986). *Por uma Geografia Nova*. HUCITEC, São Paulo.
- _____ (1991). *Metamorfose do espaço habitado*. Hucitec, São Paulo.

- Santos, M. et al (1994). *Território, Globalização e Fragmentação*. Hucitec, São Paulo, pp.213-220.
- Santos, Milton (1994). *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. Hucitec, São Paulo.
- _____ (1996). *A natureza do espaço*. Hucitec, São Paulo.
- Santos, M. (2001). *O novo século das luzes*. Jornal Folha de São Paulo, caderno Mais, 14 de Janeiro, São Paulo.
- Santos, José Vicente Tavares (1993). *Matuchos – Exclusão e Luta, do Sul para a Amazônia*. Vozes, Petrópolis.
- Santos, B. de S. (1999). *Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença*. Oficina nº 135 do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Coimbra
- Santos, B. de S. (2000). *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Santa Maria da Feira: Afrontamento.
- _____ (2002). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Afrontamento, Porto.
- Santos, Noberto Pinto dos (2001). *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias*. Tese de doutoramento em Geografia defendida na Universidade de Coimbra. Colibri, Lisboa.
- _____ (2002). *As Novas Espacialidades das Migrações em Portugal* In: Caetano, L. *Território, Globalização e Trajectórias de Desenvolvimento*. U.C. Centro de Estudos Geográficos, Coimbra.
- _____ (2003). *Cidade: Espaço Social e Espaço Vivido* In: Caetano, Lucinda (coord.) *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos, U.C, Coimbra, pp 219 – 258.
- Santos, Daniel Francisco (2003). *Experiências de migração de trabalhadores nordestinos – Rondônia 1970 – 1995*. Editora UNEB, Salvador, Bahia, Brasil.
- Santos, M. da Graça Lopes M. Poças (2004). *Espiritualidade e Território*. Estudo geográfico de Fátima. Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, UC, Coimbra.
- Santos, M. G. C. (2003). *Modernidade, Educação e Mundo do Trabalho. Os desempregados de Santo Antônio de Jesus/BA*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Internacional, Universidade Internacional de Lisboa, Lisboa.

Santos, M.G.C (2004) - *O Migrante brasileiro e suas trajetórias geográficas*
In: Anais do I Seminário de Investigadores e Estudantes Brasileiros em Portugal. APEB-Coimbra, Coimbra.

Santos, M.G.C (2005) - *A Comunidade brasileira no Distrito de Coimbra Portugal*
In: BRASUP, 2º Seminário de Investigadores e Estudantes Brasileiros em Portugal. BRASUP, Porto.

_____ (2005). *Novos rumos das migrações no Brasil* In: X Seminario da APEC, APEC, Barcelona.

_____ (2006). *A comunidade brasileira que cria laços*. Revista Rua Larga, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Santos, Vanda (2004). O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à actualidade. ACIME, Porto.

Santos, Euclides de Brito Andrade dos (2003). Combate ao racismo. Sistema Jurídico. ACIME, Porto.

_____ (2004). *Combate ao racismo*. Sistema Jurídico. ACIME, Porto.

Sayad, Abdelmalek (2000). O retorno. Elemento constitutivo da condição do imigrante. Travessia, Revista do imigrante, Nº Especial, Centro de Estudos Migratórios, São Paulo.

Schnell, Fernando, (2005). *A terceirização e a proteção jurídica do trabalhador*. Jus. Navigandi, Teresina, ano 9, nº 703, 8 junho.

Scherer-Warren et al (2002). *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. Cortez, São Paulo.

Schultz, Theodore W. (1973). *O Capital Humano. Investimentos em Educação e Pesquisa*. Tradução, Zahar, Rio de Janeiro.

Seabra, Hugo Martinez e Santos, Tiago (2005). *A criminalidade de Estrangeiros em Portugal*. Inquérito Científico. ACIME, Porto.

Seabra, Hugo M. et al. *A criminalidade de Estrangeiros em Portugal*. Inquérito Científico. ACIME, Lisboa.

- Seabra, Hugo Martinez de (2005). *Delinquência a preto e branco*. Estudo de Jovens em Reinserção. Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas. Universidade Nova de Lisboa. ACIME, Porto.
- Serviços de Estrangeiros em Portugal. *Estatística*. SEF, 2000 a 2005, Lisboa.
- Silva, Sylvio Carlos Bandeira de M. (1976). *Teorias de localização e de desenvolvimento regional*. Revista de Geografia, UNESP, Rio Claro.
- Silva, José Graziano da (1982). *A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Coleção agricultura e sociedade. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- _____ (1996). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Unicamp, Campinas.
- _____ (1999). *O novo rural brasileiro*. Coleção pesquisa 1. Unicamp, Campinas.
- Silva, Paulo Roberto Palhano (2004). *MST, habitus e campo educacional: plantando as sementes de uma nova educação libertadora*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal, p.213.
- Silva, Aldo A. Dantas et al (2004). *Geografia. Ciência do Complexus*. Ensaio Transdisciplinares. Sulina, Porto Alegre.
- Silva, Joaquim Ramos (2002). *Portugal/Brasil. Uma década de expansão das relações económicas, 1992 – 2002*. TERRAMAR, Lisboa, p.152.
- Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira, (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. 9ª edição, Edições Afrontamento, Porto.
- Silva, Maria Auxiliadora da (1972). *Les migrations pour le « Reconcavo » du Petrole. (Etat de Bahia, Bresil)*. Tese de doutoramento defendida na Université Louis-Pasteur. Centre de Geographie Appliquee, Strasbourg.
- Silva, Jorge Pereira da (2004). *Direitos de Cidadania e Direito à cidadania*. ACIME, Porto.
- Singer, Paul (1987). *Economia política da urbanização*. Brasiliense, São Paulo.
- Sylvain, Allemand (2004). *La mobilité comme « capital »*, Revista Sciences Humaines Mensuel, n° 145, Janvier, France, pp. 19-30.

- Soares, Holgonsi (1997). *Globalização- sobre o mundo do trabalho*. Jornal “A Razão”, 9 de Maio de 1997. Acessado na Internet no site <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.gtrabalho.html> [27/9/2006]
- Soja, Edward W. *Geografias Pós-Modernas*. Zahar, Rio de Janeiro.
- Solé, Carlota (1995). *Portugal e Spain : from exporters to importers of labour In: Cohen, Robin, The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge University Press, Cambridge, p. 316 – 320.
- Sorre, Max (1967). *El hombre en la Tierra*. Labor, Barcelona.
- Sousa, Constância Urbano de (2006). O Direito de Imigração Europeu em Emergência. I Ciclo Anual de Jovens Cientistas Sociais. C.E.S./U. C., Coimbra (Texto mimeógrafado)
- Stédile, João Pedro (1997). *O MST e a questão agrária* In: USP, Estudos Avançados, nº 31, volume 11.
- _____ (1997). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, Vozes.
- Téchio, Kachia (2006). *(In)documentados: uma análise comparativa das estratégias de imigração e laços transnacionais de imigrantes brasileiros em quatro países europeus*. Texto mimeografado apresentado no 30º Encontro Anual da ANPOCS, GT 12, Migrações Internacionais, Caxambu, Outubro de 2006.
- _____ (2006). *Tecendo por trás do espelho: Representações identitárias de imigrantes brasileiros em Portugal*. Tese de mestrado defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, UNL, Lisboa.
- Thumerrelle, Pierre-Jean (1986). *Peuples en mouvement. La mobilité spatiale des populations*. Société D’Enseignement Supérieur, Paris.
- Todd, Emmanuel, (1999). *A ilusão econômica. Ensaio sobre a estagnação das sociedades desenvolvidas*. Tradução de Maria Alice A. de Sampaio Dória. Bertrand, Rio de Janeiro.
- Tolentino, Alcestina (2003). *Os media como veículos de integração ou desintegração das minorias étnicas* In: Cádima Rui et al (orgs.). *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas nos Media*, ACIME, Porto, pp. 101-103.

- Thompson, Neil (1995). *Theory and practice in hearth and social welfare*. Open University Press, Philadelphia.
- Torresan, Ângela M. (1994). *Quem parte quem fica: Uma etnografia sobre imigrantes brasileiros em Londres*. Tese de doutorado. PPGAS/MN, Rio de Janeiro.
- Unwin, Tim (1996). *The Place of Geography*. Longman, London.
- Valentine, Gill (2001). *Social Geographies: space and society*. 1ª edição, Pearson Education Limited, England.
- Vermeulen, Hans (2001). *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*. Colibri, Lisboa.
- Vianna, Hélio (1994). *História do Brasil*. Melhoramento, São Paulo.
- Vieira, Ricardo et al. (2005). *Pensar a região de Leiria*. Afrontamento, ESEL, Leiria, pp. 307-327.
- Vitorio, Benalva da Silva (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*. Identidades e Perspectivas. Ed. Leopoldianum, Santos.
- Waiselfisz, Julio Jacob (2007). Mapa da violência dos municípios brasileiros. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, Brasília
- White, Paul (1993). *Immigrants and the social geography of European cities In: King, Russell. Mass migration in Europe. The legacy and the future*. John Wiley & Sons, England.
- Zlotnik, H. (1992). *Empirical identification of international migration systems*. In : M. M. Kritz, L.L. Lim e H. Zlotnik, *International Migration Systems – A Global Approach*, Clarendon Press, Oxford.

Material coletado na INTERNET

https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM [28/05/2004]
https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR4.HTM
<http://www.oab-rj.com.br>
<http://www.ine.pt/prodserv/quadros/quadro.asp> [20/03/2006]
<http://www.presidenciairepublica.gov.br/ccivil/Constituicao> [4/06/2006]
<http://www.acime.gov.pt> [12 de setembro de 2003.]
<http://dupond.ci.uc.pt/cdeuc/trind.htm> [8/06/2006]
<http://dupond.ci.uc.pt/cdeuc/tuevrint.htm> [08/06/2006]
http://www.sef.pt/documentos/por_ge_05.pdf [28/07/2006]
http://europa.eu/abc/history/index_pt.htm [14/08/2006]
<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l14001.htm> [7/05/2006]
<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp> [22/11/2006]
<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.gtrabalho> [27/09/2006]
http://europa.eu/abc/maps/index_pt.htm
<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=2548> [22/11/2006]
<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.gtrabalho.html> [23/07/2007]
<http://www.historianet.com.br>
<http://www.sef.pt> [20 de março de 2006]
http://europa.eu/abc/maps/index_pt.htm
<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=25488> [22/11/2006]
<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.gtrabalho.html> [27/9/2006]
<http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=204588&idselect=9&idCanal=9&p=200>
<http://www.onu.portugal.pt>
www.oab-rj.com.br [04/05/2006]
<http://www.sef.pt/legislação> [12/09/2003]
http://www.sef.pt/legislação/on_line/lei2 [12/09/2003]
http://www.sef.pt/legislação/on_line/ [12/09/2003]
<http://www.sef.pt/legislação> [12/09/2003]
<http://www.casadobrasildelisboa.rcts.pt>
http://www.ufscar.br/lgor/apresenta_congresso.php [18/03/2005]
<http://www.greencard.com.br/servico/loteria/green.htm> [20 de fevereiro de 2006]

<http://www.comciencia.br/reportagens/migrações/migr19.htm> [26/03/2004]

http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/relacoes/index.asp

www.oab-rj.com.br [04/05/2006]

http://www.sbs.org.br/destaques_oeucalipto.htm

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6855>

http://www.planalto.gov.br/publi_04 [28-05-2004]

<http://www.incra.gov.br> [28-05-2004]

Imprensa Escrita

Jornal “A Razão”, 9 de Maio de 1997.

Jornal O Estado de São Paulo, 21 de Agosto de 2001.

Diário Oficial da República, nº 47, I Série - A, 25 de Fevereiro de 2003.

Diário Oficial da República, nº 98, I Série - B, 26 de Abril de 2004.

Jornal Correio da Manhã, 11 de Maio de 2006.

Jornal Nacional, Tv Globo, 21 de Fevereiro de 2007.

Jornal O Estado de S. Paulo, 17 de Novembro de 2007

ANEXOS

Anexo I

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Declaração para a Proteção das Marcas de Fábrica e de Comércio	29/10/1879	29/10/1879	8121	28/05/1881
Acordo Relativo ao Cumprimento de Cartas Rogatórias	31/08/1895	31/08/1895		
Convenção de Arbitramento.	25/03/1909	29/05/1911	8766	31/05/1911
Convenção Especial sobre Propriedade Literária e Artística.	26/09/1922	09/04/1924	16452	09/04/1924
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	02/04/1923	01/05/1923		
Tratado de Comércio.	26/08/1933	23/02/1934	3933	07/02/1934
Acordo Telegráfico.	30/04/1943	01/07/1947		
Convenção Ortográfica.	29/12/1943	01/01/1944	14533	18/01/1944
Declaração Conjunta sobre a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta Concluído entre os dois Países a 16 de novembro de 1953.	29/12/1943	11/06/1957		
Declaração Conjunta sobre as Relações Económicas.	09/08/1960	09/08/1960		
Acordo para a Cooperação na Utilização da Energia para fins Pacíficos.	18/06/1965	21/03/1968	62521	15/04/196
Acordo de Comércio.	07/09/1966	21/04/1968	62647	03/05/1968
Acordo Básico de Cooperação Técnica	07/09/1966	16/12/1967	62126	16/01/1968
Declaração sobre Cooperação Económica.	07/09/1966	07/09/1966		
Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Consules de Carreira de ambos os Estados.	29/05/1969	29/05/1969		
Protocolo de Intenções sobre Indústria Naval.	11/07/1969	11/07/1969		
Ajuste para a Concessão de Bolsas de Estudo a Instrutores Brasileiros, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 07 de Setembro de 1966.	15/07/1970	15/07/1970		
Parecer Conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa ao Projeto (504/67) de Reforma Ortográfica.	22/04/1971	15/01/1972		
Convênio sobre Radioamadorismo.	17/03/1972	17/03/1972		
Acordo, PTN., Relativo ao Cumprimento das Conclusões do Grupo de Contato Intergovernamental Brasil-Portugal sobre Investimentos Recíprocos.	23/05/1978	23/05/1978		
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima.	23/05/1978		85270	21/10/19

Quadro Principais acordos entre Brasil e Portugal, no período de 1879 a 1978.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

Anexo II

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo de cooperação técnica entre o Cons. Nac. de Desenv. Cient. e Tec. do Brasil e a Junta Nac. de Invest. Científica e Técnica de Portugal.	03/02/1981	03/02/1981		
Acordo sobre Cooperação Económica e Industrial.	03/02/1981	17/06/1982	87375	09/07/1982
Acordo sobre Co-Produção Cinematográfica.	03/02/1981	04/06/1985	91332	14/06/1985
Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo.	03/02/1981	04/05/1982	87185	18/05/1982
Ajuste Complementar entre o CNPq do Brasil e o Instituto de Investigação Tropical (IICT) de Portugal.	07/04/1983	07/04/1983		
Protocolo para um Projeto de Microfilmagem de Documentos de Interesse para a Memória Nacional de Portugal e do Brasil.	15/12/1983	15/12/1983		
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	05/05/1986	06/03/1990	99164	12/03/1990
Ata que acordam para criar uma comissão binacional, encarregada de programar, preparar e dar execução às comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.	26/03/1987	26/03/1987		
Acordo de intercâmbio cultural através da Biblioteca Nacioanl do Rio de Janeiro e a Biblioteca Nacional de Lisboa.	03/04/1987	03/04/1987		
Acordo de seguridade social ou segurança social.	07/05/1991	25/03/1995	1457	17/04/1995
Tratado de auxílio mútuo em matéria penal.	07/05/1991	01/12/1994	1320	30/11/1994
Memorandum de entendimento sobre transportes marítimos.	07/05/1991	07/05/1991		
Acordo para a constituição de um Grupo de Cooperação Consular Luso-Brasileiro.	07/05/1991	23/08/1993		
Ajuste administrativo ao acordo de seguridade social ou segurança social	07/05/1991	25/03/1995		
Acordo sobre transportes aéreos regulares.	07/05/1991	20/04/1994	1179	04/07/1994
Acordo de cooperação para a redução da procura, combate à produção e repressão ao tráfico ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas	07/05/1991	18/06/1995	1625	08/09/1995
Tratado de extradição	07/05/1991	01/12/1994	1325	02/12/1994
Protocolo sobre as comemorações dos descobrimentos portugueses.	07/05/1991	25/04/1994	1103	04/04/1994
Memorando de entendimento. (Dentista).	09/02/1994	09/02/1994		
Memorandum de entendimento – Protocolo de acordo de intercâmbio de militares entre a Força Aérea Brasileira e a Força Aérea Portuguesa.	04/07/1994	04/07/1994		
Protocolo de alteração ao acordo sobre Transporte e Navegação Marítima	10/10/1994	09/12/1995	1846	28/03/1996
Acordo de cooperação consular para a proteção e assistência consular, aos seus nacionais em terceiros países.	20/07/1995	03/07/1997	2285	24/07/1997
Memorando de entendimento sobre consultas nos planos políticos, económico e cultural.	20/07/1995	20/07/1995		
Memorando de entendimento sobre a futura cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto Diplomático.	15/04/1996	15/04/1996		
Acordo relativo à isenção de vistos.	15/04/1996	25/01/1997	2143	05/02/1997
Ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica de 07 de Setembro de 1966, sobre o Intercâmbio de Especialistas para Desenvolver Atividades no Âmbito da Reforma e Modernização da Administração Pública.	28/02/1997	28/02/1997		
Declaração conjunta sobre direitos humanos.	08/09/1998	08/09/1998		
Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica relativo ao intercâmbio de informações na área das telecomunicações.	17/04/1999	17/04/1999		

Quadro Principais acordos entre Brasil e Portugal, no período de 1980 a 1999.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

Anexo III

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta	22/04/2000	05/09/2001	3927	19/09/2001
Convenção destinada a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento.	16/05/2000	05/10/2001	4012	13/11/2001
Acordo sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos especiais e de serviços (no âmbito da CPLP)	17/07/2000	11/09/2003		
Protocolo de colaboração e empréstimo de seis bi-fólios da carta de Pero Vaz de Caminha	27/03/2001	27/03/2001		
Protocolo de operacionalização de convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal de impostos sobre o rendimento.	05/09/2001	05/09/2001		
Memorandum de entendimento para a criação de mecanismos de consultas bilaterais na área de cooperação para o desenvolvimento.	05/09/2001	05/09/2001		
Protocolo de colaboração na área de arquivos.	05/09/2001	05/09/2001		
Convénio entre o departamento cultural do MRE do Brasil e o Instituto Camões do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.	05/09/2001	05/09/2001		
Acordo para o exercício de atividades remuneradas.	05/09/2001	28/11/2004	5.366	03/02/2005
Tratado sobre a transferência de pessoas condenadas.	05/09/2001	23/03/2006	5.767	02/05/2006
Protocolo de cooperação para redução da procura, combate à produção e repressão ao tráfico ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas.	12/06/2002	05/05/2004		
Retificação do artigo 9º do tratado de amizade, cooperação e consulta.	11/09/2002	11/10/2002		
Acordo sobre contratação recíproca de nacionais.	11/07/2003	19/10/2003		
Acordo de cooperação para a prevenção e a repressão do tráfico ilícito de imigrantes.	11/07/2003	12/09/2004		
Memorando de entendimento sobre cooperação entre os Institutos Diplomáticos de ambos os países.	08/03/2004	08/03/2004		
Memorando de cooperação na área de mudanças de clima e do mecanismo de desenvolvimento limpo do protocolo de quioto.	13/10/2005	13/10/2005		

Quadro - Principais acordos entre Brasil e Portugal, no período de 2000 a 2005.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

ANEXO IV

Modelo de inquérito aplicado ao trabalhador(a) brasileiro(a) nos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria

Nome:

Nº do Inquérito:

Data:

Local:

Investigador:

1. Identificação Individual

1.1- Idade _____ 1.2 - Sexo (F) (M) 1.3 - Estado Civil (S) (C) (D) (O) 1.4 - Ano de entrada em Portugal _____

1.5 - Nacionalidade _____ 1.6 - Naturalidade _____ 1.7 - Escolaridade _____

(1) Graduação em _____ Início do curso: _____ Término: _____

(2) Pós-Graduação em _____ Início do curso: _____ Término: _____

(3) Mestrado em _____ Início do curso: _____ Término: _____

(4) Doutoramento em _____ Início do curso: _____ Término: _____

1.8 - No Brasil onde residia? _____ (1) Zona Rural (2) Zona Urbana 1.9 - Residência atual _____

1.10 - Profissão no país de origem _____

1.11- Exerce alguma profissão em Portugal? _____ Qual? _____

1.12 - Situação na profissão quando deixou o país de origem : (1) assalariado (2) trabalhador por conta própria (3) desempregado (4) estudante (5) outro especificar _____

1.13 - Onde foi residir quando chegou a Portugal? _____

1.14 - O tipo de moradia adotada quando chegou em Portugal: (1) apartamento/moradia própria (2) apartamento/moradia alugada (3) casa de parentes/amigos (4) casa de família (5) habitação social (6) aluguel de quartos (7) pensão/hotel (8) morava com amigos (9) outros especificar _____

1.15 - Por que escolheu este lugar para morar? (1) Tinha amigos/parentes (2) Local disponível, de acordo com o rendimento (3) Habitação social (4) Residência do cônjuge (5) Moradia cedida pelo patrão (6) Outros Especificar _____

1.16 – Por que escolheu a Universidade de Coimbra para estudar?

(1) As linhas de pesquisas são bastantes profundas (2) O acervo bibliográfico da universidade (3) Qualificação dos docentes (4) Estrutura física da universidade é muito boa (5) Por ter destaque na área das humanidades (6) Por se destacar na área das engenharias (7) Por se destacar na de ciência e letras (8) Outro Especificar _____

1.16- Tem conhecimentos de outras línguas? Inglesa () Sim () Não Francesa () Sim () Não Alemã () Sim () Não Outras especificar _____

1.17 – No Brasil você já havia migrado com a finalidade de estudo para algum lugar?

(1) Sim (2) Não

1.17.1 – Em caso afirmativo diga qual(is) o(s) lugar (eres) que você passou? _____

1.18 – É a primeira vez que vem a Portugal? (1) Sim (2) Não

1.18.1 - Quem financiou a sua viagem para Portugal? (1) Eu mesmo (2) A minha família (3) Os amigos (4) A empresa em que trabalho (5) Tenho bolsa de estudos (6) Outros Especificar _____

1.19 – Teve que desfazer de alguns bens para financiar a viagem? (1) Sim (2) Não

1.19.1 Em caso afirmativo teve que: (1) vender imóvel (2) vender carro/moto (3) contrair empréstimos (4) Outros Especificar _____

1.20 – A sua principal justificativa ao sair do Brasil foi: (1) estudar (2) trabalhar (3) estudar e trabalhar (4) outro especificar _____

1.21 – Atualmente em Portugal você: (1) só estuda (2) estuda e trabalha (3) trabalha

(4) outros especificar _____

1.22 - Caso seja estudante trabalhador diga o local de trabalho: (1) comércio (2) restaurante (3) hotéis (4) serviços público (5) diarista (6) doméstico (7) trabalho por conta própria (8) Outro Especificar _____

Quanto aos pais:

- 1.20 - Nacionalidade dos pai _____ Nacionalidade da mãe _____
1.21 - Naturalidade do pai: _____ (1) Zona Rural (2) Zona Urbana
1.21 - Naturalidade da mãe: _____ (1) Zona Rural (2) Zona Urbana
1.22 - Indique a profissão do seu pai: (1) agricultor (2) doméstico (3) comerciante (4) diarista (5) bancário (6) profissional liberal (7) funcionário público (8) outra Especificar _____
1.23 - Indique a profissão da sua mãe: (1) agricultora (2) doméstica (3) comerciante (4) diarista (5) bancária (6) profissional liberal (7) funcionária pública (9) outra Especificar _____
1.24 - Você é filho(a) de pais migrantes? (1) Sim (2) Não
1.24.1 - Em caso afirmativo indique o lugar que o(s) pai(s) migrou(am): (1) municípios no próprio Estado (2) Estados na mesma região (3) Estados de outras regiões (4) Outros países Especificar _____
1.24.2 - O motivo da migração dos pais: (1) trabalho (2) estudo (3) trabalho e estudo (4) não conhece (5) outros Especifica _____

2 . Agregado Familiar

- 2.1 Imigrou: (1) sozinho (2) com a família (3) com o cônjuge (4) com o(s) filho(s) (5) com amigo
2.2. Caso tenha respondido “sozinho”, pensa em trazer a família? (1) Sim (2) Não
2.2.1- Em caso afirmativo pretende trazer a família quando? (1) Conseguir um emprego melhor (2) Comprar uma casa (3) Adquirir a nacionalidade (4) Conseguir um visto de trabalho para o cônjuge (5) Outros Especificar _____
2.2.2 - Quais os membros da família que pretende trazer para Portugal? (1) Cônjuge (2) Filhos(as) (3) Pais (4) Outros Especificar _____
2.2.3 - Caso tenha vindo com a família para Portugal, quais os membros que vieram consigo? (1) Cônjuge (2) Filhos (3) Pais (4) Outros Especificar _____
2.3 - No caso do cônjuge ter permanecido no Brasil, o que faz? (1) Não trabalha, recebe ajuda da família (2) Trabalha para o sustento da família (3) Sustenta a família com o dinheiro que eu mando (4) Trabalha por conta própria (5) Recebe ajuda de vizinhos e amigos (6) Outros Especificar _____

3. Motivações para a saída do Brasil e a entrada em Portugal

- 3.1 Indique o(s) motivo(s) que te levou(aram) a migrar: (1) o desemprego (2) a violência (3) custo de vida muito alto (4) os baixos salários (5) sistema de saúde e escolas precárias (6) por querer vivenciar uma nova experiência (7) assalariado com salário muito baixo (8) melhorar a qualidade de vida da família (9) outros Especificar _____
3.2 - Considerando as potencialidades que o Brasil tem, acredita que exista a necessidade dos brasileiros migrarem por motivo econômico? (1) Sim (2) Não Explique _____
3.3 - Acredita que o problema do Brasil deve-se: (1) a concentração de terras (2) péssima gestão dos recursos (3) a dívida externa brasileira (4) má distribuição da riqueza (5) falta de solidariedade (6) ausência das políticas públicas (7) outros Especificar _____
3.4 - Escolheu Portugal para morar porquê? (1) Por ser casado(a) com português (a) (2) Por ter parentes em Portugal (3) Pela proximidade linguística e cultural (4) Através de Portugal posso migrar para outro país (5) O salário é melhor (6) Portugal tem melhor infraestrutura nos diversos serviços (7) Menor violência (8) Conhecer novas experiências (9) Outro Especificar _____
3.5 - Como você analisa a situação social no Brasil? _____

4. Direitos e Deveres

4.1 – Quanto aos direitos:

(1) os brasileiros têm os mesmos direitos em Portugal (2) os brasileiros têm menos direitos em Portugal (3) os brasileiros têm mais direitos em Portugal

4.2 – Quanto aos deveres:

(1) os brasileiros têm os mesmos deveres em Portugal (2) os brasileiros têm menos deveres em Portugal. (3) os brasileiros têm mais deveres em Portugal.

4.3 – Quanto ao Serviço de Estrangeiro:

(1) o atendimento é muito bom (2) o atendimento é péssimo (3) o atendimento é razoável (4) é muito burocrático

4.4 - Pretende obter a nacionalidade portuguesa:

(1) Sim (2) Não (3) Ainda não pensou

4.5 – Pretende ficar em Portugal? (1) Sim (2) Não (3) Talvez

4.6 – Conhece a legislação portuguesa sobre os imigrantes? (1) Sim (2) Não (3) Mais ou menos

4.7 – Os portugueses são receptivos aos brasileiros? (1) Sim (2) Não (3) Mais ou menos

(4) Procuram manter o distanciamento

4.8 – Os brasileiros são receptivos aos portugueses? (1) Sim (2) Não (3) Mais ou menos

(4) Procuram manter o distanciamento

5. Integração

5.1 - Quando cheguei em Portugal as dificuldades foram: (1) conseguir trabalho (2) solidão (3) usos e costumes (4) alugar imóvel (5) estudar (6) clima (7) nenhuma (8) regularização (9) racismo (10) outras Quais? _____

5.2 – No momento atual apresenta alguma dificuldade? (1) Sim (2) Não

5.2.1 Em caso afirmativo diga qual(is)? (1) Regularização (2) Conseguir trabalho (3) a Solidão (4) Usos e costumes (5) Alugar imóvel (6) Estudar (7) Clima (8) Regularização (9) Racismo (10) Outras Especificar _____

5.3 - Indique a relação que tem com o povo português: (1) filho(a) (2) parentesco (3) amizade (4) nenhuma (5) Vizinhos no Brasil (6) Outra Especificar _____

5.4 - Escolheu a Região Centro de Portugal para morar devido a que motivo?

(1) Tem mais empregos (2) Reunificação familiar (3) Proximidades de amigos (4) Habitação mais barata (5) Afinidade com a comunidade local (6) Outros Especificar _____

5.5 – Na comunidade onde está inserido: (1) conseguiu fazer amizade com os portugueses (2) já foi convidado pelos portugueses para uma atividade de lazer (3) a convivência é com outros migrantes (4) ainda não participou de nenhuma atividade de lazer com a população (5) convidou os portugueses para um convívio na casa em que mora.

5.6 – Como foi recebido pela comunidade local?

() Bem recebido () Razoavelmente recebido () Mal recebido

5.7 - Quando chegou em Portugal procurou: (1) a igreja como forma de se integrar à comunidade (2) os amigos (3) os colegas de trabalho (4) a universidade (5) os bares étnicos (6) Outros Especificar _____

5.8 - No horário de lazer faz o que? (1) Dormir (2) Frequentar a igreja (3) Vou ao cinema

(4) Viajar (5) Leitura (6) Não tenho lazer (7) Trabalho

6. Trabalho

6.1 - O principal motivo da vinda até Portugal: (1) estudo (2) trabalho (3) estudo e trabalho (4) família (5) outros Especificar _____

6.2 – Se trabalha em Portugal a função que exerce é a mesma da sua formação educacional?

(1) Sim (2) Não 6.2.1 Se respondeu sim, qual? _____

6.2.2 Se respondeu não, diga o motivo : _____

6.3 – Desde que chegou a Portugal descreva os empregos conforme quadro:

	Tipo de emprego	Duração	Onde trabalhou	Ano
1				
2				
3				
4				
5				

6.4 – Sua situação profissional atualmente é: _____ (1) empregado(a) (2) desempregado(a) (3) recebe o subsídio de desemprego (4) recebe ajuda da família

6.5 – Qual o regime de trabalho? (1) Permenente/regular (2) Ocasional (3) Sazonal

6.6 – Qual o seu ritmo de trabalho? (1) Tempo completo (2) Tempo parcial

6.6.1 - Quantas horas de trabalho faz em média por dia? _____ - _____

6.7 – O tipo de trabalho é: (1) Por conta própria (2) Por conta de outrem

6.8 – A forma de obtenção do 1^o emprego em Portugal foi através de: (1) Contacto direto com os portugueses (2) Contato direto com os empregadores no Brasil (3) Amigos/conhecidos em Portugal (4) Parentes e amigos no Brasil (5) Agência de emprego no Brasil (6) Agência de emprego em Portugal (7) Criação do próprio emprego (8) Jornal (9) Internet

(10) Outra Especificar _____

6.9 – Para acessar o emprego em Portugal que tipo de despesa teve? (1) Passagens (2) Passagens mais contacto para alguém conseguir o emprego (3) Outro Especificar _____

6.10 – A empresa que trabalha é de: (1) brasileiros (2) brasileiros descendentes de portugueses (3) portugueses (4) outros Especificar: _____

6.11 – Trabalha com: (1) Portugueses (2) Brasileiros (3) Portugueses e Brasileiros (4) Portugueses, Brasileiros e Outros

6.12 – No trabalho, a convivência com os brasileiros é: (1) muito boa (2) razoável (3) péssima

6.13 – No trabalho, a convivência com os portugueses é: (1) muito boa (2) razoável (3) péssima

6.14 – No trabalho, a convivência com outros migrantes é: (1) muito boa (2) razoável (3) péssima

6.15 - O salário que recebe é em média: (1) menor que 1 salário mínimo (2) 1 salário mínimo (3) de 1 a 2 salários mínimos (4) de 2 a 3 salários mínimos (5) 4 salários mínimos (6) acima de 5 salários mínimos (7) Outros Especificar _____

6.16 – Já ficou desempregado(a) em Portugal? (1) Sim (2) Não

6.16.1 Caso tenha ficado desempregado qual a principal fonte de subsistência?

(1) Subsídio desemprego (2) Faz tarefas precárias (3) Faz trabalhos clandestinos (4) Recebe ajuda da família (5) Outros Especificar _____

6.16.2 Caso tenha ficado desempregado(a) o principal motivo foi: (1) doença (2) racismo (3) dificuldade de convivência (4) falta de pagamento de salário (5) trabalho muito pesado (6) era obrigado(a) a trabalhar horas a mais (7) trabalhava horas extraordinárias e não recebia no salário (8) Outro Especificar _____

6.17 – Como tem sido a relação de trabalho com o patrão em Portugal? (1) Muito boa (2) razoável (3) Ruim

6.17.1- No caso da relação ser muito boa você atribui a que: (1) alguns patrões têm histórias de migração (2) no geral, o patrão gosta do trabalhador brasileiro (3) o patrão respeita o outro (4) outros Especificar _____

6.17.2 - No caso da relação não ser satisfatória deve-se : (1) muita desconfiança (2) no geral, o patrão gosta de explorar o migrante (3) o patrão gosta de defamar o trabalhador migrante para não pagar os direitos (4) o patrão trata o trabalhador com muita brutalidade (5) Outros Especificar _____

6.18 - Quando saiu do Brasil a sua expectativa em relação ao país de chegada: (1) se mantém, pois estou conseguindo reunir algum dinheiro (2) se mantém, pois estou conseguindo ajudar a minha família (3) se mantém, pois estou conseguindo realizar os meus sonhos, uma vez que no Brasil

seria quase impossível (4) se mantém, pois consegui um bom emprego (5) não se mantém, pois a realidade é totalmente diferente.

6.19 – Possui visto de: (1) trabalho (2) estudo (3)acompanhante (4) Outro especificar _____

7. Redes de contactos

7.1 - Mantém contactos com o país de origem: sim () não ()

7.1.1 – Em caso afirmativo acontece por: telefone () carta () internet () outros () especificar:

7.1.2 – A frequência dos contactos: (1) toda semana (2) uma vez por mês (3) mais de duas vezes por mês (4) a cada dois meses (5) ocasionalmente (6) raramente

7.1.3 – O motivo de não manter contacto com o país de origem decorre de: (1) falta de vontade (2) não tem relações familiares/amigos (3) dificuldade financeira (4) viver a realidade de cá (5) outros especificar _____

7.2 – Desloca-se ao país de origem: sim (1) não (2)

7.2.1 – Em caso afirmativo especificar a frequência: (1) várias vezes por ano (2) uma vez por ano (3) de dois em dois anos (4) ocasionalmente (5) raramente (6) nunca

7.2.2 – Em caso negativo o motivo decorre: (1) falta de vontade (2) não tem relações familiares/amigos (3) dificuldade financeira (4) viver a realidade de cá (5) outros especificar _____

7.3 No caso de ir ao Brasil o objetivo é: (1) residir (2) passar férias (3) visitar parentes/amigos (4) cumprir rituais culturais/religiosos (5) matrimónio (6) apresentar o(s) filho(s) à família (7) outros Especificar _____

7.4 –As relações econômicas que estabelece com o país de origem: (1) envio de bens (2) envio de dinheiro para a família (3) tem investido no país de origem através da aquisição de imóveis, implantação de empresas, investimentos bancários (4) Outros Especificar _____

7.5 – Quanto ao retorno ao Brasil: (1) não tem vontade (2) tem vontade, mas depende das condições financeiras

7.6 – Caso pretenda retornar ao Brasil pretende (1) ser assalariado (2) montar o próprio negócio (3) viver de renda (4) aposentar-se (5) outros Especificar _____

7.7 - Pensa em ficar em Portugal? (1) Sim (2) Não

7.7.1 Caso não queira permanecer em Portugal pensa: (1) em migrar para outro país da Europa que tenha melhores condições de emprego (2) em migrar para a América do Norte (3) migrar para Ásia (4) Outros Especificar _____

7.8 – Como você se identifica hoje? (1) brasileiro (2) português (3) lusobrasileiro (4) não tenho identidade (5) tenho varias identidades (6) outra especificar _____

7.9 – Você gosta do lugar em que vive? (1) Sim (2) Não (3) Mais ou menos (4) Outro Especificar _____